

LUCAS MACENO SALES

**PAVILHÃO MEMÓRIA:
HISTÓRIA ORAL TESTEMUNHAL DO CARANDIRU**

DOURADOS – 2026

LUCAS MACENO SALES

**PAVILHÃO MEMÓRIA:
HISTÓRIA ORAL TESTEMUNHAL DO CARANDIRU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *Fronteiras, Identidades e Representações*.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

Supervisor de estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC): Prof. Dr. Miguel Cardina.

DOURADOS – 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S163p Sales, Lucas Maceno

Pavilhão memória: história oral testemunhal do Carandiru [recurso eletrônico] / Lucas Maceno Sales. -- 2026.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Eudes Fernando Leite.

Coorientador: Miguel Cardina.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. história oral. 2. prisão. 3. memória. 4. testemunho. I. Leite, Eudes Fernando. II. Cardina, Miguel. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

LUCAS MACENO SALES

**PAVILHÃO MEMÓRIA:
HISTÓRIA ORAL TESTEMUNHAL DO CARANDIRU**

**TESE DEFENDIDA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
DOUTOR EM HISTÓRIA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 20 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Eudes Fernando Leite (UFGD)

2º Examinador (Titular Interno):

Prof. Dr. Fernando Perli (UFGD)

3º Examinador (Título Interno):

Prof. Dr. Leandro Baller (UFGD)

4º Examinadora (Título externa):

Prof.^a. Dra. Viviane Trindade Borges (UDESC)

5º Examinador (Título externo):

Prof. Miguel Cardina (CES)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa contou com apoio essencial da agência de fomento científico CAPES.

Sem a pretensão de criar uma lista exaustiva de agradecimentos, não posso me furtar a me lembrar daqueles e daquelas que contribuíram ao longo deste percurso – tratando-se de um trabalho de memória. Inicialmente, pude contar com a cuidadosa orientação do Prof. Dr. Leandro Seawright, até a sua repentina mudança institucional. Ao Prof. Dr. Eudes Fernando Leite, devo a generosidade da orientação, as leituras contínuas e a crítica oportuna. Em terras lusitanas, na condição de doutorando visitante, fui acolhido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) pelo Prof. Dr. Miguel Cardina, a quem agradeço pela aceitação da supervisão e por suas contribuições. Aos professores Dr. Fernando Perli, Dra. Viviane Trindade Borges e Dr. Leandro Baller, membros convidados da banca, sou grato pelas críticas e sugestões que me conduziram por caminhos inesperados na pesquisa. À fotógrafa Alice Vergueiro, agradeço pela autorização de uso de suas imagens sensíveis no contexto dos atos de memória nos 30 anos do Massacre do Carandiru.

Nas dependências da Biblioteca Norte/Sul do CES, compartilhei o convívio com colegas e profissionais humanizados que animaram conversas e debates instigantes. Agradeço a todos em nome de Inês Sequeira Lima. Aos discentes, docentes e técnicos dos cursos de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), instituições nas quais tive o privilégio de atuar como professor substituto, devo a esperança comungada. Aos colegas de turma no PPGH/UFGD, agradeço pelo convívio durante as disciplinas e pelos debates dilatados nas salas e nos corredores. À comunidade indígena de Dourados, pelo privilégio do aprendizado ininterrupto. Agradeço especialmente aos familiares e amigos pelo apoio incondicional, e à Eloísa, pelo desejo de presença.

A Maurício “Nenê”, Luís “Bizil”, Zé Roberto, André du Rap, Kric Cruz, Flávio Straus, João Benedicto, Deise Benedito, Maura Augusta, Pe. Günther, Jocenir, Cláudia, “W.O.”, “F.W.”, Vanderley, Ronaldo Mazotto, Celso “Bob Marley”, Helen Baum, Nádia Lima, Walter Santos e a todos os detentos, egressos, familiares e ativistas que lutam diariamente pela ressocialização no “país das calças beje”, dedico.

Minha palavra é a vista do ponto – Maurício Monteiro

Sou testemunha vida do Massacre e dos milagres de Deus – Luiz Bizil

As imagens que eu vi estão gravadas na minha mente – José Roberto

Eu sou a prova viva de que houve um holocausto – Sobrevivente André du Rap

Eu sobrevivi para testemunhar por aqueles mortos pelo Estado – Kric Cruz

Creio ter assumido a postura correta defronte os desafios históricos – Flávio Straus

O Massacre do Carandiru me marcou para o resto da vida – João Benedicto

A minha passagem pelo Carandiru foi um batismo de sangue – Deise Benedito

Eu queria entender o Carandiru para mudá-lo – Maura Augusta

A Casa de Detenção de São Paulo é um símbolo de um problema mais amplo – Pe. Günther

No corpo não ficaram marcas, mas na alma ficaram cicatrizes – Jocenir Prado

Ele viveu um cárcere, eu vivi outro – Cláudia Prado

O que nos mantém no rap é o nosso código de honra – Washington Paz

Será um movimento grandioso pela liberdade – Vanderley Fischer

Será que um funcionário pode contar a história do Carandiru? – Ronaldo Mazotto

A luta é para que a luz da memória do Carandiru não se apague – Celso Albuquerque

RESUMO

A presente tese apresenta resultados de um projeto de história oral aplicada desenvolvido com pessoas que compartilham lembranças relacionadas à antiga Casa de Detenção de São Paulo, instituição prisional central na história do encarceramento paulista, conhecida como Carandiru, no período compreendido entre a década de 1980 e o ano de 2002, quando ocorreu sua desativação. Ao promover a escuta de narrativas diversas e, por vezes, conflitantes, a pesquisa tensiona as formas de presença do passado prisional no presente, a partir da análise da memória de expressão oral como eixo analítico privilegiado. O objetivo central consistiu em compreender de que modo o Carandiru permanece socialmente ativo por meio de trabalhos de memória que, conforme demonstrado a partir do *corpus* documental, conformam uma comunidade de destino. Do ponto de vista metodológico, foram mobilizados procedimentos da história oral de vida e da história oral testemunhal, gêneros narrativos predominantes que fundamentaram a constituição de um corpus composto por dezesseis histórias orais. Além de uma introdução dedicada à trajetória do projeto e às definições procedimentais, a tese organiza-se em três partes interdependentes. A primeira parte, de caráter nuclear, intitulada *Histórias no Carandiru (1980-2002)*, dedica-se à apresentação das histórias orais, organizadas em redes de colaboradores, privilegiando a centralidade das experiências narradas. A segunda parte, *De Flaminio Fávero a Dom Paulo Evaristo Arns: a história da Casa de Detenção de São Paulo*, busca situar o Carandiru em seu contexto social e histórico, abordando seus antecedentes, sua utilização reiterada ao longo de aproximadamente cinquenta anos de funcionamento e o processo de desativação que viabilizou a construção do Parque da Juventude, analisado como empreendimento inscrito em um projeto de apagamento do passado prisional. A terceira parte, intitulada *A passagem da história para a memória prisional pela via do testemunho*, dedica-se à análise das histórias orais a partir dos quadros coletivos da memória. A tese argumenta que os atos de memória protagonizados por egressos da Casa de Detenção de São Paulo contribuem para a inversão do regime de produção do conhecimento sobre o passado prisional, deslocando sua centralidade da história institucional para a memória em sua expressão testemunhal. O testemunho prisional emerge como uma prática de elaboração que incide sobre processos de ressocialização, ao favorecer a reconstrução de vínculos sociais e condições de sobrevivência material. Ao evidenciar a organicidade de uma memória coletiva motivada pela sobrevivência, a pesquisa contribui para os estudos sobre prisão, memória e testemunho, bem como para a compreensão das formas de agência de egressos do sistema prisional no regime democrático.

Palavras-chave: história oral; prisão; memória; testemunho

ABSTRACT

This dissertation presents the results of an applied oral history project developed with individuals who share memories related to the former Casa de Detenção de São Paulo, a prison institution central to the history of incarceration in the state of São Paulo, known as Carandiru, during the period from the 1980s to 2002, when it was closed. By engaging with diverse and, at times, conflicting narratives, the research puts into tension the ways in which the prison past remains present, taking orally expressed memory as its primary analytical framework. The central aim was to understand how Carandiru remains socially active through memory work that, as demonstrated by the documentary *corpus*, gives shape to a community of fate. From a methodological standpoint, the study mobilized procedures from life history oral history and testimonial oral history, the predominant narrative genres that grounded the constitution of a corpus composed of sixteen oral histories. In addition to an introduction devoted to the trajectory of the project and to procedural definitions, the dissertation is organized into three interdependent parts. The first part, of a core nature and entitled *Histories in Carandiru (1980-2002)*, is dedicated to the presentation of the oral histories, organized into networks of collaborators and privileging the centrality of narrated experience. The second part, *From Flávio Fávero to Dom Paulo Evaristo Arns: the history of the Casa de Detenção de São Paulo*, seeks to situate Carandiru within its social and historical context by addressing its antecedents, its repeated use over approximately fifty years of operation, and the process of closure that enabled the construction of Parque da Juventude. This transformation is analyzed as an enterprise inscribed within a broader project aimed at erasing the prison past. The third part, entitled *The Passage from History to Prison Memory through Testimony*, is devoted to the analysis of the oral histories, drawing on the collective frameworks of memory. The dissertation argues that acts of memory carried out by former inmates of the Casa de Detenção de São Paulo contribute to an inversion in the regime of production of knowledge about the prison past, displacing its centrality from institutional history to memory in its testimonial expression. Prison testimony emerges as a practice of working through the past that intervenes in processes of resocialization by fostering the reconstruction of social bonds and the conditions for material survival. By demonstrating the organic character of a collective memory driven by survival, this research contributes to studies on prisons, memory, and testimony, as well as to an understanding of the forms of agency exercised by former prisoners under a democratic regime.

Key words: oral history; prison; memory; testimony

RESUMEN

La presente tesis presenta los resultados de un proyecto de historia oral aplicada desarrollado con personas que comparten recuerdos vinculados a la antigua Casa de Detención de São Paulo, institución penitenciaria central en la historia del encarcelamiento en el estado de São Paulo, conocida como Carandiru, durante el período comprendido entre la década de 1980 y el año 2002, cuando se produjo su cierre. Al promover la escucha de narrativas diversas y, en ocasiones, conflictivas, la investigación pone en tensión las formas de presencia del pasado carcelario en el presente, a partir del análisis de la memoria de expresión oral como eje analítico privilegiado. El objetivo central consistió en comprender de qué modo Carandiru permanece socialmente activo a través de trabajos de memoria que, como se demuestra a partir del corpus documental, configuran una comunidad de destino. Desde el punto de vista metodológico, se movilizaron procedimientos de la historia oral de vida y de la historia oral testimonial, géneros narrativos predominantes que fundamentaron la constitución de un corpus compuesto por dieciséis historias orales. Además de una introducción dedicada a la trayectoria del proyecto y a las definiciones procedimentales, la tesis se organiza en tres partes interdependientes. La primera parte, de carácter nuclear, titulada *Historias en Carandiru (1980-2002)*, se dedica a la presentación de las historias orales, organizadas en redes de colaboradores, privilegiando la centralidad de las experiencias narradas. La segunda parte, *De Flamínio Fávero a Dom Paulo Evaristo Arns: la historia de la Casa de Detenção de São Paulo*, busca situar a Carandiru en su contexto social e histórico, abordando sus antecedentes, su utilización reiterada a lo largo de aproximadamente cincuenta años de funcionamiento y el proceso de cierre que hizo posible la construcción del Parque da Juventude, analizado como un emprendimiento inscripto en un proyecto de borramiento del pasado carcelario. La tercera parte, titulada *El pasaje de la historia a la memoria carcelaria a través del testimonio*, se dedica al análisis de las historias orales a partir de los marcos colectivos de la memoria. La tesis sostiene que los actos de memoria protagonizados por egresados de la Casa de Detenção de São Paulo contribuyen a la inversión del régimen de producción del conocimiento sobre el pasado carcelario, desplazando su centralidad de la historia institucional hacia la memoria en su expresión testimonial. El testimonio carcelario emerge como una práctica de elaboración que incide en los procesos de resocialización, al favorecer la reconstrucción de vínculos sociales y de condiciones de supervivencia material. Al poner en evidencia la organicidad de una memoria colectiva motivada por la supervivencia, la investigación contribuye a los estudios sobre prisión, memoria y testimonio, así como a la comprensión de las formas de agencia de los egresados del sistema penitenciario en el marco del régimen democrático.

Palabras clave: historia oral; prisión; memoria, testimonio.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Escola de samba Pavilhão 9 conduzindo o cortejo dos 30 anos do Massacre do Carandiru à jabuticabeira – Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns (22/10/2022).....	27
Imagem 2 – Maurício Monteiro, Celso Albuquerque e Luiz Paulino na inauguração da placa em homenagem aos 111 detentos assassinados – EMC (22/10/2022).....	28
Imagem 3 – Leitura do texto <i>30 anos do Massacre do Carandiru: por uma memória justa</i> – EMC (22/10/2022).....	29
Imagem 4 – Mural no Museu Penitenciário Paulista sobre a desativação da Casa de Detenção de São Paulo.....	57
Imagem 5 – Maurício Monteiro – EMC.....	67
Imagem 6 – “Sou exemplo de vitórias, tragédias e glórias”.....	68
Imagem 7 – Vinheta do canal <i>Prisioneiro 84.901</i>	70
Imagem 8 – “Tudo poderia ter sido diferente...”.....	73
Imagem 9 – Maurício Monteiro e painel da Casa de Detenção de São Paulo – EMC.....	75
Imagem 10 – Maurício Monteiro explicando o Massacre do Carandiru.....	81
Imagem 11 – Cerca de 90 corpos no 2º andar do Pavilhão 9.....	82
Imagem 12 – Luís Carlos Paulino, o Bizil.....	93
Imagem 13 – No pátio interno do Pavilhão 9. Os chapas trocando faca.....	96
Imagem 14 – Bizil em campeonato de futebol no Pavilhão 2.....	97
Imagem 15 – Bizil e Zé Carlos treinando boxe na Casa de Detenção de São Paulo.....	97
Imagem 16 – Sangue inocente no pátio do P9.....	99
Imagem 17 – 5º andar, Pav 9, xadrez 531-E. Paredão da morte, quem cair vai morrer.....	101
Imagem 18 – No corredor da morte quem cair vai morrer. 3º andar do PV9.....	102
Imagem 19 – No pátio interno de cabeça baixa no chão.....	103
Imagem 20 – Um pátio de sangue. Dia de trevas.....	104
Imagem 21 – Lençol de sangue pela mão dos detentos. Massacre do Carandiru. PV9.....	105
Imagem 22 – José Roberto.....	109
Imagem 23 – Corpos no grêmio esportivo.....	126
Imagem 24 – José Roberto palestrando em uma escola pública.....	131
Imagem 25 – Vida loka também ama. Saudades não tem braços mas aperta – Instituto GR2C (11/06/2022).....	146
Imagem 26 – André du rap, Maurício Monteiro e Luís Bizil durante inauguração da placa com o nome dos 111 mortos reconhecidos – Parque da Juventude.....	150

Imagem 27 – Presídio do Hipódromo (década de 1940).....	155
Imagem 28 – Kric no lançamento do livro <i>Cria do governo</i>	165
Imagem 29 – Flávio Straus na leitura da Carta às brasileiras e brasileiros, no Largo São Francisco (11/08/2022).....	174
Imagem 30 – Don Quijote de la “Peruada” – 1984.....	177
Imagem 31 – Corredor de sangue pós-Massacre do Carandiru.....	202
Imagem 32 – Governador Mário Covas e secretário de Segurança Pública João Benedicto de Azevedo Marques em vistoria na Casa de Detenção de São Paulo (22/02/1996).....	205
Imagem 33 – Secretário de Administração Penitenciária João Benedicto de Azevedo Marques, na ocasião do espetáculo Auto da compadecida, encenado por presos da Casa de Detenção de São Paulo (13/08/1999).....	206
Imagem 34 – Deise Benedito.....	210
Imagem 35 – Maura Augusta recebendo Medalha Theodosina Rosário Ribeiro.....	225
Imagem 36 – Pe. Günther Alois Zgubic.....	239
Imagem 37 – Pe. Günther Zgubic na Casa de Detenção de São Paulo.....	250
Imagem 38 – Osasluz.....	267
Imagem 39 – Jocenir autografando durante o lançamento do livro <i>Diário de um detento</i>	284
Imagem 40 – Jocenir e Cláudia.....	290
Imagem 41 – Jocenir autografando na Casa de Detenção de São Paulo	295
Imagem 42 – Jocenir antes da prisão.....	297
Imagem 43 – O diário de um detento e o diário de uma visita.....	301
Imagem 44 – “Eu e a minha mãezinha quando Josemir foi conhecê-la – São Manoel.....	304
Imagem 45 – “O nosso casamento”.....	305
Imagem 46 – Um natal no Carandiru.....	314
Imagem 47 – “A mamãe na cabine, Rafael e Renato no carrinho.....	315
Imagem 48 – “Eu sou a sua muleta e você é a minha.....	318
Imagem 49 – Cláudia autografando um exemplar do livro <i>Diário de um detento</i>	319
Imagem 50 – “O cárcere acaba com a mulher”.....	322
Imagem 51 – W.O.....	325
Imagem 52 – W.O e F.W mostrando faca produzida na Casa de Detenção de São Paulo.....	328
Imagem 53 – Seu Valdemar e banda Comunidade Carcerária no Parque da Juventude.....	329
Imagem 54 – Clipe 8º Pavilhão.....	331
Imagem 55 – Comunidade Carcerária ensaiando no Pavilhão 8 – Programa H (1999).....	332
Imagem 56 – Logo do Instituto Cultural GR2C.....	336

Imagem 57 – F.W e W.O no palco do Instituto Cultural GR2C.....	337
Imagem 58 – Desenho no Instituto Cultural GR2C – Comunidade 2C – O Senhor é o meu pastor, e nada me faltará.....	338
Imagem 59 – Vanderley no pátio externo do PV.9.....	348
Imagem 60 – Vanderley no pátio externo do PV.8.....	352
Imagem 61 – Vanderley e seus companheiros vendendo pelúcias no PV. 8.....	353
Imagem 62 – Vanderley trabalhando de “louceiro” durante regime semiaberto na Penitenciária de Valparaso.....	354
Imagem 63 – Grande concurso literário – <i>Letras de Liberdade</i> (2000).....	356
Imagem 64 – Vanderley colhendo assinaturas durante o show da banda Comunidade Carcerária (11/06/2022).....	359
Imagem 65 – Diário de Vanderley (07/05/2000).....	361
Imagem 66 – Mazotto Carandiru.....	365
Imagem 67 – Exposição da maquete da Casa de Detenção de São Paulo.....	368
Imagem 68 – Quadro demonstrativo da população carcerária e atividades laborterápicas do Pavilhão 4 – EMC.....	369
Imagem 69 – Mazotto Carandiru e o fantástico Mundo do Circo.....	370
Imagem 70 – Desfile de moda no Pavilhão 5 (16/12/1999).....	378
Imagem 71 – Cela da Seita Satânica.....	380
Imagem 72 – Cadáveres registrados por Ronaldo Mazotto.....	381
Imagem 73 – Ronaldo Mazotto no terraço do Edifício Santana Center registrando o Parque da Juventude.....	385
Imagem 74 – Celso no Espaço Memória Carandiru (23/10/2022).....	388
Imagem 75 – Foto de identificação na Casa de Detenção de São Paulo.....	392
Imagem 76 – Monólogo de Celso no xadrez 2309 do Pavilhão 2.....	397
Imagem 77 – Vista aérea da Penitenciária do Estado.....	414
Imagem 78 – Pavilhão 1 da Casa de Detenção de São Paulo (década de 1950).....	418
Imagem 79 – Penitenciária do Estado e Casa de Detenção de São Paulo – 1956.....	419
Imagem 80 – Governador Carvalho Pinto e autoridades na inauguração do Pavilhão 9.....	420
Imagem 81 – Casa de Detenção de São Paulo com descrição dos pavilhões (2000).....	426
Imagem 82 – Policiais retirando corpo no telhado de pavilhão após rebelião de 1982 (30/03/1982).....	438
Imagem 83 – Sobreviventes mostram lençol com sangue (3/10/1992).....	451

Imagem 84 – Projeto de descentralização do Complexo Penitenciário Profº Flamínio Fávero (2002).....	460
Imagem 85 – Casa de Detenção acabou.....	461
Imagem 86 – Complexo Penitenciário do Carandiru (2000).....	463
Imagem 87 – Implantação do Setor Esportivo.....	472
Imagem 88 – Muralha externa da Penitenciária Feminina vista do Parque da Juventude.....	473
Imagem 89 – Concentração de tipuanas – Setor Central.....	474
Imagem 90 – Etec Parque da Juventude e Etec de Artes – Setor Institucional.....	475
Imagem 91 – Planta do Parque da Juventude.....	481
Imagem 92 – Morrotes sob escombros da Casa de Detenção de São Paulo.....	484
Imagem 93 – Ruínas do Carandiru II entre o bosque de tipuanas.....	486
Imagem 94 – Passarela sob o córrego Carandiru.....	490
Imagem 95 – Sonho de Liberdade.....	499

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rede de pessoas presas durante o Massacre do Carandiru	49
Tabela 2 – Rede de ativistas dos Direitos Humanos.....	49
Tabela 3 – Rede de egressos e seus correlatos no período pós-Massacre do Carandiru.....	50
Tabela 4 – Colaboradores e seus diferentes projetos testemunhais.....	51
Tabela 5 – Número de presos na Casa de Detenção de São Paulo (1968-1976).....	424
Tabela 6 – Divisão de presos por pavilhão (1976).....	425
Tabela 7 – Perfil judicial e idade dos 111 mortos reconhecidos.....	453

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABHO – Associação Brasileira de História Oral

AFAEESP – Associação dos familiares e amigos do Encarcerado do Estado de São Paulo

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

AMPARAR – Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CDDPH – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo

CDH/OAB-SP – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional São Paulo

CDH/ONU – Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

CDP – Centro de Detenção Provisória

CEJIL – Centro para a Justiça e o Direito Internacional

CES/UC – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

CEU – Centro Educacional Unificado

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COESPE – Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CTC – Comissão Técnica de Classificação

CTV – Comissão Teotônio Vilela

DEPATRI – Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais

DIPE – Departamento de Instituições Penais do Estado

DH/USP – Departamento de História da Universidade de São Paulo

DP – Distrito Policial

EMC – Espaço Memória Carandiru

FD/USP – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FUNAP – Fundação de Amparo ao Preso

GCM – Guarda Civil Metropolitana

GIP – Grupo de Informação Prisões

GOE – Grupo de Operações Especiais
IC – Instituto de Criminalística
ICIA – Instituto Correcional Ilha da Anchieta
IML – Instituto Médico Legal
IPA – Instituto Penal Agrícola
LEP – Lei de Execuções Penais
MP – Ministério Público
MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo
MS – Estado de Mato Grosso do Sul
NEHO/USP – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo
NEV/USP – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OAB SP – Ordem dos Advogados do Brasil Seccional São Paulo
ONU – Organização das Nações Unidas
PC – Polícia Civil
PCC – Primeiro Comando da Capital
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
Pe – Padre
PLN – Processamento de Linguagem Natural
PM – Polícia Militar
PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo
PPGH/UFGD – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Pavilhão
ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
SAP – Secretaria de Administração Penitenciária
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SSP – Secretaria de Segurança Pública
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJSP – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução – O diário de um oralista.....	7
Espaço de definições.....	31
Fundamentos para uma história oral aplicada.....	31
Colaboração e o lugar social do oralista.....	35
Uma história oral filha da memória.....	37
Da floresta à árvore: comunidade de destino, núcleo narrativo e redes.....	39
Planejamento das entrevistas e parâmetros para o <i>corpus</i> documental.....	45
Fazendo o papel falar: transcrição, textualização e transcrição.....	51
Sobre autorização e ética na pesquisa.....	53
A justificação do projeto.....	54
Objetivos centrais e gerais.....	58
Uma hipótese orientadora.....	58
 PARTE I. HISTÓRIAS NO CARANDIRU (1980-2002).....	 61
Nota de orientação.....	62
 Capítulo 1. Presos durante o Massacre do Pavilhão 9.....	 63
Introdução.....	63
1.1. Maurício Monteiro.....	65
1.2. Luiz Carlos Paulino.....	91
1.3. José Roberto.....	107
1.4. José André de Araújo.....	132
1.5. Claudio Antonio da Cruz.....	151
 Capítulo 2. A sociedade civil entra no Carandiru.....	 169
Introdução.....	169
2.1. Flávio Augusto Saraiva Straus	171
2.2. João Benedicto de Azevedo Marques.....	192
2.3. Deise Benedicto.....	208
2.4. Maura Augusta Velata Soares de Oliveira.....	222
2.5. Padre Günther Alois Zgubic.....	238

Capítulo 3. Histórias multidirecionais no Carandiru pós-Massacre.....	260
Introdução.....	260
3.1. Josemir José Fernandes Prado.....	262
3.2. Cláudia Emília Chaló Prado.....	298
3.3. Washington Paz <i>feat</i> Flaviano Fonseca Filho.....	323
3.4. Vanderley Fischer.....	340
3.5. Ronaldo Mazotto de Lima.....	363
3.6. Celso Ferreira Albuquerque.....	386
 PARTE II. DE FLAMÍNIO FÁVERO A DOM PAULO EVARISTO ARNS:	
A HISTÓRIA DA CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO.....	402
Nota de orientação.....	403
 Capítulo 4. A Casa de Detenção de São Paulo no tempo.....	406
Introdução.....	406
4.1. Antecedentes (1822-1950).....	409
4.1.1. Uma prisão modelo nos trópicos: Penitenciária do Estado.....	411
4.1.2. A primeira crise do sistema penitenciário paulista (1950-1956).....	415
4.2. A Casa de Detenção de São Paulo: do nascimento à morte (1956-2002).....	417
4.2.1. Os primeiros anos da Casa de Detenção de São Paulo (1956-1980).....	418
4.2.2. O Prelúdio da catástrofe: rebeliões nos anos 1980.....	433
4.2.3. O Massacre do Pavilhão 9 na história.....	445
4.3.4. Os anos finais da Casa de Detenção de São Paulo (1992-2002).....	453
 Capítulo 5. O Parque da Juventude e a topografia do silêncio.....	465
Introdução.....	465
5.1. A transformação da Casa de Detenção em Parque da Juventude (1999-2007)...	468
5.1.1. Surge um centro de valorização do Homem.....	468
5.1.2. O projeto paisagístico de Rosa Kliass e a produção espacial do silêncio.....	481
5.2. O futuro do passado do Complexo Carandiru	491
5.2.1. Dispositivos mnemônicos e a gestão da memória prisional no Parque da Juventude.....	491

PARTE III. A PASSAGEM DA HISTÓRIA PARA A MEMÓRIA PRISIONAL PELA VIA DO TESTEMUNHO.....	502
Nota de orientação.....	503
Capítulo 6. <i>Superstes e testis</i>: as formas do testemunho carcerário.....	505
Introdução.....	505
6.1. O testemunho como sobrevivência.....	506
6.1.1. A passagem da vítima para o sobrevivente.....	508
6.1.2. O irreversível e o irrevogável.....	511
6.1.3. A memória corporal e os estabilizadores internos das recordações carcerárias.....	517
6.1.4. O Massacre do Carandiru na memória dos sobreviventes.....	522
6.2. O testemunho ocular/auricular e a democracia que não foi.....	543
6.2.1. Terceiros em um litígio: algumas implicações.....	543
6.2.2. O Massacre do Carandiru nas lembranças dos membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP.....	545
6.2.3. A Megarrebelião de 2001 e outros marcadores da memória.....	561
Capítulo 7. A emergência de novas formas de lembrar o Carandiru e a ressocialização pela via do testemunho.....	568
Introdução.....	568
7.1. Armazenadores externos da recordação.....	569
7.1.1. Da memória corporificada aos suportes externos.....	569
7.1.2. A escrita de si como suporte para a sobrevivência.....	572
7.2. Tecnologias testemunhais.....	588
CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES DE UM LONGO ITINERÁRIO.....	600
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	606
RELAÇÃO DE FONTES.....	617
Fontes orais.....	617
Fontes jornalísticas.....	618
Legislação.....	619

Relatórios e laudos..... 619

GLOSSÁRIO..... 622

INTRODUÇÃO – O DIÁRIO DE UM ORALISTA

O homem já bem desperto sabia que algo viria a aliviar como uma carícia seu sofrimento e esperou alguém chegar para contar a sua história.

Franco Terranova – *1001 Noites no Carandiru*.¹

Esta tese foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD) e contou, em etapa específica de sua elaboração, com a vinculação ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), instituição que me acolheu como investigador visitante entre março e setembro de 2025. Ao reunir procedimentos da história oral aplicada (Meihy; Seawright, 2020), a pesquisa reúne histórias de pessoas que compartilham lembranças situadas na antiga Casa de Detenção de São Paulo, instituição prisional popularmente conhecida como Carandiru.² O recorte temporal privilegia experiências determinantes entre a década de 1980 e o ano de 2002, quando se deu a desativação da instituição e a implantação do Parque da Juventude.

Ancorado nos pressupostos de um saber colaborativo, o estudo orienta-se por histórias contadas inteiramente e em primeira pessoa, que integram um longo labor entre as partes: narradores orais e oralista. A oralidade de cárcere foi como linha com que se costurou enredos que podem soar distintos e mesmo desconexos, mas que se encontram em uma mesma realidade prisional determinante em suas vidas. Nas interfaces da história oral testemunhal e história oral de vida, o *corpus* documental resultou dezesseis histórias que abrangem pessoas de grupos diversos, entre egressos do sistema prisional, familiares, funcionários e ativistas dos direitos humanos. Sem abdicar dos diálogos possíveis entre memória e história, a pesquisa voltou-se para o conteúdo das lembranças, isto é, para aquilo que os sujeitos participantes – aqui denominados colaboradores – escolheram para contar do seu passado vivido.

Em conjunto, as histórias orais evidenciam a dinâmica de um passado prisional ainda latente, que se faz presente na medida em que se tecem projetos pessoais, pelos quais lembranças de cárcere são convertidos em produtos de memória, externizados em mídias analógicas e digitais. Diante do estigma condensado na expressão “ex-presidiário”, os sujeitos

¹ Terranova, 2001, p. 14.

² Ao longo do texto, utilizo os substantivos “Casa de Detenção de São Paulo” e “Carandiru” de formas intercambiáveis. A razão simples para isso é que o bairro Carandiru ficou negativamente associado ao nome desta instituição prisional, sobretudo em função do Massacre ocorrido em 2/10/92. A mesma associação se faz presente em diferentes entrevistas.

marcados pela experiência carcerária fazem das vivências situadas no Carandiru uma matéria central de sobrevivência. No contexto da tese, a noção de trabalho de memória deixa de operar apenas como metáfora analítica e passa a designar práticas concretas de elaboração do passado prisional, que se faz continuado para além da extinção da pena. A combinação desses atos de memória faz emergir uma comunidade de destino que demonstra ser tanto uma comunidade de fala e uma comunidade de memória. É essa a tese que se pretende defender.

Para tanto, o texto percorre um itinerário organizado em três partes. A Parte I, *Histórias no Carandiru (1980-2002)*, destina-se a criar espaço narrativo às dezesseis histórias orais. As histórias foram organizadas em três capítulos, seguindo a lógica dos marcadores de memória: presos durante o Massacre do Carandiru, defensores de direitos humanos de pessoas presas e setores distintos que vivenciaram os anos finais do Carandiru, incluindo, além dos presos, familiares e funcionários. Cada história oral é precedida por comentários extraídos do caderno de campo, que funcionam como apresentações das entrevistas. Dessa forma, procuro inserir o leitor no circunstancial dos encontros e demais detalhes determinantes para o estabelecimento da fonte oral.

A Parte II, intitulada *De Flaminio Fávero a Dom Paulo Evaristo Arns: a história da Casa de Detenção de São Paulo*, abrange a trajetória do Carandiru, dos antecedentes à sua desativação e posterior construção do Parque da Juventude, iniciada em 2002. A seção divide-se em dois capítulos, o primeiro destinado à Casa de Detenção no tempo, enquanto o segundo problematiza as políticas de esquecimento que constituem o Parque, desde o plano paisagístico de Rosa Kliass, o qual, literalmente, encobriu os restos do passado prisional. Evocando as duas figuras que nomeiam respectivamente a Detenção e o Parque – Flaminio Fávero foi catedrático de medicina legal, e Dom Paulo Evaristo Arns, um importante defensor dos direitos humanos, procurou-se ressaltar o território Carandiru condensa as contradições que caracterizam o tempo presente no Brasil.

A Parte III, *A Passagem da história para a memória prisional pela via do testemunho*, dedica-se a análise das histórias orais por blocos temáticos recorrentes nas entrevistas, isto é, indicadores da memória coletiva. Ao inverter a matriz do conhecimento sobre o passado, pretende-se explorar o fenômeno testemunhal em suas diferentes manifestações linguísticas – caracterizadas por verbos ligados aos sentidos do tato, visão e audição – e nos projetos pessoais que conectam a memória corporificada à memória armazenada nos suportes externos. Essa também é a passagem da vítima para o sobrevivente, movimento que conserva o potencial transformador da recordação.

Em cada uma das seções, foram inseridas notas de orientação que antecipam e preparam teoricamente as discussões. De maneira similar, os capítulos são acompanhados de introduções. Espera-se, assim, conduzir a leitura processual capaz de orientar o construto da tese, passando pela memória propriamente dita, a história ao apaziguamento, associado à vontade de esquecimento, enfim, explorando o potencial heurístico dos testemunhos de presos comuns.

A Casa de Detenção de São Paulo “Professor Flamínio Fávero”, tornou-se amplamente conhecida pelo nome do bairro em que se situava, o Carandiru, na Zona Norte da capital paulista. Seu primeiro pavilhão foi construído no ano de 1956, em um terreno que fazia parte da Penitenciária do Estado, fundada em 1920. Ao longo da segunda metade do século XX, com a proposta de expandir a oferta de vagas prisionais em meio aos dilemas crescentes de uma urbanização acelerada, outras edificações prisionais foram sendo construídas nas adjacências da Penitenciária do Estado: o Presídio de Mulheres, o Centro de Observação Criminológica (COC), o Presídio da Polícia Civil e a Casa de Detenção (NEV/USP, 2022). O conjunto dessas instituições de privação de liberdade foi denominado Complexo Penitenciário do Carandiru.

Construída em um contexto de crise da política penitenciária paulista, cujo estopim foi a rebelião no Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICLA), ocorrida em julho de 1952, a Casa de Detenção de São Paulo do bairro Carandiru se destinava a uma dupla função. Em primeiro lugar, receber os amotinados da Ilha Anchieta e presos da antiga e superlotada Casa de Detenção da Avenida Tiradentes – edificação construída em 1852 para aprisionar pessoas escravizadas, convertido em prisão política durante o Estado Novo (1937-1945). Em segundo lugar, o novo empreendimento visava acolher réus que tinham que estar à disposição da justiça (Salla, 2007, p. 3). O trânsito de detentos aos fóruns criminais do centro era facilitado pela integração geográfica da Casa Detenção pela Avenida Cruzeiro do Sul.

Com o recrudescimento da política de privação de liberdade, concomitante ao crescimento das taxas de criminalidade no último quartel do século XX (Adorno; Nery, 2019, p. 170), o objetivo inicial da Casa de Detenção de São Paulo, como um destino de pessoas não condenadas à disposição da justiça, foi eventualmente desvirtuado, e a Casa de Detenção assumiu as feições de um depósito de pessoas onde se misturavam situações diversas. Pessoas não condenadas, réus primários e presos reincidentes dividiam os espaços, as vivências e os conflitos. Projetada para 3.400 internos, a Casa de Detenção, nos seus períodos de “casa cheia”, ultrapassou a marca dos 9.000 presos, situação que lhe conferiu o título de maior unidade

prisional da América Latina. A superlotação renitente acompanhava outros deficits, como a falta de funcionários, carência de atividades laborais e de serviços de assistência médica e jurídica.

De modo paradigmático, a história da Casa de Detenção é indissociável dos acontecimentos de 2 de outubro de 1992, quando uma ação policial, mobilizada com o propósito de conter um conflito entre detentos do Pavilhão 9, resultou na morte de 111 detentos reconhecidos, e um saldo ainda desconhecido de mortos desaparecidos. A catástrofe se consolidou na memória pública como Massacre do Carandiru, e constitui o maior morticínio ocorrido dentro de uma unidade prisional, em escala mundial. Mais de três décadas se passaram, e o assunto permanece como uma ferida aberta na história recente do Brasil, resultando em traumas aos sobreviventes e seus familiares, e um longo histórico de impunidade jurídica.

Nos dez anos que sucederam o Massacre, apesar da vontade política de “virar a página”, a Casa de Detenção permaneceu ativa, diante a dificuldade de criar vagas suficientes para receber o seu excedente populacional. A Detenção passava por um processo longo de desativação gradual, quando, em 18 de fevereiro de 2001, a 1º Megarrebelião do Sistema Penitenciário paulista revelou para a sociedade brasileira o Primeiro Comando da Capital (PCC). 30 mil presos, em 29 unidades prisionais se levantaram simultaneamente com a utilização de aparelhos celular e reivindicaram melhores condições nos estabelecimentos prisionais. A Detenção era um lugar estratégico por ser a unidade com maior densidade populacional e pelos presos assassinados em 2 de outubro de 1992, vidas que o PCC prometia “justiça”. As autoridades penitenciárias se convenceram que a solução desta nova crise passava por desativar a Casa de Detenção em definitivo. Os detentos remanescentes foram transferidos para demais unidades prisionais do estado, e a área foi liberada para a iniciativa de construir um parque urbano.

O projeto do Parque da Juventude, como ficou chamado, incluiu a implosão de parcela da estrutura original da Casa de Detenção, ocorrida em duas etapas – 2002 e 2005 –, e a reforma da estrutura remanescente, o que caracterizou uma inflexão decisiva na relação do Estado com o seu passado prisional. Mais do que uma requalificação urbana, tais intervenções operaram como formas de administrar a topografia da memória por um programa de amnésia institucional. A destruição do lugar de memória, apesar do processo de patrimonialização (Borges, 2021, p. 243-262), confere centralidade às disputas e fricções em torno da lembrança e do esquecimento. Para aqueles que se lembram, o Carandiru permanece atual, a despeito de toda a maquinaria de apagamento institucional.

A destruição do patrimônio prisional não é um dado isolado. Na verdade, a iniciativa deve ser vista como parte de um projeto mais abrangente de esquecimento pela associação da destruição dos rastros e o perdão. A autoanistia – concedida em 2022 por um militar, o então presidente Jair Messial Bolsonaro, para policiais militares condenados –, como forma de perdão sem passar pela questão da dívida, consagrou o histórico arraigado na cultura jurídica brasileira desde a Lei da Anistia de 1979, sancionada por João Figueiredo, que impediu a responsabilização futura de militares que torturaram, assassinaram e ocultaram cadáver.

Nos espaços sociais dilatados entre esses dois contextos históricos, do regime militar para o regime democrático, o Brasil deslocou o *inimigo interno* (Zaffaroni, 2006), do subversivo, partícipe ou não da luta armada, para o preso de crime comum, grupo significativamente composto por jovens negros, pobres, trabalhadores, migrantes e pessoas oriundas dos bairros periféricos. A esses indivíduos, objetos de uma guerra interna e constante, as punições dentro dos limites legais do direito penal são postas em suspenso (Zaffaroni, 2006, p. 11), e a alternativa passa a ser o aniquilamento.

À contrapelo desta maquinaria de esquecimento, egressos, familiares, funcionários e ativistas de direitos humanos, grupos marcados por vivências na Casa de Detenção de São Paulo por experiências distintas, escrevem uma outra história. Mais precisamente, a emergência de uma *comunidade de memória do Carandiru*, constituída apesar, e em muitos sentidos em função, da destruição do referencial físico da lembrança e da anistia autodeclarada, evidencia a necessidade de práticas de rememoração que escapem aos limites do controle institucional da memória. Nesse contexto, os trabalhos de memória adquirem relevância acadêmica e política. Acadêmica, ao tensionar as diferentes formas do testemunho ligados a presos comuns e como os projetos pessoais entrelaçam diferentes tipologias dos estudos de memória: memória comunicativa, memória coletiva e memória cultural (J. Assmann, 2008; Halbwachs, 2006 [1956]; A. Assmann, 2011); política, ao questiona a qualidade mesma de posseidade do passado por lembranças teimosas.

No período que sucedeu o período de ditadura militar (1985-presente), o Brasil se caracteriza por um padrão de encarceramento massivo marcado por graves deficiências estruturais. A consolidação da terceira maior população carcerária mundo convive com sinais persistentes de tortura, maus-tratos e carência de políticas efetivas de trabalho e oferta de educação nas unidades prisionais. Para aqueles que retornam ao convívio social, a condição de egresso se traduz, frequentemente, em obstáculos à inserção laboral, à escolarização e ao exercício pleno da cidadania. Nesse cenário, as alternativas disponíveis tendem a se estreitar, oscilando entre o retorno a práticas ilícitas e a permanência em situações de pobreza agravada.

A experiência prisional projeta-se, assim, no tempo da ação, condicionando estratégias de sobrevivência por diferentes suportes de memória: livros, músicas, canais em plataformas digitais, expressões artísticas e projetos não realizados.

O caráter aporético de um passado irreversível sob o olhar de Clio e irrevogável para Mnemósine (Bevernage, 2018) se redimensiona na esfera pública por diferentes fenômenos testemunhais do cárcere contemporâneo. No alvorecer dos anos 2000, enquanto o governo do Estado de São Paulo planejava a desativação da Casa de Detenção de São Paulo como tentativa de “virar uma página” na história da segurança pública paulista, egressos e presos protagonizavam um interessante movimento cultural por livros, raps, documentários e entrevistas em programas de televisão que tematizavam as suas vivências em circuitos ampliados de circulação, tensionando projetos oficiais de esquecimento. Enquanto se gestava o esquecimento na esfera política, dissociando a cidade do seu histórico de violações de direitos humanos no interior da maior instituição prisional da América Latina, os sobreviventes deste cárcere escreviam uma outra história, teimosa porque se nega continuamente a aceitar a qualidade de passado ao que persiste na vida.

Em *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, Nicolau Sevcenko se ocupou de Lima Barreto e Euclides da Cunha para constituir o *locus* social ocupado por esses escritores em plena Belle Époque à brasileira. O autor demonstrou como os literatos, inconformados com a desigualdade que assolava a cosmopolita Rio de Janeiro, eram socialmente mal ajustados. Tratava-se do prosaísmo dos desajustados (Sevcenko, 1995, p. 20). A partir dos narradores que falam pela comunidade carcerária do Carandiru – e a comunidade fala neles –, a história do Brasil democrático viu surgir o prosaísmo das testemunhas do cárcere.

Ao longo do percurso da pesquisa, pode-se acompanhar a continuidade deste fenômeno testemunhal, dilatado em estratégias e táticas para transitar na lógica do mercado. Na perspectiva do tempo vivo da memória (E. Bosi, 2003), o Carandiru continua como referencial ativo de trajetórias em movimento. Em casos determinados, trabalhar a memória explicita cada palavra deste enunciado: os egressos trabalham suas memórias como busca ativa pelo passado, ao passo em que as recordações se convertem em suplemento de vida. Os “velhos” escutados por Ecléa Bosi (2012), trabalhadores de uma São Paulo que se esvaneceu no curso de suas vidas, burilaram os seus espíritos e dele fizeram emergir as suas lembranças. Aqui, a finalidade e os meios desta tarefa conduzem a projetos individuais e coletivos em uma busca incessante pela ressocialização – muitas vezes, uma primeira oportunidade de “socialização”.

No que segue neste espaço introdutório, procurei situar os acontecimentos que determinaram as escolhas procedimentais que conduziram a pesquisa. Esse itinerário da pesquisa em história oral recebe o nome de história do projeto (Meihy; Seawright, 2020, p. 125). Por história do projeto, entende-se

a nota explicativa que apresenta o andamento da pesquisa para o público. Como se fosse uma aproximação dos leitores, toda história do projeto deve apresentar seus pontos de partida, os momentos de flexibilidade e alterações, revelando o percurso desde ideias que lhe deram origem até os primeiros registros de escrita, bem como as demais modificações ao longo do projeto. (Meihy; Seawright, 2020, p. 39).

Entre 2018, data da primeira entrevista, e 2025, data limite do trabalho de campo, formou-se uma pequena montanha de anotações, o que demandou organização e outra escrita do material bruto. O que se destina ao leitor é uma versão ligeiramente distinta dos rabiscos apressados feitos sob o balanço de trens e metrô, nos itinerários antes, durante e após as entrevistas. Parte considerável dos registros da pesquisa consta como apresentação das entrevistas. Considero que esse seja um modo de organização adequado para produzir fluidez e entendimento das histórias.³

Nem todos os acontecimentos relevantes puderam ser registrados. Parte considerável das conversas que mantive com os colaboradores se desdobrou sem a mediação do gravador, seja nos momentos demorados de despedida, nas conversas continuadas anos a fio por aplicativos de comunicação instantânea. Uma história contada indica diversas zonas da experiência inapreensíveis nos suportes externos, isto é, a oralidade no seu sentido mais abrangente, envolvendo o corpo e “tudo o que, em nós, se endereça ao outro” (Zumthor, 1997, p. 203). Nesse caso, fala-se das cadências do silêncio, das lágrimas incontidas e do ressentimento cultivado por longos anos no cárcere, provocando performances de masculinidade. O caderno de campo constitui, assim, uma memória de reserva da história oral; sua matéria se constitui dos “restos” do gravador.

Começamos pelo título enunciado. Falei de diário e depois de oralista⁴, duas palavras com diferentes usos nas ciências humanas. Com a expressão “diário”, gostaria de propor certa aproximação com a obra daquele que foi o primeiro entrevistado do projeto, Josemir José

³ Para que o leitor tenha um parâmetro comparativo, indico a leitura do capítulo “História do projeto: um *itinerário* da pesquisa” da tese de Seawright, 2015, p. 15-48. Para pessoas que fazem parte da comunidade de memória, a história do projeto assume, não raro, a feição de uma autoentrevista. Nesse caso, indico a dissertação do indígena Guarani Nandeva Natanael Cáceres Vilharva (2021).

⁴ Denomina-se oralista o pesquisador que opera projetos *de* história oral. Trata-se de posicionamento político diante a insatisfação contida no qualificativo *oral* a todos os campos que também se valem da história oral - geógrafo oral, pedagogo oral, filósofo oral etc.

Fernandes Prado, conhecido pelo pseudônimo Jocenir. Letrista do rap *Diário de um detento*, musicado pelos Racionais MCs, e autor do livro homônimo (2001), o Tiozinho, como era chamado nas unidades prisionais onde esteve preso, ou Miro para os seus familiares, foi o grande responsável pela minha escolha em seguir não somente por esse projeto, mas pela história oral. No exercício da escuta silenciosa, Jocenir pôde transitar entre grupos diferentes no cárcere, condição que possibilitou ao Tiozinho ser um observador privilegiado da condição carcerária. Ao converter escuta em escrita, como necessidade de sobrevivência defronte às “leis da cadeia”, Jocenir radicalizou os pressupostos contidos na mediação – levou o “Carandiru” para fora das muralhas. Mas, sobretudo, ele sabia contar histórias. Com tons de gravidade que encenaram personagens diferentes, o Carandiru de sua narrativa ganhava cor, cheiro e vida, produzindo a sensação de encantamento do mundo que faz das histórias prisionais – e dos romances policiais – gêneros aclamados.

Diferente dos modelos de diário íntimo (*journal*) e diário como registro cotidiano (*diary*), que se ocupam da vida subjetiva do indivíduo, cadenciando o tempo pelos dias do calendário (Calligaris, 1991, p. 46), a matéria do diário no contexto da história oral se constitui como resultado da experiência intersubjetiva, isto é, das relações estabelecidas entre o oralista e os narradores orais (Abrams, 2016, p. 54). O que torna cada projeto de história oral singular, mais do que a temática e a abordagem teórica, são as interações humanas, impossíveis de serem replicadas. Dito de outro modo, o diário de campo constitui-se como o registro provocado no exercício da escuta de forma abrangente.⁵

Ao me definir como oralista, identifico na prática da história oral um lugar social definido. Embora a bibliografia indique com recorrência a expressão “historiador oral” para se referir aos profissionais do campo, reconhece-se na polissemia dos projetos a insatisfação contida na sujeição à disciplina História, com “H” maiúsculo, como se a oralidade contida na memória comunicacional (J. Assmann, 2016) fosse mero adjetivo de um substantivo definido (Meihy, 2005, p. 269-270). A valorização da história oral em escala internacional, dentro e fora da academia, foi capaz de reposicionar a história oral como modalidade dotada de objeto e reflexividade própria. Neste horizonte disciplinar – embora não constitua mais uma disciplina acadêmica –, o oralista seria a pessoa que conduz projetos de história oral e, por meio deles, promove a mediação entre comunidades de memória, com as suas diferenças internas, e o público mais abrangente.

⁵ Compartilho do entendimento sistematizado por Christophe Bouton (2022, p. 529), que definiu o conceito de experiência em sua dupla concepção: vivência prática e sensorial do sujeito com o mundo (*Erlebnis*); dimensão prática do saber consolidado posteriormente mediante a ação reflexiva (*Erfahrung*).

Nos quatro anos de doutorado, foram numerosas alterações da proposta original. A cada entrevista, certezas se diluíam e novos problemas se somavam. Vi-me implicado em uma busca contínua para identificar, no chão do empírico, um caminho próprio que conduzisse ao entendimento da matéria. Fomos, os colaboradores e eu, agentes ativos de um longo e desafiador processo que fez valer a palavra trabalho. Trabalho no seu sentido amplo, diga-se, enquanto busca ativa da lembrança e criação de espaço de escuta – escuta provocada por demandas de cidadania, disputas mnemônicas, projetos pessoais e a inacabada ressocialização, que leva tantos egressos do sistema prisional à reincidência.

Lembro vagamente de ter visto o Carandiru na infância, da janela do metrô. Provavelmente foi um evento único, pois a minha vida esteve concentrada na zona Leste, e não na zona Norte, para quem essa instituição prisional constitui espécie de história local. Para ser exato, a primeira aproximação com histórias de prisão veio ainda no período escolar. Alguns colegas da turma tinham pais e irmãos mais velhos que cumpriam pena no Carandiru, destino comum de ladrões provenientes de todo o estado de São Paulo. Suas histórias de banditismo animavam os recreios, repletas de cenas de violência, produziam em nós, seus ouvintes, certo imaginário que misturava medo e idealização, de onde vinha o desejo velado de caminhar no “proceder dos manos”. Essa imagem compartilhada levou muitos meninos à vida no crime.

Mas foi somente no período final da graduação em História que esse tema voltou na minha vida. Ao ler retroativamente os diários da pesquisa, posso dizer que a proposta final é completamente distinta do impulso inicial que me levou a um projeto sobre memória no Carandiru. No ano de 2016, na condição de estagiário, eu lecionava aulas de História em duas escolas do bairro onde nasci e cresci, Jardim dos Ipês. Parte do meu estudo foi realizar sondagens com os alunos para estabelecer estratégias para o Ensino de História. Mais do que cultura periférica, a emergência de um sujeito periférico (Oliveira, 2018, p. 23), enquanto identidade assumida, e não imposta de fora para dentro, instigava experimentos renovados no âmbito do Ensino de História.

Ao longo da década de 2010, havia se consolidado uma segunda geração de jovens “formados” pelos raps do Racionais MCs. É possível definir o surgimento dos Racionais MCs como um marco decisivo para a compreensão do Brasil no regime democrático (1985-presente).⁶ O Brasil cantado pelos Racionais rompia com a imagem idílica de um país que

⁶ Ao longo da tese, adoto a tipologia “regime democrático brasileiro” e, paralelamente, “tempo presente”, para me referir ao período predominante nas análises (1985-presente). As expressões regime democrático brasileiro e tempo presente permitem problematizar os limites dos rearranjos institucionais, bem como a presença do passado no presente. Para essa discussão, ver: Fico 2012; 2015; Ferreira; Delgado, 2018.

optava pela conciliação racial sintetizada no Samba e na MPB (Bosco, 2017, p. 51). Tratava-se de um país matizado pelas experiências históricas do racismo, da concentração de renda e da guerra urbana, sendo o Massacre do Carandiru, de 2 de outubro de 1992, a sua expressão eloquente.

A banda Racionais MCs foi formada em 1988 por Ice Blue, Mano Brown, Edi Rock e KL Jay, e teve no seu disco *Sobrevivendo no Inferno*, lançado em 1997 pela produtora independente *Casa Nostra*, o amadurecimento de um projeto que reunia estética e experiência periférica. O sucesso comercial do disco, com 1,5 milhão de cópias vendidas, tornou-o um fenômeno cultural incontornável à crítica especializada e ao saber acadêmico. A faixa *Diário de um detento*, incluindo o clipe gravado nas dependências do Pavilhão 2 da Casa de Detenção de São Paulo, venceu em 1998 os prêmios MTV de Melhor Videoclipe de Rap e Escolha da Audiência. Como resultado deste fenômeno cultural em curso, a memória do Massacre do Carandiru permanece ativa entre pessoas que não necessariamente vivenciaram o evento.

Partindo do repertório cultural compartilhado pela maior parte dos alunos, escolhemos o rap *Diário de um detento* como fonte para tratar sobre a história recente do Brasil. A proposta foi analisar a formação do arco narrativo, organizado nos dias 1º, 2 e 3 de outubro de 1992. O que a atividade provocava era a leitura sequencial do Massacre do Carandiru a partir da experiência de um preso que ficcionalmente escreveu o seu testemunho: a disposição do cotidiano na cadeia, a temporalidade suspensa provocada pelo ócio continuado; o anticlímax com a briga entre dois presos, a operação policial que se utilizou do álibi de conter uma rebelião para executar os detentos e, enfim, a escrita retrospectiva após a catástrofe. O que estava em jogo era o próprio entendimento do *Diário de um detento* como inscrição ficcional do trauma, e como a ficção constitui uma importante fonte para combater as políticas de apagamento.

Ao reproduzir a música no aparelho de som, fez-se notar o grau de engajamento e seriedade dos discentes em relação à proposta apresentada – sobretudo entre aqueles apontados pela gestão escolar como “alunos problemáticos”. A voz seca de Mano Brown anuncia a estrutura do rap: trata-se de um diário iniciado com “São Paulo, dia 1º de outubro de 1992. Oito horas da manhã”. A partir de então, o silêncio quase ritualístico é interrompido por uma voz uníssona que cantava os versos cortantes “Aqui estou mais um dia / Sob o olhar sanguinário do vigia”. O canto uníssono permanece até o fim da música. Compreendi que o *Diário de um detento* possui o condão de produzir uma intensa presença coletiva (Gumbrecht, 2010), constituidora da estética comunitária.⁷

⁷ Com produção de presença, Gumbrecht se refere a “todos os tipos e eventos e processos nos quais se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos ‘presentes’ sobre corpos humanos” (2010, p. 13).

Foi a partir desta primeira experiência de ensino – certamente mais marcante para o aprendiz de professor do que em seus alunos – que surgiu o primeiro impulso de um projeto sobre memórias de cárcere. Paralelamente, um curso de formação inicial em história oral ofertado no NEHO/USP no segundo semestre de 2017 ofereceu as condições metodológicas que viabilizaram a armação de um projeto basilar, ainda que mutável, suficiente para iniciar uma pesquisa empírica.⁸ E tudo deveria começar com a definição de um ponto zero, pessoa que, ao juízo do pesquisador, possui grande reserva de memória e que pode indicar possíveis entrevistados (Meihy; Seawright, 2020, p. 35).

A partir de uma leitura prévia sobre o assunto, fazia sentido pensar Jocenir como possível e desejável ponto zero. Arguto, Jocenir soube aproveitar a repercussão de sua letra performada pelos Racionais MCs e publicou, em 2001, o livro homônimo *Diário de um detento*. A carência de registros sobre a história de vida do autor, para além de reportagens rápidas, justificava a elaboração de um projeto específico de história oral. Um número considerável de trabalhos acadêmicos tematizou a escrita de cárcere projetada no Carandiru; porém, persiste o desconhecimento sobre a história dos autores e a relação dos autores com a obra. Para Oliveira (2016, p. 29), o *Diário de um detento*:

É resultado de um processo coletivo de construção, uma parceria entre Jocenir, um dos sobreviventes do Massacre do Carandiru, e Mano Brown. Além disso, os cadernos de Jocenir circularam pelo presídio para serem aprovados pelo coletivo carcerário antes de sua versão final. Nesse sentido, trata-se de uma criação que foi de fato composta por toda a comunidade carcerária, cujo sistema de valores é definido coletivamente a partir de múltiplos olhares que se sobrepõem na canção.

Sabe-se que, ao contrário do que se afirmou, Jocenir não presenciou o Massacre do Carandiru, fato que torna ainda mais complexas as problemáticas de memória comunicacional no ambiente carcerário. De fato, um problema se formula: como Jocenir foi capaz de criar materialidade a lembranças coletivas acessadas indiretamente? E, em caso de confirmação do controle de representação praticado pelos detentos – Oliveira não cita a fonte desta afirmação –, como conjugar o *Diário de um detento*, escrito na primeira pessoa do singular, inserido em uma dinâmica de representação controlada e, portanto, como versão oficial dos presos? E, finalmente, como compreender a passagem do eu lírico presente no rap – um detento, e, portanto, qualquer detento – para a figura do autor definido? Responder a esse conjunto de

⁸ O curso ocorreu nas dependências do Departamento de História da Universidade de São Paulo (DH/USP), e foi ministrado pela pesquisadora do NEHO/USP Marcela Boni Evangelista. A iniciativa também contou com palestra de encerramento do coordenador do Núcleo, José Carlos Sebe Bom Meihy.

problemas implicava sondagens que dimensionassem a obra a partir da história de vida de Jocenir.

Começando por Jocenir, a ideia inicial consistia em promover um projeto de história oral de egressos do Carandiru que escreveram suas memórias de cárcere. O que chamava atenção, particularmente, era a densidade de obras literárias produzidas por egressos da Casa de Detenção de São Paulo, o que constitui um dos fenômenos mais chamativos da literatura contemporânea do cárcere. Particularmente, o início dos anos 2000 marcou a ambiência em que esse tipo de produção ganhou fôlego editorial.⁹ Não há como dissociar esse boom da literatura do Carandiru do sucesso editorial de *Estação Carandiru*, escrito pelo médico Drauzio Varella e publicado em 1999.

Estação Carandiru venceu os prêmios literários Jabuti de Reportagem e Livro do Ano de Não Ficção no ano de 2000¹⁰, tendo vendido, conforme se consta no texto de quarta capa, mais de 500 mil cópias até 2017. Não é menos significativo que o médico, então voluntário naquele presídio para a campanha de prevenção contra a AIDS, fez da convivência oportunizada pelo trabalho clínico a matéria-prima do livro, lapidada por uma escrita machadiana. Em 2003, o livro foi adaptado para o cinema pelo diretor Hector Babenco. *Carandiru: o filme* foi um grande sucesso de bilheteria: com 4,6 milhões de espectadores, o filme criou visibilidade internacional ao Carandiru. O longa-metragem foi consagrado como uma rara janela para o Brasil profundo, ao lado de filmes cultuados como *Cidade de Deus* (2002) e *Central do Brasil* (1999) (Gomes, 2007, p. 4).

Contudo, apesar do grande interesse público, sucesso editorial e cinematográfico que gravitam o *Estação Carandiru* não se repetiu àqueles ex-detentos que publicaram as suas memórias. Pouco sabemos a respeito do trânsito desses escritores do cárcere contemporâneo no mercado editorial e dos desafios de transitar por espaços de circulação do saber formal com o peso do estigma da vida pregressa no crime. Mais do que conjecturar as causas objetivas deste fenômeno testemunhal se expressar enquanto literatura do real (Seligmann-Silva, 2022, p. 270-271), portanto distinta do jogo inscrito na literatura canônica enquanto criação ficcional, há de se perguntar como esses homens de cadeia reelaboram os seus projetos em face do tempo presente.¹¹

⁹ Jocenir., *Diário de um detento: o livro*; Mendes, L. A., *Memórias de um sobrevivente*; Ramos, H., *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru*; Du Rap, André; Zeni, Bruno., *Sobrevivente André du Rap* (do Massacre do Carandiru); Rodrigues, H., *Vidas do Carandiru*, de Humberto Rodrigues.

¹⁰ Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/jabuti/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2000>. Acesso em: 08/06/2024.

¹¹ Por tempo presente, compreendo a experiência temporal marcada por um trauma histórico compartilhado por setores abrangentes da sociedade em questão. O convívio, por vezes conflitivo, entre gerações vitimadas e gerações

A esse respeito, é importante considerar a hipótese aventada por Sigaud Palmeira de que os escritores do Carandiru qualifiquem suas obras enquanto modo de reinserção social (2007, p. 9). Abrindo a possibilidade de dialogar entre análise do código escrito e código oral, a escuta dos escritores do Carandiru poderia contribuir na compreensão das motivações pessoais que animavam os projetos literários, bem como as suas táticas e estratégias empregadas para se legitimar no campo do outro (Certeau, 1998, p. 45-48).

Como desdobramento das reflexões apresentadas, o primeiro tema se refletia no enunciado “Memórias de escritores do Carandiru”, como proposta de sondagem sobre as motivações pessoais em torno deste fenômeno literário a partir de lembranças de cárcere. E tudo começaria com Jocenir. Conversamos no chat do Facebook a partir de sua página que divulgava a terceira edição do seu livro *Diário de um detento*. O entendimento inicial se desdobrou em duas entrevistas realizadas entre fevereiro e março de 2018, ambas realizadas em sua residência na zona Norte de São Paulo.

Desde a primeira entrevista com Jocenir, fizeram-se identificáveis contornos definidores da memória coletiva. No âmbito da atribuição da memória, não se dilatou a relevância da vontade de verdade, padrão de escrita e estilística realista que marcam a singularidade literária de Jocenir, identificada nos parâmetros de um testemunho singular que lhe é característico (A. Bosi, 1995, p. 310). Mas, aos poucos, foi sendo elucidado que a experiência de Jocenir seria analisável como ponto de vista de um fenômeno mnemônico mais abrangente, lastreado na comunidade carcerária. Renovou-se o sentido de uma das principais teses de Maurice Halbwachs, para quem a memória individual caracteriza um ângulo da memória coletiva, ainda que a experiência referenciada tenha sido vivenciada na solitude do sujeito (2006 [1956], p. 30).

Branco, oriundo da classe média e condenado em 1995 a quatro anos e seis meses pelo artigo 288 do Código Penal – formação de quadrilha – e mais três anos e nove meses pelo artigo 180 – crime de receptação dolosa de carga roubada –, Jocenir subitamente se tornou personagem central do rap nacional por ser o autor da letra de *Diário de um detento*, musicada na voz de Mano Brown. Em sua análise, a escrita do rap foi consequência da adaptação ao modelo de vida dos detentos. Distintamente, o seu livro foi expressão literária de um testemunho estritamente individual que visava comprovar sua inocência. Ao detalhar nuances editoriais, Jocenir indicou miudezas de um segundo livro não publicado, o que criava contrastes

posteriores que não vivenciaram empiricamente a catástrofe é particularmente relevante, visto que tensiona a própria passividade do passado. Com essa definição propositalmente “aberta”, procuro evitar a prevalência dos marcadores europeus para pensar problemas nacionais. Sobre o assunto, ver: Müller; Iegelski, 2018, p. 13-26.

com o sucesso editorial do seu primeiro livro e expunha as dificuldades sociais renitentes de absorver a palavra do egresso do sistema prisional.

A partir das entrevistas com Jocenir, realizadas em sua casa, conheci Cláudia, sua esposa, e a sua necessidade de falar o drama das visitas convidou a formação de um projeto mais amplo que abrangesse egressos e o seu meio social imediato. Evidentemente, seria factível permanecer “somente” com os escritores do cárcere: a literatura de cárcere relida pela memória de expressão se mostrava ventura demasiada instigante. Mas a complexidade daquele circunstancial marcado pela urgência da escuta provocou alterações de rota. Passei a me interessar pelas diferenças internas à comunidade de memória identificadas nas entrevistas com Jocenir, como detentos e familiares, escritores e pessoas mal incluídas no processo de aprendizagem, escrita e oralidade, presos e agentes do Estado, sobreviventes do cotidiano carcerário e sobreviventes do Massacre do Carandiru. O projeto mal havia iniciado, e as ramificações comunitárias direcionavam para um fenômeno vivo de memória.

Como alguém disposto a aprender a fazer história oral na prática, eu não pude senão me deixar provocar pela máxima: o campo tudo muda. E como havia mudado! Acontece que tudo nas histórias de Jocenir e Cláudia refletia o Massacre do Carandiru, ainda que elas sejam póstumas ao episódio. Mas como mensurar a força com que um evento pretérito interfere no presente imediato de pessoas que não o vivenciaram diretamente? Como analisar o fato de Jocenir ter escrito um diário sobre aqueles dias 2 de outubro de 1992, visto que ele só fora preso no Carandiru cinco anos depois? Teria ele conversado com seus companheiros de cela a ponto de recriar o próprio passado? E quanto a Cláudia, que tanto insistira na transferência do companheiro quando soube que seu destino era o Carandiru? Desafios.

Se não constituía propriamente o tema da pesquisa, o Massacre do Carandiru se afirmava como eixo intransponível da memória prisional contemporânea. De forma eloquente, a elaboração narrativa a partir das experiências na Casa de Detenção de São Paulo, sejam pretéritas ou posteriores, foi diretamente afetada pelo assassinato oficial – isto é, a partir dos laudos médico-legais¹² – dos 111 presos situados no Pavilhão 9. Desde então, passei a considerar o Massacre do Carandiru como marcador na memória coletiva, capaz de reorganizar a temporalidade prisional no Carandiru entre o seu antes e o depois.

¹² Existem controvérsias sobre o número exato de assassinados. A contagem dos 111 se baseia nos corpos encontrados a partir das dependências do Pavilhão 9. Nas conclusões do parecer da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, considerou-se: “segundo os dados mencionados, 111 é o total de mortos e 106 os feridos não mortais, totalizando 217 vítimas” (Machado; Marques, 2017, p. 145). A defesa dos oficiais condenados sustenta a tese que o número de mortos pela ação policial não ultrapassou 77 detentos, e que os demais 34 presos mortos foram vitimados entre si (O Globo, 2022). É preciso, ademais, incluir a própria contagem dos sobreviventes. Para isso, ver o capítulo 3 da tese.

Em termos procedimentais, tratei de organizar a comunidade de memória em dois subgrupos de entrevistados, divididos entre aqueles que vivenciaram diretamente o Massacre e aqueles que não vivenciaram diretamente. Aplicava, assim, o princípio das testemunhas diretas e indiretas. Produzir espacialidade textual à organicidade da memória e friccionar as diferentes afecções sobre aquele 2 de outubro de 1992 constituíram objetivos norteadores.

Não obstante, certas dificuldades se impuseram à consecução da pesquisa. Em primeiro lugar, Jocenir e Cláudia não mantiveram laços afetivos com egressos do Carandiru. Deliberaram seguir o curso de suas vidas exercendo o direito ao esquecimento. Esse fato impedia a indicação orgânica de novos entrevistados, como é desejável em história oral. Em segundo, o prolongamento do caso Carandiru na esfera jurídica embargava iniciativas de ouvir policiais militares envolvidos na operação. E não faltaram convites, telefonemas, espaço para explicações. Mesmo com o direito ao anonimato assegurado, os policiais optaram pelo silêncio, o que foi respeitado. Em todo caso, não seria o caso de tão somente ratificar as vozes dos violados. Para contrapor experiências discordantes e superar a condição de vítima, seria preciso tempo de maturação. Assim, entre o impulso inicial que me levou a falar com Jocenir e a proposta atual, quatro anos se passaram.

Entre 2019 e 2021, conduzi um projeto acerca do etnosuicídio entre os indígenas Guarani e Kaiowa na Reserva Indígena de Dourados (RID), em Mato Grosso do Sul (MS). Preservei o espírito que me levou à história oral ao reunir urgência de escuta e a necessidade de explicações, como meio para a mudança. Aprendi com os indígenas guarani-falantes em MS a cultivar a paciência em nome de mutualidades. Sem esta experiência prévia da escuta em situações de trauma, certamente o trabalho com os egressos do Carandiru seria mais imediato e linear.

Em 2022, ano de ingresso no doutorado em História pelo PPGH-UFGD, completaram-se 30 anos do Massacre do Carandiru. Este marcador de memória provocou discussões promovidas por sobreviventes e numerosas instituições observadoras de violações de direitos humanos no Brasil. Em meio a este instante de ampliação do debate público, alguns fatores interligados reposicionaram o imediato do campo, reativando o assunto que até então se mostrava esfriado no debate público. Primeiro, refiro-me a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2022, que manteve a condenação dos 74 oficiais condenados pela operação que assassinou os detentos sob custódia do Estado.¹³ Em dezembro do mesmo ano, o então presidente Jair Messias Bolsonaro assinou o decreto 11.302/2022, que concedeu indulto

¹³ Sobre a decisão do STF, ler <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/barroso-nega-recurso-e-mantem-condenacao-de-policiais-por-Massacre-do-carandiru/>.

natalino a crimes cometidos a mais de 30 anos não considerados hediondos – homicídio qualificado só passou a ser considerado crime hediondo em 1994 –, medida que incluiu os policiais condenados pelo Massacre.¹⁴ Posteriormente, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) julgou constitucional a anistia concedida por Bolsonaro e extinguiu as penas dos policiais condenados.¹⁵ À contrapelo desta maquinaria de autoanistia, fazia-se perceber a multiplicação de testemunhos de sobreviventes do Massacre, alguns deles dispostos a contarem algumas de suas histórias e dramas a pesquisadores interessados. Portanto, diferente do contexto da primeira versão do projeto, em que as histórias dos egressos do Carandiru permaneciam no âmbito privado do escritor com a sua obra, a emergência de novos atos testemunhais foi capaz de reposicionar a memória do Carandiru na esfera pública, atualizando o problema.

Com a movimentação do caso Carandiru na esfera pública, abriu-se espaço para uma janela temporal de suspensão da passividade do passado, tornado outra vez presente e atual. A noção de comemoração – ação de lembrar juntos –, evidentemente, enseja o exame particular das apropriações do passado por membros da comunidade de memória. Comemorar permite que os indivíduos possam se reencontrar, reavaliar os “movimentos fundadores” (Nicolazzi, 2010, p. 243), para então tecer caminhos e estratégias para a continuidade do grupo enquanto tal. Uma comunidade de memória – em outros momentos falei de *comunidade de destino*, com o mesmo sentido –, pode ser compreendida como um organismo social que se adapta para sobreviver. E os 30 anos do Massacre do Pavilhão 9, e cada 2/10, servem a esse propósito: as datas cheias criam as condições contextuais para que o passado seja lembrado e utilizado conforme demandas dilatadas no tempo presente.

Em *Burying the dead, Creating the past*, Eelco Runia (2007) propôs o entendimento de que o desejo de comemoração constitui o principal fenômeno histórico do nosso tempo:

¹⁴ Art. 6 do decreto: “será concedido indulto natalino também aos agentes públicos que integram os órgãos de segurança pública de que trata o art. 144 da Constituição e que, no exercício da sua função ou em decorrência dela, tenham sido condenados, ainda que provisoriamente, por fato praticado há mais de trinta anos, contados a data de publicação deste Decreto, e não considerado hediondo no momento de sua prática”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11302.htm. Acesso em: 20/01/2026.

¹⁵ Sobre a extinção das penas pelo TJSP, ver: <https://www.conjur.com.br/2024-out-09/tj-sp-extingue-penas-de-policiais-militares-responsaveis-pelo-Massacre-de-carandiru/>. Acesso em: 20/01/2026.

A comemoração baseia-se na ideia de que os atos cometidos por pessoas são cometidos por nós – não, é claro, pessoalmente, mas enquanto membros do grupo, da nação, da cultura e, em última instância, da espécie que deu origem à catástrofe. Atos calamitosos praticados por pessoas são feitos por nós, *porque poderiam ter sido praticados* por qualquer um de nós – se, por acaso, tivéssemos nascido algumas centenas de quilômetros mais adiante ou se não tivéssemos sido agraciados com – como expressou o ex-chanceler alemão Helmut Kohl – “a graça de um nascimento tardio” (Runia, 2007, p. 316, destaque no original).¹⁶

Ao distinguir atos divinos dos atos prometeicos – feitos por humanos –, Runia interpela as catástrofes cometidas pelos Outros e contra os Outros em um confronto direto com os contemporâneos – o exemplo dado é o do visitante em um lugar que condensa muitas mortes. Em um exercício de projeção ao passado, indivíduos e sociedades “comemoram” para procurar respostas à pergunta formulada por Giambattista Vico: “quem somos nós, para que isso tenha acontecido?”. A comemoração, portanto, nos implica enquanto testemunhas das catástrofes da história.

À comemoração soma-se a rememoração, como uma dobra da memória sobre si mesma, “uma espécie de atualização dos seus princípios” (Nicolazzi, 2010, p. 243).¹⁷ Pode-se dizer que a rememoração se associa à comemoração tal qual memória individual e memória coletiva. Não se tratam de fenômenos separados, mas de distinções vocabulares e de sujeitos de atribuição que se intercalam constantemente na vida concreta. Desta tipologia da memória, o que importa conservar neste momento é o entendimento de que o trabalho que os indivíduos e as sociedades realizam sobre a sua própria memória – e, portanto, das bases da própria identidade – não é meramente espontâneo. Essa tarefa depende de condições externas que acionam socialmente o evento referente. Os 30 anos do Massacre do Carandiru cumpriram essa função de estímulo de memória.

Se a ocasião dos 30 anos do Massacre criava as condições contextuais para uma memória que emergia do subterrâneo do social à superfície, para falar com Michel Pollack (1989), ainda restava definir os parâmetros para a continuidade do projeto, ao começar pela definição das pessoas a serem entrevistadas. Com o falecimento de dois escritores do Carandiru

¹⁶ Commemoration hinges on the idea that acts of people are committed by *us* – not, of course, in person, but as members of the group, the nation, the culture, and ultimately the species that brought the catástrofe about. Calamitous acts of people are made by us, because they *could have been made* by any one of us – if, by chance, we had been born a couple of hundred kilometers farther down or if we hadn’t been blessed with – as the former German chancellor Helmut Kohl has expressed it – “the grace of late birth”.

¹⁷ Por referenciar a própria memória como objeto de interesse, a rememoração permite algum paralelo com o conceito de metamemória proposto por Joel Candau. Metamemória, para Candau, se distingue no nível individual e coletivo. No plano individual, constitui “a representação que cada um de nós tem de nossa própria memória, o conhecimento que possuímos e, por outro, o que dizemos sobre isso (Candau, 2020, p. 22). Já no plano coletivo, essa cadência de memória da memória se manifesta nos discursos, os atos de vida política e cultural criadoras do sentimento de pertencimento a um determinado grupo (Candau, 2020, p. 22).

no ano de 2020 – Jocenir e Luiz Alberto Mendes –, foi necessário expandir o momento do ponto zero para demais entrevistados que pudessem sugerir demais entrevistados.

Em janeiro de 2022, conversei por telefonema com uma funcionária do Museu Penitenciário de São Paulo (MPP), instituição responsável pela salvaguarda da memória prisional paulista. Após ter explicitado as linhas gerais da proposta, pedi por indicações de possíveis entrevistados entre sobreviventes do Massacre do Carandiru. Antes mesmo de concluir o pedido, fui advertido a não utilizar a palavra “Massacre” com demais profissionais do museu, instituição que à época estava sob a administração de funcionários da segurança pública – por mera aproximação temática, diga-se. Em vez de “Massacre”, o MPP encontrou um caminho apaziguador pelo eufemismo explicitado na palavra “motim”.

Felizmente, para além do aviso intimidador da funcionária, foi-me indicado um sobrevivente do Pavilhão 9 que atuava como palestrante e educador no Espaço Memória Carandiru (EMC), instituição que possui um significativo acervo de objetos materiais da Casa de Detenção de São Paulo. Seu nome é Maurício Monteiro, que meses depois articulou a 1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere, grupo formado por egressos do sistema prisional com o propósito de promover políticas públicas direcionadas aos sujeitos prisionais. Maurício, vulgo “Nenê”, é uma pessoa central para o entendimento das articulações políticas a partir das memórias do Carandiru, sobretudo no contexto dos 30 anos do Massacre. Ao se projetar como liderança entre sobreviventes do cárcere, Nenê seria a pessoa ideal para a continuidade do projeto. Nos falamos por WhatsApp e tratamos de marcar a entrevista para o mesmo dia em sua casa, também na zona Leste de São Paulo.

A partir da primeira entrevista com Maurício, o projeto de pesquisa se ampliou consideravelmente. Primeiro, vale destacar os argumentos apresentados. Foi nítido compreender que, mesmo entre os egressos da Casa de Detenção de São Paulo, havia discordâncias e embates que passavam pela questão do direito de contar a história. Maurício reconheceu a existência de argumentos conflitantes entre os sobreviventes, mas falou em unidade nos temas com interface política, de onde advêm os projetos de ressocialização e as demandas por reparação às violações perpetradas pelo Estado brasileiro. Diferente de Jocenir, que optou por esquecer do passado prisional – significativamente no momento em que se tornou escritor –, Maurício conservava vínculos sociais com egressos da Casa de Detenção, a ponto de se projetar como mediador entre grupos diferentes de ex-presidiários.

Em um paralelo à noção de narrador pleno de Walter Benjamin (1994), pode-se dizer que Maurício foi um colaborador pleno. Nos diálogos dilatados em conversas que se somaram, indicou-me não somente os próximos entrevistados, mas atribuiu ao projeto de pesquisa a

possibilidade de estender as lutas pela memória encampadas pelos egressos a setores sociais letrados, que são, afinal, os primeiros destinatários de qualquer trabalho acadêmico e, em todo caso, formuladores de políticas públicas. Dito de outro modo, a diferença entre nós foi o que possibilitou a criação de um espaço de efetivo aprendizado. Nas palavras de Portelli (2016, p. 13), “a entrevista estrutura-se sobre um solo comum que torna o diálogo possível, mas também se estrutura sobre uma diferença que a torna significativa”.

Maurício Monteiro foi o ponto zero de um projeto mais amplo sobre memórias do Carandiru. Por seu intermédio, foi oportuno entrevistar demais egressos da Casa de Detenção, incluindo outros sobreviventes do Massacre do Pavilhão 9. Com a indicação de entrevistar Washington Paz, o W.O., Flaviano Fonseca Filho, o F.W., e Claudio Antonio da Cruz, o Kric, membros da banda de rap Comunidade Carcerária, formada no Pavilhão 8, o projeto chegou a demais egressos como André du Rap e Vanderley Fischer, bem como o carcereiro Ronaldo Mazotto de Lima, que ostenta o maior acervo material particular do Carandiru.

Entre tais narradores do Carandiru, pude dimensionar um fenômeno vivo da memória que transcendia o boom de literatura carcerária dos anos 2000 e se projetava por trajetórias continuadas. Ao escutarmos suas histórias, ouvimos sobre os projetos pessoais, os sonhos não realizados, livros não publicados, podcasts não gravados, diários segredados que não conheceram a luz do dia, e que esperam por condições favoráveis de se converter em produto de memória. Por entre as infinitas reticências, consta o cenário comum da ressocialização inacabada, inclusão perversa, a dificuldade financeira, obstáculos que fazem da arte da narrativa um verdadeiro ofício, em uma sociedade que já demonstrou a sua inclinação à cultura do terror.

Finalmente, um novo grupo de entrevistados se integrou à tese a partir do evento *Inventário Carandiru: 30 anos do Massacre*. Promovido por diferentes comissões da OAB-SP e demais grupos da sociedade civil organizada ligados à defesa dos direitos humanos¹⁸, o Inventário ocorreu entre os dias 3 e 8/10/2022. No decorrer da semana em que se completaram 30 anos do Massacre, foram compostas mesas temáticas que congregaram especialistas, ativistas e sobreviventes. Associado à atmosfera de denúncia que congregou um número reduzido, porém significativo, de participantes, o Inventário desenhou uma complexa cartografia da memória dos direitos humanos na cidade de São Paulo, passando por lugares como a Câmara Municipal de São Paulo, a sede da OAB-SP, o Centro de Direitos Humanos e

¹⁸ Segundo o site de divulgação do evento, as seguintes comissões foram promotoras do *Inventário*: Comissão de Política Criminal e Penitenciária, Comissão de Direito Militar, Comissão de Igualdade Racial, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Advocacia Criminal, Comissão de Justiça Restaurativa, Comissão de Direitos da Criança e Adolescente. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/evento/inventario-do-massacre-do-carandiru/1731714>. Acesso em 26/12/2025.

Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP), o Memorial da Resistência, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e a Ocupação 9 de Julho.¹⁹

O importante residiu na criação de um espaço heterogêneo que permitiu a inclusão de versões menos consagradas da catástrofe, sobretudo de pessoas que estiveram no portal da Casa de Detenção de São Paulo para denunciar o ocorrido. A fala embargada de advogados, juízes, tipos acadêmicos e membros da Pastoral Carcerária demonstrava que os abalos do Massacre do Carandiru transcendem a comunidade diretamente afetada.

Esses diferentes segmentos da sociedade civil reivindicavam para si o direito ao testemunho, que assumia um tom de denúncia a partir da linguagem jurídica e acadêmica. Nesse sentido, a abertura do evento foi significativa por criar contrastes reveladores de assimetrias e disputas de versões.²⁰ A presença de Maurício Monteiro, único sobrevivente naquela mesa em que predominou a presença de pessoas que não vivenciaram empiricamente o Massacre, feriu o pressuposto unificador da condição da testemunha. Em suas palavras, dirigidas aos demais membros da mesa, “os senhores têm pontos de vista; eu tenho a vista do ponto”. Estava estabelecido o cenário de fricção entre memórias concorrentes. E não estaria Maurício inaugurando uma nova rede, a de defensores dos direitos humanos, por um marcador de diferença?

No âmbito dos diálogos proporcionados no decorrer do Inventário, foi oportuno estabelecer contato com ativistas que, em comum, vivenciaram experiências existencialmente determinantes a partir da Casa de Detenção de São Paulo. Assim, pude entrevistar o advogado e, à época, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, Flavio Augusto Saraiva Straus; Deise Benedito, advogada e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra; a líder comunitária, bióloga e membra da Associação Projeto Gerações, Maura Augusta Velata Soares de Oliveira; e o padre Günther Zgubic, que, embora não estivesse presente no evento, foi indicado por uma de suas participantes, Petronella Maria Boonen, educadora de Justiça Restaurativa e missionária. Posteriormente, seguindo a indicação de Flavio Straus, entrevistei o procurador aposentado pelo MP-SP e ex-secretário de Segurança Pública, João Benedicto de Azevedo Marques.

¹⁹ A programação completa pode ser acessada em <https://www.geledes.org.br/inventario-carandiru-30-anos-do-Massacre/>. Acesso em 26/12/2025.

²⁰ A mesa foi intitulada *Inventário do Massacre do Carandiru*, e ocorreu no dia 3/10/2022 no Auditório Prestes Maia, na Câmara Municipal de São Paulo. A mesa foi composta por Marina Dias, Maria Laura Canineu, Maíra Rocha Machado, Maurício Monteiro, Deise Benedito, Paulo Sérgio Pinheiro, com a mediação de Belisário dos Santos Jr.

Por fim, conheci os últimos entrevistados do projeto durante um ato de solenidade que encerrou um ciclo de discussões nos 30 anos do Massacre. No sábado de 22 de outubro de 2022, a Frente Interreligiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz, por meio de articulação entre o reverendo Leonel Maia e Maurício Monteiro, promoveu o plantio de um pé de jabuticabeira no pomar do Parque da Juventude, o qual, desde 2018, leva o nome do arcebispo que contribuiu para a luta dos direitos humanos no Brasil.

Imagem 1 – Escola de samba Pavilhão 9 conduzindo o cortejo dos 30 anos do Massacre do Carandiru à jabuticabeira – Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns (22/10/2022)



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Ao plantio da árvore, somou-se a entrega de uma placa com o nome dos 111 detentos identificados ao EMC. Um cortejo ritmado pelos tambores da Escola de Samba Pavilhão 9 saiu da Etec de Artes, remanescente do Pavilhão 4, em direção ao pomar do Parque. Estávamos, os poucos presentes, ocupando um território marcado por graves violações contra os direitos humanos, para simbolicamente enterrar os nossos mortos.

A convite da advogada Priscila Rodrigues Naves Tardelli, membra da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-SP, realizei a leitura de um texto que abriu a solenidade da inauguração da placa.²¹ Este monumento preto, com os nomes destacados em branco, até o presente momento, é o único artefato em todo o território Carandiru que fala

²¹ O texto foi intitulado *30 anos do Massacre do Carandiru: por uma memória justa*, e foi publicado nos anais do XIV Encontro Regional Nordeste de História Oral (Maceno, 2024). Disponível em: https://www.academia.edu/116719698/30_anos_do_Massacre_do_Carandiru_hist%C3%B3ria_oral_testemunhal_mem%C3%B3ria_trauma_e_direitos_humanos. Acesso em 26/12/2025.

explicitamente sobre o Massacre – sem o eufemismo “motim”, preterido pelo MPP. O convite feito a um historiador cumpria a função de atestar a legitimidade daquele monumento de memória que reconhecia o Massacre enquanto tal.

Imagem 2 – (Da esquerda para a direita) Maurício Monteiro, Celso Albuquerque e Luiz Paulino na inauguração da placa em homenagem aos 111 detentos assassinados – EMC (22/10/2022)



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

Diferente dos ativistas que participaram do Inventário, eu não me posicionei enquanto testemunha, mas como cidadão que se colocava ao lado das testemunhas.²² O meu principal argumento defendia que a função pública memorialística do EMC e do Parque da Juventude dependia da mediação dos sobreviventes do Massacre e das pessoas que vivenciaram naquele espaço, seja na situação de preso, carcereiro, visita, advogado ou voluntário. Uma placa com 111 nomes, em si mesma, diz pouca coisa; somente a tarefa mnemônica de converter nomes em pessoas concretas seria capaz de extrair da obra o seu potencial explicador. Essa tarefa caberia àqueles que sobreviveram. Quanto a “nós”, membros da sociedade civil que prezam pela defesa dos direitos humanos, caberia a escuta. Com isso, eu expandia o entendimento corriqueiro da colaboração, não somente como procedimento de pesquisa, mas como operação social abrangente.

²² É reconhecido o distanciamento dos historiadores – se assim posso me colocar – da posição de “testemunha da história”. Recordo-me de Carlo Ginzburg e do seu posicionamento distanciado no caso Adriano Sofri, seu amigo pessoal acusado de ter incentivado um assassinato cometido por um terceiro. Ao problematizar o inquérito e as distorções na administração das provas, Ginzburg se recusou a ser testemunha de defesa, mas não se furtou ao dever cidadão de responder ao caso pela historiografia (1997).

Durante a semana de atividades, o anúncio de nomeação do coronel da PM Nivaldo Restivo à Secretaria Nacional de Políticas Penais, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, acionava a memória do Massacre do Carandiru, uma vez que o indicado esteve presente na operação de 2/10/92. Embora o coronel Restivo não esteja entre os oficiais condenados pelos assassinatos, o aceno de um governo eleito com o apelo de forças populares a um oficial que participou do Massacre figurava como a continuação da política de conciliação que caracteriza o regime democrático brasileiro.

Imagem 3 – Leitura do texto *30 anos do Massacre do Carandiru: por uma memória justa* – EMC (22/10/2022)



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

Como consequência de um posicionamento que apostava na inversão da matriz do saber histórico, das provas materiais à memória de expressão oral, criou-se o ambiente favorável à ampliação do corpus documental que eu vinha desenvolvendo. A partir de então, o projeto passou a incluir três egressos da Detenção: Luiz Carlos Paulino “Bizil”, Celso Albuquerque e, posteriormente, José Roberto. Entre encontros oportunizados, pude ainda conhecer demais egressos do Carandiru, sobreviventes ou não do Massacre, os quais não foram entrevistados em face do cronograma exíguo da pesquisa.

Desativada implodida em 2002, a Casa de Detenção de São Paulo é acionada por múltiplos gestos recordatórios; ultrapassou os limites de suas muralhas e mesmo do seu uso prisional, e se qualificou como fenômeno cultural. Músicas, filmes, monumentos, pessoas mortas e desaparecidas, pedidos por justiça e reparação, policiais condenados sem cumprir pena

de prisão, disputas no espaço urbano: pode-se dizer que as memórias situadas na antiga Casa de Detenção nunca estiveram tão presentes na vida cotidiana.

No conjunto, os egressos compartilham mais do que determinada unidade prisional, mas sim vínculos emocionais decorrentes de situações dramáticas vivenciadas em conjunto. Mesmo após cumprida a pena, continuam a se definir como comunidade carcerária. Dizem eles que a cadeia não sai do homem, ainda que o homem saia da cadeia. A impossibilidade do esquecimento, aliada ao dever de contar, justificou o título “Pavilhão Memória”, seguido do gênero narrativo predominante – história oral testemunhal – e da comunidade de memória que gerou as entrevistas.

A leitura a seguir, *Espaço de definições*, fundamenta conceitos e procedimentos orientadores do projeto.

ESPAÇO DE DEFINIÇÕES

Fundamentos para uma história oral aplicada

Consideremos Louis Starr, um dos precursores da moderna história oral em solo estadunidense. No verbete *Oral History*, da *Encyclopedia of Library and Informational Science*, Starr problematizou o lugar incerto da história oral moderna com a frase “mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina” (1977, p. 454).¹ De maneira distinta, ainda preservando o caráter de entrelugares ocupado por esse campo, Lynn Abrams definiu a história oral como uma disciplina de “tendências indisciplinadas” (2016, p. 32), formulação que capta com precisão sua inclinação transdisciplinar. No intervalo histórico entre essas duas posições, o debate acumulado foi capaz de deslocar a história oral de uma aceitação meramente instrumental para um campo do saber dotado de “critérios, formulações, procedimentos, empirias e objetos identificáveis” (Seawright, 2023, p. 16).

Convém sublinhar, desde já, que a identificação de critérios definidores não se confunde com o estabelecimento de barreiras disciplinares nos moldes do século XIX. Ao contrário, ao definir a história oral a partir da elaboração de um projeto, como se verá adiante, pretende-se valorizar a horizontalidade que constitui uma de suas marcas fundamentais, ao mesmo tempo em que se estabelecem parâmetros procedimentais compatíveis com os objetivos propostos. Seja para a criação de bancos de histórias, usos didáticos, performances artísticas, documentários ou análises acadêmicas, as aplicações da história oral são múltiplas, e cada uma delas exige clareza conceitual e planejamento.

Do momento da captação das entrevistas à publicação dos resultados, o oralista encontra-se implicado em sua própria prática. Sua matéria, resultante da conjugação entre memória e oralidade, sofre transformações profundas, deslocando-se do estado fluido dos enunciados para a fixidez relativa da escrita.² Não é exagerado afirmar que a história oral produz um tipo específico de saber (Portelli, 1979). Elementos comuns às ciências humanas, como oralidade, narrativa, silêncio, escuta, identidade, performance, subjetividade, memória, trauma, mutabilidade, coautoria e colaboração, constituem o seu arcabouço teórico e prático.³ É

¹ “Oral history is more than a tool and less than a discipline”.

² O processo de transformação das entrevistas do seu estado oral para o escrito não anula as marcas inerentes da oralidade, as quais são parte constitutivas de toda a cultura, conforme demonstrou Walter Ong (1989).

³ Em artigo publicado em 1979, Portelli mobilizou determinados conceitos que constituem o diferencial da história oral: oralidade, narrativa, subjetividade, credibilidade, objetividade e autoria. Lynn Abrams, em continuidade ao esquema proposto por Portelli, acrescentou os conceitos de performance, memória, mutabilidade e colaboração (2016, p. 19). Os conceitos de silêncio, escuta, identidade, trauma e coautoria são acréscimos de minha responsabilidade. Certamente a lista poderia continuar ou mesmo ser repensada, em diálogo constante com o

precisamente o reconhecimento dessas especificidades que permite avançar para definições que superem a compreensão restritiva da história oral como mera técnica auxiliar do saber histórico.

Não há como negar que a história oral se beneficiou das condições impostas pela globalização. Dos antigos gravadores de fita aos dispositivos digitais contemporâneos, passando mais recentemente por sistemas de inteligência artificial generativa que prometem transcrições instantâneas, os avanços tecnológicos impõem desafios metodológicos que ultrapassam uma leitura estritamente instrumental.⁴ Paralelamente, impõe-se a questão sobre até que ponto a história oral tem sido orientada pelos desafios contextuais específicos ou se ainda persiste uma tendência imitativa de parâmetros forjados nas antigas metrópoles (Meihy, 2000, p. 87). Nesse sentido, permanece pertinente indagar se é possível falar em uma história oral brasileira ou latino-americana, ou se ainda predomina uma história oral meramente implantada.

Assumir esta última hipótese implicaria afirmar que o acúmulo de debates desde a abertura política, os resultados de pesquisa e a institucionalização do campo foram insuficientes para a construção de procedimentos e categorias ancorados no cenário brasileiro. Não é essa, contudo, a posição adotada nesta tese. No interior da pluralidade de modalidades hoje reconhecidas, muitas delas acolhidas no âmbito da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), observa-se a constituição de um saber atento aos dilemas do presente, capaz de articular dimensões procedimentais, éticas e políticas. Sem a imposição de um único modelo, a instituição acolhe as diferentes definições e práticas e passou a adotar, em 2022, diretrizes para ética em história oral, o que representa um significativo avanço.⁵

Para explicitar o lugar ocupado por esta pesquisa no campo da história oral, torna-se necessário delimitar o conceito aqui mobilizado. É consensual que a história oral constitui uma modalidade de saber amplamente difundida e legitimada. Dentro e fora da academia, nas últimas cinco décadas, multiplicaram-se projetos voltados ao registro, armazenamento, difusão e análise de memórias elaboradas em entrevistas. Sua aderência às dinâmicas comunicacionais do mundo contemporâneo exige um exercício constante de autorreflexividade, no qual o cenário nacional assume papel central como qualificador do debate.

conhecimento empírico. Ao longo da tese, procurei fornecer uma ou mais definições de cada um dos conceitos mobilizados.

⁴ Oportunamente, Alistair Thomson, em artigo publicado em 2006, descreveu quatro paradigmas da história oral, sendo a mais recente, à época, a virada digital. Recentemente, Seawright retomou o artigo de Thomson para indicar uma possível virada inacabada, “do gravador digital à IA” (2025, p. 18).

⁵ Trata-se do Relatório do Grupo de Trabalho (GT) “História oral e ética em pesquisa”, aprovado em assembléia da ABHO em julho de 2022. O GT foi composto por Carla Rodeghero, Eudes Fernando Leite, Robson Laverdi e Pablo Porfírio.

Parte-se do princípio de que, em história oral, prática, metodologia e teoria são dimensões indissociáveis (Abrams, 2016, p. 3). Enquanto a metodologia orienta a prática por meio de etapas interdependentes que tornam o trabalho de campo exequível, a empiria impõe ajustes contínuos e fornece, simultaneamente, a matéria da reflexão teórica. Dentre as definições possíveis, adotou-se aquela que compreende a história oral como um sistema dialógico, no qual o ato da escuta ocupa posição fundante, sob a premissa de que nenhum compromisso teórico pode se sobrepor ao compromisso com os interlocutores.

No contexto brasileiro, a proposta de uma história oral aplicada tem indicado um caminho específico dentro do campo. Consolidada na trajetória do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP), essa modalidade compreende a história oral como:

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê planejamento das gravações, com indicação de locais, tempo de duração e demais fatores contextuais, bem como o tratamento a ser dado: estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso. O projeto estabelece parâmetros para eventuais análises das histórias ou disponibilização de entrevistas inteiras; arquivamento ou criação de banco de histórias e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, ser devolvidos ao grupo que gerou as entrevistas (Meihs; Seawright, 2020, p. 27).

A centralidade do projeto na definição de história oral não implica o engessamento da pesquisa. Ao contrário, o projeto funciona como estrutura aberta, capaz de incorporar as transformações impostas pelo trabalho de campo. Seu objetivo é organizar etapas interdependentes que podem ser sintetizadas em cinco momentos: planejamento das entrevistas; condução das entrevistas propriamente ditas; critérios de passagem do código oral para o escrito; análise⁶; devolutiva dos resultados à sociedade e à comunidade envolvida, etapa que consagra a colaboração em sentido amplo.

Formulada em *Memórias e narrativas* (Meihs; Seawright, 2020), a noção de história oral aplicada sistematiza o debate acumulado do NEHO/USP, significativamente, superar a divisão inviesada entre “história oral pública”, frequentemente associada a práticas leigas, grupos sociais sem vínculos formais com instituições de ensino superior, e uma “história oral acadêmica”, restrita aos circuitos especializados. O pressuposto desta formulação, consiste na

⁶ Para projetos cuja finalidade seja a organização de bancos de histórias – história oral como fim –, o momento da análise não se aplica (Meihs; Seawright, 2020, p. 155-158). Não é o caso desta tese, para a qual a intenção analítica constitui um dos objetivos da pesquisa. Nesse caso, fala-se de história oral como meio, e o seu fim é o entendimento de um determinado fenômeno mnemônico com projeção de mudança social.

separação problemática entre outros dualismos desdobrados como cultura popular e cultura erudita, cultura oral e cultura letrada, povos de cultura e povos de história. Ao definir a história oral como sujeito, e a aplicação como seu qualitativo, pretende-se superar tais dicotomias por uma prática cuidada, aplicada porque disciplinada, desde o planejamento à apresentação dos resultados. Busca-se na abertura do diálogo com outros campos do saber histórico como história pública, a história do tempo presente, os estudos de memória, história oral, e estudos de gênero e demais modalidades que se ocupam do passado no presente o reposicionamento da história oral na sociedade contemporânea.

Defende-se, assim, que a história oral aplicada possui inerência pública. Falar nos termos de história oral pública é reconhecer a vocação cidadã de um saber acadêmico que busca ser acessível a públicos não especializados (Almeida, 2016; Rovai, 2022). Nessa perspectiva, a relação entre entrevistador e entrevistado ocupa posição central, sendo pensada a partir de conceitos como autoridade compartilhada, formulado por Michael Frisch (1990), e colaboração, desenvolvido por José Carlos Sebe Bom Meihy (2005).⁷

Sem a pretensão de estabelecer um código normativo exaustivo, autores como Elizabeth Burgos-Debray, Daphne Patai, Alessandro Portelli, Daniel James, Svetlana Aleksievitch e, no Brasil, Ecléa Bosi e José Carlos Sebe Bom Meihy, demonstraram que a atenção aos públicos que constituem o circuito pesquisador-colaboração-receptor é constitutivo da história oral.⁸ Contudo, na trajetória da história oral ao longo do contexto da Guerra Fria, nem sempre a inclinação pública foi um fato autoevidente. A busca por uma escrita que dialogasse tanto com pares quanto com não pares precisou enfrentar críticas – algumas espectrais, pois permanecem latentes – que questionavam a confiabilidade da história oral por lidar com dimensões subjetivas da memória (Abrams, 2016, p. 6). Precisamente, foi a incorporação dos estudos de gênero, da história pública e, na América Latina, o contexto das aberturas políticas, que permitiu à história oral afirmar plenamente sua vocação cidadã, superando o imperativo exclusivo do arquivo (Shopes, 2016, p. 71-84).

⁷ O conceito de autoridade compartilhada sintetiza a proposta do historiador público estadunidense Michael Frisch, e foi apresentada no livro *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*, publicado em 1990. Conforme o próprio autor comentou, a *shared authority* “sugere algo que é; que na natureza da história oral e da história pública nós não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” (Frisch, 2016, p. 62). Ao longo desta tese, optou-se pelo conceito de colaboração, por compreender que ele gera complexidade às atribuições do oralista e do entrevistado, tido como personagem ativo do construto da sua história [oral].

⁸ A participação de entrevistados, entrevistadores e público consumidor foi o motor da história oral praticada no contexto estadunidense Pós Segunda Guerra. As propostas reuniam o acesso comercial ao gravador de voz, a demanda do público por histórias cotidianas e dos soldados que regressavam da guerra e a difusão das rádios, conjunto que marcou a democratização de certa história oral que se distanciava da história dos grandes homens que caracterizou o projeto de Alan Nevins (Meihy; Holanda, 2015, p. 102).

O deslocamento fundamental que se dilata no tempo presente consiste no reconhecimento do esgotamento de modelos de pesquisa que reduziam grupos sociais à condição de objeto. Movimentos políticos e comunidades de memória passaram a reivindicar participação ativa desde a concepção dos projetos, e não apenas em momentos pontuais de registro. Nesse sentido, o pesquisador das humanidades aplicadas deve garantir a participação efetiva dos sujeitos envolvidos, sem abdicar da análise crítica.

Quem opera com projetos de história oral assume, assim, uma tríplice responsabilidade: assegurar a dimensão pública da proposta; reconhecer que sua produção intelectual gera efeitos políticos; e garantir a devolutiva dos resultados. O circuito que envolve oralista, colaboradores e leitores amplia qualitativamente o lugar dos públicos desde a elaboração do projeto, com implicações diretas para a compreensão da história oral aplicada.

Colaboração e o lugar social do oralista

A definição de quem é quem nos projetos de história oral (Meihy, 2005, p. 130) está longe de ser uma questão resolvida. No contexto contemporâneo de requalificação dos públicos no interior das propostas de pesquisa, os participantes passam a ocupar posições antes concentradas na figura do intelectual. Colocam-se, assim, questões fundamentais: de quem são as histórias, por que são narradas, como se constroem e para quem se destinam. Partindo do pressuposto de que as histórias resultam de encontros planejados, negociações e soluções construídas conjuntamente, tornam-se necessárias definições mais precisas acerca das atribuições das partes envolvidas em diálogos mediados por dispositivos de registro.

A decomposição do conceito de colaboração contribui para elucidar a proposta almejada e evitar equívocos associados a leituras instrumentais ou mercadológicas. O termo colaboração deriva da junção de *co* (junto), *labor* (trabalho) e *ação*, designando, portanto, o ato de trabalhar conjuntamente. Recorrente nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEHO/USP, a colaboração expressa a articulação entre quem narra e quem escuta nos processos transformativos que constituem a matéria da história oral. Trata-se de uma transformação ampliada: da lembrança latente à sua vocalização, da oralidade ao texto escrito, dos tempos históricos aos tempos da memória, das ideias cristalizadas à crítica oportuna, das políticas de amnésia aos gestos persistentes de recordação. Fala-se, portanto, em transformação no sentido mais amplo, acolhido desde a relação de colaboração.

Ao elevar o entrevistado à condição de colaborador, afirma-se a centralidade, no circuito do projeto, daqueles que se dispõem a narrar suas experiências como parte do processo de construção de sua própria história. Não é suficiente, portanto, recorrer a categorias herdadas de

contextos policiais ou institucionais, como “depoente” ou “informante”. A colaboração qualifica-se como relação sustentada por três dimensões interdependentes: afetiva, ética e procedimental.

A dimensão afetiva valoriza o encontro entre subjetividades que se interpelam e exercem influência mútua. A colaboração configura um espaço existencial entre as partes e pressupõe investimento continuado na construção de vínculos, ainda que com intensidades variáveis (Menezes, 2007, p. 235). A temporalidade prolongada dessa relação é decisiva para superar o esgotamento meramente instrumental do encontro (Meihy; Holanda, 2015). Ainda que não utilizasse explicitamente o conceito de colaboração, Ecléa Bosi apreendeu com clareza a relevância dos vínculos afetivos para o desenvolvimento de pesquisas empíricas ao afirmar que “uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa” (Bosi, 2012, p. 38). A escuta, nesse sentido, não é apenas técnica, mas condição epistemológica.

Por sua vez, a dimensão ética emerge do questionamento do estatuto de quem se propõe a narrar sua experiência a um interlocutor. O esgotamento da chamada “situação etnográfica” (Albert, 2014, p. 130)⁹, sustentada por dispositivos linguísticos que reduzem grupos sociais à condição de objeto, abriu espaço para a crítica à dicotomia hierárquica entre Si e Outro, em que o primeiro se identifica com o pesquisador e o segundo com o sujeito analisado. Como argumentou Lila Abu-Lughod, o Si é uma criação naturalizada, fundadora de um sujeito pretensamente universal e ahistórico (1991, p. 53). A prática da escuta, com todas as suas implicações existenciais, permite deslocar essa oposição em direção à relação Eu-Tu formulada por Martin Buber, para quem “a palavra-princípio Eu-Tu fundamenta o mundo da relação” (2001 [1974], p. 45). Na história oral, essa formulação deixa de ser apenas filosófica e se converte em posição metodológica.

Um terceiro aspecto relacionado à colaboração são as atribuições concretas que estruturam o labor conjunto. Aqueles que narram suas histórias, doravante colaboradores, exercem funções decisivas no curso da pesquisa. Sua ética se funda na responsabilidade narrativa diante da própria comunidade em nome da qual falam. O lastro de verdade que sustenta suas narrativas não é a história em abstrato, mas os “próximos” com quem compartilham vínculos sociais. Cabe aos colaboradores indicar possíveis entrevistados, objetos biográficos vinculados à experiência narrada e, sobretudo, decidir o que deve permanecer ou ser retirado de sua história. Essa soberania narrativa acompanha todo o processo, desde a

⁹ Conceito utilizado por Bruce Albert que realiza um empréstimo da noção *situação colonial* presente na obra do africanista Georges Balandier.

produção do relato até a conferência contínua dos resultados, que antecede o momento formal da autorização para uso. Apenas então a entrevista se constitui como documento passível de análise e publicação.

No outro polo da relação dialógica, o oralista é responsável pela direção do projeto e responde pelos seus resultados. Sua ética se qualifica pela escuta respeitosa, pela transparência dos objetivos mobilizados e pelo compromisso com a devolutiva dos resultados. Ao diluir a pretensão autoral, o oralista assume uma vocação cidadã de mediação. Essa mediação não se limita a um papel técnico, mas constitui uma posição existencial diante dos públicos, conferindo razão social à prática da história oral. Reexaminada à luz da história oral aplicada, a mediação desdobra-se em duas situações complementares: o trânsito entre redes distintas de uma mesma comunidade de destino e a interlocução entre a comunidade que gerou as entrevistas e os públicos a que se destinam os resultados.

Por fim, é preciso reconhecer que a passagem de um conceito de seu campo semântico à sua efetividade prática nunca ocorre de maneira automática. Em pesquisas que envolvem pessoas vivas, os desafios se multiplicam e exigem atenção constante. Cada relação de colaboração é singular, e dessa singularidade resulta a marca duradoura das histórias orais na vida de quem as narra e de quem as escuta.

Uma história oral filha da memória

A história oral aplicada se situa como campo que estuda a memória comunicacional (J. Assmann, 2008), também denominada memória de expressão oral (Meihy; Seawright, 2020, p. 13). Falar genericamente em “memória” seria impreciso, visto que os fenômenos mnemônicos apresentassem especificidades capazes de definir diferentes formas de deflagrar o passado no presente. Por essa razão, optou-se por qualificar as modalidades da memória em expressões. Diferentemente das expressões escritas, eidéticas, patrimoniais ou de outras dimensões da experiência humana previamente registradas em suportes materiais, a memória filtrada pela oralidade se define por atributos que lhe são próprios: a liquidez, a seletividade e a intersubjetividade.

A liquidez refere-se ao fato de que as lembranças são corporificadas, isto é, emergem de um corpo submetido às contingências do tempo vivido. A seletividade manifesta-se no ato mesmo de narrar, que implica escolher, enfatizar e omitir. Por sua vez, a intersubjetividade decorre do fato de que a história oral resulta da interação entre quem conta e quem escuta, relação sempre atravessada, ainda que de forma implícita, pela presença do público a quem a narrativa oral se destina.

Paralelamente, a memória de expressão oral encontra-se atravessada por, ao menos, três dimensões do tempo vivido: o tempo da narrativa, o tempo dos acontecimentos e o tempo antigo, aqui denominado tempo ucrônico (Meihsy, 2005, p. 114-115).¹⁰ O tempo da narrativa corresponde aos momentos em que ocorrem as entrevistas, compreendidas aqui em sentido amplo, para além do instante do registro técnico. Trata-se do tempo do aqui e agora que caracteriza os encontros e condiciona o modo como as lembranças são enunciadas. O tempo dos acontecimentos é marcado por eventos que produzem efeitos determinantes no curso da vida, capazes de reorientar escolhas, trajetórias e posturas existenciais. Há, contudo, experiências que escapam à lógica cronológica dos calendários. Sonhos, devaneios, hipóteses de vida não realizadas, causos e narrativas transmitidas oralmente compõem aquilo que Meihsy denomina tempo antigo, um tempo sem localização precisa, mas dotado de forte densidade, comumente observado em grupos ágrafos.

Dotada de ritmo, cadência e sonoridade próprias da fala, a memória de expressão oral demanda procedimentos analíticos específicos, que não se confundem com aqueles aplicados ao exame de documentos previamente escritos. Evita-se, assim, a hierarquização entre fontes, reconhecendo-se a suficiência heurística das diferentes codificações da experiência. Enquanto a memória escrita tende a organizar os eventos segundo relações sincrônicas e diacrônicas, a memória oral atribui sentidos fortemente vinculados às circunstâncias de enunciação. Nessa perspectiva, o tempo não é apenas uma medida externa, mas uma experiência ativa que confere à recordação seu potencial transformador. Portanto, se diferencia do entendimento de um passado pela correlação exata entre *input* e *output*, concepção cara à mnemotécnica e às tecnologias de armazenamento (A. Assmann, 2011, p. 32-33). O que está em jogo é a dinâmica transformadora entre o conteúdo referencial das lembranças e o ato de evocá-las. A memória, assim concebida, trabalha no tempo vivido, individual e singular (E. Bosi, 2003, p. 53).

É esse deslocamento do passado em si para o passado lembrado que permite falar nos termos de uma história oral aplicada. A filiação deixa de ser prioritariamente com a história factual e passa a se ancorar na memória enquanto operação. Trata-se de uma passagem simbólica de filiação, de Clio a Mnemósine, que implica a substituição da pergunta “o que aconteceu” por um conjunto de questões exploratórias voltadas ao sujeito da lembrança e às

¹⁰ Meihsy fala em “tempo do antigo”, “tempos das mudanças essenciais” e “tempo da narrativa”. Considero que o conceito de ucrônia seja mais adequado ao que o autor atribuiu como sendo antigo, como tempo em que despontam situações míticas, fora da sequência cronológica da história escrita. Trata-se, portanto, de adequação semântica, preservando o seu sentido.

condições de expressão. Pergunta-se, então, quem lembra, o que é lembrado, como, quando, onde, por que e por quais meios se lembra.

Os mecanismos internos do projeto de história oral são articulados de modo a viabilizar a incursão empírica nesse universo da memória. Para tanto, mobilizam-se três conceitos operacionais que organizam diferentes escalas coletivas da lembrança. Da maior para a menor unidade, são eles: a comunidade de destino, o núcleo narrativo e as redes. Esses conceitos permitem compreender como a memória se estrutura socialmente e como se distribuem, no interior de um mesmo universo de experiência, as vozes, os silêncios e as disputas de sentido que constituem a matéria da história oral.

Da floresta à árvore: comunidade de destino, núcleo narrativo e redes.

No âmbito dos projetos em história oral aplicada, três conceitos articulados orientam a definição das pessoas a serem entrevistadas, os graus de vinculação entre elas e as diferenças internas aos grupos pesquisados. Da maior para a menor unidade analítica, operam-se as noções de comunidade de destino, núcleo narrativo (anteriormente denominado colônia) e redes. O argumento que sustenta essa conceituação repousa no movimento pendular entre memória individual e memória coletiva. Os indivíduos constroem sentidos de si em grupos definidores de identidade, ao passo que o coletivo só se torna inteligível por meio dos atos de memória atribuídos a sujeitos concretos. É precisamente do caráter dialógico, e por vezes conflitivo, entre sujeitos de atribuição da memória e a comunidade de destino que a história oral aplicada extrai parte de seu potencial analítico.

Entende-se por *comunidade de destino* a união

pela força do vínculo subjetivo existente entre pessoas afinadas em torno de motivações comuns, dramas e sofrimentos. [...] É motivada por grupos que vivenciam, de um jeito ou de outro, episódios de impacto, relevantes, questões modificadoras da vida ordinária e que têm consequências sociais substantivas. (Meihy, Seawright, 2020, p. 95).

Quando experiências de natureza material ou psicológica são vividas de modo coetâneo, instauram-se rearranjos identitários que reconfiguram a relação entre indivíduo e coletivo. Seja diante de acontecimentos abruptos, seja no processo mais lento de descida ao cotidiano, nos termos de Veena Das (2020, p. 21-22), a memória pós-traumática desorganiza o ritmo ordinário da vida social, exigindo reelaborações existenciais. Pela intensidade dessas experiências, os sujeitos passam a compartilhar uma destinação comum, sem possibilidade de retorno à condição anterior tal como era vivida antes do evento disruptivo.

A formulação do conceito de comunidade de destino em história oral dialoga diretamente com a sociologia da memória de Maurice Halbwachs. Para o autor, os mecanismos de lembrança e esquecimento são orientados por graus de coesão comunitária. Quanto maior o investimento emocional do indivíduo em relação a um grupo, maior a força das lembranças compartilhadas; inversamente, a fragilização dos vínculos coletivos tende a deslocar as lembranças para zonas periféricas da memória, caracterizando o que se pode chamar de esquecimento de reserva. Intensidade e profundidade, nesse sentido, são atributos constitutivos das comunidades de memória.

Logo nas páginas iniciais de *A memória coletiva*, Halbwachs sustenta a impossibilidade de uma memória estritamente individual. Mais do que reafirmar o caráter definitivo dessa assertiva, importa aqui considerar os desdobramentos de sua sociologia da memória para a análise das lembranças colhidas em história oral:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2006 [1968], p. 30).

A força e os modos pelos quais certos gestos são coletivamente lembrados, esquecidos ou apagados conferem singularidade à estética de uma comunidade de destino (Maffesoli, 2006). Sem encerrar o horizonte de possibilidades dos sujeitos afetados, essa estética se realiza como ação narrativa diante do trágico vivido. Falamos então de destinação, enquanto perlaboração diante do passado. É por meio da comunidade de destino que se tornam analisáveis questões de identidade, estratégias de coesão grupal e os meios de permanência simbólica no espaço social ampliado. Como organismo social, uma comunidade de destino busca caminhos próprios para se manter continuada.

Mais significativamente, a razão de ser deste projeto encontra-se na comunidade carcerária do Carandiru – a comunidade de destino que fala por meio dos colaboradores. Acontecimentos de relevo existencial situados na Casa de Detenção de São Paulo estruturam o eixo da memória carcerária a partir do qual os sujeitos afetados se apoiam mutuamente. Trata-se de uma ética estética própria, forjada na experiência prisional. A discussão que se segue procura explicitar os ordenamentos internos que evidenciam a constituição dessa comunidade de destino, considerando a interação contínua entre indivíduos e meio social imediato como chave explicativa da experiência (Meihy, 2005, p. 73).

O que garante unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva. A observância em relação à pessoa em sua unidade, contudo, é condição básica para se formular o respeito à experiência individual que justifica o trabalho com entrevista, mas ela vale no conjunto (Meihy; Holanda, 2015, p. 28).

Ao longo de cinco décadas de funcionamento (1956-2002), o Carandiru configurou-se como um microuniverso inserido na metrópole paulistana. Entre os fatores objetivos que singularizam essa unidade prisional em relação a outras do estado de São Paulo e do Brasil, destaca-se a densidade de sua população interna e os múltiplos efeitos produzidos no cotidiano da Detenção. Segundo levantamento de Fernando Salla, a média de presos no Carandiru foi de cerca de 6.000 pessoas, enquanto o número de vagas não ultrapassava 3.250 (Salla, 2007, p. 77). Em determinados períodos, especialmente nos anos que antecederam o Massacre de 2 de outubro de 1992, esse número superou 7.200 detentos (Varella, 1999, p. 9). A Casa de Detenção de São Paulo tinha traços identitificáveis enquanto uma cidade-prisão.

Distribuída em sete pavilhões, cada qual com características culturais próprias demarcadas ao longo do tempo, a comunidade carcerária do Carandiru acionava códigos de conduta relativamente autônomos em relação às normas instituídas pela administração penitenciária. A combinação entre superlotação crônica e regimes normativos próprios relaciona-se diretamente à necessidade primária de sobrevivência em um meio marcado pela escassez persistente de condições dignas de cumprimento da pena. É em nome da sobrevivência que se tornam inteligíveis os vínculos associativos formados na Detenção, bem como a continuidade dos laços afetivos, mesmo após o período de encarceramento.

Delimitar a comunidade de destino a partir da unidade prisional, e não da totalidade da população carcerária brasileira¹¹, antecipa a problemática que indaga de que modo a realidade específica da Casa de Detenção de São Paulo interfere na situação testemunhal carcerária. Essa redução de escala permite dar vazão às linguagens e às políticas protagonizadas pelos egressos do Carandiru, bem como compreender a articulação dos atos de memória que justificam o título da tese, *Pavilhão Memória*. Especificamente, a delimitação de um grupo de entrevistados marcados por experiências prisionais de relevo no período de transição política e posteriormente no regime democrático – seleção presente desde a maior unidade da memória coletiva – contribui para se fazerem perceptíveis as permanências e eventuais mudanças das práticas prisionais estruturadas no regime militar.

¹¹ Uma das tendências dos projetos de pesquisa elaborados segundo a metodologia do NEHO/USP é definir a comunidade de destino propositalmente em escala ampliada. Por exemplo, em um projeto sobre migrantes nordestinos motivados pela seca de 1958, a comunidade de destino foi definida como “todos os nordestinos atingidos pela seca de 1958” (Meihy; Seawright, 2020, p. 104).

No encadeamento lógico dos quadros coletivos da memória, o núcleo narrativo constitui a primeira subdivisão da comunidade de destino. Diante da impossibilidade de acesso empírico à totalidade do grupo, impõe-se a necessidade de delimitar núcleos que expressem padrões gerais da comunidade, ao mesmo tempo em que estabelecem critérios identificáveis de filtragem da experiência. O termo núcleo narrativo substitui a antiga denominação colônia, afastando ressonâncias coloniais e enfatizando seu papel metodológico (Meihy; Seawright, 2020, p. 100).¹²

A função do núcleo narrativo é viabilizar a condução empírica da pesquisa por meio de um conjunto delimitado de pessoas a serem entrevistadas. Trata-se de uma escolha necessariamente subjetiva, realizada pelo diretor do projeto a partir de critérios alinhados aos objetivos da proposta. Neste trabalho, conforme explicitado na história do projeto, optou-se por operar com dois núcleos narrativos complementares: pessoas que estiveram presas na Casa de Detenção e pessoas externas à condição prisional que adentravam seus muros como visitantes, profissionais ou ativistas.

Ao estabelecer as muralhas como limite simbólico entre um “dentro” e um “fora”, sempre permeável, buscou-se privilegiar as articulações entre prisão e sociedade. A porosidade dessas fronteiras manifesta-se na circulação intensa de pessoas, mercadorias, serviços, políticas públicas e informações, permitindo sondar a complexa zona de intercâmbio entre prisão, bairro e cidade (Adorno; Dias, 2013). As memórias analisadas ao longo da tese indicam novos parâmetros para compreender os graus de interação e dependência mútua entre essas realidades sociais.

Considera-se que a memória de expressão oral não se organiza de modo estritamente sincrônico ou diacrônico, nem reconhece fronteiras rígidas; na verdade, ela se assemelha mais a um movimento espiralado, marcado por avanços, recuos e zonas de intensificação narrativa. Por essa razão, o núcleo narrativo mantém vínculo direto com o contexto histórico, entendido como agente qualificador da experiência pretérita, uma vez que a lembrança se manifesta sempre por meio de um corpo situado no instante da narração.

Situar a pesquisa em torno dos trinta anos do Massacre do Carandiru revelou-se metodologicamente relevante enquanto estímulo de memória. As chamadas datas cheias criam condições específicas para a emergência de lembranças, permitindo acessar um momento

¹² A ideia de propor um readequamento semântico dos conceitos consagrados na metodologia do NEHO/USP foi pensada por Leandro Seawright, que passou a adotar em suas aulas o conceito de *núcleo narrativo primordial*. No meu entendimento, a expressão “primordial” contrasta com a escolha de mais de um núcleo narrativo no interior do projeto, razão pela qual optei pela forma simplificada do termo.

narrativo particular da comunidade de memória, no qual o passado traumático retorna à superfície e exige reelaboração (Runia, 2007, p. 313). O evento comemorativo constituiu experiência compartilhada por todos os entrevistados, inclusive por aqueles que não vivenciaram diretamente o episódio de 1992. A interseção entre núcleos narrativos e situação comemorativa conduziu à dilatação da memória que caracteriza a comunidade carcerária do Carandiru.

Como não se busca cristalizar a memória coletiva em unidade homogênea, mas antes promover a polissemia de versões, torna-se necessário avançar à última subdivisão da comunidade de destino: as redes. As redes correspondem às diferenças internas à comunidade de memória e, por essa razão, são sempre plurais. Se a comunidade de destino abriga a identidade do grupo, as redes permitem observar disputas, tensões e marcas alternativas que justificam comportamentos distintos no interior de um mesmo plano organizativo (Meihy; Seawright, 2020, p. 101). Procurou-se criar espaço narrativo para múltiplas experiências carcerárias, de modo a compreender, no plano textual, a vivacidade e a complexidade da comunidade de memória.

Do ponto de vista procedimental, as redes foram costuradas desde o momento ponto zero, entendido como a experiência inaugural da fase empírica da pesquisa. O momento ponto zero se define pelo instante da pesquisa em que se escolhe os primeiros entrevistados, considerados detentores de ampla reserva de memória e capazes de indicar novos colaboradores (Meihy; Seawright, 2020, p. 35). Idealmente, as redes se constituem com mínima interferência do oralista, ainda que, na prática, a distância entre conceito e aplicação imponha desafios específicos.

Uma leitura preliminar do tema direcionou inicialmente a pesquisa aos escritores do cárcere. Entre eles, Josemir José Fernandes Prado, conhecido como Jocenir, destacou-se como voz emergente no contexto cultural do pós-Massacre do Carandiru. Autor da letra do rap *Diário de um detento*, lançado pelos Racionais MCs no álbum *Sobrevivendo no Inferno* (1997), Jocenir publicou posteriormente *Diário de um detento: o livro*, consolidando-se como articulador de uma vontade de denúncia e de verdade.

Apesar de coerente enquanto ponto zero em termos de reserva de memória, Jocenir optou por não manter vínculos com outros egressos após o período de cárcere, o que limitou a constituição orgânica das redes. O estigma associado à experiência prisional faz do esquecimento da vida pregressa uma estratégia legítima de sobrevivência, ainda que não generalizável a toda a comunidade. Diante disso, tornou-se necessário ampliar o ponto zero para um momento mais abrangente da pesquisa.

A continuidade do projeto se deu a partir da conjugação entre uma nova entrevista e a participação em um evento público. A entrevista foi realizada com Maurício Monteiro, sobrevivente do Massacre do Carandiru e, à época, mediador no EMC. O evento foi a comemoração dos trinta anos do Massacre, ocasião em que se estabeleceram contatos com pessoas inseridas no mesmo circuito mnemônico, mas não indicadas em entrevistas anteriores. Dessa conjugação resultaram três redes principais: pessoas presas durante o Massacre, ativistas dos direitos humanos e pessoas presas no período pós-Massacre.

Essa composição, fundada nos quadros coletivos da memória, permite aberturas analíticas multifacetadas e concretiza a vocação da história oral aplicada em promover espaço voco-textual para o conflito e o entrecruzamento de memórias concorrentes (Pollack, 1989, p. 4).¹³ Ao analisar assimetrias, desigualdades e dessemelhanças no interior da comunidade carcerária do Carandiru, o trabalho busca exercer um papel cidadão comprometido com a democracia das vozes (Gattaz; Meihy; Seawright, 2019).

No interior de cada rede, determinadas entrevistas indicam aberturas para outras, sondadas apenas de modo parcial em função dos limites do projeto. Assim, a primeira rede apresenta quatro histórias de sobreviventes diretos do Massacre e um testemunho oriundo do Pavilhão 8; a segunda reúne três ativistas atuantes no caso Carandiru e dois colaboradores com experiências posteriores; a terceira é composta por quatro egressos do Carandiru, um familiar de detento e um carcereiro, todos com vivências prisionais determinantes após 1992.

Apesar das diferenças internas a cada rede, a divisão por períodos, tomando o Massacre como marcador de memória, mostrou-se a alternativa mais adequada à dinâmica da comunidade de destino. O rap *Diário de um detento*, por exemplo, só se torna plenamente inteligível como expressão de memória comunicacional produzida no convívio com sobreviventes diretos do episódio. As motivações pessoais e os modos de elaboração da experiência carcerária oferecem, assim, leituras alternativas do passado vivido, sem perder de vista os condicionantes de cada contexto.

A dificuldade em impor parâmetros rígidos às redes decorre da multiplicidade de sentidos que as lembranças do Carandiru assumem no tempo presente. Se, nas primeiras décadas do século XXI, predominaram as expressões testemunhais escritas, o cenário atual,

¹³ Não pretendo avançar na proposta de Michael Pollack, para quem foi relevante analisar as novas questões de memória pós Queda Muro de Berlim pela sobreposição entre memória oficial e memórias subterrâneas. Importa, neste ensejo, manter a noção de *disputas de memórias* e analisar, pelas histórias orais, as formas com que as redes se indicam e se explicam em conjunto. Tratando dos estudos de memória, o conceito de memória multidirecional, de Michael Rothberg (2009) explora os fenômenos mnemônicos em uma perspectiva que reconhece as “disputas”, mas privilegia a correlação e mesmo atração entre lembranças conflitantes.

dilatado por egressos do sistema prisional, borra os limites entre suportes e amplia significativamente as formas de escrita de si. A predominância do suporte livro nos anos finais da década de 1990 e início dos anos 2000 – o que se evidencia na extensa bibliografia dedicada a essa literatura produzida por egressos do Carandiru (Palmeira, 2009; Camilo, 2013; Taets, 2018; Borges, 2024) –, deve ser compreendido como um momento específico de um processo inacabado, em que os testemunhos de prisioneiros recebem projeção pública. Uma das formas de apreender essas transformações do lugar das testemunhas na sociedade brasileira contemporânea é partir da vida concreta dos egressos. Eis a proposta desta tese.

Planejamento das entrevistas e parâmetros para o *corpus* documental

As histórias que constituem a leitura da tese resultaram de encontros orientados por escolhas procedimentais e negociações oportunas. Desde o início da pesquisa, os colaboradores estiveram conscientes das definições que orientaram o projeto, incluindo os objetivos da proposta. Em vez de buscar no projeto amarras intransponíveis, primei pela consolidação de vínculos colaborativos e, na chave dos entendimentos possíveis, decidir conjuntamente a condução dos trabalhos de memória. Essa abertura a um espaço deliberativo compartilhado, contudo, não prescindiu de escolhas iniciais que, embora transitórias, foram essenciais para uma primeira aproximação.

A primeira decisão dizia respeito ao modelo de entrevista. Foram conduzidas entrevistas livres, entendidas como narrativas de condução aberta, sem perguntas encerradas ou aplicação de roteiros prévios. As entrevistas se converteram em um espaço de escuta que permitiu aos colaboradores se expressarem segundo parâmetros subjetivos. Essa opção se relaciona diretamente ao tempo e ao lugar das entrevistas.

Quanto ao tempo, estabeleceu-se inicialmente encontros de aproximadamente duas horas, incluindo apresentação do projeto e sessão de gravação. Alguns colaboradores demandaram maior ou menor duração e, em certos casos, novas sessões de gravação foram realizadas. O essencial foi criar condições para que se refletissem escolhas pessoais, vivências carcerárias, desafios da ressocialização e avaliações sobre a experiência. A assimetria da duração das gravações decorre, portanto, da centralidade do colaborador como agente ativo na construção de sua história, bem como das variações de intensidade próprias da relação de colaboração.

No que diz respeito ao local, de regra, segui as indicações dos próprios colaboradores, considerando que o espaço escolhido interfere na história contada e, por isso, constitui fator de análise. Os gravadores digitais atuais ampliam consideravelmente a liberdade na captação do

som e permitem entrevistas em ambientes que, embora não ofereçam condições ideais de captação sonora, como ruas movimentadas, shows de rap e igrejas, não comprometem o trabalho posterior de passagem do código oral para o escrito.

Para o registro das entrevistas, utilizei um mini-gravador digital de áudio Sony ICD-PX240. A opção pelo registro sonoro se relaciona às implicações da passagem para o escrito, que orienta a atenção do pesquisador para o encadeamento argumentativo, a cadência e a força persuasiva da narrativa. A fim de suprir lacunas relativas ao contexto dos encontros e às dimensões performáticas da fala, registrei, no caderno de campo, impressões pessoais, características do cenário e elementos de linguagem que escapam ao conteúdo gravado.

Sempre que possível, priorizou-se a realização de entrevistas presenciais. Egressos do sistema prisional e pessoas habituadas ao cotidiano da segurança pública frequentemente destacam a importância do olhar e da presença como componentes de confiança e reconhecimento mútuo. Essa dimensão reforça a interação que sustenta a entrevista – núcleo da prática da história oral. Quando o encontro presencial se mostrou inviável, recorreu-se a entrevistas on-line, sem comprometer os resultados.

Vive-se, hoje, em uma sociedade amplamente digital, na qual Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCIs) estão disponíveis para grande parte da população (Barros, 2022, p. 11). Esse cenário, porém, convive com desigualdades de acesso. Não raro, egressos do sistema prisional estão sujeitos a limitação de recursos, conexão instável e obstáculos práticos. Nas condições ideais apresentadas nos bairros que acumulam a riqueza da cidade, uma chamada de vídeo pode ocorrer sem maiores dificuldades. Porém, nos bairros periféricos onde os colaboradores se situaram durante a pesquisa, o direito de acesso à internet, bem como outros direitos fundamentais, não se concretizou.

Mesmo essas dificuldades reforçaram a busca por dinâmicas comunicacionais complementares, como mensagens de áudio, texto e emojis. Após décadas de uso doméstico da internet, observa-se a consolidação de práticas mnemônicas que combinam voz, imagem e escrita, as quais merecem ser reconhecidas como parte do contexto comunicacional contemporâneo. No interior do projeto, a extensão da entrevista para além do momento da gravação, incorporando em alguns casos mensagens de texto, foi sempre acordada entre as partes. Isso porque uma entrevista de história oral não se inicia quando o gravador é ligado, e não se encerra quando este é desligado.

Seja presencial, seja on-line, a entrevista em história oral conserva um denominador comum: trata-se sempre de um trânsito no mundo de quem conta a história (Meihy; Seawright, 2020, p. 126). Não há evidências de que tal trânsito se torne impossível no ambiente digital

(Santhiago; Magalhães, 2020). As modalidades, no entanto, produzem diferenças de performance com implicações na interpretação da matéria, já que há narradores orais que se expressam com maior desenvoltura em ambientes digitais, enquanto há contadores de histórias que constroem o seu roteiro com a necessária presença física do ouvinte. De todo modo, o registro sistemático no caderno de campo permitiu acompanhar tais variações e apreender o potencial de cada modalidade.

Nas entrevistas on-line, a plataforma variou conforme os recursos disponíveis e a familiaridade dos colaboradores. Predominaram chamadas de vídeo pelo WhatsApp, com gravação externa de áudio. Dois entrevistados optaram por chamadas via Google Meet ou Skype, segundo o critério de facilidade dos entrevistados em utilizar tais plataformas.

Por sua vez, o planejamento das entrevistas resultou do entrecruzamento entre dois gêneros narrativos: a história oral de vida e a história oral testemunhal. Buscou-se dimensionar o sentido existencial da experiência e, simultaneamente, acolher aspectos ligados à escuta de situações traumáticas. Entende-se por história oral de vida o gênero narrativo que amplia o espaço de escuta e favorece a construção subjetiva pela qual o narrador organiza escolhas pessoais. Em termos metodológicos, privilegiam-se questões abertas e não diretivas, e a postura consagrada na tradição brasileira é afirmativa, isto é, não combativa (Meihy; Seawright, 2020, p. 62-68).

Um aspecto central da história oral de vida consiste no uso de estímulos como condição para a continuidade do diálogo:

Entende-se *estímulos* como um conjunto amplo de questões que se abrem para que o colaborador exerça seu papel de narrador, dono da própria história. Os estímulos favorecem as escolhas e isso é vital para os trabalhos de memória. Porque a memória é seletiva, em vez de se provocar respostas objetivas, diretas e imediatas, recomenda-se um espectro grande de questões que permitam as tais escolhas dos narradores. Do contrário, com perguntas e respostas, o que se tem são diretivas que mais dizem de quem comanda o projeto do que propriamente de quem se presta a contar a experiência vivida e retida na memória. (Meihy; Seawright, 2020, p. 63, destaque no original).

Além disso, os estímulos dependem de uma presença ativa do entrevistador. O interesse por histórias de vida, frequentemente longas e repletas de vaivéns, é condição relevante para uma postura profissional diante do outro. Reações não verbais, retomadas cuidadosas e pequenas marcas de continuidade podem contribuir para a atmosfera adequada à contação de histórias.

Quanto à história oral testemunhal, trata-se de uma via de incursão na existência por meio de experiências traumáticas, o que permite análises tópicas de problemas que questionam

e desestabilizam o bem-estar estabelecido (Meihy; Seawright, 2020, p. 75). Em concordância com Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2013), a responsabilidade com os deveres de memória nesse gênero narrativo ultrapassa o registro do trauma e se vincula a razões de cunho político.

De vocação cidadã, a história oral testemunhal opera conjuntamente com grupos que sofreram ocorrências graves, centrando o enfoque vivencial na magnitude do drama, que se torna o núcleo da narrativa (Meihy; Seawright, 2020, p. 78). Considerando as consequências coletivas dessas experiências, o labor narrativo se orienta à mudança social:

Preside sempre algo de moral nos projetos de história testemunhal, porque, nesse tipo de elaboração, estabelecem-se compromissos com o reconhecimento de atrocidades que se dirigem à superação de problemas graves e variados; cuida-se, então, de formular postulados denunciadores de procedimentos acumulados [...]. O vínculo político com proposta ativista é inerente aos projetos de história oral testemunhal. Da mesma forma, a busca de novo lugar cidadão é meta essencial e prática que caracteriza esse tipo de fundamental [...] (Meihy; Seawright, 2020, p. 76).

Como se detalhará nos capítulos que seguem, as lembranças colhidas a partir de experiências no Carandiru mobilizam três sentidos da noção de testemunho, sintetizados por três verbos: testemunho como experiência corporificada (“eu vivi”), testemunho ocular (“eu vi”) e testemunho auricular (“eu ouvi”) (LaCapra, 2020, p. 31; Seligmann-Silva, p. 124-127). Cada colaborador conjuga, em diferentes graus, esses registros e assume para si a posição de sujeito de atribuição da memória. Nesse conjunto narrativo, a multiplicidade testemunhal remete à busca de validação individual diante do todo comunitário, lastro da identidade.

Para qualificar o lugar social das testemunhas do Carandiru, vale sublinhar o que Seligmann-Silva denominou *virada testemunhal do saber histórico*, ideia que tem por inspiração a famosa frase de Walter Benjamin, para quem “não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie” (2022, p. 101-2). Sobre a frase de Benjamin, comenta Seligmann-Silva:

Essa frase estabelece teoricamente a possibilidade de formular uma nova historiografia e uma outra concepção de virada histórica, que chamo de “testemunhal” e que permite desconstruir a visão iluminista, eurocêntrica e triunfalista que via na história um processo linear, ascendente e positivo (Seligmann-Silva, 2022, p. 102).

Assume-se o entendimento de que a virada testemunhal, para além dos limites historiográficos, abrange uma mudança de paradigma cultural mais abrangente, afetando, portanto, diferentes interfaces do fazer acadêmico e da vida cotidiana. A escolha deste gênero narrativo como predominante ao longo do trabalho não implica, portanto, em mera correspondência à agenda da pesquisa; na verdade, porém, trata-se de acolher

procedimentalmente um fenômeno narrativo protagonizado pelos egressos do sistema prisional e demais grupos humanos que sofrem com os efeitos continuados de experiências-limite.

O número de entrevistados foi definido a partir de três critérios: equilíbrio entre as redes, exequibilidade do trabalho no cronograma de quatro anos e estabilização de temas associados à memória coletiva. Inicialmente pensado em 25 entrevistados, o *corpus* documental foi readequado ao longo do percurso de pesquisa, totalizando 16 histórias apresentadas integralmente. Apresenta-se, a seguir, um panorama das entrevistas realizadas em suas respectivas redes. As Tabelas 1, 2 e 3 registram nome e sobrenome, datas e duração das gravações, somando todas as sessões.

Tabela 1 – Rede de pessoas presas durante o Massacre do Carandiru

Colaborador	Data das entrevistas	Duração das gravações
Maurício Monteiro	26/01/2022; 02/02/2024	4:06:26
Luiz Carlos Paulino	06/01/2023	1:00:57
José Roberto	24/01/2024	3:05:41
José André de Araújo	11/06/2022; 26/06/2025	2:48:47
Claudio Antonio da Cruz	11/08/2022	1:41:03

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Tabela 2 – Rede dos ativistas dos direitos humanos

Colaborador	Data das entrevistas	Duração das gravações
Flávio Augusto Saraiva Straus	04/11/2022; 25/10/2022; 26/10/2022	4:33:52
João Benedicto de Azevedo Marques	13/01/2023	2:17:53
Deise Benedito	02/12/2022	1:00:45
Maura Augusta Velata Soares de Oliveira	13/10/2022	1:25:24
Padre Günther Zgubic	20/02/2023	2:36:15

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Tabela 3 – Rede de presos e correlatos no período pós-Massacre do Carandiru

Colaborador	Data das entrevistas	Duração das gravações
Josemir José Fernandes Prado	13/02/2018; 17/03/2018	7:18:41
Cláudia Emília Chaló Prado	03/01/2022; 17/01/2022	5:33:10
Vanderley Fischer	14/06/2022	1:48:49
Washington Paz e Flaviano Fonseca Filho	28/01/2022	1:38:39
Celso Ferreira Albuquerque	17/01/2023	1:42:18
Ronaldo Mazotto de Lima	18/01/2023	2:32:18

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Cabe esclarecer que, apesar de tentativas reiteradas – talvez além do bom senso – de entrevistar oficiais da Polícia Militar que participaram da operação da Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, nenhum aceitou participar da pesquisa. É importante destacar esse dado, visto que o espaço para o “outro lado da história” sempre esteve em aberto. Além disso, nos primeiros semestres da pesquisa, recebi outras três negativas de autores que escreveram sobre o Carandiru ou evocaram a memória do Massacre em suas obras: o médico Drauzio Varella, autor de *Estação Carandiru* (1999); o médico e egresso da Casa de Detenção de São Paulo Hosmany Ramos, autor de *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru* (2001); e Coronel Conte Lopes, autor de *Matar ou morrer*, eleito deputado estadual em 2002 com o número 11190. Por fim, uma entrevista agendada com Luiz Alberto Mendes, egresso da Casa de Detenção de São Paulo e autor de *Memórias de um sobrevivente* (2001), não se concretizou em razão de seu falecimento, em 2020.¹⁴

O leitor perceberá que a pesquisa se concentrou na escuta de pessoas que, de diferentes modos, assumem o passado prisional, e que parcela significativa do *corpus* está vinculada a projetos culturais mobilizados a partir da memória do Carandiru. Em muitos casos, essas lembranças armazenadas em suportes externos se articulam ao esforço de converter meios de expressão testemunhal em meios de subsistência material. A Tabela 4 sistematiza o quadro de colaboradores e projetos testemunhais referidos.

¹⁴ A acessoria de Drauzio Varella argumentou falta de tempo e agradeceu os convites reiterados. O Dr. Hosmany Ramos recusou o convite à entrevista convocando o seu direito ao esquecimento. O Cel. Conte Lopes afirmou por e-mail não ter nada a dizer sobre o assunto. Antes da pandemia, Luís Alberto Mendes, cordialmente concordou em ser entrevistado, desde que fosse em um bar. Infelizmente o escritor faleceu antes do encontro acontecer.

Tabela 4 – Colaboradores e seus diferentes projetos testemunhais

Colaborador	Expressão testemunhal
Maurício Monteiro	Canal Prisioneiro 84.901
Luiz Carlos Paulino	Bizil Artes
José André de Araújo	Livro Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)
Claudio Antonio da Cruz	Livro Cria do governo; banda Comunidade Carcerária
João Benedicto de Azevedo Marques	Livro História de um Massacre
Josemir José Fernandes Prado	Rap e livro homônimo Diário de um detento
Cláudia Emília Chaló Prado	Rap e livro homônimo Diário de um detento
Vanderley Fischer	Canal Tantos dias de detenção; capítulo em Letras de Liberdade
Washington Paz e Flaviano Fonseca Filho	Banda Comunidade Carcerária
Celso Ferreira de Albuquerque	Documentário Prisioneiro da grade de ferro
Ronaldo Mazotto de Lima	Mazotto Carandiru

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Sempre que possível, as histórias orais foram articuladas a registros fotográficos selecionados conjuntamente entre oralista e colaboradores. Partindo das vidas narradas, as fotografias cumprem a função de objetos biográficos que ligam o sujeito à sua identidade pessoal, familiar e grupal (E. Bosi, 2003, p. 25-26). Em diversos momentos, a referência a registros pessoais no contexto da entrevista estimulou a evocação de lembranças e o adensamento do passado evocado.

Fazendo o papel falar: transcrição, textualização e transcrição

No âmbito da história oral aplicada, a passagem do código oral para o escrito envolve três procedimentos encadeados: transcrição, textualização e transcrição. É por meio deles que a matéria da entrevista, inicialmente fluida, adquire estabilidade textual, condição para análise e circulação pública. Nessa concepção, a fonte oral é consequência do processo de colaboração, e sua validade documental se consolida com a autorização, precedida pela conferência do texto.

A transformação da entrevista em material escrito ocorre por três etapas interdependentes que começam com a transcrição, entendida como a passagem literal dos estímulos sonoros registrados. Em seguida, procede-se à textualização, etapa na qual se retiram as falas do entrevistador, reorganizam-se argumentos antes dispersos e trabalha-se a coerência e a coesão do texto (Meihsy; Seawright, 2020, p. 134). É também nesse momento que se identifica o eixo narrativo da história, ou tom vital, frequentemente apresentado como título ou epígrafe, por condensar o sentido estruturante da narrativa.

Por fim, a transcrição¹⁵, enquanto procedimento incorporado na metodologia de história oral desenvolvida no NEHO/USP, caracteriza-se pela intensificação das etapas anteriores – sem se reduzir a um mero “ajuste” do texto. Trata-se de reimaginar e recriar, em consonância com o vivido. A transcrição se define

pela qualidade textual aperfeiçoada a partir da superação das etapas anteriores, da transcrição e textualização; no entanto, não se diz de aperfeiçoamento como ajuste. Transcrição é mais do que ajustar: é reimaginar, recriar, refazer (Meihsy; Seawright, 2020, p. 139).

A transcrição materializa preceitos éticos e estéticos que atravessam a própria tessitura do projeto e da história oral. Do ponto de vista da ética, a transcrição busca soluções de escrita que aproximem o texto da verdade subjetiva do colaborador. Atribui-se liberdade criativa para se criar o passado a ser apresentado ao público; liberdade como quem transgredir o domínio do literalmente dito. Na perspectiva da estética, reconhece que toda narrativa oral implica transformação, já que contar é sempre reorganizar e recriar, no ato narrativo acontecimentos marcados pela anterioridade. Autoras como Ecléa Bosi (2012), Svetlana Aleksiévich (2016) e Lynn Abrams (2016) propuseram alternativas ao literalismo transcritivo, alcançando resultados que borram limites entre ficção e não-ficção. A crítica ao documentismo tardio, nesse campo, abriu espaço para respostas variadas à questão da ficcionalidade inerente às fontes orais. A transcrição é uma dessas respostas possíveis.

Convém ressaltar que a transcrição só se concretiza no interior da relação colaboração. Trata-se do momento em que a interferência das partes, por meio da conferência e de ajustes negociados, permite que o texto final vá além do literalmente dito e se aproxime da densidade do vivido. Nessa chave, “ficção” não designa invenção arbitrária, mas a forma humana de

¹⁵ O conceito de transcrição foi desenvolvido pelo poeta concretista Haroldo de Campos. Com a tradução poética em seu horizonte operacional, Campos definiu a solução transcritiva ao reconhecer a impertinência à transposição da “língua de partida” e “língua de chegada”, justificando assim o labor criativo a linguagem intratextual do poema para se atingir a “reativação” “reimaginada” na língua destinada (Campos, 1983, p. 239-247).

organizar a experiência por meio de escolhas de estilo, tom, argumento e pontuação. É precisamente por isso que a conferência conjunta da entrevista não constitui mera formalidade na agenda do pesquisador, senão como estrutura da pesquisa em história oral.

Ao longo de mais de três décadas de discussões acumuladas sobre transcrição, a expressão “fazer o papel falar” talvez seja a que melhor sintetiza seu potencial comunicacional. A formulação aparece, com sentido político específico, em reflexões de pesquisadores indígenas que descrevem a escrita como extensão das lutas históricas de diferentes etnias (Veron, 2018, p. 15; Cáceres, 2021, p. 40). Ao ouvir os anciãos, portadores de conhecimentos transmitidos entre gerações, tais pesquisadores enfrentam o desafio de conciliar tecnologias ancestrais e tecnologias da escrita. O papel torna-se, assim, suporte capaz de comunicar cadências da oralidade, ambientes, gestos e instrumentos. Guardadas as diferenças entre contextos e tradições, a finalidade da transcrição, nesta tese, pode ser formulada por aproximação: fazer com que o texto preserve, tanto quanto possível, a presença da oralidade que lhe deu origem. A finalidade da transcrição é fazer o papel falar.

Sobre as autorizações e ética na pesquisa

Concluídos os procedimentos de transcrição, o trabalho avança para a solicitação de autorização dos colaboradores. A autorização confere legitimidade ao processo colaborativo e transforma o texto em fonte oral passível de publicação e análise. Ao longo das entrevistas, dois critérios distintos foram inicialmente considerados para esse fim. Em um primeiro momento, adotou-se a assinatura de carta de cessão de direitos autorais. Contudo, esse recurso precisou ser abandonado, pois passou a suscitar associações, por parte dos egressos, com outras iniciativas formais, como contratos editoriais, a ponto de comprometer a obtenção das autorizações.

Diante dessa limitação, busquei construir um procedimento próprio, atento à centralidade da palavra no universo carcerário, optando pela solicitação de autorizações por meio de gravações em áudio ou mensagens de texto. Tal escolha respeitou a cultura comunicacional dos colaboradores e favoreceu a consolidação da confiança mútua necessária ao trabalho de história oral.

Nesse processo, estabeleceu-se um regime de co-tutela das histórias orais, o que possibilitou a salvaguarda dos interesses de ambas as partes. No que se refere aos arquivos de áudio, até o momento de finalização desta tese, eles permanecem sob co-tutela e sem acesso público, uma vez que diversas entrevistas contêm passagens que poderiam expor os colaboradores a situações de risco. De todo modo, os textos resultantes do longo processo de

transcrição encontram-se disponíveis publicamente por meio desta tese. Para assegurar a integridade dos entrevistados, nomes próprios, endereços e outras informações sensíveis foram cuidadosamente alterados ou suprimidos sempre que necessário.

A observância dos direitos dos colaboradores fundamenta-se nos princípios éticos que orientam as pesquisas empíricas envolvendo seres humanos. Nesse sentido, o trabalho pautou-se pelas *Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica*, documento resultante dos debates promovidos pelo Fórum de Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA). As Diretrizes estabelecem um conjunto abrangente de direitos e deveres de pesquisadores e participantes, assegurando, entre outros aspectos, o conhecimento prévio da proposta, a abordagem respeitosa, a confidencialidade, o direito de permanência ou retirada da pesquisa e o acesso aos resultados publicados (FCHSSALLA, 2024, p. 15-18).

Ao afirmar a dignidade do participante como prioridade da pesquisa com seres humanos, as Diretrizes dialogam diretamente com os pressupostos da colaboração. Assim, a ética não se apresenta como instância normativa externa ao método, mas como dimensão constitutiva do próprio processo de produção do conhecimento, atravessando desde a formulação do projeto até a circulação pública dos resultados.

A justificação do projeto

A tese desenvolvida ao longo desta pesquisa se justifica a partir de interfaces acadêmicas e sociais que, ao final, se articulam no interior das discussões do campo da história oral. Para fins de exposição, opto por situar inicialmente o tema no âmbito dos estudos especializados, para, em seguida, explicitar sua inclinação pública e política.

Possivelmente, a Casa de Detenção de São Paulo constitui a instituição prisional mais estudada no período histórico inaugurado com a Sexta República. Nas últimas duas décadas, observa-se um adensamento significativo de dissertações, teses, artigos e livros que, a partir de diferentes disciplinas, consagraram o Carandiru como objeto privilegiado de análise. O exame dessa bibliografia permite identificar a predominância de pesquisas organizadas em três eixos temáticos principais: (I) a literatura de cárcere; (II) os desdobramentos do Massacre do Pavilhão 9; e (III) as políticas de apagamento materializadas na construção do Parque da Juventude. Trata-se, em grande medida, de uma produção recente, marcada pela mobilização constante de problemáticas vinculadas ao campo da memória.

Apesar dos avanços importantes no entendimento das prisões e de suas dinâmicas institucionais, persiste uma lacuna relevante no que diz respeito às pesquisas que tomam os

egressos do sistema prisional e as pessoas diretamente vinculadas às instituições de encarceramento como sujeitos centrais da investigação. Entre os trabalhos empíricos realizados com presos, destacam-se *Mundo do crime*, etnografia conduzida por José Ricardo Ramalho na Detenção nos anos 1970 (2008), e *Aqui dentro, páginas de uma memória*, organizado por Maureen Bisilliat por ocasião da desativação do Carandiru (2003). Há, ainda, paralelos possíveis entre *A prisão*, de Percival de Souza (1977), e *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (1999), textos que se valem de experiências vividas por presos para delas extrair potencial literário. Com exceção do trabalho de Ramalho, essas produções incorporam a voz do preso sobretudo com finalidades arquivísticas ou literárias, e não como fonte capaz de orientar um novo entendimento histórico da experiência carcerária.

A primeira justificativa deste empreendimento reside, portanto, na tentativa de compensar um desequilíbrio analítico, caracterizado pela predominância de estudos centrados no funcionamento das instituições prisionais e em suas práticas. Pode-se afirmar que o pensamento brasileiro sobre as prisões permaneceu, por um período prolongado, sob forte influência dos ecos de *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, publicado no Brasil em 1977. Não cabe aqui reconstruir o vasto fio genealógico dessa tradição, que atravessa gerações de intelectuais e se materializa em uma linguagem analítica predominante.¹⁶ Tal enfoque permitiu, sem dúvida, superar a escassez de fontes institucionais sobre o funcionamento do sistema prisional brasileiro, revelando suas “estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são, no entanto, vividas” (Foucault, 2017, p. 215). Contudo, a busca por respostas à questão prisional ocorreu, em larga medida, com relativa ausência do sujeito carcerário. Mesmo quando este aparece como partícipe da história, frequentemente o faz por meio de lógicas alheias, como os saberes criminológicos ou médico-legais produzidos sobre si (Salla, 1997; Cancelli, 2002; Maia et al., 2012, 2013; Fausto, 2014). Evidentemente, a adoção de um determinado ângulo analítico não invalida outros, mas evidencia limites que esta pesquisa se propõe a responder.

No diálogo entre história e memória, Paul Ricoeur, atribuiu à história um privilégio irrenunciável: o de analisar, compreender e, quando necessário, corrigir as memórias, sobretudo quando estas se manifestam em excessos, faltas ou se encerram em si mesmas. A operação historiográfica teria, assim, o potencial de contribuir para a construção de uma “memória feliz”. Em movimento parcialmente inverso, e em consonância com a proposta de Dominick LaCapra

¹⁶ Sobre a recepção de *Vigiar e Punir* no Brasil e a sua vasta influência, ver prefácio de Sérgio Adorno ao livro de Boris Fausto, *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ªed. São Paulo: Edusp, 2014, p. 9-15.

(2023, p. 131-132), a pesquisa no campo da memória, especialmente da memória traumática, formula questões dirigidas à história e, em certos casos, auxilia a tensionar e corrigir leituras ancoradas exclusivamente na documentação arquivística.

Se a ausência de uma história da comunidade carcerária do Carandiru – em contraste com a vasta história das prisões – fundamenta as razões acadêmicas do projeto, a aplicação da história oral não se limita a suprir lacunas historiográficas ou sociológicas. A justificação se desloca, assim, dos porquês estritamente acadêmicos para o plano das motivações públicas e políticas. Uma das forças motrizes desta pesquisa é o enfrentamento deliberado das políticas de apagamento, amplamente observáveis na condução da memória pública do Carandiru. São numerosos os exemplos que indicam tentativas recorrentes de conduzir o passado traumático à sua passeidade.¹⁷

Dois casos são particularmente ilustrativos. Em 2011, Antônio Ferreira Pinto, então secretário de Segurança Pública de São Paulo, ao promover o coronel Madia ao comando da ROTA, foi questionado por jornalistas acerca da escolha. Madia figurava entre os réus do processo que julgava oficiais responsáveis pelos assassinatos ocorridos em 2 de outubro de 1992, no Pavilhão 9 da Casa de Detenção. Sua resposta sintetiza, de forma eloquente, uma política institucional de amnésia: “O Carandiru é coisa do passado. Não podemos julgar alguém por algo que aconteceu há quase 20 anos e ainda depende da decisão da Justiça. Isso não tem nada a ver com a realidade de hoje.”¹⁸ Tal declaração deu origem ao projeto Carandiru não é coisa do passado, coordenado por Maíra Rocha Machado e Marta R. de Assis Machado (2015).

O segundo exemplo refere-se aos dispositivos de memória presentes no Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns. É evidente a intenção de soterrar a topografia do terror, gesto que, nesse caso, ultrapassa o campo metafórico. O passado traumático encontra-se literalmente coberto por escombros e vegetação. As duas instituições de salvaguarda do passado existentes no Território Carandiru – o Museu Penitenciário Paulista (MPP) e o Espaço Memória Carandiru (EMC) – evitam tratar explicitamente do Massacre do Carandiru, e sequer reconhecem esta catástrofe como “Massacre” provocado pelo Estado. Em um mural instalado no MPP, por exemplo, o episódio é nomeado como “motim” e “conflito direto”, em uma tentativa manifesta de reescrever o passado e de afastar a responsabilização de agentes do Estado pelos crimes cometidos contra detentos rendidos.

¹⁷ Ver capítulos 4 e 5.

¹⁸ ‘Carandiru é coisa do passado’, afirma Secretário de Segurança. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/11/2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/10637-carandiru-e-coisa-do-passado-afirma-secretario-de-seguranca.shtml>. Acesso em: 05/01/2022.

Imagem 4 – Mural no Museu Penitenciário Paulista sobre a desativação da Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Como sugeriu Paul Ricoeur, é possível pensar uma relação de irmandade entre memória e história, isto é, entre a lembrança subjetiva e o conhecimento elaborado do passado, quando ambas atuam contra as políticas de esquecimento. “Não é então a luta contra o esquecimento que preserva o parentesco entre ‘o irmão abusivo e o irmão legítimo’?” (Ricoeur, 2007, p. 153). Sem incorrer em uma falsa simetria ou em uma relação de subordinação entre essas experiências do passado, pode-se afirmar que memória e história compartilham a função de enfrentar o esquecimento deliberado. Nesse sentido, distinguem-se dois projetos paralelos: a memória oficial, que aposta na dissociação do passado no tempo político, e os atos de memória subterrânea, teimosos, que insistem pela não passeidade do passado (Rouso; Conant, 1994).

A conjugação desses fatores permite sustentar que a expressão oral da memória da comunidade carcerária do Carandiru oferece contribuições relevantes ao campo acadêmico e à esfera pública. Por meio dela, tornam-se possíveis a organização de eixos analíticos ainda pouco explorados, a explicitação de denúncias relativas a violações de direitos humanos e fundamentais, a indicação de políticas públicas de caráter reparatório e a afirmação do direito à memória para as gerações presentes e futuras.¹⁹

¹⁹ Que me seja permitido retornar a Michel Foucault para dele extrair um argumento valioso. No âmbito do Grupo de Informação Prisões (GIP), Foucault tinha por interesse promover espaço para que os presos falassem por si: “E quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria *sobre* a delinquência. (Foucault, 2017, p. 133-4, destaque no original). Voltarei a esse assunto no ensaio que encerra o capítulo 1.

Objetivos centrais e gerais

A seguir, apresentam-se os objetivos centrais e gerais que orientam o desenvolvimento do projeto. Inicialmente, definem-se os objetivos centrais, diretamente vinculados às questões analíticas da pesquisa. Em seguida, explicitam-se os objetivos gerais, de caráter mais amplo e derivados dos primeiros, voltados à condução processual do trabalho. São os objetivos centrais da tese:

- I – Apresentar histórias orais integrais de pessoas que compartilham experiências situadas na Casa de Detenção de São Paulo;
- II – Analisar a trajetória histórica da Casa de Detenção de São Paulo e sua relação com o entorno social, da segunda metade do século XX até a atualidade, de modo a compreender como essa unidade prisional e, posteriormente, o Parque da Juventude qualificam as lembranças dos colaboradores e seus projetos pessoais;
- III – Mapear os eixos temáticos recorrentes nas entrevistas, dimensionando aproximações e diferenças entre experiências individuais e coletivas.

A articulação desses objetivos centrais permite compreender os efeitos da experiência carcerária do Carandiru na vida dos narradores orais, bem como analisar as motivações que sustentam a emergência de um fenômeno testemunhal associado a esse espaço prisional. Por sua vez, os objetivos gerais foram formulados com a finalidade de sustentar a condução processual do projeto até sua finalização, incluindo a devolutiva dos resultados aos grupos envolvidos. São eles:

- I – Fortalecer a colaboração por meio da participação ativa dos colaboradores ao longo de todas as etapas do projeto;
- II – Estabelecer diálogo crítico com a bibliografia especializada, problematizando seu distanciamento em relação às experiências narradas por egressos do sistema prisional;
- III – Realizar a devolutiva dos resultados da pesquisa aos colaboradores e, em momento posterior, promover sua divulgação junto a órgãos e instituições dedicados à defesa dos direitos humanos.

Uma hipótese orientadora

Em razão da fluidez própria da memória de expressão oral, todo pressuposto *a priori* em história oral é, necessariamente, provisório. A máxima segundo a qual “o campo tudo muda”

sintetiza a inadequação de hipóteses formuladas antes da constituição efetiva do *corpus* documental – que, por sua vez, cristaliza no tempo vidas que continuam a serem vividas. Nesse sentido, é importante destacar que a hipótese orientadora deste trabalho sofreu sucessivas readequações ao longo do trabalho de campo, acompanhando as inflexões produzidas pela escuta empírica.

A partir da primeira entrevista realizada com Josemir José Fernandes Prado, o Jocenir, parecia plausível pressupor que a constituição de uma identidade autoral implicava certa proximidade em relação aos quadros coletivos da memória carcerária. De modo particularmente arguto, Jocenir mobilizava o pertencimento forjado no cárcere como fonte de sua vocação literária, ao mesmo tempo em que buscava se distanciar estrategicamente do mundo denominado “marginal” por meio da escrita, em um esforço de retorno à sociedade livre. Escrita como sobrevivência no cárcere, publicação como meio de sobrevivência “nas ruas”.

Essa hipótese inicial dialogava diretamente com a tese de Maria Rita Sigaud Soares Palmeira (2009), que analisou narrativas produzidas por egressos do Carandiru, entre elas *Diário de um detento*. Palmeira demonstrou que a literatura contemporânea do cárcere é atravessada por uma ambivalência estrutural, que divide o autor entre a sociabilidade da prisão e o estatuto social do escritor. Essa ambivalência também se manifesta na distinção operada por Jocenir entre o rap e o livro de sua autoria. O rap seria a expressão da comunidade carcerária, corporificada na figura do “Tiozinho” – um *outsider* no universo do crime que fazia da escrita um meio de integração grupal. O livro, por sua vez, configurava-se como testemunho individual, elaborado com a finalidade de comprovar sua inocência, condição necessária para o retorno à vida em liberdade.

Se essa ambivalência entre fidelidade à comunidade carcerária e esforço de legitimação como escritor já se encontrava inscrita na obra, a entrevista com Jocenir revelou alternativas interpretativas ligadas à sobrevivência passado o frenesi de autor convidado para os mais importantes veículos de comunicação do Brasil. A função mediadora do livro, nesse contexto, mostrou-se fragilizada. A impossibilidade de retorno à condição anterior à prisão permanece condensada na categoria social do “ex-presidiário”, condição que bloqueia expectativas de futuro diante de um passado que insiste em se atualizar. Esse achatamento da temporalidade – o passado toma o todo o presente e eclide o futuro – possui implicações concretas na vida cotidiana, diretamente associadas a um estigma persistente que recai sobre indivíduos marcados pela experiência prisional. Quando a ressocialização se apresenta de forma incompleta, o livro escrito por um egresso deixa de operar como experiência transformadora e passa a circular como mais um objeto no mercado editorial, esvaziado de seu potencial emancipatório.

Em síntese, a hipótese inicialmente formulada sugeria que a permanência da condição de ex-presidiário, com seus efeitos materiais e simbólicos na vida concreta, era determinante para compreender a profusão da literatura do cárcere associada ao Carandiru. Seu substrato fundamental não residiria no livro enquanto um não-fora-do-texto, mas em sua relação com a vida e com as circunstâncias que a atravessam – desemprego continuado, abuso de psicotrópicos, problemas familiares. Esse deslocamento do texto em si para a experiência vivida implicava a passagem do enfoque na narrativa carcerária escrita para a memória de expressão oral.

Com o amadurecimento do *corpus* documental, contudo, tornou-se evidente que o livro não constituía o único suporte dos projetos pessoais, e que um fenômeno testemunhal mais amplo se desenhava a partir de diferentes linguagens. A hipótese inicial, formulada a partir dos escritores do Carandiru, precisou, portanto, ser reformulada para abranger outras formas de elaboração do passado prisional, mobilizadas na criação de produtos culturais que circulam no mercado dos testemunhos. Apesar da diversidade de suportes – música, literatura, artes plásticas, produções audiovisuais, conteúdo em plataformas digitais –, persistiu um denominador comum que atravessa todas as experiências analisadas: a busca pela sobrevivência e o retorno à sociedade livre. Por entre as costuras textuais da tese, procurei sustentar o argumento-tese de que os testemunhos de cárcere encontram formas de se manter ativos na esfera pública em um movimento pendular entre a correspondência ao passado carcerário e as codificações da sociedade abrangente. Os 30 anos do Massacre do Carandiru foi a condição histórica para que esse fenômeno testemunhal liberasse o seu potencial enunciativo.

Esse conjunto de reflexões ensejadas a partir dos atos de memória deve ser compreendido como complementar às políticas de apagamento. Desde o estrondoso sucesso do rap *Diário de um detento*, impulsionado com o constrangedor silêncio da classe dirigente em relação aos presos mortos no Massacre, a relação de interdependência entre lembranças e destruição dos rastros materiais se intensifica ao grau de sua indissociabilidade. A comunidade carcerária do Carandiru – enquanto comunidade mnemônica – permanece como tal, um amalgama de lembranças coetâneas, na medida da ausência do lastro físico e do silêncio dos gestores da memória oficial. De maneira paradigmática, o plano paisagístico de Rosa Grena Kliass no Parque da Juventude concretizou o projeto política que optou pela via do esquecimento, literalmente, soterrando os escombros do Carandiru. O passado encoberto supera o plano metafórico e se reveste de concretude histórica. Nesse caso, a lembrança continua sendo o melhor meio de que dispomos para garantir às gerações futuras o direito de saber.

PARTE I

HISTÓRIAS NO CARANDIRU (1980-2002)

Ao narrar, o homem cria, luta com o tempo assim como o escultor com o mármore.
Ele é um ator e criador.

Svetlana Aleksiévitch – *Vozes de Tchernóbil*.¹

¹ Aleksiévitch, 2016, p. 416.

Nota de orientação

A primeira parte da tese, de caráter nuclear, dedica-se à apresentação de histórias orais de pessoas que tiveram experiências determinantes na antiga Casa de Detenção de São Paulo, entre a década de 1980 e o ano de 2002, quando o Carandiru foi desativado e sua área destinada à construção de um parque. O registro cuidadoso das lembranças prisionais revela detalhes que evidenciam um movimento vivo, contínuo e atravessado por múltiplas nuances. A comunidade de destino que se expressa por meio dos narradores orais manifesta um tom vital marcado por um apelo persistente à sobrevivência pela via do testemunho.

Partindo do princípio de que toda comunidade é internamente diversa, as histórias orais são apresentadas em grupos de histórias, aqui denominados redes de memória. Cada rede preserva marcadores de identidade que distinguem empiricamente seus segmentos, seja por meio de argumentos recorrentes, vivências específicas ou lembranças compartilhadas. O ganho dessa forma de organização reside na construção de um quadro narrativo plural e pluriperspectivo, capaz de conferir espacialidade a experiências que, em determinados momentos, se tensionam e, em outros, se complementam.

Cumprir destacar que todas as histórias apresentadas foram devidamente conferidas e autorizadas para uso no âmbito da tese. As primeiras autorizações seguiram um protocolo padrão, com a assinatura de carta de cessão de direitos autorais. Com o amadurecimento da fase empírica, tornou-se evidente que a imposição da assinatura escrita a uma comunidade que preserva a centralidade da palavra oral na organização grupal poderia reiterar formas de violência simbólica vivenciadas no período pós-cárcere. Em determinados casos, autorizações verbais ou encaminhadas por mensagem de texto mostraram-se suficientes para legitimar o processo e consolidar a fonte. Para aqueles que viveram a experiência da privação da liberdade, a palavra é tudo.

Por fim, cabe recuperar alguns pressupostos éticos. Quando necessário, determinados nomes de presos e funcionários foram alterados, com o objetivo de preservar a segurança dos entrevistados. Também foram suprimidas situações e detalhes que expunham tramas envolvendo pessoas vivas e que poderiam comprometer a pesquisa. A interferência concreta dos colaboradores no processo de elaboração das histórias, decidindo o que deveria permanecer e o que deveria ser retirado do texto final, conferiu sentido efetivo à noção de colaboração. Assim, esta tese assume a colaboração como seu fundamento ético e filosófico.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIAS DE PRESOS DURANTE O MASSACRE DO PAVILHÃO 9

Introdução

O presente capítulo reúne as histórias orais de cinco pessoas que estavam presas na Casa de Detenção de São Paulo no momento do Massacre de 2 de outubro de 1992. Trata-se de um núcleo narrativo constituído por sujeitos diretamente afetados pelo evento-limite que reorganizou a temporalidade e a experiência prisional no Carandiru. Maurício Monteiro, Luís Carlos Paulino, vulgo Bizil, José Roberto e André du Rap são sobreviventes diretos da operação policial deflagrada no Pavilhão 9 e assumem a tarefa árdua de criar condições narrativas para a experiência traumática vivida no interior do Massacre. Cláudio Antonio da Cruz, ou simplesmente Kric Cruz, integra esse conjunto a partir de uma posição distinta: interno do Pavilhão 8, não presenciou diretamente a violência letal, mas viveu o acontecimento desde um ângulo adjacente, marcado pela proximidade espacial e pela percepção auditiva e visual do que ocorria no pavilhão vizinho.

Ao abranger essas histórias, o capítulo assume a amplitude contida no enunciado “presos durante o Massacre do Pavilhão 9”, ainda que reconheça diferenças internas à experiência narrada. Essas diferenças não são de ordem metodológica, mas mnemônica e simbólica, e dizem respeito às distintas posições ocupadas pelos colaboradores no interior da Casa de Detenção no momento da operação policial. Os sobreviventes diretos do Pavilhão 9 tendem a se legitimar como testemunhas por excelência em razão da experiência corporal imediata da violência. Contudo, o Massacre não se circunscreveu aos limites físicos do pavilhão onde se consumaram os assassinatos. Seus efeitos transbordaram o espaço imediato da ação policial, atingindo presos que, embora não tenham sido alvos diretos da violência letal, foram profundamente marcados por sua deflagração.

Nesse sentido, as histórias reunidas neste capítulo evidenciam que o testemunho não se define por uma hierarquia fixa entre quem “viveu”, quem “viu” ou quem “ouviu”. Cada uma dessas posições corresponde a formas situadas de atribuição do passado, condicionadas pelas estratégias concretas de sobrevivência no cárcere e no pós-cárcere. O testemunho emerge, assim, como prática narrativa atravessada por disputas de legitimidade, silêncios impostos e negociações em torno do direito à palavra. As diferenças entre testemunho vivido, ocular e auricular não operam como critérios de exclusão, mas como redes internas que expressam a pluralidade da memória coletiva da comunidade carcerária do Carandiru.

Com exceção de José Roberto, todos os colaboradores deste capítulo desenvolveram projetos individuais de produção de mídias de memória a partir de suas experiências no Massacre. Maurício Monteiro atua como educador no Núcleo Memórias Carandiru e produz conteúdos no canal *Prisioneiro 84.901*, no qual o Massacre ocupa lugar central. Luís Carlos Paulino, o Bizil, dedica-se às artes visuais, elaborando em suas telas imagens recorrentes do 2 de outubro de 1992. André du Rap publicou, em parceria com Bruno Zeni, o livro *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, lançado em 2002, e desde então mobiliza sua história como forma de inserção nos circuitos públicos da memória. Cláudio Cruz publicou, em 2022, o livro *Cria do governo*, no qual reelabora literariamente sua experiência prisional e o impacto do Massacre vivido desde o Pavilhão 8.

O que aproxima esses projetos não é apenas a referência comum ao Massacre, mas a conversão das lembranças traumáticas em recursos de sobrevivência no presente. A sobrevivência aqui não se restringe à elaboração simbólica do trauma, mas envolve a busca concreta por meios de subsistência material, reconhecimento social e permanência no espaço público. O testemunho se configura, portanto, como trabalho de memória e como prática social inscrita em circuitos culturais e econômicos que se estruturam em torno do passado prisional.

Partindo das trajetórias desses sujeitos, o capítulo interroga as razões que sustentam a continuidade do fenômeno testemunhal carcerário mais de três décadas após o acontecimento inaugural. Busca-se compreender como as lembranças do Massacre do Carandiru se articulam a processos mais amplos de memória cultural e de que modo esse passado violento permanece ativo como chave de interpretação do tempo presente. As histórias apresentadas a seguir permitem examinar as condições narrativas do testemunho direto e indireto, bem como os sentidos atribuídos à sobrevivência em um contexto marcado pela persistência do estigma e pela não superação da catástrofe carcerária.

1.1. MAURÍCIO MONTEIRO

Conheci Maurício Monteiro, carinhosamente chamado de Nenê por familiares e amigos, e de “Prisioneiro 84.901” por seu público no YouTube, por indicação de uma funcionária do Museu Penitenciário Paulista. O contato inicial se deu por meio de um telefonema àquela instituição, nos primeiros meses da pesquisa. Perguntei sobre a existência de movimentos organizados entre os detentos, com ênfase nos desdobramentos do Massacre do Carandiru. A resposta revelou-se esclarecedora: o museu, e por extensão o próprio Estado, não reconhecia o episódio de 2 de outubro de 1992 nos termos de “Massacre”, mas o classificava como “motim”. O tom empregado soou como um alerta para os limites e as resistências institucionais que se apresentariam ao longo do trabalho.

Em contraste com essa versão institucional, fui informado sobre a existência de um sobrevivente do Pavilhão 9 que, em suas palestras públicas, insistia em nomear o ocorrido como Massacre. Tratava-se de Maurício Monteiro. Rapidamente estabelecemos contato e, pelo fato de eu ter me apresentado como professor, houve entendimento imediato: Maurício nutre profundo respeito pela profissão docente, sendo, ele próprio, professor de boxe. A entrevista foi agendada para o mesmo dia, 26 de janeiro de 2022, em sua residência, localizada na zona Leste da cidade de São Paulo.

O modo respeitoso como fui recebido em seu escritório foi marcante. Ali, de onde Nenê coordenava as atividades da Organização Não-Governamental (ONG) Instituto Resgata Cidadão (IREC), observei certificados de cursos concluídos e diplomas afixados nas paredes. Dois objetos se destacavam no ambiente: um cinturão de boxe, disposto com orgulho, e uma faca de cadeia, exposta com igual solenidade. A organização do espaço refletia a própria arquitetura da vida do colaborador. Elementos associados à superação do crime por meio do estudo e do esporte articulavam-se a projetos de musealização da memória do cárcere paulista.

A chuva intensa que caía naquela tarde não nos impediu de gravar por cerca de duas horas e meia. Após desligar o gravador, permanecemos conversando por mais duas horas. Ao tratar de seu canal no YouTube, tornou-se possível compreender o peso simbólico de ser egresso do sistema prisional. O próprio nome do canal explicita essa condição: Prisioneiro 84.901, número de matrícula atribuído pelo Estado e conservado como marca permanente. Trata-se de uma continuidade que persiste mesmo quando a vida no crime foi superada.

De modo cuidadoso, Maurício organizou sua narrativa oral inicialmente em tom de denúncia, para depois transitar da ressocialização no presente à vida pretérita no crime. Ao rememorar o Massacre do Carandiru, sua fala foi atravessada por gestos corporais,

onomatopeias e diálogos com personagens evocados no curso do relato, compondo uma atmosfera de elevada intensidade narrativa.

Conversar com pessoas marcadas pela experiência do cárcere é adentrar um universo estruturado pela oralidade. A palavra possui estatuto normativo e deve ser sustentada. Defender o próprio caráter, manter coerência entre ação e discurso, conquistar o chamado “conceito da malandragem”: no cárcere, a fidelidade à palavra é condição de sobrevivência. Não por acaso, ainda que suscetíveis a variações pontuais, as lembranças tendem a resistir a alterações estruturais. Como o próprio Maurício sintetizou: “meu papo é um só e já era”. Nesse sentido, uma nova entrevista não se justificaria pelo mero interesse em aferir detalhes narrativos.

Entretanto, Maurício passou a se inserir em uma nova trama coletiva, que acabou por justificar a continuidade da interlocução: a articulação da 1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere, com um segmento voltado especificamente aos sobreviventes do Massacre do Pavilhão 9. Orientado pela sociologia da memória de Maurice Halbwachs, segundo a qual a lembrança se organiza conforme o grau de coesão do indivíduo em relação ao grupo, considerei a hipótese de que uma nova dinâmica memorial estava em formação no interior da comunidade carcerária do Carandiru. Emergiam, então, questões centrais: como articular atos de memória marcados pela singularidade do testemunho individual quando estes passam a se orientar pela força do coletivo? Como lidar com as nuances entre experiências distintas sem comprometer a coesão do grupo?

Após expor a Maurício meu interesse investigativo, realizamos uma segunda entrevista no dia 2 de fevereiro de 2024, desta vez em formato online. Conversamos por aproximadamente três horas, até o avançar da madrugada. De maneira crítica, o narrador reconheceu e mesmo valorizou as disputas de memória no interior do coletivo de egressos. O que não se admitia, segundo sua ética de cadeia, eram pequenas inflexões narrativas que, em seu conjunto, pudessem relativizar ou colocar em dúvida o fato de que houve, efetivamente, um Massacre perpetrado pelo Estado.

Ao receber o texto que se segue, Maurício optou por não realizar alterações. Tratava-se, afinal, de uma narrativa que lhe parecia fiel ao sentido de sua experiência e ao lugar que ocupa no interior da comunidade de destino. O relato que o leitor encontrará adiante preserva, assim, a integridade dessa posição testemunhal.¹

¹ Alice Vergueiro, fotógrafa das lutas sociais, autorizou a publicação de suas fotos produzidas no contexto do *Inventário 30 anos Massacre do Carandiru*. Algumas dessas fotos foram apresentadas ao longo das entrevistas, de forma a costurar o registro fotográfico ao circunstancial das histórias.

Minha palavra é a vista do ponto

Imagem 5 – Maurício Monteiro – EMC



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

O meu nome é Maurício Monteiro, também conhecido como Nenê, ou Prisioneiro 84.901. Eu sou um sobrevivente do Massacre da Casa de Detenção de São Paulo. Fiquei preso durante 16 anos, passei por várias penitenciárias de segurança máxima, fiz muito bagulho errado, e hoje parei com o crime. Tenho duas fugas no sistema penitenciário: uma do semiaberto e outra da segurança máxima, em Guarulhos. Sou formado em Gestão Ambiental e Sanitária, Educação Física, técnico em Meio Ambiente; sou diretor da ONG Instituto Resgata Cidadão (IREC), youtuber, educador e mediador no Espaço Memória Carandiru. Também sou instrutor de boxe pelo Conselho Nacional de Boxe. Tenho um projeto social, no qual eu dou aula de boxe para a molecada da favela. É, mano... Coisa para caralho. Eu sou um ser humano em constante evolução.

Esse espaço onde nós estamos, o escritório do IREC, tem esses diplomas nas paredes, o meu cinturão de boxe, esses troféus e pá. É onde eu costumo trazer aquela molecada em situação de vulnerabilidade social. Porque o ídolo dos moleques que estão na bagunça é o traficante da quebrada. Gosto de deixar essas conquistas à mostra, porque esse jovem precisa visualizar que ele tem o caminho do estudo e do esporte. A disciplina pode levá-lo a superar a si próprio, ou mesmo o professor, tá ligado? Se pá, daqui a pouco a gente tem aí um campeão paulista, ou um campeão brasileiro.

Imagem 6 – “Sou exemplo de vitórias, tragédias e glórias”



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Devido à expertise que a gente acumula, também sou palestrante e youtuber sobre a situação prisional. Independente da situação, seja para quem for, a minha palavra é a mesma. Não fico pensando, elaborando as idéias, e não preciso estudar para falar do bagulho. O ponto de vista todo mundo conhece: do acadêmico, do jornalista, da mídia golpista, mas e a experiência do ex-presidiário? Eu não venho com um ponto de vista; chego logo com a vista do ponto.

Uma coisa que eu aprendi com a vida, até mesmo com a psicologia da cadeia que me ajudou a sobreviver aqui fora, é a conhecer o público. Quando eu faço palestras direcionadas aos adolescentes da classe média ou da elite, se eu falar que eu sou formado em Gestão Ambiental, o moleque até dá risada. De repente o pai dele é formado em Harvard, tá ligado? Desses diplomas aqui da parede, o pai dele está cheio. Mas quando eu falo que eu sou um ex-presidiário, que eu fiquei preso durante 16 anos, que sou sobrevivente do Massacre da Casa de Detenção, opa, consigo chamar a atenção, até porque, geralmente, esse é um público que não conhece ninguém que ficou preso. É aí que eu entro com a vista do ponto.

A forma do meu discurso muda quando eu me direciono ao jovem periférico. Eu não enfatizo as histórias de cadeia, porque pode ser que o pai, a mãe ou um tio esteja preso... Nesse

mundo, a prisão não é novidade. Mas a partir do momento em que eu falo que tirei um montão de cadeia e consequentemente mostro os diplomas que eu conquistei, porra, isso traz esperança de um pai sair do crime, ou do moleque nunca entrar nessa vida. São públicos diferentes, com argumentos diferentes, mas sempre procurando transmitir reflexões sobre o cárcere e a violência cotidiana, que é o maior problema de todos...

Mano, infelizmente, o jovem de classe média é o cara que estará com a caneta na mão. Que a meritocracia é uma farsa. A engrenagem da nossa sociedade se movimenta para que a pirâmide social não mude. O filho do pobre será pobre, e o filho do juiz será juiz, e já era. A parada é que quem está no topo também pode ter outra visão de mundo... O racismo, que é estrutural, não vai mudar só com os pretos. É uma luta que também precisa dos brancos, mano! E a questão do ex-presidiário vai no mesmo sentido. Essas são questões que dependem de uma união da nossa sociedade. E os filhos da elite escutando as histórias, tanto a minha, quanto a de outras pessoas que vivenciaram o outro lado do muro, podem mudar de visão e construir um futuro diferente.

Contar a história de vida muda tudo. Olha como que as coisas são foda. Eu passei a minha graduação inteira sem contar para os meus colegas e professores sobre o meu passado. Eu tinha as minhas razões para guardar a minha história, tá ligado? As pessoas sabiam que eu era periférico e favelado pelo meu modo de falar, mas não sabiam que eu era ex-presidiário.

Quando chegou a última prova do curso, decidi fazer um experimento. Tinham três professoras na sala, para garantir que ninguém colar. Levantei a mão e falei que precisava dar um testemunho. Como assim, um testemunho do Maurício? Aquela expectativa, tá ligado? Quando eu comecei a contar a minha história, porra, fiz todo mundo chorar! Falei que era egresso e pá, e todo mundo se comoveu. As pessoas olhavam para mim e não acreditavam...

Quem escutou a minha história entendeu a vista do ponto e passaram a questionar se bandido bom é, de fato, bandido morto. Legal, gratificante, gostei. Então, fui escolhido para ser o orador da turma. Todo mundo concordou, fechou na unanimidade. Mas queriam que eu lesse o texto escolhido por eles, e não o meu. Se eu sou o orador, vou fazer o meu próprio discurso, porra!

Chegou a hora do discurso. Ficou um silêncio da porra para me escutar. Expliquei o seguinte:

– Nós temos um texto do Paulo Freire, só que esse vocês já conhecem. Eu vou falar um texto que eu escrevi.

Escolhi um poema que eu escrevi na época. Não sou escritor, mas me veio as palavras na mente, e eu fiz uma poesia em cima do texto do Paulo Freire. Porra, não teve um que não

chorou, caralho! E as alunas que antes defendiam “bandido bom é bandido morto” estavam chorando e pedindo desculpas. Mostrei para todo mundo que, independente da gíria, a mensagem chega ao destinatário. Se eu entendo você, você também tem que me entender, amigão, senão, tô na vantagem!

E até pela minha facilidade de falar sobre o cárcere, comecei um canal no Youtube. Puta, eu nunca pensei na minha vida que seria youtuber. Ixi! Mas aí, porra mano, comecei do nada, agora o bagulho engrenou e tá à milhão. Consegui até monetizar os meus vídeos.

Imagem 7 – Vinheta do canal *Prisioneiro 84.901*



Fonte: Maurício Monteiro – reprodução.

O Prisioneiro 84.901 é o espaço onde eu relato a minha experiência no cárcere. Também procuro levar a fala de alguns manos que são egressos do sistema. O objetivo do canal é mostrar, para aqueles que romantizam o crime, que o crime não é romântico, não. O barato é pesado, tem consequências... Não adianta pensar que entrando para o crime organizado vai ter tudo aos seus pés. Junto com as facilidades, vem as responsabilidades, e responsabilidade não cumprida é vida perdida.

Alguns resultados que eu tenho, porra, cara, você é louco... Daqui a pouco me liga uma pessoa no meu privado.

– E aí negão.

Mano falava na gíria, mas meio descolado. Até pensei que era um hater.

– O negócio é o seguinte, mano, eu precisava falar com você.

– Falar já tá falando, parceiro. Mas e aí, qual é a fita? De onde você me conhece?

Era o pai de um adolescente que estava envolvido com as fita errada. O moleque assistiu no meu canal um depoimento do mano Carlinho, a respeito da perda da mãe dele... Bagulho

pesado. Cê é louco, o moleque ficou com medo de perder o pai e disse que iria sair dessa vida do crime. Sem papo: o pai virou fã, tá ligado?

– Sou um cara que estou dando 200 likes nos seus vídeos.

Opa, o objetivo foi alcançado.

Sempre tem aquele mano que indica os meus vídeos para um amigo que está envolvido no crime, e de repente até passa a refletir nas decisões da vida. Li um comentário que dizia:

– A mãe de um moleque que saiu do crime te mandou um beijão, falou que te ama.

Puta, a mensagem chegou em quem precisava.

A gente tem que entender que o preso sai da cadeia igual vampiro: ele quer mais sangue. Se a sociedade não mostrar que o suco de laranja é mais gostoso, ele vai virar um sanguinário! Sem políticas públicas para tirar essas pessoas definitivamente do crime, elas vão voltar para o crime, e elas retornando, tendem a ser mais violentas. Porque se bandido bom é bandido morto, opa, mano, então é matar ou morrer, e já era. A minha conclusão é simples... Tá preparado para segurar o refrão? Violência + violência = mais violência. Solidariedade + solidariedade = mais solidariedade. A conta é simples, não tem muito segredo.

Por isso o meu papel é de convencimento. Se tiver que falar dez vezes, eu falo dez vezes. Se eu ver que a pessoa está com a mente aberta para escutar, opa, chego no argumento. Mas ela está toda pá, aí já era. Eu também não perco tempo. A pessoa vai ter que me engolir. O problema não é nem me engolir. O problema é que, quando a pessoa cagar, eu vou sair com o braço aberto, rasgando a porra toda. É assim que eu sou... Não sou aquele cara bonzinho. Eu parei com as fita errada, mas não virei um bunda mole.

Cê é louco! Negão, fala na gíria, uma puta faca de cadeia pendurada na parede, luta boxe e pá. E aí, está no crime? Diz que parou com o crime. Tem cara de bobo? Não tem. Gosta de cerveja, gosta de dar um golinho. Sou normal, caralho! Mas, porra, e aí, qual que é a minha opção, meu irmão? Passar por cima, ou você vai deixar eu passar? Qual que é? Pega aquele gatinho fofinho, encurrala ele em um canto, o que ele vai fazer? Unha para fora e vai vir para cima, caralho! Assim é o cara que sai do sistema prisional. Puta que pariu, tá encurralado, sem saída, o que ele vai fazer? Vai vir para cima! Não é melhor ajudar essa pessoa a encontrar uma saída? Pensa que a próxima vítima pode ser o seu familiar.

Eu sou o cara que eu tento demonstrar que não precisa ser um santo para parar com o crime. Não importa se vai beber, se vai querer comer todo mundo, querer dar, foda-se. O importante é parar. Porque existe um certo tipo de visão de quem ainda está no crime. Para eles, o mano que parou com o crime e foi para a religião, é porque deu mancada. Ficou com medo

de morrer ou virou bunda mole. Tem muito cara que não para com o crime, com o imaginário de que ele vai ter que ficar andando com uma bíblia debaixo do braço.

Eu trago a linha de que eu parei com o crime e não virei nenhum bunda mole. Simplesmente parei com o crime, mano. Eu não aguentei mais tirar cadeia. Mas eu não precisei ver uma luz que veio do céu...

E olha que eu vou falar um negócio. Eu tenho um testemunho de escutar uma voz quando ainda estava preso...

– Você vai embora, aproveita essa oportunidade.

Cê é louco... Até arrepiou! Era uma voz feminina. Para mim foi Nossa Senhora Aparecida. Quando eu escutei isso, levantei da cama e pensei comigo, puta, vou embora. O campana que estava no guichê avisou:

– Funcionário no raio!

Só que já tinha ido todo mundo embora. O horário de liberar para o semiaberto e liberdade era até às 17 horas, e faltavam poucos minutos para trocar o plantão. Eu falei para os companheiros que eu ia embora, e todo mundo da cela começou a dar risada.

– Vai embora para onde, negão? Tirando um monte de cadeia, fugiu um dia desses aí e pá.

Eu sabia que eu ia embora... O funcionário encostou na porta e cantou:

– Maurício Monteiro: liberdade.

Beleza, essa fita está na minha crença. Respeito todas as religiões. Já fui em igreja católica e até em evangélica, mas é foda... O que eu me identifico de verdade são as religiões de matriz afro. Quando eu estava no movimento, vixe, fazia vários trabalhos... Mas é possível sim sair do crime sem virar crente. No crime só existem dois vetores: parar e ser parado. E para cada conduta é uma consequência. O cara quando é parado, a voz dele não ecoa em qualquer lugar. Logo a gente sabe que esse aí deu mancada.

Depois de muito tempo preso, cheguei à conclusão de que o crime só tem dois caminhos: a morte ou a prisão. Não tem um terceiro caminho. Preso eu já fui. Só me faltava o outro caminho, então eu parei. É isso que eu tento mostrar... É isso e já era. A minha companheira foi aquele pingaço que faltava para o copo transbordar. Eu estava foragido, e nós ficamos juntos por uns dois meses durante a última fuga. Ela nem sabia que eu tinha um monte de passagem... Mesmo assim, insistiu em ficar comigo. Na primeira visita ela chegou chorando... Foi aí que eu percebi o que me aguardava do outro lado do portão.

Na minha infância, em brincadeira de polícia e ladrão eu era sempre o ladrão.

Eu consegui sair do crime depois que eu entendi o que me levou a ele. Alguns entraram no crime por necessidade. Outros, uma minoria, pela adrenalina. Eu entrei no crime por revolta. O meu irmão, Mauro Monteiro, foi assassinado, inclusive na esquina desta mesma casa. Foi morto pela Polícia Militar... Na época ele trabalhava e tudo. Não era chapado nem nada. Isso devia ser 1984, e ele já era datilógrafo, caralho! Era uma profissão respeitada e requisitada. Tanto é que ele arrumava trampo onde queria. Os caras da firma até vinham buscar ele na porta de casa. Porém, ele ficou desempregado por um tempo e acabou se envolvendo com a criminalidade. Andava armado e pá, porém era uma pessoa de boa. Quando ele foi morto pela polícia, a revolta me consumiu. Na época eu tinha uns 15 para 16 anos. O meu irmão era a minha referência total.

Imagem 8 – “Tudo poderia ter sido diferente...”
À direita, Mauro Monteiro



Fonte: Maurício Monteiro – Acervo pessoal.

Mesmo pobre e periférica, a minha família vivia de forma regrada. Eu nunca pisei numa Fundação Casa, para se ter ideia. Tive uma infância normal. Antes de construir o Shopping Aricanduva, eu saía por esses morros empinando pipa, jogava bolinha. Eu não era um jovem predisposto à criminalidade. Aos 16, não era usuário de porra nenhuma. Só mais tarde, já

envolvido, eu comecei a dar um tirão. Em 1992. parei com o cigarro, com a maconha e com a farinha, e nunca mais usei nada. Pedra eu nunca usei na minha vida porque eu sempre tive medo...

Eu entrei no crime por revolta, mas uma revolta causada pelo Estado. Quem matou o meu irmão foi o braço armado do Estado. Se ele tivesse cometido algum crime, o procedimento seria conduzi-lo a uma delegacia e eventualmente prendê-lo. Aquele Estado que deveria ter curado a chaga, me deixou doente. Assim se fabrica um preso, mais um em uma multidão que movimenta a engrenagem da verba, do dinheiro e da corrupção. O preto é a presa do Estado desde o ventre.

Cada sobrevivente do Massacre da Detenção tem a sua forma de lidar com o passado. Eu fico de boa, durmo normalmente. As minhas lembranças, eu gosto de estar sempre revivendo para trazer as informações. Que as lembranças passam a ser uma forma de conhecimento específico. Pessoas como você, que não tiraram cadeia, não têm as informações sobre a vida dentro do cárcere. São os egressos que vão te informar.

Só que, aqueles que têm o conhecimento, geralmente ficam quietos. Não abrem a boca porque a sociedade vai descobrir que eles são ex-presidiários e, de repente, a pessoa perde até o emprego. Eu não tenho a solução para tudo, e você não conhece o cárcere. O negócio é a gente colaborar e cada um fazer um pouquinho. Você transmite essa história para outras pessoas, e daqui a pouco a gente faz a mensagem chegar a mais pessoas.

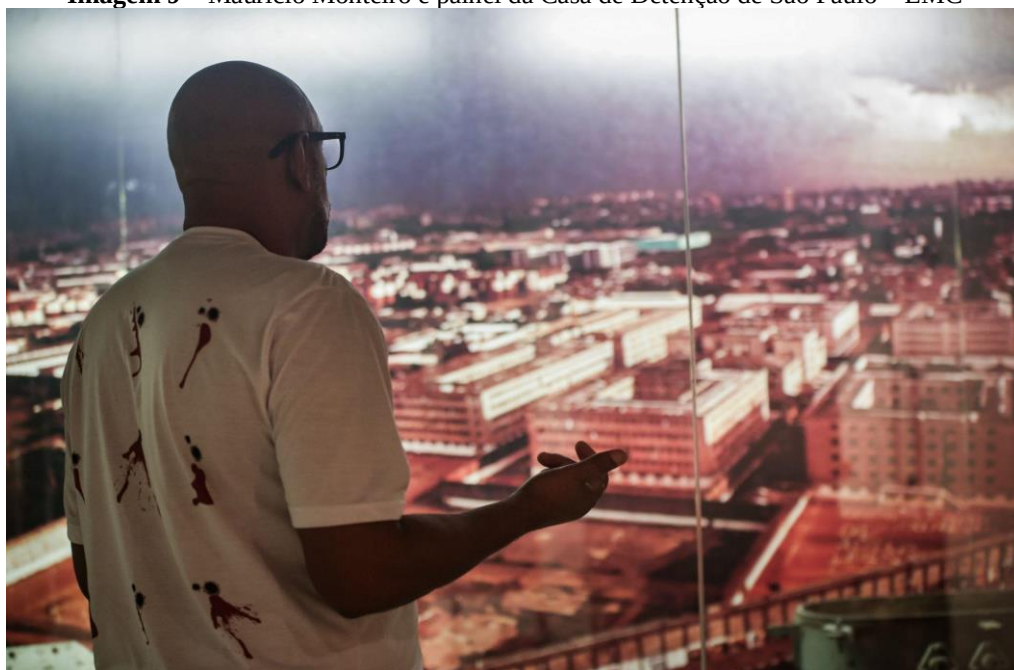
Eu fui preso na Casa de Detenção de São Paulo em 1990. Cheguei no pavilhão 9 com 19 anos, direto da rua e respeitado pelo crime que eu havia cometido, um sequestro. Aquele foi praticamente o primeiro sequestro da cidade de São Paulo... Infelizmente, também peguei bronca de homicídio nas costas. O homicídio não fui eu. Eu sabia quem era o responsável, mas não podia falar. Se tivesse caguetado, eu já tinha morrido. Mas, de todo modo, fui condenado a 17 anos pelo sequestro seguido de homicídio.

Cadeia, mano, é outra sociedade. Lá dentro existem várias regras que, se a gente for comparar com aqui fora, são as mesmas. Porém, na cadeia as normas são ainda mais respeitadas, porque a punição é maior. Dependendo da mancada, se paga com a vida. No Carandiru, cada pavilhão tinha as suas próprias normas. Em determinados assuntos a cadeia inteira agia do mesmo jeito. Tinha que ter proceder, educação, higiene, palavra. O cara tinha que ser malandro. Crime sexual não é crime de malandro. Não podia andar sem camisa enquanto mexia com alimento. Na cela onde eu morava, por exemplo, não podia ter bigode.

Logo que cheguei na Detenção, fiquei numa cela onde um cara havia sido assassinado. Até o cérebro estava nas paredes. Nós, recém-chegados, limpamos a cela e pá. Só que eu tive

um desentendimento com o dono do barraco. Além de limpar, ele queria que a gente pintasse. E eu não vou pintar, caralho, a não ser que ficasse morando lá. O cara era daora até. Malandro de verdade... Mas começamos uma discussão e, para não piorar a situação, eu me mudei para outro barraco.

Imagem 9 – Maurício Monteiro e painel da Casa de Detenção de São Paulo – EMC



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

Quando eu cheguei nessa outra cela, com mais dois caras, um mano me falou que não podia ter bigode. Quem não tirasse o bigode não morava lá, e ponto final. Porra, eu nem questioneei. Cheguei e fui direto raspar o bigode. Enquanto eu tirava o meu bigode, perguntei o porquê dessa regra. E como eu não tumultuei, o mano me explicou. Toda hora a polícia vinha de blitz na cela e esculachava tudo. Por isso a situação era de precariedade de pó de café. Agora, imagine preparar um café nessa cela onde moram 15? Daí o cara bebe o café, já escasso, com esse bigodão e vai passar o copo para os outros beberem? Olha a mentalidade dos caras! Higiene, caralho! Daí você pensa que uma fita dessa de não poder bigode é porque é barraco de viado, e vai ver, o bagulho é higiene. Que ali era barraco de malandro, não era de lagarto, pé de breque, não. O bagulho era sistemático.

Depois de um tempo preso, todas as celas ocupadas pela quadrilha que eu fazia parte seguiam um ritmo comum. Esse é o ritmo do barraco. Os novos presos iam chegando e eu já cantava a ideia:

– Tem que arrancar esse bigode, xará. E se não quisesse arrancar, poucas ideias: em 30 dias pode esperar a mudança, e já separa o copo porque não pode beber do nosso caneco.

Aí que o mano se ligava ao motivo! Imagine o maluco com o maior bigodão passando o caneco para o outro beber. Aí fudeu tudo. Higiene era seguida à risca na Detenção. Usou o banheiro, precisa tomar banho. Pode ser a hora que for, é ducha, rapá! Sem papo. É dar um salve para quem está se alimentando antes de usar o banheiro. Tudo em prol da coletividade.

As regras da cadeia me abriram vários horizontes de comportamento... Aprendi rápido que o Pavilhão 9 era sistemático. Não podia andar sem camiseta no dia de visita, e nem olhar para a visita. Eu vi vários caras morrerem igual um porco por falta de proceder. Naquela época, não tinha essas fitas de levar para conversar no PCC. Era madeirada, facada e já era.

Em outras cadeias, o proceder é diferente, dependendo do número de presos por cela. Na Penitenciária do Estado se morava em dois. Teve uma época em Avaré que a cela era individual. Araraquara, que era segurança máxima, no máximo dois por cela. Em outras cadeias, como Presidente Bernardes, se morava entre cinco ou seis. E cada unidade prisional com o seu ritmo próprio. O mais louco é que parece que tudo já estava escrito! O preso chegava na cadeia formatado para agir em conformidade às leis dos presos. Fora toda a disciplina imposta pelos próprios funcionários! Puta, era tanta regra para seguir que compensa parar com os crimes e viver com as normas da rua, que são mais fáceis. Entre ficar doido na cadeia e ficar doido na rua, melhor ficar na rua, caralho. Aqui na rua você pode não ter uma regalia, mas maluco, não fica.

Para falar sobre o Massacre da Detenção... Antes, preciso explicar um detalhe importante. Na Detenção era confusão todo dia e toda hora. O Pavilhão 9 tinha algo entre 2800 e 3000 presos. Às vezes tinha mais, mas nunca menos. Na Detenção, as celas ficaram abertas praticamente o dia inteiro: o preso era solto às 8hrs da manhã, e era trancado somente às 16hrs. 2800 presos para cima e para baixo, movimento constante! Geograficamente, o 9 era a maior cidade do país, que era a Detenção. E tinha de tudo: prostituição, assalto, confusão, morte, futebol, samba, capoeira, ritmo e linguajar próprio... Se alguém de fora conversasse comigo, era capaz de nem me entender. Não se falava português. Era o idioma da Detenção. Confusão era a rotina.

Em 1991, portanto um ano antes do Massacre, houve uma confusão no 9 envolvendo um funcionário novato. Pensa num maluco folgado! Ele levou uma cunscas com uns presos, e os caras jogaram uma manta nele. Deram uma par de paulada, pegaram relógio, carteira, um par de sapato velho, e deixaram o tonto na galeria. Os presos não se apresentaram, então os

funcionários não sabiam quem eram os responsáveis. O plantão queria que o Choque entrasse na cadeia por causa desse incidente. O diretor não deixou.

Por causa dessa fita, o pavilhão inteiro ficou trancado por três dias. Por todo esse tempo, os próprios funcionários vieram fazendo blitz, esculachando geral, até que finalmente os caras se apresentaram e assumiram a bronca. Quebraram os malucos no pau e mandaram de bonde para a Penitenciária Regional de Presidente Venceslau. Treta resolve, certo? Errado! Quando aconteceu a chacina em 2 de outubro de 1992, mano, chega a ser inacreditável, ou previsível demais: foi com os mesmos funcionários desse plantão! O plantão responsável pelo Massacre já era recalcado com os presos do 9, em especial, o seu Lemes...

O seu Lemes é um pilantra sem vergonha! Ele era o chefe do plantão do 9 no dia do Massacre. Se esse sujeito não quisesse, não tinha acontecido nada. Louco de raiva, eu quase peguei esse maluco. Depois de ter percorrido todo o sistema penitenciário, em novembro de 1997, eu voltei para a Casa de Detenção. Por ironia do destino, o seu Lemes deu às caras no 9, mano! Pra quê! Eu bem louco de cachaça, com faca na cinta, encurralei ele dentro da carceragem e dei umas facadas nele, para ele ficar esperto.

– Antes você fugiu de mim. Agora não me escapa!

Os funcionários saíram todos fora, tá ligado? Quem o salvou foram os presos que me seguraram. Foi até melhor... Senão, eu estava preso até hoje ou já tinha até morrido. Tem funcionário que foi decente, mas esse aí, não.

No dia que aconteceu o Massacre, 2 de outubro de 1992, como o filme *Carandiru* retrata, a confusão de fato começou entre dois presos: o Barba e o Coelho. Ambos moravam no segundo andar do pavilhão 9. Eles começaram a discutir por falta de droga. O Barba tinha a droga, porém não queria soltar porque tinha pouca droga no pavilhão. Bom, a droga é do cara, ele faz o que quiser e foda-se. Por conta disso, o Barba começou a discutir com o Coelho. O Coelho era um preso que trabalhava no setor judiciário, por isso ele também era chamado de KGB. Não era cagueta, mas era um cara que os outros presos não confiavam totalmente, mesmo sendo ele próprio preso experiente, tirando uns 15 anos, se pá.

No meio da discussão, o Coelho deu uma facada no Barba. Não chegou a matar... Foi só uma pregada e já era. Insisto nisso porque fatos desse tipo, ou muito mais sérios, eram rotina na Detenção. Todo dia era paulada, morte e o caralho. Os funcionários chegaram e separaram os dois. O Barba foi levado para o pavilhão 4, onde ficava a enfermaria, e o Coelho para o pavilhão 6, onde ficava o castigo.

Eu estava na minha cela, no Terceiro andar, barraco 303-E, fabricando faca e cachaça. Vi que passou um cara na frente da cela. Era o João Lobão, da quadrilha Bronxs. Naquela época,

antes do PCC, os presos se organizavam em quadrilhas. Quando juntava as quadrilhas, formavam-se famílias, geralmente organizadas por local de origem: família Zona Leste, família Zona Sul... As famílias tinham algo em torno de 50, 60 presos. Algumas famílias chegaram a ter 200 presos. Em um universo de 3000 presos, eram inúmeras famílias. Todo mundo era organizado.

Esse João Lobão passou pela cela, avisando os caras da minha quadrilha e eu que estava rolando um buchicho na escada. Nós da cela fomos ver o que estava acontecendo. Bem na hora que chegamos na escada, os funcionários fecharam a gaiola do segundo andar. Alguns presos do terceiro andar queriam descer para saber o que estava acontecendo: quem deu a facada e o porquê, mas nada de confusão. E o funcionário, aquele mesmo, o folgado, recalcado, falou que iria trancar todo mundo! Isso devia ser por volta de 10h... Um pessoal ainda estava subindo do campo.

Alguns querendo entrar, outros sair, o funcionário ameaçando trancar todo mundo. Os presos todos foram tirar satisfação. Um mano insistiu que iria entrar, e logo deu um soco na cara do funcionário. Foi nesse momento que os funcionários saíram todos correndo. Na época, fui contra a deixar correr, que eu era poucas ideias.

– Segura esses caras, segura!

Putá... Os outros presos deixaram os funcionários saírem. Eles atravessaram o portão, trancaram e saíram gritando na Divinéia:

– Manda o Choque entrar, que é rebelião!

Mas para nós próprios, não estava acontecendo nada, meu!

Alguns presos desceram, estouraram o cadeado do segundo andar e foram lá conversar para acabar com aquela confusão iniciada pelo Barba e o Coelho. Em pouco tempo estava tudo resolvido. Para acalmar os ânimos, a nossa quadrilha chegou a um consenso: todo mundo para a cela, esperar a tranca a não resolver treta nenhuma.

– Quem tiver treta, segura. Não é para morrer ninguém!

E porra, a nossa quadrilha era respeitada... Então todo mundo obedeceu o salve. Ó, maior covardia. Fomos todo mundo para a cela, esperar a hora da tranca numa boa. Daqui a pouco começa a carnificina...

Se a gente observar a geografia da Casa de Detenção, cada pavilhão é como se fosse uma cadeia individual. As muralhas internas separam todos os pavilhões entre si. Portanto, quem está no pavilhão 9 não tem acesso aos demais pavilhões e vice-versa, somente pelos portões ou olhando pela janela. Logo, a muralha interna do 9 começou a encher de PM, e nunca

teve isso... Até então os polícia ficavam só na muralha externa, que separa a cadeia da rua. A gente achou estranha aquela situação.

– É, vai pensando que tá bom...

Eu estava com um pressentimento ruim. Sentia na pele que algo mais sério iria acontecer. Logo tomei uns remédios para ficar bem louco. Alguns companheiros resolveram fazer barricadas com as portas, outros derramaram óleo nas escadas, com a intenção de atrapalhar a subida dos policiais. Eu até tentei argumentar, mano, explicar que de nada adiantaria óleo se os polícia usam aquelas botas que até escalam parede, mas quem sou eu para discordar?

A cela onde eu morava tinha uma janela que dava para o pavilhão 8. Foi então que eu escutei gritar:

– Olha os caras da ROTA!

Quando eu olho pela janela... Mano! A ROTA entrando pelo pavilhão 8! Eles usaram uma entrada que vinha pela Divinéia, cruzava os pavilhões 2 e 5 e deixava atrás do 8. Aquele monte de polícia querendo entrar no Pavilhão 8. O chefe de disciplina daquele pavilhão, seu Osmar, peitou a ROTA e impediu uma carnificina ainda maior.

– Aqui vocês não vão entrar. Os meninos estão todos trancados, está tudo tranquilo. O problema não é aqui.

Parou a ROTA no portão do 8! Essa fita não foi ninguém que me contou... Eu vi! O seu Osmar nem falou que a fita era no 9... Só falou que a fita não era no 8. Funcionário respeitado até o último. Homem de verdade. O único funcionário que eu peguei na mão. Depois que eu saí do sistema penitenciário encontrei com ele e manifestei o meu respeito.

– O senhor é homem pra caralho!

Sem a possibilidade de entrar no pavilhão 8, os policiais se aglomeraram no portão do pavilhão 9 e invadiram. Mano, parecia uma alcateia de lobos esfomeados entrando no galinheiro! Entraram metendo bala, sem dó e sem ideia. Naquela época tinha bala de borracha e de festim, mas pelo som dos tiros a gente lá do terceiro pensou que alguma coisa estava estranha... Afinal, a gente conhecia o bagulho. Era muito tiro... Eu fui para a galeria do terceiro, antes da cela onde eu morava, e escutei rajadas de metralhadora, sem parar.

– Pá, pá, pá, pá, pá.

Tiro pra caralho! Um Pelicano, isto é, um helicóptero, começou a circundar a Detenção e deu uma rajada de tiros em cima da cadeia. Da janela da cela dava para ver eles matando uns presos que estavam em cima da cadeia... Foi então que eu percebi que não era brincadeira. Não era bala de borracha ou de festim porra nenhuma. Era tiro para matar mesmo.

Daí passou pela minha cela um negão forte para caramba, parecia um gorila. Desperado, ele avisou:

– Os caras estão matando! Nós vamos morrer! Nós somos tudo negão, os caras vão matar. Eu vi lá embaixo... Os caras estão atirando em nós negão pra matar!

Entrei em pânico, meu... O negão saiu correndo sem rumo. Não tinha para onde ir, não tinha onde se esconder, não tinha o que fazer. Decidi ir para a frente da minha cela. Eu escutando tiro pra caralho.

Daqui a pouco, escutei os presos do barraco anterior fechando a cela deles. Os tiros não paravam. De repente, ouço a porta bater nos caras. Ow, na hora eu paralisei... Não conseguia correr. Fiquei paralisado na frente da minha cela, enquanto os meus companheiros estavam lá dentro. Os policiais da ROTA viraram no corredor. Um deles deu um tiro de 12 que pegou num preso no fundo da galeria. O barato encheu de sangue... O mano caiu no chão igual uma sanfona, bagulho de filme. Eu não conseguia andar... Um policial tentou me dar um tiro que acertou na porta, e a porta bateu no meu rosto. Só então eu consegui sair da paralisia e entrar na cela.

Eu ainda estou escutando os tiros, rajadas de metralhadora na cela anterior à minha, pensando que àquela altura estavam todos mortos. Não tinha onde se esconder! Imagina que a cela era um quarto apenas com um lençol, que era justamente o quieto, onde o preso fechava a fim de ter alguma privacidade enquanto fazia alguma atividade maior no banheiro, e uma cama de madeirite. Nada mais. Os outros presos viraram o compensado da cama e se esconderam atrás. Eu me escondi atrás do lençol.

Dois policiais entraram na cela. Um deles abriu o lençol do quieto e engatilhou com a metralhadora na minha cara... Quando eu vi o polícia puxar a bala, pensei, fodeu, todo mundo aqui vai morrer. Já era, vou nessa. Porra, nós éramos conhecedores das artimanhas, embora metralhadora fossem raras no crime até então. Para colocar o pente na metralhadora, precisa puxar a bala para ela subir. Porra, chega a ser inacreditável. Do nada apareceu um tenente... E eu vou falar uma coisa muito séria: esse tenente veio do céu. Ele entrou no meio dos dois policiais que estavam na porta da cela e falou:

– Aqui não! Aqui não! Aqui não!

O polícia desengatilhou a metralhadora na minha cara, deu risada e saiu pelo corredor dando tiro. O tenente estava desesperado! Tirava o boné, colocava o boné, enfiava o boné no bolso, passava a mão na cabeça... Com as mãos juntas, como se implorasse à Deus, o tenente falou:

– Meu, estou fazendo o que eu posso. Seguinte: tira a roupa todo mundo. Eles estão fazendo um corredor polonês. Vocês descem, põem as mãos na cabeça e olha para o chão... Pelo amor de Deus, não olha para os caras, senão vocês vão morrer. Não é para olhar para a cara dos PMs!

Quando tinham situações de controle na Casa de Detenção, quem invadia era o batalhão de Choque da PM. O Choque também estava lá no dia, mas para fazer a contenção. A ROTA entrou para matar. Antes do tenente sair da nossa cela, outros policiais apareceram na porta, babando para metralhar geral. A sorte que o tenente salvou de novo.

– Aqui já era! Aqui já era!

Antes de sair da cela, a gente já escutava o latido dos cachorros conduzidos pelo Choque. Os bichos eram tão grandes que pareciam uns pôneis. Eram uns monstros... Os policiais do Choque vinham fazendo o corredor polonês, que são duas filas de polícia e a gente tinha que passar no meio. Um policial ordenou para descermos em fila. Todos os presos iam saindo das celas, entrando no corredor polonês e descendo até o pátio do pavilhão.

Quando começamos a descer as escadas, puta... Só morte... Vários corpos no chão. O mano que estava na minha frente teve o órgão sexual arrancado pelo cachorro. Ele caiu no chão gritando de dor. Os polícia começaram a bater nele com a baioneta e já puxaram o corpo para um canto.

Imagem 10 – Maurício Monteiro explicando o Massacre do Carandiru



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

Nós estamos descendo. Várias pauladas de cacetete, gritaria. Na minha frente apareceu um mano que eu conhecia, o finado Vereba. O finado Vereba era malandro Zona Sul, maior humildade. Assaltante de banco mil grau. Para você ver, esse rapaz tinha acabado de sair do castigo no Pavilhão 6 após uma tentativa de fuga.

– Logo vou ver a minha família, Nenê... Sabadão tenho a minha visitinha.

Dia 2 de outubro de 1992 era sexta-feira, tá ligado? Sábado já era dia de visita. Porra, o Vereba morreu antes de ver a família. Ele estava na minha frente e, na hora que fomos descer as escadas, ele escorregou bem na minha frente, caindo pelos degraus de bunda. Chegando lá embaixo, o polícia do Choque deu uma facada no peito dele que saiu do outro lado... Era exatamente uma daquelas facas que a gente fabricava. Porque é o seguinte, mano: quando a polícia chegou, nós jogamos todas as facas fora. Os caras com metralhadoras, .12 e o caralho, vamos fazer o quê? Jogamos as facas fora, sem papo, no que os polícia arrecadaram algumas, para depois colocar essas mortes na conta dos presos, tá ligado? Essa foi a pegada dos caras. Depois alegaram que as mortes por faca foram entre os próprios presos. Os malucos foram espertos...

Tem uma foto que mostra o segundo andar cheio de mortos. Aquela foto é verdadeira, eu sou testemunha. Foi o próprio policial da ROTA que tirou aquela foto. Inclusive, essa foto foi dada de presente para o pastor Sidney Salles, que é um outro sobrevivente e hoje é pastor e cadeirante. Num culto do pastor Sidney, esse cara da ROTA foi lá pedir desculpas e deu a ele de presente essa foto. Eu vi essa cena. Inclusive, o finado Vereba estava no meio desses corpos. Se pá eu também estaria...

Imagem 11 – Cerca de 90 Corpos no 2º andar do Pavilhão 9



Fonte: Laudo do Departamento Estadual de Polícia Científica.

Quando eu desci do 3º para o 2º andar.... Puta mano, cabeça baixa, mãos na nuca, eu vendo aquele monte de morto, descendo e apanhando para caralho, nem estava sentindo. Vixe, tô nem pá. Lá embaixo, os policiais estavam colocando os presos no pátio interno, todos com as mãos na cabeça e sentados. Nessa daí, maldade pura, os polícia soltaram uma bomba de gás lacrimogêneo. Mano, olha como as coisas são. Começou a chover, do nada! Parece que foi Deus que não deixou morrer mais. Porque ninguém ia levantar, e não podia se mexer porque os caras estavam matando!

Essa momento no pátio foi foda... Teve um policial que gritou:

– Quem está ferido?

Quem se apresentou, eles levaram para dentro de um setor. A gente só escutou os tiros. Depois o polícia gritou:

– Já está todo mundo curado. Quem mais está ferido?

Cê é louco... Só morte. E o bagulho é o seguinte. Os juízes corregedores estavam todos lá. É mentira que eles chegaram depois! A gente viu os três, vestidos de terno azul!

Quando acabaram de matar, eles começaram a recolher a gente para as celas. Só que é o seguinte. Os policiais colocam um holofote bem grande na entrada do pavilhão, de modo que quem vinha para entrar, não enxergava nada. A luz forte ofusca a visão. O que eles queriam que a gente não visse? O térreo do pavilhão estava cheio de corpo... Puta, na ordem da fila eu parei bem na entrada! Pensei comigo, agora eu morro. A todo instante eu pensava que já era, que seria a hora da minha morte.

Daqui a pouco eu escutei um polícia falar:

– Você está cansado?

Um preso meio que murmurou. Escutei só um tiro seco. Pá! O cara caiu morto no chão. Eu estava de cabeça baixa, olhando para o chão, e reconheci o corpo: puta, era o Tubarão, malandro da Zona Sul, mano! Eu nem gostava desse preso, mas caralho... Ele era malandro de verdade.

Daí o polícia ficou gritando:

– Vem aqui você!

Puta... vão me colocar para carregar cadáver, pensei. Fodeu. Me deu o maior pânico, não era eu. Era com outro preso. Um polícia estava batendo com cassetete em todo mundo. Me encolhi para não apanhar.

Quando abriram o portão eu subi pique o Flash, direto para o 5º andar. Antes de o polícia terminar de falar “vai”, eu já estava lá em cima. Daí, já era. Trancaram as celas. Uma cela com metade dessa sala aqui os caras colocaram 50, 70 presos, todos em celas do quinto andar.

Foi ficando de noite. Pela janela da cela, dava para ver fora do prédio, só que a gente não podia colocar a cabeça para fora. Os policiais ainda estavam cercando a muralha interna.

– Quem botar a cabeça para fora, vai levar bala!

Mediante a impossibilidade de ver o que se passava, a gente usou o campana, que é um espelhinho, e colocou na ventada. E pelo campana, a gente viu os caras colocando uma par de corpo em caminhão de lixo, ambulância, viatura... Encostaram dois caminhões de lixo para enfiar os corpos lá dentro! Depois de carregar os corpos, eles foram embora.

Foi ficando mais tarde. Mesmo depois de ter carregado, ainda ficou um monte de corpo no pavilhão. Na madrugada, quando estava tudo quieto, um mano, mixer monstro, conseguiu abrir a cela e veio abrindo algumas outras que ele conseguiu. Ele nos soltou, e a gente voltou para a nossa cela. A nossa cela ainda estava suave, mas algumas outras... Todos os presos morreram. Limpamos o barraco, fizemos café e ficamos esperando o plantão da noite chegar. O plantão ficou em choque logo lá embaixo... Nem quis chegar perto.

No plantão da manhã do dia 3 de outubro, nós descemos e trocamos uma ideia com os outros funcionários. Era outro plantão, não aquele que foi responsável. Um funcionário subiu, soltou a faxina, deixou os caras fazerem a limpeza e pediram desculpas. Alegaram que eles não tinham nada a ver com a fita.

– Vai nessa! Vai sobrar para vocês também...

Eu estava trocando uma ideia com um dos manos que moravam comigo. O nome dele era Pedro. Você não faz ideia do que os polícia fizeram com ele no dia 2... Ele contou essa história uma vez: não duas, nem mais de uma. Os policiais pegaram ele no lado I, onde havia quatro mortos. Mandaram ele fazer que estava transando, dançando, beijando na boca dos corpos. Depois, desceram com ele escoltado, colocaram-no no meio dos outros polícias e avisaram:

– Esse aqui não é para matar não. Esse aqui tem história para contar.

Pedro, depois que contou essa história, nunca mais falou. Ficou tipo catatônico. A família dele até visitava e tal. Ele comia e bebia normal, assistia tv, mas não falava um “A”. Parecia que ele até tentava falar, mas não conseguia. A gente insistia, perguntava alguma coisa, mas ele não respondia mais. Não sei o que aconteceu com ele depois... Se morreu, se está vivo.

Tinha um outro rapaz que andava comigo de nome Éder. Ele era daqui da Zona Leste. Éder jogava uma bola fodida, um desses talentos que a sociedade não aproveita. Um dia, um

desses depois do Massacre, do nada, ele saiu da cela com um monte de papelão na mão, sem avisar para onde iria. Mais tarde fui encontrá-lo na galeria, deitado no papelão.

– Qual foi, Éder? O que aconteceu, mano?

– Nada não, Nenê. Estou esperando os caras me buscarem.

Puts, esse daí já era. Chapou. Foi para o DM, a ala dos doentes mentais. Ficou louco. Não sei o que aconteceu com ele depois...

Foram vários fatos que se desdobraram do dia 2... Muitos manos pegaram AIDS, seja de cachorro que mordeu geral, ou mesmo pisando no sangue. Bagulho foi uma tragédia humana sem precedentes. Mesmo contando só os 111, já é morto pra caralho. E não foram 111, nem fodendo.

Houve um número muito maior de morte, essa é a verdade nua e crua. 111 foram só os mortos com corpos reconhecidos. Um tempo atrás, eu debati com a advogada dos policiais condenados. Ela falou que foram 78 mortos. Conseguiram abaixar até o número 111, que por si só é uma mentira. Se liga no argumento dela: 78 presos foram mortos pela polícia, e o restante foi morto entre os próprios presos. 78 é o caralho! Eu estava lá. Que parada é essa?

É muito simples comprovar que foram mais de 111 mortos. No dia da primeira visita pós-Massacre, 3 de outubro, do lado de fora tinha uma lista com o nome dos mortos. Eu sabia que a minha família estava preocupada comigo, então fiquei em frente ao portão esperando a minha mulher e a minha irmã. Estou vendo um monte de gente chorando, pessoas desmaiando, sem poder fazer nada... A moral dentro do presídio não permite que se aborde uma visita sem que o preso esteja presente. Quem fizer isso, deita na madeira.

Foi então que chegou uma menina que eu conhecia. Eu sabia que os dois irmãos dela tinham sido mortos no quarto andar. Daí ela veio trocar ideia:

– E aí, Nenê. Porra meu, os meus irmãos estão vivos porque eu não vi o nome deles na lista.

Nossa Senhora... Eu não sabia o que falar. Pensei comigo, fodeu. Falei para ela esperar um pouco que eu iria avisar uns meninos no barraco. Ela ficou esperando, toda feliz. Fui trocar uma ideia com o Carça, avisar que a irmã dos gêmeos estava na visita. Eles não eram gêmeos de verdade, mas se pareciam muito, então o vulgo pegou. Moravam no 14-E do 4º andar. Porra, entre os 15 presos da cela, os polícia escolheram matar dois, e foram os gêmeos. Olha que os polícia nem tinham foto, nem carta marcada! Foram matando aleatoriamente e foda-se. Tudo no dinâmico. No que o Carça foi avisar a mina sobre o falecimento dos irmãos, a moça desmaiou na hora. Foi nessa que eu entendi o tamanho daquela cachina.

Mais tarde, a minha família entrou. Conversando com outras famílias na fila, elas perceberam que tinha morrido mais gente, porque muito morto não estava na lista. Tanto é que no decorrer daquela semana, ocorreu a contagem própria dos presos. Foi formada uma comissão entre alguns presos dos pavilhões 8 e 9. Lembro de alguns manos que compuseram a comissão: Borracha, Betinho, Luizão, Miltinho... Eu próprio não fiz parte dessa comissão, mas acompanhei o proceder e posso afirmar que foram contabilizados 248 presos mortos. Teve cela que morreram todos. Os caras puseram a metralhadora no guichê e atiraram sem dó. Essa cena foi bem retratada no filme, isso eu posso afirmar.

Um dia depois da visita, o diretor teve a cara de pau de ir lá no pavilhão. Os mano queriam pegar o diretor... Eu que não deixei. Argumentei que morreria mais gente. E como a nossa quadrilha era respeitada, os caras pegaram a ideia.

30 dias após o Massacre, eles mandaram uma par de gente de bonde para a Penitenciária do Estado, e eu fui nesse bolo. Ainda fiquei a maior cota preso, arrumando confusão para caralho no sistema. Preocupado com os meus próprios problemas, longe da Detenção, não acompanhei o desfecho de muitas histórias de companheiros feridos. Não sei se estão vivos hoje...

O Massacre e as outras histórias que vieram por consequência são muito pesadas, admito. Mas a gente não pode deixar passar em branco, mesmo porque foi uma covardia do caralho. No fim da história, ninguém foi punido, a não ser o próprio preso.

Dez anos depois do Massacre, implodiram aquele espaço. Isso é o apagamento da história, simples assim. Quem for no Parque da Juventude, vai ver uma porra de uma estátua onde estava o pavilhão 9, “Sonho de Liberdade”, com uma porra de mãozinha. Uma homenagem ao governador Mário Covas! Que piada é essa, caralho? A polícia, essa mesma que matou para caralho, é subordinada ao governo estadual! Quando eu vi aquilo, até dei risada. Que porra de liberdade é essa daí, que uma par de mano foi assassinado? Essa porra tem que ser destruída e já era, da mesma forma que o Borba Gato foi.

Felizmente, a história não é formada por uma visão. Se tem cinco mano que presenciou o Massacre, são cinco visões diferentes e todas verdadeiras. A gente até conversa a respeito, mas não chega a debater muito a versão dos fatos. Eu mesmo não gosto muito de ler a respeito, ou assistir um filme que eu sei que não tem nada a ver. Porque a mente da gente é uma treta. De repente você lembra de um bagulho, que é algo que você leu há 10 anos, e o bagulho está fritando o seu cérebro agora! Gosto de preservar a vista do ponto.

Nós temos um grupo entre sete sobreviventes do Massacre da Casa de Detenção. Quando a gente se reúne, a gente troca muita ideia. E às vezes a gente dá risada. Não é rir da

tragédia, é porque estamos vivos. Cada sobrevivente tem um modo diferente de lidar com essa realidade. E é o seguinte. Já se passaram mais de 30 anos do Massacre, e as ideias do que aconteceu vem nessa linha da passagem do tempo.

Muitas vezes, isso interfere no número de pessoas que realmente morreram, porque cada um teve o seu parâmetro do acontecimento. Se um mano falar que morreu mil, eu não vou discordar... Talvez ele tenha realmente visto mil pessoas morrerem. Ele estava lá, portanto tem propriedade para testemunhar. Eu não vou concordar, e já era. Mas todo mundo que viu, não tem dúvida. Ninguém fala que foram 111. O fato de que foram os policiais que mataram, que não houve morte entre presos também são realidades que convergem entre os sobreviventes do Massacre da Detenção.

Porém, em alguns assuntos a gente tem a nossa divergência. Há quem ache o seu Lemes um funcionário respeitoso, e eu continuo achando que ele é um dos responsáveis por aquelas mortes. É a mesma coisa que eu usar a minha experiência particular e generalizá-la. Eu não fui morto por causa de um tenente. Ele me salvou, mas por quê? No primeiro momento eu pensei, caralho, o cara é da hora e pá, e não é isso. É que os polícia já tinham matado para caramba, então ele tava simplesmente tirando o pé do acelerador. Tanto é que esse tenente fez algumas falas na mídia justificando aquela operação policial. Ele foi contra naquele momento porque, se tivesse matado mais, a situação iria piorar para o lado deles. Ele só me salvou por causa disso.

Olha como o barato é louco... Um tempo atrás, trabalhando no Espaço Memória Carandiru, até descolei quem é esse tenente. Pelo que eu vi ali, naquele momento, ele não matou ninguém. Eu acredito nele. Ele não só evitou que eu morresse, mas eu vi que ele saiu da cela gritando:

– Não é para matar ninguém não, mano!

Só que ele era tenente. Lá embaixo tinha um comandante que estava dando o aval para fazer o que quisesse. O tenente podia momentaneamente falar alguma coisa, mas os outros policiais não estavam nem aí porque estavam obedecendo ordens de um superior. Todo mundo louco para matar...

Pessoalmente, eu não o condenaria esse tenente. Bem ou mal, a minha vida ele salvou. Ainda mais depois de ver umas fotos com os mortos de três celas antes da minha. Se pá foram os mesmos policiais que mataram e que estavam para me matar também. Agora eu vi a morte ainda mais próxima. Alguns amigos até me perguntaram se eu trocaria uma ideia com o tenente. Eu não... Vou eu servir de argumento para ele? Deixa ele quietinho na dele.

Se a gente pensar, existem duas redes que atuam para apagar ou alterar a história do Massacre do Pavilhão 9. A primeira vem diretamente com o Estado querendo apagar a história para se omitir da responsabilidade. A outra rede é composta por aqueles oportunistas. Esses não querem apagar, mas mudar sutilmente a história, torná-la mais suave. É da boca desses aí que a gente escuta que não morreram mais de 111, ou que os presos também se assassinaram. Batem e assopram, tá ligado? Nesse mesmo sentido, às vezes eu vejo alguém reproduzindo que a molecada de presos do Pavilhão 9 não quis conversar na época, porque era tudo moleque novo na época, tudo cabeça de bagre. Ninguém foi conversar com a gente porra nenhuma.

Eu sou bem atento mesmo. Eu posso não lembrar o que eu comi ontem, mas o que testemunhei há 30 anos eu lembro, ein. Acho que versões diferentes são bem-vindas, desde que a pessoa tenha testemunhado. O que eu não aceito é o cara não ter estado presente e falar o bagulho. E não adianta falar que é uma versão da história porque não presenciou os fatos, caralho! Não viu, ouviu dizer. Daí uns maluco viajando em cima do que escutou. Precisaria ver se essa pessoa que contou presenciou os fatos. É nesse aspecto que eu fico meio pá.

Infelizmente, naquela época eu não pude fazer nada pelos companheiros que morreram, mas o que eu puder fazer agora para que essa memória seja lembrada, independente do crime que o cara cometeu.

O barato é o seguinte: nós que saímos do crime estamos nos organizando para reivindicar os nossos direitos. Para tal propósito, constituímos a 1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere. Somos um grupo de pessoas egressas do sistema penitenciário, ou ex-presidiários mesmo. Existem outros grupos sociais organizados, de mães e parentes de presos, que são super necessários. Mas a gente sentiu falta do grupo sendo nosso. Em certas situações, somente nós temos a expertise para falar dessa história que é nossa. Agora nós queremos contar a nossa história do nosso jeito.

Costumo dizer que a 1º Frente é uma quadrilha do bem. É, mano! No passado, formávamos quadrilha para fazer assalto. Agora, formamos essa quadrilha do bem, para que ao menos a lei seja cumprida. Ó, que ironia: ex-presidiários querendo que a lei seja cumprida para todos, todas e todes.

A gente tem um projeto chamado *A vista do ponto*. Inclusive, esse foi um nome que eu pensei e os outros integrantes concordaram. Esse projeto está em andamento, mas olha que ironia... É um bagulho que já está em lei! *A Vista do ponto* é a seguinte: nós, pela Lei de Execução Penal (LEP), artigo 202, temos o direito de ocultar os nossos antecedentes criminais quando cumprida a pena. Isso é lei, porém nos é negado. Se o ex-presidiário se informa e sabe que tem esse direito, fica mais fácil de pleitear alguma ação na esfera pública.

Olha como a ressocialização que o Estado tanto fala é uma mentira: o meu canal se chama “Prisioneiro 84.901”. Esse é o número da minha matrícula que eu recebi quando fui preso, lá em 1990. Porra mano, se eu for comprar um pão na padaria, a polícia me parar e me perguntar se eu tenho passagem, ela não vai querer saber o meu RG, vai logo perguntar da matrícula.

– Qual que é a sua matricular ladrão?

Se eu discutir, os polícia podem forjar flagrante e me botar na cadeia de novo. Esse é o primeiro fator que justifica o nosso projeto. Nós temos o direito ao esquecimento.

O segundo fator está relacionado ao mercado de trabalho. Embora a ficha de antecedentes criminais não possa ser solicitada pela empresa contratante, todo mundo consegue acessar essa porra. Uma simples pesquisa no Google já expõe todo o histórico da pessoa. O meu histórico eu não ligo. Vou mostrar para todo mundo que eu sou sim um ex-presidiário, e foda-se. Tô aqui fora, não vou voltar pra cadeia e já era. Quem não gostou, vai ter que me engolir. Mas tantos outros ex-presidiários não querem ter toda essa exposição, por conta do preconceito que existe na sociedade. Daí o nome e a imagem estão na internet, e automaticamente, numa entrevista, o RH consulta e vai dizer que a vaga foi preenchida.

O cumprimento da lei não é benefício... É questão de sobrevivência, cara! Seja em batida da polícia, seja na procura de um emprego. Não importa se tem passagem ou não. Cumpriu a pena, já era. Se essa lei não for cumprida, o triste efeito é que nós continuaremos presos aqui do lado de fora.

E para quem pensa que não tem nada a ver com essa fita, pensa no seguinte. Se o egresso não conseguir arrumar um emprego, ele vai ter que arrumar um sub-emprego. E se ele não conseguir um sub-emprego que dê para sustentar a família, ele vai fazer o quê, mano? Vai voltar para o crime, e já era. No fim, acaba beneficiando o crime organizado. Muitos que saíram de dentro dos presídios são usados como mão de obra especializada para o crime, e o crime recruta. Fazer o ex-presidiário ter um emprego, porra, ó que daora.

A gente já conseguiu alguns projetos que serão custeados. São projetos para dar mais destaque e amparo para essas pessoas que estão conosco. E quando alguém vai nos representar em algum espaço, a gente está sempre conversando para que se pense no que vai ser dito. Quando eu represento o coletivo, tenho que tomar cuidado com o que eu falo. A gente tem que saber quando é o individual e quando é o coletivo. Alguns assuntos a gente já debateu e chegamos a um denominador comum.

Infelizmente, devido à peculiaridade do nosso público, toda hora os integrantes da 1ª Frente se modificam. Cada um tem as suas dificuldades. Muitas vezes, o cara não tem nem

tempo de estar presente em uma reunião, por conta de estar lutando para sobreviver aqui fora. Não sobra tempo... Ou um bagulho simples, como não ter internet até para uma reunião online. O mano quer fazer uma luta em prol de todos, mas não consegue.

Independente dessas dificuldades, a 1º Frente é um foguete que já subiu. Quem tiver no foguete, vai para a lua. Quem não tiver, lamento, porque a gente não vai ficar parado. Isso é um bagulho que também me serve. Se eu não estiver em condições de acompanhar, a 1º Frente não tem que ficar me esperando. Ela tem que seguir, e eu, quando estiver em condições de chegar junto, colher o fruto da luta. Porque o resultado não é para mim, é para o grupo. Infelizmente, mano, o que eu vejo até nesse campo de luta social é que existe muito ego, muito “é eu que fiz”, “eu que construí”. Puta mano... Mediante isso a gente também tem essas batalhas entre nós.

O foguete, quando sai, não dá ré. Daqui a pouco a gente vai estar articulando uma coalizão de sobreviventes do cárcere em nível federal. Nós temos contato com outros grupos de sobreviventes do cárcere em outros estados que também estão se articulando. Mas essa coalizão vem com o tempo... Não é algo fácil.

Para entrar na 1º Frente, a gente realiza uma triagem para saber o crime cometido. Infelizmente, a gente não está com a mente tão aberta... Não dá para ter no grupo um cara que foi pedófilo ou estuprador. A gente não está nessa candura toda. Quando a gente está fazendo algum trabalho social, eu faço igual o Drauzio Varella, não quero saber qual foi o crime. O importante é mostrar que a pessoa saiu do crime, e já era. Agora, se for esses crimes meio pá... Não dá para engolir. Não tem jeito, meu... Lamentável. Tento desconstruir, mas não dá. São visões de mundo que ficaram gravadas na mente.

Mano, o meu papo é denunciar. O que eu vou sempre insistir é que um batalhão de assassinos está solto até hoje. Essa é a mensagem. Eu tenho fé que eles ainda serão presos... Por isso eu não sou abolicionista penal. Quero ver esses caras na prisão pagando pelo o que fizeram. Não quero nem saber de justiça restaurativa. Por que justiça restaurativa agora? Deixa essa ideia quando eles cumprirem uns anos de cadeia. Agora não tem que ter justiça restaurativa porra nenhuma. É cadeia e já era.

O Fleury e o Ubiratan morreram sem condenação aqui na terra, mas vai saber? Se pá, eles foram condenados lá no inferno. Os mortos do Pavilhão 9 esperando por eles logo na ideia, eternamente. Se os bandidos vão para o inferno, Fleury e Ubiratan também foram. Para onde mais eles iriam? O bagulho é louco...

1.2. LUÍS CARLOS PAULINO

Luís Carlos Paulino, conhecido como Bizil, fala como pastor. Dono de uma oratória eloquente, com sobressaltos pelas pontas dos pés que acompanham a tonalidade aguda, Bizil sabe de cor o Código de Processo Penal e a bíblia, conhecimento que ele articula com maestria ao falar de sua experiência de sobrevivente do Massacre do Carandiru.

Nos conhecemos em outubro de 2022, durante o evento *Inventário: 30 anos do Massacre do Carandiru*. No pátio do antigo Pavilhão 4 da Detenção, atualmente ocupado pela Etec de Artes, Bizil comercializava suas pinturas. As obras, em comum, representavam imagens diretamente associadas às suas lembranças relacionadas ao Massacre do Carandiru. Após uma primeira aproximação, motivada pela inauguração da placa com os nomes dos 111 presos assassinados no Espaço Memória Carandiru, trocamos contato e, em seguida, combinamos data e horário para a entrevista.

O encontro foi marcado para o dia 6 de janeiro de 2023, em frente ao Sesc 24 de Maio, no bairro República, centro histórico de São Paulo. Mesmo em uma típica tarde de verão, com o tempo fechado, Bizil sugeriu que a entrevista fosse realizada ao ar livre, enquanto caminhávamos pelas ruas movimentadas da cidade. A escolha do percurso cumpria uma dupla função. Ao atravessar a República, o Vale do Anhangabaú, o Viaduto do Chá e a Sé, Bizil elaborava uma espécie de cartografia da memória, referenciando lugares significativos de sua infância. Ao mesmo tempo, a amplitude espacial do centro atendia a uma necessidade imediata de expansão corporal. Após mais de quatorze anos de encarceramento, Bizil tem fome de liberdade.

A entrevista assumiu rapidamente o tom de denúncia das violações de direitos humanos ao longo de sua trajetória prisional. Logo no início, ao ser convidado a se apresentar, o colaborador mobilizou o qualificativo “sobrevivente” como marcador central de identidade. O Massacre do Pavilhão 9 emergiu como eixo estruturante da narrativa, uma vez que Bizil fora sobrevivente direto da operação policial. Com variações de tom que oscilavam entre a exaltação e a gravidade, e por vezes evocando a cadência de um testemunho pronunciado em púlpito pentecostal, Luís relatou com minúcia o que presenciara em 2 de outubro de 1992. Sua narrativa articulava, de forma tensa, a brutalidade da ação policial e a intervenção divina, interpretada como milagre e redenção reservada aos salvos. Sua leitura teológica da experiência traumática era constantemente atravessada por argumentos jurídicos, revelando uma complexa interseção entre justiça terrena e justiça divina: testemunho, portanto, jurídico e teológico.

Embora Bizil demonstrasse domínio do vocabulário dos direitos humanos, o que predominava em sua própria interpretação dos acontecimentos era a experiência religiosa. Em ao menos dois momentos de risco iminente de morte, o colaborador descreveu estados de transe e êxtase espiritual, caracterizados por uma sensação de dissociação entre corpo e alma e pelo apagamento parcial das lembranças no instante do choque traumático. No repertório da tradição pentecostal, tais estados foram traduzidos pela noção de “arrebatamento”, termo que Bizil associou à passagem bíblica de Atos 8:26-40, que narra o episódio posterior ao batismo do eunuco etíope por Filipe.

Fenômenos religiosos dessa natureza não se deixam apreender plenamente por exercícios hermenêuticos, tampouco se esgotam em uma única interpretação. A partir da escuta reiterada dessa narrativa, considero que a experiência de salvação evocada por Bizil se articula de maneira direta ao seu projeto de evangelização. Não é incomum que a sobrevivência diante de situações-limite produza motivações extraordinárias. O aspecto decisivo, contudo, reside na relação estabelecida entre o testemunho e a memória da salvação. A sobrevivência institui um duplo vínculo: dívida em relação aos mortos e propósito diante dos vivos.

Cerca de um ano após a realização da entrevista, reencontrei Bizil durante a abertura de uma exposição de suas telas na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Por iniciativa minha, incorporamos ao texto algumas de suas pinturas, selecionadas a partir do critério de correspondência com os argumentos narrativos apresentados. A presença de outros sobreviventes do Massacre, como Maurício Monteiro e José Roberto, conferia àquele momento um sentido particular de articulação política no contexto da chamada 1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere, coletivo do qual Bizil viria a se desvincular posteriormente.

Sou testemunha viva do Massacre e dos milagres de Deus

Opa, me chamo Luís Carlos Paulino, mais conhecido como Bizil. Para mim é uma grande alegria estar caminhando pelo centro de São Paulo enquanto conto um pouco da minha trajetória de vida. Sou um homem abençoado com o casamento, bacharel em Teologia, Pedagogia e mais recentemente Direito, de modo a poder alinhar a minha experiência de violação à defesa dos direitos humanos. Sou um dos sobreviventes do Massacre da Casa de Detenção, no Pavilhão 9. Busco, através da pintura, contar a história da maior chacina da América Latina.

Imagem 12 – Luís Carlos Paulino, o Bizil



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

Eu infringi o artigo 121 do Código Penal, os seus incisos e parágrafos. Fui preso no dia 29/03/1986, condenado a 25 anos de reclusão, justamente por 2 homicídios. Tinha 19 anos quando eu fui preso na Casa de Detenção de São Paulo... Cumpri 14 anos e 1 mês na direta, sem sair do cárcere. Ganhei a minha liberdade no ano de 2000. Sabemos, pois, que a vida louca se resume a três palavras que começam com a letra “c”: cadeia, cadeira de roda e caixão.

Fui para a rua mediante um objetivo concreto em mente: não ser mais uma presa fácil diante a face do Estado. A primeira coisa que eu queria era constituir uma família. Casei. Tenho dois casais de filhos, Melquisedeque, com 23 anos, Miqueias com 20, Rebeca com 12 e Joquebede com 6. Filho é bênção! Coisa a-ben-ço-a-da! Depois que constituí família, passei a galgar conhecimento acadêmico, cultural, moral e intelectual.

Novamente pelas ruas de São Paulo, após a liberdade, recomecei a minha vida trabalhando como camelô. Vendia guarda-chuvas, gravatas, doces, na Avenida Paulista com a Av. Brigadeiro Luiz Antônio. Essa foi a minha vida até o início da pandemia.

O centro de São Paulo para mim significa cultura, liberdade, um direito que a população deve ter. Aqui a gente pode situar-se como humano! Observe esse pregador aqui no meio do Viaduto do Chá, com a sua Bíblia na mão, falando das Santas Escrituras para todos ouvirem. Glória! Isso é Palavra de Deus! Eu também utilizo dessa oralidade evangélica dentro dos presídios. Cansei de pregar assim! E aqueles que dizem que é oratória de louco, a Bíblia ensina que os homens “normais” não compreendem as coisas espirituais...

Aos 12 anos, por desígnios da vida, saí dos caminhos do Evangelho, assim como se lê em Eclesiastes 12, Salomão dizendo: “Lembra-te também do teu Criador nos dias da tua mocidade, antes que venham os maus dias, e cheguem os anos dos quais venhas a dizer: Não tenho neles contentamento”. Nisso que até deixei eu de ser elevado por esse sentimento, tendo me distanciado da prática do Evangelho.

Voltei-me para os desígnios do Evangelho somente em 1997, justamente para me apegar às coisas divinas e poder resistir às tentações malignas que viriam sob a minha vida através de propostas de amigos e pessoas enganadoras. Me vi diante da necessidade de ter uma visão mais ampla, de aprender a decidir as minhas escolhas. Desde então, faço trabalho voluntário de pastoral, dentro e fora dos presídios.

Eu entro nos cárceres para testemunhar os meus esforços e as minhas perspectivas diante do sistema prisional. Vou falar para você, seriamente: a gente leva a Santa Ceia, e até proporcionamos o rito do batismo por imersão na água utilizando uma piscina montável. Faço um trabalho de evangelização que poucos pastores se propõem. Afinal, quem quer pregar nos nossos cárceres?

Quando eu chego nos presídios, sou logo reconhecido pelos irmãos e irmãs. Os presos demonstram respeito. Mão pra trás, e se tem alguém sem camisa, os companheiros cobram disciplina. Que o cristão precisa se posicionar corretamente para não dar o que falar.

– Ô, pastor. Pode chegar!

Na Casa de Detenção, era o maior respeito com o cristão, pelo menos com aqueles que andavam verdadeiramente na sua conduta. Agora, aqueles que estavam no meio dos irmãos de engano, fazendo coisa errada, esses não tinham respeito, óbvio. O respeito do cristão no sistema prisional está baseado na sua atitude.

Fora das prisões, também contribuo direcionando aqueles dependentes químicos para uma casa de recuperação evangélica, onde eles vão ter norma para cumprir, norma para

executar, ler a Bíblia e cultuar, se aproximando de Deus. E esse campo social tem tido um grande sucesso, que eu posso testemunhar!

Sou nascido na cidade de Presidente Bernardes, mas me criei no bairro Jardim Rincão, próximo da Parada de Taipas. Éramos em seis irmãos: dois homens e quatro mulheres. Depois, uma irmã veio a falecer... Sou de berço evangélico. Meus pais nos criaram na igreja, sempre ensinando o caminho que o Senhor traça ao homem em termos de moral, cultural e intelectualidade. Justamente por isso, sou conhecedor da Palavra.

E chega a ser irônico, mas desde o ano de 1983 trabalhei aqui, neste mesmo espaço onde eu me encontro! Localizo-me pertinho do Viaduto do Chá. Onde fica as Casas do Bahia, antigamente era a icônica loja Mappin. Ali onde é Shopping Light mesmo, ficava a Eletropaulo. Veja bem o que eu fazia! Eu pegava avenca, aquela samambaia japonesa, no meio do mato, colocava naqueles vasos xaxim e vendia aqui mesmo!

Chegava uma época em que toda noite eu vinha para essas ruas magníficas e vendia plantas para ajudar minha mãe. Meu pai trabalhava de dia, e o café ele guardava para me trazer à noite. Lembro que minha mãe mandava eu ir no açougueiro, pedir osso para a gente tirar todo aquele tutano, de modo a comer com feijão e farinha. E assim, o meu dia se dividia entre ir ao açougue pedir osso e vender plantas no centro.

Muito embora que aquela era uma época de fim do militarismo. Quem não tinha carteira assinada, tristemente era tido como vadio. E até por eu ser de menor, não tinha registro na carteira. Os policiais militares me pegavam pelo fundo da calça e me jogavam dentro de um camburão, mesmo sendo um cidadão honesto... Cansei de ser pego! Eles me levavam para o 1º Distrito Policial (DP), no Parque Dom Pedro.

Ah! Se comigo trabalhando eles me prendiam, agora eles teriam razão para me prender, pensei. Foi quando comecei a me especializar no furto de correntes e relógios de ouro. Cartier e Rolex eram bem visados. Até por isso, passei pela FEBEM por prática de furto, embora eu tenha sido preso no sistema penitenciário por outra história.

Acontece que, na minha quebrada, tinha aquelas normas que a gente procurava estabelecer. Não podia ramelar! Quem ramelava na quebrada, entrava no chicote. Lamentavelmente, dois amigos saíram da norma... Começaram a estuprar e a roubar na quebrada, e assim eu me vi na obrigação de tomar uma decisão. Nessa daí que eu fui parar na Detenção, em 1986.

O dia-a-dia no Carandiru, digamos, era tenebroso.

Imagem 13 – No pátio interno do Pavilhão 9. Os chapas trocando faca. Tinta óleo sobre tela. Técnica a pincel e espátula



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Todo sobrevivente do cárcere tem sequela... Sequelas irreparáveis! Eu mesmo, durmo com um olho aberto, outro fechado. Imagina você numa cela com 20 elementos, sem saber quem é quem. Vai saber se, de repente, alguém surta na madrugada, te mata enquanto você dorme! A perspectiva nossa é de se proteger a própria pessoa. Quando o galo canta ou o cachorro late, opa, quero ver o porquê dele estar latindo. Olha a sequela que o sistema prisional delega ao cidadão brasileiro! O mesmo Estado que retira o cidadão do convívio familiar, envenena a sua alma, viola o ser humano por inteiro.

Dentro da Casa de Detenção, até mesmo para escapar das tentações mundanas, alheias aprendi a me ocupar com artes plásticas, futebol, capoeira. Que as coisas alheias poderiam me levar ao caos, ou até mesmo novamente à prisão.

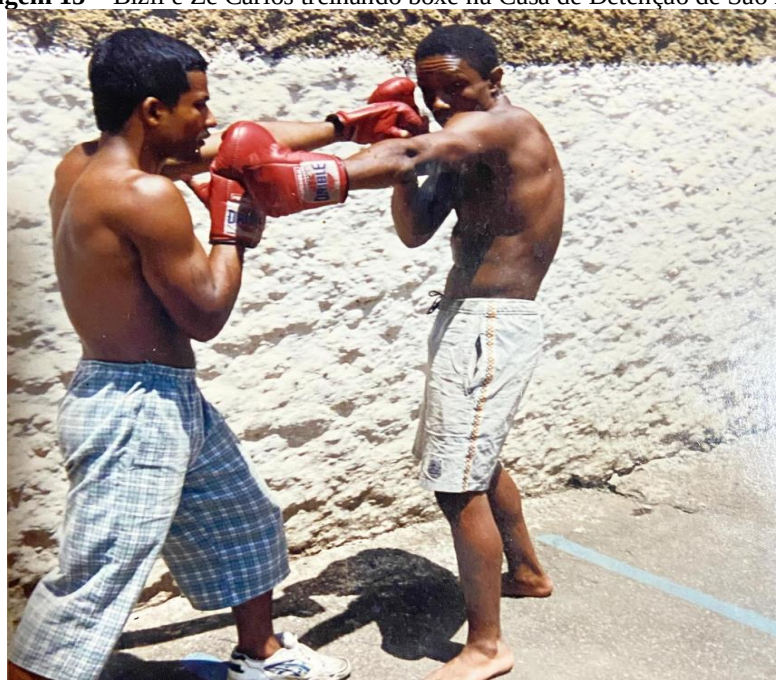
Imagem 14 – Bizil (à esquerda) em campeonato de futebol no Pavilhão 2



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Na Detenção, até tinham alguns projetos educacionais. Lembro bem de um dos projetos no Pavilhão 6, que era reconhecido por ser o pavilhão dos estrangeiros: nigerianos, haitianos... Até por ser um lugar onde se falava muitas línguas diferentes, era chamado de Torre de Babel. Não era um projeto muito forte, mas ensinava desenho artístico, o que me permitiu seguir nessa carreira como artista. Diferentemente, o Pavilhão 2 era onde tinha Boxe.

Imagem 15 – Bizil e Zé Carlos treinando boxe na Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Nessa matéria do esporte, a minha memória me permite lembrar do finado Claudão, grande amigo, que foi boxeador profissional. Antes de ser preso, ele lutava muito naquele CMTC Boxe. Nocauteava o Popó direto! E o finado Claudão não era o único. Na Detenção, observava-se um histórico de pessoas com as suas respectivas ocupações, que a gente usava a favor do nosso próprio raciocínio cotidiano. Era isso ou fabricar a famosa Maria-Louca, a cachaça da cadeia, ou vender droga...

Agora trazendo para o ocorrido no dia 2 de outubro de 1992, no Pavilhão 9... Me encontrava morando no barraco 531-E do 5º andar, lado externo do presídio. Junto morávamos eu, o meu saudoso e finado tio e mais seis piracicabanos.

Eu estava no campo batendo uma bola, quando começou uma briga entre dois amigos, o Barba e Coelho. Devido a essa briga, o funcionário recolheu nós do campo para os barracos. Mas não era para tanto! Uma briga normativa como aquela ocorria várias vezes ao dia! Não era necessário o funcionário querer colocar a gente dentro da tranca, dentro da cela.

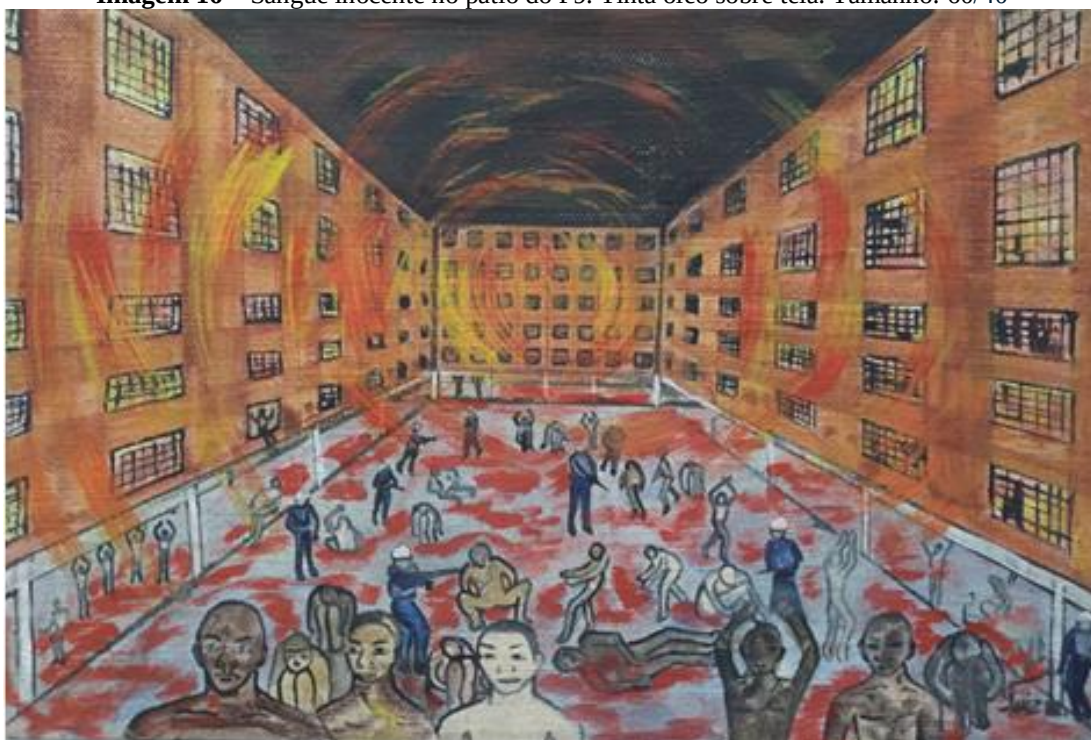
Nessa daí, o funcionário colocou a gente tudo dentro da cela e trancou a nossa vida... Os faxinas, porém, ficaram soltos. E veja só! Os próprios funcionários saíram do Pavilhão 9, correram lá para o PV6, gritando que era rebelião. Não era rebelião! Isso é uma mentira do Estado. Nós só não queríamos ir para a tranca.

Bom, esses faxina que estavam soltos, soltaram nós que estávamos na tranca, de modo que ficamos na galeria. Isso ocorreu aproximadamente entre às 15h e 16h. Nesse meio tempo, nenhum preso foi ferido! O acordado era “ninguém mata ninguém”, e assim foi respeitado.

Sei que lá pelas 18hr, o Choque, o GOE, o batalhão da ROTA, o batalhão do GATE e Polícia Civil se encontravam preparados para entrar no Pavilhão 9. Posicionada nas muralhas, a polícia do Choque ficou dando tiro de fuzil para dentro do pavilhão. Eis que eu escuto muitas rajadas de metralhadora. Eles estão dando tiro para tudo quanto é lado no pátio.

Eles subiram a escada do pátio, que nós consideramos o 1º andar, para o 2º. Chegando no 2º andar, as tropas se dividiram: uma tropa foi para o corredor da esquerda, e a outra, para o corredor da direita. Nessa aí que eles rajavam todos os xadrez... Antes de progredir para a próxima cela, escreviam “CHOQUE” com a baioneta do fuzil, como que avisando “nesta cela, todos foram mortos”. Quem tivesse para sobreviver, meu irmão, sobrevivia. Os policiais disputavam quem matava mais.

Imagem 16 – Sangue inocente no pátio do P9. Tinta óleo sobre tela. Tamanho: 60/40



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Seguindo essa mesma tática de carnificina, eles rodearam todos os corredores do andar, até completar todo o andar. Tanto foi assim que o 2º e o 3º andar foram onde mataram mais. Mas mataram muito, muito mesmo... Fizeram pilha de mortos...

Chegando no 4º andar, a munição já estava acabando. Mas isso não impediu que eles executassem os presos da mesma forma.

Aproximadamente 1h da manhã, eles chegaram no barraco onde eu me encontrava. Ali eu me deparei... com a morte! Todos entre nós com os nossos olhos totalmente esbugalhados, porque estávamos cara a cara com a morte. Pensei comigo, mataram todos do pavilhão, só faltou nós do 531-E. Foi quando eu conversei com Deus:

– Meu Deus, não me deixe morrer. Tenha misericórdia da minha vida! Dê-me mais uma chance de vida. Eu quero testemunhar o milagre que o Senhor vai fazer na minha vida, meu Deus!

Nós estávamos despidos e com a cara no chão. Um polícia falou assim:

– Estes aqui já estão prontos para morrer. Levanta aí, Zé!

Nessa que eu fui o primeiro a levantar, eles abaixam o guichê e apertam o gatilho da metralhadora. Rangi forte os dentes, clamando a Deus para não deixar eu morrer. E não saiu um tiro! De repente, os polícia falam entre eles:

– Falhou! Falhou! Tira eles para fora!

Fui o primeiro a sair do xadrez. Estou saindo com a mão na cabeça. Ao pisar o primeiro pé na galeria, automaticamente, tive um arrebatamento de sentido! Foi um apagão de memória. O meu espírito caía num redemoinho na escuridão, fundo na terra, e foi caindo, caindo, a minha alma... De repente, uma poderosa mão me pega, me coloca de pé e me diz:

– Não temas! Tenha coragem no que você verá, mas não temas, pois não morrerás.

Escuto estas Santas Palavras e retomo o meu raciocínio humano.

– Nossa, ouvi a voz de Deus! Eu sou invisível. Ninguém poderá me deter, porquanto Deus tenha falado comigo. O anjo de Deus está me fazendo visível.

Uma voz ainda conversou comigo:

– Olhe bem para os policiais.

Olhei. Eles estavam babando... Da traseira deles saía uma grande cauda de leão, que se arrastava pelo chão. A mesma voz, então, me explicou:

– Estão todos possessos de demônios! Portanto, tenha coragem no que você verá, mas não morrerás.

Eu estava invisível. Sabia que viria coisas fortes, mas que não morreria.

Enquanto isso, os polícia gritavam:

– Vai, Zé! Anda! Vai para o corredor.

Andei cerca de 100 metros no corredor, em direção ao paredão da morte.

Como não podia levantar a cabeça, senão eles matavam, eu reconheci os meus amigos pelo tênis. Nesse paredão da morte, pulavam eu, pegavam outro, pulavam eu, pegavam outro, e jogavam os presos no buraco do elevador do 5º andar. Foram pegando os demais e executando sumariamente, sem dó e sem piedade. Eles sempre me pulavam...

Estava eu ali no paredão da morte, quando de repente aparece um ser forte, com inúmeras divisas, dando ordem para os capitães não matarem mais ninguém ali, porque ali se encontrava a galeria dos crentes. Mas é engraçado que alguns dos pivôs da situação se refugiaram dentro do xadrez dos crentes, e por isso tiveram o livramento! Quem se refugia nas coisas de Deus, está amparado pelo anjo guardador.

Ouçó um polícia gritar:

– Não! Para de matar!

Alguns funcionários também falaram para parar de matar.

– Vocês já mataram muito!

Com isso, os policiais mandaram a gente sair do paredão da morte e descer as escadas passando pelos policiais. Tínhamos que descer a escada do 5º andar até o pátio, passando por

100 policiais dando cacetada de choque. Cada cacetada nos arremessa dois, três metros, quebrava ossos, derrubava.

– Quem cair, vai morrer!

Imagem 17 – 5º andar, Pav. 9, xadrez 531-E. Paredão da morte, quem cair vai morrer. Tinta óleo sobre tela.
Tamanho: 50/40



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Na descida, nos deram coronhadas, facadas, baionetadas... Os companheiros que caíram, morreram... Graças a Deus, eu estava em ótimo condicionamento físico. Tinha parado de usar drogas, parado com o cigarro, praticava 4 horas diárias de atividades físicas, incluindo futebol, boxe e capoeira. Quer dizer, consegui segurar a minha onda... Passei pelos policiais com a mão na cabeça e apanhando, tomando choque, sendo arremessado.

Consegui descer do quinto para o quarto andar. Do quarto para o terceiro andar, vi um policial matando os meus amigos que estavam na minha frente. Matou utilizando uma faca artesanal feita pelos próprios presos. Pensei, nossa, o próximo serei eu! Quando fui voltar, por instinto, tive um outro arrebatamento de sentido. Deus apagou minha mente... Quando retomei o meu raciocínio, já estava na escada do 3º para o 2º andar.

Esse arrebatamento de sentido é bíblico! Filipe, depois de evangelizar o superintendente da rainha da Etiópia no deserto de Gaza, passou por um arrebatamento de sentido e, então, retomou o sentido somente na região de Azoto! O arrebatamento de sentido é um êxtase espiritual da presença de Deus na vida de Filipe, que volta a si em Azoto para evangelizar. Biblicamente falando, eu tive dois arrebatamentos de sentidos.

Estou descendo o 3º andar, vendo muitas pessoas mortas...

Imagem 18 – No corredor da morte quem cair vai morrer. 3º andar do PV9. Tinta acrílica sobre tela. Tamanho: 50/40



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Muitos presos carregando e empilhando corpos. Esses presos que estavam carregando repararam que outros que também carregaram estavam ali entre os corpos. Ou seja, eles seriam os próximos. Nessa que muitos presos se jogaram entre os corpos, se sujaram com a “lama”, que é o sangue, e se fingiram de morto.

Estou desesperado... Os policiais me perguntaram:

– Qual é o seu artigo, Zé?

Quem fosse artigo 121, tatuado com caveira e punhal, tatuado com cruz de tumba, ou quem fosse preto, eles matavam. Sinceramente, não lembro como saí dessa.

Desci a escada do 3º para o 2º andar, do 2º para o pátio. Chego no pátio aproximadamente às duas da manhã. Olho para aquele pátio. Vejo um monte de amigos pelados, arrastando a bunda em cacos de vidro e nas facas. Também tinha muito sangue...

Imagem 19 – No pátio interno de cabeça baixa no chão. Tinta óleo sobre tela, técnica pincel e espátula.
Tamanho: 40/30



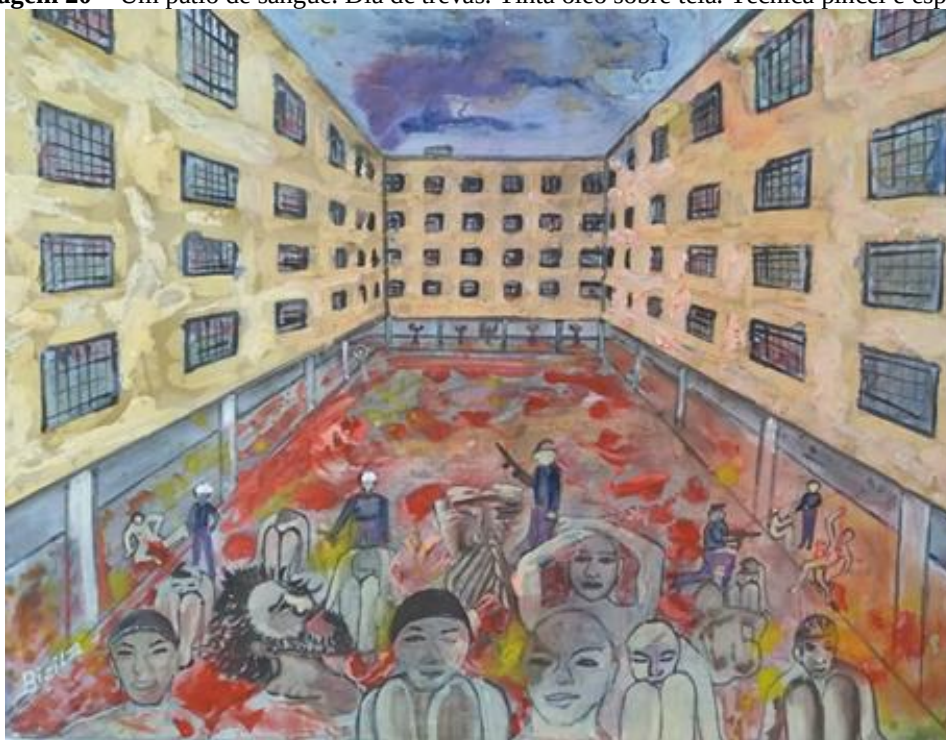
Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Converso com Deus:

– Deus, tenha misericórdia, pois não consigo ver o que estou vendo. Estou angustiado, Meu Deus... Estou vendo a morte! Livrai-me da sombra da morte!

Os nossos olhos esbugalhados, com medo da morte... Olho para o céu, e vejo uma luz reluzente, gloriosa. De lá, Deus mandou um raio em direção ao pátio, que fez um barulho tão estrondoso, tão misterioso, que glorifiquei e ouvi a voz de Deus. Foi então que Deus fez o seu milagre mandando chuva. Os policiais que estavam no meio do pátio pegando mais presos para executar, foram para as laterais, onde não chovia.

Imagem 20 – Um pátio de sangue. Dia de trevas. Tinta óleo sobre tela. Técnica pincel e espátula



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Consegui ajudar a tirar os presos que estavam arrastando as suas nádegas nos cacos de vidro. Ver os companheiros e amigos serem sumariamente executados pelo Estado democrático de direito foi muito triste...

Na subida para os barracos, nós já éramos contados no ato. No meio da escada do pátio, para subir para o segundo andar, eu vi uns três a quatro magistrados de gravata, filmando e observando a cena! Sim, havia representantes do Estado assistindo esse Massacre! Havia! Havia!

Estou subindo as escadas junto a vários outros presos, em fila.

Pegaram o finado Claudião, o boxeador de antes, homem negro de 1,80 que estava tirando 23 anos, irmão que a vida me deu, porém velho conhecido da polícia. Levaram ele para o segundo andar, encostaram na parede e deram um tiro de .12 direto no estômago. Olha a crueldade do Estado em face de um cidadão brasileiro sob a sua tutela!

Na subida, eles mataram mais um monte de preso que era preto. Pegavam um, pulavam eu, pegavam outro, pulavam eu... Passei pelo mesmo processo de escapar da morte em cada andar, até o 5º andar. Me colocaram em um xadrez do lado I, há muito tempo desativado. Por pura maldade, os policiais ligaram dois fios para conduzir eletricidade, e quando fomos trancados, jogaram bomba de gás lacrimogêneo. Além de toda a fumaça, começou a pegar fogo no xadrez...

Entrei na cela automaticamente pegando um pão de chão. Estávamos três amigos e eu. Quando nos trancaram, eu mijei no pano para obter o oxigênio. Vi meus amigos sufocando diante daquele ato de crueldade em face da nossa própria pessoa. Olhei pela ventana, justamente esse guichê que dava para o lado interno do pavilhão, e observei os policiais matando mais presos que ali se encontravam.

O laudo do Instituto Médico Legal (IML) constatou que todos foram mortos à queima-roupa. No exame de corpo de delito, nenhum preso apresentou pólvora nos dedos. Isso desmente a falácia, que foi o fundamento dos advogados dos policiais, dizendo que 13 armas de fogo foram apreendidas. Nenhum preso estava com arma de fogo, e as lâminas foram jogadas fora antes da invasão da polícia. Tudo foi uma grande falácia criada pelo próprio Estado!

Imagem 21 – Lençol de sangue pelas mãos de detentos. Massacre do Carandiru. Pv. 9. Tinta óleo sobre tela.
Tamanho: 25/18



Fonte: Luiz Carlos Paulino – Acervo pessoal.

Prova que o Estado cometeu um crime bárbaro é que 70% dos presos assassinados sequer tinham condenação em trânsito julgado! Ou seja, eram inocentes de qualquer coisa, até que se provasse o contrário. O Estado foi o criminoso da história. O Estado errou, e precisa pagar por esse ato macabro.

Fizemos 30 anos de sobreviventes do Massacre. Enquanto tivermos vida, estaremos falando por aqueles que foram executados, porque esses não têm voz. 30 anos, e continuamos clamando pelo sangue inocente que foi derramado. Nós iremos representá-los e conclamar a

população que se junte conosco, para que o Estado cumpra a lei e puna os envolvidos exemplarmente.

Sabemos que em diferentes regiões, o cidadão brasileiro encarcerado continua sendo morto pelo Estado, mesmo nos dias de hoje. O mesmo Estado que priva do convívio da família, executa sumariamente. Ora, no Brasil não existe pena de morte! Os magistrados precisam rever os seus conceitos e fazer a lei valer neste país.

Sobre a implosão do Carandiru, é interessante que eu vejo duas vertentes. Nada é por acaso. Primeira vertente, a implosão objetivou tirar o Estado de sua posição de ilícito, substituindo por um parque-memorial. Até por consequência da implosão, acredito verdadeiramente em um grande reconhecimento por parte deles de que eles erraram o alvo. Para não ser tão alastrante a memória, eles optaram pela demolição.

Por outro ângulo, percebe-se que o encarceramento em massa aumentou vertiginosamente! Invés de encarcerar, poderiam utilizar o Parque da Juventude em projetos de educação e cultura.

Pode até ser que algum agente de segurança veja essa história. Talvez algum que tenha participado daquela execução sumária no Pavilhão 9. Muitos policiais usurpam a farda para oprimir os mais fracos. O meu clamor é que eles sejam protetores da vida, e não executores.

1.3. JOSÉ ROBERTO

O entendimento com José Roberto foi quase imediato. Conhecemo-nos por ocasião da exposição *Inventário: O Massacre do Carandiru numa pintura múltipla de memória*, realizada nas dependências da FESPSP. As telas de Luís Bizil funcionaram como catalisadoras daquele encontro, reunindo outros sobreviventes do Massacre do Pavilhão 9, entre eles, “Zé” Roberto.

Para além do circunstancial que favorecia conversas sobre a temática carcerária, a aproximação inicial foi mediada por um diálogo rápido que mantive com sua esposa, professora de História. Ao ouvir aquela conversa despreocupada sobre situações de sala de aula, José Roberto confidenciou que gostava de contar a sua história a estudantes. Bacharel em Direito, assumira aulas de Língua Portuguesa em uma escola da periferia da zona Sul de São Paulo, onde, não raro, um exemplo de superação pode interferir decisivamente nos rumos da vida de um adolescente em situação de vulnerabilidade.

A partir dessa abertura, sustentada por um ponto de convergência fundamental – o trabalho docente –, além de fatores contingentes como a estatura semelhante, que favoreceu um contato visual direto e imediato, apresentei brevemente o projeto de pesquisa e manifestei o interesse em ouvir sua história. Compreendi prontamente que a lógica da indicação orgânica de colaboradores, procedimento orientador da seleção dos entrevistados, permanecia operante. A própria presença no evento pressupunha um passado compartilhado e um pertencimento tácito à comunidade de destino.

Trocamos contatos e combinamos a entrevista para o dia 24 de janeiro de 2024, véspera do aniversário da cidade de São Paulo. Embora eu tenha sugerido a realização do encontro de forma presencial, a proposta de gravarmos online partiu do próprio interlocutor. Desconfio que se tratasse de uma medida protetiva, talvez para evitar que eu me deslocasse até seu bairro, localizado em um dos extremos da Zona Sul. Assim, acordamos a realização de uma videochamada pelo WhatsApp, com captação externa de áudio por meio do meu gravador digital.

No início da conversa, esclareci que faria o mínimo possível de perguntas e que o interesse principal recaía sobre a história que ele desejasse contar. O cenário escolhido por José Roberto, seu escritório, dispunha de uma estante de livros cuidadosamente organizada, na qual se destacava, de forma deliberada, o livro *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MCs. Ficava evidente que o colaborador havia estruturado aquele espaço como extensão de sua própria narrativa. E assim se confirmou.

Bastou iniciar a gravação, anunciar a data, a matrícula do projeto e o nome do entrevistado para que uma narrativa contínua de aproximadamente três horas se desenvolvesse, conduzida pela voz serena e grave de José Roberto. Impressiona, em sua fala, a ausência de esforço vocal, traço nem sempre observado em entrevistas de história oral. Sua didática professoral se manifestou na construção de uma narrativa claramente estruturada, com início, situado nos bailes black de São Paulo e na experiência do trabalho formal meio, organizado em torno da vida no crime, do cárcere e da dependência química e desfecho, marcado pela superação dessa trama inicial por meio da fé.

Chamou-me especialmente a atenção o grau de comprometimento de José Roberto com a correspondência entre lembrança e narrativa. Datas, locais e nomes eram referenciados com notável preocupação com a exatidão. Os momentos de suspensão do discurso foram, em sua maioria, ocupados por pausas características do trabalho de memória, próprias do processo de anamnese. Não por acaso, entre os colaboradores da rede dos sobreviventes do Massacre do Carandiru, José Roberto é o único que, até o momento da entrevista, não havia armazenado sua história em um suporte externo de memória.

José Roberto também se destacou como um dos colaboradores mais ativos durante a etapa de conferência do texto. Alguns nomes de antigos companheiros de prisão foram suprimidos, e outros nomes foram incluídos; determinados detalhes relativos ao trabalho na Casa de Detenção foram revisitados e, quando necessário, acompanhados de explicações adicionais. Esse cuidado reiterado reforçou o sentido de responsabilidade narrativa que atravessa sua história e qualificou, de modo exemplar, o processo colaborativo.

As imagens que eu vi estão gravadas na minha mente

Imagem 22 – José Roberto



Fonte: José Roberto – Acervo pessoal.

Sou um homem negro de 63 anos, bacharel em Direito, com especialização em Direito Civil, Professor de Língua Portuguesa e sobrevivente do Massacre do Carandiru. A minha história a respeito do Carandiru começa, pois, no meu tempo de juventude. Posso dizer que fiz muitas coisas ilícitas, e paguei por elas. Infligi o artigo 157 do Código Penal Brasileiro, que é o assalto à mão armada. Aos 17 anos, comecei a roubar com um conhecido da mesma idade. Não que a gente passasse dificuldade financeira. Nada disso. Começamos a vida no crime de forma espontânea, visto que trabalhei em boas empresas. Fui Office Boy e Auxiliar Administrativo, de modo que eu tinha tudo para dar certo... Mas, andei pelo caminho errado. Conclusão: me tornei ladrão, artigo 157 do Código Penal.

De tanto fazer assalto, um dia a polícia me pegou, mas não em flagrante. Eu me sentia um homem muito esperto. Assinei os artigos, informei nome e endereço errados, achando que seria o suficiente, mas coletaram a minha digital... Não demorou para que eu assinasse um flagrante por porte ilegal de arma. Primeiro, fui condenado a 6 meses. Em março de 1985, à revelia, fui condenado a 7 anos e 9 meses, no seco – mesmo sendo réu primário; posteriormente, mais duas condenações por assalto. O saldo total foi 20 anos, 9 meses e alguns dias de cadeia para pagar. Com a apelação e mais os dias somados de remição de pena por trabalho, até que consegui diminuir esse tempo... Ainda assim, paguei quase 12 anos de cadeia. Desses 12 anos, uma década eu passei preso na Casa de Detenção de São Paulo.

Era maio de 1985. O meu primeiro destino foi uma Comarca no interior de São Paulo, onde fiquei preso por 6 meses. Lembro, inclusive, de ser Dia das Mães, porque pintaram uma grande imagem de Nossa Senhora Aparecida na parede da Comarca, e minha mãe foi me visitar. Um dia, durante uma consulta com o dentista da Comarca, escutei uma mulher, carcereira, comentando sobre a minha pessoa:

– Cuidado, que esse aí vai ser transferido para a Casa de Detenção.

Nossa... A dor de dente até sumiu! Falar em Casa de Detenção nos anos 80 era pânico mesmo! “Poxa, tanta gente com condenações maiores que as minhas, e vão transferir justo eu!”, pensei comigo. E isso porque eu ainda tinha mais bronca para sumariar! Mas, fui transferido para o DEIC, e do DEIC, fui transferido para a Casa de Detenção.

Nos meus tempos de juventude, trabalhando de Office Boy no centro de São Paulo, eu olhava atentamente aqueles caminhões de transporte dos presos, meio azul bebê e branco, que na gíria a gente chama de bonde. Duas viaturas da ROTA faziam a diligência, uma na frente e outra atrás do bonde. Pegando a pista rápida, o bonde descia o vale do Anhangabaú pela Av. Prestes Maia, pegava a Av. Tiradentes, saía na Av. Santos Dumont e ia até a Av. Cruzeiro do Sul, até chegar na Detenção. A cidade toda via aquela cena. Coisa de filme! Nunca iria imaginar que um dia estaria dentro de um daqueles caminhões!

Creio que a transferência de bonde seja algo inesquecível para todo mundo que foi preso. Eu estava preso no DEIC com mais 70 presos em uma sela. Em dezembro de 1985, anunciaram que seríamos transferidos para a Detenção. Todo mundo apertado no bonde, em pé, aquele calor... Quem chega na Detenção precisa passar pela Divinéia, um pátio que bifurca para os pavilhões. Da Divinéia, fui mandado para o Pavilhão 2, para fazer o prontuário e aguardar a distribuição. Na barbearia do PV2, vi um rapaz que eu conhecia das noites de festa na Av. Ipiranga, naquele tempo repleta de gravadoras. Não querendo exagerar, mas São Paulo era uma cidade linda!

Preconceito com pessoas negras sempre houve, mas nos anos de ditadura militar tinha uma coisa a mais... Então, a população negra, no seu divertimento, se concentrava nos bailes Black Power, como forma de se proteger. Eu gostava muito de dançar! Tocava-se música românticas, de modo que o homem e a mulher dançavam bem colados. Não vou negar que eu tinha estilo. Eu gostava de andar de calça social, pinças nas calças, sapato alto, que era a moda. Como eu tenho 1.91 de altura, chamava ainda mais atenção. Uma ginga no andar... Andar meio quebrado. Essa foi uma parte da minha juventude que ficou comigo até hoje.

Lembro que o diretor do pavilhão, Romeu Tuma, e um monte de funcionário reuniram todos os recém-chegados. Ficamos numa triagem, no Pavilhão 2. O diretor veio à noite, e apareceu com aquelas facas artesanais com 1,5 m, canos de ferro com pontas, e disse:

– A maioria de vocês, triagem, vai para o Pavilhão 9. Quem entre vocês tiver inimigo, os caras vão cortar a sua cabeça. Quem entrou aqui devendo, agora é a hora de levantar a mão!

No ato, muitos presos levantaram a mão e se apresentaram, mas não porque tinham caguetado alguém! É que a forma que o diretor passava a mensagem metia medo! Ele te apresenta um outro mundo, e na rua, só se escutava as piores histórias possíveis sobre a Detenção. Nesse tempo, ladrão não tinha chuveiro quente, rádio, televisão, visita íntima. As regras, da casa e dos presos, eram pesadas mesmo! Qualquer treta, briga era motivo para castigo na mão dos funcionários, ou pagar perante os patrícios. Tanto é que se costumava dizer que cadeia era para homem mesmo. Negócio era rígido, pura disciplina.

Aqueles que levantaram a mão ficaram separados em um canto: esses iriam para o Pavilhão 5. O Pavilhão 5 era um dos mais cruéis da Detenção. No último andar do PV5 ficava o Seguro, também chamado de Amarelão. Lá ficavam os ameaçados de morte, e eles só tomavam sol de canelinha, como se dizia. A Detenção tinha fama de ser uma cidade, e o seguro era a cadeia dentro desta cidade: a cadeia da cadeia. Conforme a bronca do preso, pagava-se com a vida. Estuprador morria mesmo... Isso é real. Então só restavam os ladrões, alguns com 200 anos de condenação, sem nada a perder. Naquele tempo, São Paulo tinha muito justiceiro, ou simplesmente pé-de-pato. Esses ficavam no Pavilhão 4, o pavilhão da enfermaria.

Alguns funcionários eram fortes e com uma puta cara de bandido. Eu achava aquilo curioso... Durante a apresentação do diretor, dei graças a Deus porque, mesmo no caminho do crime, eu andei no caminho certo. Eu não caguei ninguém, não levei ninguém para a cadeia. Eu sempre fui uma pessoa pacata, muito quieto. Hoje sou mais comunicativo, mas naquele tempo, era um homem muito fechado. Tanto era assim que, em muitos assaltos, talvez por ser negro, alto e magro, eu só precisava levantar a camisa, mostrar a minha pistola 765 na cintura e fazia o que tinha que fazer. O meu próprio jeito, a cara fechada, a ginga, tudo em mim intimidava sem que eu precisasse dizer muito.

Quando se está chegando em um local desconhecido, é normal procurar se identificar com alguém, como instinto de sobrevivência. Foi assim que na triagem eu conheci o Paraná, um rapaz branco e baixo. Tive alguma sorte porque consegui entrar com relógio e dinheiro, que passaram batidos na blitz, ou seja, a revista, no Pavilhão 2. Com esses recursos, fiz um negócio com outros presos que estavam ali na correria, procurando vender relógio e pulseira de ouro. Conversei, fiz uma par de rolo com umas pequenas bolinhas de maconha. Sei que passei

algumas horas na triagem do PV2 conversando com o Paraná, enquanto a gente dava um doizinho no baseado. Depois de algumas horas, fomos transferidos para aquele que é destino de todo réu primário na Detenção: o Pavilhão 9.

Na madrugada, saímos do Pavilhão 2 e atravessamos um longo caminho pelas radiais da Detenção... Muralha dos dois lados, inúmeros portões internos, até que chegamos no fundão da cadeia, formado pelos pavilhões 8 e 9. Aqueles prédios cinzas, feios... Na hora, só conseguia pensar que nunca mais sairia daquele lugar. Daqueles 70 ladrões que estavam comigo no bonde do DEIC, somente cinco foram para o Pavilhão 8, o pavilhão dos reincidentes. Todos demais eram todos primários na Detenção, embora muitos desses “primários” fossem ladrões experientes, com inúmeras passagens pela FEBEM e respeitados nas quadrilhas. Mas na Detenção, para todos os efeitos, eram primários. Outros foram para o seguro de vida, no Pavilhão 5.

Ninguém sabia o que iriam fazer com a gente, ainda mais em plena madrugada. Os funcionários todos com cara fechada, aquele clima pesado... Passando pelos longos corredores do PV9, observei as celas do lado ímpar, o lado do patio, os cabos de vassoura que saíam das grades, onde os presos penduravam toalhas e roupas. Ladrão tomava banho e estendia no cabo de vassoura, para não ficar cheiro de mofo na cela. O Paraná do meu lado, ambos jovem de tudo. Os olhos arregalados, o coração acelerado, as balinhas de maconha escondidas na cueca – as cuecas de antigamente tinham um bolsinho por dentro. Inclusive, acho que funcionários até sabiam, porque maconha mesmo fica o cheiro forte. Mas maconha era a coisa mais comum dentro da Detenção. Os próprios funcionários deixaram a droga entrar para os presos ficarem mais tranquilos. Era vantagem para eles e para nós.

Nos colocaram na cela de triagem do Pavilhão 9, localizada no 2º andar. A triagem ficava no meio de um longo corredor, de onde se avistava aquele monte de portas, cada uma com um guichê, aquela abertura bem feitinha na porta de ferro por onde se passava o alimento. Cada um pegou o seu colchão, se acomodou em um canto. O cansaço e o medo era coletivo. Eu estava a fim de conversar, e com todas aquelas balinhas de maconha, comecei a ficar com medo de blitz. Se me encontrassem com aquela maconha, era castigo na certa. Achei melhor fumar tudo ali mesmo. Descolei uma seda com um companheiro e começamos a fumar. Quem queria fumar, fumou, e quem não queria, ficou de boa.

A madrugada cumprida, gelada – que antigamente se fazia frio em São Paulo. Daqui a pouco, vejo que começou a clarear. Creio que fosse umas 5hrs da manhã. Escuto o barulho de chave. Nós ainda estávamos fumando. Do corredor vi uma luz forte. Um funcionário abriu a

porta, de onde saiu todo aquele cheirão de maconha. Aquele medo do funcionário querer bater em todo mundo...

Acompanhados dos funcionários, dois presos da faxina serviram o café em uma caneca vermelha de plástico, acompanhado de um pãozinho. Um deles observou cuidadosamente cada rosto, para ver se reconhecia alguém. Quando ele me olha, me reconheceu na hora.

– Zé Roberto, poxa vida... Você aqui!

A sua reação enérgica me transmitiu alguma alegria de ver um rosto conhecido. Nós metemos vários assaltos juntos. Por consideração à parceria no crime, ele me disse para procurá-lo depois, para conversarmos, o que impressionou os demais presos. Só então eu percebi o prestígio e o respeito que a faxina tinha na Detenção.

Conclusão: lá pelas 7 da manhã, ouço um funcionário abrindo todas as celas, fazendo um barulhão que acordava a todos. O procedimento de abertura e tranca era bem primitivo: os cadeados eram abertos e trancados manualmente. Daqui a pouco uma multidão de presos vão até a cela da triagem, e começam a verificar rosto por rosto. Procuram identificar os presos por região:

– Tem alguém aí da Zona Sul?

– Fulano da Zona Leste, está aí?

Quem está na triagem, na realidade, está preso dentro da cadeia, diferente dos outros presos, que estão lá fora. Se eles encontrassem um mano que estivesse devendo, até estouravam o cadeado, só para matar a pessoa! Não tinha ideia. Bom, eu não devia nada, e ainda tinha um conhecido da faxina. Fiquei na minha. Não demorou para que o meu conhecido voltasse acompanhado do encarregado geral da faxina no Pavilhão 9, o Pézão. Pézão era um sujeito moreno, mais ou menos da minha altura, forte como um touro.

– Pézão, esse aqui é o Zé Roberto, truta meu. Durante um assalto, ele tomou um tiro na mão. Levei ele lá para minha quebrada, prestei os primeiros socorros. Saímos do flagrante. O cara é gente fina.

A consideração era tamanha, que fui convidado para morar no barraco da faxina, talvez o 206-E ou o 208-E. Foi então que me veio na mente uma lembrança dos tempos da juventude, quando conheci um sujeito chamado Zé do Norte. O Zé do Norte era uma figura tranquila. Puxou cadeia na Penitenciária do Estado. Assim que saiu da cadeia, resolveu abrirem um barzinho no interior, um local bastante pacato, sem grandes histórias de ladrão – até porque os assaltos eram todos efetuados na capital. Às vezes eu parava no bar do Zé do Norte, conversava e aproveitava para fazer negócio, penhorar um cordão de ouro, relógio, joia, o que fosse.

Uma vez, eu e mais um companheiro descolamos um Chevette 1.6. Carro bom... Um dos primeiros carros à álcool do Brasil! Passamos de Chevette no bar do Zé do Norte. Ele olhou aquele carro, e invés de rasgar elogios, procurou nos orientar:

– Olha, vocês estão demais! Uma hora dessas vocês vão parar na Casa do Guedes.

A Detenção era conhecida como Casa do Guedes, que foi o seu diretor na época da ditadura. Olha como são as coisas! Quando a gente é jovem, as coisas ficam gravadas na mente. O Zé do Norte profetizando o meu futuro.

– Quando você chegar na Detenção, vai encontrar vários conhecidos – que ladrão não gasta a palavra "amigo" à toa –, e muitos vão convidar para morar no xadrez que eles estão. Só que você ainda não sabe o proceder dele lá dentro! O cara de repente tem um proceder ótimo na rua, mas lá dentro, está devendo. Você vai dizer que vai esperar a distribuição. Não vai chegando e já indo na primeira gaiada. De repente, pode ser fria!

A premonição, a aula sobre a cadeia, tudo me veio à mente naquele instante. Não fiz mais do que repetir as palavras do Zé do Norte. O faxina entendeu o meu lado e ficou numa boa. Os conhecidos da Comarca foram direto para a faxina. Nem pensaram duas vezes.

Passei cerca de três dias na triagem, quando um grupo de funcionários, incluindo o seu Valdir, um senhor muito respeitado de Carapicuíba, chamou todos nós em fila para sermos distribuídos nos respectivos xadrez. Alguns ficaram na cela 244-E, perto da triagem. O Paraná foi parar no 246-E, finalzinho do corredor, e eu fiquei no 258-E. Todos ficamos no lado E, que são os barracos maiores. Essa era a rua 10 do segundo andar... A rua 10 era o local onde os conflitos internos eram resolvidos em duelo de faca, ou simplesmente “troca”.

O xadrez 258-E era cela de patronato. Significa que era ocupado somente por presos que trabalhavam na produção de algum produto específico, no sistema de remição de pena: cada três dias trabalhados, diminui um da pena, e recebe o pecúlio, que era pago em cigarro, a moeda da cadeia. Eram vários patronatos: de costurar bola, de montar pregador, de montar carrinho de criança, a alfaiataria, a judiciária... O nosso patronato montava transformadores, pequenas peças colocadas em rádios e televisores, na parte dos componentes eletrônicos. O trabalho consistia em ligar duas lâminas, o I e o E. Encaixava e colocava na caixa, que era enviada para a empresa. A empresa responsável pelo produto comprava várias caixas e cigarro e fazia o pagamento. Se o cigarro na rua custasse R\$ 10,00, por exemplo, lá dentro ele iria custar R\$ 15,00. Brasileiro é um povo criativo para arrancar lucro em tudo!

Essa era uma época que ladrão ainda tinha algum respeito. O mais velho do xadrez tinha que ter responsabilidade e atitude perante os patrícios. O mais velho do meu xadrez era o Gilbertão. O xadrez era grande, mas tinha poucos ladrões. Além do Gilbertão e eu, moravam o

Jorge, o Baianinho, o Chileno e o Juruna – um rapaz que ninguém sabia se era indígena de fato, mas tinha os traços da pessoa indígena. O Juruna era o responsável pelo recorte, função vital em qualquer xadrez. O recorte é o procedimento de inspecionar, lavar e temperar a comida que chegava da cozinha geral, localizada no Pavilhão 6. O cuidado com o alimento se fazia necessário porque as panelas não eram bem higienizadas, e sempre passava uma coisinha a mais na comida, como um pedaço da embalagem do arroz – a indústria do arroz não era desenvolvida como é nos dias de hoje. O alimento nosso era um picadão com tomate, carne, batata, servido com arroz.

Se quisesse recortar: lavava o arroz, o feijão, ia atrás de um alho... O fogão, chamado de brasinha, era feito da seguinte forma: primeiro, tinha que conseguir uma resistência de chuveiro; colocava no centro de um tijolo conseguido pela faxina geral; depois juntava as pontas com dois pedaços de fio com alumínio; depois, ligava a um outro fio, que vinha de fora. Aquela gambiarra... O chuveiro também era feito dessa forma. Um companheiro disse que a Detenção era um outro país, e eu concordo.

Também tinha um negócio chamado pereréca, que era a resistência do chuveiro, aquela mais enroladinha. Encaixava lá, enfiava dentro da água com um fio, e assim esquentava a água para fazer um chá, um café. Essa resistência de chuveiro servia para tudo, meu! Antes de 1987 não era liberado: radio FM, chuveiro e fogareiro artesanal. Alguns faziam as artimanhas, mas na clandestinidade. Se pegassem, era castigo.

A maior parte da minha pena eu morei nesse patronato de transformador. O meu dia-a-dia era assim: primeiro, a tranca abria às 7hrs. Cada um se dirigia para o seu setor. Perto do almoço, um preso que cumpria a função de barraqueiro subia para receber a comida de todos do xadrez, simplesmente chamada de bóia. Depois do almoço, a gente voltava a trabalhar até 14 ou 15 horas, e finalmente, pegava um sol, até às 16hrs.

Ficar nesse patronato me ajudou muito a sair de várias encrencas, porque no Pavilhão 9 era encrenca todo santo dia! Um olhar feio, uma palavra mal colocada, não importa. Qualquer coisa se tornava motivo para trocar faca na Rua 10. Incrível, mas todos os dias, sem exceção, alguém morria ou pedia transferência para o Seguro... Antes do PCC se organizar, em 1992, morria-se absolutamente por tudo. Não faço apologia ao crime, mas é fato que as coisas mudaram muito quando o comando proibiu a opressão do preso pelo preso.

A palavra na Detenção era tudo. Não cumprir com a palavra era assunto sério. Não tinha meio certo ou meio errado. Era uma coisa ou outra, e ponto. Faltou com o compromisso, tinha que atravessar para o seguro de vida, no Pavilhão 5, ou duelar. E duelar, a depender da dívida, o cara iria perder, porque muitas das vezes era a quadrilha inteira contra um. Os funcionários

nem subiam para tentar resolver, que não tinha jeito. Só esperava o morto espernear, e só depois saía arrastando o cadáver jorrando sangue pela galeria e pelas escadas. Sem pestanear, a quadrilha selecionava um laranja, que se apresentava para o funcionário com a faca e fim da história. No linguajar da cadeia, o laranja segurava o geladinho. Alguns laranjas eram mandados para o castigo no próprio Pavilhão 9. Outros iam para o castigo no Pavilhão 6, um castigo duro...

Existiam várias regras dentro da Detenção. Quem fosse usar o banheiro, chamado de boi, tinha que verificar se alguém no xadrez estava comendo e avisar os companheiros, para que ninguém se alimentasse durante aquele tempo... Em dia de semana era mais tranquilo fazer as necessidades porque o xadrez ficava aberto, então era mais fácil de encontrar um horário em que não tinha ninguém na cela. Mas em final de semana, com o xadrez trancado depois do período de visita, tinha que tomar o maior cuidado para não deixar cheiro.

No térreo do PV9 ficava uma grande gaiola, onde eram colocadas as panelas com arroz, feijão e mistura, servidos sem demora pelos faxinas. Passando pela gaiola, podia-se avistar a carceragem, posicionada estrategicamente para trancar o pavilhão em caso de necessidade. Depois tinha o pátio, que não era muito frequentado por ladrão; do lado esquerdo ficava a enfermaria, o centro de umbanda, a igreja católica e o pequeno templo da igreja evangélica. Mais ao fundo tinha um patronato que montava carrinhos de brinquedo. Do lado direito era o lado do judiciário.

O judiciário era o setor onde os presos trabalhavam fazendo recurso, requisição para o Exame Criminológico e demais serviços jurídicos que mediavam a relação do detento com o Estado. Alguns presos do judiciário eram grandes conhecedores das leis... Alguns talvez sejam grandes advogados criminalistas, se estiverem vivos. Há quem prefira não tocar no passado, visto que, para a sociedade, a prisão é uma mancha terrível na vida da pessoa.

De igual importância era o setor da alfaiataria. Ali eu costumava mandar costurar calças em troca de cigarro, a moeda local. Cigarro Hollywood era o que valia mais. Assim eu procurava ajudar a minha mãe, uma mulher de muita oração que foi a minha visita até o dia que ela adoeceu de câncer. Minha mãe ia me visitar e levava a minha irmã, que tinha somente 5 anos. Lembro daquele catatalzinho de menina no Carandiru...

Minha mãe foi a minha única preocupação na cadeia. Quando fui preso, não deixei mulher nem filho, o que me dava uma pequena vantagem, comparando com os companheiros que tinham família constituída. De repente a família está com um problema na rua, e o ladrão não pode fazer nada. Às vezes eu nem queria que a minha mãe fosse me visitar, porque se ouvia muitas histórias de mulheres tentavam entrar com droga e, durante a fila, na maior inocência,

pediam para outra mulher segurar uma sacola. Quem entrasse na cadeia com droga, era flagrante! Não tinha ideia. Eu ficava com medo de acontecer com a minha mãe e explicava, sempre, para ela não segurar sacola de ninguém. Que na visão dos os funcionários, família de ladrão é tudo farinha do mesmo saco.

No dia de visita, o pátio do Pavilhão 9 se enchia de familiares. Cada preso tinha o seu próprio espaço, previamente organizado para receber a sua visita. O ladrão pegava cobertor, tapete, pano, o que fosse, forrava os bancos de madeira, preparava um café... Tudo ajeitado, prontinho. Tinha até quem cozinhasse para a sua visita, pensando que muito familiar passava por dificuldade dentro de casa na rua. Antes mesmo da visita íntima ser liberada nas celas, alguns presos chegavam a montavam barracas, com direito a campana de vigia, de modo a preservar a intimidade do homem e da mulher. Presidiário também é um ser humano. Tem família, coração e desejo.

O final dos anos 1980 ficou muito marcado como o começo da epidemia de AIDS na Detenção. Em menos de um mês, ladrão falecia. E ninguém sabia exatamente como se pegava essa doença. Tinham várias ideias. Uns falavam que era pelo vento, outros diziam que eram por aperto de mão. Só depois que nós fomos associar os fatos. Nessa época, muito ladrão tomava o famoso pico, a cocaína dissolvida e aplicada direto na veia. E como era raro encontrar agulha e seringa novas, as poucas que tinham disponíveis eram compartilhadas entre vários ladrões. Também não existia informação sobre uso de preservativo, então ladrão pegava AIDS se relacionando com mulher de cadeia. Conclusão: a AIDS se espalhou na Detenção.

Em 1987, eu senti uma forte dor de dente. Acho que alguns dentes estavam estragando. Boca toda inchada... Fiz todo o protocolo de solicitar o atendimento com o dentista na enfermaria do Pavilhão 4. No dia seguinte, me chamaram, junto com mais quatro ladrões. Ficamos esperando a chamada na mesma cela. Era tudo muito rápido! Anestesiou, extraiu o dente e pronto. E quando foi a minha vez de tomar anestesia, sem que eu percebesse, o Senhor Jesus Cristo estava ao meu lado. Quando chamou o meu nome, remararam a consulta para o dia seguinte. Eu não tomei anestesia! Alguns daqueles ladrões que tomavam foram contaminados com a AIDS. Ali foi um grande livramento.

O Pavilhão 4 era sinônimo de morte. Muito ladrão ia para lá e nunca mais voltava. Não por acaso, os enfermeiros eram justiceiros, os pés-de-pato! A maioria daqueles caras que trabalhavam na enfermaria era tudo pé-de-pato, irmão... Se o ladrão estava para morrer, aí é que terminava de morrer na mão dos enfermeiros. Não era fácil, não.

Bom, com o passar dos anos, a cadeia continuou a encher cada vez mais. E então aconteceu a rebelião de 1987. Posso afirmar a rebelião de 1987 teve uma reivindicação justa:

pressionar as autoridades a respeitar o direito do preso à progressão de regime. Nenhum preso da Detenção conseguia progressão para o regime semi-aberto! Muitos já tinham pena vencida e continuavam presos. Presos que sequer haviam sido condenados, tirando um montão de cadeia. A rebelião de 87 veio no sentido de cobrar uma resposta sistemática mediante a questão da crise carcerária na Casa de Detenção.

O exame criminológico, por exemplo era uma piada. Todos que iam fazer o exame no Centro de Observações Criminológicas (COC) eram reprovados. Tinham inclusive uns bochichos de que os psicólogos do COC eram meio chapados. Eu mesmo cheguei a fazer o criminológico no COC. Primeiro, o psicólogo me pediu para desenhar uma família. Naturalmente, me veio na mente retratar a minha família, e eu fui reprovado! No exame constou reprovação por "imaturidade e imprudência". De fato, o psicológico tinha a maior cara de doido.

No exato dia da rebelião, eu tinha um depoimento para prestar no Fórum da Barra Funda, sobre um assalto que eu havia cometido, procedimento chamado de sumariar. Bem cedinho, um estafeta que trabalhava na carceragem convocou para sumariar eu e mais um cara que morava no 209-E, junto com o meu colega da faxina, que estava para assinar um 121. Tinha um bochicho de tumulto.

– Vamo negão... Vamo pro fórum, que aqui o negócio vai ferver!

Foi só o tempo de a gente passar pelo portão que o tumulto começou. Foi mais um tumulto do que uma rebelião, mas tinha uma reivindicação clara. A coisa estava tão séria que, ao chegar no fórum, os próprios militares perguntavam a respeito da rebelião na Detenção! Eu nem sabia explicar direito. Bom, sumariei... A vítima estava presente, me reconheceu. Na época a gente tinha roubado um carro dela. Nessa, fui condenado a mais de 7 anos de reclusão.

Depois de longas horas no fórum, voltei para a Detenção e me deparei com o xadrez 258-E todo revirado. Os companheiros de cela todos tristes, quietos... Só então eu comecei a entender a gravidade do que tinha acontecido. Quando começou o tumulto, os funcionários abandonaram o pavilhão, e logo o batalhão de Choque foi acionado. O Choque mandou os presos saírem das celas, bateu em todo mundo, bagunçou os pertences dos presos e foi embora. Bateram em cada preso, cela por cela. Para mim, a ida ao fórum foi mais um livramento de Deus. Eles apanharam bastante! Foi triste de ver... Fiquei até pensativo sobre aquela situação, sobre o livramento... Poxa vida.

Aos poucos, os patronatos foram acabando. Começou a vir um monte de ladrão do Presídio do Hipódromo, também da Comarca de Osasco, conhecida como "Cadeia do Pestana", depois vieram os caras da Comarca de Mogi das Cruzes, Suzano... Tudo transferido para a

Detenção. Aí a cadeia realmente começou a lotar. Tinha ladrão de todo tipo. Encrenca era todo dia.

No meu xadrez também se parou de montar os transformadores, porque os componentes deixaram de chegar. Ainda assim, continuamos a assinar remição de pena. O Gilbertão e o Juruna tinham ido embora, outros foram transferidos para a Penitenciária do Estado. Conclusão: eu e o Baianinho ficamos sendo os mais velhos do xadrez. O 258-E acabou sendo nosso. Não vinha mais componentes, mas mantivemos a proposta de manter o xadrez filiado somente ao patronato.

Minha mãe faleceu de câncer em 1991. Pai é coisa que nunca tive. Meu irmão era de menor, não podia me visitar sozinho. Conclusão: fiquei uns tempos sem visita. É verdade que tinha aquele colega da faxina, que reencontrei na triagem... Ele me visitava com alguma frequência, mas eu evitava pedir qualquer coisa, que eu mesmo nunca fui homem de confundir as coisas. Podia até passar um sufoco de querer fumar um baseado, mas ficava na minha. Eventualmente, o colega da faxina foi transferido para a colônia. Eu continuei preso no regime fechado...

Tanto eu quanto o Baianinho estávamos sem visita, vivenciando uma situação difícil de falta de mantimento... Como medida de sobrevivência, decidi ser um correria. O correria é o comerciante da Detenção, e está sempre à milhão. Por exemplo: um ladrão está na seca querendo fumar um cigarro, ou talvez ele contraiu uma dívida – e dívida é palavra. De repente ele tem uma camisa da hora para tirar visita, um tênis, um sapato, ou até mesmo um chuteira de futebol. Mas ele não tem a habilidade nem palavra para sair vendendo. É aí que o correria entra. Por ser quieto, sério e andar no caminho certo, nem entortando para a esquerda nem para a direita, a minha palavra era respeitada, então eu tinha a credibilidade necessária para me profissionalizar como correria.

– Ô patrício, quanto você quer nesse sapato?

– Dois maços.

– Eu vendo para você, mas por um valor maior, e o que passar é meu, beleza?

Se o cara pedia dois maços num produto, eu vendia por oito. Isso me ajudou a tirar o meu sustento depois que minha mãe faleceu e o patronato ter acabado, pois não havia mais peculio de horas de trabalho, nem remição. Na correria, era a conta certinha de comprar um baseado, uma mistura, uma cebola ou até mesmo uma lata de óleo para recortar. Na Detenção, quem tinha dinheiro poderia comprar de tudo! O negócio era o maior comércio, irmão! Comércio frenético, constante, intenso. A única coisa que não se comprava era o pó de café,

que era distribuído pela faxina. A compra e venda funcionava no sistema toma lá, dá cá. Comprar fiado era problema sério, principalmente se fosse droga.

Na Detenção, tinha de tudo o que você puder imaginar. Até cachaça os presos faziam dentro da cadeia! É mole? Eles faziam fermentando arroz, laranja, casca de batata, casca de banana. E não era cachaça ruim, não... Cachaça boa, filtrada, saborosa! Os ladrões que fabricavam cachaça sabiam que, se fossem pegos pelos funcionários, pagariam um preço alto. Lembro de um ladrão que foi pego fabricando cachaça, e ele foi mandado para o castigo do PV6 para ser torturado. Os funcionários batiam com cano de ferro, e onde batia, quebrava, deixava aleijado. Batiam realmente para matar. Se o ladrão não morria, ficava aleijado. Alguns andavam torto para o resto da vida. Era feio... A tortura nesses casos era sempre da mais cruel.

O tempo foi passando, e o Pavilhão 9 foi ficando cada dia mais cheio. Toda semana chegava vários novos presos, que nos procuravam em busca de um xadrez para morar. Nessa época, o xadrez era comprado, mas mesmo entre conhecidos, nosso proceder era fazer uma seleção prévia. O cara para morar no nosso patronato tinha que andar certo, não dever nada, e tinha que ter alguma moral. Os mais precavidos até traziam um papel com o artigo enquadrado, para comprovar que era ladrão, e não um pé-de-pato.

Eu estava na correria, me ajeitando, quando chegou na triagem um conhecido da rua que era assaltante de banco. Ele estava procurando um local para morar, e eu chamei ele para morar com a gente no 258-E. Como ele era 157, sujeito homem, foi bem recebido. Algumas semanas depois, chegou na triagem um truta desse ladrão, alegando que tinha sido caguetado por ele. Não demorou e a história chegou até mim por terceiros:

– Ô, correria. Tem um triagem no 3º andar acusando o fulano de caguetagem. Vamo fazer uma mesa-redonda e tirar essa história à limpo.

Caguetagem é assunto da mais alta importância. É questão de vida ou morte. A gente como sendo os mais velhos do xadrez, era do nosso interesse defender o rapaz, senão o xadrez poderia ser tirado, mau visto, que ladrão ficava só de antena ligado, esperando o dono do barraco vacilar. Fui trocar uma ideia com o finado Claudião da faxina, que ficou sendo amigo meu, e com o encarregado geral da faxina que ficou no lugar do Pézão. Primeiro, tratei de deixar claro que eu não sabia quem estava certo ou errado, mas que o rapaz estava disposto a resolver a situação como sujeito homem. Conforme o combinado, subi para o 3º andar com o rapaz julgado, acompanhado do Bainhaninho e do Jorge.

Chegando no 3º andar, vejo os caras da faxina de jaleco e armados de faca. Olhavam feio, olhavam torto. Ninguém sorrindo. O triagem, acusador, estava sentado. Tinha chegado naquele dia. Então começaram os testemunhos. Cada um falou o seu ponto de vista, mas tudo

foi explicado de uma forma que a situação se inverteu contra o triagem! Os faxinas, que já estavam com sangue nos olhos, ficaram com ainda mais raiva. Como ficou a palavra de um contra o outro, a questão ficou para ser resolvida num duelo na Rua 10. Os faxina deram uma faca para cada um. Na hora da troca, o triagem adversário não falou nem que sim nem que não, e logo ficou claro que ele tinha faltado com a palavra dele.

– Desculpa aí, correria. E pode deixar que a gente dá um jeito nesse triagem.

Descemos as escadas do terceiro para o segundo andar vitoriosos. O Claudião da faxina, organizador de jogo do bicho, estava ali por perto, quando escutou da resolução favorável à nossa causa, e comemorou à nossa causa. Tudo foi vivido como a audiência de um grande caso! De tão vitorioso, o rapaz acusado saiu primeiro do que eu da prisão, e como forma de agradecimento, me trazia no jumbo maços de cigarro Camel, bolacha e outras coisas do dia-a-dia. Até a minha autoestima melhorou, pois quando fiquei sem visita, me senti só.

Conseguimos manter o controle do xadrex 258-E por um bom tempo, até que os funcionários descobriram, sabe-se lá como, que o Baianinho estava traficando maconha na cadeia. De certo era carta marcada, porque a blitz foi certeza. Pegaram a maconha e interditaram o nosso xadrez, o Baianinho foi para o castigo e transferido para a penitenciária, enquanto o restante foram morar em outros xadrez. Eu fui morar em uma cela no 3º andar, onde fiquei por pouco tempo.

Certa vez, um preso com nome de Mike Tysson, agitou toda a cadeia para uma luta de boxe contra o Magrão, um preso do PV9 que treinava boxe no PV2, onde se tinha um ringue e verdadeiros lutadores profissionais. O Tysson tinha acabado de chegar da rua, e dizia que era acostumado a lutar boxe, mas ninguém o conhecia muito bem. O Magrão, por sua vez, era reconhecido por todos como um ladrão sério, sujeito homem que sempre andava conforme as leis da cadeia. O ano era 1990, e a TV tinha acabado de ser liberada na Detenção. Em dia de luta, a gente passava a noite acordado, só esperando a luta do verdadeiro Mike Tysson! Todo aquele imaginário de luta profissional ganhou os corredores do pavilhão, e o desafio tomou proporções gigantescas. Então decidiu-se patrocinar uma luta entre o “nosso” Mike Tysson e o Magrão.

No dia da luta, um ringue foi montado no pátio, tratando-se de ocasião especial. Não demorou para que as apostas comessem, valendo 1kg disso, 1kg daquilo... Que tudo era aposta na Detenção. Os presos do lado I conseguiram assistir a luta pela janela, e a gritaria era intensa. Magrão era alto e forte. Mike Tysson era baixinho e truncado, e tinha pinta de lutador profissional. Ele fez um lençol de capa, com um orgulho de quem tinha certeza que era luta ganha. Magrão estava pulando no ringue como só os boxeadores sabiam. A luta mal havia

começado, quando o Magrão, no primeiro soco, nocauteou o Tysson, que caiu esparramado. Sei que depois dessa luta não se soube mais do Mike Tysson. Virou fumaça! Quem se deixou levar por aquela pompa de vencedor perderam até o que não tinha.

Depois de um mês morando no xadrez do 3º andar, me mudei para o 244-E, um xadrez de patronato cujo responsável era um preso chamado Quindeta. Quando ele foi embora, um outro preso acabou assumindo como o mais velho. Era o Bira, um grande sujeito por quem eu tenho grande respeito. Fiquei morando nesse xadrez de ladrões em sua maioria provenientes da Zona Leste, pessoas muito bem conceituadas perante o sistema.

No ano de 1992, a Casa de Detenção estava lotada. Os presos das comarcas e distritos policiais estavam sendo todos transferidos para a Detenção. De repente, aqueles pavilhões encheram de ladrão de tudo quanto é tipo, cada um com uma ideologia, um pensamento, uma história. Ao mesmo tempo, as atividades de trabalho foram acabando. Os únicos presos que continuaram exercendo atividade laboral eram os faxinas, já que a cadeia dependia deles para a distribuição de alimento e de limpeza. E então chegou 2 de outubro de 1992, o dia do Massacre.

Eu me lembro que 2 de outubro era sexta-feira porque a cadeia estava em ritmo de preparação para receber as visitas. As celas foram abertas às 7 da manhã, como de costume. A maior parte dos presos foi para o campo. Eu fiquei no xadrez, jogando dama. Tudo tranquilo, quando começou uma briga entre dois ladrões. Saímos para fora para ver quem era. Um deles que atendia pelo vulgo Coelho, talvez pelos dentes acavalados e por ser alto e branco, era conhecido por entregar o jumbo em cada xadrez. O outro ladrão, o Barba, era do setor de esporte. O estranho é que nenhum dos dois era do tipo de se envolver em treta. Até fiquei surpreso quando vi quem era.

Por se tratar de dois sujeitos homem, eles resolveram trocar faca na Rua 10, inclusive perto do xadrez em que eu estava. Eu vi bem o que aconteceu. O Barba estava com uma faca grande, tipo uma espada. Já o Coelho, escolheu uma faca que a gente chamava de "matadeira", uma faca menor. A vantagem do Coelho é que ele era jovem e magro, e por ser mais ágil, conseguiu ferir o Barba, mas não a ponto de matar. Depois da facada, uma turma interferiu no duelo, e os dois sumiram. Tudo isso aconteceu antes do horário do almoço. Esse foi o começo do tumulto.

A princípio, quem estava lá no campo de futebol nada sabia sobre o duelo entre o Barba e o Coelho. Mas a notícia logo se espalhou, e quem estava no campo queria subir para verificar a situação. O Pavilhão 9 era o mais cheio da Detenção, com mais de 2 mil presos. Então aquilo que era uma briga normal entre dois presos, virou um tumulto maior. Muitos ladrão de um lado,

muitos ladrão do outro... Algumas horas depois, já tinha ladrão com faca e camisa no rosto. Pensei comigo “os funcionários já devem ter abandonado o pavilhão”.

A muralha interna quase na mesma direção que o 2º andar. Vejo aquele monte de PM ocupando a muralha, helicóptero rodando o presídio... A situação já estava meio caótico. O Bira tinha um amigo um triagem. Ele estava no 3º andar, e fomos ver como ele estava. Eu não queria ir, mas por consideração à pessoa do Bira, fui junto. Enquanto subíamos as escadas, observei que o Bira também tinha uma faca na cinta. E então escutei um ladrão falar:

– Os policiais estão atirando! Os policiais estão atirando!

Subimos a escada do 2º para o 3º agachados. Chegando no 3º andar, olhei aquela galeria... As portas todas abertas. Chegamos no xadrez do triagem e vimos o amigo dele apavorado. Seu primeiro dia na Detenção foi logo o dia 2 de outubro... Passamos alguns minutos conversando com ele, conferindo se estava tudo em ordem, e fomos voltando para o nosso xadrez. Saímos correndo, e conseguimos chegar no nosso xadrez...

Eu não tinha passado pela rebelião de 1987, mas eu me lembro bem que, quando o Choque entra na cadeia, eles batem para valer. Aprendi com os mais velhos que o procedimento padrão é tirar a roupa, abrir a cela e quando for mandado, sair de cabeça baixa com a mão na cabeça, e não olhar na cara dos policiais. Expliquei o proceder para os mais novos da cela. Um outro ladrão, vulgo Fofão, endossou a minha fala, e todos concordaram com o proceder.

O tempo foi passando, e daqui a pouco eu só escuto os barulhos de tiro: pá pá pá pá. Ouço explosões, gritaria. Pensei comigo, devem ser balas de borracha e bomba de efeito moral. Daqui a pouco, eles subiram no 2º andar. Barulho, explosão... Quando eu penso que não, o comandante do GOI apareceu. Ele abriu o guichê, tirou o quépi, colocou a cara e falou:

– Aí, ladrão! Todo mundo pelado! Vai, sai!

Naquele momento, pensei que os altos morrem mais rápido, pois chamam mais atenção. Nem imaginava o que iria acontecer... Saí da cela com a cabeça baixa e mãos na cabeça. Na saída do xadrez, vi um cara morto, com uns negócios brancos saindo pela cabeça. Estou andando e olhando para o chão, sem levantar a cabeça, mas percebo que a ordem é para descer até o pátio do pavilhão. Para chegar à galeria, peguei a esquerda, depois a direita. A galeria um infinito... Tudo escuro. Canos furados, água para todos os lados. Passei pela cela da faxina, e vi uns caras mortos.

Não demorou muito para que eu encontrasse um PM no meu caminho. Acredito que ele fosse do GOE. Vestia roupa preta, toca e metralhadora. São especialistas em matar. Naquele instante, clamei à Deus. Pânico... Pânico mesmo! Parece que os meus companheiros de cela tinham sumido, todos. Estou sozinho. O cheiro da morte é estranho. O clima paralisado. E

então... O PM congelou. Eu não sei se ele congelou pelo fato da matança que eles estavam fazendo, do terror continuado. O que sei é que o PM congelou, o que me permitiu passar por ele.

Eu passei em frente ao xadrez da faxina. Tudo estranho... Fui seguindo, mas naquele clima... Tudo congelado, denebrosos. Eu tinha que chegar o corredor perto do 208-E, ali quase da faxina geral, para descer as escadas do 2º para o 1º andar, que era o térreo. Antes da escada, tinha o xadrez do exporte com um monte de mortos... Um monte! Atirados, tortos. Que coisa horrível... Vejo policiais com metralhadora por todos os lados. Eles congelaram, e eu passei. Ali creio que foi sendo um livramento de Deus.

Na hora de descer a escada, eu descalço e nu. Talvez a minha tensão estivesse horrenda. Não sei se eu levei pancada, mas durante a descida, eu caí. Os presos jogaram óleo com água nas escadas para prejudicar o Choque quando entrasse, mas acabou prejudicando a nós mesmos. Como tinha PM em todos os lados, talvez eu tenha levado uma rasteira. Na queda, meu ouvido zumbiu, fiquei sem ver barulho. Aquele silêncio da morte... Assim, cai na escada! Estou me levantando, quando um PM com escudo e cachorro vem na minha direção, e grita:

– Pega o negão!

Antes da frase terminar, estou levantando, me preparando para colocar as mãos na cabeça... Ele veio na minha direção, equipado com escudo e segurando um cachorro, aquele peso todo. Graças a Deus ele não soltou o cachorro. Sinto pânico e saio correndo.

Cheguei na gaiola onde ficavam os alimentos, no 1ª andar, que é início do patio. Passo pelo elevador, depois por uma outra gaiolinha, e estou perto do pátio. Nesse momento, vi umas pessoas deitadas... Não sei se estavam vivos ou mortos. Pulei por eles, sem pensar na distância. No salto, vi somente um clarão. Quando aterrissei, bati feio o joelho. Vi aquele monte de faca artesanal. Depois dos fatos, disseram que os presos estavam armados. As “armas” na verdade eram facas de cadeia, que os presos jogaram fora antes dos policiais entrarem no pavilhão. Sempre que o Choque entrava na Detenção, a primeira coisa que se fazia era jogar fora todas as facas. Isso era padrão.

Fui me arrastando, e cheguei até o pátio do pavilhão. Aquela multidão de presos nus, sentados no chão com a cabeça no joelho, e as mãos na cabeça. Fui me arrastando assustado... Não sei como ou porquê, mas fui correndo e cheguei a ficar numa parte centralizada, perto dos halteres de musculação, de modo que não fiquei nem em um canto nem no outro. Ficar no centro da multidão acabou me salvando, se não da morte, de muito sofrimento. Em um dos cantos, os PMs soltaram bombas de gás lacrimogêneo. Cachorros arrastavam pela boca os presos que estavam nos cantos... E mais bomba, e aqueles gritos... Verdadeiro pânico, verdadeiro terror.

Escutei mais rajadas de metralhadora. Os PMs com aquela risada sinistra... Credo! Pareciam que estavam com alguma coisa ruim. Creio que muitos desses policiais que participaram da chacina ficaram com problemas mentais, porque é muita maldade. Ninguém aguenta fazer isso sem adoecer. Estávamos todos de cabeça baixa, porque um grupo de PMs estava controlando quem levantasse a cabeça. Daqui a pouco eles começaram a perguntar:

– Quem aí está ferido, para atendimento na enfermaria?

Aquele silêncio. Alguns presos que levantaram a mão foram executados. Os policiais jogaram mais bombas de efeito moral entre nós. Do meu lado esquerdo, um preso estava sangrando, mas ele aguentou a dor e não levantou a mão. As horas se passaram. Por volta de meia-noite, começou a chover. Uma garoa boa. Nossa... Aquilo foi refrescante. Não que eu estivesse sentindo sede nem nada, porque o pânico dominou o meu corpo, mas a garoa veio como uma bênção. Tanto aliviou que minhas pernas travaram naquela posição, devido às muitas horas parado na mesma posição.

Mais algumas horas se passaram, quando os policiais começaram a organizar os presos por filas para voltar às celas. Minhas pernas ainda estavam travadas... Eu pedi ajuda à Deus para conseguir me levantar. Fiz um enorme esforço, e fui andando, todo duro.

A mão na cabeça, eu olhando para o chão. Eles gritavam ordens na gíria:

– Mão na cabeça! Olha para o chão, Zé!

Para eles, todos os presos eram Zé. Achei isso curioso. A gente em fila, esperando para subir para os andares. Percebi que tinha autoridade do judiciário ali presente, e também gente tirando foto. Estou andando de cabeça baixa, mão na cabeça... Um PM encosta em mim e diz:

– Aí Zé, quem são os caras do Comando Vermelho?

– Não sei, cheguei na Detenção somente há 3 meses.

Um outro PM que estava longe viu a conversa, veio correndo em nossa direção, retirou uma adaga do coturno e me ameaça:

– Que que foi, que que foi?

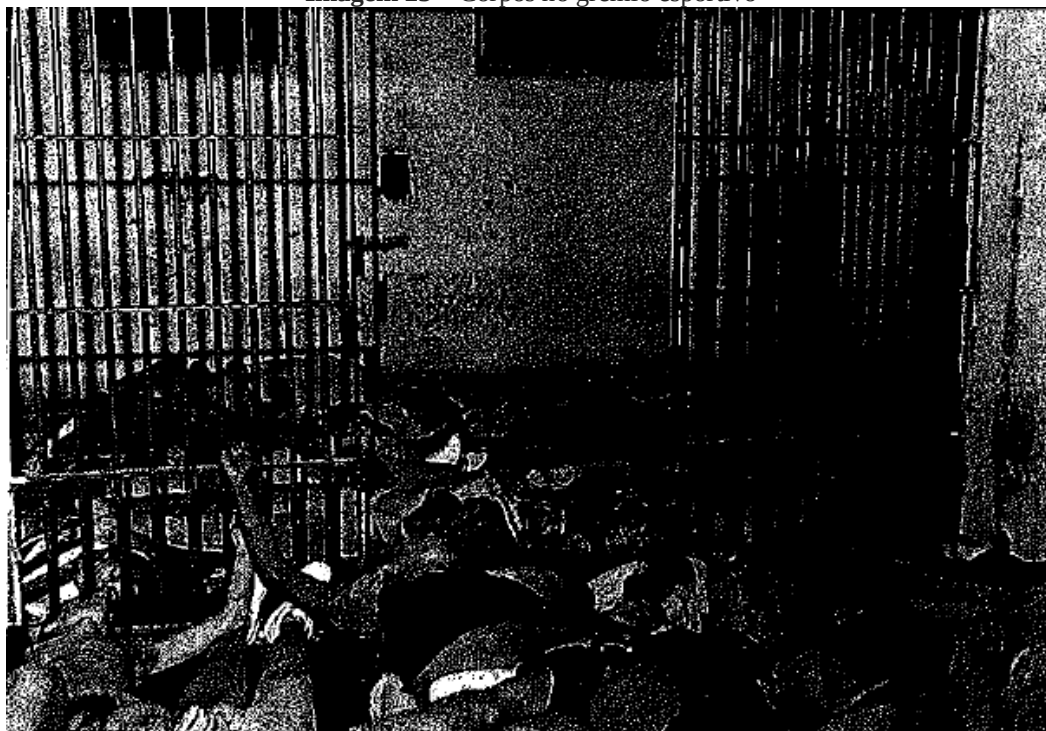
– Deixa para lá, esse aí é laranja.

Dei graças à Deus... Depois, esse policial com a adaga se afastou. Subi um andar, e mais outro, e mais outro... Não tenho certeza se cheguei ao 4º ou ao 5º andar... Entrei em um xadrez aleatório com mais um monte de ladrão, e eles fecharam a porta. Só então eu percebi que o meu joelho estava todo ralado, as dores no corpo, os dedos tremendo. Um ladrão me jogou uma bermuda e uma camiseta, provavelmente de outro ladrão que morava ali.

Antes do Massacre, eu já era um homem fechado. Mas depois do que eu passei, parece que fiquei ainda mais quieto. Aquele medo, uma coisa ruim... Os mortos no xadrez do esporte

não saem mais da minha cabeça. Eu costumava disputar jogo de dama e xadrez ali no exporte. Cheguei a ficar em terceiro lugar no campeonato de dama. As medalhas e troféus se transformaram em cadáveres.

Imagem 23 – Corpos no grêmio esportivo



Fonte: Laudo do Instituto de Criminalística.

O chão vermelho de sangue com água... Uma coisa verdadeiramente horrível. As *imagens que eu vi estão gravadas na minha mente*. Porque a imagem, ela fica. Muitas coisas eu posso esquecer. Detalhes, datas, compromissos, mas os cadáveres, o cheiro da morte, o tempo parado, aquela coisa ruim... Isso ficou. Não tem mais esquecimento.

Assim que clareou, todos saímos das celas e cada um voltou para o seu xadrez de origem. Do meu xadrez, felizmente ninguém morreu, mas todo mundo estava machucado, traumatizado...

Eu não fiz parte, mas formou-se um grupo de presos considerados, encarregados de realizarem uma contagem própria do número de mortos. Eles contabilizaram mais de 400 presos que estavam faltando. Atualmente, alguns falam em 300, outros falam em 400... Não se sabe o número exato. O que se sabe é que esse número é muito superior do que o número oficial. O que eu acho incrível é que o Estado fixou o número de mortos em 111, sendo que muitos presos simplesmente desapareceram. Não acharam os corpos! Tinham muitos presos oriundos de outros estados que a família não conseguia visitar. Esses não entraram para a contabilidade.

Algo interessante é que naquele tempo muita gente caía na Detenção sem condenação, porque nem haviam sumariado pena! Quero deixar bem claro que entre os mortos também haviam presos sem ter cometido nenhum ato ilícito. Não eram muitos, mas tinha sim uns caras inocentes. Eu realmente era artigo 157. Estava preso por um erro que eu cometi na juventude, mas no meio dos ladrões tinha inocente tirando cadeia de graça. Além disso, presos com pena para vencer foram mortos, como o Claudião. Conclusão: a PM não quis saber quem era quem. Morreu preto, branco, ladrão, inocente...

O próprio Estado consegue burlar a Constituição Brasileira – que para mim a Constituição é perfeita. O Estado errou feio, ocultou cadáver e a verdade das famílias. Isso é desumano! Os policiais estavam seguindo ordens para matar. Se quisesse, o seu Ubiratan poderia ter segurado a situação, e não aticar os PMs a matar. Mais de 30 anos se passaram, e nenhuma justiça foi feita. Nem justiça e nem vingança, diga-se, porque o seu Ubiratan não morreu na mão de ladrão. Ele morreu na mão da companheira. Hitler e o seu Ubiratan treinaram os soldados para o mal. Como deve estar a mente desses PMs treinados para o mal? Creio que muitos não estão com a mente legal, por causa do horror que fizeram. Essa chacina foi grave!

Muitos defendem a direção da Detenção e os funcionários, mas acho que eles poderiam ter barrado a entrada daqueles policiais armados com metralhadora. Era evidente que desde o início a intenção dos policiais era matar. Não era uma simples opressão de rebelião, como tinha sido em 1987, que o Choque entrou, espancou todo mundo e foi embora. Em 1992, eles entraram no Pavilhão 9 para matar de verdade! Os primeiros pelotões que subiram os andares estavam armados com metralhadora. Para mim, nem o Barba nem o Coelho tiveram culpa daquela matança. O Estado já tinha o plano de matar os presos, só estava esperando um motivo. A Detenção era conhecida como Barril de Pólvora. Aquilo foi uma crueldade enorme...

No dia 3 de outubro, nenhum familiar sabia a nossa real situação. Como todo familiar, o meu irmão e o meu primo estavam na portaria, aguardando notícias. Depois, consegui ser visitado. Conversamos, choramos bastante. Vi muitos pais e mulheres chorando, mulheres desesperadas procurando os seus presos. Até sair a relação dos mortos, muita gente ficou perdida naquele dia de visita.

Depois daqueles acontecimentos todos do dia 2 de outubro de 1992, o Pavilhão 9 foi sendo gradualmente desativado. Eu fui um dos últimos presos a sair. Lembro de ainda ter passado o natal de 1992 naquele palco de horror. Só depois do natal me transferiram para o Pavilhão 2. Fui transferido para a Colônia Penal de Franco da Rocha somente em 1994, quando a minha pena já estava vencendo. Lá eu permaneci por um pouco mais de 2 anos no semiaberto.

Fui um desses réus primários que entram e ficam anos no sistema sem benefício nenhum. Cumprindo o regime semiaberto, começou um novo capítulo na minha vida.

A Colônia Penal de Franco da Rocha, também conhecida como Colônia Industrial, é o local onde os presos saem para trabalhar em alguma empresa ou escritório da região e voltam à noite para pernoitar na prisão. Eu pegava o ônibus às 6hs da manhã na Dutra, perto de Guarulhos, e chegava na fábrica por volta das 8hrs; tomava café e começava a trabalhar montando as antenas de televisão Plasmatic, muito famosas no meu tempo pelo seu formato triangular. Depois fui trabalhar na MetalBrás, uma fundição onde se fazia canos e antenas que eram enviadas para a Plasmatic.

Além da remição de pena, eu também recebia um pecúlio pago em dinheiro, o que me ajudou muito. Fiquei quase um ano na direta, e depois tive direito a saidinha, que é um direito fundamental para que o preso se ressocialize. Durante as saidinhas, eu podia retirar o dinheiro na portaria, então saía com algum no bolso. Tinha dinheiro para pegar um trem, de repente pegar um táxi, comprar um café e até de ajudar a família.

Desde que a minha mãe faleceu, eu coloquei na cabeça que não roubaria mais, e realmente consegui manter a minha palavra. A minha mentalidade na Colônia era trabalhar, andar no caminho certo. A partir de então, acho que o único mal que fiz foi a mim mesmo.

Depois de 12 anos de cadeia, finalmente fui para casa... Minha tia, que estava aposentada, comprou a casa com a minha falecida mãe, onde fiquei morando por um tempo, ainda sem saber o que fazer. Depois de ter perdido a juventude, o que eu sabia fazer? Eu tinha até trabalhado de Office Boy e Auxiliar de Escritório, mas o tempo passou, e eu ainda estava em dúvida sobre como iria voltar a trabalhar.

A minha sorte foi ter encontrado pessoas que me acreditaram em mim, quando eu não acreditei. Mesmo sem saber pintar, comecei a aceitar alguns trabalhos de pintor, porque foi essa a porta que Deus me abriu. Eu vivia perguntando a um funcionário da prefeitura detalhes do ofício: como diluir tinta, como passar massa... Ele foi me passando as dicas: se tiver buraco na parede, o primeiro passo é tampar com a massa. Depois passa a lixa, espera a massa secar, e só então pintar. Depois de aprender o básico, fiz um curso de textura e aprendi a fazer grafiato, o que agrega valor à pintura. Logo me tornei um pintor profissional, trabalhando só por indicação. Conclusão: nessa de um indicar para o outro, fui parar no litoral paulista, onde trabalhei como caseiro.

O tempo foi passando, e tudo estava se estruturando na minha vida. Conheci uma mulher e começamos a morar juntos. Nossa relação não deu certo, e foi quando eu comecei a beber. Depois fui morar com outra mulher e passei a beber ainda mais. No final das contas, estava me

tornando um alcoólatra, entrando cada vez mais profundo em um buraco sem fim. A única coisa que eu não estava fazendo era roubar. Fiquei sem perspectiva de futuro. Trabalhando, sim, mas sem a dignidade de um sujeito homem.

Eu já havia parado com a maconha porque ela deixa os olhos vermelhos, e o cheiro impregna. Foi assim que, um dia numa cidade do interior, naquela seca, comecei a cheirar cocaína. No começo dos anos 2000, o pó vinha meio batizado... Não era tão puro como nos anos 1980, que a língua chega enrolava! Bom, pelo menos nunca mais fui preso. Cheirava, mas não estava fazendo nada ilícito. Claro que existia o risco de abordagem, afinal, quem passava pela Detenção não era nenhuma flor que se cheire. Mas o meu caminho estava sendo outro. Dos meus antigos companheiros de assalto, quase todos estavam mortos. Conclusão: depois da cadeia, eu estava no caminho do trabalho e me desviei para as drogas.

Um dia, encontrei duas mulheres jovens, talvez com 21 anos. Eu querendo cheirar, e elas também. Elas sugeriram um hotel. Pensei comigo, poxa, que legal, vou dar uma e tirar o atraso. Pegamos a cocaína, pedimos um táxi e fomos para o hotel. Peguei o pernoite, tudo certinho. Cheiramos repetidamente até altas horas... Quando acabou o pó, uma delas pegou um cachimbo, colocou uma pedra de crack e acendeu. Eu tinha muito preconceito com crack. Via os caras se destruindo na cadeia, e achava aquilo horrível. Até então, a ideia de fumar crack nunca tinha me ocorrido.

Bom, e eu? Ah, estava naqueles momentos em que o homem se sente potente... Disposto a enfrentar o que fosse. Quer saber? Peguei aquele cachimbo da mão dela e acendi. Na hora que eu dei aquela tragada, veio o baque. Brum! Não sei como foi a minha reação, mas pensei, nossa meu, que daora! Fumamos tudo o que tínhamos e saímos para comprar mais. Sei que no final da história, só fiquei com o dinheiro para pegar condução para ir embora. Quando percebi, estava na onda do crack.

Não demorou muito, e eu comecei a falhar com os meus compromissos profissionais. A minha posição de um homem correto, de palavra, foi sendo destruída. Para sustentar o vício, eu pedia o pagamento adiantado, e depois não conseguia cumprir com o trabalho. Todo final de semana eu saía para uma caminhada “despretensiosa” e usava! Usava, usava, usava... Tudo foi muito rápido. O crack é uma droga que te vicia num instante. Logo eu já não tinha mais dinheiro para o crack. Quando não tinha mais pedra, desesperado para fumar, eu pegava o meu cachimbo, raspava as laterais, e saía uma crosta meio marrom, algumas meio preta. Era o sumo, a pasta que se formava conforme a pedra queimava. Também comecei a misturar pedra com uns gorós.

De tanto eu me estragar, desenvolvi diabete. Em um acidente doméstico, bati o dedo do pé. Aquela coisa inchada, inflamada... Quando fui procurar socorro, havia o risco de subir a inflamação, e tiveram que amputar o dedo. E assim eu ganhei a minha primeira amputação. Minhas pernas se encheram de ferimento, e a insulina parou de fazer efeito. Meu corpo em si estava fedendo. Minha tia, católica, orando de um lado; minha irmã, evangélica, orando do outro, e eu só esperava a hora da morte chegar.

Numa bela manhã de domingo, sentei na calçada de casa. Estava naquela abstinência, triste comigo mesmo... Concluí que a minha vida não valia de nada, que eu não prestava comigo. A solução era acabar com tudo me jogando na frente do ônibus que passava todos os dias naquele horário. Quando vi o ônibus passar, tentei me levantar, mas do outro lado da rua tinha uma família passando, provavelmente a caminho do culto da igreja. Minhas pernas perderam força. Ali eu desabei em lágrimas. Creio que o Espírito Santo me visitou, mesmo sendo eu um pecador todo imundo.

No dia seguinte, fui conversar com o meu cunhado, obreiro de igreja, sobre um tratamento para dependentes químicos que ela havia mencionado. Eu percebi que ele estava com um pé atrás, afinal, eu estava apodrecendo, pesando 50kg, cabelo e barba longa, mau cuidado... Primeiro tomei um banho, coisa que não fazia há muito. Fiquei por ali alguns dias, até que ele me levou em uma casa de tratamento, onde fiquei por 9 meses. Todos os dias, fazíamos uma leitura bíblica, e trabalhávamos seguindo o método *Só Por Hoje*, que ajuda a focar na abstinência um dia de cada vez. Conclusão: no dia 8 de março de 2013, entreguei a minha vida à Cristo, e no dia 12 de dezembro de 2013, concluí o tratamento.

Eu me inspirei em um coordenador da casa de recuperação que se tornou um grande amigo, Edvaldo. Ele é ex-usuário e se formou em psicologia. Diferente do Edvaldo, eu queria estudar Direito. Como eu ainda não tinha terminado o Ensino Médio, resolvi voltar a estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Como forma de me redimir com o meu passado, fiz uma lista das pessoas com quem eu tinha errado, e pedi perdão a cada uma delas. Paguei as dívidas acumuladas nos bares, e assim segui a minha sob os cuidados de Deus. Na igreja evangélica, conheci a minha esposa, sogra e o filho, que me trata como o seu próprio pai. Terminei o Ensino Médio e comecei a faculdade, uma que eu conseguia pagar. Hoje eu sou bacharel em Direito, e tenho uma pós-graduado em Direito Civil. Deus me deu uma nova vida. Graças ao Senhor Jesus Cristo. Hoje eu só tenho agradecimento.

Imagem 24 – José Roberto palestrando em uma escola pública



Fonte: José Roberto – Acervo pessoal.

Sempre que eu posso, explico aos jovens sobre as consequências da vida no crime a partir da minha experiência pessoal. Conclusão: a realidade do crime é morte ou cadeia. O que eu posso fazer é falar sobre a minha experiência, e a partir da fala, procurar ajudar a quem precisa.

1.4. JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO

José André de Araújo é um nome que ainda me soa estranho. Não porque eu não conheça André. Ao longo dos últimos quatro anos, encontramos-nos em diferentes ocasiões, sempre em eventos ligados a atos públicos em torno da memória do Carandiru. O estranhamento reside no fato de que me habituei, como tantos outros, a chamá-lo de “André du Rap”, sua persona pública. É necessário distinguir o interlocutor, escritor e rapper, daquele que é uma alta liderança do PCC e atualmente foragido. Por ser homônimo de um dos traficantes mais procurados do país, o “nosso” André faz questão de complementar o nome: André du Rap, do Massacre do Carandiru. Não por acaso, ele deseja ser chamado exatamente pelo título do livro que publicou em 2002. A obra fez o autor.

Desde a primeira versão do projeto de pesquisa, quando o grupo a ser entrevistado era tão somente egressos que haviam escrito livros no Carandiru, entrevistar André figurava como objetivo evidente. Mas seus problemas crônicos de saúde – muitos deles decorrentes do que ocorreu em 2 de outubro de 1992 –, e também dificuldade financeira distanciava o encontro oportuno. Quando o tempo se converte em trabalho e, dele, em sustento, a lembrança tende a ocupar um lugar secundário. Quando, ao contrário, a memória passa a impregnar o tempo do trabalho, os atos recordatórios se transformam em projetos. Por isso, os contatos com André foram, durante muito tempo, fugidios e pontuais. Convites para entrevistas eram contornados ou adiados. Algo, porém, se alterou em 2022, ano em que se completaram 30 anos do Massacre do Carandiru.

A mobilização de jornalistas, pesquisadores e setores progressistas, atravessados por um sentimento comum de testemunhar a história em curso, conferiu àquela data cheia um peso simbólico que parecia superar a própria realidade concreta. Nesse contexto de intensa valorização pública da memória do Carandiru, a interlocução com os sobreviventes do Massacre passou a se converter em matéria-prima para pesquisas, reportagens e conteúdos destinados a plataformas digitais. André du Rap percebeu como poucos a valorização da memória do Massacre e demonstrou maior disposição em contar a sua história.

Era 11 de junho de 2022, quando fui a um show da banda de rap Comunidade Carcerária, grupo formado no Pavilhão 8 da Casa de Detenção de São Paulo. Antecipando a demora no transporte público entre a zona Leste e o Instituto Cultural GR2C, na Vila Joaniza, cheguei cedo o suficiente para acompanhar os testes de som. Cinco meses antes, eu havia entrevistado Washington Paz e Flávio Fonseca Filho, WO e FW, ambos membros da banda e egressos do

Carandiru. Durante a passagem de som, disseram-me que André du Rap estaria presente no show e sugeriram que eu o entrevistasse.

Cerca de uma hora depois, André chegou ao Instituto GR2C. Fui apresentado como professor que havia realizado uma “reportagem” com a banda – identidade que não fiz questão de corrigir. André lembrava-se de mim apenas vagamente, mas, diante da presença dos companheiros de cadeia, engajou-se prontamente e propôs que a entrevista fosse realizada ali mesmo, em uma pequena sala ao lado do estúdio da banda. Enquanto Washington e Flávio se ocupavam dos preparativos finais para o show, permanecemos na sala. No momento em que a gravação teve início, o DJ passou a reproduzir músicas dos Racionais MCs em volume tão alto que dificultava a escuta, mesmo estando a menos de um metro de distância. A sobreposição de sons não comprometeu, contudo, a disposição de André em ser ouvido, nem o meu desejo de aprender com a sua história.

Em pouco mais de uma hora de gravação, André concentrou sua narrativa em três temas principais: a crítica ao sistema penitenciário, a experiência do Massacre do Carandiru e aspectos de sua infância nas ruas de São Paulo. O primeiro tema ocupou a maior parte do tempo, refletindo lembranças compartilhadas com os membros da banda Comunidade Carcerária. O próprio nome do grupo expressa uma comunidade concreta de egressos do sistema prisional, articulada em torno da pauta da ressocialização. Essa primeira entrevista com André materializou tal aliança política e evidenciou os caminhos incertos da reinserção social de expresos.

Foi possível perceber a construção de uma narrativa previamente organizada, com pouco espaço para a elaboração mais aprofundada das lembranças prisionais, além de referências pontuais ao Massacre. Com o início do show, interrompemos a gravação e concordamos que seria necessário retomá-la em outro momento. Entre uma música e outra, André sugeriu que aquelas entrevistas desaguassem em um livro conjunto. A ideia era mimetizar a colaboração que mantivera com o jornalista Bruno Zeni, da qual resultou o livro *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*, publicado vinte anos antes. Nenhum argumento meu foi suficiente para demarcar as diferenças entre as abordagens. André me observava a partir das lentes do passado. Coloquei-me à disposição, reiterando a necessidade de aprofundarmos sua história.

Após aquela entrevista inicial, o estado de saúde de André se agravou. Cirurgias, longos períodos de recuperação e o trabalho intermitente como feirante, responsável por custear medicamentos, passaram a marcar sua rotina. Em duas ocasiões críticas, ajudei financeiramente na compra de remédios. Não havia, de minha parte, qualquer pretensão de condicionar essa

ajuda à realização de uma nova entrevista. Diante dos relatos quase diários sobre o agravamento de seu quadro clínico, ficou claro que aquele primeiro esboço narrativo não integraria o *corpus* da tese.

Em 2025, ano em que realizei estágio doutoral no CES/UC, houve uma melhora significativa em seu estado de saúde. Retomamos o contato e contei que estava em Portugal por um período curto, mas que desejava encontrá-lo ao retornar ao Brasil. O projeto do livro voltou à conversa e propus uma segunda entrevista, desta vez realizada de forma online. Pouco familiarizado com a cultura digital, André contou com o auxílio de sua companheira para viabilizar a videochamada pelo WhatsApp, realizada duas semanas depois, em 26 de junho.

Em quase duas horas de gravação, André empenhou-se em reafirmar a identidade de pioneiro da literatura marginal. Dois projetos de livros foram mencionados, assim como as dificuldades persistentes de publicação. André é um homem ferido. A violação sistemática de direitos ao longo de sua vida moldou sua forma de perceber o mundo, de se relacionar com as pessoas e, por consequência, de elaborar o próprio passado. Do Massacre do Carandiru à condição de autor com projeção midiática, a sobrevivência se impõe como elo explicador central de sua trajetória.

Eu sou a prova viva de que houve um holocausto

Opa... Meu nome é Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru. Sou escritor, rapper, palestrante, oficineiro, arte-educador, alfaiate e feirante. Na realidade, eu próprio sou um dos fundadores da literatura marginal, e a literatura marginal pode ser simplesmente entendida como a margem dentro da sociedade. Fui o primeiro negro a escrever um livro falando sobre o Massacre do Carandiru, e um dos primeiros detentos a fazer rap dentro do sistema prisional. Por não ter muita habilidade com a internet, muitos jovens não me conhecem. Até por conta disso, já perdi várias oportunidades de estar publicando o meu material, que hoje em dia mesmo, as editoras só trabalham na base do arquivo digital...

Continuo escrevendo os meus livros e raps manualmente, com caneta e papel, assim como eu escrevia na cadeia. O meu processo de escrita continua a ser no dia-a-dia. É vim aquele raciocínio, tá ligado, pegar um papel e caneta e escrever um texto. Procuro sempre escrever sobre como foi ser morador de rua e a minha vida dentro do sistema penitenciário. Essa é a minha proposta. Seja dentro de uma poesia, um rap, uma história, eu sempre estarei escrevendo sobre o que eu vivi. Não importa o que aconteça, a minha luta será sempre no sentido de denunciar o sistema, as hipocrisias, a falta de oportunidade.

Preciso deixar claro, até mesmo em respeito ao leitor, que não estou aqui pra falar bonito. Acho que eu sobrevivi àquele holocausto no Pavilhão 9 com o propósito de falar a verdade nua e crua. Eu falo em nome dos meus companheiros mortos. A minha ideologia, ontem, hoje e amanhã, é não deixar o Massacre do Carandiru cair no esquecimento. Pois é, mano... Os caras tentaram me matar, mas eu sobrevivi. E aí? O tiro saiu pela culatra. Eu sou a prova viva que o sistema é falho. Se considerarmos a história que eles contam, que não houve nenhum Massacre, então eu passo a ser aquela peça do quebra-cabeças que não encaixa.

Para você ver como o sistema funciona. Mesmo com um nome reconhecido na literatura, eu não consigo sobreviver dos meus escritos, ou mesmo do meu conhecimento do cárcere. Preciso estar fazendo de tudo para trazer o sustento da minha família. A sociedade tem muito preconceito com o ex-presidiário! Esses tempos, depois de três dias de trabalho, quando descobriram quem eu sou, fui desligado de uma empresa. Ninguém está interessado no que eu fiz da minha vida depois que sai da cadeia. As pessoas só me julgam pelos meus erros do passado. Eu queria poder estar sobrevivendo da literatura, ministrando palestras... Queria estar dentro das escolas, das faculdades, passando a minha experiência pra essa molecada, contando o que eu passei nas ruas e nos cárceres. Mas estamos aí... Tudo na vida é um processo.

O problema do ser humano é que ele é um animal preconceituoso. Eu posso até mesmo ter todas as profissões do mundo. Se o empregador souber que eu fui ladrão e que estive dentro do sistema prisional, ou o cara me manda embora, ou vai querer me prejudicar cortando do salário. Mas a sociedade capitalista não percebe que aquela vida bandida no passado foi efeito colateral de uma infância roubada. Se toda criança tivesse o seu pão de cada dia, e não tivesse que ver os irmãos passando necessidade, como eu vi, não existiria crime.

E se eu falar que tenho 18 profissões? Sou educador social, alfaiate, costureiro, estilista... Mas opa, se eu falo tudo o que eu sou, logo alguém vai querer me tirar. Um dia, fui fazer uma entrevista de emprego. A psicóloga pegou o meu currículo e me perguntou onde eu aprendi corte, costura, hidráulica, construção civil, engenharia, drenagem. Falei que aprendi tudo na cadeia. Daí ela foi tirar uma comigo, e perguntou o que eu aprendi aqui fora. A resposta veio na lata:

– Roubar, matar e comer puta igual a você.

Era o que ela queria ouvir! Diz aí, o que tem de errado em aprender diferentes profissões na cadeia? Mano, esse sistema não dá oportunidade, não absorve o ex-presidiário! Sim, eu me formei dentro do sistema prisional, embora eu mesmo esteja buscando uma oportunidade aqui fora. Não tenho diploma, e o que o branco sabe na teoria, eu aprendi na prática. No final das contas, o próprio egresso é que precisa cavar a própria oportunidade e contrariar as estatísticas de reincidência. Para a sociedade, somos um mero aborto. É assim que eu me sinto: um aborto da sociedade.

Como a maioria dos companheiros que passaram pelo sistema carcerário, me aliciei ainda novo no crime. Hoje eu compreendo que a minha revolta, posso dizer até mesmo uma rebeldia, foi consequência de uma infância roubada. Minha mãe veio de Minas Gerais pra São Paulo fugida, com sete filhos pequenos e uma neta. O meu pai foi assassinado no meio de uma briga por terra. Depois que o meu avô faleceu, meu pai herdou algumas terras, e os irmãos dele acabaram atentando contra a própria vida dele. Expulsaram nós da terra, e nós veio pra São Paulo, simplesmente sem nada. Nós morava seja na rua, debaixo de uma ponte, de repente uma calçada ou mesmo na sarjeta... Para sair das ruas, chegamos a morar um tempo dentro de prostíbulos, mas eu não aguentei aquela situação e fui viver na rua. Éramos em muitas crianças... Nós não podia viver naquelas condições.

Tem um pensamento meu que diz que nós, independente do credo religioso ou da cor, somos todos sobreviventes de uma situação. A menina se prostituindo na esquina, um moleque vendendo chocolate no farol, o morador de rua dormindo numa calçada, apanhando da polícia pelo simples fato de dormir numa calçada. Eu posso falar porque eu passei por isso. Eu fui

menino de rua! Morei na Praça da Sé, Praça dos Gatos, Vale do Anhangabaú, Rua do Triunfo... Fiquei dois anos dormindo debaixo de um banco da Praça da Sé. O maluco que dormia no banco, morreu. Ainda tive que quebrar a cara de dois moleques, só para ter o direito de subir ao banco! Que mundo é esse? O banco era público, mas tinha um dono. Como eu digo, tudo na vida não tem um preço.

Morando nas ruas do centro de São Paulo, comecei a cheirar cola desde cedo, para não sentir fome nem frio. Logo comecei a fazer pequenos furtos, de modo a sustentar aquele meu vício. Conheci algumas pessoas que roubavam joalherias, e como eu era franzino, era o único que conseguia entrar pelo sistema de refrigeração. Essas pessoas me levavam até a joalheria, para que eu pudesse abrir os cofres e estar efetuando o furto das joias. Eu trocava dois, três sacos de joias por um saco de cola. Que isso para mim já se caracteriza uma exploração... Só depois eu comecei a perceber que aquela prática poderia ser um meio de sobrevivência melhor pra mim e pra os meus irmãos.

Entrando naquela fase da puberdade, conheci uma garota de programa por quem me apaixonei. Eu pedia a ela para me ajudar a intrujar – como se falava –, vender aquelas jóias em um local determinado. Devido o risco que essa atividade comercial envolvia, ela ficava com uma parte, e percebendo que eu também estava criando um sentimento, me pedia umas jóias de presente. Como eu não tinha o entendimento das coisas do mundo, acabei aceitando aquela situação. Foi assim que eu conheci a primeira mulher da minha vida.

Lembro bem da minha primeira relação que tivemos. Nós fomos a um motel. Quando ela foi tomar um banho, eu a vi nua. Me interessei... Até hoje, eu guardo comigo uma frase que ela me repetia:

– Olha, eu sou mulher da vida. Não vou prestar para você... *Tudo na vida tem um preço!*
Só eu sei o peso dessas palavras...

Entre todo aquele mundo de prostituição, eu só queria estar com essa mulher, mas ela trazia outras mulheres para mim, para que eu não se apegasse. Que ela mesma própria não era mulher de se apegar a homem nenhum. Dali para frente, fui me aprofundando nesse caminho da adrenalina das ruas, e conseqüentemente, me afundando nas drogas, usando, traficando. Eu pegava as drogas na boca do luxo, e mandava direto para boca do lixo.

Entre roubos, drogas e amores, eu fui vivendo o meu dia-a-dia na rua, com o falso sentimento de que estaria sendo livre. Não sei se contei, mas o meu vulgo na época era Pixote. Tinha vários meninos que trabalhavam entregando jornal aos domingos para a *Folha de S. Paulo*. Eles sempre me chamavam para fazer um corre.

– Ô, Pixote! Vem com nós!

Nóis entregava os jornais nos apartamentos. Eu pegava aquele dinheiro, entre 1 e 5 reais, e sem perder tempo trocava por droga. Consequentemente, passei a traficar e a levar outras meninas para se prostituir junto com as meninas que eu já conhecia. Nisso daí... Ó, comecei a me aliciar no crime. Mas veja como as coisas são. Mesmo condicionado a viver uma vida revoltosa, eu me juntava com os parceiros e batia nos tambores de lixo. Em cima daquele ritmo, nóis fazia umas rimas livres.

Às vezes o moleque não quer sair mais das ruas por pensar que está sendo livre. De repente, a situação mesma dentro de casa não está fácil... A mãe arrumou um namorado que não gosta dos filhos, e aquele moleque vai sair de casa com revolta, vai descontar na sociedade. Consequentemente, o moleque vai cair em um juizado de menores, onde sofrerá torturas na mão do funcionário. Eu sou prova disso! O juizado de menores só me marginalizou mais, só me traumatizou. Que o Estado só pune, não ressocializa ninguém.

Com 16 anos, fui parar preso na delegacia de uma Comarca. Respondi por um homicídio o qual eu não cometi, mas devido as minhas numerosas passagens pelos juzizados de menores... Àquela altura da minha vida, eu já tinha um histórico no crime. Entre idas e vindas, foram mais de 30 passagens só no juizado de menor. Devido a eu morar na rua e ser um menor delinquente, não apareceu um para falar a meu favor. Naquele momento próprio, fui julgado, condenado e sentenciado pela polícia. Mesmo sendo de menor, passei dois anos na Delegacia da Comarca, onde eu sofri muita tortura.

Segundo a Lei de Execução Penal (LEP), o preso tem direito a tentar fugir quantas vezes ele quiser. É um direito dele! Sim, hoje eu tenho estudo nas leis, estudo feito na cadeia. Só que, dentro das Comarcas, existia todo um circulo vicioso de tortura. Fui torturado por tentar fugir. O preso era colocado dentro da cela sem água e sem comida. O policial dá comida para o preso só na hora que ele quiser! Eles não tratam o preso como ser humano. Me trancaram em uma cela com 40 pessoas, sem espaço para dormir, sem espaço adequado para higiene pessoal... Isso é ou não é tortura em forma de superlotação?

Quando completei maioridade, fui transferido da Comarca para Casa de Detenção de São Paulo, onde fiquei preso por 11 anos. Como eu era primário, fui morar no Pavilhão 9, cela 225-I, no 5º andar. Na realidade mesmo, o lado I deveria ser individual – na Penitenciária do Estado, o lado I ficavam as celas para duas pessoas. No lado E ficavam os barracos maiores. Como na Detenção tinha superlotação, nóis morava em sete pessoas dentro desse barraco, de 2,0x2,80. Para a sociedade, o Pavilhão 9 era onde ficava os “cabeças de bagre”, os moleques, e por isso era violento. Não tem essa não! A cadeia inteira era violenta, irmão. A violência impera em qualquer lugar com uma par de mano aglomerado e sem condições dignas de vida. Mas a

mídia sensacionalista, sem saber como era a vida nossa, faz a cabeça da população com desinformação.

Uma coisa que a sociedade não sabe: dentro do sistema prisional – e eu quero deixar isso muito claro – é o lugar que mais existe solidariedade. Que o triagem, como era chamado o novo preso, chega na cadeia sem nada. Os companheiros do setor da faxina vão chegar junto com um "bonde louco", um kit com cuecas, roupas, chinelo, cobertor, de modo que o mano tenha condições de receber a sua visita no fim de semana. Até a visita chegar com o jumbo, não vai faltar nada de essencial para esse preso sobreviver no cotidiano. O triagem vai ser acolhido como alguém da própria família.

Até pelas desinformações propagadas por quem não vivenciou cadeia, procuro trazer uma oratória em cima do sistema prisional como um lugar que existe tanto a violência mais perversa quanto a solidariedade mais pura. Mesmo que o preso esteja numa masmorra, num castigo, uma cela forte, a lealdade dos irmãos sempre vai prevalecer. É aquele sentimento de “opa, to aqui na masmorra, mas os irmãos vão chegar com uma alimentação, uma roupa limpa”. Isso é a lealdade! Aqui fora, não... Não se vê nada disso. Na rua, aquele amigo está do seu lado não pelo que você é, mas pelo que você tem. No crime não existe isso. Hoje a situação está diversificada, mas quem é raiz, age na conduta e disciplina, permanecendo no caminho da lealdade e do respeito aos irmãos.

O Estado, pelo contrário, só humilha o preso. A pessoa já está presa, e ainda precisa ser torturada... A realidade nossa é mais nua do que crua, mas poucos se dispõem a falar. Quando o preso se organiza para buscar os seus direitos, a primeira fala que sai da mídia é “rebelião”. Posso falar com propriedade, e com todas as letras, que não existe rebelião no sistema penitenciário! O que existe é pura reivindicação por direitos.

O que essa mídia mentirosa chama de rebelião é aquele último recurso que o preso tem para estar denunciando os maus tratos, o espancamento, o castigo na cela forte por um ou dois meses... Uma cela sem oxigênio, sem luz, sem água, sem nada... Porém, lamentavelmente, a sociedade não conhece esse outro lado do sistema. Até mesmo embasado nos estudos das leis que eu realizei dentro do cárcere, sei que o preso tem o direito de cumprir a sua pena com respeito e dignidade.

Na Casa de Detenção mesmo, a sobrevivência no dia-a-dia dependia só do preso, que o Estado mesmo não ajudava em nada. Na verdade, só atrapalhava mais a vida do preso. Cada um de nós tinha que desenvolver uma habilidade para conquistar a sobrevivência perante os iguais, seja a forma de um desenho, um grafite, uma poesia, costurar bola, faxina, jumbo, bater manta, lavar roupa... Quando se tratava de sobreviver, toda forma de trabalho é digna.

Vivendo no Pavilhão 9, até por ter um proceder no crime, eu ingressei na faxina, setor responsável por distribuir o alimento e zelar pela limpeza do pavilhão. No contato diário com a situação dos parceiros, comecei a escrever cartas e recursos. Ali eu comecei a minha relação com a escrita. Eu era tipo um observador. Pegava todos aqueles conteúdos que eu mesmo testemunhava, as tretas, a opressão do sistema, a solidariedade, e registrava no caderno. Eu não tinha com quem falar... A minha companhia era simplesmente a caneta e o papel. Através das cartas que eu escrevia para os outros presos, ó, eu estava me libertando! Tem até uma frase minha que diz:

*Podem aprisionar o meu corpo,
Mas jamais aprisionará a minha mente.*

Mas mesmo buscando na escrita a libertação dos pensamentos, eu sofria opressão e tortura. Se um funcionário me pegasse eu escrevendo uma letra de rap ou mesmo uma poesia falando do sistema, jogava o papel no lixo e me mandava para a cela forte. Opa, então já não se tinha o direito de expressão! Então o meu direito já estava sendo violado! São muitas crueldades que nós passa e que a sociedade fecha os olhos.

Por exemplo, se uma visita levasse um livro, o funcionário fazia questão de arrancar os primeiros e os últimos capítulos. Ele deixa só aquele meio do livro! Nisso daí, dentro da cela nós juntava 10 presos, fazia uma leitura coletiva e cada um contribuía para recriar os capítulos que faltavam. Aproveitando que gostava de escrever, eu vinha escrevendo os primeiros capítulos, até chegar no meio, para dar um final alternativo. Automaticamente, era mais uma forma de ocupar a mente dentro da cadeia. O negócio é esse: tirar a cadeia cantando, fazendo uma poesia, para o tempo passar mais rápido. Isso o sistema não conseguia prender. O conhecimento era nosso.

Quando surgiu o *Talentos Aprisionados*, projeto criado e idealizado pelo seu Valdemar Gonçalves, um dos únicos funcionários que tratava nós como ser humano, vários irmãos foram apresentando as suas habilidades artísticas, seja no grafite, no rap ou mesmo na poesia. Eu inclusive ganhei o festival de poesia, com uma poesia que falava sobre sistema prisional. No final do festival, todo mundo queria saber o dono daqueles versos!

Logo começaram a multiplicar os festivais de pagode, rap e outros estilos musicais na Detenção, como uma semente que cresce e germina. E para aqueles que querem nos apagar, eu estava lá no começo de todo esse movimento! Tudo na vida tem uma história, e para sociedade, foi um tiro no pé. E então, de repente, estava se formando o Comunidade Carcerária, o Detentos

do Rap, o 509-E... Mas a sociedade não estava preparada para isso. Muitos presos com um talento não podiam sair da cadeia para se apresentar na rua, porque tinham uma pena muito grande e então o juiz não autorizava sair. Eu mesmo, nunca consegui sair do sistema para fazer um show de rap. Eu tinha que participar dos eventos que nós mesmos proporcionava dentro do sistema. Tudo o que o Estado podia fazer para atrapalhar a nossa ressocialização, fazia.

Nóis ia para o curso de teatro e o funcionário falava:

– Que, ladrão? Ce quer o quê? Ce roubou e matou lá fora, e agora quer ser ator? Pode esquecer do curso!

Ainda por cima, colocava nós na gaiola: tudo para o preso não buscar o conhecimento. Que o funcionário sabia que preso que buscava conhecimento ganhava liberdade mais rápido. Tudo o que o funcionário podia fazer para nos deixar mais tempo presos, ele fazia. Bagulho era pura maldade. Para estudar, eu tinha que sair do Pavilhão 9 e atravessar quatro portões, até chegar no Pavilhão 6 ou no Pavilhão 2. Isso quando o funcionário me deixava passar pelos portões! Quem tentasse estudar sem a carteirinha de livre transito entre os pavilhões, ficava 30 dias trancado.

A Casa de Detenção era um verdadeiro depósito de seres humanos. A sociedade amassa a sua vida e te joga dentro de um cesto de lixo. O sistema prisional só pune... Ele não ressocializa ninguém. Na realidade, tem uma frase assim:

*Dizem que estão nos reeducando,
mas na verdade estão nos marginalizando.
Isso é culpa do governo corrupto.*

A nossa sociedade não te acolhe. Na realidade, a sociedade só quer usar o preso para obter lucro.

O filme *Carandiru*, por exemplo... Os caras fizeram vários laboratórios dentro da cadeia. Passaram várias semanas só colhendo as informações dos presos. Quando chegou na hora de filmar, pegaram vários atores da Globo, rodaram o filme e deixaram os verdadeiros protagonistas, os presos, de fora! Eu mesmo cheguei a fazer um curso de teatro, e como vários companheiros, não pude concluir... O curso era só uma maquiagem. Os caras estavam só colhendo as nossas informações pra dar o golpe em nós.

Eu participei de mais de 28 livros, mas só consegui editar o meu primeiro livro quando eu saí do sistema. Eu poderia escrever, mas passar para outra pessoa assinar como autor, assim como aconteceu com o documentário *O Prisioneiro da Grade de Ferro*, com o grupo

Comunidade Carcerária. Nós estamos juntos pela mesma luta da sobrevivência. Tudo o que nós quer é sobreviver daquilo que é nosso.

O livro *Sobrevivente André du Rap* foi fruto de uma parceria que eu fiz com um jornalista. Nós lançou em 2000. Legal... Fui pra várias entrevistas, canais de televisão, rádio, faculdade, e por três anos o livro ficou no acervo dos cursos de Jornalismo e Publicidade de uma grande universidade pública. Mas quando publiquei o livro, eu não tinha toda a experiência e habilidade de hoje, e não sabia lidar com os verdadeiros ladrões dessa sociedade. Quantos mil livros a editora não vendeu? Cadê os meus direitos autorais? Todo mundo compra o meu livro pela internet, e eu não recebo nada! Deixo aqui uma pergunta para a sociedade: quem é mais criminoso: eu, que fui sentenciado, ou aquele que me lesou?

Sim, a editora publicou o meu livro. Bacana, legal... Depois, a editora abriu falência, reabriu com outro nome e vendem o meu livro até hoje! Hoje a minha luta é pra re-editar o meu próprio livro, sendo que eu sou o autor! É o que eu falo para molecada: tem que estudar, se preparar e se precaver! O golpe tá aí. Toda a correria que eu faço pela minha sobrevivência, dentro do sistema e agora nas ruas, todas as dificuldades que eu venho passando, vários problemas de saúde, e eu sem poder vender o meu livro. Isso me deixa revoltado! Quem é o ladrão dessa história?

Por que o meu livro não está dentro de uma faculdade, uma biblioteca, uma escola? Simples: o sistema não quer que a sociedade conheça essa realidade. Que eu trago as denúncias! Para se ter uma ideia, na época em que eu lancei o meu livro, a editora doou uns 1200 exemplares. Eu não encontrei sequer um exemplar sequer no Museu Penitenciário ou na Biblioteca do Parque da Juventude. O único livro que os caras botam pra circular é o *Estação Carandiru*. A minha conclusão é essa: sociedade só quer usar o preso.

Quando eu conheci a fama, eu não estava preparado para aquele mundo. Tudo era emoção. Puta, participação de vários programas de TV: Fantástico, Globo Reporter... Só que todo mundo estava ganhando dinheiro em cima da minha imagem. As minhas palestras em faculdades e escolas custavam algo entre 700 e 1500,00 reais. Mas quando eu comecei a reverter as minhas palestras em livros, agasalho e mantimento, opa, cadê as assessoras? Eu não podia mais bancar o hotel e carro para elas! A sociedade é isso: você vale o que você tem.

A sociedade mesmo não sabe da verdade, mas a versão original do meu livro tinha 880 páginas! Os caras foram reduzindo, reduzindo, até chegar a 230. O editor me disse que era aquilo que eles tinham para lançar e já era. Nisso daí, ele retirou vários trechos de uma parte importante chamada "Aliados", onde cada um dos companheiros do rap, da trajetória no cárcere, deu o seu próprio depoimento. A editora não quis essa parte, alegando que, se colocasse mais

histórias, o livro ficaria muito misturado. Eles não entenderam que aqueles parceiros estão comigo na luta até hoje!

Vixe, mano... Nessa do editor cortar o texto, me sobraram histórias para fazer mais dois, ou até três livros. Inclusive, tenho mais dois livros que eu estou tentando lançar: “A realidade das ruas”, e o outro é “Poesia periférica”. Estou há quase cinco anos escrevendo esses livros, e batendo de porta em porta para tentar publicar. A resposta que eu sempre recebo é que os meus livros não são comerciais, sendo que eu próprio sou um dos fundadores da literatura marginal! Mas cadê as editoras?

Na realidade, nós sabe as editoras só querem dinheiro. Quando eu escrevo sobre as ruas, sistema carcerário e a situação nas periferias, não estou querendo receber aplauso ou dinheiro. Todas as palestras e oficinas que faço são sustentadas por donativos que eu recebo diretamente dos participantes. Sinceramente, estou querendo produzir independente, porque as próprias editoras são engrenagens desse sistema corrupto. Mas para fazer uma produção independente, precisa pagar, que tudo nesse sistema capitalista é dinheiro. Um livro de 150 páginas, com uma tiragem de 100 exemplares, custa 3 mil reais, e eu não disponho desse dinheiro.

Uma editora até me disse que publicaria o livro de poesia, mas olha como o mundo funciona! Eles não queriam associar o livro com o meu nome público ou mesmo com a imagem da Detenção. A questão é que a Casa de Detenção é uma coisa do meu dia-a-dia. Eu represento a Casa de Detenção! Se não tiver eu e o pavilhão na capa, não quero publicar. Isso é uma missão que eu tenho, devido àqueles companheiros que morreram do meu lado, os meus parceiros de cela. Que nós morava em sete, e só sobrou eu para contar história. Consequentemente, virei um tiro na culatra do sistema, uma pedra no sapato. Foi essa a imposição que eu fiz à editora. Disseram que iriam pensar e nunca mais me deram resposta. Quer dizer, é mais um não entre muitos na vida do ex-presidiário.

Isso não é nenhuma novidade, tá ligado? Quem não compactua com o sistema, paga o preço. Eu sou um dos únicos sobreviventes do Massacre do Carandiru que vêm na mídia denunciar esse sistema. Falar contra a Polícia Militar é delicado... Quem denuncia vira alvo. Já tentaram me matar várias vezes! Pelas brigas que eu compro, eu já perdi emprego e até relacionamento. O ser humano é falho. Tem uma poesia minha que fala assim:

*Me ame mesmo quando eu não estiver te merecendo,
porque será nesse momento que eu mais precisarei da prova do seu amor.*

Amar uma pessoa quando ela está bem é fácil. E quando o mundo te joga para o erro? Deus falou para amar ao próximo como ama a ti mesmo, e à Deus sob todas as criaturas, independente da sua religião.

Muitos egressos do Carandiru falam na mídia e participam de projetos para se autopromover. Na minha opinião, a memória do Massacre é usada para ganhar dinheiro. Isso é polêmico de ser falado, mas é a realidade! Muitos companheiros fazem podcast, live, evento, falando de uma realidade que eles não sofrem. Eu sofro na pele! Não sou o único a sofrer, mas eu faço as denúncias. Eu posso falar porque eu sou um sobrevivente do Massacre do Carandiru. A partir do momento em que o Sobrevivente André du Rap entra na mídia, consequentemente, quem está falando é a voz do Carandiru. A minha existência é um problema para o sistema!

Cada um dos sobreviventes vivenciou o Massacre de uma forma, mas sou eu que tenho sequelas até hoje! Até hoje sofro com trauma. Quando eu vejo um cachorro, lembro daquele mesmo cachorro mordendo a minha cabeça... Não é que eu não gosto do animal, mas aquela cena do cachorro rosnando no meu ouvido, eu brigando com ele, o cachorro grudado na minha cabeça... Eu vejo um policial e lembro do PM quebrando o meu braço, ou do PM dando tiro na minha cabeça. O que é isso, senão um trauma? Quem vai me tirar o trauma? O Estado me ressarcir no quê?

Mesmo após 30 anos, falar do Massacre do Carandiru é falar de um holocausto, uma tragédia, uma covardia e uma injustiça continuada. Eu bato na tecla: nenhum preso estava com arma de fogo, nem com seringa com sangue infectado de HIV, assim como nenhum policial foi vítima... São histórias que os assassinos inventaram para encobrir o crime. E daí nós vê aquele batalhão de cadetes fazendo música homenageando aqueles policiais assassinos, sendo que esses aprendizes sequer eram nascidos! Eles não conhecem a história. É uma falta de respeito com os sobreviventes e familiares... Eu sou o inverso da história que os policiais contam!

Uma semana antes do Massacre, a polícia já estava com a intenção de invadir o Pavilhão 9! Pelo menos essa foi a história contada na cadeia... Houve uma situação na rua em que alguns caras assaltaram a casa de um promotor e mataram o filho dele. Esses caras atracaram no Carandiru, mas a polícia não sabia quem eram esses presos. Na segunda-feira, 28 de setembro de 1992, eu lembro bem que os pelicanos já estavam rodeando o presídio. O diretor estava contornando a situação toda, até que veio a ordem lá de cima para invadir, o que aconteceu na sexta-feira, dia 2 de outubro. Tanto é que, durante o Massacre, os policiais chegaram nas celas com uma lista, chamando nome por nome. Como eles não encontraram quem procuravam, começaram a matar todo mundo. Foi um segmento de covardia.

Pra nós, presos, 2 de outubro de 1992 tinha tudo para ser um dia normal. Evidentemente, cada dia é diferente na cadeia, mas dentro dos padrões do Pavilhão 9, não tinha nada de diferente. Os companheiros da minha cela estavam nas suas atividades. Um foi atrás de cebola e alho, outro iria bater uma manta, arrumar o barraco para fazer uma comida, coisas do nosso dia-a-dia. Mas naquele dia, logo que abriu a tranca de manhã, já estava um alvoroço.

Houve uma briga entre dois presos, o Barba e o Coelho, e os funcionários correram do Pavilhão falando que era rebelião... Não houve rebelião! Até para deixar claro, nós subiu nas ventanas colocando faixas brancas falando que nós não estava rebelado. Mas o sistema corrupto não quis saber. Às 6hrs da manhã do dia 2 de outubro, os caras da ROTA, do Choque, do GOE, invadiram matando todo mundo... Pra nós, seria só mais um dia, mais um naquela rotina monótona. Só que a tragédia aconteceu, e eu simplesmente perdi todos os meus companheiros de cela.

Tomei 4 facadas no rosto, isto é, baionetada – a ponta do fuzil AR-15 é equipada com uma baioneta. O policial fincou a baioneta na minha testa e na minha cabeça. Tomei um tiro na cabeça, tive um braço, uma perna e sete costelas quebradas. Como outros companheiros, sobrevivi porque me fingi de morto. Consegui ficar jogado no meio dos cadáveres me fingindo de morto por 14 horas. *Eu sou a prova viva de que houve um holocausto.*

Toda vez que eu falo sobre esse momento, eu me vejo jogado no meio dos meus companheiros me fingindo de morto. É difícil relembrar... Eu lembro disso todos os dias! Nunca vou esquecer! Diferente de outros egressos ou mesmo de outros sobreviventes, eu sofro com as sequelas do Massacre até hoje. Quando faz frio, o meu corpo inteiro dói. Se eu chegar aos 100 anos, continuarei lembrando desse dia. Olha como as coisas são... 2 de outubro é o dia do meu aniversário. No dia em que seria comemorado o meu aniversário, e eu estava passando pelo Massacre...

Condicionado por essa história de sobrevivência, a proposta que eu trago em tudo o que eu faço, seja nos livros, no rap ou até mesmo nas palestras, é de não deixar a memória do Massacre morrer, e nisso eu denuncio a mentira de que foram “só” 111 mortos. No dia 4 de outubro, nós contamos 480 presos mortos. Esse número foi abaixando até chegar a 111. Quando se chegava na Casa de Detenção, existia o setor de identificação que ficava no segundo andar do Pavilhão 9, chamado de triagem. Os novos presos, chamados simplesmente de “triagem”, tinham que passar por esse setor, receber um prontuário e um número de matrícula, para depois ser distribuído nos pavilhões. No dia 2 de outubro de 1992, 380 presos estavam na triagem, e todos morreram. Esses presos ainda não tinham identificação! Para o sistema prisional, os triagens simplesmente não existiram.

Eu testemunhei a existência desses presos porque eu mesmo trabalhava no setor de faxina. Quando novos presos chegavam, nós faxina ia até a cela da triagem e fornecia café da manhã, almoço e janta, e só depois éramos trancados nos xadrezes. Nesse dia, nós contou 380 presos na triagem. Como morreram só 111? Ou seja, a conta não bate! O sistema encobriu os assassinatos. Mas o plano deles falhou, porque eu sobrevivi. Por isso, quero ser chamado como Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru.

Depois de todos os acontecimentos do Massacre, eu fui transferido para o Pavilhão 2, onde trabalhei no setor da alfaiataria. Eu nunca tinha costurado na minha vida, e hoje posso dizer que eu sou alfaiate. A jaqueta que estou usando foi inteiramente feita por mim.

Imagem 25 – Vida Loka também ama. Saudades não tem braços mas aperta – Instituto GR2C (11/06/2022)



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Quando criança, eu ajudava a minha mãe a alinhar as roupas na agulha, e só. De repente eu tinha que pregar 590 botões nas calças jega, aquelas calças beje distribuídas aos presos quando chegam na cadeia. Os tecidos eram costurados com botões de braguilha. Eu e mais 30 caras éramos botãozeiros, e cada um de nós tinha que costurar de 590 a 600 botões por dia! Se faltasse um único botão, o funcionário chamava na boca de ferro, o setor de locução, puxava o prontuário e colocava o preso na gaiola, de castigo. Tudo porque o preso esqueceu de

colocar um botão na calça jega. Isso aconteceu comigo várias vezes... Quando eu fui começar a aprender a costurar, o funcionário falou para mim:

– Ce vai precisar descosturar uma calça e, com a mesma linha, vai costurar de novo. Cada agulha que ce quebrar são 30 minutos de gaiola.

Só no primeiro dia, lembro que eu quebrei 10 agulhas.

– Se for assim, me deixa logo na gaiola, porque eu não vou conseguir costurar.

– Calma! Nós tá vendo a sua paciência. Para ser um alfaiate, precisa ter paciência. Nós tá te testando. Ce quer realmente aprender a costurar?

Eu esperava o funcionário sair do setor, chegava nos outros companheiros e pedia para me deixarem costurar um pouco. Se o funcionário me pegasse na máquina sem autorização dele, eu e o companheiro que me deixou sentar na máquina iríamos direto para cela. Alguns companheiros que trabalhavam na alfaiataria prestavam serviços pra empresas de fora.

Os funcionários da Detenção pegavam as encomendas das lojas de grife e encaminhavam para o setor de alfaiataria. Eles faziam calça social, terno, paletó, blazer... Era só roupa fina, tudo pra alimentar a sociedade burguesa. O preso ganhava 5 maços de cigarro para costurar um blazer, que seria vendido no shopping por 1500,00. Isso é justo? Se o preso não fizesse, era mandado para o pavilhão de origem.

Depois de um tempo vivendo no Pavilhão 2, fui transferido para o Pavilhão 8, justamente um pavilhão mais voltado pra pessoas com mais experiência. Um tempo depois, com os projetos de desativação do Carandiru, eu e mais alguns companheiros foi transferidos em um daqueles aviões hérules, das Forças Armadas. Inclusive, tem uma frase minha que diz

*Do bonde do Carandiru,
me trouxeram pelo ar.*

Nos deixaram algemado, pelado, um monte de cachorro em volta... Então, nós foi distribuído pra as novas penitenciárias do interior: Casa Branca, Aparecida, Álvaro de Carvalho, Pirajuí II... Porém, essas penitenciárias não nos aceitaram porque fomos tachados como “presos problemáticos”. Fui batendo de porta em porta, até que atraquei em Presidente Bernardes.

Quando eu cheguei em Bernardes, tinha dois benefícios ganhos: condicional e semiaberto. Mas como a justiça no Brasil só funciona para o branco, ou seja, os políticos, os benefícios foram revogados porque fui considerado “preso problemático”. Conclusão: tive que refazer esse semiaberto, em São José do Rio Preto. Na minha terceira saidinha, ganhei o direito

ao regime aberto. Agradeço muito a Pastoral Carcerária, padre Chico, padre Gunther e Eduardo... Essas foram as pessoas que me ajudaram a fazer a progressão de regime. Sim, eu consegui correr atrás porque tive ajuda. E aqueles companheiros que não tiveram o mesmo privilégio?

Cumpri três anos de regime aberto, e mesmo durante esse tempo tentaram fechar a minha cadeia e me mandar para o regime fechado. Se pusermos na ponta do lápis os anos de juizado de menores e no sistema penitenciário, perdi mais de 30 anos da minha vida no cárcere. Ainda fiquei vários anos fazendo visita dentro do sistema. Logo foi proibido de visitar os parceiros porque, depois de várias situações, ex-presidiário não pode mais visitar no sistema. Opa, mas isso já é uma violação do meu direito! A própria bíblia diz: “estive preso, vieste me visitar, tive fome, e me deste o que comer, tive frio e me deste o que vestir”.

Hoje eu moro entre a Zona Norte e na Baixada Santista. O FW e o WO moram na Zona Sul, o Kric mora na Zona Leste, mas nós sempre estamos juntos. Porque a nossa amizade e a nossa lealdade é uma só. Nós formou essa lealdade lá dentro. E aqueles companheiros que ainda estão puxando cadeia, nós tenta pelo menos mandar uma carta. Ninguém sabe a importância de uma carta na vida do preso... Que nós tem que ser nós por nós. Nós não se conhece de hoje, e nem das ruas. Só nós próprios sabe do que passamos, e da luta nossa para sobreviver do nosso talento nas artes.

Depois que eu ganhei liberdade, até busquei um benefício na justiça por tudo o que eu sofri no Massacre, mas até hoje não recebi nenhuma reparação. Nem eu, nem os meus companheiros, nem os familiares. A nossa luta mesma não é somente por indenização. Nós tá buscando o reconhecimento, a memória e a justiça. Justiça, mano! Quero lembrar que os policiais foram sim condenados! Se eu fui condenado e fui chamado de bandido, o que eles são? Mas até devido a justiça nossa não ser cega nem isenta de lado, os assassinos não cumpriram um dia sequer de cadeia. E eu, que era réu primário, fui preso e torturado sem o direito de me defender.

E daí a mídia que passa o ano inteiro sem falar no Massacre, chega na véspera do dia 2 de outubro, opa! Aí todos os canais de televisão procuram pelo Sobrevivente André du Rap. Isso para mim é pura hipocrisia! Fico triste com uma coisa dessa... Eu sou um dos únicos que vem falar diante a sociedade, mas nisso estou colocando a minha cabeça à prêmio. Nós vem buscando vários companheiros que sobreviveram ao Massacre, e muitos não querem nem tocar nessa história. É o medo de às vezes denunciar um crime cometido pelo Estado e, de repente, levar um tiro nas costas – como já aconteceu comigo e com outros companheiros.

Outra hipocrisia é aquele parque... “Parque da Juventude”. Na minha opinião, no lugar do parque, deveria ser construído moradia popular para os moradores de rua daquela região. Porque é pura demagogia. Todo dia 2 de outubro fazem um evento grandioso no Parque, um lugar onde morreram mais de 600 pessoas humanas, e do outro lado da Av Cruzeiro do Sul aquele monte de morador de rua, pessoas drogadas debaixo do viaduto. Outros podem pensar diferente, e eu respeito, mas para mim é demagogia manter um espaço como o Parque da Juventude.

Talvez seja ouro de tolo. É, talvez seja mesmo, mas eu queria estar palestrando dentro das escolas, das faculdades, no Brasil ou em outro país... Em 2004, ganhei uma bolsa para ir à Austrália, mas nem sequer consegui tirar o passaporte! Olha como o ex-presidiário é tratado! Sendo que os verdadeiros bandidos, os corruptos, conseguem viajar para todo lugar usando o dinheiro dos pobres. Agora, eu, mesmo sendo um dos inauguradores da literatura marginal, tenho que costurar bolsa e roupa para vender nas feiras... Não tenho nenhum lugar que eu possa ter o meu salário como educador social ou mesmo como palestrante. Eu gostaria de viver da literatura, viver das palestras... Quer dizer, sobreviver, né...

Tem uma frase minha que diz:

*Não exista nada tão ruim que não possa melhorar,
e nada tão bom que não possa ficar melhor
Só depende de você.*

Você precisa ter fé, foco, atitude e acreditar no seu potencial. Costumo dizer que a vida é uma maratona, mas ninguém vai ver o que você fez no meio do caminho. Você será julgado por aquele meio por cento de erro. Mas também trago o pensamento que caráter não tem cor nem classe social. Só eu sei o quanto busco todos os dias ser uma referência positiva para os moleques na periferia.

Imagem 26 – (Da direita para a esquerda) André du Rap, Maurício Monteiro e Luís Bizil durante inauguração da placa com o nome dos 111 mortos reconhecidos – Parque da Juventude



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Enquanto eu estiver vivo, todo dia 2 de outubro vou participar de manifestação, a não ser que eles me matem de vez. Fico chateado mesmo porque vários irmãos ficaram no meio do caminho, sabe... Mas é por esses irmãos assassinados que eu continuo denunciando esse sistema corrupto. A minha personalidade é essa, doa a quem doer. Se eu morrer daqui para a esquina, suave, fiz a minha parte.

1.5. CLAUDIO ANTONIO DA CRUZ

O dia 11 de agosto ocupa um lugar emblemático no imaginário jurídico brasileiro. Em 11 de agosto de 1827, Dom Pedro I instituiu os primeiros cursos de Direito no país. Em 11 de agosto de 1977, professores e estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo protagonizaram uma passeata contra a ditadura militar. Talvez por essa razão, o 11 de agosto de 2022 tenha sido escolhido para a leitura pública da *Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito*, realizada no edifício histórico da Faculdade de Direito da USP.

A menos de duzentos metros daquele espaço com forte apelo simbólico, onde entidades da sociedade civil se reuniam para a leitura da Carta, eu entrevistava Kric Cruz, na Ocupação da Rua Ouvidor, nº 63. Rapper, escritor e artista, egresso do Pavilhão 8 da Casa de Detenção de São Paulo, Kric lançava o seu primeiro livro, *Cria do governo*. Após ter entrevistado Jocenir e André du Rap, meu interesse em escutá-lo estava ligado, ainda, à tentativa de compreender o significado da escrita e, em especial, do livro, na vida de homens que passaram pelo Carandiru.

Como outros colaboradores desta pesquisa, conheci Kric durante os eventos que marcaram os 30 anos do Massacre do Carandiru. No dia da entrevista, atores e jovens artistas formaram um círculo para escutar, em silêncio, histórias atravessadas por dor e violência. No início da gravação, Kric entregou-me uma cópia de um documento chamado Estatuto do Testemunho, material elaborado pelo coletivo “Grupo Contrafile”, que passou a integrar o conjunto documental da história que se segue.

É preciso dizer que Kric não se apresenta como sobrevivente do Massacre do Carandiru. Sua posição testemunhal se constrói de modo alternativo, propositalmente. Entre idas e vindas do Recolhimento Provisório de Menores (RPM), uma infância vivida agitada por gangues de meninos que se armavam, a tortura nas dependências da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo, ainda durante a ditadura militar, e finalmente, sujeito à tortura nas unidades prisionais por onde passou, incluindo o Carandiru: Kric demorou demais para ver a democracia. Antes que as artes entrassem em sua vida, sua vida se resumia a sobreviver. Ele se reconhece como sobrevivente de uma longa cadeia de violações cometidas pelo Estado, que atravessam regimes políticos distintos e se atualizam no interior do sistema prisional no período democrático.

Do Massacre do Pavilhão 9, Kric foi testemunha ocular. Das janelas do Pavilhão 8, dos boatos que circulavam, viu, ouviu e sentiu os efeitos da violência estatal. A posição limítrofe lhe confere uma perspectiva específica sobre a catástrofe, experiência de absoluta incerteza:

sob a iminência da morte que se avizinha, não há distância capaz de respeitar os limites físicos demarcados por extensas muralhas internas.

Seu testemunho não se ancora apenas na lembrança do evento extremo, mas na sua particular leitura histórica que articula diferentes temporalidades da repressão estatal. Kric construiu a sua narrativa como alerta permanente aos riscos de ruptura do Estado Democrático de Direito. Não significa, porém, que o interlocutor alimente idealizações sobre a frágil democracia brasileira. Ele próprio se reconhece como produto e vítima de uma política contínua de aniquilação do inimigo interno, que se reinventou após o fim da ditadura e se fez continuada como perseguição a presos comuns. Mesmo profundamente marcado pelas torturas que foi sujeito, Kric sustenta que a cultura, a palavra e o testemunho são formas de reescrever a vida.

Ancorada em um passado de continuadas violações, suas lembranças manifestaram-se por meio de um corpo situado no tempo presente. O cenário político que qualificava o tempo imediato direcionava respostas por caminhos incertos, convocando a união de setores diversos como reação ao desmantelamento das conquistas civilizatórias permitidas no espaço democrático. Sob a iluminação esparsa da Ocupação Ouvidor, ouvíamos Kric falar a partir de um lugar que conjugava experiência que clamava pelo dever de memória. Para aqueles que se juntavam ao semi-círculo de ouvintes, e de tantas violações conjugadas na história de Kric, o 11 de agosto de 2022 parecia já carregar sinais de um esgotamento semântico, como se a lembrança anunciasse o próprio crepúsculo do que ainda acontecia. Kric lembrava que a democracia, nos trópicos, permanece um projeto inconcluso.

Após receber a primeira versão do texto, Kric autorizou sua utilização sem solicitar alterações. Embora eu tenha insistido na necessidade de assinatura de uma carta de cessão de direitos autorais, o colaborador sustentou que sua palavra era suficiente para legitimar a autorização para publicação e análise. O gesto dialogava diretamente com o título de seu livro, *Cria do governo*. A ética que valoriza a palavra dita, em oposição à centralidade do contrato escrito que rege os acordos no mundo capitalista, condizia com uma trajetória marcada pelo encarceramento, pelo isolamento e pela tortura, esta última aplicada como pedagogia do terror diante de universitários que, talvez, guardassem semelhança com o próprio entrevistador. Ao recusar-se a assinar aquilo que sua voz já havia autorizado, Kric reafirmava, na prática, que o testemunho não se submete integralmente às formas burocráticas do reconhecimento e que o respeito à subjetividade do colaborador pode, em certos contextos, se impor às filiações estritamente procedimentais.

Eu sobrevivi para testemunhar por aqueles mortos pelo Estado

Eu sou Kric Cruz, mas o meu nome de batismo é Claudio Antonio da Cruz. Preciso explicar, visto que nem sempre eu fui o “Kric Cruz”. Antes de ter a vida cultural e artística que eu tenho, me envolvi mesmo na vida do crime. Do crime, só me restou muito dissabor... Tirei muito juizado de menor e cumpri pena em diversos Distritos Policiais (DPs), até chegar à Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero, que muita gente conhece como Carandiru.

A Casa de Detenção, mais especificamente no Pavilhão 8, foi o local onde eu fiquei 20 anos da minha vida... Também passei 5 anos na Penitenciária do Estado (PE), e mais 3 anos na Penitenciária de Avaré, cumprindo um Regime de Disciplina Diferenciado (RDD).

Em cada uma dessas prisões que passei, procurei encontrar maneiras de libertar a minha mente. Quando cheguei na cadeia, eu não tinha nenhum estudo. Eu era morador de rua, e na época da ditadura militar, não era fácil ser morador de rua! Qualquer menino que fosse pego na rua ia preso no juizado de menores, e qualquer cara que fosse pego na rua sem carteira registrada era preso por vadiagem.

Olha, acho que vivi mais preso do que livre na minha infância, sem exageros. Foi uma infância bastante tensa... Mesmo. Eu nasci em Londrina, Paraná, mas cresci dentro de um Recolhimento Provisório de Menor (RPM), na Av. Celso Garcia. A minha infância foi fugir de lá, viver pelas ruas do Brás e da Sé com outros meninos na mesma condição, efetuarmos um furto e sermos pegos novamente pelo juizado de menores.

Até para quem não entende a condição da pessoa que já passou pela vida no crime, nós sempre precisamos falar sobre o nosso passado, e como esse passado conduziu a uma situação de violência. A minha infância foi roubada. Não pude brincar de empinar pipa, jogar bolinha de gude. Mas como tudo na vida é movimento, aquela infância que eu não tive está existindo agora. Eu tenho um filho de 8 anos, e de tudo a gente brinca junto. Ele é cantor e ator junto comigo. Cada momento com ele é viver a minha própria infância.

Minha música *Cria do governo*, que também é título do meu livro, fala sobre essa parte da minha vida.

Em sua vida nada é normal

Ser prisioneiro após o parto natural

Ao chegar nesse mundo há um tempo

Já estava predestinado a um grande sofrimento.

*Sem ter direito ao que comer, vestir e onde morar
Sobrando o orfanato como seu futuro lar
A fuga é a sua meta, está consciente
Não quer ser mais torturado por essa gente.*

*[...] Ainda criança conseguiu escapar
Teve que encontrar como se adaptar
As pessoas não lhe enxergavam na rua
Mesmo tendo que dormir em calçada, nú.*

[...] Na falta de opção, ele então virou ladrão.

Aos 10 anos, eu já andava com arma na cinta. Não tenho vergonha disso. Até porque, foi a única maneira que eu encontrei de me proteger contra aquilo que a ditadura fazia, que era matar, espancar e torturar as pessoas. Praticamente, me envolvi em uma situação de autodefesa. Os militares queriam acabar com a gente, e a gente também queria acabar com eles. Só que eles tinham mais experiência, mais proteção e muito mais armas! Era tiro de canhão contra formiga. Nessa guerra frenética, perdi muitos amigos... Meninos que não chegaram aos 12 anos. *Eu sobrevivi para testemunhar por aqueles mortos pelo Estado.*

O meu testemunho continua me situando pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC). As pessoas não sabem, mas o DEIC era um local onde se torturava os presos sistematicamente. Os policiais do DEIC faziam parte do Esquadrão da Morte. Eles viviam matando morador de rua, e os corpos eram jogados em qualquer esquina. Nos corpos, eles colocavam uma placa escrita “EM”, para identificar a autoria da obra...

É lógico que eles não faziam isso com estudantes. Nos anos 1960 e 1970, quem estudava em faculdade não era qualquer um! A polícia não poderia simplesmente pegar o corpo daquele estudante e jogar em qualquer lugar. Não. Nesse caso, eles tinham que arrumar um jeito de desaparecer com o corpo, porque a família poderia denunciar e haveria protesto dos brancos. Agora, o meu corpo e dos meus amigos era descartável. Eles jogavam em qualquer esquina mesmo. Nada de família procurando, nada de denúncia na ONU, nada de protesto de branco.

Enquanto eu estava preso no DEIC, houve uma situação em que muitos estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) foram presos no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), de 1970 para 1971. Quanto a nós, éramos em cinco ou seis moleques, todos entre 10 e 14 anos.

Agora vou explicar como eu entro nessa história. Os policiais queriam mostrar o que eles fariam com o estudante que não delatasse. Nos mandaram para o DEOPS, encapuzados. Quando chegamos lá, vimos uma fileira de estudantes brancos, sem roupa, todos sentados no chão esperando a vez de ser torturado. Foi aí que eles usaram o nosso corpo como exemplo. Nos penduraram no alto pelas pernas com algemas. Nos espancaram... Atacavam nós contra o chão, nos quebravam como se fossemos um objeto qualquer.

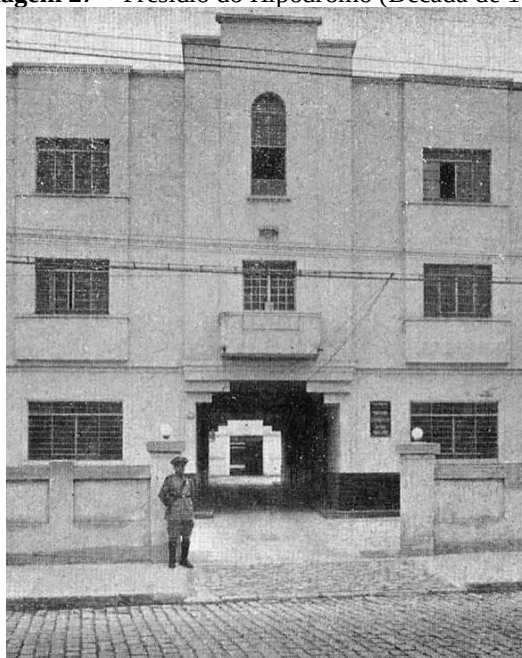
Aquele momento foi muito difícil na minha vida...

– Olha o que vai acontecer se você não entregar onde está o subversivo!

E eu ia saber o que era subversivo? Eu não tinha estudo! E sendo moleque do crime comum, eu jamais poderia caguetar. Para quem é do crime comum, delatar é sentença de morte, ou viver fadado a ser um pilantra para o resto da vida... A realidade nossa era essa! Não tinha essas respostas que eles queriam, e sofri bastante. Alguns estudantes, para não me verem sendo torturado – o que já era uma tortura para eles –, levantaram o dedo e acabaram entregando o endereço dos subversivos.

No meio daquela longa madrugada, de repente chegou uma denúncia, sabe-se lá de onde, e que assustou os policiais. Eles estavam apressados para tirar todo mundo dali. Resolveram nos levar para o antigo Presídio do Hipódromo, no Brás. Ali nós vimos de tudo: mulheres, homens, crianças, tudo preso junto. O Hipódromo era um presídio muito sofrível...

Imagem 27 – Presídio do Hipódromo (Década de 1940)



Fonte: São Paulo Antiga – Reprodução.²

² A autoria da foto não foi identificada. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/presidio-do-hipodromo/>. Acesso em: 17/10/2025.

Mas, por sorte do destino, eu fui parar no Presídio do Hipódromo. Acontece que, naquela madrugada, os policiais estavam para requisitar a gente, menino de rua, para morrer. Mas com toda aquela movimentação que a denúncia causou, eu consegui fugir, mas os meus amigos não tiveram a mesma sorte. Na fuga, houve um tiroteio muito horrível. Morreu muita gente... Eu nunca mais vi os meus parceiros, nem em juizado de menor, nem nas ruas. A minha vida foi preservada para estar aqui, neste momento, dando esse meu testemunho.

Alguém pode estar se perguntando: o que os policiais fizeram com aqueles estudantes? Simplesmente passaram a varinha mágica. Sumiram com todos! Acredito que esses jovens sejam os ossos que se encontram hoje em Perus. Que no meio daqueles ossos não tem ossos de pobre! Quem era morador de rua ou do crime comum, o destino era morrer em qualquer esquina. Entre várias situações que passei nos cárceres, essa no DEOPS é uma das que eu não consegui esquecer.

Agora veja. Eu fui torturado. Nossa, sofri de verdade na mão da ditadura. Você acha que eu andaria nas ruas segurando flores, pedindo clemência? O que acha que eu iria fazer? Simplesmente me armei e comecei a me vingar. A realidade é essa. Encontrei com um e com outro, formamos uma nova quadrilha e saímos metendo bronca MES-MO! E ao explicar essa mudança, não estou romantizando o crime. Estou explicando que como o criminoso é sim uma cria do governo! Mas com o estudo e entendimento que tenho hoje, percebo que foi uma das piores besteiras que eu fiz na minha vida.

Nos anos 1970, era mais fácil conseguir dinheiro em assalto. Em banco mesmo, encontrava-se dinheiro vivo em sacos – até porque, cartão de crédito quase não se tinha. Também não existia bijuteria. Brinco, pulseira, cordão, relógio, não importa: tudo era de ouro. Seja num furto na rua ou um assalto a banco, a grana chegava mais fácil na mão.

Avaliando esse meu passado, acredito que nos aprofundamentos muito na vida do crime. Esquecemos o caminho da paz, começamos a meter bronca demais. Quando me vi de maior, era um ladrão procurado em três Estados: Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. A polícia querendo me matar, a imprensa interessada em saber o autor daqueles crimes todos... Fiquei numa situação realmente complicada de sobreviver.

Dizer que não fui do crime é mentira. Mas nunca matei por pura maldade, à toa, por causa de um celularzinho. Tirei vida... Não vou esconder. Mas não foram mortes banais, e nunca matei mulher. O meu primeiro latrocínio foi durante um assalto a banco. O segundo latrocínio foi na Av. Brigadeiro. O cara me deu um tiro nas costas e por isso acabei matando ele. Claro que nenhuma morte é justificável. Nós estamos falando de uma vida, o nosso maior bem.

No primeiro latrocínio, o segurança do banco era pai de família. Mas ele estava protegendo o dinheiro de quem? Ele estava protegendo o patrimônio do rico! Ele perdeu a vida para proteger uma coisa que, se ele conseguisse proteger, o patrão dele não iria dar uma bonificação, ou algo assim. Para mim foi complicado porque a mulher dele foi lá no fórum. Disse que eu era assassino e mais um montão de coisas... Não tive jeito de me explicar. Como era bastante ignorante, acabei respondendo para ela que era matar ou morrer.

– Mas se você não saísse para roubar, não precisaria matar ninguém!

É verdade, eu não precisava matar ninguém. Só que ela não entendeu o contexto, o porquê de a gente estar naquele corre. Também não tinha como entender... Acho que jamais alguém vai entender quando perde um ente querido daquela forma. Mas ao menos explicar que ele tentou me matar! A diferença é que a bala dele errou e a minha acertou. Não quero justificar morte alguma, mas o primeiro latrocínio é uma das mortes que eu mais me lembro.

Sei que depois de fazer bastante coisa errada, acabei sendo pego no Rio de Janeiro, por consequência de um sequestro mau sucedido. Te digo que não é como esses sequestros de agora, que ladrão faz por qualquer mixaria! Nós sequestramos um dono de uma joalheria, o que nos rendeu 800 mil cruzeiros. Porém um dos parceiros, um idiota que mais tarde acabou morrendo com um montão de facada no Pavilhão 9, acabou matando o sequestrado. Ele foi preso e acabou caguetando todo mundo.

Esse sequestro virou um b.o enorme... Primeiro porque o sequestrado nem era brasileiro. A única coisa que ele fazia questão, entre toda a coleção de jóias, era um broche, o que chamou atenção da imprensa. Era só soltar o gringo e deixar a porra do broche... Mas o parceiro acabou cometendo essa besteira. Na abordagem, nós entrou conflito com a polícia. Muito parceiro acabou morrendo nessa fita, e uma das minhas minas. O ano era 1979, e eu fui preso na Casa de Detenção de São Paulo.

Eu cheguei na Casa de Detenção bem na época da anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil. Eu com 30 anos para tirar, pensei, porra, essa anistia vai tirar todo mundo da cadeia! Aquele montão de preso saindo! Mas, tudo preso político... Não saiu um preso comum! O preso comum não fazia nada pela causa. A partir daquele momento se percebeu quem poderia ser descartado.

Não que a gente não quisesse que os presos políticos saíssem. Eles ensinaram muitas coisas aos presos comuns: assaltar bancos, fazer política, os caminhos da denúncia. Só nasceu uma facção porque eles ensinaram a como se organizar e a escrever estatuto. Eles eram essenciais, não tenho dúvida disso. Mas na hora da anistia, só eles foram libertos. O preso

comum continuou preso, e, para todo caso, tinha vaga sobrando. Foi quando veio a solução de superlotar cadeia.

A partir do momento que a democracia se tornou uma realidade nas ruas, era necessário promovê-la dentro das cadeias. Para nós, a democracia chegou mesmo em 1983, após uma rebelião na Penitenciária do Estado. Foi a primeira rebelião branca do sistema prisional. Uma greve de fome em que os presos se negaram a comer. Através dela, conquistamos o direito à visita íntima e o direito ao voto, que era a nossa maior luta.

Antes do preso votar, a vida nossa era muito mais difícil. Várias modernidades nos eram negadas. Rádio, por exemplo, era proibido. Comida da rua então, não entrava um farelo. Roupas eram só aquela única fornecida pela cadeia. O preso podia viver 20 anos com aquela mesma roupa! Mas graças a nossa luta, conquistamos o direito a receber comida e roupa das visitas – ainda que fosse com as cores da cadeia.

A democracia havia entrado nas cadeias, mas o preso confundiu as ideias e começou a se matar entre si. A primeira facção na Casa de Detenção, a Serpente Negra, não durou muito tempo. Assim que surgiu, abafaram ela matando os líderes. Com a fragmentação do poder, foram surgindo outras facções, de modo que não tinham unidade entre os presos. Até que surgiu o Primeiro Comando da Capital (PCC), e tudo mudou nas cadeias.

Não faço apologia ao crime, mas os efeitos internos do PCC, naquele contexto sanguinário, foram positivos. Depois que o Comando se espalhou na Detenção, acabaram as mortes banais, estupro entre presos, entre outras palhaçadas. A partir do momento que eles tomaram as ações, eu já não precisei mais com o facção. Me senti aliviado. É complicado poder explicar essa vivência... A morte era cotidiana, e eu passei a conviver com isso. Em muitos momentos, estive à beira da loucura!

Bom, para piorar a minha sanidade mental, eu nunca tive visita da minha mãe ou do meu pai. Sequer os conheci! A mãe da minha filha morreu quando eu estava preso há 3 anos. A minha filha mesmo, só vim a conhecer quando ela já era uma mulher adulta. Depois acabei arrumando outras mulheres, mas rapidinho elas caíram fora. Ninguém aguenta ficar com um cara tirando um montão de cadeia. De família mesmo, nunca tive uma visita.

A Casa de Detenção de São Paulo era o país das calças beje. Tinha de tudo lá dentro, até mesmo desigualdade e corrupção! Quem tinha dinheiro tinha condição de ter um xadrez bacana, um equipamento de som e pá, tudo trazido da rua pelos carcereiros. Na Detenção, a propina corria solta! Eu não tinha condições melhores, mas tinha um nome no crime, e comecei a explorar esse nome. Muito devido ao meu proceder, virei encarregado da faxina e passei a

vender drogas em todos os pavilhões. Para se ter ideia, a minha cela no Pavilhão 8 tinha um frigobar, fogão e cama, tudo da rua...

Claro que a condição de vida dependia da pessoa. Para ter dinheiro e ter tudo, o cara tinha que ser criminoso de verdade! Não tinha ideia. Mas aquele riquinho que matou a mulher ou estuprou, perdia tudo e ainda pagava madeira. Nessa daí que ele ia morar no Pavilhão 7, que era o pavilhão dos falsos bacanas, ou no Pavilhão 6, o pavilhão dos estrangeiros.

Verdade seja dita. A Detenção tinha suas mazelas, e todo mundo as reconhece, mas ela segurava certos tipos de crime na rua. Antes de fazer qualquer merda na rua, o cara pensava, opa, se eu for para a cadeia, vou virar mulherzinha de bandido, como se diz numa gíria bastante machista. E virava mulherzinha, de fato! Só que o cara que estupra o estuprador é ainda pior! E a gente começou a condenar isso. Com estuprador não tinha ideia. Era sofrimento de verdade.

No Pavilhão 6 tinha todas as línguas que se possa imaginar. Engraçado... Eu não sabia falar língua nenhuma, mas todos eles me entendiam! Como eu tinha uma carteirinha de trânsito por ser encarregado, andava em todos os pavilhões: no seguro, no castigo, não importa. E toda hora eu estava no seis, vendendo aqueles carocinhos de maconha.

Um canadense, bom cliente, sabia até falar “firmeza” e “nóis”. Qualquer coisa era:

– Kric! Kric!

– Quanto? de cinco? De dez?

Nessa daí, vendi muito crack também. Vi um montão se destruindo, e não quis mais saber dessa porcaria.

O cotidiano no Pavilhão 8 por si só era complicado... E para mim, que era encarregado da faxina, a vida era problemática. Praticamente, eu vivia com uma faca na cinta. Qualquer treta, o faxina tem que estar envolvido para se chegar em um entendimento. Meu dia começava às 5hr da manhã, para buscar pão e leite. Nesse corre, já ficava sabendo de tudo o que aconteceria naquele dia: uma treta pendente, um acerto de contas...

Infelizmente, muitas vezes, tinha que resolver o conflito também armado. Muito por conta de saber desenrolar uma ideia, muitas vezes eu era envolvido indiretamente nas fitas.

– Chama lá o Carioquinha, que ele sabe trocar uma ideia com os irmãos, sabe trocar uma ideia com a polícia.

Por conta da vida do crime, fui condicionado a ter uma saúde mental revoltada. Mas eu não era nada disso... Eu estava num local que não era para mim. Para se ter ideia, eu não tenho uma tatuagem no corpo! Que naquela época, tatuagem era coisa de bandido. Nas abordagens, a polícia tinha mania de separar quem tinha tatuagem de um lado, e do outro quem não tinha. Eu sonhava em um dia viver sossegado, e não queria ser associado como bandido.

– Você está tirando 30 anos, mano! Olha como tá morrendo um montão de gente na cadeia. Tu não vai sair vivo.

Bom, os outros até morreram, e eu fiquei vivo. Muita gente dizia que eu não chegaria aos 25 anos. Tenho quase 70. Daqueles que puxaram cadeia comigo, poucos estão vivos.

Um dia, passei por uma sala de aula enorme da Detenção. Acho que cabiam umas 50 pessoas. Vi um professor, que era da rua, querendo ensinar os presos. Me aproximei, e disse que queria aprender a ler e escrever. Depois disso, nunca mais parei de estudar. O estudo foi um dos motivos da minha salvação. E isso num lugar em que todo mundo zoava quem queria ser diferente.

– Ah, ladrão! Agora quer estudar? Agora quer ir para a escolinha?

É lógico que eu to ali na escola, mas ao mesmo tempo, puxando um montão de cadeia. Eu poderia cortar a garganta do cara por essas palavras. Na toca do lobo, não se pode ser cordeirinho. Mas eu persisti no caminho da paz e dos estudos. Era cada um na sua e respeitando o espaço do outro.

Eu realmente mudei depois do Massacre do Pavilhão 9, que foi um acontecimento muito forte... Foi um bagulho que começou com três caras. Em um desses conflitos cotidianos, eles puxaram um Oitão. Quem é bandido de verdade sabe que um .38 só serve para fugir, não para resolver treta! Para de repente aguentar um guarda, escalar uma muralha, tudo bem. Arma de fogo na cadeia é só para isso. Treta se resolve na faca.

No dia 1º de outubro de 1992, foi trocada uma ideia, de modo a resolver o conflito. Como encarregado, eu estava trocando ideia na galeria, mas meio que de longe. O cara tá no fundo da galeria com um cano na mão, e nós, do outro lado, também com um cano.

– Mano, se você atirar aqui vai ser uma desgraça, que nós atira também. Vai morrer gente pra caramba!

Depois de muita negociação, ficou combinado que no dia seguinte, os três caras iriam se apresentar, entregar a arma e ir de bonde. Estava tudo certo, até que o chefe de disciplina do pavilhão nove trancou o pavilhão oito, trancou os demais pavilhões, e saiu gritando que os presos estavam se matando no nove, e que estavam todos armados. Com o perdão da palavra, esse cara é um filho da puta. Ele é o verdadeiro responsável por aquelas mortes. O Pavilhão 9 era um barril de pólvora, e ele era a pessoa com o fósforo na mão. Invés de jogar o fósforo na água, ele acendeu e ligou o pavio.

Quando o batalhão do Choque chegou na Av. Cruzeiro do Sul, ouço gritar:

– Olha o Choque, olha o Choque!

Quando o Choque entrou, aqueles três responsáveis pela treta correram para se esconderam no teto do Pavilhão 9. O procedimento padrão é tirar a roupa e ficar esperando. Não tem essa de querer encarar! O medo é uma realidade normal do ser humano. Tem dois tipos de medo: o medo covarde, e o medo que se sente e não se mostra. Então, nessa hora eu ficaria esperando...

O Choque entrou com aquele barulhão... um estrondo que não saiu da minha mente até hoje! É lógico que eu não iria colocar a minha cabeça na janela para ver o que estava acontecendo, se tinha um montão de laranja.

– O que que tá acontecendo aí, mané?

– Kric, os caras estão entrando no 9!

A gente já estava acostumado com batida do Choque. Só que dessa vez foi... diferente. Daqui a pouco se escutou um MON-TÃO de tiro! Muito grito, e berro, e tiro! Tiro demais... O preso está esperando que eles digam – Sai e vem abaixado! –, e de repente, recebe um tiro na cabeça... Foi rápido! Coisa de segundos de minuto. Até hoje eu não sei como se matou tanta gente em tão pouco tempo.

Se a polícia tivesse invadido o Pavilhão 8 invés do 9, acredito que morreriam mais de 200 presos. O Pavilhão 8 era o que controlava a cadeia. Lá estavam os grandes traficantes, os piolhos, como se diz. Era o pavilhão dos reincidentes. O Pavilhão 9 era uma maioria de moleque primário, bobão, cheio de tretinha besta. A gente vivia apartando as briguinhas deles. Não tinha nada a ver com crime grande... Se o moleque fosse envolvido em crime grande, era logo requisitado para morar com nós do PV8, que a gente arrumava um jeito de fazer a mudança de pavilhão.

Para você ter ideia, depois que aconteceu o Massacre, nós da faxina fomos levar aqueles caras que estavam em choque até o Pavilhão 7. Acredito que essas pessoas não dormem até hoje. Vi um montão de maluco no PV9 desesperado, chorando. Ali a gente viu que eles não eram nada daquilo. Aquele montão de sangue na galeria, para mim era a coisa mais normal.

Se o bagulho é consequência de algo que a pessoa não está envolvida, aí traumatiza mesmo. Mas se o cara está envolvido na parada, irmão, tanto faz. Repito: sangue é sangue. Convivi tanto tempo com sangue derramado que passei a normalizar a situação. Hoje eu sei que não é norma! Eu estou em outro momento da minha vida, envolvido com arte e cultura. Mas naquele contexto em que era matar ou morrer, a morte era uma realidade constante.

No dia 4 de outubro, todos nós encarregados fomos transferidos para a Penitenciária Araraquara, como se nós tivéssemos sido culpados pela morte daquelas 111 pessoas – e muito mais de 111. E eu nem morava no Pavilhão 9! Mas como eu tinha barraco lá e muita gente me

via como encarregado da cultura, acabei sendo responsabilizado. Estranhamente, foi como se eu tivesse entrado no PV9 junto com a PM e fuzilado aquele montão de gente!

Em Araraquara, a situação nossa ficou ainda pior. Cada dia que passava, a vida nossa se tornava mais difícil. Queriam associar nós, encarregados, no processo do Massacre. Para sair daquela situação de angústia, me voltei para os estudos. Foi um período em que aprendi bastante sobre Artes Cênicas!

Enquanto isso, a Casa de Detenção estava se tornando um ambiente impossível de administrar e de viver. A pressão só aumentava, e a revolta dos presos era enorme. Para manter a paz, as autoridades tiveram a ideia de voltar com nós encarregados para a Detenção. E então fomos transferidos novamente para a Casa de Detenção. Mas depois da experiência de estudo em Araraquara, eu não tinha a mente voltada para o crime. As minhas ideias eram outras.

Nós tinha um espaço enorme no Pavilhão 8 que era destinado a laborterapia: montagem de pregador, tampinha, pipa, costura de bola. Eles chamavam de laborterapia, mas na prática era serviço de escravo! Trabalho ali era só para passar as horas e fumar um. Consequentemente, o preso fica nessa situação de exploração cultivando a sua raiva.

– Quando eu sair daqui, alguém vai pagar por isso!

Eu olhava para aquilo tudo, a exploração dos presos, a ociosidade, a falta de oportunidade, com muita raiva! Até então, “cultura” se resumia a enfeitar os pavilhões em datas comemorativas. Mas depois do Massacre, decidi que só aquilo não bastava. Nós tinha que reinventar o que era entendido por cultura dentro da Detenção. Já voltei para o Pavilhão 8 mandando a seguinte ideia:

– Nesse espaço, não vai ter mais costura de bola, não vai ter mais pregador. Aqui terá teatro, música. A partir de agora, esse espaço será somente para cultura!

– Porra, o Kric voltou louco! Tá falando que vai fazer cultura, vai fazer filme!

Mas o bagulho era sério. Fiz um pedido para o juiz para ter mais verba para projetos culturais na Detenção. O juiz viu nisso a possibilidade de ressocialização, coisa que o próprio Estado não fazia, e acatou o pedido. E como tudo é política, o governador Mário Covas viu nisso a oportunidade de ser reeleito, e o pedido foi encaminhado para o diretor da Casa de Detenção. Assim começamos a fazer um trabalho de cultura bem forte e envolvente.

Era um bagulho tão louco, que o Pavilhão 8, onde se morria muita gente, ficou dois anos sem registrar uma morte sequer! Eu tinha visto numa revista que muitas firmas colocavam uma placa na parede: “tantos dias sem acidente”. A partir disso, resolvi colocar no nosso espaço cultural uma placa parecida: “tantos dias sem mortes”. Todo dia eu mudava o número. Mais um dia, e mais um dia sem morte! Era uma festa!

Não significa, porém, que não morria gente na Detenção. Longe disso. Mas não morria no Pavilhão 8! Se precisava matar, levava o cara para o PV9, no PV7, tanto faz, mas não no 8. Muitas vezes até se arrumava um jeito de resolver aquela situação na conversa. Opa, o cara é vacilão. Maluco tá para morrer. Como encarregado da faxina, eu preciso mediar o conflito. De repente, no meio da conversa, ele aproveitava da situação e pá, saía correndo e pedia seguro! Mas isso era bom. Opa, mais uma vida que conseguimos salvar.

A cultura provou o quanto ela é capaz de mudar um ser humano. Eu arrastei pessoas, multidões nessa cultura. Nós do *Comunidade Carcerária* conseguimos conquistar muita coisa: gravamos os nossos CDs, fizemos o nosso filme tão sonhado, *O prisioneiro da grade de ferro*, nos especializamos no teatro. De repente a cultura estava implantada e ressocializando, em um lugar sanguinário. Daqui a pouco, ó, ali o mano se envolvendo com a arte e esquecendo do facão!

A cultura foi a forma que eu encontrei de viver nas ruas sem ser mais um reincidente. Eu vivi 20 anos em um pavilhão só de reincidentes! Posso dizer que a reincidência tem tudo a ver com a violência na rua. Porque o cara paga a sua cadeia, é solto e não tem o que fazer da vida. Ele tá sem emprego, nem que seja um servicinho. Mas espera aí, arma é fácil de encontrar, e aquele trampo na biqueira tá só esperando.

A gente tem que gerar o nosso próprio emprego, essa é a moral da história. Eu gerei emprego lá dentro da cadeia fazendo os caras refletir:

– Pô, você não vai trabalhar em indústria, porque o industrial não vai te dar serviço. Mas você toca bem, você pinta bem! Mano, você é um ator. Então vamos gerar nosso trampo na cultura, cara!

Que não adianta nada eu chegar numa empresa e mandar meu currículo, que a reação é sempre a mesma:

– Ih, aquele ali tem passagem!

Agora, se nós gerar o nosso emprego, conquistarmos o nosso o teatro, escrevermos a nossa peça, ninguém vai perguntar se temos passagem ou não. Seja na atuação, na pintura, na escultura, na música, na escrita, nós geramos o nosso próprio trabalho! Então nós precisamos nos especializar na cultura e procurar os canais certos. Eu tenho os canais certos para vender escultura, quadros, livros, poesias. Agora, com uma editora que está apostando bastante em pessoas que não tem condições de publicar. É daí que vem a geração de emprego.

O Estado brasileiro mina bastante o nosso trabalho. Ele prende, condena, faz de tudo para gente não ter trabalho. Mas e agora? Ah, eles vão pagar o preço! Eles que vão lá assistir

as nossas peças, comprar as nossas obras. O nosso sustento vem do dinheiro deles. Por isso, temos que entregar o melhor e tirar o dinheiro deles para o nosso sustento.

Desde que eu saí da cadeia, me engajei em muitos corres voluntários, sem ganhar nenhum, muitas vezes gastando do próprio bolso... Eu pagava para cantar rap! Ia em tudo quanto é lugar cantar com os parceiros do Comunidade Carcerária, e tirava dinheiro do próprio bolso. Nós não ganhava dinheiro cantando... Tudo o que eu fiz nas artes, dentro e fora do cárcere, foi resultado de um longo processo.

Desde que saí da cadeia, eu comecei a fazer trabalhos culturais. Esses trabalhos culturais me levaram ao meu primeiro SESC, que é o SESC 24 de Maio. Fiz uma campanha chamada *Encarceramento em Massa é Justiça?* Disso resultou uma exposição que durou 90 dias. E até que eu levei meu grupo de rap para cantar lá na época. Era um contexto em que eu ainda estava no grupo Comunidade Carcerária. Depois eu saí da banda, e procurei traçar um caminho próprio.

Com a primeira exposição, o meu trabalho me levou ao SESC Santana e ao SESC Belenzinho. No Memorial da Resistência, participei do projeto *Meta Arquivo* com uma fala sobre a ditadura. Agora estou recebendo vários pedidos de lançamento do livro *Cria do governo* no SESC! Aos pouquinhos, participando de eventos gastando dinheiro que eu não tinha, até ser convidado para lançar o meu livro ou dar o meu testemunho para diferentes instituições... Foram processos que proporcionaram valorizar o nome Kric Cruz.

Para quem me vê bem hoje, é importante saber que o reconhecimento que eu tenho hoje é resultado de muita luta! Bagulho não caiu do céu. Mas, de alguma forma, consegui deslanchar. Cheguei até aqui com muito esforço, sempre com aquela sensação de não estar avançando. O estigma de ser um ex-presidiário nesse país é muito forte. Quando percebem que você é um ex-presidiário, a resposta é sempre N-Ã-O. Mas se você se deixar vencer por causa desse estigma de ex-presidiário, você vai chapar!

O meu pensamento foi: não é esse primeiro “não” que vai me barrar. Aliás, nem o segundo, terceiro, quarto, quinto... Ainda vou encontrar aquele sim que vai me fazer continuar. Persisti tanto que acabei encontrando o sim. Ultimamente – chega a ser engraçado – tenho encontrado mais sim do que não, inclusive. Mas no começo, eu só recebia porta fechada...

Imagem 28 – Kric no Lançamento do livro *Cria do governo*



Fonte: Editora Entremares – 2022.

O livro *Cria do governo* é a junção de diversas histórias que presenciei no cárcere, seja no Paraná, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Conto histórias de pessoas que conheci no crime, sempre alterando os nomes e as situações para não ter nenhum problema.

Testemunhei crianças que, ao saírem de um juizado de menores, entraram naquela bola de neve. Aquela bola de neve, que era pequenininha, começa a crescer descontroladamente. Se não tiver algo que ajude essa bola a parar, dificilmente a pessoa sai daquela situação. Isso é o cria do governo. Ele é o resultado de uma situação da qual não consegue sair.

Eu escrevi o *Cria do governo* durante um castigo da Casa de Detenção. A polícia do CHOQUE entrou na Detenção numa madrugada e levaram alguns encarregados e eu para a Casa de Custódia de Taubaté, o Piranhão. Puts... Eu estava sempre indo de bonde, sempre sofrendo os problemas... Mas naquele dia, os PM pegaram aquele montão de folha escrita à caneta e rasgaram tudo.

– Vocês podem rasgar, podem fazer o que for. O papel é apenas papel, mas a história tá toda aqui, na minha mente. Agora, quem sabe se com uma martelada na cabeça vocês destroem o meu cérebro.

Apanhei muito por causa dessas palavras, mas o meu cérebro ficou intacto.

Eu passei por diversas situações de extrema violência, dentro e fora da cadeia na cadeia... Tenho diversas balas no corpo e tive o meu maxilar quebrado. O Dr. Drauzio Varella que pôs ele no lugar. Até hoje não posso usar prótese. Felizmente, o meu cérebro não foi danificado. Pelo contrário! Foi aí que eu converti a maldade sofrida por vontade de entender um pouquinho o que vem a ser o cria do governo.

Agora estou trabalhando no meu segundo livro, o *Anjo Malvado*, que é também o nome de uma música minha. Ele trata sobre infâncias roubadas. Quem está dentro da Fundação Casa, não sabe o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porque não é criança nem adolescente. Ele é o “menor infrator”. Eu sempre fui um menor infrator, e todo mundo sabe que o menor infrator é descartável. As mortes causadas pelo Estado precisam ser testemunhadas, e é por isso que eu escrevo!

2 de outubro não vamos deixar quieto. É a nossa luta para lembrar dos mortos. Todo ano nós lembramos e infernizamos as autoridades do judiciário. Neste ano, estamos pensando em encher cada tribunal desta cidade com ossos e velas.

O que ganhamos com isso? Nada, porque durante anos recebíamos notícias de que os PMs conseguiram uma apelação. É impressionante. Eles conseguem reverter tudo! E mesmo condenados, o judiciário fez de tudo para deixar esses assassinos nas ruas. Para mim foi diferente... Aí houve justiça! Cumpri pena com total integridade. Eu não matei 111, e nem mais de 111! Aqueles polícia fizeram todo aquele tipo de covardia, por anos ganharam recurso em cima de recurso, e mesmo condenados, não foram presos. Esse é o mundo que nós vivemos agora.

Se aqueles policiais tivessem pago a condenação na época do crime, estariam em liberdade agora! Provaria para a sociedade que a justiça realmente existe. É lógico que eu luto por um mundo sem cárcere. Não quero cadeia, nem para os responsáveis pelo Massacre, mas quero que eles percam todos os bens materiais. A pena que eu defendo, tanto para esses PMs quanto para os políticos pegos na falcatura, é que eles se tornem miseráveis. O meu pensamento é um só: qualquer cadeia é simplesmente ridícula.

Mas como desencarcerar? O desencarceramento começa por presos que cometeram pequenos delitos. Mas não é só soltar a pessoa na rua, porque a rua também está cheia. Com a liberdade, tem que chegar junto com frentes de trabalho, uma bolsa aluguel, até a pessoa se adiantar e ter um local para morar. Uma medida importante seria as firmas aceitarem currículo sem atestado de antecedentes criminais.

Quanto aos presos com longas penas, que eles pudessem pagar cadeia em um lugar com mais humanidade, com acesso a estudos e cultura. Se ele for tratado como ser humano, vai sair da cadeia uma pessoa melhor.

Agora, imagina o preso tirar 10 anos no RDD, trancado direto... Ali é só sofrimento. Eu estive num RDD e posso falar. A todo momento, você está sujeito a ser espancado. A pessoa está esperando os dias para sair e tomar um banho de sol, que dura cinco minutos! E qualquer nuvenzinha no céu, já não deixam você sair porque “o tempo está ruim”. A pergunta que fica é: como essa pessoa vai sair da cadeia? Se o preso receber um tratamento humanizado, eu tenho certeza que a nossa sociedade seria diferente.

Nós não devemos calar, pela sociedade que queremos viver! Em muitos lugares, tenho pregado o Estatuto do testemunho, proposto pelo Grupo Contrafilé.

O testemunho parte da premissa de que cada ser é uma escola
O testemunho é a matéria-prima da produção da memória
O testemunho rompe tabus sociais, coisas das quais
“não se pode falar”
O testemunho devolve alma aos papéis
O testemunho é um arquivo dos vivos, o que é dito reverbera
O testemunho produz laços
e devolve afeto a história
O testemunho atualiza o presente
O testemunho é prova da complexidade
tentativa de dar sentido ao que passamos e modo de nos escutar falando
O testemunho sabe que um galo sozinho não tece uma manhã
O testemunho confronta cosmologias arquivísticas
não permitindo esquecer...
O testemunho permite uma escuta que se traduz em arte
O testemunho é acontecimento
que nos preenche
e mobiliza afetos do silêncio, para não deixar desaparecer
O testemunho descobre, desvela, revela
O testemunho é batalha para iluminar as lacunas
O testemunho subverte o ressentimento e nos ensina a enxergar a eterna pelo alargamento do mundo, pelo
seu não estreitamento
O testemunho conecta passado, presente e futuro
produzindo efeitos na realidade.
O testemunho é modo de contar e de viver
O testemunho tem duas direções: para quem escuta

e para quem fala

Basta duas pessoas para o testemunho acontecer.

Seja através do teatro, da música, da palestra: é preciso testemunhar. Não podemos esquecer que o nosso povo já sofreu com a ditadura. Não podemos esquecer que os militares podem voltar ao poder a qualquer momento. Em uma ditadura, um espaço cultural como este que estamos, a Ocupação Ouvidor, desaparece! Quem mexe com arte é subversivo.

Eu testemunho para lembrar o que é a prisão. A prisão é ridícula! Não serve para nada, não tem intuito nenhum. A única serventia da prisão é causar sofrimento e ódio. E não é só para quem está lá dentro, não! Quem está fora sofre ainda mais. O cara quando está no crime, arruma um jeito de se sair lá dentro. Mas aquele moleque que roubou qualquer celularzinho e se envolveu em dívida na cadeia, sofre, e não sofre pouco. E a família desse laranja, que vende até o que não tem para pagar a dívida, sofre ainda mais! A prisão pune errado, e o efeito colateral a violência na rua.

O mundo sem cárcere é um mundo onde as mulheres possam caminhar livremente, não importando horário nem a roupa. O mundo sem cárcere é onde todos, independente de cor, religião, classe social, temos os mesmos direitos. Onde nós não vivemos em condenação, onde não há espaço para o fascista, para o racista, para as pessoas que vivem cheias de preconceito. E para aqueles que acham que o mundo sem cárcere é uma mera utopia, respondo que é uma necessidade. Qual é a outra alternativa? É por isso que eu testemunho.

CAPÍTULO 2 – A SOCIEDADE CIVIL ENTRA NO CARANDIRU

Introdução

Nas primeiras horas da tarde de 2 de outubro de 1992, começaram a circular boatos sobre o uso de munição letal pela Polícia Militar para conter uma briga entre presos no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo. A própria geografia do Carandiru contribuiu para a rápida difusão dessas informações. Localizada ao longo da movimentada Avenida Cruzeiro do Sul, uma das mais importantes avenidas da cidade, o Carandiru mantinha uma relação de permeabilidade constante com a sociedade livre. Jornalistas, advogados, familiares, autoridades públicas, religiosos, voluntários e curiosos transitavam com relativa facilidade pelo entorno, favorecidos, inclusive, pela estação de metrô contígua à Detenção. Não tardou para que uma pequena multidão se aglomerasse diante do pórtico com os dizeres “Casa de Detenção de São Paulo”, acompanhando, ainda que à distância, os desdobramentos da operação policial.

A consideração desse contexto geográfico, contudo, não explica, por si só, como uma ação policial cuidadosamente estruturada para não deixar rastros materiais converteu-se em objeto de denúncia pública, a ponto de se consagrar negativamente no noticiário nacional como “Massacre”. A passagem do apagamento planejado à lembrança que reivindica reconhecimento constitui um dos eixos centrais da memória do Carandiru e define o tom vital dos fenômenos mnemônicos associados àquela instituição prisional. Um ângulo decisivo dessa dinâmica é a atuação de setores da sociedade civil organizada que, ao se oporem à lógica do aniquilamento nas instituições totais, passaram a ocupar um lugar de vigilância pública. Nesse sentido, os ativistas dos direitos humanos assumem o verbo “ver” como marcador de um testemunho específico: não o da experiência direta da violência sofrida, mas o da observação, da denúncia e da produção de provas. São, por assim dizer, os olhos da sociedade voltados para o interior do cárcere.

Este capítulo dedica-se a criar espaço narrativo às lembranças de defensores e ativistas dos direitos humanos dos presos, cujas trajetórias se entrelaçam de maneira decisiva com a história da Casa de Detenção de São Paulo. Ainda que suas atuações não se limitem ao universo do Carandiru, as experiências ali vividas constituíram marcos identitários e redefiniram percursos pessoais e políticos. O capítulo se inicia com a história de Flávio Augusto Saraiva Straus, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB SP à época do Massacre. A partir de sua narrativa inaugural, o texto aprofunda o papel desempenhado por essa Comissão no caso Carandiru, por meio das histórias de João Benedicto de Azevedo Marques e Deise Benedito, evidenciando as estratégias jurídicas e políticas mobilizadas diante da violência estatal.

Ampliando o escopo da análise, o capítulo incorpora ainda duas histórias de atuação no período pós-Massacre. Maura Augusta Velata Soares de Oliveira, funcionária e familiar de detento, conjuga essas duas posições ao promover projetos de hidroponia em unidades prisionais, inscrevendo a experiência do cárcere em práticas de cuidado e ressocialização. Günther Zgubic, padre austríaco e importante membro da Pastoral Carcerária no Brasil, teve presença contínua no Carandiru, sendo frequentemente lembrado por egressos e funcionários como assíduo defensor do direito humano da pessoa presa.

O capítulo evidencia como o fenômeno testemunhal se abre a perspectivas plurais sobre um mesmo evento histórico. É no caráter simultaneamente conflitivo e dialógico das lembranças que se tensionam as fronteiras simbólicas entre dentro e fora das muralhas do Carandiru. As memórias aqui apresentadas não apenas ampliam a extensão espacial e temporal do Massacre, como também revelam seus desdobramentos jurídicos, políticos e morais. Se, para os sobreviventes diretos, a situação-limite constitui o núcleo da memória traumática, para os ativistas a condição de testemunha visual, situada como terceira parte em um litígio entre o Estado e os presos, confere à catástrofe prisional sua dimensão jurídica. É nesse deslocamento, da violência sofrida à violência observada e denunciada, que se inscreve a especificidade do testemunho ativista e o seu papel na construção pública da memória do Carandiru.

2.1. FLÁVIO AUGUSTO SARAIVA STRAUS

Numerosos. Foram sete gravações realizadas com o advogado e pesquisador em direitos humanos Flávio Augusto Saraiva Straus. Nosso primeiro encontro ocorreu na manhã de 3 de outubro de 2022, durante a abertura do *Inventário: 30 anos do Massacre do Carandiru*, na Câmara Municipal de São Paulo. Discreto, Dr. Flávio fez-se presente para ouvir a mesa que inaugurava uma série de encontros e intervenções programadas ao longo daquela semana.

A proposta da mesa era integrar ângulos distintos da memória sobre o Massacre, reunindo acadêmicos, organizações da sociedade civil, defensores de direitos humanos, advogados e sobreviventes. Reconhecendo como relevante a pretensão de articular experiências de quem testemunhou a catástrofe “de dentro” e “de fora” do cárcere, tornava-se evidente, ainda assim, que muitas histórias permaneciam à margem daquele louvável trabalho de memória. Isso porque há abordagem institucional capaz de abarcar a totalidade das experiências produzidas por um evento de proporções históricas. Essa matéria residual, distante das narrativas que emergem à superfície, é precisamente o que confere à história oral seu sentido investigativo e político.

Dr. Flávio é alguém que tem muito a contar. Como outros colaboradores do projeto, viveu com intensidade as décadas de 1980 e 1990, décadas que se tornaram os alicerces de sua memória. Formado pelo Largo São Francisco, onde cursou a graduação e o doutorado em Direito, atuou como estagiário do Centro Acadêmico XI de Agosto, prestando atendimento jurídico a presos em diferentes unidades prisionais do estado de São Paulo, com ênfase na Casa de Detenção. Como membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, sua atuação no contexto do Massacre do Carandiru foi brevemente registrada em *Histórias de um Massacre: Casa de Detenção de São Paulo*, texto que reproduz o relatório elaborado pela Comissão sobre os acontecimentos de 2 de outubro de 1992:

Atento à possibilidade de violação de direitos humanos ao longo de eventual intervenção policial, designamos, imediatamente, o Dr. Flávio Strauss [sic], membro da Comissão de Direitos Humanos deste Seccional, para, dirigindo-se ao local, naquela mesma noite, acompanhar os acontecimentos e intervir no sentido de serem respeitados os direitos fundamentais dos presidiários.

Nas primeiras horas do dia 3 de outubro de 1992, recebemos o relatório verbal do Dr. Flávio Strauss [sic], o qual nos dava conta de que fora impedido de ingressar naquela prisão, bem assim quaisquer outras pessoas estranhas aos quadros da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, incluindo-se a imprensa.

Foi-nos relatado, outrossim, que os indícios com que se deparara aquele membro da Comissão de Direitos Humanos apontavam na direção de uma violenta ação policial, com trágicas consequências para inúmeros reclusos, muitos dos quais possivelmente assassinatos (Marques; Machado, 2017, p. 24).

Esse registro objetivo, até então desconhecido por Dr. Flávio até então, não faz jus à extensão de sua atuação e à de outros membros da Comissão nas horas, dias e semanas que sucederam o Massacre. Eu conhecia essa passagem e, mais do que substituir a escrita pela oralidade, buscava compreender os silêncios, as omissões e as histórias não evidentes que compõem um enredo mais amplo. Tratava-se de pessoas formadas sob os ideais que sustentaram a Constituição Federal de 1988 e que se recusaram a banalizar a morte de indivíduos sob a tutela do Estado.

Ao final da mesa de abertura, apresentei-me, sem mencionar a passagem do relatório. Manifestei interesse em entrevistá-lo e combinamos o encontro para o dia seguinte, 4 de outubro, na Paróquia São Francisco de Assis, ao lado da Faculdade de Direito. Encontramo-nos na porta da igreja e, logo em seguida, fui convidado para almoçarmos uma macarronada preparada pelos franciscanos.

Interessei-me, de início, pelo significado daquele lugar, o Largo São Francisco, em sua trajetória de vida. Criou-se, assim, espaço para uma narrativa familiar, por onde Flávio percorreu as primeiras visitas aos sebos do centro, casamentos, o batismo das filhas, a formação acadêmica, as turbulências do movimento estudantil, o estágio, casamento e o engajamento com a causa dos presos. Realizar a primeira entrevista no território em que o narrador se reconhece foi decisivo. O espaço funciona como um dos suportes exteriores da memória, e cada vida narrada constrói sua própria cartografia mnemônica da cidade.

Nessa primeira gravação, a história de vida foi elaborada a partir de sua trajetória profissional. Sua atuação como advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP surgiu com a densidade de quem vivenciou o evento como experiência existencial. A cena testemunhal do Carandiru se ampliava. Flávio contou sua história com a convicção de que guardava lembranças que mereciam ser registradas. Seu prazer em narrar explicaria, mais tarde, a continuidade do diálogo em mais seis gravações que se somaram.

Inicialmente, considerei desnecessária a realização de novas gravações. A escuta atenta do material indicava certo esgotamento temático, sugerindo o momento de avançar para a passagem do oral ao escrito. Contudo, nossas trajetórias voltaram a se cruzar em Mato Grosso do Sul. À época, eu atuava como professor substituto no curso de História da UFGD. Sabendo da abertura de um processo seletivo na Faculdade de Direito e Relações Internacionais da mesma instituição, encaminhei-lhe o edital. Flávio interessou-se pela possibilidade e viajou de São Paulo a Dourados.

Hospedei-o em meu pequeno apartamento durante os quatro dias do processo seletivo. O convívio intenso acabou por suscitar a proposta de uma segunda gravação, como um acordo

tácito que se destilava não verbalmente. Da sala-cozinha do apartamento, sob a presença do pequeno gravador, foi perceptível a adoção de uma outra postura narrativa, novas tramas que se somavam por personagens vivos, enriquecendo o enredo histórico. Suas experiências pessoais eram acompanhadas por argumentos jurídicos consistentes, como um ensaio da prova vindoura. Durante os dois dias que se seguiram, gravamos repetidamente, de modo a sempre acrescentar detalhes e situações.

Diante da densidade do material gravado, a passagem do código oral para o escrito revelou-se uma tarefa quase impossível. A repetição de determinadas passagens, sobretudo aquelas relativas ao caso Carandiru, narradas sob diferentes ângulos e de diferentes formas, impôs a necessidade de escolhas rigorosas. Após semanas intensas de escuta, elaborei uma primeira versão da história. O texto retornou com numerosas anotações em vermelho, indicando acréscimos e correções. No momento da autorização final, Flávio surpreendeu-me com a mensagem que encerrava o processo: “você é o meu biógrafo autorizado”.

Creio ter assumido a postura correta defronte os desafios históricos

Eu sinto grande satisfação em registrar experiências as quais, do contrário, estariam perdidas no passado. Acho que sempre fui aquela pessoa que colocou a mão na massa, nem sempre visível, digamos assim.

Imagem 29 – Flávio Straus na leitura da Carta às brasileiras e brasileiros, no Largo São Francisco (11/08/2022)



Fonte: Flávio Straus – Acervo pessoal.

Era fevereiro de 1936. Meus avós e o meu pai, com apenas sete anos, conseguiram fugir da Alemanha nazista pouco antes de fecharem as fronteiras e retirarem a nacionalidade alemã dos judeus. O meu avô era ourives, atividade relativamente comum na região do sul da Alemanha, fronteira com a Áustria. Minha família paterna se estabeleceu em São Paulo, enquanto a minha mãe é do Rio de Janeiro. Eu nasci no Hospital Matarazzo, pertinho da casa onde meu pai cresceu, na Rua Itapeva com a Rua Pamplona.

Desde a juventude, eu sempre pensei mesmo em fazer Direito. A primeira influência vinha diretamente da família. Meu avô materno, Oscar Saraiva, foi advogado, juiz e ministro presidente do Tribunal Federal de Recursos, atual Superior Tribunal de Justiça, cuja biblioteca

leva o seu nome. Sem nenhuma surpresa, na escola as minhas matérias favoritas eram Português e História. Quer dizer, tudo indicava que eu iria mesmo para o Direito. Dito e feito.

Cursei o colegial no Colégio Santo Américo, uma escola semi-interna só para meninos, no bairro Morumbi. No finalzinho do terceiro ano colegial, quando a gente tinha liberação para fazer o cursinho no Anglo, eu faltava no colégio, pegava um ônibus e vinha até este lugar que estamos, o Largo de São Francisco. E aqui eu passava longas horas garimpando sebos, lendo as obras do Castro Alves e Fagundes Varella, dois dos poetas do coração da Academia do Largo de São Francisco.

Eventualmente, comecei o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD/USP), no Largo São Francisco. Para ser sincero, eu jurava que não iria ser advogado. O que eu queria mesmo era ser diplomata! Nos anos 1980, bastava fazer dois anos de faculdade e depois podia ir para o Instituto Itamaraty para ser diplomata. Mas a vida me levou para outros rumos, de modo que eu me impliquei com as causas que foram aparecendo como estagiário do glorioso Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, sobretudo a defesa dos direitos humanos das pessoas presas.

Foi importante escolher esse lugar para a entrevista. A São Francisco sempre foi a minha terra. Acho que os momentos mais importantes da minha vida foram vivenciados neste quarteirão. Aqui eu fiz a minha formação, da graduação ao doutorado em Direitos Humanos, casamento religioso e batismo de duas filhas, a do meio e a mais nova. Nessa mesma Igreja de São Francisco, fiz a missa do 7º dia, e depois de um e dois anos do falecimento da minha segunda esposa, Java. Eu sou cristão e acredito nos pressupostos espíritas. Tenho quase certeza que tive alguma encarnação anterior por aqui...

Deus para mim é tudo. É o todo do universo, a matéria, a energia e o espírito. Toda matéria parte da matéria de Deus. Nós somos parte de Deus. É por isso que a saudação hindu, Namastê, faz todo o sentido: o Deus que habita em mim saúda o Deus que habita em você. Portanto, a minha visão do divino é panteísta. Eu acolho toda a religiosidade, porque tudo é parte do todo. Os Orixás são forças da natureza... Absolutamente maravilhoso. Jesus é o espírito de luz, o mais iluminado da nossa humanidade. Jesus trouxe a Boa Nova, o evangelho, e disse: Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo – aí está toda a Lei. São Francisco de Assis foi a pessoa que mais conseguiu se aproximar do programa de Jesus, e por isso merece toda a minha admiração meu respeito, meu amor, meu carinho.

No ano de 1982, eu me filiei ao Partido dos Trabalhadores (PT). Lula se lançava candidato a governador pela primeira vez. Eu fiz campanha também para senador, deputado estadual, deputado federal... Especialmente, fui bastante ativo na campanha de uma candidata

a vereadora, Caterina Koltai, uma socióloga ítalo-brasileira que estava acabando de voltar da Itália com bandeiras de desobediência civil. Ela tinha um panfleto de campanha, uma folha sulfite que dobrava em três, com alguns imperativos iniciados com “desobedeça”. Um deles era: “desobedeça à ordem dos que querem regulamentar o seu prazer: lute pela descriminalização da maconha”.

No final das contas, a Caterina Koltai não foi eleita. Na semana seguinte, ela foi indiciada com base na Lei de Tóxico por indução ao uso de drogas, um crime, pasme, com pena equivalente ao tráfico internacional de drogas! O Pablo Escobar teria a mesma pena que ela. Nesse contexto, escrevi o meu primeiro texto jurídico. Eu assinava a *Folha de S. Paulo*, e naquela época, no painel do leitor, eram publicadas cartas inteiras.

Eu me baseei na chamada “Constituição da Emenda” – como a designava o saudoso Professor de Processo Penal Sérgio Marcos de Moraes Pitombo, por estar integralmente contida na Emenda Constitucional nº1 de 1969 da Ditadura Militar –, que substituiu a Constituição de 1946 e aquela de 1967, já outorgada pela junta militar, mas que no seu artigo 158 tinha uma declaração de direitos, e lá constava o direito à livre expressão do pensamento. Mande a carta para a *Folha* em defesa da Cati, e ela ficou super emocionada... Como agradecimento, ela me deu uma linda rosa azul e me apresentou para o advogado dela, Luiz José Bueno de Aguiar, o Lulinha, com quem trabalhei por um tempo como estagiário.

Imagem 30 – Don Quijote de la “Peruada” – 1984



Fonte: Flávio Straus – Acervo pessoal.

No dia em que eu fiz 21 anos, eu casei com a minha primeira mulher, Anadalva. Eu ainda estava cursando Direito, mas mal aparecia na Faculdade. Estava flanando, sendo sustentado pelo meu pai. Frequentava a casa de Zé Celso Martinez Corrêa e o Teatro Oficina quase como se fosse um segundo lar, gostava de pegar onda, sempre tive cabelo grande... Nunca cheguei a ser hippie, nada disso. Mas eu gostava do visual. O dia em que me casei com Anadalva, estava usando os meus óculos escuros redondos, no maior estilo John Lennon, bata marroquina branca e chinelos de couro indianos. Como pode ver, eu tenho essas tatuagens no braço. A primeira é do signo de peixes, o meu signo solar, misturado ao símbolo do Yin/Yang chinês, que muito me agrada; as cores da Mangueira dão forma à minha paixão pela escola de samba, onde pude desfilar em homenagem a Marielle Franco e Luiz Gama, o meu maior herói, e ser campeão do Carnaval, em 2019! Mas a segunda é minha tatuagem mais importante, com o rosto da Java, minha segunda mulher, com quem vivi 25 anos maravilhosos. Na verdade, para fazer jus à tatuagem, seu nome deve ser “Java: sereia no céu”. A Java sereia no céu foi uma visão que eu comecei a ter depois que fiz um trabalho com ayuasca, em abril de 2018, um mês após a morte de minha musa maior. O interessante é o olho ciclópico. A tatuadora teve a

brilhante ideia de botar uma franja por cima do outro olho. Acho que ela conseguiu captar um pouco da beleza da minha gatinha...

Bom, depois que eu casei com Anadalva, disse a mim, olha, eu tenho que tomar jeito, tenho que aprender a advogar. Fui ao Departamento Jurídico do Centro Acadêmico 11 de agosto, que presta assistência judiciária aos carentes, e pedi ao Vitão, funcionário que até hoje faz a triagem, apenas casos penais, de preferência, pepinos. A maior parte dos meus clientes eram presos na Casa de Detenção. Digo clientes, mas na verdade as clientes eram as mulheres, seja a mãe, a irmã, a filha, a esposa, a namorada do preso. Elas é que iam lá no Departamento Jurídico do Centro Acadêmico buscar assistência judiciária para os entes queridos presos. Alguns desses presos outros estavam no antigo Presídio do Hipódromo, e também fui atender em muitos Distritos Policiais (DPs) diferentes da Capital. Naquela época, os DPs estavam lotados, até mesmo de condenados... Mas a minha principal “clientela” estava na Casa de Detenção de São Paulo.

Em 1986, a parte geral do Código Penal foi substituída e foi promulgada a Lei de Execução Penal (LEP), criando as penas restritivas de direitos e progressão de regime. Foi um contexto particularmente interessante... Desde 1984 estava em curso um debate efervescente sobre política criminal. Muitos autores alemães eram traduzidos para o espanhol pelos argentinos, o que tornava acessível a discussão sobre garantismo; na Faculdade de Direito, eu me engajei nas discussões com o professor Moraes Pitombo.

Antes mesmo da promulgação da LEP, o Estado de São Paulo dispunha de dois Institutos Penais Agrícolas (IPAs) para o cumprimento do regime semiaberto. A lei paulista, inclusive, foi o modelo que inspirou a lei nacional. A questão é que, em nível estadual e nacional, praticamente não se tinham albergues para fazer valer a nova lei. Por isso, os juízes começaram a conceder “prisão-albergue domiciliar”. E eu, estagiando pelo Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto, vivi intensamente toda essa mudança da política penal e comecei a me aproximar mais dos presos, principalmente da Casa de Detenção de São Paulo. Junto com o processo penal, comecei a me ocupar de execução penal, solicitando progressão de pena do regime fechado para os regimes semiaberto e aberto, além de outros incidentes do cumprimento da pena.

Para falar sobre a Casa de Detenção de São Paulo nos anos 1980, dois personagens são incontornáveis: o Padre Chico e o diretor Luizão. O Padre Francisco Reardon, ou simplesmente padre Chico, de origem norte-americana e naturalizado brasileiro, foi um grande amigo... Ele estava sempre na companhia do Padre Guilherme, que era irlandês e um pouco mais velho. O Padre Chico era o coordenador Nacional e Estadual da Pastoral Carcerária, e teve uma atuação

constante na Casa de Detenção, ao ponto de adotar as gírias dos presos. Ele era bonitão! Alto, olho claro, um biotipo forte. Falava “bonde” com um sotaque americano bem forte... O padre Chico gostava de ser malandrão, de saber a gíria dos presos. O problema é que ele fumava demais! Acabou morrendo por intercorrência do tabagismo. Seu enterro foi no cemitério Gethsemani, no Morumbi, atrás do Colégio Santo Américo, onde estudei. Tive muitas histórias com o Padre Chico, sobretudo na Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária. Mas voltarei a esse assunto em breve.

Agora, a pessoa digamos mais conhecida de toda a Casa de Detenção era o Luizão. As pessoas se referiam a ele como “Doutor Luiz” – apesar de ele não ter sido doutor em nada. Luiz Camargo Wolfmann foi o Diretor mais famoso da Casa de Detenção de São Paulo. Ele tinha sido o chefe de segurança de um Instituto Penal Agrícola (IPA) do interior. Figura extremamente caricata! Luizão tinha todas as qualidades do estereótipo de investigador de polícia civil dos anos 1980: gordo, camisa social aberta, cheio de correntes no peito, cabelo meio embranquecido. Um detalhe interessante é que ele lutava boxe com os presos. Inclusive, dizia-se que ele usava os presos como *sparring* para treinar. Corria um boato de que, em um desses treinos, ele teria matado um preso, mas com certeza é mentira.

Como estagiário do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico 11 de Agosto, frequentemente eu estava na Casa de Detenção atendendo os presos. Mas então, um dia, fui realizar uma de minhas visitas a um preso da Detenção. As visitas de advogados eram feitas em uma salinha na chamada “Divinéia”. A sala era dividida em dois corredores: um do lado dos advogados, e um corredor do lado dos presos, separados por uma janelinha gradeada, por onde o advogado falava com seu cliente. Quando terminei de falar com o meu cliente, ele comentou sobre a situação de outro preso:

– Ô, Doutor... Tem um irmão aqui que nunca recebe visita de advogado! O senhor não poderia falar um pouquinho com ele, não?

– Tudo bem, eu posso falar, mas para ele ser meu cliente, alguém tem que pedir o serviço no Departamento Jurídico do Centro Acadêmico 11 de Agosto. Mas conversar, eu converso.

Então mandaram chamar o preso. J. C. era um homem negro de olhos puxados e muito simpático. De início, ele reclamou que ninguém ia vê-lo. Quando comecei a explicar o procedimento da assistência judiciária ofertada pela universidade, percebi que a queixa dele não era falta de assistência judiciária. Não! Disse, inclusive, que já tinha um advogado “cuidando do caso”. O que ele queria mesmo é que eu o visitasse não enquanto advogado, mas como a sua visita, no domingo! Concordei com o pedido dele, lembrando, durante a nossa

despedida, da necessidade de colocar o meu nome na lista de visitas, procedimento padrão em qualquer unidade prisional.

Teoricamente, seria um assunto simples de resolver. O preso pessoalmente pede para um funcionário do pavilhão para incluir o nome da visita, que se identifica no dia da visita com documento com foto. Eu tinha 22 anos, e morava em Jundiaí, interior de São Paulo. Acho inclusive que a Anadalva tinha acabado de dar à luz Estrela, minha filha mais velha. Bom... Peguei o ônibus de Jundiaí para São Paulo, depois o metrô para o Carandiru e entrei na fila das visitas. Após uma longa espera, descobri que o meu nome não estava na lista. Não consegui realizar a visita, e voltei para casa. Começou a semana, e como de costume, eu tinha uma agenda atribulada na Casa de Detenção. Perguntei ao J.C o que tinha acontecido, e ele jurava que tinha colocado o meu nome na lista. Certamente ele conhecia as regras da casa.

Bom, no domingo seguinte, realizei todo aquele trajeto novamente, de Jundiaí ao Carandiru. A novela se repetiu: não consigo entrar... O meu nome não constava na lista. Reclamei para o funcionário, expliquei a situação, mas não tinha jeito: a orientação era voltar na segunda-feira e conversar com a administração. E então eu vejo chegar o Luizão no seu carro. Não sei se contei, mas eu estava dentro do pátio interno que antecedia o Pavilhão 1, administrativo, entre a grade da Av. Cruzeiro do Sul e o enorme portão de ferro por onde passavam os caminhões e os carros. No meio desse grande portão, um portãozinho menor, recortado, dava passagem para as pessoas, sempre uma por vez. Vejo o Luizão chegar com o carro dele...

Todo mundo tinha medo de Luizão. Talvez fosse o estilo de investigadores de polícia, ou a sua prática de boxe com os presos. Mas tudo no Luizão era irredutível. Seu motorista estacionou em frente a portinha recortada, e ele desceu. Naquele instante, eu me aproximei e começar a explicar toda a situação, mas ele não deu muita bola. Resmungou e entrou para as dependências da Detenção por esse portãozinho. Percebendo que ele tinha largado o portão aberto, fui atrás, sem saber o que estaria para me acontecer.

Ao contrário do Luizão, eu era um fiapo! Nada mais que um estagiário magrelo, apesar de já ser pai. Fui atrás dele até o primeiro corredor da administração, antes do portão que dava acesso a Divinéia. Vi o Luizão de costas, conversando com alguns funcionários. Me aproximei e chamei pelo seu nome. Ele se virou e gritou, cerrando os dentes:

– Você ainda tá aqui?!

Ele me pegou pelos dois colarinhos, me levantou e encostou na parede, com a maior facilidade...

– Você vai ver uma coisa! Você vai aprender!

Vi que aquele diretor de cadeia bufava de raiva, grunhia, rangia os dentes. Com um pouco de autocontrole, Luizão me colocou no chão e mandou que eu esperasse em uma salinha, de pé. Assim fui. Na tal salinha, estávamos somente eu e um funcionário velhinho do outro lado do balcão. Fui tentando puxar papo, procurar saber se aquilo era normal, o que o Luizão poderia fazer comigo, mas o velho funcionário não me animava muito.

– Olha, o Dr. Luiz é que sabe da situação. É melhor você ficar quieto aí...

Passaram-se uns 10, 15 minutos, quando veio uma ordem direta do Luizão, mandando que eu fosse na sala dele. O acesso para a sala do diretor se dava por uma escada na ponta de um corredor que ficava no Pavilhão 1. Sua escrivaninha era enorme, digna do diretor da maior unidade prisional da América Latina. Ele estava sentado em uma dessas poltronas presidente. Com um tom de voz quase paternal, como quando um pai explica a um filho o motivo de bronca, ele me disse:

– Ô, meu filho... Eu sei que o que você faz é pelos presos, e os presos para mim são como os meus filhos. *E quem os meus filhos beija, a minha boca adoça*. Mas você tem que fazer tudo direitinho, meu filho! Você tem que vir na segunda-feira, nos horários de expediente para resolver esse tipo de coisa.

Ainda tentei explicar – Mas fiz isso duas vezes, Dr Luiz... Mas não teve jeito. Fui embora para Jundiaí e contei para a Anadalva o que tinha acontecido. A frase do Luizão, “quem os meus filhos beijam, minha boca adoça”, calou fundo na família, a ponto de ter se tornado um ditado, e em algumas situações, um fardo.

Enquanto eu advogava pelo Centro Acadêmico, também fui me envolvendo com a questão criminal e penal por outras frentes. Com a minha orientadora, Dra. Marília Kriker Borges, e outros colegas do Departamento Jurídico, fundamos a Associação dos Familiares e Amigos do Encarcerado do Estado de São Paulo (AFAEESP). A AFAEESP era uma iniciativa bem no estilo da Associação de Amigos/as e Familiares de Presos/as (AMPARAR) que hoje existe. O objetivo era informar os familiares sobre os direitos dos presos. Depois, a Dra. Marília me levou para trabalhar na Fundação de Amparo ao Preso (FUNAP), no gabinete do então Juiz Corregedor dos Presídios e da Polícia Judiciária, Dr. José Gaspar Gonzaga Franceschini.

Começamos a desempenhar um bom trabalho, até que veio um outro juiz corredor e inventou uma história de que nós, a Dra. Marília e os estagiários, estaríamos conluiados com os presos, e assim facilitado a formação de uma associação de detentos no Carandiru chamada “Serpentes Negras”, espécie de facção antecessora do Primeiro Comando da Capital (PCC). Isso foi por volta de 1984, época em que José Carlos Dias que era o secretário de Justiça do governo estadual de Franco Montoro, e que havia a tentativa de humanizar a política penal em

São Paulo. Nós acabamos saindo da FUNAP, mas a essa altura a minha vida já estava indissociavelmente ligada aos presos e à questão prisional. E então, fui fazer outras coisas na vida.

Uma das coisas que eu fiz foi ser assessor jurídico da Deputada Estadual pelo PT Clara Levin Ant, em 1987. Eu estava nesta função na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) durante a Constituinte Federal e, conseqüentemente, durante a Constituinte Estadual Paulista, já no fim de 1988 e início de 1989. Luiza Erundina, líder do PT na ALESP, e Amir Khair, o seu chefe de gabinete, formaram um grupo de assessores do PT para assessorar o Comitê de deputados que iria escrever o Projeto de Constituição Estadual.

Nós fomos muito felizes na área penitenciária, porque conseguimos introduzir o artigo 143 na Constituição Estadual Paulista. A ideia foi trazida por um grande procurador da Procuradoria de Assistência Judiciária, órgão antecessor da Defensoria Pública em São Paulo, o Dr. Pedro Armando Egídio, e consistia em incorporar as regras mínimas da ONU para tratamento de reclusos, garantir a defesa técnica nas infrações disciplinares e definir a composição e competência do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. Sem dúvidas, o maior responsável pelo art. 143 foi o Dr. Pedro Armando Egídio, mas eu fui o agente que operacionalizou o processo. Tive que discutir muito com o Ministério Público, que estava com um *lobby* pesadíssimo para incorporar, como terminou acontecendo, as funções do “Ombudsman”, ou Defensor do Povo, que eu argumentava para que fosse uma instituição à parte.

Preciso dizer que o princípio da defesa técnica dos presos acusados de infrações foi ideia minha! Eu sempre sublinhei o fato de que os presos eram submetidos a castigos sem o direito à defesa. Em se tratando da defesa da integridade física e psíquica dos presos, essa era a minha maior preocupação. E sobre o Conselho... Existia, e existe, o Conselho Penitenciário, que é um órgão estadual que opina na progressão de pena do preso. Mas o Conselho de Política Criminal e Penitenciária era para ter sido outra coisa! Na verdade, a sua principal função seria de formulador de política criminal e penitenciária. Foi também ideia minha colocar isso no artigo 143 da Constituição Estadual.

Em 1991, eu ingressei na Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB-SP, por convite do saudoso Dr. Ricardo Carrara, então Vice-Presidente e coordenador da Comissão. Era uma comissão criada logo depois da Constituição Federal e muito dinâmica, e congregava pessoas como José Gregori e Maria Eugênia Raposo da Silva Telles. Resolvemos, com o Dr. Carrara, criar subcomissões para cuidar de determinados assuntos: questões raciais, meio

ambiente... Eu fui responsável por criar e coordenar a Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária.

O meu primeiro ato como coordenador desta subcomissão foi organizar o Seminário de Política Criminal e Penitenciária, com palestras e debates envolvendo agentes de diversos setores da sociedade civil organizada. O resultado deste seminário foi a redação conjunta de um Projeto de Política Criminal e Penitenciária. Eu estava representando a CDH e a Subcomissão, o padre Chico pela Pastoral Carcerária, a Margarida Helena Nogueira De Paula, advogada, pelo Sindicato dos Advogados, e a Deise Benedito, então funcionária da Vara de Execuções Criminais e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Essas quatro entidades foram redatoras do projeto. O Padre Chico foi o relator do projeto. Ele escrevia as propostas no seu computadorzinho DOS, com aquelas letras verdes bem características. Produzimos algumas cópias utilizando um mimeógrafo. Foi um trabalho bem alentado!

O nosso projeto tinha propostas de solução para a superpopulação carcerária em toda a linha, desde a elaboração da Lei Penal até o cuidado com o egresso e a sua família. Em primeiro lugar, indicamos a ampla legalização das drogas – e não somente a sua descriminalização. Em seguida, propusemos esvaziar as prisões ao máximo possível. Pelo menos 40% dos presos estavam enquadrados na Lei de Tóxicos! A ideia seria restringir a privação de liberdade somente aos casos de violência efetiva ou potencial contra as pessoas, limitando todos os outros casos à restrição de direitos e multas. Finalmente, propusemos iniciativas de trabalho prisional produtivo e cuidado com os egressos, garantindo emprego digno e retorno à comunidade.

A LEP trazia o instituto da remição da pena: cada três dias trabalhados, um dia a menos na pena. A questão é que o modelo trabalho disponível, e que prevalece até hoje, envolvia atividades alienantes, monótonas e sem contribuição efetiva para a ressocialização do preso e para a sociedade, tais como montar tampinhas de garrafas alcoólicas, ligar componentes, costurar bolas. Por isso... A minha menina dos olhos no Projeto de Política Criminal e Penitenciária era um modelo de trabalho produtivo dos presos para as comunidades de onde eles veem e para onde eles voltariam.

Quando o Fernando Collor de Mello assumiu a presidência, ele aproveitou, para não dizer outra coisa, a ideia dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) desenvolvida por Darcy Ribeiro enquanto Vice e Secretário da Educação de Leonel Brizola, durante o seu primeiro governo no Rio de Janeiro, e que hoje estrutura o modelo dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) da Prefeitura de São Paulo, inaugurado por Marta Suplicy. Essas escolas eram construídas com estruturas pré-moldadas em concreto, o que pressupunha a existência de fábricas, as chamadas fábricas de escolas. A Luiza Erundina, eleita prefeita de São Paulo em

1989, havia criado uma fábrica de escola na Marginal Tietê, perto do Carandiru. Não chegava a ser algo tão grandioso quanto os CIEPs ou CEUs, mas eram estruturas possíveis de serem montadas por pessoas não especializadas.

A minha ideia, megalomaniaca, era colocar os presos de todo o complexo do Carandiru, envolvendo os internos da Penitenciária do Estado, Presídio da Polícia Civil, Penitenciária Feminina e Casa de Detenção, para trabalharem nessa fábrica de escolas da Marginal Tietê. Dessa forma, seriam presos cumprindo a pena no regime semiaberto – visto que o trabalho implicaria saída diária –, com direito a remição de pena, pecúlio digno, e ainda produzindo bens de grande valor agregado para as comunidades de onde tivessem vindo ou para onde fossem voltar quando saíssem do presídio. Esse, acredito, foi o meu grande projeto na Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária.

Eu vivia no pé da Erundina e da sua assessoria! Cheguei muito perto de conseguir alguma coisa concreta... Eu estava quase lá, mas a Secretaria de Segurança Pública (SSP) estava sob o comando de Pedro Franco de Campos, e antes dele, com Luiz Antônio Fleury Filho. O perfil deles era de absoluto desmonte das políticas de humanização dos presídios, proposta pelo José Carlos Dias, durante o governo Franco Montoro. Então, qualquer iniciativa de cuidado com os presos ficava mais difícil.

O Fleury é outro personagem central dessa história. Ele era um tenente da Polícia Militar (PM). Ele cursou Direito na academia do Barro Branco e depois foi para o MP-SP. A sua trajetória política se iniciou no governo Orestes Quécia, que foi o grande responsável por aparelhar tanto a PM quanto as instituições jurídicas do estado.

Primeiro, o Quécia levou para o seu governo o presidente da OAB, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, para ser o seu secretário de Segurança Pública, razão pela qual nunca perderei o Mariz! A OAB tem que estar à parte do Estado, e não se sujeitar ao Estado! O próximo movimento do Quécia foi levar o Fleury para o seu governo. Como ele queria trazer o Fleury do MP para a SSP, o Mariz foi transferido para a Secretaria de Justiça. O Fleury foi nomeado secretário de Segurança Pública, e se projetou futuro candidato ao governo do estado.

O contexto era de grandes manifestações de funcionários públicos, principalmente professores, em frente ao Palácio Bandeirantes. Como secretário da pasta, o Fleury mandou os policiais militares da cavalaria dar espadada de lado nos professores. Foi com essa agenda de repressão social que o Quécia emplacou o Fleury como o seu sucesso no governo. Em 1991, houve eleição, e em 1992 começou o governo do Fleury, que nomeou o Pedro Franco de Campos, outro procurador de justiça do MP, como o seu secretário de Segurança Pública, para cuja pasta transferiu a gestão dos presídios estaduais, até então tradicionalmente pertencente à

Secretaria de Justiça, inclusive dura a gestão de José Carlos Dias, famosa pela tentativa de “humanizar os presídios”.

O Pedro Franco de Campos era um jovem procurador de justiça. Ele era, digamos, o *golden boy* do MP-SP, e como tal, sempre teve o seu respeito entre os pares. Mas tanto ele quanto o Fleury agiam de forma arrogante, como supostos detentores do conhecimento. E então ocorreu o Massacre do Carandiru.

O ano de 1992 foi muito tenso... Muitas coisas aconteceram. Em um dos primeiros decretos, o Fleury soltou a seguinte bomba: ele transferiu a gestão dos presídios da Secretaria de Justiça, como era até então, para a SSP... Foi uma resposta direta à política de humanização dos presídios do governo Franco Montoro, quando o José Carlos Dias era o Secretário de Justiça. A OAB criticou duramente a medida. Afinal, conforme se dizia à época, inclusive como recomendação da ONU, quem prende não pode cuidar do preso. Com a transferência da gestão dos presídios da Secretaria de Justiça para a SSP, os presídios e todo o aparato policial ficaram sob o comando do Pedro Franco de Campos.

Para mim, inclusive, acho que alguns anos antes do Massacre aconteceu um motim no Pavilhão 8, durante o governo do Quéricia, mas ele não pode fazer nada. Teve que negociar, até os presos concordarem em voltar para as celas. Eu tenho para mim isso ficou atravessado na garganta do Fleury, e o fez transferir a gestão dos presídios para a SSP.

Pelo art. 143 da Constituição Estadual, existia o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. Eu fui o primeiro e único representante da OAB deste conselho, o qual o Pedro Franco de Campos foi obrigado a instalar na SSP. Nós chegamos a ter uma única reunião! Depois do Massacre de 2/10/92, e da exoneração do Pedro Franco de Campos, o conselho nunca mais se reuniu...

O dia 2 de outubro de 1992 foi uma sexta-feira. Nessa época, eu estava administrando o meu tempo como advogado da Petrobrás e membro da CDH, onde eu me encontrava no dia dos fatos. Sei que a Dra. Marília Kricker Borges me procurou e falou que estava acontecendo alguma coisa muito grave na Casa de Detenção...

Imediatamente, fui procurar o Dr. José Roberto Batochio, então presidente da OAB/SP, para verificar se ele iria até a Detenção comigo. Ele me disse que não poderia ir, mas me escreveu uma carta dizendo que eu era o seu representante autorizado. Fomos, então, Marília e eu. Chegamos na porta da Detenção por volta das 16hrs. Embora os assassinatos já tivessem ocorrido, não tinha nenhuma informação na porta da Av. Cruzeiro do Sul. Eu disse aos funcionários ali presentes que eu representava o Dr. Batochio, e queria falar com o Diretor da

Casa de Detenção, o Dr. Pedrosa. Eles me disseram que eu não podia entrar, então pedi que entregassem a carta ao Pedrosa, assinalando que eu estava representando a presidência da OAB.

Duas horas depois, por volta de 18hrs, a gente começou a ver algumas ambulâncias saindo da Detenção. A cena do crime já estava sendo desfeita, conforme as ordens da PM. A perícia foi muito deficiente porque os executores desfizeram completamente o cenário do crime. O próprio Pedrosa veio até a grade na Av. Cruzeiro do Sul falar comigo.

– Flávio, eu reconheço o seu trabalho. Respeito muito o Dr. Batochio, mas quem está mandando lá dentro não sou eu. *São os coronéis*. Então, não posso recebê-lo lá dentro.

Durante a operação policial, depois se ficou sabendo, estavam presentes no local dois juízes corregedores dos presídios, o diretor da Casa de Detenção, Dr. Pedrosa, o chefe do Pedrosa, que era o Coordenador dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de São Paulo (COESPE), e Antonio Filardi Luiz, Secretário Adjunto de Pedro Franco de Campos para os Presídios. Todas as autoridades civis possíveis e imagináveis presentes, portanto. Eles estavam negociando com um megafone do outro lado da grade de onde estavam os presos amotinados. Amotinados, sim, mas sem nenhum refém. O que nós sabíamos desde as primeiras informações noticiadas era que tinha havido uma briga entre os presos do Pavilhão 9. Alguns agentes penitenciários, expulsos do pavilhão pelos presos envolvidos na briga, declararam motim e acionaram a SSP.

Só que, à revelia de tudo isso, o Pedro Franco de Campos, ao invés de ir ao local e se informar com o seu secretário adjunto, ligou diretamente para o coronel Ubiratan Guimarães, que era o comandante da operação da Polícia Militar, não sei se pelo rádio ou por telefone, e disse ao Coronel, conforme seu próprio depoimento posterior:

– Coronel, o senhor está no comando da situação. O senhor é que saberá o que fazer.

Nos depoimentos colhidos, o próprio Ubiratan confirmou essa informação. Quer dizer, o Pedro Franco de Campos passou por cima de todas autoridades civis que estavam conduzindo as negociações no local e deu o salvo conduto para a vingança dos policiais. Nesse momento, segundo o depoimento posterior de Fillardi, “foi o estouro da boiada”. As tropas da ROTA, do Choque, do Canil da PM, entrando em desabalada, jogando as cinco autoridades civis para os dois lados do corredor, pela duas folhas de grades que estavam atrás e foram empurradas para as paredes, e, soube-se depois, atirando indiscriminadamente contra quem estivesse nos corredores ou rendidos dentro das celas, sem encontrar qualquer resistência.

De qualquer maneira, a questão era resolver uma briga entre os presos do Pavilhão 9. O Pavilhão 9 era o pavilhão dos primários, não necessariamente primários estrito senso, mas primários na Casa de Detenção. Eram muitos menos perigosos comparando com os presos do

Pavilhão 8, que eram os reincidentes. Esses é que mandavam na Casa! Era tão somente uma briga entre novatos, sem nenhum refém! Não tinha qualquer necessidade de intervenção... Mesmo no caso de suspeita da existência de armas entre os presos, o procedimento correto seria realizar uma revista rigorosa, cela por cela.

No dia seguinte, um grupo formado pela Deise Benedito, Margarida Oliveira de Paula e o Padre Chico conseguiram entrar na Casa de Detenção, com alguns Deputados Estaduais e outros Advogados. Infelizmente, não pude estar presente. 3 de outubro era dia de eleições, e eu era mesário presidente de mesa no Largo São Francisco, onde, inclusive, foi a minha sala de primeiro ano. Soube que se falava em 111 mortos quando Anadalva, então minha ex-esposa, acompanhada de minha filha mais velha, veio votar nesta mesma sala, e trouxeram a *Folha de S. Paulo* com a manchete: 111 mortos.

Durante a próxima semana que sucedeu os fatos, eu voltei à Casa de Detenção na companhia do Valter Feldman, deputado estadual pelo PSDB e do Jamil Murad, deputado estadual pelo PCdoB. Alguns presos puxavam a mim e diziam que houve muito mais mortos, e que alguns corpos foram jogados num poço. Pelos relatos dos sobreviventes, não teriam sido somente 111 mortos.

Nesse circunstancial todo de averiguação dos fatos no local, eu cheguei a dar algumas entrevistas na porta do Carandiru, porque muitas emissoras internacionais estavam presentes e eu falo francês, inglês e espanhol. Mas não foram tantas vezes assim, porque eu era empregado da Petrobrás. Não cheguei a ficar famoso, nem nada disso. Sempre fui uma pessoa de colocar a mão na massa, embora nem sempre visível.

No dia 5 de outubro, segunda-feira, aniversário da Constituição de 1988, foi feita uma grande reunião no auditório central da sede da OAB, na Praça da Sé. O Dr. Batochio chamou o Procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o presidente nacional da OAB, Marcelo Lavenère, e várias autoridades e ONGs, a Comissão de Justiça e Paz, a Associação Brasileira de Imprensa, a Pastoral Carcerária. Nós fizemos essa reunião para decidirmos o que fazer sobre o Massacre. Eu fui o relator da lista de tarefas.

A primeira delas era exigir a imediata exoneração do Secretário Pedro Franco de Campos. A segunda visava retirar a gestão dos presídios da SSP. Nós advogávamos a volta para a Secretaria de Justiça, mas logo em seguida foi criada a SAP. Terceiro ponto: acompanhamento da sociedade civil organizada, inclusive OAB, de todos os inquéritos do caso, seja da Polícia Civil ou da Polícia Militar. Todas essas entidades deliberaram que no dia seguinte iríamos levar essas reivindicações diretamente para o Governador Luiz Antonio Fleury Filho.

No dia 6 de outubro, fomos ao Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi. Eu fui como relator, levando a pauta. Ao que tudo indica, assim que nós entramos pela porta da frente, o Governador Fleury saiu pelos fundos. Ele mandou o seu Secretário de Governo, Cláudio Ferraz Alvarenga – que também tinha vindo da Procuradoria Geral de Justiça do MP para ser aparelhado no governo do Fleury! – falar conosco. Um professor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tomou a palavra e começou a dizer ao Secretário:

– Não nos entenda mal, secretário. Não viemos agressivamente, mas alguma providência precisa ser tomada junto ao Secretário.

Eu escutei aquilo, aquela história de “tomar providência”, pedi a palavra, pela ordem, e disse que a SPBC não tinha participado da reunião com todas as entidades no dia anterior, incluindo o Procurador-Geral da República e o Presidente da OAB nacional, de cujas deliberações eu era o relator:

– O que se deliberou e o primeiro ponto da lista é a exigência de imediata exoneração do Secretário, que é o responsável por tudo isso que aconteceu, ao não se apresentar no local e permitir a invasão da PM quando não havia qualquer refém.

O Secretário fez uma cara bastante contrariada, mas, dois dias depois, o próprio Pedro Franco de Campos pediu exoneração do cargo. Sobre a retirada da gestão dos presídios da SSP, o governo articulou a criação da SAP, embora aquele Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária, previsto no artigo 143 da Constituição Estadual Paulista, nunca mais tenha se reunido. E então veio o inquérito, e a OAB acompanhou.

Como eu era advogado da Petrobrás, o meu tempo era muito restrito... O Dr. João Benedicto de Azevedo Marques, antigo Procurador de Justiça do MP, que atuou contra o Esquadrão da Morte, estava aposentado, advogando, e também era membro da CDH, foi o representante da OAB nos inquéritos sobre o Massacre, tanto da Polícia Civil como Polícia Militar.

E então colheram os depoimentos, incluindo o relato insuspeito do Antonio Filardi. O Pedro Franco de Campos realmente não estava nem aí para os presídios, mas o Filardi era o seu secretário adjunto, e estava na Casa de Detenção de São Paulo durante os fatos. Ele contou tudo. Foi perfeito o depoimento do Filardi! Ele falou que, após a ordem de invasão determinada pelo cel. Ubiratan, houve o “estouro da boiada”.

Logo no comecinho da operação, teria acontecido uma suposta explosão de um botijão de gás que teria afetado os tímpanos e incapacitado o comandante da tropa. Isso foi mera desculpa do covarde do Ubiratan! Largou o comando da tropa aos capitães, que tão somente

realizaram o seu desejo de matar os presos. Foi nesse contexto que houve o tal estouro da boiada.

A Casa de Detenção tinha muitas grades. As grades se abriram com o estouro da boiada. Todas as autoridades civis presentes foram jogadas para os lados, contra as paredes. Os policiais entraram no Pavilhão 9 feito uma boiada desenfreada, principalmente a ROTA, a primeira tropa a entrar na Detenção, com metralhadoras, baionetas, cachorros... E entraram matando mesmo, com sinais claros de execução. Tiro à queima roupa, tiro na nuca... Enquanto os presos, não tinham nem refém nem arma.

Aquela filosofia da ROTA, de atirar primeiro e perguntar depois, foi levada para o Estado com o Fleury e companhia. Durante o Massacre, as várias polícias tinham cada uma o seu papel. O batalhão de Choque entrou posteriormente limpando a bagunça, mas quem entrou matando foi a ROTA, unidade que já tinha longa atuação de assassinato pelas ruas de São Paulo, conforme demonstrou o livro *ROTA 66*, de Caco Barcellos. Eles simplesmente aproveitaram a oportunidade para assassinar os presos! A informação de que houve um Massacre é completamente insuspeita.

Então, os principais responsáveis, em primeiro lugar, foram: o Secretário Pedro Franco de Campos, que não foi ao local, como era a tradição em casos de motim, e transferiu o comando da operação ao Coronel Ubiratan; e, em seguida, o próprio Ubiratan, por ter dado ordem de invasão à tropa, e depois se ausentado com a desculpa estapafúrdia da explosão do botijão de gás; em seguida, os executores, que tiveram a condenação em 2022, embora nenhum tenha sido preso, porque o Tribunal de Justiça de São Paulo tentou anular os dois Juris que os haviam condenado, no que foi impedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas finalmente o ex-Presidente Jair Bolsonaro os incluiu no Indulto Presidencial de fim de ano o que configura uma enorme vergonha para a justiça paulista; e, lá atrás, indiretamente, o governador Fleury, por ter colocado os presídios sob a égide da SSP, medida claramente inconstitucional perante a Constituição Estadual Paulista.

O já referido art. 143 deixa claro que a legislação penitenciária paulista “respeitará as regras mínimas para o tratamento de reclusos previstas pela ONU”. A ONU recomenda veementemente que policiais ou militares não tenham contato direto com presos, muito menos policiais militares! O governador entregou a gestão dos presídios para a SSP, que manda na Polícia Civil e na Polícia Militar! Resumindo a minha leitura: Pedro Franco de Campos, Ubiratan Guimarães e os executores são os responsáveis diretos; Fleury é responsável indireto.

Em 1993, como coordenador da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária e um dos responsáveis por aquele art 143 da Constituição Estadual, eu comecei a defender na CDH

a ideia de denunciar Fleury e Pedro Franco de Campos por crime de responsabilidade pelo Massacre do Carandiru. A minha tese era política, e argumentava, no caso do Fleury, que o próprio fato de entregar a gestão dos presídios e dos presos nas mãos da SSP configurou violação da Constituição Estadual Paulista. No caso do Pedro Franco de Campos, ele também violou a Constituição ao entregar o comando da operação ao Coronel Ubiratan, à revelia da negociação das autoridades civis presentes com os presos.

Levei meses inteiros discutindo a pauta, quando finalmente consegui um consenso. A aprovação da pauta da denúncia na CDH foi unânime, mas ainda restava a aprovação pelo Conselho Estadual da Ordem. Era a gestão do Dr. João Egydio Piza Fontes. Como presidente da Ordem e da CDH, Piza se absteve de votar. O Dr. Walter Ceneviva, um grande advogado, foi nomeado relator da matéria dentro do Conselho. Ele argumentou que as ações e omissões do Fleury não tinham nenhum nexo de causalidade com o Massacre.

O Pedro Franco de Campos já tinha sido exonerado, mas a punição por crime de responsabilidade, além da perda do cargo, poderia redundar em até 8 anos sem poder ocupar cargos públicos. Então, o Ceneviva pegou um artigo da lei de responsabilidade, uma lei deficiente, que diz que aplicar-se-á a ministros e secretários de Estado, *no que couber, o disposto nesta lei*. E o que está disposto na lei? Em um outro artigo, a mesma lei diz que quando um presidente ou governador não estiver mais no exercício do cargo, não poderá ser processado com base nesta lei, para evitar, por exemplo, que um sucessor político venha politicamente processar o seu antecessor de cargo eletivo. Mas é claro que, para os secretários e ministros, muito menos aqueles cujo Governador nomeante ainda estivesse no cargo, isso não se aplicaria. A vontade do legislador não seria essa, nesse caso, ainda mais se tratando de um sujeito que foi secretário do governador em exercício. No meu entendimento, a norma não deveria ter sido aplicada ao Pedro Franco de Campos. Com uma postura penalista garantista bastante explícita, o Ceneviva opinou que o Conselho não deveria acolher o pleito da CDH. E assim foi. O relatório dele foi acolhido unanimemente.

Para falar a verdade, eu fiquei bem desgostoso com esse desfecho. Cheguei a cogitar sair da comissão, mas ainda fiquei mais um tempo...

Me integrei a um grupo de trabalhos sobre segurança pública, presidido pela Dra. Maria Eugênia Raposo da Silva Telles. Fui o relator de uma proposta de alteração do artigo 144 da Constituição Estadual para desmilitarizar e municipalizar o policiamento ostensivo. A ideia norteadora era do antigo Delegado-Geral de Polícia do Governo Montoro, Dr. Maurício Henrique Guimarães, e consistia em desmilitarizar e municipalizar o patrulhamento urbano, como tinha acontecido na época da Guarda Civil no Estado de São Paulo, no modelo “Cosme

e Damião”. Eram pares de policiais que tinham envolvimento com a comunidade, com o objetivo de prevenir os crimes. Nós levamos essa proposta ao Congresso da OAB em Foz do Iguaçu. Pouco tempo depois, terminou o mandato e eu segui a minha vida como advogado da Petrobrás.

Mais recentemente, quando a Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária virou uma comissão, com a Dra. Adriana Nunes Martorelli, fui convidado para ser consultor. Depois, voltei a ser membro da CDH, tornando-me coordenador do Núcleo de Ações Emergenciais e de Defesa dos Direitos Ameaçados, grupo que atuava principalmente preventiva e presencialmente em manifestações públicas, cumprimento de ordens de despejo, reintegração de posse e invasão policial de áreas carentes, até 2022. Fizemos principalmente a mediação com a polícia ostensiva, composta pela Polícia Militar e mais recentemente a Polícia Civil (PC) e Guarda Civil Metropolitana (GCM), especialmente na região da Cracolândia. Quando havia detenções ou prisões nesses eventos, nós prestávamos uma primeira assistência na delegacia, para garantir que nenhum direito fosse violado. Não éramos advogados do preso, mas dávamos a primeira assistência, principalmente até chegar a defesa técnica.

Muito bom poder contar... Tenho uma vida inteira preocupada com as boas causas. *Creio ter assumido a postura correta defronte os desafios históricos.* Posso dizer que foram anos de debate constante sobre a questão penal, penitenciária e policial, e eu fui bastante presente como alguém preocupado com os presos e as vítimas de violações de direitos.

2.2. JOÃO BENEDICTO DE AZEVEDO MARQUES

A indicação para entrevistar o procurador aposentado do Ministério Público de São Paulo, João Benedicto de Azevedo Marques, foi feita por Flávio Straus. Para o advogado, Azevedo Marques seria a pessoa mais indicada, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, para falar sobre o papel da Ordem durante as investigações do Massacre do Pavilhão 9. Em coautoria com o então presidente da OAB, Marcelo Lavenère Machado, o procurador publicou *História de um Massacre: Casa de Detenção de São Paulo*, livro que reúne a representação da Comissão ao Conselho Federal da Ordem.

Com uma rápida pesquisa no Cadastro Nacional de Advogados, consegui um telefone de contato e não demorei a estabelecer o primeiro diálogo. A empregada da casa, zelosa guardiã do sossego do patrão, atendeu à ligação e mostrou-se relutante em transferi-la, até que se convencesse da real necessidade do contato – as palavras “historiador” e “entrevista” causaram certo impacto. Vencida a negociação, o telefone foi finalmente passado a João Benedicto.

Ao ouvir a proposta de entrevista, contou-me brevemente de seu “enorme apreço por jornalistas” e do papel histórico dos Azevedo Marques na imprensa paulista. Perguntou-me qual era o meu veículo de comunicação. O brilho em sua voz esmoreceu quando, pela segunda vez, ouviu que se tratava, na verdade, de um historiador. Tratei de recuperar sua confiança esclarecendo o tema da ligação. A simples menção à palavra “Carandiru” foi suficiente para que a decepção inicial cedesse lugar ao espanto e à gravidade. “Aquilo foi um Massacre totalmente desnecessário. Eu vi com os meus próprios olhos aqueles rios de sangue. Eu estava lá.” Com essa frase, o procurador aposentado acionava a condição de testemunha ocular como fundamento de sua autoridade narrativa.

Tomado por uma urgência inesperada em contar sua história, João Benedicto insistiu para que o encontro ocorresse ainda naquela tarde. Anotei o endereço às pressas e, ao perceber que o apartamento ficava em uma região de difícil acesso por transporte público, compreendi que já estava atrasado. Troquei de roupa, comprei pilhas novas para o gravador e aproveitei o longo trajeto para testar o equipamento e refletir sobre estratégias que garantissem a continuidade do diálogo. Levava comigo seu livro *História de um Massacre*, já bem conhecido, embora não considerasse prudente centralizar a entrevista na obra.

Na tarde de 13 de janeiro de 2023, cheguei ao seu pomposo apartamento em Moema, desses que ocupam um andar inteiro, tipo de construção cada vez mais raro em uma cidade definida pelo déficit habitacional. Após rigorosa conferência documental, fui autorizado a passar da recepção ao interior do imóvel. Saí do elevador para um corredor curto, ao final do

qual uma única porta aberta dava acesso à sala de estar. Entrei devagar pela e na sala de estar encontrei João Benedicto sentado, pernas cruzadas, soberano em sua poltrona. A mão direita apoiando a cabeça mal conteve um sorriso de canto de boca, como uma criança que guardava um segredo.

Antes de indicar o sofá ao lado da poltrona, analisou-me com atenção – prática recorrente de quem construiu carreira na segurança pública. Sentiu-se confortável o suficiente para comentar minha barba, que lhe pareceu “moderna”. Sentei-me e logo percebi que a tarde seria longa. João Benedicto transitava por temas diversos em curto espaço de tempo, gesticulava, misturava assuntos, quando parou por um instante para me oferecer café e bolo de laranja preparados pela empregada, insistindo para que eu provasse: “você nunca provou um bolo igual!”, exclamou. O café foi servido por sua esposa, senhora de trato delicado, visivelmente empenhada em exercer a hospitalidade. Após nos servir café, e a última fatia de bolo a mim, deixou-nos a sós.

Enquanto tomávamos o café, com o sabor amargo em nossas bocas, João Benedicto reafirmou seu respeito pelos jornalistas. “Minha família fundou o *Correio Paulistano*”, disse. Respondi que também nutria profundo respeito pela imprensa, mas expliquei que meu método de trabalho seguia outros procedimentos. Aproveitei a ocasião para apresentar os objetivos do projeto, seus fundamentos metodológicos e a condução da entrevista. O assunto dispersou sua atenção. Perguntou onde eu estudava e, ao localizar geograficamente a UFGD, o ex-secretário de Administração Penitenciária lembrou-se da fronteira seca por onde escoava o tráfico de drogas e disparou, sem enganos: “coitado do Paraguai”.

João Benedicto é um representante típico da aristocracia paulista, traço que fez questão de sustentar a partir da história familiar. Ao perceber sua intenção de iniciar o relato pela genealogia, pedi permissão para começarmos a gravação. No total, foram realizadas três gravações naquela tarde. A fragmentação se explica por duas solicitações do próprio colaborador para interromper o registro, momentos em que desejava compartilhar informações que não deveriam ser gravadas, o que foi plenamente respeitado.

Na primeira gravação, sua narrativa concentrou-se na história familiar e na sua participação no caso Carandiru. A segunda sessão, realizada em seu escritório, voltou-se à formação jurídica no Largo São Francisco, com passagens divertidas pelas trovas acadêmicas. Antes da terceira gravação, João Benedicto apresentou os móveis, quadros e vasos do apartamento, conjunto que transforma a residência em um acervo de objetos biográficos e intergeracionais. Sua casa operava como um dispositivo de lapidação identitária, típico da burguesia paulista tradicional, oferecendo abrigo simbólico diante de uma cidade que, para além

das grades do condomínio, expunha a violência de um capitalismo cada vez mais agressivo. Sem essa mobília, sua história perderia parte significativa de seus alicerces mnemônicos.

A terceira gravação destinou-se a organizar os marcos de sua vida profissional. Nos momentos em que desejava confidenciar algo, João Benedicto pedia que o gravador fosse desligado, sempre precedido de um ar de suspense. Mesmo com o aparelho desligado, a conversa seguia em tom baixo, como se fôssemos dois conspiradores tramando algo proibido.

O que mais me surpreendeu foi ver esse senhor octogenário, com longa trajetória em tribunais do júri e atuação decisiva na investigação do Esquadrão da Morte, derramar lágrimas incontidas ao rememorar o Massacre do Carandiru. Compreendi, ali, a extensão da experiência traumática para além das testemunhas diretas. Projetava-se a intimidade da dor diante de algo que não deveria ter sido visto por olhos humanos.

Nas etapas posteriores à entrevista, João Benedicto já não demonstrou o mesmo entusiasmo daquela tarde preguiçosa. No último telefonema que tivemos, cerca de dois anos depois, impaciente com o pesquisador para quem a conferência é regra, encerrou a conversa afirmando que eu tinha “liberdade de imprensa”. Talvez a entrevista tenha sido para ele um momento esgotado em si mesmo. Em sua memória, eu nunca deixei de ser o jornalista, desde o primeiro telefonema transferido pela empregada. Não fiz questão de desmentir.

O Massacre do Carandiru me marcou para o resto da vida

A vida é feita de expectativas e as decisões tomadas. Para bem escolher, é preciso ter boa educação e formação. Também é importante estar sempre aberto a novas experiências, e posso dizer que vivi momentos grandiosos! Eu nasci na cidade de São Paulo em 1939. Minha infância se deu na época da guerra e do grande *blackout*, eventos que marcaram toda a minha geração. Lembro que não podíamos acender as luzes de casa depois das 4hrs da tarde, com medo do bombardeio dos alemães. E o que dizer do som marcante da sirene alertando a população para os exercícios antiaéreos em São Paulo? Nossa! Toda vez que tocava o bendito alarme antiaéreo, eu corria para agarrar a barra da calça do meu pai, de tanto medo!

Eu fui criado primeiro na Avenida da Liberdade, ao lado do Centro Professorado Paulista. Lá era a primeira casa dos meus avós. Eu me lembro que o quintal enorme, e eu adorava brincar com aqueles carrinhos pequenos que reproduziam os automóveis da época. Aliás, meu avô tinha uma casa na boca do viaduto Maria Paula, em frente à igreja São Gonçalo. Eu nasci ali. Meu avô era um homem que estava muito bem de vida, era corretor de imóveis. Como se diz, nasci em berço de ouro.

Tive uma infância dourada. Filho único, e neto único por parte de mãe. Eu fiz o primário numa escola tradicional de São Paulo, Elvira Brandão, perto da Paulista. Depois, fiz o ginásio e o clássico no Colégio São Luís, a quem devo a minha formação em latim. Finalmente, fui para a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, *alma mater* que me abriu todos os horizontes. Meu pai era um grande dentista, mas sempre respeitou as minhas decisões. A partir da Faculdade de Direito, exerci inúmeras funções públicas, estaduais e federais.

A Família Azevedo Marques possui um longo histórico de participação jornalística e política, em diferentes momentos. Um antepassado nosso foi assessor de D. Pedro I. Depois, Joaquim Roberto de Azevedo Marques participou da fundação do jornal *Correio Paulistano*. O Corifeu de Azevedo Marques fez nome como radialista na Rádio Tupi. Tivemos dois diretores da Faculdade de Direito: José Manoel de Azevedo Marques, que também foi ministro das Relações Exteriores de Epitássio Pessoa, e o meu primo, Floriano Peixoto Azevedo Marques. Foi, sem dúvida, o esteio para os meus valores arraigados na ampla defesa do Estado Democrático de Direito.

Seja pelo histórico familiar e por todo simbolismo, tive o privilégio de estudar Direito no Largo São Francisco, onde eu aprendi a lição fundamental que é respeitar as ideias divergentes. A Faculdade era o lugar de convívio saudável entre monarquistas, integralistas, comunistas, socialistas. Era uma gozação danada! Os estudantes eram críticos, boêmios,

brincalhões. E tudo atingia o ápice na famosa peruada do dia 11 de agosto, em que os estudantes põem para fora todo o seu senso crítico e de humor. No meu tempo de estudante, nunca houve violência por divergência ideológica.

Quando falo da Faculdade de Direito, as lágrimas quase me chegam os olhos. A Faculdade foi fundada em 1823 por D. Pedro I. Desde então, a instituição participou de momentos centrais da sociedade brasileira, desde as campanhas da independência, da abolição da escravidão, da luta contra todas as ditaduras, e continua essa história até os dias de hoje, sempre em defesa do Estado Democrático de Direito.

Tem um outro episódio da faculdade interessante que eu vou contar, envolvendo o Dr. Gama e Silva, que foi Ministro da Justiça durante o governo do Costa e Silva. O Gama era um homem articulado com a Ditadura, e paciente do meu pai. As duas famílias eram amigas, tanto é que a gente chamava o ministro carinhosamente de Gaminha. É, digamos, uma contradição que eu reconheço.

Houve uma cerimônia no Salão Nobre da faculdade. Quem presidia era o Dr. Gama e Silva, que era Ministro da Justiça. O governador de São Paulo era o Laudo Natel, que não pôde ir na cerimônia. Para representar o governador, fez-se presente o General Porfirio da Paz, então vice-governador. Quando foi composta a mesa que presidia os trabalhos, chamou-se o Ministro da Justiça e o vice-governador. Quando o general foi assumir o seu lugar, os estudantes lá na galeria começaram a cantar

*Chegou o general da banda, eee,
chegou o general da banda, eá.*

Esses são os estudantes de direitos do Largo São Francisco. Terríveis, críticos, independentes, corajosos! Muitos estudantes deram a vida pela defesa da democracia, seja na Revolução Constitucionalista de 1932, seja na ditadura do Getúlio, seja na ditadura dos militares.

Da luta contra a ditadura dentro dos possíveis... Até vou contar um episódio interessante. Meu padrinho de casamento foi o Dr. Neto Armando, já falecido, grande especialista em direito comercial e presidente da Comissão Geral de investigações (CGI) em São Paulo. Eu fazia uma oposição democrática ao regime militar, e os militares andaram no meu encalço, perguntando sobre mim ao Dr. Neto, que saiu em minha defesa.

– O Dr. João Benedicto é meu afilhado. Ele não é comunista coisa nenhuma, senão uma pessoa preocupada com as questões sociais.

Durante o regime militar, eu estava participando de uma passeata e fui conduzido ao DOPS, na época em que o delegado era o Romeu Tuma. Até fui muito bem tratado, porque eu vinha de uma família tradicional. Graças aos vínculos familiares, seja com o Dr. Gaminha ou o Dr. Neto Armando, é que eu não sofri com o regime. Mas esse não foi o mesmo caso de alguns companheiros, sobretudo aqueles que entraram na luta armada.

Pessoalmente, nunca fui favorável à luta armada. No meu pensamento, por mais cruel que fosse a ditadura, a oposição teria de ser por meios democráticos, e que a luta armada não iria conduzir a lugar nenhum, como de fato ocorreu. A violência nunca levou a bons lugares. É claro que a gente deve lutar contra as ditaduras, mas há limites. Os limites são os direitos humanos. Quem viola os direitos humanos não pode se apoderar. Evidente que não há como comparar a violência da polícia e dos militares com a violência da luta armada... A discrepância é de um elefante e uma formiga.

Há um outro fato interessante da faculdade, que geralmente passa despercebido. Em toda a história da faculdade, a polícia nunca se atreveu a entrar lá dentro! Sobretudo pela coragem dos estudantes e pela história da faculdade. Mesmo os políticos de direito não queriam manchar as mãos com uma invasão, o que rapidamente evoluiria para um escândalo internacional. Com o passar do tempo, a Faculdade foi ficando cada vez mais forte politicamente. Por isso também é conhecida por Território Livre do Largo São Francisco.

E tem as trovas acadêmicas, como a inesquecível *Heroica Pancada*, de Tobias Barreto:

*Quando se sente bater
No Peito heróica pancada,
Deixa-se a folha dobrada
Enquanto se vai morrer...*

E no final diz:

*Onde é que mora a amizade,
Onde é que mora a alegria?
No Largo de São Francisco,
Na Velha Academia...*

Depois tem uma que é assim. Ah, essa é gozada:

Perna de velha é cas-cu-da,

Perna de moça é ma-cia...

Em frente à Faculdade de Direito, tinha o famoso bar do Chico Elefante, lugar de muitas lembranças compartilhadas pelos alunos da minha geração. Um outro salão na região do Largo São Francisco tinha mesa de sinuca. Quando os calouros iniciavam o curso, fazia-se um desfile atrás da Faculdade, para escolher o Miss Bundinha. Os estudantes da São Francisco eram do piru!

Depois que me formei, em 1961, passei por diversos cargos públicos. Fui procurador de justiça pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) entre 1964 e 1991. Durante o governo do Franco Montoro, fui coordenador dos estabelecimentos penitenciários de São Paulo. Depois eu fui nomeado Secretário Nacional de Justiça durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ocasião em que conheci o sistema penitenciário do Brasil inteiro. Finalmente, fui Secretário da Administração Penitenciária durante todo o governo Mário Covas, entre 1995 e 1999. O Dr. Mário Covas era afilhado de casamento do meu pai, então nós tínhamos uma ligação muito íntima. Sou filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – do Mário Covas, frize-se! Também tenho excelentes relações com os quadros do Partido dos Trabalhadores (PT).

É preciso fazer justiça ao nome do Dr. Mário Covas, que foi um homem de grande coragem. Filiado a mesma tradição democrática, o vice-presidente Alckmin é um homem de caráter e posicionamento firme. A diferença entre os dois, eu diria, está no temperamento. O Dr. Mário era mais estridente; gostava de fazer reuniões com os secretários em um tom teatral. Suas broncas aos secretários eram muito pesadas! Mesmo com toda a cobrança, ele gostava de usar uma frase interessante como “os erros do meu governo são meus, e os acertos são dos senhores”. Trata-se de um homem de grande hombridade. Já o Alckmin tem o comportamento mais temperado, prudente. Ninguém melhor do que ele para aconselhar o Lula neste terceiro mandato presidencial.

Toda a minha experiência pública, seja em São Paulo ou Brasília, foi decisiva na minha vida. Em São Paulo, certamente a atuação contra o Esquadrão da Morte e o meu trabalho no caso Carandiru foram importantes, no que concerne à defesa dos direitos humanos. Em Brasília, pelo Ministério da Justiça, conheci o Brasil do Oiapoque ao Chuí, sempre visitando sistemas penitenciários e sistemas de polícia. Também fui convidado a visitar o sistema penitenciário de diferentes países, na Europa e em todo o continente Americano.

À convite do governo americano Carter, eu conheci o sistema penitenciário e policial dos Estados Unidos. Então eu viajei os EUA de ponta a ponta, desde São Francisco, Nova York, passando por Los Angeles, Detroit. O que me impressionou era que eles tinham mais ou menos os mesmos problemas que nós temos: superlotação, alta taxa de reincidência... A grande diferença era que a maior parte dos guardas prisionais eram brancos. Os presos, em sua maioria negros, olhavam os transeúntes com verdadeiro ódio. Só então compreendi a complexidade da questão racial nos Estados Unidos. A vida pública me proporcionou experiências muito ricas!

Eu fui testemunha de momentos muito emocionantes, como o movimento das *Diretas Já!*, que tomou conta de São Paulo. O estrondo e a energia da população foram realmente impressionantes! Toda aquela esperança pela democracia se substanciou na nossa Constituição Federal de 1988 (CF/88). Esperança substanciada no passado, é assim que encaro o futuro... Em 1989, testemunhei a Queda do Muro de Berlim, para mim, o episódio mais emocionante da minha vida. Fiquei até um pouco preocupado porque havia o receio de uma eventual intervenção russa, que graças a Deus não aconteceu. Foi um espetáculo ver o povo alemão dançando nas ruas, se abraçando!

Mas também fui testemunha direta de momentos muitos tristes na história da República, como a atuação do Esquadrão da Morte e o Massacre do Carandiru, passando pelas tragédias menores, mas ainda assim, tragédias... As cenas do Carandiru foram as piores coisas que eu vi na vida... Mas, começemos pelo Esquadrão da Morte. Sem dúvida, um momento fundamental na minha trajetória foi o trabalho de investigação do Esquadrão da Morte, junto com o Dr. José Luiz Fonseca Tavares e o saudoso Dr. Hélio Pereira Bicudo, então responsável pelas investigações, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

O Esquadrão da Morte é um retrato da violência policial, que infelizmente perdura; uma mistura de despreparo e criminalidade. O grupo foi uma milícia chefiada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que comandou um esquema altamente lucrativo de assassinatos encomendados. Os detalhes das operações eram decididos num bar na Avenida Duque de Caxias, centro de São Paulo, em reuniões das quais participavam maus policiais, entre eles, o próprio delegado Fleury e o investigador João Carlos Tralli. Mais de 250 pessoas foram mortas pelo Esquadrão da Morte!

Para dimensionarmos a audácia desse grupo. Uma vez eles chegaram a desparafusar a tarraxa do pneu do juiz corregedor com quem eu trabalhava, Dr. Hildebrando Dantas de Freitas! Em outra ocasião, o Sérgio Fleury e toda a trupe fizeram uma passeata de mais de 30 carros com a sirena ligada, passando em frente ao TJ-SP, como forma de ameaçar os desembargadores. Foi nesse contexto de atuação ilegal do delegado Fleury e a sua milícia que eu tive contato pela

primeira vez com o antigo Presídio Tiradentes, que ainda estava ativo. É uma história interessante e trágica, e começa com o assassinato do Nego Sete.

Em 1968, houve a morte de um bandido perigoso de Guarulhos, no Bairro Vila Fátima: o Antonio de Souza Campos, vulgo Nego Sete. Só que, na verdade, o Nego Sete estava preso no Presídio Tiradentes – ou melhor, deveria estar preso. O padre Agostinho, que era o capelão daquele presídio, à época coordenador da Pastoral Carcerária, disse-me em tom de confidência:

– Olha, Dr... Na sala do diretor tem um armário. E nesse armário tem um documento chamado “Recolha”, um boletim de recolhimento dos presos. Analise as Recolhas e veja qual preso está faltando nas celas.

E assim fiz. Em alguns casos, no documento constava que o sujeito estava preso, quando na verdade ele tinha sido retirado da cela e morto. O caso do Nego Sete foi essencial para a investigação que se sucedeu sobre as práticas do Esquadrão da Morte. No linguajar que a gente incorpora trabalhando com segurança pública, o preso virava um “presunto”, isto é, um cadáver. O Esquadrão da Morte é um retrato da violência policial no Brasil, que infelizmente perdura até hoje; uma mistura de despreparo com criminalidade.

A partir da denúncia do padre Agostinho, eu passei a realizar vistorias no Presídio Tiradentes. Em um primeiro momento, o presídio era ocupado apenas por presos comuns. Posteriormente, durante o regime militar, passou a ser utilizado também para presos políticos. Antes do Recolhimento Provisório de Menores (RPM), no Brás, pasme, os menores infratores eram enviados para o Tiradentes! O diretor era um assistente social que levava os meninos para assistirem ao jogo do Corinthians no Pacaembu.

Em todos os sentidos, aquele presídio era um pesadelo... Um lugar sujo, escuro, com largo histórico de violações dos direitos dos presos. Pelas condições desumanas, eu pedi a inertenção do Presídio Tiradentes. Assim como a Casa de Detenção, aquele foi um estabelecimento prisional de triste memória. Era um lugar lúgubre, mal assombrado, escuro...

Lembro-me vivamente de uma ocasião em que eu estava realizando uma inspeção no Presídio Tiradentes. Eu estava visitando o pátio, que era muito grande, acompanhado de um oficial da PM. Aquilo que eu vi me deixou com a mais pujante indignação! Aquele presídio estava a maior sujeita, uma promiscuidade... Durante a caminhada pelo pátio, eu vi uma lata de coca-cola vazia. Eu chutei a lata de coca-cola tão forte, que ela cruzou o pátio. E bradei:

-- Isso aqui é uma esculhambação! Onde já se viu essa promiscuidade, essa sujeira?

Eu me lembro disso até hoje!

Bom, então podemos falar sobre os acontecimentos de 02/10/1992 na Casa de Detenção. Antes do Massacre, eu conhecia razoavelmente a situação da Casa de Detenção de São Paulo.

A superlotação já era bem conhecida, sobretudo nas celas coletivas do Pavilhão 9. À época dos fatos, eu era advogado membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ao convite do presidente da Comissão, Dr. Ricardo Carrara Neto, que foi um grande criminalista. Foi o meu primeiro cargo fora do Ministério público. Um tempo depois, fui presidente da Comissão.

No dia 2 de outubro de 1992, eu estava na minha casa, em São Paulo. Eu sabia mais ou menos o que estava acontecendo pelas notícias da tv. No dia 3/10, todos os jornais de SP tinham dado a manchete. No dia 4/10, me liga o presidente da OAB-SP, Dr. José Roberto Batóquio:

– Dr. João, o senhor vai me fazer um favor: vai até a Detenção, e veja a real extensão dos acontecimentos.

Naquela mesma data, 4/10, o Dr. Carrara e eu fomos em seu fusquinha à porta da Casa de Detenção. Chegamos na efervescência dos acontecimentos. Logo no portão, o cenário era de guerra: 1500 pessoas gritando desesperadamente, esperando notícias dos entes queridos. O diretor da Detenção, Dr. José Ismael Pedrosa, nos escoltou, e nós entramos no Pavilhão 9. O que nós vimos nos deixou completamente ho-rro-ri-za-dos! Mesmo após 48 horas, os corpos ainda não haviam sido retirados, porque a perícia ainda não tinha sido feita, e não houve tempo para remanejar os presos daquele pavilhão. Nós vimos muitos corpos no interior das celas. Aquela foto dos corpos amontoados no segundo andar, eu vi aquela cena...

Os corredores todos, com o perdão do exagero, se converteram em verdadeiros rios de sangue. Os detentos, que permaneciam nas dependências daquele inferno, estavam com o olhar de completo estupor. O salto total foi de 111 mortos, e mais 150 ou 200 feridos, dos quais 20 ou 30 morreram posteriormente. Conclui-se que não foram “somente” os 111 que entraram para os registros oficiais... O número de mortos é ainda maior. Considera-se, ainda, que muitos dos presos mortos eram detentos provisórios, sem condenação, e, portanto, potencialmente inocentes.

O Dr. Pedrosa, um diretor com longa experiência no sistema penitenciário, me disse algo que nunca mais saiu da minha cabeça:

– Doutor, aqui aconteceu uma tragédia... Não era necessário fazer o que fizeram.

Eu nunca vou me esquecer... Nas paredes das celas, à 1m30cm do chão, marcas visíveis de tiros de metralhadora, provando: I- que os disparos foram efetuados de fora para dentro das celas; II- que os presos foram mortos rendidos, ajoelhados ou deitados. Ou seja, a polícia simplesmente entrou fuzilando, à torto e à direita, os presos, que desde o começo da operação não esboçaram reação. A matança foi tamanha que um Tenente coronel gritava para os policiais oficiais que estavam subindo os andares:

– Parem, parem! Parem, seus filhos da puta!

A primeira covardia foi que os presos estavam desarmados. Mesmo os estiletes fabricados na cadeia foram descartados pelos presos antes mesmo da invasão acontecer. A segunda covardia, conforme os laudos demonstraram, foi que muitos presos morreram fuzilados pelas costas. E finalmente, um ponto essencial: os presos não reagiram. O laudo do Instituto de Criminalística foi muito claro em apontar que os presos foram mortos rendidos. São conclusões que demonstram o grau da estupidez humana. Não havia nenhuma necessidade de matar, porque no momento da invasão, havia tão somente uma briga entre presos. Agora, quando a tropa entrou, desandou tudo. Essa foi a tragédia...

Posso afirmar categoricamente que nunca vou me esquecer as imagens que eu vi no dia 04/10/1992. Não foi algo que eu ouvi... Eu vi! Os corpos, o rio de sangue, as paredes com buracos de tiro, os colchões encharcados de sangue, o olhar de torpor dos sobreviventes... Como promotor do MP-SP, eu já tinha assistido a inúmeras biópsias. Como fui promotor do juri por muitos anos, eu estava habituado a ver cadáveres. Mas nunca, NUNCA tinha visto nada que se aproximasse longinquamente disso... Nunca ninguém imaginaria ver uma coisa horrenda dessa... Fico emocionalmente assustado, perplexo... Mas aconteceu... O pior é que aconteceu. *O Massacre do Carandiru me marcou para o resto da vida.*

Imagem 31 – Corredor de sangue pós-Massacre do Carandiru



Fonte: Arquivo da CTV – APESP.

Sabe, eu estudei em colégio jesuíta. Fui educado exemplarmente nos preceitos cristãos da caridade, do perdão, da compreensão e da tolerância. Na Faculdade de Direito, eu trabalhei

longamente na assistência judiciária. Visitei muitos presos, tomei contato com a realidade de inúmeros estabelecimentos prisionais no Brasil e no mundo; dei voz de prisão, bradei pela justiça, lidei com todo tipo de criminoso, do ladrão ao miliciano. Conheci de perto a Ditadura Militar e perdi amigos. Depois acompanhei de perto os desdobramentos da rebelião de 2002 na Penitenciária Urso Branco, em Rondônia, que resultou em mais de 20 mortes. Posso afirmar categoricamente que nada disso se compara com o que eu vi no dia 04/10/1992, sem, com isso, diminuir a gravidade de tais tragédias.

O Massacre do Carandiru foi o maior morticínio penitenciário do Brasil, e talvez um dos maiores do mundo. Nos Estados Unidos e na Europa houveram alguns Massacres famosos no sistema penitenciário, mas eu não conheço nenhum acontecimento com a extensão e a gravidade do que ocorreu naquele dia...

Passados mais de 30 anos daquele triste acontecimento, precisamos ter a parcimônia e o equilíbrio a fim de analisarmos o passado sem procurar culpar as pessoas nominalmente. O que aconteceu no dia 2 de outubro de 1992 foi uma sucessão de equívocos. O Dr. Pedrosa, diretor da Detenção, telefonou para a Secretaria de Segurança dizendo que havia um conflito no Pavilhão 9. Quem atendeu foi o secretário de Segurança Pública, Dr. Pedro Franco de Campos, meu amigo, um sujeito corretíssimo. Porém, ao invés de ir pessoalmente acompanhar as negociações, como era o costume nesses casos, ele mandou em seu lugar o assessor para assuntos penitenciários, Dr. Antonio Filardi Luiz. Esse, ao meu ver, foi o primeiro erro.

O Dr. Filardi se dirigiu ao local e, junto com o diretor Dr. Pedrosa, procurou negociar com os presos. Porém, o Dr. Filardi, ao invés de prosseguir as negociações, entregou o comando para o cel. Ubiratan Guimarães, então comandante do Policiamento Metropolitano. Não estou atribuindo responsabilidade ao Dr. Filardi. Mediante o contexto apresentado, ele fez o que achou melhor. Finalmente, o cel. Ubiratan perdeu o controle da operação e a polícia invadiu o Pavilhão 9 com tudo. Houve o estouro da boiada, e aconteceu toda a tragédia.

É impossível falar em apenas uma causa ou um responsável. Foi um conjunto de fatores que levaram ao pior cenário. A Casa de Detenção era um presídio superlotado, então tudo tinha dimensões enormes. Não culpo o governador Fleury ou o secretário Dr. Pedro Franco. Também não quero culpar o cel. Ubiratan, até em respeito à memória dele. Eu guardo na memória que o Massacre ocorrido no Pavilhão 9 me despertou o receio de novas tragédias prisionais, que, ao final das contas, aconteceram, embora em proporções menores.

No dia 07/10/1992, a OAB-SP constituiu Comissão de investigação formada pelo presidente do Conselho Federal da Ordem, Dr. Marcello Lavenère Machado, pelo Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, e pelo Carlos Chaves, representante da Associação

Brasileira de Imprensa (ABI), uma entidade importantíssima. Na condição de Assessor Especial da CDDPH, o meu papel foi tomar os depoimentos dos policiais oficiais que estiveram na operação, na OAB/SP. Com o auxílio da Polícia Federal, eu escutei soldados, cabos, sargentos, capitães, e até o cel. Ubiratan. Cheguei a constatação de que os oficiais estavam, digamos, "arrepentidos" e com receio das consequências. Mas não adiantava mais nada. A porta já havia sido arrombada.

Depois que fizemos todas as investigações, constatamos a absoluta desnecessidade e do abuso manifesto pela Polícia Militar. Talvez os policiais, quando entraram na Detenção, tenham ficado assustados, perplexos com todo aquele cenário intimidador. Naturalmente foram xingados pelos presos e perderam o controle da operação. Sim, o que motivou a invasão foi, basicamente, os xingamentos dos presos. Os detentos batiam nas portas das celas com pedaços de ferro, fazendo uma algazarra imensa... Mas eu volto a dizer: isso não configura motivo para entrar fuzilando os detentos.

O livro *História de um Massacre: Casa de Detenção de São Paulo* é resultado da representação feita pela CDDPH ao Conselho Federal da Ordem no dia 01/12/1992. Quando eu e o Dr. Carrara testemunhamos os acontecimentos, fomos tomados por um sentimento misto de perplexidade e espanto, que foram os elementos para as denúncias presentes no livro. O Dr. Marcello Levenère deu o apoio moral na condição de presidente do Conselho Federal, e conseguiu o necessário patrocínio da Ordem. Durante as investigações, ele veio à São Paulo acompanhar as audiências de apuração dos fatos que foram realizadas no Conselho da Ordem, presidida pelo Dr. Batóquio.

As posições firmes que a Ordem adotou à época tiveram grande repercussão. Talvez o nosso maior mérito tenha sido o estabelecimento da verdade por meio de uma rigorosa investigação, entrecruzando os dados obtidos por laudos balísticos, laudos do IML e depoimentos. Todo esse conjunto de provas, associado a tudo o que nós vimos, não deixou dúvidas de que se tratava de um morticínio desnecessário.

Depois dos acontecimentos, enquanto secretário de Administração Penitenciária do governo Mário Covas, eu fui à Organização dos Estados Americanos (OEA), à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e à Organização das Nações Unidas (ONU) para prestar depoimentos sobre o caso. Na época, expliquei que tinha sido de fato um Massacre, uma tragédia desnecessária, mas que eu tinha certa esperança de que o MP e a Procuradoria do Estado fizessem as ações de indenização. Pena que isso arrastou-se tanto no tempo! Ainda restam processos penais em tramitação, e as punições acabaram não acontecendo, na medida

que deveriam. O caso Carandiru se tornou um retrato da lentidão tão característica da justiça brasileira. Uma coisa é certa: justiça atada é justiça falha.

A desativação da Casa de Detenção de São Paulo foi uma medida acertada e necessária. Os fatos ocorridos no Pavilhão 9 estarreceram a nação, com repercussão nacional e internacional. Como secretário de Administração Penitenciária, estive diretamente implicado no planejamento da desativação da Detenção.

Imagem 32 – Governador Mário Covas (centro) e secretário de administração penitenciária João Benedicto de Azevedo Marques (esquerda) em vistoria na Casa de Detenção de São Paulo (22/02/1996)



Fonte: Ângelo Perosa/A2 Fotografia. Acervo Mário Covas – APESP.

Todo aquele complexo prisional, incluindo a Casa de Detenção Detenção, a Penitenciária do Estado, a Penitenciária Feminina, era incontrolável. Com a desativação da Detenção, veio a tentativa de criar novas vagas com a construção de novos estabelecimentos penitenciários no interior do Estado. Não acho que tenha sido uma política penitenciária errada, mas o fato é que estamos novamente com problemas superlotação, tanto na capital quanto no interior.

Associado à superlotação, o contingente de funcionários permanece insuficiente, e muitas vezes não possui o preparo necessário. Há também deficit nos serviços de saúde, educação e profissionalização dos presos. Tudo isso, associado à lentidão da justiça em responder às solicitações de progressão de regime, cria um clima de revolta generalizada.

Em uma situação de emergência, penso ser o caso de promover o indulto para o maior número possível de pessoas, diminuindo assim a pressão das prisões. Com isso, não quero dizer que a “panela” esteja prestes a explodir, mas que precisamos executar medidas inteligentes antes da explosão acontecer, e não somente depois das tragédias prisionais.

Imagem 33 – Secretário de Administração Penitenciária João Benedicto de Azevedo Marques, na ocasião do espetáculo *Auto da Compadecida*, encenado por presos da Casa de Detenção de São Paulo – Teatro Sérgio Cardoso (13/08/1999)



Fonte: Tito Brito/A2 Fotografia. Acervo Mário Covas – APESP.

A superlotação dos presídios, seja em São Paulo ou nos demais estados, constitui preocupação constante na minha vida. Até porque, desde o Massacre do Carandiru, nós tivemos rebeliões e tragédias em vários locais. Afinal, por que a criminalidade está crescendo, no Brasil e em outros países do mundo? Primeiro, há de se considerar a mudança no perfil de presos. Na ocasião do Massacre do Carandiru, predominavam os presos por furto e assalto. Hoje a situação é completamente distinta. As prisões estão superlotadas de traficantes e usuários de drogas... Esse é o perfil predominante. O consumo e o tráfico de entorpecentes constituem grandes problemas sociais, que devem ser enfrentados com políticas de atenção social e monitoramento de fronteira.

O Brasil possui dimensões continentais, com fronteiras terrestres, marítimas e aéreas que nunca foram devidamente policiadas. Para tanto, nós precisávamos ter uma Polícia Federal com pelo menos cinco vezes o contingente atual. Nesse sentido, poder-se-ia valer do Exército, Marinha, Aeronáutica e os pelotões de fronteira, para fazer um enfrentamento sério contra o tráfico de drogas. O crime organizado no Brasil se tornou *business*. Uma coisa é certa: não é lotando ainda mais os nossos presídios que vamos resolver o problema do crime organizado.

Em relação às políticas de segurança pública, o que eu posso dizer com propriedade é que tanto o Dr. Mario Covas quanto o Alckmin fizeram aquilo que era possível. É preciso compreender que os problemas da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP) não constituem somente uma questão de governo. Trata-se, na verdade, de uma questão mais abrangente, de cultura e de formação. Qualquer iniciativa para melhorá-la é um longo processo. Ainda assim, preciso dizer, reputo a PMSP como sendo a melhor polícia do Brasil. Trata-se de uma instituição hierarquizada, disciplinada e corajosa. Imagine fazer patrulhamento na periferia de São Paulo, de madrugada. O risco é enorme!

Ademais, não devemos lembrar somente dos erros da nossa Polícia Militar, mas também dos grandes acertos ao longo do tempo, seja servindo como braço forte na Revolta Paulista de 1924 ou durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Mais do que os momentos históricos, a PMSP presta um grande serviço cotidiano à sociedade. É evidente que precisamos investir na formação do policial desde a academia. De igual monta, é essencial manter as câmeras acopladas no uniforme, uma medida de segurança para a sociedade, para o cidadão e para o próprio policial. Com todos os eventuais erros que a instituição cometeu ao longo da história, eu admiro a nossa Polícia.

Em direito romano, tem um provérbio que diz *Virtus in medio est*: a verdade está no meio. No mesmo sentido, Vicente Mateus, que foi presidente do Corinthians, dizia divertidamente que a verdade é uma faca de dois legumes. Desses ensinamentos, concluo que a verdade sempre tem dois lados. O que a vida exige é prudência para analisarmos os problemas públicos com cautela e inteligência. Eu tenho muita esperança de que as coisas vão melhorar. Diria até que eu sou otimista, mas sempre com os pés no chão.

O que aconteceu no Carandiru foi uma tragédia que me deixou marcas profundas... Os meus olhos cor castanho esverdeado ficam ainda mais claros quando estou emocionado, como estou agora.

2.3. DEISE BENEDITO

“A Deise precisa ser entrevistada.” Com essas palavras, Flávio Straus indicava a relevância de uma trajetória marcada pela atuação continuada na defesa dos direitos humanos. No contexto do Massacre do Carandiru, Deise integrava a então Subcomissão de Direitos Humanos da OAB-SP e foi uma das poucas pessoas a ingressar no Pavilhão 9 no dia 3 de outubro de 1992. Foi também a única mulher negra entre os membros da Comissão presentes naquele momento. Não deixava de causar espanto a sua completa ausência do relatório da Comissão publicado como livro em *Histórias de um Massacre*.

O primeiro contato com Deise ocorreu por meio do Instagram. Com o seu aceite, marcamos uma entrevista online para a tarde de 2 de dezembro de 2022. Apesar de uma agenda intensa, Deise criou as condições para que o encontro acontecesse. Ela estava em um hotel em Brasília; eu, no gabinete docente que ocupava na FCH/UFGD. Apresentei os objetivos da pesquisa e o caráter aberto da entrevista, procedimento adotado ao longo de todo o projeto. Com sua autorização, iniciamos a gravação em áudio, que durou cerca de uma hora.

Ao longo da conversa, tornou-se evidente que as experiências relacionadas à Casa de Detenção de São Paulo operam como um eixo estruturante de sua memória. Entre as muitas situações vividas ao longo da trajetória profissional, o Carandiru aparece como referência recorrente, acionada como ponto de condensação de sentidos. Essa centralidade não decorre apenas da excepcionalidade do evento, mas da forma como a experiência prisional se inscreveu em sua biografia, orientando leituras posteriores sobre violência institucional, justiça e responsabilidade do Estado.

Assim como as histórias de Flávio e João Benedicto, a história de Deise permite observar como a memória do Carandiru ultrapassa os limites da experiência direta do cárcere e se projeta para além de seus muros. A evidente diferença está nos marcadores de gênero e de raça que orientam detalhes essenciais do aprisionamento no Brasil: o predomínio de jovens negros, visitados por mulheres negras.

A etapa de conferência da entrevista revelou-se particularmente elucidativa. O intervalo entre a realização da entrevista e a revisão do texto permitiu que certas passagens ganhassem novos contornos, enquanto outras perdiam centralidade. Esse processo evidencia a natureza dinâmica da memória, sempre atravessada pelo presente. Durante a conferência, acontecimentos recentes interferiram diretamente na releitura das lembranças, reativando associações e comparações.

Foi nesse contexto que a operação policial realizada nos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 2025, com elevado número de mortes, emergiu como referência. A ampla circulação midiática do episódio e os paralelos estabelecidos com o Massacre do Carandiru acionaram, no processo de conferência, novas camadas interpretativas. A lembrança do Carandiru passou a operar como matriz de leitura para compreender outras situações de violência estatal, não por equivalência direta entre os casos, mas pela recorrência de padrões narrativos, institucionais e justificatórios.

Em mensagem trocada durante a conferência, Deise observou: “a minha cabeça viajou, ainda mais com os 121 mortos no RJ”. Sua frase sintetiza um mecanismo recorrente da memória de expressão oral: acontecimentos do presente ativam lembranças do passado, reordenando-as à luz de novas experiências. A memória do Carandiru ultrapassou os limites factuais e transborda como chave para a leitura de violações cometidas pelo Estado na democracia. Há um fio narrativo comum entre “111” do Carandiru e os 121 do Rio de Janeiro.¹

Como assinalou Paul Ricoeur, dialogando com os pressupostos aristotélicos, a memória é do passado (2007, p. 34-35), mas nunca se apresenta como passado puro. A lembrança do passado manifesta como reconstrução situada, atravessada pelas circunstâncias do tempo presente. A história de Deise permite observar, com clareza, esse movimento: o Massacre do Carandiru permanece como referência ativa, continuamente reativada diante de novas violações de direitos humanos.

¹ Os paralelos entre o Massacre do Carandiru e o caso recente que resultou em 121 mortos no Rio de Janeiro foram quase imediatos ao evento: Cito alguns exemplos: BERTOLACCINI, Ana Júlia. Ação mais letal da história do RJ supera em mortes o Massacre do Carandiru. *CNN Brasil*, São Paulo, 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/acao-mais-letal-da-historia-do-rj-supera-em-mortes-o-massacre-do-carandiru/>. Acesso em: 13/11/2025. TOMAZ, Kleber. Ações mais letais do país. *G1*, Rio de Janeiro, 29 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/29/acoes-mais-letais-do-pais.ghtml>. Acesso em: 13/11/2025. GANDRA, Alana. Operação supera Massacre do Carandiru em violações, diz deputada. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 29 out. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2025-10/operacao-supera-massacre-do-carandiru-em-violacoes-diz-deputada>. Acesso em: 13/11/2025.

A minha passagem pelo Carandiru foi um batismo de sangue

Imagem 34 – Deise Benedito



Fonte: Deise Benedito – Acervo pessoal.

Eu sou graduada em Direito, doutoranda em Direitos Humanos e mestra em Direito e Criminologia pela Universidade de Brasília (UnB). Desde os anos 1980, sou ativista no movimento negro, sendo uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, e atuo na área dos direitos humanos. Fui perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), e nos últimos anos tenho atuado como assessora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) na Câmara dos Deputados na área de segurança pública – acompanho a Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado.

Por toda a minha vida fui preocupada com questões sociais, em particular, com a segurança pública, sistema penitenciário e o seu elemento racial e racista. Disto isto, comecei a minha inserção dentro da questão prisional através da minha atuação como ativista no movimento negro nos anos 80. Por volta de 1988, eu trabalhava como escrevente técnica judiciária na Vara de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). Eu dava andamento aos processos de execução penal após a expedição de carta de guia, lia os processos de execução após trânsito em julgado, me perguntando como se daria a sentença dos réus relacionando à questão prisional à questão racial.

Comecei a observar a predominância de um perfil de preso: em sua maioria jovens negros entre 18 e 25 anos. Um outro detalhe: as penas eram particularmente longas, variando

entre 5 anos e 4 meses e 6 anos e 2 meses. Tudo isso foi me chamando atenção. Embora não estivesse orientada por uma metodologia de pesquisa, eu comecei a marcar os casos e levei a discussão do encarceramento da população negra para o Geledés.

Um dia, teve uma atividade na Câmara Municipal de São Paulo com o Harlem Désir, ativista francês presidente do SOS Racismo. Ele estava falando das manifestações na França no final anos 1980, principalmente no que se refere ao crescimento da homofobia, xenofobia e racismo. Aquele auditório estava cheio de gente, e todo mundo estava escutando atentamente. No momento das intervenções, um senhor branco, alto dos olhos azuis se levantou e pediu a palavra:

– Meu nome é Roberto Francisco Reardon. Sou padre e Coordenador da Pastoral Carcerária, e quero apontar para vocês a existência de um número muito grande de negros nas prisões no Brasil. Acho que seria importante ver o aprisionamento neste país como parte do racismo.

Quando a palestra terminou e o auditório começou a se esvaziar, o padre Chico, como era conhecido, veio conversar comigo. Quando lhe disse que eu trabalhava em Geledés, recebi prontamente um convite para participar de uma reunião da Pastoral Carcerária e tomar conhecimento daquela realidade. Imagina, eu fiquei super entusiasmada! O que seria uma reunião se transformou em cinco anos de trabalho voluntário, enquanto eu trabalhava na Vara de Execuções Criminais. Como a Pastoral Carcerária era perto do TJ-SP, dava para fazer uns corre.

Naquela época, a gente só fazia visitas nos Distritos Policiais (DPs), porque os Centros de Detenção Provisória (CDPs) ainda não existiam. Os DPs, te digo, eram um verdadeiro horror... Era uma situação de miséria e pobreza desagregadora. Sempre me chamou a atenção o número de jovens negros e as marcas que eles deixavam nas paredes. Os DPs pareciam senzalas superlotadas. Eu recebia algumas cartas dos presos contando as suas agruras, a prática de tortura, a ausência de medicação, a questão da demora referente ao andamento de processos, ou progressão de regime. Era uma época que não existia audiência de custódia, nem tão pouco Defensoria Pública no Estado de São Paulo. Com minha atuação junto a Pastoral Carceraria eu verificava alguns casos, e o que poderia ser feito junto a Vara de Execuções e Criminais.

Assim, eu atuava dividindo a minha vida profissional entre Pastoral Carcerária, Geledes e o TJ-SP. Participando das reuniões da Pastoral Carceraria e representando o Geledés fui convidada para fazer parte da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-SP pelos meus amigos Flávio Augusto Straus e Margarida Nogueira de Paula, ambos advogados, ativistas da area de direitos humanos. Apos participacao em inumeras reunioes na Subcomissao

de Política Criminal e Penitenciária a demanda crescente sobre a situação das mulheres presidiárias, cada vez mais desumanas e degradantes, que incluía a observar as questões mais urgentes, como a falta de absorvente, medicação, tratamento ginecológico fui secretária desta subcomissão, juntamente com Ruth Camacho Kadubla, Adariana Nunes Martorelli e Margarida Nogueira de Paula. Eu estava muito envolvida quando estourou o Massacre do Carandiru.

Tudo começou na tarde do dia 2 de outubro de 1992. Lembro que eu estava trabalhando na Vara de Execuções do TJ-SP, quando fiquei sabendo por alguns colegas que estava acontecendo uma rebelião na Casa de Detenção com indícios de uso de letalidade pelos policiais. Como o Fórum Criminal Ministro Mario Guimarães, onde estava instalada a Vara de Execuções Criminais, estava localizado na área central da capital de São Paulo, próximo da OAB-SP, eu fui para lá rapidamente para receber mais detalhes. Muitas entidades se reuniram na OAB-SP. Estavam presentes membros da Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária já havia rumores sobre a utilização de metralhadoras e execuções de presos, mas ninguém imaginava a real extensão e gravidade dos fatos...

Desta reunião, tiramos algumas conclusões do que poderia ser feito. Decidiu-se que no dia seguinte todos esses grupos organizados em defesa dos direitos humanos iriam até a Detenção, a fim de verificar a extensão dos fatos. Pouca gente se lembra, mas o dia 3/10/1992 foi o primeiro turno das eleições municipais, e o principal candidato da Direita era o Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), eleito no segundo turno. Era evidente a tentativa do Governo do Estado de esconder informações até o momento da votação.

Na manhã do dia 3 de outubro, quando nós chegamos na Casa de Detenção, vimos um número elevado de pessoas aglomeradas na porta principal de entrada. Aquilo estava absolutamente caótico! Várias pessoas, em sua maioria mulheres negras, pediam informação dos filhos, dos maridos, dos irmãos que estavam presos no Pavilhão 9. Também estavam presentes vários parlamentares do Poder Legislativo, do Executivo, o pessoal da Comissão de Direitos Humanos e Subcomissão de Política Criminal da OAB-SP Pastoral Carcerária. Dentre tantas autoridades, eu era a única cara preta naquele meio.

A nossa entrada na Casa de Detenção foi muito difícil, Além de todo o processo de institucionalização, que é terrível, a polícia através da cavalaria jogava os cavalos em cima dos familiares, em particular das mulheres que eram ofendidas com palavrões e retrucavam os chamando de assassinos... Eu estava junto com os meus colegas, esperando a liberação. Depois de umas três horas esperando, por volta das 10h da manhã, a gente foi autorizado a entrar. Os cavalos em cima dos familiares, os policiais xingando as famílias de vagabundas, sem vergonha, ofenderam as mulheres, batendo com o cacete... Um verdadeiro horror.

Minutos antes de eu entrar, uma senhora negra chegou perto de mim e falou:

– Moça, se você conseguir entrar, faz um favor para mim. Olha, esse aqui é o nome do meu marido. Eu preciso saber se ele está vivo ou está morto... Estou aqui desde ontem e não tenho notícias!

Nós precisamos lembrar que esses familiares estavam sem notícias dos seus presos, e a polícia estavam realmente maltratando geral. Estava uma confusão terrível... As pessoas comentavam que saíam de dentro da Detenção caminhões e mais caminhões de frigorífico levando os corpos, deixando aquele rastro de sangue no chão. É evidente que todos estariam em pânico, pensando o pior caso possível.

Mesmo com a autorização para entrada, assim que fui passar pelo portal da Detenção, um policial me deu uma cacetada e falou que eu não iria entrar! No seu julgo, eu não seria da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, um caso claro de racismo. Afinal, eu era a única mulher preta entre os representantes. O deputado estadual Valter Feldman, do PSDB, me puxou pelo braço e falou ao policial que eu iria entrar. Posso afirmar que cacetete dói, viu...

Depois dessa luta, nós entramos. Olha, o clima que nós vimos foi absolutamente surreal. Os funcionários estavam atônicos, e nos olhavam assustados, marcados de tanto sofrimento, tanto sangue, tanta violência. Os presos estavam pendurados nas grades, chorando, com faixas escritas "Paz", "Justiça", "Estamos de luto". E eu entrando e chorando... Era a primeira vez que eu estava entrando na Casa de Detenção. Eu tinha sim o hábito de entrar nos DPs, sabia o que era o sofrimento dos presos, mas tenho para mim que algo mudou naquele dia. *A minha passagem no Carandiru foi um batismo de sangue.*

Ao entrar na Detenção, passamos primeiro no teatro, que estava superlotado. Vários presos de diferentes pavilhões estavam lá para a missa em memória dos mortos assassinados. O Hélio Bicudo, presente na missa, era muito respeitado pela sua luta contra a Ditadura, e foi muito aplaudido pelos presos. Eu e mais uma amiga minha que já não está mais aqui, Margarida Nogueira de Paula, nos dividimos para cobrir terreno. Eu fui para o setor administrativo do Pavilhão 9, onde ficavam os prontuários dos presos. Era uma sala com uma mesa grande, repleta de prontuários. Muitos presos já tinham iniciado a contagem dos mortos.

Poucos minutos depois que entrei na sala, encontro o jornalista Caco Barcellos. Ele era muitíssimo respeitado pelos presos. Inclusive, ele tinha lançado em agosto de 1992 o livro *Rota 66*, falando dos Massacres perpetrados pela ROTA na periferia de São Paulo. O livro havia causado grande impacto. Seu livro tornou-se a confirmação do processo de extermínio de jovens negros pobres mortos pela mesma ROTA que ele havia denunciado. E o Caco estava lá dentro do Pavilhão 9!

Eu e o Caco conversamos rapidamente no setor administrativo do PV9 e começamos a levantar os nomes junto com os presos o nome dos vivos e dos mortos. Como eu trabalhava na Vara de Execuções Criminais, teria condições de verificar os processos daqueles que já haviam sido condenados e estavam em cumprimento de pena. Os presos me entregaram uma lista com os nomes dos presos mortos, os pseudos “111”. Na verdade, muitos presos que foram mortos sequer tinham prontuário! Esses não entraram para essa contabilidade...

Durante a contagem dos nomes, eu ainda estava com o papelzinho que aquela mulher havia me entregue na porta do Carandiru. Perguntei aos presos que estavam escrevendo a lista dos mortos, se haviam encontrado alguém com o nome do preso, que a esposa estava lá fora esperando notícias desde a noite. Todos me informaram que não tinha nenhum preso morto com aquele nome. De repente, esse homem apareceu lá do fundo, segurando uma vassoura. Ele era um dos presos que estava ajudando a limpar os corredores do PV9, e me pediu para avisar a sua esposa que estava vivo. Estava fazendo muito calor naquele dia... O cheiro de sangue já começava a feder... Um cheiro inesquecível. Mesmo com os presos lavando o chão, o cheiro era terrível.

Na hora que eu saí da Detenção, por volta das 16hrs, a senhora negra que queria informação do marido, se vivo ou morto, ainda estava aguardando na porta, junto com outros familiares. Ela estava segurando um tercinho e veio falar comigo.

– E aí, doutora?

– Seu marido está vivo. Estava até varrendo o pavilhão!

– Ai, graças a Deus! Obrigada, obrigada, obrigada, obrigada!

Foi uma felicidade estranha que me contagiou. Essa história me faz lembrar uma vez que eu e os meus colegas peritos do MNPCT, e do MEPCT-RJ muitos anos depois do caso Carandiru. Na ocasião, fomos fazer uma visita no Complexo Penitenciário de Benfica, no Rio de Janeiro. Nós fomos na ala onde estavam os presos em flagrantes crimes diversos. Era uma galeria imensa, com mais de 300 presos divididos por facção. Os presos todos daquele setor estavam machucados, e muitos estavam baleados com tiro de fuzil. Alguns dos detidos, pareciam umas peneiras, cheios de furos. Chegando na última cela da galeria, dois irmãos se aproximaram da grade e vieram conversar comigo.

– E aí, como você está?

– Tô mal, doutora... Estou com uma bala na perna. Meu irmão está preso aqui comigo, e ainda estou esperando o Pronto Socorro.

Naquele instante, o carcereiro chegou, e disse que estava com um alvará de soltura. Pediu licença para mim para informar que a liberdade iria cantar. Quando ele foi cantar a

liberdade, eu estava conversando, justamente com o jovem que havida sido foi baleado! Foi incrível... Os irmãos se abraçaram chorando. Nossa, e foi aquela felicidade!

Esse jovem me abraçou entre as grades, agradeceu pela minha presença, que ele atribuiu como sendo a causa da sua soltura. Tentei tranquilizá-lo dizendo que logo o irmão dele também seria solto, já que eles foram presos no mesmo b.o. Ver a alegria de um jovem preso que ganha a liberdade é uma coisa muito marcante indescritível. Isso me fez lembrar daquela esposa na porta do Carandiru, quando soube que seu marido estava vivo! É a mesma alegria.

Por tudo isso que estou dizendo, a minha experiência na Casa de Detenção foi uma experiência muito forte que marcou minha vida. Eu vi os funcionários profundamente abalados... Eles passam à noite inteira vendo os corpos sendo carregados a mando da polícia. Os presos que se encontravam no Pavilhão 9, aqueles que estavam vivos, nus, carregaram os corpos dos fuzilados. Em meio do sangue e aos corpos, alguns se fingiram de mortos. Todos estavam em choque.

Isso foi algo que eu ouvi diretamente dos presos! Durante o tempo que estive com os presos do setor administrativo do Pavilhão 9, ouvi o testemunho de alguns sobreviventes que se esconderam embaixo dos corpos dos mortos. Eles contaram que os policiais abriam os chichês, colocavam o cano da metralhadora e disparavam rajadas de tiros circularmente. Alguns policiais gritavam “aqui e a morte”.

Tudo isso que eu estou contando foi muito traumático para todo mundo, sobretudo para os presos jovens! A grande maioria dos presos do Pavilhão 9 tinham entre de 18 anos a 25 anos, e muitos nem sequer tinham sido condenados. Nem tinham sido ouvidos em audiência. Estavam na Detenção na condição de presos provisórios.

O Pavilhão 9 era justamente onde se aglomeravam presos que saíam dos DPs e que eram enviados à Detenção para aguardar a audiência. Como havia uma campanha de esvaziar os DPs de São Paulo, imagine, o PV9 estava superlotado. Muitos jovens já tinham tido passagem pelo sistema FEBEM, o antigo Recolhimento Provisório de Menores (RPM). Após o tempo de permanência na FEBEM, eram colocados simplesmente em liberdade, sem família, casa, trabalho, na condição de órfãos. Aos 18 anos eram obrigados a sair da FEBEM. Jovens sem perspectiva de vida... Nas ruas, caíam no crime, remetidos para os DPs, até descerem para Casa de Detenção, instalados no PV.9.

No dia 04/10, nós conseguimos identificar os mortos que estavam na lista que os presos elaboraram. Junto a Vara de Execuções Criminais, havia uma diretora extraordinária, Alice Jardenia, uma pessoa com visão de mundo muito ampliada. Ela coordenou o levantamento dos

nomes, e a verificação se havia execução criminal em andamento, após estas informações, passei para o pessoal da OAB-SP.

A partir desses dados preliminares, nós tivemos várias reuniões da subcomissão, envolvendo pessoas como Flávio Straus, Adriana Martorelli, Margarida Oliveira de Paula e o Padre Francisco Reardon, Pedro Egidio. Nós começamos a levantar as informações sobre a ação dos policiais, e os relatos eram horríveis. Algo sempre esteve claro: o número oficial de mortos é 111, mas o número efetivo de pessoas que morreram foi muito mais elevado...

Dos membros da subcomissão, o Flávio e a Adriana foram os principais envolvidos na escuta dos familiares. Eu lembro que houveram muitas reuniões com os familiares para discutir a questão da indenização e os encaminhamentos que deveriam ter sido feitos para que o Estado reparasse as vítimas. Compilamos os comentários dos familiares, depois os laudos do Instituto Médico Legal. Não restavam dúvidas de que houve um verdadeiro Massacre.

A minha participação nesta comissão se estendeu por mais um três ou quatro anos. Durante as nossas reuniões, abordávamos de forma contínua a questão da reparação às famílias com indenizações. Nós caminhamos até onde deu. Bom, sabemos como o Estado brasileiro funciona... Então houve o primeiro julgamento dos policiais, e depois tivemos aquelas decepções que se arrastaram no tempo. Até hoje, nenhum dos policiais foram punidos, e muitos familiares sequer foram indenizados. Depois, eu segui a minha vida no TJ-SP, sempre trabalhando com a questão de política criminal, penitenciária e racial.

O que aconteceu no Carandiru tem tudo a ver com o nosso tempo presente. A memória seleciona o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Quando analisamos a memória nacional, as pessoas lembradas quase sempre são aquelas que “deram as suas vidas pelos grandes feitos da nação”. Basta observar os monumentos erguidos aos bandeirantes em toda a cidade de São Paulo. Agora observe a completa ausência de monumentos aos indígenas e africanos traficados para este país. Apaga-se determinado passado para que essas populações não tenham futuro.

Nada é por acaso. O Carandiru não está na memória das últimas gerações. Pessoas com 30 anos ou menos desconhecem o que foi a Detenção e o que foi o Massacre do dia 2 de outubro. Eu atribuo esse esquecimento a um projeto de apagamento, arquitetado imediatamente àquele Massacre e concretizado após a mega rebelião em 2001. Destruíram a memória do Carandiru porque os presos são pessoas que sequer merecem ser lembrados. Na verdade, sequer deveriam ter existido. Eram mar-gi-nais! Curiosamente, a gente mantém a memória da ditadura militar com o prédio do DOI-CODI, onde pessoas foram torturadas e mortas. Se estabeleceu quem deve ser lembrado e quem deve ser esquecido, e isso tem um viés racista muito claro. É

óbvio que é necessário lembrar dos mortos da ditadura militar, assim como devemos preservar a memória dos mortos durante o regime democrático, como foi o caso do Carandiru.

E então fizeram o tal do Parque da Juventude... Oras, de qual juventude nós estamos falando? Se naquele espaço emblemático tivesse sido construído algo que realmente a juventude fizesse parte, tudo bem! Mas é um parque onde as pessoas com menos de 30 anos sequer conhecem o aconteceu naquele espaço. E sinceramente, vão continuar sem saber. Porque esse é o projeto. A coisa foi feita para realmente apagar o passado! Não é brincadeira!

Paralelamente, quando se fala em anistiar os policiais que massacraram aqueles presos – nós não podemos esquecer que os presos foram executados... Isso é a coisa mais horrendas que se pode pensar. A anistia consagra a impunidade. É a chancela do Estado sobre aqueles assassinatos. Agora, muitos desses policiais estão com mais de 60 anos e aposentados. Infelizmente, acho difícil que eles ainda sejam presos... Qual a mensagem que a Justiça transmite ao deixar impune os policiais que efetivaram o Massacre?

E sobre as indenizações para os familiares, ou a falta de reparação... Pra quê o Estado deveria indenizar o familiar de um assassino ou estuprador? Essa é a leitura que está difundida na sociedade. Ninguém está interessado no delito que o preso realmente cometeu. Muitos daqueles meninos que morreram sequer tinham condenação! Isso é muito grave! Eram jovens, com 18, 19 anos, com a vida inteira pela frente. Hoje teriam 50 anos. Ou seja, o Estado acabou não só com o futuro desses jovens, mas também o futuro das suas famílias. Esse cálculo de vida precisa ser feito. Quantas vidas inteiras o Estado eliminou? O Estado eliminou possíveis, advogados, médicos, professores, engenheiros, sociólogos, jogadores de volei, futebol, cientistas...

Quando o assunto encarceramento no Brasil é abordado, eu sempre aponto um detalhe que eu considero muito importante. Primeira coisa. Para falarmos de encarceramento, tortura, violência contra a mulher e racismo, precisamos lembrar quem foram as primeiras vítimas destas violações: os povos indígenas. Com a chegada dos portugueses, a escravização foi implantada para prender os povos indígenas e se ocupar de suas terras.

Para pensar a questão carcerária, precisamos relembrar do passado da colonização, e das suas permanências. A escravização, tanto de indígenas quanto africanos traficados para o Brasil foi uma – atenção – execução de sentença sem que houvesse crime. O que foi retirado dessas pessoas consiste no principal fator existencial: a liberdade. A escravidão é, antes de tudo, pena de privação de liberdade.

Para entender o funcionamento do sistema penitenciário, há de se observar como era o aprisionamento nas colônias africanas, mesmo antes do surgimento das prisões modernas, no

século XVIII. O trabalho forçado durante a privação da liberdade, que já era praticado nestas colônias, foi implantado no Brasil! Isso significa que o sistema penitenciário brasileiro tem a sua história na escravidão. Acontece que a tortura, os açoites, a privação da liberdade, nada disso é diferente do que acontece no sistema prisional brasileiro até os dias de hoje. Temos que revisitar o passado e lembrar que o Brasil era o degredo, local de cumprimento de pena, por crimes cometidos contra a Coroa Portuguesa.

O grito do George Floyd – não consigo respirar – foi o mesmo grito dos antepassados no interior dos navios negreiros! Eu não consigo respirar porque eram navios superlotados, com quase 500 pessoas em cada navio negreiro, sem água, sem ar, sem comida, sem sol, sendo contaminado por várias doenças, inclusive tuberculose, sarna, escorbuto... Qualquer semelhança com os relatórios sobre o sistema penitenciário brasileiro não é mera coincidência. Os presos gritam que não conseguem respirar.

No ano de 2011, eu fui convidada pela ministra Maria do Rosário, então ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para trabalhar em Brasília justamente com os casos brasileiros que estavam sendo tratados na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Eu peguei vários casos: Massacre do presídio Urso Branco, em Rondônia, caso do presídio Aníbal Bruno, em Pernambuco, Presídio Central de Porto Alegre... Todos os casos referentes a estes presídios foram encaminhados para a OEA, justamente para que fossem tomadas as providências pelo governo brasileiro.

A lição que eu tirei no final do meu trabalho foi que o governo brasileiro assina qualquer papel que passa pela frente, como se diz, para o inglês ver. O Brasil assinou os principais tratados de defesa dos direitos humanos, mas na hora de assumir as responsabilidades, é completamente omissa. O Brasil acumula várias condenações! Foram feitas toda uma série de recomendações para reestruturar os nossos sistemas penitenciário e de segurança pública. Nada disso se converteu em políticas públicas capazes de efetivamente mudar o sistema prisional que nós temos, que não ressocializa ninguém.

Durante a minha atuação em Brasília, eu realizei várias visitas em presídios em Porto Alegre, Manaus, Roraima, Pernambuco, Bahia. Depois disso, eu passei no processo seletivo da Secretaria de Direitos Humanos, e atuei por 4 anos como perita do MNPCT. Eu visitava vários estabelecimentos prisionais em todo o Brasil. Posso afirmar com propriedade que a prática da tortura não só permanece, mas se sofisticou.

A tortura nos tempos atuais possui uma série de requintes de crueldade. Tortura não é somente o ferro em brasa, as correntes, os choques elétricos, os afogamentos simulados... Não.

A tortura vem desde a comida estragada, a falta de água, uma bala na perna alojada por 6 meses, parafusos enferrujando, a ausência de medicação, a tuberculose, a sarna. Quando falamos de presídio feminino, assunto pouquíssimo tratado, a tortura pode se dar na falta de absorvente, falta de atendimento ginecológico e pré-natal às presas gestantes... Muitas vezes a comida é diminuída para que o leite desta mãe presa seque antes do tempo biológico.

Lembrando que muitas mulheres presas somente descobrem que estão grávidas na prisão. As grávidas, ou que estão amamentando, se reclamam, sofrem ofensas e são ameaçadas de ter o seu filho enviado para a adoção. São mulheres sem familiares próximos e sem uma rede de apoio. Sem contar quando são estrangeiras, que sequer têm o direito a um tradutor durante a audiência. Ou seja, não é mais a prática da tortura para extrair informação, mas para obter a total submissão dos presos e presas.

Uma coisa que eu observo hoje nos cárceres e no sistema socioeducativo é a questão da proibição do uso do celular e o desenvolvimento da abstinência do celular. Imagina um menino que a cada 5 segundos mexia no celular, e de repente ele vai parar em um socioeducativo! Para elaborar relatórios, eu entrava em alguns estabelecimentos do sistema socioeducativo para fazer registros com o meu celular. Os adolescentes olhavam para o celular como se estivessem em crise de abstinência! Alguns tremiam... Muitos estavam há anos sem ter o objeto nas mãos. O celular causa uma dependência emocional muito forte. Para muitos destes adolescentes ficar longe do celular também é tortura! É um sofrimento real que não podemos diminuir.

Os efeitos da prisão no ser humano vão muito além do que aparenta... A ausência de espaço, de privacidade... A pessoa precisa se readaptar a uma comida de péssima qualidade, a escassez de água, servida durante meia hora por dia para ser dividida entre 20 ou 25 pessoas numa cela; a ausência de espaço para estender a roupa. A prisão nunca é só a perda de liberdade em si. É uma série de adereços que vem junto com a miserabilidade.

A minha dissertação de mestrado em Direito intitula-se "A favelização do Complexo do Curado e a ilicitude da existência: uma faceta das violações de direitos humanos no sistema penitenciário brasileiro". Eu analisei um presídio que eu fazia inspeção, o Complexo do Curado, em Recife. Como não tinha mais lugar nas celas, os presos construíam e alugavam barracos, processo este que eu chamei de favelização do presídio.

O que eu pude observar é que a superlotação das favelas, com toda a ausência de serviços básicos, como água e luz, também se projeta dentro dos presídios. Nesse sentido, os cárceres são a extensão das favelas, e a população predominante nesses lugares é negra. Um desses capítulos se chama "O Quarto de Despejo", onde eu digo que a prisão é aquele quarto de

despejo que você joga tudo que não presta, inclusive gente. A partir da minha dissertação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fez uma intervenção neste presídio.

Durante toda a minha minha trajetória, como você deve ter percebido, sempre fiz a relação entre sistema penitenciário com o processo de escravização. De 900 mil pessoas na prisão, 60% são negros de 18 a 25 anos, a mesma faixa etária que veio traficada ao Brasil. A história do punitivismo no Brasil têm uma correlação direta com o seu passado colonial. Ao contrário do que o senso comum diz, o Brasil é um país que castiga muito! Está intrínseco à sua história o uso de tapa, soco, pontapé, paulada. O escravismo deixou continuado os traços autoritários, patriarcais e possessórios.

O que nós observamos hoje no Brasil é uma faixa da população que não consegue trabalhar, numa sociedade altamente capitalista, racializada, misógina, homofóbica, lesbofóbica e machista. O Brasil busca até hoje concretizar o sonho de Dom Pedro II, quando abriu os portos para os imigrantes europeus em busca da sociedade perfeita a partir da branquitude. Como o embranquecimento da sociedade brasileiro é um projeto que não foi concluído, criou-se mecanismos para tirar a população negra de circulação. É assim que se entende as prisões no Brasil. Não se engane: a única função das prisões é encarcerar os corpos indesejáveis.

É preciso deixar claro que não existe, atenção, e nunca existiu guerra às drogas. O que existe é guerra contra pessoas pretas, pobres e indígenas, cada vez mais encarcerados nas disputas entre as facções. O crime organizado em nada se difere das grandes companhias responsáveis pelo tráfico de africanos para o Brasil durante o período colonial. Hoje, temos diversos conglomerados empresariais denominados "facções", que estão ramificados em todo o país e são os responsáveis pelo tráfico de drogas e, consequentemente, o tráfico de armas. Uma coisa é certa: um país que traficou seres humanos por mais de 320 anos é MUITO eficiente no tráfico de drogas! Durante o período do tráfico de escravos, as armas, o fumo e o álcool faziam parte das negociações.

Neste aspecto, não estamos muito diferentes dos Estados Unidos, onde se tem nas prisões um número elevado de latinos, descendentes de povos originários que faziam o uso da cocaína, e afroamericanos, descendentes de povos em África que faziam o uso da djamba. O cenário continua a ser a prisão de indígenas e africanos.

Hoje eu trabalho na liderança do PSOL na Câmara dos Deputados, precisamente com a questão da segurança pública. Vejo frequentemente projetos simplesmente terríveis de aumento de pena. E sempre que surge a discussão sobre a descriminalização das drogas, alguém propaga aquele discurso evocando a “família, a pátria, a propriedade”... Ah, vão se lascar! Quem é

contra a descriminalização das drogas no Brasil tem o mesmo pensamento dos grandes traficantes de escravos! "Se acabar com a escravidão, eu fico no prejuízo". É o mesmo pensamento, cara!

Em 1830, terminou o fim do tráfico de escravos no Brasil, só que não adiantou. Durante mais de 20 anos, entraram mais de 700 mil escravizados no Brasil. O Dr. Luiz Gama fez os correios possíveis e inimagináveis para colocar esses jovens africanos em liberdade. E o que nós temos nas prisões hoje? Jovens na faixa de 18 a 25 anos, descendentes dos mesmos africanos que foram traficados ilegalmente. Os descendentes encontram-se presos na condição de traficantes.

Ao contrário do que a população imagina, a maioria dos delitos não são de furto, 155 e 157. São, na verdade, presos por crimes previstos na lei 11.343: associação, tráfico, organização criminosa, relações com o tráfico... Ninguém vê abordagem policial nas marinas de Angra dos Reis, nos portos de Santos, onde se trafica no atacado. Mas nas favelas, nas quebradas, onde não se fabrica fuzis, granadas, eles quebram o pau e esculacham mesmo. A abordagem em um bairro nobre, onde estão os grandes traficantes, tanto de drogas quanto de armas, é totalmente diferente. Na verdade, essa abordagem sequer existe, até por que os grandes responsáveis do tráfico estão em suas mansões e possuem articulações com partidos de extrema direita, os mesmos que pregam a Guerra às Drogas.

As prisões se tornaram depósitos de pessoas negras, potenciais mão de obra barata em projetos de privatização de presídios. Privatizar os presídios equivaleria a regressar com força a um novo processo de escravização, com o verniz de ressocialização pela via do trabalho. Tudo isso me leva a pensar que nós estamos vendo é o recrudescimento do debate. Os programas televisivos estão pedindo cada vez mais prisão, sem que haja a defesa de projetos de construção de casa de qualidade, escolas, professores bem remunerados, investimento em ensino técnico, absorção de jovens no mercado de trabalho... Tudo se resume a mais cadeia e mais pena.

No meu horizonte, ao concluir o meu doutorado, pretendo ministrar aulas dentro dos presídios. Eu já fiz isso numa penitenciária feminina em Rondônia, Pará, Rio Grande do Sul, e foi muito legal. Também quero publicar a minha dissertação e lançá-la no mesmo presídio onde fiz a pesquisa. Embora eu não tenha trabalhado com entrevistas, quero que os presos recebam o livro, porque eles e os funcionários são os primeiros destinatários de todo o meu esforço.

Acredito que as prisões no Estado brasileiro são totalmente desnecessárias. Quem inventou as prisões esqueceu de avisar que ninguém ressocializa quem nunca foi socializado ou incluído na sociedade. Em uma sociedade excludente e racista como a nossa, ex-presidiários, homens e mulheres, serão sempre os últimos da fila, aqueles depois de ninguém.

2.4. MAURA AUGUSTA VELATA SOARES DE OLIVEIRA

Quando iniciei este projeto, não imaginava o quanto uma temática de grande visibilidade pública, como o Carandiru, poderia conduzir a histórias segredadas. Por trás do fenômeno midiático que transformou a Casa de Detenção no presídio mais conhecido do país, subsistem lembranças cuidadosamente guardadas. No chamado mercado da memória, apenas alguns poucos produtos alcançam ampla circulação e, no caso das narrativas produzidas por egressos e pessoas ligadas ao cárcere, as desigualdades se mantêm no tempo. Mesmo quando não há retorno financeiro ou projeção pública, esse mercado concentra a atenção sobre certos relatos, relegando outros a uma condição de silêncio. A história de Maura Augusta insere-se nesse campo de experiências que precisam ser ouvidas.

Conheci Maura Augusta na manhã de 7 de outubro de 2022, durante o *Inventário 30 anos do Massacre do Carandiru*. Bióloga, enfermeira e líder comunitária no bairro Jardim Maria Estrela, extremo sul de São Paulo, Maura integrou a mesa intitulada “Justiça restaurativa como ferramenta para a construção do futuro”, realizada no Memorial da Resistência.² Em sua fala, apresentou o projeto de hidroponia desenvolvido em unidades prisionais paulistas, incluindo a Casa de Detenção de São Paulo, onde trabalhou na farmácia, localizada no Pavilhão 4, até a desativação da instituição, em 2002.

Encerrada a mesa de debate, conversamos brevemente, ocasião em que apresentei as linhas gerais do projeto. De forma espontânea, como desdobramento de uma empatia inicial, surgiu a ideia de realizarmos uma entrevista centrada em sua história de vida e em sua atuação no Carandiru. Até então, eu conhecia apenas fragmentos de sua trajetória, restritos ao tempo exíguo de sua apresentação pública. Foi nesse momento que Maura disse algo que instaurou um sentido de urgência na escuta: “A minha história com o Carandiru é muito triste. Na entrevista você vai entender o porquê”. Trocamos contato e marcamos a entrevista para o dia 13 de outubro, na sede do Projeto Gerações.

O dia amanheceu nublado e chuvoso, em uma composição que reforça a imagem melancólica associada à chamada “cidade da garoa”. Atravessei a cidade por transporte público até o Jardim Maria Estrela, bairro periférico marcado por um longo histórico de violência. A elevada taxa de homicídios na região motivou, anos antes, a articulação de um projeto comunitário coordenado por Maura e suas irmãs. O Projeto Gerações se instala em uma

² Além de Maura Augusta, a mesa foi formada por Luís Bravo, Adilson Paes de Souza, sobrevivente André du Rap, Petronella Maria Boonen e Geraldo Ávila, com debates articulados por José Carlos Dias.

estrutura semelhante à de uma escola estadual, com muros altos, grandes portões de ferro, quadra esportiva e salas de aula.

Fui recebido pela própria Maura, que pacientemente me apresentou o espaço. Um som de piano ao fundo chamava atenção. A música ecoava da sala de aula onde sua irmã ministrava aulas de balé clássico. Por estar ao lado da sala da administração, onde gravávamos a entrevista, as lições da professora rígida porque insistente no “modo clássico” se faziam ouvir. Sobre a mesa estavam dispostos um refrigerante, um convidativo rocambole doce, copos descartáveis e papel toalha. “É isso que eu como com a minha família, e é a maior alegria”, disse ela. Confesso que me senti emocionado com a ternura estendida a um desconhecido. A hospitalidade de Maura revela a ética do convívio na qual comer e contar histórias se articulam como gestos fundamentais da vida social. Como observa François Laplatine (2004, p. 20), o aprendizado da língua e da cozinha abre acesso a nuances profundas das formas de viver; no plano individual, as histórias narradas e os hábitos cotidianos alimentares dizem muito sobre a organização subjetiva de uma trajetória. Mais do que isso, o ato de comer juntos se misturava à contação de histórias.

Antes de iniciar a gravação, apresentei os procedimentos orientadores do projeto, as etapas de elaboração do texto e o método das entrevistas livres, com o mínimo possível de perguntas. O que se seguiu foi a narrativa de um enredo marcado pela dor, atravessado por situações guardadas em silêncio, inclusive no interior da própria família. Maura não demandava estímulos diretos. Sabia exatamente o que queria dizer, talvez desde nossa primeira conversa, quando antecipara o peso daquela história.

Tornou-se evidente como sua trajetória pessoal se costura a um enredo social mais amplo. A percepção cotidiana do racismo projetado na violência policial por ela testemunha desde a infância, somada à insatisfação diante das políticas de aprisionamento orientou sua busca pessoal por ações transformadoras a partir da realidade concreta em que vivia. Sua história familiar a levou ao Carandiru inicialmente como visitante e, posteriormente, como funcionária da farmácia do Pavilhão 4, após um episódio familiar decisivo. Dessa trama situada entre o familiar e o profissional emerge uma experiência que escapa a classificações simplificadoras, como vítima ou algoz, e revela a complexidade das posições ocupadas por mulheres no interior e no entorno do cárcere.

A entrevista com Maura reafirmou a importância de compreender o projeto de pesquisa como uma experiência aberta aos desdobramentos do trabalho de campo. Sem a disposição para a escuta atenta, não seria possível reconhecer que sua história de vida se vincula diretamente a uma comunidade de memória carcerária. O estigma que recai sobre presos e seus familiares

impõe ao oralista sensibilidade e intuição. Sensibilidade para respeitar o tempo da fala e a maturação das lembranças; intuição para perceber histórias que não circulam nos espaços de visibilidade midiática.

Eu queria entender o Carandiru para mudá-lo

Imagem 35 – Maura Augusta recebendo Medalha Theodosina Rosário Ribeiro



Fonte: José Antonio Teixeira/Alesp.³

É importante começar a contar a minha história pela minha família. Eu venho de uma família muito humilde de Paraguaçu, uma cidadezinha no sul de Minas Gerais. Éramos em sete filhos: dois homens e cinco mulheres. Apesar das condições difíceis, meus pais sempre cuidaram de nós com muito zelo e carinho. Para nós, a educação era o único caminho para pensar no crescimento profissional. Os meus pais nos deram uma educação completamente diferente do que a gente via para aquela época.

Nos anos 1970, durante o período da Ditadura Militar, o meu pai teve que fugir de Minas Gerais. O meu pai foi um perseguido político. Ele sempre seguiu os ideais comunistas, principalmente no seu sentido mais prático na vida das pessoas. As lutas do meu pai eram para melhorar não só a nossa vida, mas a vida de todo o entorno.

O meu pai era tecelão, e trabalhava em uma grande fábrica de tecidos. Nessa fábrica, existia uma orientação de votar no candidato da ARENA. Quando descobriram que o meu pai

³ Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/noticia/N-03-2019/fg230948.jpg>. Acesso em: 10/01/2026

não tinha seguido a orientação de voto, porque os próprios colegas de trabalho entregaram, ele foi demitido e começou a ser perseguido.

Por um tempo, ele ainda tentou arrumar trabalho na construção civil, mas não conseguia emprego. Como o meu pai era o único da casa que trabalhava, já que nós éramos todas crianças, passamos muita fome nesse período da ditadura. Os vizinhos davam um potinho de arroz... Mas assim, até conseguir que algum vizinho desse o pouco de arroz, demorava, então às vezes a gente não tinha. Mas tínhamos mamão no quintal. Minha mãe enchia o nosso bucho com mamão refogado. O período da ditadura militar foi muito difícil para muitas famílias... A perseguição começou a ficar mais forte, e o meu pai teve que fugir da cidade. Não só ele, na verdade. Também tive primos que fugiram, e que nunca mais a gente soube de notícias...

Apesar de toda a dificuldade, nós brincávamos muito! Tem uma coisa interessante... A minha família sempre foi muito cultural. Meu pai tocava violão. Minha mãe sempre gostou de instrumentos. Eles diziam para gente que todo mundo em casa tinha que aprender a tocar algum instrumento. Minha irmã mais velha tinha que tocar sanfona, eu tinha que tocar violão... E como a gente tinha uma casa muito grande em Minas, casa boa, meu pai construiu para a gente um teatro no fundo do quintal. A gente tinha 6, 7 anos... Nós elaborávamos as peças de teatro e convidávamos as crianças da rua. Eu brinco até hoje com a minha irmã mais velha. Eu sempre fazia a Gata Borracheira, o Lobo Mau, e nunca era a princesa. Agora, a minha irmã não... Ela sempre interpretou A Princesa. Até hoje eu me queixo disso, e é a maior gargalhada na família!

A gente também brincava muito na rua de jogar bola na rua com o pai, com a mãe, e logo vinham outras crianças dos vizinhos... Os meus pais eram muito de brincar com os filhos e contar histórias. Quando faltava energia em casa, o pai e a mãe reuniam todos os filhos para contar uma história. Uma história que a minha mãe contava muito era do lobisomem. Ela falava que tinha visto o lobisomem! A gente morria de medo – mas era para dar medo na gente. Também tinha a história do homem dos dentes de ouro montado no cavalo branco. A gente também brincava muito de boneca. Minha mãe fazia bonecas para as filhas. Apesar de todas as adversidades da vida, fomos uma família muito feliz – e continuamos sendo.

Ainda durante a ditadura militar, nos anos 1970, um dos meus irmãos, o mais velho, brincava na rua como qualquer criança, o que não era permitido. Muitas vezes a polícia passava e levava ele para delegacia, só que não tinha prisões naquela época, era só delegacia. Aliás a minha cidade tinha uma delegacia. Todas as vezes que a polícia levava, a minha mãe me chamava, porque eu era assim a mais atirada nas histórias, gostava de aventuras, e aí a minha mãe falava filha “vamos buscar seu irmão que a polícia levou”, e a gente ia lá buscar na delegacia. Eu ficava curiosa para entender o que era a delegacia, porque era uma coisa velada.

Não se falava de delegacia ou de pessoas presas. A gente não sabia o que era aquilo, principalmente numa época com muitos presos políticos. Mas o meu irmão a gente chegava na delegacia, ele estava sentadinho lá só porque estava na rua. Aí a minha mãe assinava, ele saía, levava para casa, mas isso acontecia com muita frequência.

Depois que o meu pai saiu, que ele foi perseguido, nós ficamos uns dois anos sem ter notícias do meu pai. Aí quando ele conseguiu escrever para minha mãe, aí ele já estava aqui em São Paulo, e a família foi vindo aos poucos. Veio primeiro a minha mãe com o mais velho e os menores, eu fiquei com a minha irmã e um irmão. Ficamos os três. E nesse período a gente ficou com a minha avó. E aí quando passou acho que mais ou menos um ano, meu pai mandou buscar os três que tinham ficado, e a minha avó ficou em Minas.

Embora eu tenha nascido em Minas, eu me considero uma legítima paulistana. São Paulo me adotou, e eu adotei São Paulo. Até pelo sofrimento que nós tivemos em Minas durante a Ditadura, apesar de termos tido uma vida muito feliz, tivemos que reconstruir a vida em outro lugar. Eu me considero totalmente paulistana. Aqui eu fui aprendendo como a viver nessa cidade cheia de contradições, nesse balaio cultural, e fui aprendendo a gostar.

Com o tempo, conseguimos nos instalar em São Paulo, ainda que num barraco de madeira. Tudo nossa era muito simples, mas com uma família acolhedora. Os filhos todos eram crianças. Conforme íamos completando 14 anos, começávamos a trabalhar. No dia do pagamento, a gente entregava todo o dinheiro na mão do meu pai. Ele via quais eram as nossas necessidades e distribuía o dinheiro de pouquinho, dentro daquilo que a gente precisava.

Com os filhos grandinhos e trabalhando, as coisas foram melhorando. A gente mudou para uma casa um pouquinho melhor, que na época era um quarto, sala e cozinha. Depois que os meus irmãos mais velhos começaram a trabalhar, meu pai conseguiu comprar um terreno e construiu a nossa casa. Quando a minha família chegou nesse bairro, tudo aqui era uma fazenda antiga da Família Zabeu. Eles lotearam a fazenda, foi quando o meu pai comprou um terreno e construiu, junto com os dois meus irmãos. Comparando com muitas famílias negras, infelizmente ainda somos uma exceção.

Uma coisa que eu gosto muito de falar. O meu pai sempre dizia: “eu quero construir uma casa bem grande, porque quando os meus filhos precisarem, tem onde eles se acolherem”. Mesmo com todas as irmãs grandes, a gente dizia “eu vou para a casa da mamãe e do papai”. Era uma coisa muito gostosa! Aprendi com o meu pai que, por mais que as coisas na vida estejam difíceis, quando se tem casa para morar, sempre existe a chance de se acolher e recomeçar.

Durante a construção da casa, a gente saía daqui para trabalhar, e tudo aqui era barro. A gente tinha que sair com um sapato no pé e outro na mão. Quando tinha asfalto, trocávamos o sapato. O meu pai ou o irmão mais velho acompanhava a gente até uma parte do caminho para trazer de volta para casa o sapato com barro. E a gente foi lutando para o bairro ser o que é hoje. Foi realmente muita luta para ter alguma coisa. Tudo o que a gente tem é graças a muita luta, mesmo.

Foi uma luta difícil, mas foi prazerosa. No caso da minha irmã, por exemplo. O sonho dela era ser bailarina clássica. Quando meu pai conseguiu pagar uma escola para ela, eu ia levá-la até a escola, na Ana Rosa. Era a única escola de ballet clássico que tinha mais próximo e em condições de pagar. Quando eu ainda não trabalhava, eu saía da escola de manhã, e à tarde eu levava ela para as aulas de ballet. A nossa vida inteira foi assim, sempre uma cuidando da outra, um cuidando do outro.

Tudo nosso é resolvido no coletivo. Se for para brigar, brigamos juntos, se for para ficar de mal, fica... Depois de dois dias volta tudo a normalidade. Eu moro em um sobrado bom, com cômodos grandes. Aos fins de semana, reunimos todo mundo para almoçar. Meu pai disse: “quando eu partir, vocês cuidem da mãe de vocês e nunca deixem de fazer o que a gente tá acostumado a fazer”. Pouco antes da mãe partir, ela falou a mesma coisa: “continuem se reunindo e nunca esqueçam das nossas lutas”. E assim a gente continuou. Domingo é o nosso dia consagrado à fofoca, para falarmos de nós mesmos.

Eu sonho muito! Eu sou uma eterna sonhadora. Eu tenho 72 anos. Eu tenho muitos sonhos, e eu me proponho a viver até os 90 anos, para eu conseguir realizar todos os sonhos que eu tenho. Eu não quero partir sem ter realizado. Um grande sonho mesmo pelo qual eu me dedico muito é fazer com que todas as pessoas que não têm onde morar tenham um lugar para morar, em especial famílias negras, que são as pessoas que mais sofrem com a falta de moradia. Meu filho até brinca me imitando, eu tremendo, aos 90, gagá, falando de moraria.

Na minha vida toda, a moradia sempre foi um sonho, porque não era comum uma família negra ter uma casa própria. Isso era muito difícil na nossa geração. E quando criança, muitas vezes vizinhos que a gente conhecia, que conversavam com a gente, mas quando tinha uma festa na casa deles, a gente não era convidado porque pagávamos aluguel. Sempre diziam que quem paga aluguel não tem como comprar presente. Isso no bairro que a gente morava que não é tão longe daqui. A minha tia, que já tinha uma casa grande... Todo mineiro tem mania de casa grande mesmo. Então a minha tia era convidada, e a família da minha mãe não era convidada porque a gente pagava aluguel. Era uma típica divisão de classe.

Quando eu faço as lutas por moradia, é porque eu vi o quanto foi importante para gente ter uma moradia, o quanto os meus pais lutaram para ter uma casa, para deixar de herança para os filhos. Então acho que esse é o meu maior sonho, pensando na casa enquanto um lugar de bem-estar social, um lugar de proteção social.

No decorrer dessa história toda, a gente foi entendendo coisas sobre racismo, que a gente não tinha noção, porque os meus pais eram tão protetores, que eles só falavam para gente, “olha, tem coisas que vocês vão ver, vão ouvir, e vocês precisam passar por cima. Se entenderem que está machucando, cheguem em casa e falem”. Mas não tinha o que fazer. Na época não tinha lei. A gente não sabia o que era isso... Por exemplo, chamar a gente de “cabelo de bombril”. Isso era muito comum! Era uma brincadeira que todo mundo fazia, mas que os meus pais já entendiam que era uma agressão para gente. Mas a gente criança, a gente não tem noção dessas coisas. Então a gente passou por muitas coisas. Mas sim, a família sempre muito unida.

Terminei o ensino médio com uns 20 anos. A gente demorou um pouco para entender o processo de escolas aqui em São Paulo, que não era fácil para pessoas negras... Não era fácil. O meu irmão mais velho faleceu por causa das drogas. Ele era motorista de ônibus... Acabou indo para esse caminho das drogas e foi assassinado. Eu já começava a pensar que eu tinha que fazer alguma coisa. Só trabalhar e estudar para mim era pouco. Eu queria mais! Eu queria entender algumas coisas.

Passada essa fase da adolescência, do começo da vida adulta... Eu me casei. Durante o casamento eu resolvi fazer faculdade. Ensino superior, imagine, era algo muito distante para nós. Tive três filhos: Anderson, Marco Antônio e Karen Cristina. Os meus filhos foram planejados, então nasceram no dia 26 e 27 de setembro, e a Karen no dia 8 de outubro. Era para nascer dia 30, mas aí o médico falou para esperar um pouco mais. Depois do nascimento dos meus filhos, a minha vida tem uma reviravolta.

O meu marido é baiano. Ele veio pra São Paulo em busca de melhoria de vida, que era o que muitos nordestinos faziam. Eu encontrei o meu marido no cinema. Nos conhecemos assistindo *Lúcio Flávio*, um filme brasileiro excelente, dirigido pelo Hector Babenco. Nossa, eu ia muito ao cinema! Eu adorava! Sempre gostei muito de cultura, cinema e música. Ah, inclusive eu cheguei a fazer um curso de Artes Cênicas na época. Eu fugia para ir aos programas de televisão! Nossa, era muito divertido. Quando eu tinha oportunidade de dar uma escapada, eu assistia presencialmente o programa do Chacrinha, o programa do Silvio Santos... Isso, claro, antes de me casar. Sempre fui muito aventureira.

O meu marido era uma pessoa muito humilde, de pouco estudo, negro. E ele tinha um sonho de ser empresário na área de construção civil, então montamos uma empresa juntos. Eu

era sócia dele, e estava indo muito bem, estava tudo muito tranquilo. A gente tinha uma casa razoavelmente boa, uma vida tranquila. Depois de 10 anos casados, as coisas começaram a ter algumas mudanças.

Eu sempre fui apaixonada por bolsas. Quando eu estou meio depressiva, compro um sapato ou uma bolsa. Esse é o meu *hobby*. Sempre gostei de bolsas de marca! O meu marido sabendo disso, para me agradar, quis me dar uma bolsa de presente. Fiquei super feliz quando ele chegou em casa com a bolsa. Lembro até hoje... Era junho de 1990, e nós estávamos na casa da minha mãe. Confesso que eu adorei o presente.

Passaram-se uns dois dias, quando a polícia invadiu a minha casa. Acho que esse foi, talvez, o maior trauma. Nesse momento, todo mundo se desesperou, meus pais. As crianças, ainda pequenas, estavam na escola, então não viram essa cena... O policial só fez uma única pergunta: “cadê a bolsa?”. Respondi que estava no meu quarto. Os meus pais ficaram se perguntando o que estava acontecendo. Acontece que o meu marido comprou uma bolsa com cheque sem fundo na loja Mappin. Por conta desse cheque sem fundo, ele foi mandado para uma delegacia.

Eu fui na delegacia com a minha mãe para entender o que tinha acontecido. O delegado não me deixou falar com ele. A única informação que nos foi dada é que ele seria transferido para o Carandiru. Ficamos uns dois dias sem saber para onde ele tinha ido. A gente não tinha noção de como era um presídio. Eu peguei o endereço e fui visitá-lo no final de semana.

Nessa época eu trabalhava no Hospital Psiquiátrico da Água Funda. Uma coisa que eu também adoro muito é trabalhar com psiquiatria e com UTI infantil. Eu amo! São as minhas duas paixões, são as duas coisas que eu trabalho. Eu sou técnica de enfermagem e bióloga. A minha formação na área da saúde tem um motivo. Mas logo eu te explico...

Então, o meu marido foi parar no Carandiru. Ele geralmente chegava do trabalho às oito, nove da noite. Os meus três filhos, quando chegaram da escola – eles sempre estudaram em escolas católicas –, perguntaram do pai. Na hora, a única coisa que eu consegui pensar foi dizer que ele estava viajando e que demoraria para voltar... E fui levando dessa forma. Os meus filhos vendo que o pai nunca chegava, sempre perguntavam do pai, e eu sempre tinha uma resposta para dar, assegurando que um dia ele voltaria. Eu nunca quis falar que ele estava preso. Para mim era uma vergonha! Falar de alguém preso na minha família era muito vergonhoso. Era como se a gente não tivesse cuidado direito da família. Nenhum dos vizinhos sabia da história. Eu e os meus pais procuramos esconder o máximo. As crianças nunca souberam.

Durante as visitas que eu fiz ao meu marido no Carandiru, eu percebi que ele era outra pessoa... A prisão mudou muito ele. Quando eu falo dessa mudança, foi uma mudança no

sentido de se sentir abandonado. Eu tive esse entendimento. Na verdade, ele não falava comigo com o mesmo carinho que ele falava antes da prisão. Eu fui visitá-lo umas duas vezes. Depois disso, ele mesmo retirou o meu nome do cadastro de visitas, e então não tive mais notícias. De certa forma, eu me senti culpada, principalmente por ter aceito aquela bolsa. Veja só, eu me senti culpada!

Na fila da visita, eu via todo o sofrimento, a humilhação que as pessoas passavam para entrar e visitar seus familiares. Era muito humilhante! As mulheres levavam o jumbo para os maridos, para os namorados... O alimento feito com tanto amor e carinho, quando chegava naquela fila para a revista, era todo remexido, furado, retalhado, para ver se não tinha nada no meio. Isso foi me deixando muito impactada.

Com a ausência do pai, que a colocava na cama todos os dias, a minha filha Karen Cristina foi entrando num processo de tristeza muito grande. Ela nasceu com uma doença cardíaca rara chamada fibroelastose endocárdica. Ela estava na fila do transplante, só que era uma coisa muito demorada. Nos anos 90, transplante para criança era uma coisa quase que impossível. Ela fazia tratamento com o renomado cardiologista Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, mas sem o transplante, não teve jeito. Em janeiro de 1991, eu perdi a minha filha.

A Karen Cristina morreu numa noite em que eu estava de plantão no hospital. De fato, a gente já tinha um pressentimento de que algo assim poderia ocorrer. Quando ela nasceu, os médicos disseram que ela teria somente 3 meses de vida, e ela viveu até os 9 anos! Mas... A gente sabia que a qualquer momento, sem um transplante, ela podia ir mesmo. O que doeu muito nessa história é que a minha filha faleceu sem saber que o pai estava preso. Não tinha como ela saber, porque ela só tinha 9 anos. Eu tive que omitir isso!

Num belo dia, mesmo antes da prisão, o meu ex-marido levou a Karen para conhecer a outra família. Quando ela chegou em casa, me contou que o pai tinha apresentado a namorada, e ficou confusa... E então me perguntou se eu não era a namorada dele. Nesse momento, entrei em choque... O meu sentimento foi de revolta, pela forma com que os fatos vierem à tona. A moça ainda a levou no shopping, deu balas para ela e tal. Ela chegou em casa, me contou essa história e eu deixei passar. O mais grave é que toda essa trama foi deixando a minha filha triste. A ausência do pai, ter sabido da outra namorada... Tenho comigo que essas experiências foram co-responsáveis pela morte da minha filha.

Em junho de 1992 – muito próximo do Massacre! –, ele ganhou liberdade. Agradei muito a Deus por ele não estar preso naquele momento. Porém... Ele não veio pra minha casa. Na verdade, ele foi para casa da outra família, que inclusive ele tinha arrumado mesmo antes da prisão! Só que a gente não sabia, né... Foi uma novidade para gente. Ele nunca foi na minha

casa perguntar da nossa filha. Nunca perguntou nada... E então eu fiquei pensando: o que será que acontece dentro de um presídio? Por que as pessoas vão presas e mudam? Até onde o ambiente influencia a condutas das pessoas? Falei comigo: “Ah, eu vou trabalhar no Carandiru! *Eu queria entender o Carandiru para mudá-lo!*”.

Primeiro, comecei a ler sobre o assunto. Fui me preparando, me apropriando desse universo que é a prisão. Nada me tirava da cabeça a ideia de trabalhar no Carandiru. Na minha mente, com o pouco que eu tinha observado enquanto visita, aquela realidade precisava de uma política pública diferente, mais humanizada. Isso fez com que eu prestasse o primeiro concurso para enfermagem, em 1995. Foi o primeiro concurso que teve para enfermagem, e eu fui aprovada em segundo lugar!

Quando me chamaram para assumir o concurso, em 1996, eu fui fazer uma entrevista com o Dr. Paulo César Sampaio, um psiquiatra fantástico e fundador da Associação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT). Na entrevista, ele me perguntou se eu realmente queria trabalhar no Carandiru. Ninguém queria trabalhar em presídio masculino, principalmente no Carandiru, de onde se ouvia todo tipo de história, inclusive sobre o Massacre... As pessoas tinham pavor do Carandiru! Sei que daquele concurso, eu fui a única pessoa que queria trabalhar no Carandiru. E fui mesmo.

Além do hospital psiquiátrico, eu trabalhava em um outro hospital. Foi só o tempo de eu pedir demissão, e então fiquei no hospital psiquiatra e no Carandiru. Eu sempre tive dois ou três empregos. Acho que eu nunca trabalhei em um lugar só. Eu gosto muito dos meus dois vínculos. Eu sou uma pessoa apaixonada pelo trabalho. Eu sou uma dessas pessoas que, tiver que aposentar, vai sofrer muito.

Trabalhando na farmácia do Carandiru, eu comecei a conversar mais com as pessoas, com os presos inclusive. Em que pese não poder entrar nos pavilhões, sempre que os presos precisavam de remédio ou de curativo, eu fazia questão de entrar. Pelas normas da Casa, nada disso não era permitido, e nem os presos permitiam! Eles não gostavam que funcionária mulher entrasse. A gente não podia dar o remédio para o preso, nem aplicar uma injeção ou fazer um curativo... Somente eles, os próprios presos, estavam autorizados a fazer esse trabalho. Já tinha uma equipe de presos preparado para fazer todo o trabalho de saúde dentro da unidade. Tanto era assim que eles se diziam enfermeiros. Mas eu entrava do mesmo jeito.

Olha, eu fazia de tudo! Se eu achava que poderia, ajudar eu estava me metendo. Eu não tinha uma função específica, porque como não podia entrar mulher, então eu estava ali solta. Eu ia me desafiando. Onde dava para entrar, eu estava indo. Como o núcleo de serviço social do Carandiru ficava dentro da farmácia, eu trabalhava direto com as assistentes sociais. Eu

realizada o agendamento das famílias para serem atendidas pelas assistentes sociais e fazia questão de acompanhar esses atendimentos. Eu queria entender a história dessas famílias.

Lembro bem de um caso. Era uma mãe com um menino de 5 anos. O menininho sentou na beirada da mesa, e a assistente social perguntou o que ele queria ser quando crescer. Essa era uma pergunta que elas sempre faziam. O menino fez um sinal de arminha e respondeu que queria ser igual o pai – inclusive, depois descobrimos que esse pai era matador de aluguel. O que foi ensinado para esse filho? Qual caminho de vida estava sendo trilhado? Dentro do Carandiru, a gente observava muito diferentes gerações de uma mesma família encarceradas. Imagine, o avô, o pai e o filho presos. Se o Estado não intervir na família do encarcerado, a gente nunca vai acabar com esse ciclo que passa de geração em geração.

Quando eu fui chamada para trabalhar, eu estava fazendo cursando Ciências Biológicas. O meu plano era fazer o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dentro do Carandiru. Tinha que ser alguma coisa para mudar aquela realidade. Algumas coisas que eu observava me chamavam muito a atenção. Primeiro, a forma desumana como as famílias eram tratadas. Qual era a mentalidade do funcionário? Se o familiar está preso, a família também não é coisa boa. Aquele delito cometido pelo preso passa a ser transferido para a família toda, que é tratada com indiferença e rudidez. É uma forma de punir o familiar. Os agentes penitenciários eram todos muito truculentos. Comigo eles eram super dóceis, mas com os presos e com os familiares eles tinham uma postura muito rude. Com o tempo, entendi que essa era a forma que o Estado os preparava.

Na minha cabeça, a gente tinha que tratar os presos com humanidade para a ressocialização fosse uma realidade concreta. Nesse período, com tudo isso em mente, eu conheci o Dr. Dráuzio Varela, e através do trabalho dele, fui vendo que era possível fazer alguma coisa para mudar o Carandiru. Sim, havia espaço para fazer um trabalho melhor, mais humanizado. Se não era assim, era porque o próprio Estado não queria ou não permitia. Então eu fui pensando em formas de realizar um projeto dentro do Carandiru. Foi onde nasceu o Projeto Gerações.

O Projeto Gerações tem duas vertentes: a vertente externa é voltada a trabalhar a família do preso; a vertente interna se direciona especificamente aos presos e funcionários. Esse último acabou se tornando o meu TCC sobre projeto de educação ambiental nos presídios. Eu convidei os professores e alunos da Universidade São Camilo, onde eu estudava, para visitar o Carandiru, e foi assim que a gente montou o processo de hidroponia no Carandiru. Ministramos o curso primeiro para os funcionários, depois para os presos. Nós convidamos todo mundo para participar, no maior espírito comunitário. Nesse processo todo, o curso de hidroponia foi

crescendo e ganhando popularidade, quando finalmente chegamos à nossa primeira colheita, que nos rendeu mais de 600 pés de alface, cheiro verde e todo tipo de hortaliças!

Agora, aqui na rua, a gente queria trabalhar com as famílias. Na época, o PCC estava matando muitos meninos aqui do bairro, e eu comecei a pensar que algo deveria ser feito. Na verdade, os meus pais já faziam trabalho comunitário. Lembro que todo mundo ia na minha casa falar de algum problema do bairro e como a gente podia ajudar. Por tudo o que o meu pai fez nesse bairro, os moradores se reuniram e decidiram que a praça teria que ter o nome dele: Alfredo José Soares.

Além de pessoas que usavam drogas na praça, os traficantes escondiam as drogas nos buracos da calçada. Todo mundo via isso acontecer, inclusive as crianças. Concluímos que teríamos que conversar com esses traficantes e explicar que nós queríamos reformar a praça, que ali deveria ser um espaço para crianças brincarem, e que não era bom as crianças verem eles usando e escondendo drogas na praça.

Minhas irmãs e eu fomos muito inspiradas pelos ideais comunistas do meu pai. Conversando entre nós, concordamos em nos juntar para fazer alguma coisa pelo nosso bairro. Tudo começou com reuniões em praça pública. Chamamos os moradores, representantes do poder público, das escolas, do CRAS, da igreja, do comércio... Pontuamos que os jovens estavam morrendo, seja pelas drogas, seja nas mãos do PCC, e as meninas estavam engravidando muito novas... Esse conjunto de problemas foi nortear o nosso trabalho.

Esse espaço onde nós estamos, atual, sede do Projeto Gerações, foi construído coletivamente. Na época, o diretor era o seu Anísio. Nós o convidamos para essa reunião, porque achávamos que se tratava de um lugar muito importante para a vida na comunidade. Praticamente, era o único espaço de todo o bairro para o lazer e o esporte, e que foi fechado depois que um jovem foi morto pelo PCC na quadra.

As crianças eram pessoas ativas nesse processo! Elas não só estiveram presentes na reunião, mas tiveram voz ativa. Elas se queixavam que queriam utilizar o espaço para jogar bola. Paralelamente, a gente perguntava para as famílias o que elas achavam que poderia ser feito para mudar essa situação e proteger essas crianças. Cada um foi trazendo os problemas, até que precisávamos tirar alguns encaminhamentos da reunião.

A primeira ação foi limpar a praça. Com o apoio de todo o bairro, carpimos o mato, plantamos, fizemos uma festa-junina para arrecadar recursos para fazer a calçada na praça. Foi aí que as minhas irmãs, pessoas conhecidas da família, todas chegaram junto e se dispuseram a ajudar. Então a gente foi chamando as pessoas. Teve dia de a gente ter assim 100 pessoas limpando praça, carpindo, plantando. Fins de semana era isso que a gente fazia.

Eu nunca me esqueço que tinha uma menininha que queria dançar ballet. Ela via outras crianças de saia rosinha, mas o seu pai disse que ballet era muito caro. A minha irmã foi bailarina há muitos anos, e dançou profissionalmente em vários lugares. A partir da fala daquela criança, a minha irmã resolveu abrir um espaço, aqui onde estamos, para ministrar aulas de ballet. E assim a gente foi nas escolas do bairro perguntar quem queria participar das aulas, e o que mais as crianças gostariam que tivesse no bairro. Assim foi nascendo a entidade.

Aí surgiu a ideia de montar uma entidade. Reunimos todo mundo e perguntamos qual nome daríamos para essa entidade. Como o nosso público era muito diverso, incluindo avós, pais, mães, crianças, o nome escolhido foi Projeto Gerações.

O tempo foi passando, o nosso projeto foi crescendo, e a gente foi escutando os problemas apresentados pelas famílias. Dentro dessas conversas, fomos descobrindo quem que tinha familiar preso, qual que era a situação e o que poderíamos fazer para ajudar. E assim o nosso trabalho foi fluindo dos dois lados. Aqui fora, as minhas irmãs, e eu dentro do Carandiru. A partir e então, a gente nunca mais parou. Até hoje, continuo trabalhando dentro dos presídios, tentando mudar as coisas no presídio, e as minhas irmãs e outras que a gente já formou, continuam aqui fazendo esse trabalho com crianças e mães.

Mas a perda da minha filha motivou muito esse trabalho com as crianças. Porque para nós, ela morreu de desgosto por não ter o pai. Então é uma coisa que nasceu do sofrimento que a gente passou. Não fui só eu... A minha família sofreu junto. E agora vou explicar o porquê da minha formação na área da saúde. A Karen Cristina foi quem me motivou a estudar. Eu queria estudar para aprender a cuidar dela. Fiz técnico de enfermagem, e depois de uns três anos, cursei ciências biológicas e depois uma especialização em saúde pública. Tudo foi pensando na minha filha.

Nessa história toda, depois da morte da Karen Cristina, eu e os meus filhos começamos a fazer terapia. Com a perda da irmã e a ausência do pai, os meus filhos ficaram muito mal. O pai já não via mais os filhos, talvez por vergonha de ter sido preso... Vergonha de os filhos saberem... Pelo menos, foi isso que eu entendi. Eu nunca disse para os meus filhos o que aconteceu. Essa é a primeira vez que eu estou contando essa história. Foi um período muito, muito sofrido para gente...

Meu filho caçula se revoltou muito com a ausência do pai e acabou caindo nas drogas. E então começa uma luta muito grande para cuidar dele. Agora ele está bem, fora de perigo. Ele nunca chegou a ser preso, mas todas as vezes que ele usava droga, brigava na rua e ficava muito violento... Eu morria de medo que um dia de repente eu fosse encontrar o meu filho numa cadeia. O meu maior desespero era um filho ir parar em uma das cadeias que eu

trabalhava. Meu filho brigava, as pessoas abriam um boletim de ocorrência, ele ia para a delegacia. No dia seguinte, saía, porque os policiais entendiam que era por conta das drogas.

Mas até hoje, ele tem boletins de ocorrência que o impedem de arrumar um emprego. Acho que o maior impacto de uma pessoa ser presa, ou ter um boletim de ocorrência, é no futuro da pessoa. O meu ex-marido mesmo, nunca mais conseguiu emprego... Nunca mais! A empresa que a gente tinha fundado, acabou. Ele tentava emprego em vários lugares da construção civil, mas não conseguia, porque ele tinha o nome sujo. O nome de quem foi preso nunca fica limpo. Agora eu começo um outro processo para limpar o nome do meu filho.

No ato dos 30 anos do Massacre do Carandiru, eu fiquei feliz de ter sido convidada. Sinceramente, eu esperava aquele auditório cheio, mas não foi o caso. Acho que poderia ter um número maior de ex-presidiários e vítimas do Massacre, mas são pessoas que tem dificuldade de falar disso. É um processo. Bom, tudo na vida começa com pouca gente. Acho que uma sementinha foi plantada.

Em se tratando do Carandiru, tem um assunto que deveria ser mais discutido. Houve uma rebelião no Carandiru em 2002, exatamente 10 anos após o Massacre do Pavilhão 9. Essa rebelião, na verdade, foi resultado de uma briga entre facções rivais. Houve muita morte... Muitas pessoas foram esquartejadas. Na verdade, a administração sabia que a rebelião iria acontecer uma rebelião. Dentro do presídio, alguns presos emitem sinais que de alguma coisa está sendo planejada. Eles sempre dão um jeito de comunicar, de uma forma ou de outra.

Para quem está trabalhando ali todos os dias, a gente acaba desenvolvendo o olhar e passamos a entender quando alguma coisa está diferente. Por exemplo, quando muitos presos usam tênis durante o dia é porque estão planejando alguma coisa... Normalmente, os presos estão de chinelo de dedo. Quando se via muitos presos de tênis, em especial no Carandiru, os agentes ficavam em alerta.

Outra coisa que também era um sinal. Tem um medicamento chamado aminofilina, indicado para pessoas com problemas respiratórios. Os presos faziam uma lista com os remédios que eles precisavam. Quando eles começavam a pedir muita aminofilina na lista, a gente avisava a segurança porque é sinal que estavam cavando túnel. Eles utilizavam essa medicação para conseguir respirar melhor durante a escavação do túnel! Então eram indicativos que a gente ia observando.

No contexto da rebelião de 2002, nós, funcionários, tínhamos alguns indicativos de que alguma coisa aconteceria naquela noite. E, de fato, aconteceu, e foi muito grave... Os próprios agentes penitenciários, por medo de punição, não quiseram se intrometer. Devido ao Massacre de 92, os funcionários tinham que seguir uma orientação: se fosse briga entre eles, era para

deixar que eles resolvessem. E assim foi feito. Em 2002, ainda se falava muito no Massacre de 1992! O julgamento do coronel Ubiratan sempre estava no noticiário, então a memória do Massacre ainda estava muito fresca. Havia um medo muito grande de que, se chamasse a polícia, a tragédia seria ainda maior, como uma repetição do passado. Quando a polícia foi finalmente acionada, muita morte já tinha acontecido.

A rebelião começou à noite, logo depois da tranca, por volta das 18hrs. Na manhã do dia seguinte, quando eu cheguei para trabalhar, eu entrei na farmácia e vi muita gente machucada... Antes disso, eu fiquei sabendo de tudo pela televisão. Tanto que a minha família insistiu muito para eu não ir, mas não adiantou... Eu fui trabalhar porque sabia que as pessoas estariam precisando de mim. Chegando no Carandiru, constatei que um Massacre tinha acontecido.

Como eu expliquei, as funcionárias mulheres não eram autorizadas a entrar nas dependências dos pavilhões. Mas na ocasião que os agentes foram retirar os corpos, eu pude entrar. Estavam presentes a polícia, o Suplicy, o Ariel e uma série de autoridades. Foi uma experiência muito dramática. Muito mesmo! Retirar os pedaços de corpos dos tambores de lixo... Foi terrível. Por consequência, muitos funcionários tiveram problemas psicológico.

Infelizmente não tivemos nenhuma ação direcionada para a saúde mental dos funcionários. Muito tempo depois, em 2005, perto da desativação, foi criado o Núcleo de Saúde do Trabalhador, por conta dos casos de adoecimento psíquico que estava surgindo por conta desse Massacre...

A implosão do Carandiru foi pura queima de arquivo. Foi a concretização de uma estratégia de esquecimento. Quer dizer, implodiram o presídio onde aconteceram diversos Massacres, construíram uma praça bonita e apostaram que as pessoas simplesmente não vão se lembrar no futuro. Olha, eu nunca deixei de pensar que deveria ter políticas públicas para que não acontecesse mais. A memória tem que ser preservada para que a sociedade entenda que não é um problema só do governo. É um problema da sociedade também. A questão do encarceramento é cara a todos nós. Infelizmente, esse é um assunto que a sociedade evita tratar.

A vida para mim é felicidade. Tudo vale a pena quando se é feliz. Trabalhar, ir ao teatro, conversar com as pessoas... Encontro sentido nas coisas concretas, e sou uma mulher muito feliz. Mesmo depois de aposentar, quero continuar trabalhando nos presídios, porque ainda tem muita coisa que eu sonho em fazer. A luta é o que me move. Como diziam mamãe e papai, a gente vai metendo as caras.

Eu me senti feliz de poder contar essa história. Era uma coisa muito guardadinha aqui dentro de mim, mas que eu precisava falar.

2.5. GÜNTER ALOIS ZGUBIC

No folclore da Casa de Detenção de São Paulo, um personagem retorna com frequência às lembranças de quem por ali passou: o padre Roberto Francisco Reardon. Recordado carinhosamente pela forma abrigada de seu nome, Chico foi um religioso de origem norte-americana que se naturalizou brasileiro a partir do convívio cotidiano com os chamados “irmãos do cárcere”. Coordenador influente da Pastoral Carcerária, foi talvez o civil que mais profundamente conheceu o interior da Detenção. Falecido em novembro de 1999, Pe. Chico deixou como legado uma prática contínua de defesa dos direitos humanos no interior do sistema prisional, amplamente reconhecida por presos, egressos e agentes da sociedade civil.

Com a sua morte, parcela significativa da experiência civil acumulada no interior da Casa de Detenção tornou-se irreversível. No entanto, sua atuação não ocorreu de forma isolada. A presença de outros religiosos e agentes pastorais indica zonas menos visíveis da memória coletiva, aquelas que não se cristalizaram em figuras amplamente conhecidas, mas que sustentaram, no cotidiano, práticas de cuidado, escuta e mediação de presos com familiares e órgãos de justiça. É nesse campo menos iluminado da lembrança que se inscreve a trajetória do padre Günther Alois Zgubic, frequentemente apontado como um dos continuadores do trabalho pastoral desenvolvido nos cárceres paulistas após o falecimento de Pe. Chico.

Conheci o austero padre austríaco por intermédio da irmã Petronella Maria Booner. Na ocasião, a educadora e missionária integrou a mesa *Justiça restaurativa como ferramenta para a construção do futuro*, realizado em 7 de outubro de 2022, como parte das atividades do *Inventário 30 anos do Massacre do Carandiru*. Interessei-me pela possibilidade de ampliar o escopo da pesquisa a partir das experiências de membros da Pastoral Carcerária que atuaram na Casa de Detenção de São Paulo. Foi a própria irmã Petronella quem me informou que Pe. Günther, embora não tivesse sido testemunha ocular do Massacre do Carandiru, possuía uma trajetória extensa de atuação nos cárceres paulistas, incluindo a Detenção, e que sua história poderia lançar luz sobre dimensões pouco exploradas da relação entre Igreja, prisão e sociedade civil.

Com sua autorização, estabeleci contato telefônico e, após alguns desencontros de agenda, acordamos a realização da entrevista no dia 20 de fevereiro de 2022. A conversa ocorreu por meio da plataforma Skype, por sugestão do próprio padre, que mesmo residindo na Áustria, nunca perdeu laços com a Pastoral Carcerária no Brasil. A chamada foi iniciada com um aviso, enunciado em português marcado por forte sotaque: por razões de saúde, talvez fosse necessário interromper a entrevista e retomá-la em outro momento. Recém-aposentado das

atividades pastorais, Pe. Günther recolhera-se por recomendação médica, em função de um quadro prolongado de esgotamento físico e emocional associado ao *burnout*.

Apesar da advertência inicial, o padre empenhou-se em construir uma narrativa consistente, repleta de números, datas, estatísticas. Convencionamos dividir a entrevista em duas sessões, realizadas no mesmo dia. As dificuldades inerentes à elaboração de lembranças em uma língua que não era a sua língua materna foram momentaneamente superadas pelo desejo de narrar. Em alguns momentos, palavras associadas ao cotidiano prisional, sugeridas por mim como complemento, funcionaram como gatilhos mnemônicos, permitindo que emergissem lembranças de sua atuação pastoral junto à população encarcerada.

Após a realização da entrevista, mantivemos contato por iniciativa do próprio Pe. Günther. Ele me enviou longas mensagens de áudio pelo WhatsApp, nas quais procurava corrigir datas, nomes ou formulações. Nesses registros posteriores, sua voz soava mais firme, e o português, aparentemente reencontrado pela memória, revelava um movimento interior de reorganização da experiência. Era como se, pouco a pouco, os fios de sua trajetória pastoral fossem sendo novamente tecidos, ainda que o cansaço físico se impusesse e a narrativa, em certos momentos, cedesse ao silêncio.

Na fase final de elaboração do texto, Pe. Günther solicitou apenas que fossem relativizadas eventuais generalizações. Seu cuidado não se dirigia à defesa de uma imagem pessoal ou institucional, mas à complexidade do mundo prisional, que, segundo ele, resiste a interpretações simplificadoras. A autorização da história foi concedida sem ressalvas adicionais, encerrando um processo marcado pela escuta paciente, pelo respeito aos limites do corpo e pela consciência de que, também no testemunho pastoral, a memória se constrói nos interditos da fala e do silêncio.

A Casa de Detenção de São Paulo é um símbolo de um problema mais amplo

Imagem 36 – Pe. Günther Alois Zgubic



Fonte: DHnet.⁴

Bom, eu sou austríaco. Colaborei com a igreja do Brasil, principalmente na arquidiocese de São Paulo por um bom tempo da minha vida. Nos anos finais do meu trabalho pastoral no Brasil, atuei em nível nacional na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Fui coordenador nacional da Pastoral Carcerária por oito anos, entre 2001 e 2009. Minha vida sempre esteve implicada junto aos mais necessitados.

O trabalho de toda pastoral social, em certo sentido, obedece a um método comum, e os princípios são adequados de acordo com a comunidade em que o trabalho está inserido. Tratando-se da Pastoral Carcerária, o primeiro passo é a escuta. Que os presos tenham alguma experiência de escuta, seja do padre ou dos agentes de pastoral. No primeiro momento essa aproximação envolvia alguma assistência, mas a finalidade da Pastoral Carcerária nunca foi o assistencialismo ou reforçar uma relação paternalista.

Segundo passo, reflexão e julgamento de como resolver a situação. Não tínhamos a pretensão de sermos paternalistas, ou espécie de mágicos que sempre resolviam os problemas. Não. A verdadeira tarefa da Pastoral Carcerária era estimular que os presos se reconhecessem

⁴ Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/gunther_zgubic/index.htm. Acesso em: 30/12/2025.

e agissem como sujeitos de sua própria história, e que pudessem assumir suas próprias responsabilidades e capacidades. Como todas as outras pessoas, os presos são sujeitos de direitos humanos, de dignidade, e que, portanto, lhes é garantido o direito de articulação.

Terceiro passo: ação e execução do que for definido como tarefa. Na medida em que os presos não conseguiam fazer o trabalho de articulação entre familiares, funcionários, direção e juízes, eu me predispus para fazer a mediação. Por exemplo, eu falava para eles fazerem listas dos doentes ou dos principais problemas. Depois, ajudava para que eles mandassem esse documento para a administração da unidade prisional ou para o juiz. Fiz essa ponte muitas vezes.

Nas vezes em que se relatava tortura... Eles tinham que criar a consciência de que são sujeitos de direitos humanos, e por isso tinham o direito de se comunicar com o juiz sem serem torturados novamente. Só que esse diálogo não funcionava, a não ser quando era proposto pelos agentes pastorais... Quando os próprios presos enviavam cartas ao juiz, estas eram censuradas, e eles eram espancados novamente...

Por fim, o quarto passo, porém não menos importante, era celebrar. Esses quatro pontos constituem a metodologia de toda pastoral social, e exigem dos padres e agentes a capacidade de adequar a metodologia de acordo com a comunidade em que o trabalho se insere. Diria que a base de todo o trabalho é a convivência. É somente na convivência com os mais necessitados é que podemos pensar na implicação com as suas dores.

Aplicada a essa metodologia que estrutura as pastorais sociais, uma segunda camada de procedimentos sustenta uma metodologia comum. Primeiro, a assistência imediata, principalmente quando existe risco de vida. Segundo, a capacitação e promoção humana, ao começar pela técnica: por exemplo, ler, escrever e direcionar uma carta ao juiz; capacitação profissional, para que aprendessem, no presídio, uma profissão, uma segunda língua, estudassem a bíblia; capacitação para a vida comunitária, promovendo a experiência e articulação conjunta. Porque juntos, os humanos são mais fortes.

Me tornei padre na Áustria. Ainda menino, soube que queria ser um apóstolo de Jesus. Também era entusiasmado para aventuras e desafios missionários de espalhar a mensagem do evangelho. Isso eu sinto desde criança. Mas quando eu completei 38 anos, senti que era o momento do “agora ou nunca”. Percebi que a minha memória estava enfraquecendo, e seria cada vez mais difícil aprender uma nova língua.

Eu cheguei no Brasil em 1988. Na Europa, vivia-se o contexto do sistema soviético, das ditaduras comunistas. O muro de Berlim caiu somente em 1989, ou seja, um ano antes de eu

chegar ao Brasil. Estes anos antes da minha saída configuraram um estado de bem-estar social na Europa central democrática, entre os anos 1970 e 1980.

Tinha então esta cortina de ferro, como se dizia, que nos separou a Áustria dos países vizinhos, como Tchecoslováquia, Hungria e Iugoslávia. Esses países estavam sob regime de ditaduras comunistas, e não tinha meios de passagem de pessoas pobres desses países acessarem as nações de bem-estar social. Então, estávamos vivendo numa redoma de bem-estar social, isolados porque ao nosso redor existia esta cortina de ferro das ditaduras militares que não permitia o trânsito entre pessoas, principalmente os mais pobres.

Sabíamos, de dentro da Europa central, dos problemas do assim chamado terceiro mundo, pelo qual o primeiro mundo teria responsabilidade conjunta por esse desequilíbrio econômico. Assim surgiram muitos grupos de solidariedade e de apoio aos projetos do terceiro mundo, ou países do sul.

Eu era capelão na minha paróquia, que fazia parte de uma diocese maior. Éramos muito organizados! Nós tivemos cerca de 30 grupos. Em sua maioria eram paróquias de solidariedade com outras paróquias e movimentos sociais, principalmente eclesiais nas pastorais sociais no Brasil. Isso foi um ponto que colaborou com a minha escolha de ser padre no Brasil.

Um outro ponto é que debatíamos temas sociopolíticos diversos. Um tema era exatamente economia primeiro/terceiro mundo. Nós convidamos os três chefes de bancos dos territórios gerais da nossa província para questionarmos a razão de bancos austríacos estarem liberando crédito para a ditadura do Apartheid, na África do Sul. Então se percebeu, conforme as respostas deles, que não existia nenhuma chance do sistema econômico mudar em um único milímetro em direção a maior solidariedade com os excluídos desses países. Eu fiquei furioso!

Ao mesmo tempo, na Alemanha houve um episódio marcante envolvendo um grupo terrorista de esquerda... Eles jogaram bombas contra prédios, fizeram ricos importantes de refém... Houve uma luta severa da política, e todos foram presos. Em todo caso, foi como soar um alarme na sociedade de bem-estar social, de que muitos cidadãos estavam cobrando por uma postura de solidariedade do nosso governo com o terceiro mundo.

Depois daquela conferência com banqueiros, eu fiquei tão frustrado, com tanta raiva que senti vontade de jogar bombas contra o sistema capitalista, que era protegido por muros de ferro. Senti que o único jeito de implodir esse muro seria com bomba e violência. Hoje isso virou uma história cômica. Como padre, soube que esse não era o caminho de Jesus.

Estive em crise por uns três meses... Então, chegou um austríaco que trabalhava como voluntário de desenvolvimento num bairro de favela em Cochabamba, na Bolívia. Ele me contou da vida na ditadura militar boliviana, que a polícia batia nas pessoas, que as pessoas se

organizavam em movimentos sociais, que iam presas, assassinadas. Ele, assim, pintou um quadro sangüinário das coisas que viu. Porém, este homem não era frustrado como eu! Então eu pensei que nos países do Sul as pessoas têm outros valores se comparado à Europa, porque eu me frustrei quando não consegui mudar a sociedade em direção à solidariedade.

Então, conversei com o meu bispo. Disse que queria sair da minha crise, e perguntei como poderíamos colaborar com o assim chamado terceiro mundo. Eu mesmo sugeri que eu fosse para a América Latina, de preferência para algum país que ainda existisse a Teologia da Libertação. A primeira ideia foi ir ao Peru, participar de um projeto missionário. Eu trabalharia numa favela em Lima. Mas logo mudei de ideia quando conversei com um padre belga... A nossa paróquia já teve uma parceria com uma paróquia de Goiás, e esse padre belga foi pároco ali. Quando nos visitou, o padre avisou que o cardeal do Peru suprimiu a Teologia da Libertação, mas que no Brasil ainda tinha a Teologia da Libertação.

Falei para o meu bispo que eu queria ir para o Brasil. Tive uma conversa com um padre comboniano, também da diocese da Áustria e que era do povoado onde nasci. Ele havia trabalhado no Estado do Espírito Santo, e me disse algo interessante... Ele disse que, se eu quisesse entender como as interligações mundiais se refletem no terceiro mundo, eu deveria ir para São Paulo. Escrevi uma carta ao cardeal Paulo Evaristo Arns, perguntando se ele me aceitaria para uma experiência de três anos.

Arns e o primeiro bispo da Áustria já eram amigos. Como eu disse, aqui na diocese austríaca tem uma congregação de irmãs com projetos em São Paulo e Goiás. Pedi que me colocasse para trabalhar na área mais pobre e violenta da cidade de São Paulo. Ele me convidou, e eu trabalhei em Campo Limpo, Zona Sul. Posso afirmar que foi uma luta de desafios incríveis de direitos humanos e movimentos sociais!

Após seis anos trabalhando em Campo Limpo, eu fui solicitado para entregar a paróquia a novos missionários que chegaram da Irlanda. Depois me dispus a colaborar e conhecer os problemas sociais do centro de São Paulo e colaborar com diversas pastorais sociais, principalmente com a Pastoral dos Desabrigados. Também ajudei na Pastoral dos Cortiços, das mulheres marginalizadas, dos aidéticos... Depois, também tivemos atuação como os Sem Terra.

Em uma noite de meio de 1995, um morador de rua foi levado pela polícia para o 1º DP, no centro de São Paulo. No dia seguinte, nos perguntamos quem poderia visitá-lo, e eu tinha disponibilidade. Essa foi uma experiência terrível... O cenário era algo parecido com um campo de concentração. Os presos não tinham espaço físico para se deitarem todos juntos, então tinham que revezar para dormir. As pessoas estavam lá por seis anos... Muitas vezes sem medicamentos, padecendo de doenças graves, principalmente a tuberculose... Sempre

maltratados pelas batidas da polícia, com hematomas e marcas de tiros que atravessavam os corpos.

Fui visitá-lo no dia seguinte e, ele e outros presos ficaram muito agradecidos porque ao menos a igreja lembrava que eles são pessoas humanas. Quando fui embora, me pediram que eu voltasse, que não os esquecesse... Não teve jeito: passei a trabalhar metade do tempo para o povo de rua, e metade para os presos.

Após essa primeira experiência no 1ºDP, fui solicitado para trabalhar em três cárceres, incluindo a Casa de Detenção de São Paulo. Nesses espaços carcerários, testemunhei as piores situações possíveis – inclusive muito piores do que no Carandiru. Não quero generalizar, mas, na maioria das vezes, a situação dos presos nos distritos policiais era muito pior do que nos grandes presídios... Muito pior!

No ano de 1997, chegou a campanha de fraternidade na quaresma no Brasil inteiro, convocada pela CNBB. O tema foi *Os nossos cárceres e presídios*. A partir desta campanha, fui solicitado para trabalhar exclusivamente na Pastoral Carcerária. Minha função seria auxiliar na organização da Pastoral Carcerária em cada diocese.

A campanha de 1997 foi um desafio tremendo! Do lado da igreja, ninguém sabia em quais presídios e cárceres tinha assistência religiosa, porque essa presença era feita somente por voluntários paroquiais. O primeiro esforço foi de organização. Chamamos a atenção dos bispos pedindo colaboração, solicitando opção pelos pobres no cárcere, seus familiares e também para funcionários, que eram esquecidos pelo próprio Estado.

No Estado de São Paulo, até então somente cinco dioceses eram organizadas para Pastoral Carcerária. Em 1997, conseguimos que todas as dioceses do Estado criassem uma pastoral. Com isso, melhorou em muito a possibilidade política e administrativa dos bispos se solidarizarem perante os maus tratos nos presídios. E assim nos organizamos em nível nacional.

Naquele tempo, preciso deixar claro, eu não era coordenador em nada... Nosso coordenador era o Francisco Reardon, o Padre Chico. Ao mesmo tempo, ele coordenou a arquidiocese, a Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo e em nível nacional. O primeiro coordenador nacional da Pastoral Carcerária foi o Padre Geraldo Mauzeroll, de Guarulhos.

Nos anos 1980, a CNBB decidiu promover a Comissão Pastoral Carcerária ao nível de uma pastoral social, e que esta fosse organizada no país inteiro. Acredito que nós só superamos a desorganização no ano da campanha de fraternidade, em 1997. O fato é que o Padre Geraldo Mauzeroll foi o primeiro coordenador nacional da Pastoral Carcerária, enquanto o Padre Chico

foi o seu secretário executivo. Quando o Padre Geraldo adoeceu, com câncer, o Chico assumiu a coordenação em seu lugar, e o Padre Armando Campele passou a ser o seu secretário.

Foi num intervalo de seis meses em 1999, me parece... Ambos esses padres morreram. Ficou-se um vácuo de direção, seja na arquidiocese de São Paulo ou em nível nacional. É verdade que alguns padres trabalhavam coordenando comissões estaduais, mas isso foi antes de se chegar à organização de uma pastoral nacional. Mas nenhum desses padres era liberado exclusivamente para a Pastoral Carcerária.

Esse era outro assunto que me causava grande surpresa. Naquele tempo, nenhum padre diocesano brasileiro pôde se dedicar exclusivamente à pastoral social! Estes eram todos padres estrangeiros, ou de congregações religiosas. Os brasileiros, não. Para o seu próprio sustento, os padres brasileiros tinham que manter suas atividades exclusivamente na paróquia. O dízimo no Brasil existia somente na paróquia, e não na diocese, e quando a paróquia tinha o compromisso de destinar 15% do dízimo à diocese, o valor era tão baixo que o bispo não podia liberar nenhum padre para uma pastoral social em tempo integral. A igreja no país fazia a opção primordial pelos pobres, mas não tinha condições de liberar um padre para essa função. Eu achava isso muito esquisito...

Nesses anos, o próprio Estado brasileiro não sabia quantas pessoas estavam presas... Muitos detentos sequer estavam cadastrados em bancos de dados! Muitas vezes, quando um preso alguém era morto, sequer aparecia nas fichas do presídio! Nós denunciávamos o descaso do Estado brasileiro com os presos, e foi um grande processo de diálogo internacional.

Em 1997, o Padre Chico concordou quando eu fui para a Áustria – viagem que fiz a cada dois anos – que eu levasse comigo uma coleção de documentos sobre torturas e denúncias encaminhadas aos juízes, aos fiscais públicos e procuradores da justiça austríacos... Levei toda uma documentação específica sobre 1700 torturados, pedindo ao governo da Áustria que me ajudasse a fazer chegar essa documentação ao alto comissariado de direitos humanos da ONU em Genebra, na Suíça.

Nessa ocasião, também solicitei ao Ministério de Assuntos Exteriores da Áustria que levasse a mesma documentação para dentro da comissão da União Europeia de relações com os países da América Latina, para que os países do primeiro mundo fossem convidados a pressionar a implantação dos direitos humanos nas recém-nascidas democracias da América Latina.

A embaixada da Áustria perante a ONU, em Genebra, me recebeu então por orientação do Ministério de Assunto Exteriores. Conversei com a alta comissária da ONU de direitos humanos, Mary Robinson, que inclusive foi presidente da Irlanda. A Ms. Mary se comprometeu

rapidamente com o meu apelo, pedindo para que se traduzisse a documentação, pelo menos a parte central, para o inglês. Rapidamente o fizemos, porque o Padre Chico e o Padre Geraldo eram norte-americanos. Então, a coisa correu. Depois, também convidamos a Anistia Internacional, a Human Rights Watch, a Prison Reform Institute of London para nos ajudar.

Na época, o presidente do Brasil era Fernando Henrique Cardoso. Ele aceitou que a alta comissão da ONU visitasse o Brasil. A Ms. Mary escutou as autoridades estaduais, federais, como também os principais superiores da justiça do Brasil, os procuradores, e também escutou as organizações sociais de direitos humanos em relação a tortura, principalmente a Pastoral Carcerária, mas também outras organizações sociais. Os advogados da OAB, defensores e procuradores públicos também foram ouvidos.

A alta comissão da ONU chegou ao Brasil e se reuniu com o presidente FHC e outras autoridades e organizações. A consequência deste intercâmbio foi que o presidente aceitou que a ONU mandasse o alto comissário especialista em questões de torturas e maus-tratos. Para tanto, chegou o especialista Sir Nigel Rodley com um grupo de estudantes. Foi um pequeno time, talvez de oito pessoas que visitaram presídios por uma ou duas semanas no Brasil. Em São Paulo, principalmente os levei para dentro de presídios e setores onde eu sabia que ali se poderia encontrar presos torturados.

O relatório do Nigel Rodley sobre a situação do sistema penitenciário e penal e de segurança pública policial foi um escândalo. Ele tinha encontrado mais ou menos 435 casos de pessoas torturadas, e produziu um relatório analisando os sistemas de segurança pública, penal e penitenciário. Foi um relatório aniquilador, totalmente condenatório ao governo brasileiro. Perante à ONU em Genebra, Rodley praticamente julgou e condenou as autoridades brasileiras.

O Brasil entrou numa percepção mundial e, antes mesmo do trabalho de Nigel Rodley, a Pastoral Carcerária já escrevia relatórios anuais sobre maus-tratos e tortura. Quando nós fizemos esta grande denuncia a Anistia Internacional também chegou com representantes visitando e pesquisando de forma autônoma, totalmente independente de nós. Na amizade, demos as dicas onde eles poderiam encontrar pessoas em situação de tortura. Eles também escreveram um relatório apontando a responsabilidade do governo brasileiro sobre a lastimável situação da segurança pública.

E foi importante ter essas denúncias do estrangeiro. Antes, o Ministro da Justiça reclamava que somente a Pastoral Carcerária acreditava nas mentiras dos presos. Por isso os nossos relatórios nunca foram levados a sério. Aliás nem o relatório da Anistia Internacional, diga-se. Chegou, após a Anistia também, o Human Rights Watch, instituição com sede em Nova York. Esse instituto escreveu um relatório de mais de 100 páginas sobre a situação carcerária

no Brasil, que estava classificava entre as dez piores do mundo. Isto também foi apresentado em Genebra, à ONU, e entrou na grande mídia. Com tudo isso, nós conseguimos articular uma forte pressão internacional para que o Brasil se comprometesse com a defesa dos direitos humanos dos presos.

Após a visita de Nigel Rodley, a ONU também enviou outros especialistas, por exemplo, para analisar a alimentação dos presídios, das FEBEMs e averiguar a situação das mulheres presas. Foram diversas análises, sempre com propostas de como melhorar e também parcialmente em cooperação, procurando parceiros da Europa para ajudar o Brasil. A Inglaterra, por exemplo, ajudou com cursos de formação para os agentes penitenciários. A Alemanha contribuiu com um seminário específico para juízes. Foi um grande trabalho colaborativo!

Ao mesmo tempo, o Estado de São Paulo não tinha, ainda, as instituições necessárias para que a democracia se efetivasse no poder judiciário. A justiça é composta por juiz, procurador e defensor público. A defesa de direitos humanos por advocacia não estava organizada pelo Estado. Reunimos 144 organizações sociais, incluindo diversas universidades. Todos assinaram um documento cobrando do governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, a implantação de defensoria pública. Nós tivemos um enorme trabalho perante a sociedade...

Quando o Padre Chico já era falecido, fui solicitado pelo cardeal Cláudio Hummes, de São Paulo, a assumir a coordenação da Pastoral Carcerária no nível arquidiocesano. Em primeiro momento eu falei que eu ainda era um “galo verde”, recém-chegado nesta pastoral. Mas o caso foi não existir dinheiro para liberar outro padre. Inclusive, nem tinha outro padre na Pastoral Carcerária, nem verba para atribuir esse trabalho a um leigo.

Passei a coordenar a pastoral na arquidiocese, e o Armando Campele trabalhou provisoriamente na coordenação no Estado de São Paulo e em nível nacional. Depois o Armando teve que sair da pastoral, por questões pessoais. Foi então que eu fui solicitado para também assumir a Pastoral Carcerária em nível estadual. No ano seguinte, a CNBB solicitou que a Pastoral Carcerária de São Paulo assumisse de novo a coordenação nacional porque era a mais organizada, pelo menos em nível político. Então eu fui responsável, nos meus últimos oito anos no Brasil, até o final de 2009, como coordenador nacional da Pastoral Carcerária.

Por sobrecarga de trabalho, sofri de *burnout* e nunca mais tive saúde para continuar o meu trabalho. Solicitei para a minha mão direita, Padre Valdir Silveira, ficar no meu lugar. O Padre Valdir chegou da Amazônia quando eu era coordenador ainda exclusivamente da Pastoral Carcerária em nível arquidiocesano, em 1999. Quando eu tive que assumir a coordenação estadual, disse ao Valdir: “se você assumir a coordenação da arquidiocese, eu assumo o

Estado”. Um ano depois falei: “Valdir, se você assumir adicionalmente a coordenação Estadual, eu vou assumir a nacional. E após oito, nove anos, quando eu sofri essa quebra de nervos, não tive outra pessoa preparada a não ser Padre Valdir. Com isso, ele assumiu a coordenação nacional. Ele foi, digamos, o meu seguidor. A sucessora do Padre Valdir é a atual coordenadora de Pastoral Carcerária nacional, Irmã Petra Pfaller.

Voltei para a Áustria em 16/01/2011 por consequência da minha saúde, mas também por chamada do meu bispo antes mesmo de ele saber da minha situação. A Áustria estava com falta de seminaristas, então fui solicitado para voltar à minha diocese de origem. Continuei trabalhando por mais alguns anos... Assumi a Pastoral Social da Cáritas, até me aposentar, há três anos. Tive que me aposentar porque eu não aguento mais situações de *stress*.

O *burnout* não chegou somente por ser coordenador nacional da Pastoral Carcerária, o que por si só é muito trabalho, mas sobretudo a partir de 2006, quando aconteceu a maior rebelião da história da humanidade. Neste ano, 90 presídios do estado inteiro, os presos organizaram, em pleno Dia das Mães, a Segunda Megarrebelião.

A primeira Megarrebelião ocorreu em 2001. Porém, em nada se compara com o tamanho e o grau de organização da segunda: foram aproximadamente 100 mil presos organizados por celulares, que se levantaram coordenadamente, exatamente ao meio-dia. Para que a polícia não repetisse o que aconteceu no dia 2 de outubro de 1992 na Casa de Detenção, os presos fizeram suas próprias mulheres, mães e crianças de refém. Foram cerca de 24 mil reféns... De alguma forma, o Estado tinha que retomar o domínio dos presídios sem matar os presos.

Diferente das consequências desastrosas do levante de 1992 da Casa de Detenção, em 2006, os presos estavam muito bem organizados. E em 1992, diga-se, não foi um levante geral, e nem houveram reféns; não passou de um distúrbio dentro do presídio. Os funcionários telefonaram para o Secretário de Segurança Pública, que informou o governador Fleury da situação. Era época de eleição e, para impressionar a sociedade, como que dizendo que a Polícia Militar funcionava, o Fleury mandou que a PM fizesse uma repressão rápida e com força total.

Na época do Massacre do Carandiru, eu não fazia parte, ainda, da Pastoral Carcerária. O Padre Chico era o coordenador, e foi a primeira pessoa da sociedade civil a entrar na Casa de Detenção após o ocorrido. Ele viu ainda todos os mortos, e toda a ação para esconder os cadáveres... Houve uma grande operação dos policiais para que ninguém soubesse o que tinha ocorrido. Mas o Padre Chico viu tudo, e chamou outras testemunhas. Assim, tudo foi publicado na imprensa. Isso foi grande mérito do Padre Chico, com apoio do cardeal Arns...

Na ditadura militar, o cardeal Arns também entrou nos cárceres comandados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que durante a ditadura militar era o maior torturador do

Estado de São Paulo. O Fleury, inclusive, foi processado pelo Padre Geraldo Mauzeroll, que hoje é merecidamente nome de rua em Guarulhos. A polícia entrou na casa paroquial do Padre Geraldo, e ele conseguiu fotografar os torturadores. No final das contas, acho que nenhum torturador foi preso... A polícia é um lobby que ninguém conseguiu desestruturar.

Em 1995, fui solicitado para assumir a pastoral carcerária a partir do 1ºDP. Depois, assumi o 2ºDP, mais um outro cárcere distrital, a Casa de Detenção e o Departamento de Repressão aos Crimes Patrimoniais, DEPATRI. O DEPATRI tinha cerca de 20 delegacias. Posso afirmar categoricamente que as cadeias do DEPATRI foram os lugares onde mais encontrei torturados... Em quatro meses, encontrei o incrível montante de 1200 torturados! O Padre Chico percebeu que o meu trabalho era contra a tortura, e me pediu que distribuísse formulários aos presos, para que eles preencherem e assinassem por intervenção judicial contra os torturadores.

Denunciamos as torturas no DEPATRI conjuntamente ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia do Estado de São Paulo (CDH/ALESP), Renato Simões, que era nosso braço dentro da ALESP. Antes de ir embora de uma visita a uma cadeia do DEPATRI, ele já havia convocado a imprensa e falou publicamente que a situação era chocante, e que estava convocando imediatamente médicos legistas. Rapidamente ele organizou 5 médicos, que examinaram os presos em sua corporeidade. Somente naquele dia, os médicos encontraram 110 presos com sinais de tortura.

Para montar a denúncia, precisei convencer os presos da necessidade de tudo aquilo. Fiz uma discussão prévia com os líderes entre os presos, que eram grandes bandidos – mas, sobretudo, gente de direitos humanos e de dignidade garantida pela Constituição Federal brasileira. Perguntei para eles, oras, por que vocês não têm coragem de falar sobre as violações com a própria língua perante o juiz? Por que sempre seguem o caminho da violência em forma de rebeliões? O resultado dessas revoltas é a invasão do Choque, que deixam vocês gravemente feridos, inclusive, em alguns casos, paraplégicos.

Os presos me pediram para que aguardasse duas horas, que era o tempo de visita. Eles tinham um método próprio de se comunicar entre as 16 celas que lá tinham. Depois de 1 hora e meia, concordaram com a minha proposta. Eu consegui convencer os presos de que existe um outro caminho; um caminho em que a palavra do preso seja levada a sério pela sociedade. Pude distribuir os formulários de denúncia entre as celas, e depois levei o Renato Simões para fazer uma visita no local. O resultado de todo esse trabalho foi apresentado ao juiz.

Eu já tinha atuado dessa forma, mas nunca havia mudado nada porque o juiz e os procuradores não fizeram uma investigação séria contra a polícia. Com a nossa denúncia,

conseguimos que a polícia do DEPATRI fosse processada, pela primeira vez. Dos 1200 policiais do DEPATRI, 560 foram processados pela Corregedoria da Secretaria de Administração Carcerária (SAP) e também pela justiça penal. Nenhum policial foi condenado... Esse e outros processos nunca surtiram efeitos diretos. Mas as consequências indiretas dessa denúncia foram enormes! Nos 12 meses seguintes, encontrei somente 20 casos de maus-tratos ou tortura. O recado foi dado e recebido: a polícia não está fora do alcance da justiça. Esse, acredito, foi o meu principal trabalho na Pastoral Carcerária.

De forma paralela, também fiz o mesmo procedimento de averiguação de casos de tortura nas dependências da Casa de Detenção. No período anterior, ninguém podia entrar nos setores de castigo, de transferência e de Seguro, onde ficavam os presos jurados de morte. O padre Chico havia conseguido o direito de circular nesses espaços perante a administração penitenciária, e me pediu que também visitasse esses espaços, onde ocorria mais casos de tortura na Casa de Detenção. Em um ano, encontrei ao redor de 400 torturados no Carandiru. Fui solicitado para levar os formulários e colher as assinaturas. O Chico levou esses documentos ao juiz responsável. Os funcionários da Casa de Detenção perceberam, pela primeira vez, que eles também são alcançáveis pela Corregedoria e pela justiça penal.

Imagem 37 – Pe. Günther Zgubic na Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Maurren Bisilliat, 2003, p. 137.

Com esse trabalho de liderança do Padre Chico, a dinâmica das denúncias foi semeada nas pastorais estaduais em todo o Brasil. O resultado dessas investigações foi entregue a juízes,

ministros da justiça do Brasil e organizações de proteção dos direitos humanos no exterior. Foi um trabalho tremendo a favor da proteção dos direitos humanos. Acredito que tudo tenha mudado com a Megarrebelião de 2006, em São Paulo. Aquele foi realmente um momento difícil, sobretudo para quem trabalhava com os presos.

Como coordenador nacional da Pastoral Carcerária, refleti o que fazer... Porque não era somente a situação dos 90 presídios do Estado de São Paulo que ficaram sob controle dos presos. Fora dos presídios, a vida pública estava paralisada. 28 delegacias da capital foram bombardeadas à coquetel molotov. Tiros foram disparados contra bancos e entradas do metrô. Naquela segunda-feira depois do Dia das Mães, mais de 100 ônibus cheios de trabalhadores foram sequestrados. O PCC foi o organizador de toda a engenharia da Megarrebelião. Sou testemunha do nascimento do PCC, e posso dizer que o PCC surgiu para reagir à tortura e aos maus-tratos que os presos eram submetidos. Se não houvesse tortura nos cárceres, não haveria PCC.

Foi um período terrível... Os ônibus foram parados, os trabalhadores puderam sair e depois os ônibus foram queimados. Tudo estava sendo transmitido na televisão: São Paulo queimando. Foi um choque na população. Por três dias ninguém teve mais coragem de usar transporte público. Cerca de 3700 fábricas pararam. Os bancos, o metrô e os ônibus também paralisaram.

Nós questionamos duramente o governador Geraldo Alckmin. Afinal, qual polícia nós tínhamos? Qual a qualidade da polícia? Porque em 2001, quando os presos nos mostraram sua capacidade de organização na primeira Megarrebelião, a polícia investigou e prendeu muita gente. O governador tinha dito: “tiramos os dentes do PCC”. Cinco anos depois, em 2006, os presos tinham mostrado que eram capazes de aterrorizar todo o estado e, talvez, derrubar um governador. Para não cair, o governador mandou o batalhão de Choque nos bairros pobres. Mataram criminosamente mais de 500 pessoas num único dia... O governador foi na televisão e disse que os bandidos estavam mortos, o que foi uma completa mentira. Ninguém foi levado à justiça...

Como coordenador nacional da Pastoral Carcerária, me perguntei o que a igreja poderia e deveria fazer... E daí eu fui para a CNBB pedindo uma nova campanha de fraternidade com o tema de segurança pública. Seria uma mobilização de todas as 10 mil paróquias, mais de 100 mil comunidades de base da igreja católica no Brasil inteiro, para que se fizesse uma campanha por um novo conceito de segurança pública.

Era o contexto do primeiro governo Lula, e a segurança pública era uma das três prioridades a serem resolvidas. O Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla

Balestreri, sabia do meu trabalho de articulação interna na CNBB para convencer sobre o tema da campanha de fraternidade, e passamos a conversar. Rapidamente nos tornamos amigos, e ele comunicou ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, que a igreja iria promover uma campanha nacional com o tema da segurança pública. No mesmo ano da campanha de fraternidade, o Lula decidiu promover a 1º Conferência Nacional de Segurança Pública.

Só que a metodologia dessas duas iniciativas, para mim, não foi a melhor... Tudo deixou a desejar. No final, o modelo de Polícia Militar se reconfirmou... O certo seria o governo federal apresentar um novo conceito de segurança que já estava escrito em um manual redigido por especialistas da ONU. Esse manual indicava que, primeiro, deveria se pensar em políticas públicas de lazer, esporte, trabalho e ensino. Que fosse um modelo de política que articulasse a sociedade civil organizada e o braço governamental, no município, no estado e na federação.

Já tínhamos precedente de um modelo de organização da minha experiência de padre, juntamente ao Padre Jaime, numa paróquia no bairro do Capão Redondo, região do Campo Limpo. As estatísticas internacionais indicavam que o Capão Redondo era o bairro mais perigoso do Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Trabalhamos com mais de 300 organizações civis, o que foi uma experiência tremenda de articulação cidadã dos mais de 360 mil habitantes da região. Dentro de 10 anos, reduzimos a taxa de mortalidade em 90%! Ou seja, já havia um precedente para basear políticas públicas de valorização da vida nos bairros periféricos

Articular a campanha de fraternidade de segurança pública foi uma das razões do meu *burnout*. Porque eu tinha que convencer 20 comissões pastorais dentro da CNBB. Cada pastoral tinha a sua própria proposta de tema, e foi muito difícil convencer de que a urgência estava na segurança pública. Organizamos milhares e milhares de assinaturas de agentes de pastoral das diversas dioceses de todo o Brasil. Enquanto eu fazia o trabalho interno na igreja, participava de conferências do governo Lula sobre direitos humanos, e em contato permanente com movimentos de base, universidades, conclamando a todos para o debate. Afinal, toda a sociedade é vítima da selvageria e brutalidade da polícia, que é mandada a bater e matar pobre. Eu estava no centro de todo esse debate!

No mesmo ano, por acaso, a ONU fez uma conferência mundial, sediada em Salvador, sobre presídios e narcotráfico. Então a Pastoral Carcerária teve que ser organizada pela primeira vez em nível da América Latina. Tínhamos que discutir a globalização do neoliberalismo, em que se substitui as políticas sociais por segurança pública selvagem. Na maioria dos estados, o número de presos triplicou em 10 anos! O Estado de São Paulo se tornou campeão mundial porque, em 20 anos, octuplicou a população carcerária...

Tudo era uma grande magia para enganar a população. O governo queria imitar o modelo norte-americano, que tinha o maior índice de encarceramento do mundo. Porém, os Estados Unidos têm a possibilidade econômica de prisão perpétua. No Brasil, a taxa de reincidência é alta porque o detento não consegue trabalho aqui fora e se organiza novamente no crime. O crime organizado é incrementado pela política de encarceramento.

Nós fizemos uma tentativa de que todas as conferências episcopais da América Latina se articulassem politicamente sobre a multiplicação de presos em todos os países da América Latina. Ao mesmo tempo, nós tivemos a 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, em Aparecida do Norte. A esta conferência chegou o Papa Benedito XVI, Ratzinger. O resultado dessa conferência foi a publicação de um manual, redigido pelo atual Papa, Francisco, e pelo nosso arcebispo, Cláudio Hummes, para a igreja de toda a América Latina. Pela primeira vez, a questão da segurança pública foi a prioridade da igreja.

Esses foram trabalhos enormes! Primeiro da Pastoral Carcerária em si, com todos os problemas nos presídios e rebeliões. Segundo, a organização da Pastoral Carcerária em nível da América Latina e enfim mundial. Sem contar toda a organização política com pressão em cima das conferências episcopais, para que se posicionassem publicamente perante os governos. Também houve toda esta negociação com os ministros de assuntos exteriores e de justiça de todos os países da América Latina e também da Europa, que eles colocassem a questão dos direitos da assistência religiosa, e também a questão de tortura, maus-tratos como um ponto que deveria ser tratado nesta conferência mundial da ONU, em Salvador. A nossa presença também nesta conferência mundial, depois a conferência dos bispos da América Latina... Tudo isso ao mesmo tempo! Daí você entende porque eu entrei no *burnout*.

O Padre Chico me falou uma vez que nos campos de concentração, por exemplo, Auschwitz, os presos tinham um lugar físico para se deitar. No Brasil, nas cadeias públicas, em parte, não... Em parte, tinham que se revezar. Isto é uma verdade, mas talvez o único paralelo possível...

A Casa de Detenção de São Paulo não era, nem de longe, o pior presídio de São Paulo. Quase todas as cadeias públicas que tinha quando eu acabei o meu trabalho no Brasil, em 2010, eram piores do que a Casa de Detenção – em geral, é claro. *A Casa de Detenção de São Paulo é um símbolo de um problema mais amplo.*

Porém, dentro da Casa de Detenção tinha alguns setores terríveis. Eram infernais... Posso listar os seguintes: setor de castigo, setor de transferência, seguro de vida e enfermagem. A maior parte das torturas ocorreram no Pavilhão 4, onde ficava o centro médico. Pelo convênio com a ONU, os médicos seriam obrigados a visitar os presídios todos os dias, ou, pelo menos,

um enfermeiro, e não só um preso ajudante de enfermaria. Os setores fechados tinham que receber a visita de um médico. Isto não ocorreu.

O próprio médico coordenador na Casa de Detenção me falou que era contratado para 40 horas semanais, mas só trabalhava de 10 a 12 horas. O Estado não pagava direito, e os médicos não queriam receber pouco. Isto significa que os médicos destinavam $\frac{3}{4}$ do seu tempo para trabalhar fora do presídio. Eram coisas terríveis...

Terrível também são alguns setores da Penitenciária do Estado, ao lado da Casa de Detenção. Ali tem um setor de doentes mentais não imputáveis pelos seus atos. Às vezes, naquele espaço aconteciam coisas muito piores do que na Casa de Detenção...

O seguro era um quarto de 2x3 metros. Ali estavam incluídas entre 6 a 15 pessoas. Até um cachorro teria mais espaço do que um ser humano! 15 pessoas numa cela 2x3, por exemplo, é semelhante às cadeias públicas. Na Casa de Detenção, o telhado era tão estragado que em dia de chuva a água caía direto pelos buracos desde o quinto andar, onde ficavam mais ou menos 400, 500 presos no seguro de vida. Chegava a ter 10 centímetros de água nas celas do seguro! Como se deitar e dormir na água? Isso também é tortura!

Tivemos uma conversa com a Anistia Internacional, em Londres, e eles captaram esse raciocínio: tortura não é só quando pessoas são violadas para depor, mas também por maus-tratos estruturais. Passividade, omissão, desprezo pelos presos também configura um tipo de política pública que favorece a tortura... A partir desse diálogo, a Anistia Internacional incluiu questões estruturais como forma de tortura. Aliás, o artigo de direitos humanos da ONU fala muito de tortura sozinha, mas também fala de outros maus-tratos que possuem a qualidade de tortura. A Anistia ampliou o seu conceito de tortura, conforme a formulação da ONU.

Hoje, a Casa de Detenção de São Paulo é um símbolo cultivado a partir de um lugar onde se matou 111 pessoas. Não podemos nos esquecer que em muitos presídios do Brasil ocorreram situações semelhantes. A diferença é que esse Massacre cotidiano é diluído nos 365 dias do ano, e mesmo em locais e tempo determinados: seguro, celas de castigo... O que aconteceu no Carandiru foi uma realidade de sistema. Em quase todas as cadeias públicas a situação, desde a infraestrutura, era muito pior do que no Carandiru.

Nas cadeias públicas, a relação entre o número de presos e o pouco espaço físico configurava uma situação que dificilmente se compara com a Casa de Detenção. É verdade que conseguimos diminuir consideravelmente a tortura ativa nos presídios, mas não aquilo que chamo de tortura passiva. A tortura passiva opera no nível da infraestrutura, quando o preso sequer tem espaço para deitar, ou quando não tem comida suficiente.

Agora... Nada disso se parece com Auschwitz.

A outra questão é: como são tratados os próprios funcionários da segurança pública? Eles possuem um salário ruim, como era no caso da Casa de Detenção. Que num pavilhão se tinha 1500, até 2000 presos para, no fim de semana, serem somente 10 funcionários. Estes vivem num meio terrível! Porque se eles não se submetessem ao comando dos presos, não trabalhavam. O temor de morte era tremendo. Sobre a falta de preparo dos funcionários... Isso nós conseguimos mudar exemplarmente.

Quando se fala deste acontecimento terrível da matança de 111 presos num único dia... Não podemos nos esquecer de cobrar a punição dos responsáveis do caso dos policiais militares. Isso inclui uma reforma geral das polícias. A ONU fez a sugestão a todos os governos para que se acabe com a polícia militar nos diversos países e transformá-las numa polícia que não tem mais esta índole prioritária de militar, mas polícia no sentido do serviço social à população e aos necessitados. Que a polícia seja conduzida por especialistas civis, pautada por outra filosofia, cidadã, de direitos humanos conduza os hábitos e as atitudes da polícia.

Neste ponto, era interessante também que durante o primeiro governo Lula, quando o Ministro da Justiça era o Tarso Genro, houve a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no Brasil. Eles organizaram para os policiais em todo o Brasil cursos com a tentativa de conscientizar de formá-los pela primeira vez nesta área em direitos humanos. Teve uma enorme resistência da parte dos policiais, mas o governo ofereceu chance de progressão na carreira, aumento de salário e financiamento de moradia por parte do Estado. Então assim eles ganharam muitos participantes...

Em todo caso, na minha última visita ao Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri, que anteriormente era coordenador da Anistia, disse que já foram treinados, pelo menos em teoria, 360 mil policiais. E, em parte, eles também entraram no curso e não levando nada a sério. Alguns poucos policiais mudaram a cabeça.

Pelas denúncias perante a ONU informando ministérios exteriores e de justiça nos diversos governos europeus ocorreu o seguinte: a alta comissária da ONU, Mary Robinson quando visitou o presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente disse para ela: “bem-vinda, mas nós sabemos, primeiro, que a situação da nossa segurança pública e de todo o nosso sistema prisional deixa muito a desejar... são situações terríveis. Nós chegamos, inclusive, de uma tradição de ditadura. Os policiais e funcionários muitas vezes eram já funcionários de formação na ditadura militar.”.

Então esse é um lado: ele reconheceu muita irregularidade, em diversíssimos sentidos. E, por outro lado, ele falou que o Brasil não queria que a ONU venha só para criticar, a colocar o dedo naquilo que não funciona. A ONU seria bem-vinda somente quando, ao mesmo tempo,

analisasse a situação dos direitos humanos e estivesse disposta a organizar uma ajuda daquilo que eles falam que sabem melhor, ou de países que acham que são melhores organizados no sentido democrático de direitos humanos.

E nesse sentido conseguimos que o Prison Reform Institute do King's College London, da Universidade de Londres, oferecesse para funcionários de administração carcerária uma formação de três meses a partir da filosofia dos direitos humanos. Antes, os funcionários não possuíam nenhuma formação, a não ser que o aprendiz entra hoje no presídio e aprende hoje mesmo a maltratar os presos pelos funcionários veteranos: essa era a formação. Mas uma formação escolar, oficial, com o reconhecimento de pessoas especialistas em direitos humanos... Isto nós conseguimos por esta intervenção da Anistia Internacional.

Em todo caso, nós conseguimos nesse lobby que fizemos que o governo da Inglaterra investisse ao bem dos presos do Brasil e da população do Brasil, e também dos próprios funcionários, um curso de três meses de tempo integral. Tudo dependeu, porém, do governador e do secretário da SAP. Em diversos estados, nem quiseram saber disso!

Assim, naquele tempo em São Paulo nós tivemos, é verdade, um secretário de Administração Penitenciária que era, de profissão, um juiz reformador: Dr. Nagashi Furukawa. Ele teve mesmo intenção de humanizar todo o sistema penitenciário do Estado. Ele concordou com a oferta a todos os funcionários o curso de formação.

Inclusive, ele também começou com um novo tipo de pequenos presídios onde havia não mais do que 150 pessoas, com muito mais liberdade, humanismo... Isto é uma coisa. Mas o Nagashi sofreu muito quando ocorreu a Megarrebelião. Por isso ele caiu politicamente. O argumento foi: “você não repreendeu esses bandidos suficientemente, por isso eles fizeram o que quiseram”. Mas, o PCC nasceu justamente pelos maus-tratos, e não por um bom tratamento!

Tudo era chantagem demais. Eram diversas facções que se combatiam entre si dentro da Casa de Detenção, que era o maior presídio do Brasil. Dentro de um ano nasceram três ou quatro grandes comandos de presos que se combatiam entre si, e o PCC saiu vitorioso. Eram guerras violentas dentro da própria Casa de Detenção... Simplesmente terríveis! Por exemplo, quando no pátio, aberto, um dia se encontrou um corpo perfurado com mais de 100 facas! Isso também era uma guerra psicológica para todos os outros saibam: “quando os outros comandos foram vencidos, se vocês não se submeterem, nós vamos fazer com vocês a mesma coisa”.

Isso também não existiu em Auschwitz.

Em Auschwitz, os próprios funcionários fizeram enormes crueldades, o que, na Casa de Detenção, às vezes os funcionários e às vezes os presos fizeram. Agora, em Auschwitz foi o gás e outras formas de matamento. Mortos, foram milhões... Isto não se pode comparar. São

pontinhos onde tem alguma correspondência. Agora, uma coisa parece que em Auschwitz não existia: esta falta de espaço nas barracas... Isto era muito mais cruel nos presídios. Mas no campo de concentração, por exemplo, não havia comida. As pessoas eram somente ossos e pele. As pessoas caíram por fraqueza e eram abatidas como modelo para os demais. Não podemos jamais comparar completamente o Carandiru à Auschwitz.

Por exemplo, o grande psicólogo da Escola de Psicanálise de Viena, Viktor Frankl, foi um judeu que ficou preso no campo de concentração. Sua mulher e filho também foram presos, porém enviados para outros campos de concentração. Mas ele sempre pensava: “talvez a minha mulher já esteja queimada”. Então, tinha-se um elemento de cinismo incomparável... Muito pior.

Apesar que, dentro do presídio, cada pessoa podia se entrar numa situação que mimetisasse algo Auschwitz. Quando presos se matam mutuamente, quando alguém não pode mais fugir, quando alguém não paga suas dívidas de drogas até segunda-feira ou fim de semana, quando os parentes não trazem o dinheiro para pagar as suas dívidas como dependente na segunda-feira, alguns presos faziam ameaças terríveis, de invadir o Seguro e matar o devedor com facada... Todas essas eram pressões psicológicas que emulavam algo de Auschwitz. São situações específicas que eu chamaria Auschwitz nos presídios do Brasil.

Na Alemanha e na Áustria, todo mundo pode visitar, hoje em dia, todos os campos de concentração. O pior campo de concentração onde percentualmente mataram mais seres humanos foi Mauthausen, na Áustria – apesar de ser muito menor do que Auschwitz. Todos podem visitar o memorial onde estava esse campo de concentração. Muitos alunos são levados a conhecer o memorial, mas depois de um tempo volta o desinteresse, algo como “já falamos muitas vezes disso, portanto não queremos mais falar sobre o assunto”.

Sobre a implosão dos pavilhões do Carandiru... De um lado, a Pastoral Carcerária, pelo Padre Chico e o Padre Armando concordou com a implosão. Nós pensamos que um presídio deste tamanho não é mais bem administrável, com milhares de pessoas com situações de vida muito complicadas, seja por destino de vida, seja por passar ou por culpa própria. Não era razoável supor a boa administração de um presídio daquele tamanho. Então por isto se concordou. Fez-se no interior de São Paulo pequenas “casas de detenção” e em grande número. Cada mês tinha que se construir um novo nessa política de aprisionamento. A população da cidade de São Paulo ficou muito feliz, porque também as cadeias públicas, as carceragens da polícia foram esvaziadas para entrar no esquema da ONU, de que presos não podem ficar na mão da polícia por mais de 48 horas. Então, em todas as ruas e bairros ficaram felizes que os bandidos estavam lá, dentro desta histeria de que os presos fossem monstros e desumanos... Por

isso, a implosão foi politicamente favorável ao governador. Agora, a qualidade de vida e de espaço para os presos às vezes era pior do que na Casa de Detenção...

Os presídios novos do interior trouxeram uma enorme desvantagem para os presos e seus familiares. Porque os primeiros presídios foram construídos no fundão do Estado, na divisa com Mato Grosso do Sul e Goiás. Eu fui de ônibus, por exemplo, e era uma viagem de 8 horas somente de ida. A família podia visitar por uma ou duas horas aos finais de semana. E quem paga esta passagem? Porque a maior parte dos familiares dos presos é pobre, a não ser que uma parcela pequena tenha dinheiro do narcotráfico, mas isso também era um sustento de vida enquanto não se tinha política pública para familiares poderem sobreviver. O sofrimento de um relacionamento cortado, destruição familiar, este ponto na Casa de Detenção era muito menor! Porém, o número de presos era em montante muito maior.

Verdade é que todos os presídios estão sendo superlotados, e que estão cada vez mais semelhantes às cadeias públicas pela sua superlotação do que se compararmos com a própria Casa de Detenção. Eu insisto que o Carandiru é um símbolo... Os maiores problemas não estavam lá, embora houvessem muitos problemas internos. Em muitos estados brasileiros, os recursos financeiros e materiais são muito inferiores do que aqueles que se tinha na Casa de Detenção. Ocorreram histórias horríveis naquele presídio, é verdade. Porém, são realidades que também ocorreram em muitos presídios. Não foram de uma só vez mortos tantos presos, 111, mas ao longo do ano chegou-se a um número semelhante.

Quando eu escuto falar sobre a Casa de Detenção, eu já nem quero falar sobre o assunto porque a discussão fica centrada em um símbolo que foi criado, e se esquece de discutir os direitos humanos de forma ampliada. O Carandiru se tornou em um símbolo, seja por parte dos erros humanos, seja por parte das políticas, dos promotores... Os governadores fazem disso um ponto político por acabar com a Casa de Detenção de São Paulo. Fez-se um parque e ninguém se preocupa mais, por exemplo, como estão os presos no interior e dos outros estados do Brasil. Isso não é só um problema de administração penitenciária. É também de toda a justiça. Como funciona a justiça penal? Como funciona a polícia?

O preso tem direito, e eles reivindicam! Surgiu comandos como o PCC que diziam “nós temos direitos de espaço e de uma cama, que muitas vezes os presos não têm”. Tampouco nestes Centros de Detenção Provisória (CDPs) isso existe. Inclusive, por piores que sejam em São Paulo, são melhores do que em muitos estados. Nas regiões mais profundas do Brasil, falta espaço físico e comida, o que, por lei, é um direito do preso.

Apesar de que os novos presídios, em sua substância física, aparentam serem melhores, logo os problemas aparecem. A cada mês se construía um novo CDP no interior de São Paulo,

e no começo tudo está funcionando. Até parece chique, aquela estrutura de cimento e ferro. Mas é só passar um curto tempo e surgem as infiltrações, falta de cobertores, medicamentos, educação escolar, médicos, formação trabalhista para formação profissional... O maior presídio da Europa fica perto de Viena, e tem cerca de 1200 vagas – o que não é o recomendado. Mas o presídio possui mais de 30 oficinas de profissionalização, sejam para eletricista, mecânico ou para trabalhar na produção. No Brasil ocorre o total oposto. Na verdade, em presídios de detenção provisória do mundo inteiro isso é um problema: o trabalho profissionalizante quase não é oferecido.

Em todo sistema, em muitas dimensões da justiça penal, o juiz responsável dificilmente entra no presídio para analisar como são tratados os presos. Alguns juízes somente conversam com o diretor ou administrador do presídio, que falam que sempre está bem e sempre estão contentes. Juízes bons pedem à Pastoral Carcerária para colaborar, porque eles sabem que eles só entram nos presídios de vez em quando. Mesmo os bons juízes falam somente de vez em quando com os presos. Temos também muita falta de juízes no Brasil, por falta de infraestrutura e de recursos financeiros. É nesse sentido que eles recorrem à Pastoral Carcerária, que toda semana está dentro dos setores onde ocorrem barbaridades às escondidas.

O mais importante é alargar a discussão para além da Casa de Detenção. Dentro do sistema penal são interligadas as cadeias, o tipo de funcionários, o sistema de Polícia Militar, o sistema de justiça, as diversas secretarias de Estado... A Secretaria de Educação precisa se organizar para oferecer, dentro dos presídios, cursos de formação; a Secretaria de Saúde precisa se organizar para que tenha saúde nos presídios. E assim todas as secretarias devem colaborar para políticas públicas preventivas e também para os presos.

Precisa também que a sociedade civil não deixe de estar presente nos presídios! Em todo o mundo, em todos os países, enquanto restarem instituições públicas fechadas para a sociedade, não tem mais olhos para ver os maus-tratos ou irregularidades da administração. Isto pode ser, por exemplo, nos manicômios, onde ocorre o mesmo perigo. Nós precisamos de voluntários que estejam sempre presentes como partes organizadas da sociedade, para fazer a ponte entre os mais necessitados e as instituições de poder. Cada pessoa que escolhe esse caminho abre esperanças, de dentro para fora, e de fora para dentro.

A questão sempre foi: qual é o retorno que você, que escreve sobre o assunto, fará? Que não seja somente um doutorado, mas que a sua vida depois se torne um compromisso com a causa, como as diversas pastorais sociais. Precisamos de devolutiva. Acadêmicos são formadores públicos, como professores nas escolas e universidades.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIAS MULTIDIRECIONAIS NO CARANDIRU

PÓS-MASSACRE

Introdução

Após o Massacre no Pavilhão 9, a Casa de Detenção de São Paulo permaneceu em plena atividade por mais dez anos, até a sua desativação no ano de 2002 e implosão dos primeiros pavilhões em 2002, para a construção do Parque da Juventude. Vista como efeito da superlotação associada à centralização de unidades prisionais em um mesmo território, a crise penitenciária desencadeada pelos assassinatos de 2 de outubro de 1992 conferiu novo impulso aos projetos já existentes de desativação do Casarão. A carência crônica de vagas no sistema prisional, contudo, frustrava os planos de desativação a curto prazo, desacelerando os desígnios políticos voltados a apaziguar o passado recente. Para os penitenciaristas, a Casa de Detenção era vista como um mal necessário.

O presente capítulo reúne seis histórias situadas no Carandiru entre outubro de 1992 e 2002. A primeira delas é a de Jocenir, coautor da letra de *Diário de um detento*, musicada pelos Racionais MCs, e autor do livro homônimo, que se tornou uma das mais importantes expressões de memória cultural sobre o Massacre. Na sequência, a história de Cláudia Prado, esposa de Jocenir, dimensiona o diário da visita como o outro lado de uma mesma trama, que só se explica pela articulação entre as realidades intramuros e extramuros. Como dizem os presos, é a família que “tira” cadeia.

Vanderley Fischer é microempreendedor no ramo de transportes e youtuber no canal *Tantos dias de detenção*, no qual produz conteúdos a partir dos seus diários escritos nas unidades prisionais por onde passou. Fischer articula dois projetos com forte conotação messiânica, de inspiração cristã: a publicação de um livro que será lançado “no tempo de Deus” e a fundação de uma ONG voltada à causa da ressocialização. Washington Paz, o W.O, e Flávio Fonseca Filho, o F.W, são rappers da banda Comunidade Carcerária, grupo formado no Pavilhão 8 da Detenção. Suas histórias configuram um exemplo bem-sucedido de ressocialização, com o apoio de Valdemar Gonçalves, antigo funcionário da Casa de Detenção. A dificuldade crônica de se manterem como músicos, no entanto, os mantém vinculados à arte, orientados por um código de honra forjado ainda nos tempos de cadeia.

O diferencial do capítulo em relação aos anteriores reside na inclusão de familiares funcionários em um mesmo palimpsesto de histórias. É o caso de Ronaldo Mazotto, ou, como prefere ser chamado, Mazotto Carandiru. Agente penitenciário aposentado, fala com orgulho dos vinte anos dedicados à Casa de Detenção de São Paulo. Ao tomar conhecimento dos

projetos de desativação daquela instituição prisional, ainda no governo estadual de Mário Covas, passou a coletar objetos produzidos pelos presos, seja a partir de apreensões em revistas de cela – procedimento chamado de *Blitz* –, seja por meio de trocas mediadas por cigarros. Com mais de cinco mil objetos, cerca de 1.500 fotografias e aproximadamente mil horas de gravações, Mazotto se orgulha de ser proprietário do maior acervo particular dedicado à história da Casa de Detenção.

O capítulo encerra com a história de Celso Albuquerque. Celso é técnico de som e iluminação de teatro, e possui forte orientação marxista. Assim como Washington e Flávio, foi um dos participantes do documentário *O prisioneiro da grade de ferro*, dirigido por Paulo Sacramento (2003). O longa-metragem contou com a participação direta dos detentos, desde a elaboração do roteiro até as filmagens nos pavilhões, experiência que lhe abriu caminhos no campo das artes. Por meio do contato recente com egressos da Casa de Detenção, proporcionado pelos eventos comemorativos em torno do Massacre do Carandiru, Celso passou a atribuir novo sentido ao seu passado prisional.

Para além das experiências situadas no Carandiru em seus anos finais, os colaboradores, embora muito distintos entre si, compartilham uma destinação comum. Buscam a sobrevivência por meio de projetos que articulam cultura e lembranças do cárcere. Egressos, familiares e mesmo funcionários enfrentam, cada um à sua maneira, a condição de desajuste em uma sociedade pouco orientada à escuta. O que está em jogo são as escolhas entre assumir o passado carcerário e, a partir das lembranças, constituir projetos no tempo presente, ou reivindicar para si o direito ao esquecimento de um passado marcado pelo estigma.

Essa equação está longe de ser simples. Marcado por forte carga negativa sobre o preso e sua família, o passado prisional é mobilizado em duas situações que se entrecruzam e se confundem: como argumento em políticas de ressocialização e como matéria-prima na produção de mídias de memória. O funcionário que se lança no mercado de produtos de memória, por sua vez, pode advogar esse passado sem passar pela condição da dívida que recai sobre os egressos.

3.1. JOSEMIR JOSÉ FERNANDES PRADO

Josemir atendia por diferentes nomes. Na intimidade do lar, era Miro; nos cárceres, a diferença de idade em relação à massa carcerária, majoritariamente de jovens negros, virou o Tiozinho; e, como autor, Jocenir, graças a um erro ortográfico cometido por Mano Brown, ocasião em que a vida lhe trocou o “s” pelo “c”. Quando nos conhecemos, em janeiro de 2018, era por Jocenir que ele se apresentava em sua página do Facebook, onde o escritor do cárcere comercializava o seu livro *Diário de um detento*. Assim como André du Rap, sua identidade autoral foi definida no início dos anos 2000, em um contexto de particular valorização de textos produzidos por presos “comuns”. Mais alguns detalhes os aproximam: publicaram pela mesma editora, a Labortexto, que se especializou em um catálogo sobre violência urbana e cárcere.

O que nunca deixou de me inquietar foi o grau de acessibilidade e a disposição de Jocenir em contar as suas memórias de cárcere. Objeto da sanha midiática que o levou aos maiores programas de entrevista do país, conduzidos por Jô Soares e Marília Gabriela, o escritor dizia sentir felicidade ao falar de assuntos ligados à prisão a quem se dispusesse a ouvi-lo. Seu lamento recorrente era não dispor das condições materiais necessárias para se dedicar integralmente aos trabalhos de memória, o que caracterizava a passagem simbólica do Jocenir para o Josemir. Ainda assim, sua disposição se explicava como a busca por um lugar perdido.

Pelo chat do Facebook, fui inicialmente respondido por seu filho, Fábio, administrador da página e responsável pelas vendas do livro do pai. A partir desse contato inaugural, trocamos telefone e, após certa negociação, tive acesso direto a Jocenir. Desde então, passamos a nos corresponder com frequência, até que agendamos a primeira entrevista para o dia 13 de fevereiro de 2018, às 15hrs, em sua residência, na Zona Norte de São Paulo.

A terça-feira transcorreu movimentada. Antecipando o longo trajeto da Zona Leste à Zona Norte, planejei chegar com alguma antecedência, buscando reorganizar a minha casa interior para aquela que seria minha primeira entrevista de história oral. Enquanto tomava um café em uma lanchonete próxima à sua casa, ponderei sobre a melhor forma de me apresentar e de conduzir a entrevista. Apesar do nervosismo alegre, estava convicto de que perguntas fechadas seriam inadequadas. Meu objetivo era ouvi-lo e, na escuta silenciosa, criar o espaço narrativo para a sua história. Testei o gravador digital repetidamente, troquei as pilhas. O calor era intenso.

No horário combinado, toquei a campainha do portão de sua modesta residência. Apesar dos latidos incessantes de um cachorro no quintal, ninguém atendeu. Passados alguns minutos, Cláudia, sua esposa, que lavava roupas nos fundos, perguntou desconfiada sobre o propósito da

visita. Respondi que se tratava de um trabalho acadêmico. Mais algum tempo se passou até que o compromisso se confirmasse com Josemir, que dormia na sala. O escritor do cárcere esticou a cabeça para fora da janela e me analisou. Justificou o atraso, alegando ter esquecido completamente da entrevista e que eu deveria ter confirmado o encontro, o que, de fato, havia feito no dia anterior. Ficava claro que era o tempo dele que regeria a relação, e não o meu.

Modesta e meticulosamente organizada, a casa abrigava o cachorro que se esforçava para me observar. Enquanto empurrava a água do tanque, Cláudia indicou a porta da sala, onde Jocenir estava sentado. Ao acender um cigarro, resmungou sobre o cansaço acumulado: “trabalho igual um filho da puta, meu”. Vestia bermuda jeans e uma camisa polo desgastada. Estava sentado de forma relaxada, ocupando ambos os assentos do sofá. Como gesto de respeito ao espaço íntimo do narrador, sentei-me ao seu lado. Observei o cinzeiro cheio e contive a vontade de fumar.

Miro, como também era conhecido por familiares e amigos, observava-me pacientemente, analisando cada aspecto do meu olhar. O olhar é coisa muito séria para quem foi marcado pelo cárcere. Há que se sustentar o contato visual, sob o risco de encerrar o diálogo ali mesmo. Rompi o silêncio ao me apresentar formalmente e explicar o projeto em seus pormenores. Acostumado a entrevistas com jornalistas e acadêmicos, Jocenir não demonstrou surpresa. Tudo naquela proposta lhe parecia natural, à exceção da construção conjunta de sua história, o que, segundo me disse, nunca havia experimentado. “Isso daí é novo.”

Antes mesmo de ligar o gravador, Miro começou a contar sua história a partir da relação com o irmão. Sua habilidade com as palavras impressionava. Dispunha de um domínio preciso do tempo e da forma de narrar, com início, meio e fim claramente delineados. Ao perfilar um enredo familiar para então explicar sua chegada à prisão, saboreava lentamente um cigarro após o outro. Observei o interesse de Cláudia em acompanhar a entrevista. Ela entrava periodicamente na sala, pedia cigarros ao marido, oferecia água e café e, vez ou outra, arriscava um complemento: “isso daí é verdade!”.

A entrevista se estendeu para além das duas horas inicialmente previstas. Somaram-se quatro horas de gravação e mais duas de conversas espaçadas na despedida, sempre postergada diante de novos detalhes. Durante todo o tempo, Cláudia foi personagem partícipe. Comentava assuntos e complementava o diário do detento com a perspectiva da visita. Aos poucos, senti-me mais à vontade e aceitei o café oferecido. A conversa prosseguiu, e observei o casal rir de episódios envolvendo tortura e outras graves violações de direitos fundamentais.

Despedi-me e retornei para casa com a sensação de ter adentrado um novo universo. Sua narrativa foi um mergulho profundo em histórias contadas com intensidade, própria de

quem se projetou na escrita com uma voz singular. Era notável o esforço constante de se situar no centro dos acontecimentos. Jocenir soube equilibrar-se entre o indivíduo branco, oriundo da classe média, que adentra uma outra sociedade, e o sobrevivente que aprende a se adaptar ao meio. Os relatos de extorsão praticados pelos “verdadeiros bandidos” corroboravam, em sua narrativa, a tese de sua inocência.

Mais de seis horas de conversa não foram suficientes para que o narrador oral esgotasse suas histórias de cadeia. A seu pedido, combinamos uma segunda entrevista, destinada a abordar o processo de escrita de *Diário de um detento*. Jocenir mencionou ainda, queixando-se da falta de espaço editorial, os originais de um texto inédito e arrematou: “se você gostou do primeiro livro, esse vai te fazer chorar!”.

A segunda entrevista ocorreu em 17 de março de 2018, um sábado ensolarado. A seu pedido, realizei uma nova leitura de *Diário de um detento*, o que permitiu retomar a conversa sobre o segundo livro ainda não publicado. Menos censurado que o anterior, *Refém das lembranças* – título que preserva a não passeidade do passado prisional – não despertou o mesmo interesse editorial. Em razão da confiança firmada entre nós, Jocenir insistia que eu deveria conhecer o manuscrito para contar sua história, o que não chegou a acontecer, por motivos expostos adiante.

A conversa oportunizou também a análise do rap *Diário de um detento*, musicado pelos Racionais MCs. Procurando se afastar da identidade carcerária que o marcara, Jocenir interpretou o rap como expressão de sua necessidade de adaptação a um ambiente que não lhe era próprio. O livro, por sua vez, constituiu-se como testemunho estritamente individual, escrito com o objetivo de comprovar socialmente sua inocência. Como uma estrela de brilho intenso e efêmero, Jocenir viveu anos de sucesso que rapidamente se dissiparam. O êxito do rap e do livro não se traduziu em transformações proporcionais ao fenômeno midiático. Retornou, assim, à atividade exercida antes da prisão, no comércio do setor elétrico. Ainda assim, Jocenir já não era o mesmo.

Durante a conferência do texto, fez questão de manter os nomes dos companheiros de cela, postura que confirmava a boa moral do Tiozinho entre os iguais. Divergimos quanto à manutenção do nome de uma delegada responsável por solicitar sua tortura. Jocenir insistia em preservar a referência, apesar dos alertas sobre os riscos. A entrevista foi, ainda assim, autorizada. Com o falecimento de Jocenir, em 1º de dezembro de 2021, alguns detalhes foram suprimidos, com a anuência de Cláudia, sua esposa. O nome da delegada foi retirado, assim como elementos que a identificavam diretamente. Posteriormente, tornou-se necessário refletir sobre o destino das histórias relacionadas ao livro inédito. Jocenir havia “contado” capítulos

inteiros desse texto, e sua morte impôs um dilema ético. Parte da narrativa continha informações que poderiam comprometer a originalidade da obra em caso de publicação futura. Por essa razão, tomei a iniciativa de retirar os trechos em que o escritor fazia referência explícita ao manuscrito. Em síntese, um texto foi autorizado por Jocenir em vida, e outro, já revisado, por sua esposa, a quem foi transferida a maior parcela dos direitos da obra.

No corpo não ficaram marcas, mas na alma ficaram cicatrizes

Por tudo o que passei na minha vida, acredito que existe algo superior. Apesar de não gostar do estilo, me tornei autor de Rap. *Diário de um Detento* continua sendo considerado a referência máxima do rap nacional, mesmo 20 anos depois do lançamento. Pergunta para qualquer moleque de 18 anos e ele conhece e sabe cantar. E, como se não bastasse, virei autor de um livro, hoje clássico da literatura sobre cárcere. Impossível não acreditar em algo superior.

Em razão de tudo o que aconteceu, e que ainda vêm acontecendo na minha vida, acho que as coisas estão pré-determinadas por um destino. Tudo o que eu passei nas prisões, primeiro na cadeia pública de Barueri, depois Casa de Detenção de São Paulo e por fim a Penitenciária de Avaré, me serviu para desmontar o meu imaginário, de classe média, do que é o mundo do preso. Aprendi muito!

Eu tive uma infância maravilhosa. Não posso reclamar de nada... Sempre morei com os meus pais e meus 8 irmãos, sendo que sou um dos irmãos mais velhos. Tem dois acima de mim: uma irmã, e um irmão que morreu. Depois, toda uma parafernália de irmãos. No colégio, até na fanfarra eu toquei! Meu instrumento era o clarim. Viajamos pelo estado de São Paulo participando de concursos de bandas marciais.

Agora mesmo, lembro dos brinquedos da infância. Nossa! Pião, bolinha de gude, carrinho rolimã... Assisti a muitos filmes de bang bang, e a gente andava com aqueles revólveres, brincando de polícia e ladrão. Em casa sempre tinha música. Meu pai era das antigas. Gostava de escutar Orlando Silva, Nelson Gonçalves, Dalva de Oliveira. Eu vivi toda aquela revolução musical com os Beatles. O mundo entrava na adolescência. Nossa, a Jovem Guarda, Roberto e Erasmo Carlos, Wanderléa... Foi uma loucura! Muitos bailinhos nas garagens, nos clubes. As domingueiras! Recordar é viver.

Aos 14 anos, cursei o técnico de Torneiro Mecânico. Minha vida então era Senai durante o dia, e ginásio durante a noite. Até cheguei a entrar na graduação de Administração, mas não concluí. A empresa que eu estava trabalhando tomava todo o meu tempo. Tive que escolher entre trabalho e estudo. Acabei abandonando os estudos no último ano.

Nos anos 1970, o Brasil estava vivenciando o chamado Milagre Econômico, em pleno Regime Militar. O emprego era farto. Grandes obras estavam sendo desenvolvidas no país, como a usina de Itaipu, ponte Primavera, ponte Rio-São Paulo e a faraônica Rodovia Transamazônica. Quem era do ramo de empreiteiras, construtoras, comércio de materiais, conseguiu se virar muito bem. Meu pai era gerente de uma loja magazine do Brás. Depois, foi para a Condugel, empresa de materiais elétricos, e me levou também, como vendedor. Ele

faleceu muito precocemente, com 56 anos, e eu dei segmento nesse ramo, como lojista de materiais elétricos.

Com o tempo, me tornei um empresário reconhecido no ramo. Negociava com grandes empresas, e consolidei três lojas que vendiam materiais elétricos: a matriz ficava no centro de Osasco, a segunda no bairro Bela Vista e a terceira no centro comercial de Alphaville. Estava com 44 anos quando fui preso, um homem experiente que gostava de andar de terno, cordão de ouro. Todo o meu patrimônio, incluindo as lojas, uma casa na praia, jóias, carro do ano, tudo se converteu em recursos para arcar com as despesas dos advogados. E quando acabaram os recursos, acabaram os advogados. Eu perdi tudo...

Imagem 38 – Osasluz



Fonte: Cláudia Prado – Acervo Pessoal

Aqueles que acreditam que eu sou inocente, que acreditem, e aqueles que não acreditam, eu não estou dando muita importância porque, de todo modo, já cumpri a pena. Não tenho mais nada a provar. Se eu tivesse que provar, teria que provar para a justiça. Isso eu não consegui. Meus filhos acreditam que o pai deles é inocente, e quem conviveu comigo sabe que eu jamais estaria envolvido na criminalidade.

Fui preso em 1994, por causa de uma situação totalmente atípica. Sempre trabalhei, como trabalho até hoje, e nunca precisei me envolver com o crime. A questão é que fui preso. A minha prisão foi por conta de uma carga roubada que não era minha! Essa carga roubada era

do meu irmão, e a polícia sabia disso. A polícia descobriu onde era o galpão da carga, mas não descobriram onde estava o meu irmão.

Eu havia ido atrás de um carro para atender a minha esposa, que estava grávida de oito meses. Eles me jogaram dentro do galpão e me interrogaram. A polícia inclusive chegou a me fazer uma proposta:

– Dá o seu irmão e vai embora.

– Vocês são os policiais, meu. Vão atrás dele. Não sei onde ele está... Eu tenho a minha vida, ele tem a dele. As atividades dele não condizem em nada com a minha vida.

– Então você vai segurar o b.o.

Achei que era blefe, achei que era mera armação, mas não. Meteram o flagrante. Virei bode expiatório. Corruptos... É como o Jô me disse na entrevista: o nome desse irmão deveria ser Caim. É foda... Fui condenado a 8 anos e 3 meses de reclusão. 4 anos e 6 meses por formação de quadrilha e 3 anos e 9 meses por receptação. Lavraram o flagrante, e logo fui transferido para a Cadeia Pública de Barueri.

Barueri, em todos os sentidos, foi o meu inferno. Ficaria 10 anos na Detenção, mas não ficaria 6 meses em Barueri. Vivi 10 meses na Cadeia Pública de Barueri, e passei por um intenso sofrimento... A Cadeia de Barueri foi feita para 46 presos, e estava com quase 400... Celas feitas para 6 presos, chegou a ter 40, 45. Dormir era um problema. Tinha que se revezar entre quem dormia no chão e quem esperava de pé.

Cada minuto em Barueri foi um tormento. Diferente da Detenção, que é de administração estadual, a cadeia pública não tem O Bandidão. Impera a lei do mais forte. É problema! E depois que esses bandidões chegavam no Carandiru, se fodiam. O sujeito que não respeita a humildade dos outros, pagavam pau na Detenção. A maioria deles eram usuários de crack e alcoólatras.

Pega uma garrafa pet de 2 litros cheia de pinga, joga numa cela superlotada e você vai ver o efeito... Chegava 1hr da manhã, e os caras muito doidos. Ninguém enxergava mais nada. Nego vendo bicho, leão, monstro, e de repente vinha um soco na cara. A cela enchia de sangue. Puta que o pariu... A bebida é pior que a droga. Isso eu vivi e posso dizer! Em Barueri, os próprios carcereiros entravam com a bebida e a droga. Ele comprava 1 litro de pinga por 2,50 e vendia para os presos por 50,00!

A droga dentro do presídio fez muito funcionário ficar rico. Eu cheguei a ver funcionário levar pacotes de machonha e de cocaína em bolsas. Nesse comércio interno, tive até que contar dinheiro para carcereiro... Quando fechava a cela em Barueri, eu e os outros presos passávamos a noite contando dinheiro, ou então pesando droga e fazendo as paranguinhas, para os

funcionários distribuírem nos pavilhões. Tive que fazer o jogo deles. Aí quando uma visita é pega na revista com 100 gramas, chamam a imprensa. É foda!

A distribuição de drogas era corriqueira em todos os presídios. A diferença é que em Barueri, os carcereiros comandavam o tráfico. Se o sistema não quisesse, não entra, irmão. Se entrou é porque facilitaram, e tem alguém ganhando em cima... E quando tinha que cobrar dívida, os leões de chácara, presos comandados por eles, cobravam no pau. O preso que não pagasse, a mãe iria encontrar o filho todo arrebitado no dia da visita. Em alguns casos, os carcereiros iam direto na casa das mães retirar televisão, rádio, fogão...

Em Barueri tinha um carcereiro bigodudo... Era ruim feito o diabo. O que eu passei na mão desse cara faz o meu primeiro livro parecer comédia. Ele queria me extorquir, e resolveu me bater sistematicamente. Pegava um pau e acertava o meu estômago, de modo que eu perdesse o fôlego. Sem conseguir respirar, eu deslizava lentamente pela parede, até ficar sentado sob os meus calcanhares. Ele pegava o pedaço de pau, colocava no meu queixo e me levantava.

– Levanta, vagabundo! E aí, vai ou não pedir para a mulher me trazer um dinheiro?

Quem lê uma história dessa acha que é ficção.

Meu filho Rafael tinha nascido há mais de um ano, eu não tinha conseguido registrar ele... A justiça me concede esse direito. Ou eles deveriam me levar num cartório com escolta, ou levar o escrivão do cartório até a cadeia. E toda vez que a minha mulher me visitava em Barueri, falava com a delegada sobre o caso, e a delegada não dava bola. Porra, eu não conhecia o meu filho ainda! Ela não poderia trazer ele de ônibus do interior sem registro. Meu filho não podia vacinar porque não tinha registro...

Um dia, a Cláudia chegou chorando na visita, dizendo que a delegada de Barueri destratava dela.

– Mulher de preso não dá filho. Mulher de preso dá cria.

Delegada filha da puta. A mãe de um preso escutou a nossa conversa, e aconselhou que ela fosse falar com o promotor.

– Deixa acabar a visita, que eu vou com você no fórum. Isso não pode acontecer!

No fórum, a Cláudia entrou na sala do promotor e começou a chorar. O promotor chamou minha esposa para uma outra sala, e disse para repetir tudo ao juiz. Não deu outra: carimbou a ordem na hora! Intimou a delegada, dando 24 horas para providenciar o registro. A delegada se queimou. Filha da puta...

Na hora do registro, eles me fizeram entrar no cartório com algema nos pés e nos braços. Os investigadores não sabiam como pedir desculpas. Entrei no cartório de Barueri parecendo o maior bandidão.

Na hora de ir embora, outra humilhação: poderiam ter parado a viatura em frente ao cartório, mas não... Puseram no meio da praça, só para me fazer andar no meio da rua, todo algemado, na frente de todos. Quis dar um beijo para me despedir da Cláudia, e não deixaram. Eu voltei para o presídio, e a minha mulher foi embora para o interior.

Naquela mesma noite, quando deu 1h da manhã abrem a cela e me tiram. Até então eu não estava entendendo nada. Me puseram numa viatura e me levaram para o 1º DP de Osasco, recomendado para apanhar. Apanhei a noite inteira!... Mas apanhei! Apanhei igual um filho da puta. Tinham dois carcereiros, e um deles era metido a lutador de artes marciais. Ele queria me dar aquelas pesadas no peito, pesada na cara. Me quebraram no pau!

– É você que gosta de ferrar a polícia? Vai lá falar isso para o juiz também, vai!

E me jogavam em cima daquelas escrivaninhas. Os carcereiros eram uns armários... Do jeito que me pegaram, me tacaram longe, me puxavam, me jogavam contra a parede. Mas apanhei... Puta! Nunca apanhei tanto na minha vida... Eu não tinha o que fazer... Só porque a minha mulher pediu para registrar o meu filho!

As pessoas são cétricas e não gostam de acreditar nas coisas, mas certos fenômenos me obrigaram a aceitar que nem tudo se explica pela matéria. Como é que os caras me jogavam contra a parede, contra os móveis e eu não sentia dor?

– Até o pior bandido que passou aqui pediu arrego. Você também vai pedir, velho!

Eu parecia o Superman naquela sala, ou uma bolinha de borracha. Lembro que um dos carcereiros, um baianinho, tinha o cabelo todo cacheadinho. Eu só conseguia enxergar os cachinhos dele balançando enquanto me torturavam. Ele falava com uma voz fininha, arretada:

– Ocê vai xe foder na minha mão.

Eu senti o impacto, isso é fato. Impacto contra os móveis, impacto no meu corpo. Mas não senti dor, meu! Vou fazer o quê? Sei lá se foi defesa do meu psicológico, Deus, o caralho, mas eu estava anestesiado.

– Quero ouvir ocê chiar. Vai, põe a mão na parede. Agora levanta a sola do pé!

Eles arreventaram a sola dos meus pés... Deixaram os meus pés em carne viva. Queriam que eu chorasse, queriam que eu arregasse. Fui homem pra caralho, e isso incomodou os carcereiros.

– Nós vamos te colocar em uma cela que só dá Exu. Isso é para você aprender a não ferrar polícia.

– Não ferrei ninguém, meu... Minha mulher foi atrás de um direito.

– Não interessa! Polícia é polícia, bandido é bandido.

Me levaram na cela dos tais Exu. Nesse DP, as celas tinham grades de ferro, então os presos estavam me observando. Eu estava carregando as minhas coisas, com os pés descalços, em carne viva. Não conseguia pisar direito, de tanta pancada que levei na sola dos pés. Fui abaixar para catar uma blusa que caiu, e veio o chefe dos dois carcereiros que me bateram...

– Ah, você que é o vagabundo que gosta de ferrar com a polícia?

– O senhor está enganado. Não fiz nada para prejudicar ninguém.

– E eu tô falando com você?

E pá, tapa na minha cara. Os presos todos olhando. Não satisfeito, ele começou a falar um monte de besteira para mim.

– Quem sabe na outra encarnação você pede para nascer polícia, ao invés de nascer bandido.

Àquela altura, eu já estava de saco cheio. Tinha sido barbaramente torturado, os meus pés estavam tão inchados que pareciam duas bolas. Só depois eu fui refletir naqueles acontecimentos, na tortura que eu sofri e na minha loucurua posterior. Ah, eu já tinha apanhado para caralho, e o cara veio falar merda! Na hora, não pensei em nada... Só respondi quase mecanicamente:

– Sinceramente, não sei o que eu poderia ser na próxima encarnação. Antes de nascer polícia, prefiro ser puta, viado, bicha, corno...

Ele me deu um soco na cara, e eu desmaiei.

Quando acordei, estava na cela e consagrado herói... Os presos mandaram esquentar água no fogareiro, puseram os meus pés de molho, cuidaram de mim, me deram a cama para cama... A sensibilidade dos presos diante do meu sofrimento me comoveu.

– Aquele velhinho é fodido, meu... Falou o que muita gente aqui gostaria.

No dia seguinte, na hora do banho de sol, os caras das outras celas vieram me ver. Ali se começou um movimento intenso na cadeia. Uma solidariedade que, sinceramente, não vi aqui nem mesmo aqui fora. Temendo uma possível rebelião, os carcereiros cismaram de me tirar dali antes que o DP virasse. A saída foi me levar de volta para Barueri.

O registro do Rafael teve graves consequências na minha vida e da Cláudia. A minha vida sempre foi baseada em Osasco. Tive que me mudar para a capital, por receio dos policiais da região... Um tempo desses, inclusive, me encontrei com um policial do DP de Osasco. Ele foi comprar o meu livro.

– Pô, cada dia que você ficou no DP a minha consciência pesava.

Que beleza... Meio tarde para reconhecer.

Assim que eu voltei para Barueri, todo fodido, os demais presos ficaram loucos de ódio! Ninguém sabia que eu tinha sido encomendado para apanhar. Na cabeça dos caras, eu tinha sido transferido. A essa altura, eu já tinha conquistado a simpatia dos presos. Assim que me viram todo quebrado, cismaram de botar fogo na cadeia. Barueri virou.

Anos mais tarde, já estava em Avaré e prestes a ser solto, veio uma restrição de me soltar, alegando que eu tinha sido pivô dessa rebelião. Pivô porra nenhuma, meu! Eu cheguei lá todo arreventado, e a cadeia virou de revolta com o que fizeram comigo, mas eu não incentivei ninguém! Quase que eu me ferro legal por causa dessa rebelião...

A Cadeia de Barueri era um quadrado: as celas eram todas viradas umas para as outras, e o pátio ficava no centro. No dia da rebelião, os presos pegaram os colchões, puseram no meio do pátio e atearam fogo. Só que eles se esqueceram de que a fumaça iria dominar tudo, e todos morreriam asfixiados. E eu tentei avisar que iria dar merda, mas não me escutaram.

Logo, a polícia do Choque começou a tentar invadir. Alguns policiais foram na tela que tinha em cima do pátio, e jogaram bombas de gás lacrimogêneo. A gente ficava com as camisetas no rosto para conseguir respirar. Os presos tudo louco... Querendo fazer isso, fazer aquilo. Eu fiquei quieto, na minha.

A polícia conseguiu derrubar a porta de ferro da carceragem para entrar no pátio. Alguns policiais entraram batendo, outros atirando para o alto e assim fazendo pressão psicológica. Foi um sentimento horrendo... Eu estava no fundo da cela, escutando tiro e grito dos presos... Para mim, estavam matando todo mundo. E tinha acabado de acontecer o Massacre do Carandiru, então toda aquela imagem da PM fuzilando os presos estava na nossa cabeça.

Aquela fumaceira danada, luzes apagadas, alta madrugada. Os policiais gritando:

– Vai, vai, vai, vagabundo.

E tiro, tiro, tiro... Nesse momento, qualquer um se despede de tudo. Puta sensação do caralho! Não me esqueço nunca. Naquele dia, sinceramente, pensei que iria morrer. Comecei a fazer uma oração.

– Deus, cuida de mim, dos meus filhos e da minha família.

A polícia desceu o cacete em todo mundo. Apanhamos muito... Eu ainda estava todo fodido de Osasco. Quebraram o nosso corpo, e depois queriam quebrar a nossa alma. Depois que controlaram o presídio, mandaram que a gente ficasse em uma fileira. Estávamos todos nus. E eles riam... A gente não estava entendendo nada, até porque todo mundo estava muito ferido, e aqueles que estavam em melhores condições, procuravam ajudar os parceiros. Mal intencionados, os policiais pegaram um pedaço de vassoura, lambuzaram de merda, e gritavam:

– Fala que você ama a PM, o Choque, a ROTA! Fala, ou vai comer merda, vagabundo.

E quem tinha coragem de falar? Tinha que ser macho, deixar os caras fazerem o que tinham que fazer e não falar. A PM uma hora vai embora, os bandidos, não. Era melhor comer merda do que declarar amor à polícia. Se eu fosse o primeiro da fila, talvez eu até falasse. A minha sorte é que eu já estava vendo os outros passarem e não falar... Essa história da merda eu cheguei a relatar no livro. Mas a tortura em Osasco não, e foi muito pior...

Depois da rebelião em Barueri, a cadeia ficou destruída. Eu e mais 140 presos fomos transferidos para a Casa de Detenção de São Paulo. A transferência para o Carandiru foi o pavor de todo mundo. Pensei comigo, agora fodeu. Até acontecer a minha prisão, eu recebia todas as informações da mídia sobre o Carandiru, as piores possíveis. O Carandiru tinha uma má fama danada, ainda mais depois de 1992. A mídia pintava uma imagem de fábrica de monstros. Naturalmente, fiquei apavorado.

Lembro que eu passava pela Av. Cruzeiro do Sul periodicamente para visitar clientes. Usava terno bem ajustado, gravata, bonitão, cheiroso, carro do ano. Em frente ao Carandiru, olha aqueles presos com as mãos para fora das janelas, acenando com um paninho... Até sinal da cruz fazia. Não imaginava que um dia estaria lá dentro, comendo rango azedo.

*Ratatatá, mais um metrô vai passar
Com gente de bem, apressada, católica
Lendo o jornal, satisfeita, hipócrita
Com raiva por dentro, a caminho do Centro
Olhando pra cá, curiosos, é lógico
Não, não é não, não é o zoológico.*

Perto de Barueri, irmão, a Casa de Detenção parecia mais um paraíso. Cheguei no Carandiru um hematoma só, da tortura em Osasco e do esculacho em Barueri. No momento em que adentrei o portal do Carandiru, confesso que me emocionei. Vi o céu das estrelas em plena Av. Cruzeiro do Sul, aquele espaço aberto, e senti que os meus dias seriam mais tranquilos.

Entrei no Carandiru depois do Massacre, mas senti totalmente os abalos... Eu morava numa cela onde praticamente todos eram sobreviventes do Massacre. Cada sobrevivente tem uma história para contar. Tinha preso que não tinha a batata da perna, arrancada na mordida do cachorro. No rescaldo do fato foram 111 mortos, mas ninguém contabilizou os que morreram depois, em hospital, por exemplo. A quantidade de feridos graves foi muito maior do que as mortes. Nisso daí, muito mais gente morreu, e muitos ficaram traumatizados.

O Massacre só afetou o Pavilhão 9. No momento que começou a ter movimento no PV9, os demais foram trancados. Ouvia-se helicóptero, ouvia-se barulho e ninguém sabia o que estava acontecendo. A massa carcerária só ficou sabendo do que tinha acontecido dias depois. O pavilhão 9 tinha quase 2 mil presos! Eram todos presos primários, a maior parte molecada. Molecada é difícil você controlar em qualquer lugar. Só que não houve confronto, isso está comprovado. Somente a polícia estava armada.

*Dois ladrões considerados passaram a discutir
Mas não imaginavam o que estaria por vir
Traficantes, homicidas, estelionatários
Uma maioria de moleque primário
Era a brecha que o sistema queria
Avise o IML, chegou o grande dia.*

O dia a dia no Carandiru não era diferente de outras cadeias: era abrir e fechar as celas. A diferença é que eu podia transitar entre os pavilhões porque tinha um trabalho. De manhã cedo era a chamada, a contagem. Logo em seguida, os faxinas distribuíam o café com leite e pãozinho. Depois do café da manhã, as celas eram abertas, e cada um ia se movimentar. Como o meu pavilhão, o 2, era destinado a setores de trabalho, os presos se dirigiam para o seu setor determinado e retornavam no final da tarde para a tranca das celas. Aqueles que não trabalhavam ficaram na cela ou andando pelo pátio interno do pavilhão.

A Detenção era uma verdadeira cidade, em pleno centro de São Paulo. O movimento era intenso. Os pavilhões eram todos interligados por portões, então tinha uma movimentação muito grande de pessoas, mercadoria e informações. Tudo o que acontecia ou que iria acontecer lá dentro se sabia.

Algo que existia muito no Carandiru era jogo de carteadado. Toda vez que ia ter jogo em alguma cela, a vigília que os presos faziam nos corredores para os agentes penitenciários não descobrirem era reforçada. Quase todo o pavilhão era tomado por vigilantes predeterminados. E nesses jogos tinha gente que perdia casa, carro, caminhão, tudo na jogatina! Tinha preso que saía da cadeia devendo até os olhos. E tinha até que assinar papel para dar à esposa no dia de visita e assim garantir que ela transferisse o imóvel, o carro, o que for. Um verdadeiro cassino. E nem pode ter baralho dentro da cadeia. Não sei de onde apareciam aqueles baralhos. Carteadado fodido.

O Pavilhão 9 não tinha nenhuma periculosidade. Na verdade, ele se distinguia dos demais porque tinha muito mais presos do que cabia, e tudo uma molecada primária. O Pavilhão 4 era de atendimento médico. No PV5 ficava o Seguro, para proteger os inimigos da cadeia, estupradores, endividados, e também era o pavilhão das bichas. O Pavilhão 7 era considerado tranquilo. A periculosidade real estava no Pavilhão 8, o pavilhão dos reincidentes. Quando o PV8 virava, era problema... Eles botavam medo em geral. Em mim não, porque eu tinha o respeito de todos...

Assim que cheguei transferido ao Carandiru, comecei a trabalhar. No momento em que o diretor da cadeia foi fazer a nossa triagem, ele me perguntou qual era o grau de instrução. Fiquei, digamos, separado dos companheiros de Barueri. Passei a morar no pavilhão dois, e isso me ajudou muito... Ocupou a minha cabeça. Eu sei que fui privilegiado pelo meu grau de cultura.

As pessoas não sabem, mas faltava muito trabalho no Carandiru. 2000 malucos trancafiados, sem trabalho, sem perspectiva. A tensão é geral. Num ou outro setor se conseguia trabalho, como costurar bola de futebol, mas o envolvimento dos agentes penitenciários com corrupção era muito grande. Uma empresa pagava 3,00 para o preso costurar uma bola, e na verdade chegava 0,50 centavos no pecúlio. Todo mundo sabia disso e perdia a vontade de fazer. Tinha agente penitenciário na Detenção que ganha 1200,00 de salário naquela época e 10 mil na droga, por semana.

Por dois anos, trabalhei no setor de Benefícios. Às vezes eu tinha que levar algum documento do fórum para um preso assinar. Por isso, tive livre trânsito entre os pavilhões. Nessas idas e vindas de levar documento é que eu conhecia os problemas dos presos. Tinha mano tirando cadeia de graça. Sem advogado, sem recurso, sem nada...

E era uma coisa tão simples, coisa de você pegar um papel sulfite, relatar a situação, enfatizar que existem direitos previstos e mandar para o juiz. O difícil mesmo era a burocracia de fazer o papel chegar na mão do juiz. Mas se protocolou, o negócio vai. Uma semana, dez, quinze dias, não importa, mas vai chegar na mão do juiz. O juiz olhou, bateu atestado e já dá andamento. Eu escrevia direto para o juiz da Vara de Execuções Criminais. O cara já tinha direito a colônias e condicional faz tempo. Puta que o pariu... E uma coisa tão simples, meu! Aquelas máquinas de escrever Olivete, eu batia tão fácil aquilo lá!

Eu só pedia para o preso fazer o corre dele e providenciar uma folha sulfite e 5,00 reais.

– Seguinte, assina aí, meu. Agora se vira e arruma os 5,00 reais.

O dinheiro não era para mim. Eram para pagar o funcionário da Detenção. Na hora que saía do trampo, ele pegava o metrô, que fica bem na porta do Carandiru, e deixava os

documentos na Praça João Mendes, no bairro da Sé. Gastava 1,50 de passagem. Eu esperava juntar uns 10 pedidos para que o funcionário fizesse somente uma viagem. Então, de 50,00 conto, o cara colocava 48,50 no bolso. A vantagem era que ele trazia os protocolos. Assim eu chegava no preso com uma segurança, visto que o sujeito fez o corre dele.

– Mas será que vão lembrar da gente?

– Calma, meu... Espera! Protocolou hoje.

Junto com o requerimento, eu colocava a cópia do Atestado de Conduta, que é a única coisa que pode restringir o benefício. Colocava a data de entrada, o período de reclusão, fazia o cálculo penal, tudo muito fácil, e mandava para a Vara de Execuções Penais. Daqui a pouco estavam convocando para fazer Exame Criminalístico para o cara vazar. Porra! Os caras não acreditavam! Em cima disso eu comecei a me tornar um herói.

Eu acordava, abria a porta da minha cela e tinha gente encostada na parede com papel sulfite, esperando. E eu sempre fiz sem cobrar nada. Virei um bom samaritano. Quando o primeiro ganhou liberdade, os outros perguntavam quem tinha feito o processo rodar, e respondiam que era o Tiozinho do 410. Rapidamente, todos quiseram que eu fizesse o mesmo processo. Foi um trabalho que me comovia... Para a sociedade, eram todos filhos da puta, ladrão, mas lá dentro são pessoas normais. Eu via no rosto de cada um deles os meus filhos.

Eu sabia de quase os crimes que os presos da minha cela cometeram porque eu tinha que acessar os prontuários. O prontuário é o livro narrativo dos crimes. E dentro da minha cela, eu escutava uma par de historinhas que eram mentirosas. Eu sabia a realidade, mas ficava quieto na minha. Tinha elemento até com bronca de 213, crime de estupro, e ninguém sabia... Se eu falasse, o cara morria na hora!

O maluco sabe quando está devendo. Quando eu fui designado a trabalhar no setor de benefícios, alguns caras vieram me pedir para não espalhar a fita.

– Ó, meu... Você vai ver coisas que podem me prejudicar.

– Amigo, não sei de nada. O seu prontuário eu vou entregar para o oficial de justiça. O que tem lá não me interessa.

– É que você está lá e pá, de repente...

E eu já sabia de tudo, xará. Estuprador na Detenção tinha pena de morte, sem papo. A população carcerária não perdoava. Nego morria dentro da cela mesmo, feito porco.

*Homem é homem, mulher é mulher
Estuprador é diferente, né?
Toma soco toda hora, ajoelha e beija os pés
E sangra até morrer na rua 10.*

Eu não queria me envolver com encrenca. Só queria paz, tirar os meus dias e sair daquele lugar. Às vezes, quando eu conversava baixinho na cela, os caras já ficavam preocupados.

– Meu, dorme tranquilo. Põe a sua cabeça no travesseiro. A sua vida não me interessa. O que você fez ou deixou de fazer da sua vida estou pouco me fodendo.

Na prisão, a coisa mais difícil que existe é ganhar o respeito da população carcerária. A escrita me fez ser respeitado. Eu não escrevia para mim... Escrevia para os outros detentos. A massa carcerária era analfabeta... Para não dizer que não escrevia, o cara falava que desenhava o nome. Comecei escrevendo cartas e versinhos para as namoradas dos outros presos. No dia de visita, essas namoradas queriam saber o autor dos versos. Daí o mano me apresentar a companheira, todo orgulhoso.

É claro que a minha inspiração pessoal sempre foi a Cláudia. Em quase toda carta para ela eu fazia um versinho, como este:

*As noites são tão frias
Dentro das grades desta prisão
Deito e me aqueço sozinho
Mas com você na imaginação.*

*Relembro os nossos momentos
A mente não me deixa esquecer
Que se sofro hoje sozinho
Já fui feliz com você.*

*Ao deitar eu me lembro dos seus beijos e seus abraços
Mas ao acordar eu encontro o meu coração em pedaços
A solidão me acompanha querendo tomar o seu lugar
E o meu coração, que já sofre, sofre de tanto te amar.*

Houve um momento que eu comecei a ficar super-protegido, mesmo entre grupos rivais. Qualquer coisa era opa, chama nós. Eu chegava na minha cela na hora da tranca, e tinha pacotes de cigarro na minha cama, porque eles sabiam que eu não aceitava pagamento. A minha mulher, invés de levar cigarro para mim, levava cigarro para casa. Sacolas fechadas! E eu nem sabia quem é que deixava porque eles pediam para os presos da minha cela guardarem segredo.

– Ó, não fala nada não. Deixa o cigarro aí para o Tiozinho.

Porque quem faz o serviço e cobra, pode esperar que a cobrança vai bater na porta. Se a cadeia entra num motim, essa exploração vai se voltar contra o sujeito. A cobrança chega, isso é certeza. Então eu não cobrava.

Pensando na minha vida agora, o meu grande mérito não foi me sobrepor aos demais pelo grau de cultura ou pela formação que eu tinha, e sim me adequar ao ambiente deles, na humildade, e procurar viver dentro da cultura do cárcere. Isso sem ser conivente com o pensamento deles, a forma como eles pensavam.

Eu tinha enorme pavor de certos acontecimentos porque ali dentro se via tanta maldade, tanta crueldade! Como um ser humano consegue matar o outro arrancando as tripas para fora, e depois de dez minutos está do seu lado na cela, tomando café com leite, como se nada tivesse acontecido? Quando atrolei um cachorro, fiquei seis meses sem dormir.

Às vezes, ficava sentado na grama, coisa que eu gostava... Pensava na família, no mundo externo, na liberdade. Viajava... Daí chegava um mano, puxava um banquinho do lado e perguntava:

– Que que tá pegando, Tiozinho?

– Não é nada, meu... Tô pensando na vida.

Em muitas ocasiões, esses jovens me viam como uma figura paterna. Não é à toa que me apelidaram de Tiozinho. Queria procurar o Tiozinho do pavilhão dois, todo mundo sabia quem era, a ponto de poucas pessoas me conhecerem pelo nome na Casa de Detenção. No começo isso até me incomodou. Depois acabei aceitando porque era uma forma carinhosa.

A relação de cuidado e aconselhamento com esses jovens me ajudou em todos os sentidos. Antes de tudo, ocupava a minha cabeça. Eu não caía no tédio ou na depressão... Porque na cadeia o tempo anda em câmera lenta, como eu digo no rap:

Tic tac, ainda é 09:40

Relógio na cadeia anda em câmera lenta.

Em cadeia, as datas comemorativas são antecipadas ou atrasadas. O preso nunca comemora na data correta. Final de ano, por exemplo, se comemora um final de semana antes ou depois... Mas eu estava no Carandiru, no meio de São Paulo! Sabia que é dia 31! Agora eu estou na minha cela, assistindo a virada na tv.

– 5, 4, 3, 2, 1...

Olho para a janela, aquele mar de fogos! O mundo comemorando a passagem do ano, e eu preso, comendo rango azedo. Só que eu não quero comemorar no próximo domingo! Sei que o mundo está comemorando naquele dia. Esse descompasso com o tempo do mundo me deprimiu profundamente.

Quando algum detento me procurava na minha cela para conversar, principalmente assuntos pessoais, eu fazia questão de dar toda atenção, de repente propor uma alternativa para a situação. Até porque era importante eu saber o que estava acontecendo. Assim eu fui tirando o meu PhD em Cultura Delinquente.

Conclui que a maneira mais fácil de viver bem na cadeia era ganhando a alta malandragem. Mas para isso eu tinha que descer do meu salto e viver dentro dos padrões de cabeça deles. Tudo o que eu conhecia de dignidade, moralidade e comportamento, esqueci na porta da cadeia. O conceito de moralidade na cadeia é determinado pela massa carcerária, e não pelos funcionários. O certo e o errado aqui na rua nem sempre se aplica na cadeia... São mundos diferentes. Eu me adaptei, e a escrita foi a minha chave.

O preso entrava na minha cela para conversar, e chorava por causa da mulher, da namorada que abandonou. Bandido não pode chorar, mas comigo os caras choravam. Era a confiança na minha pessoa. Quando a mulher abandona, o sujeito entra em pânico. Queria conversar, desabafar, e nessa, ficava 1 hora na minha cela, esperando o vermelho dos olhos saírem, para ninguém perceber que chorou.

Lá dentro do Carandiru, se fazia comida dentro das celas. Usava-se fogareiros, e ali se preparavam refeições com ingredientes da rua. Alguns presos eram verdadeiros conhecedores em termos de gastronomia. Eu chegava na minha cela e tinha pratos fechados, provenientes de todos os pavilhões. Teve um preso que me mandou caldo de mocotó, todos os dias, durante dois anos! Ele não sabia que eu não gostava, e eu não me atrevia a falar porque o pessoal da minha cela adorava.

Em cadeia, ninguém pode mexer nos seus pertences sem a sua devida autorização. Às vezes eu demorava a chegar do trabalho, e os caras reclamavam porque queriam comer logo. Às vezes chegavam dois, três, quatro pratos vindos de lugares diferentes! Os caras se

preocupavam em preparar a refeição, pagar pau para passar pelo portão, até fazer o prato chegar a mim. Nisso daí o pessoal da minha cela passou muito bem comigo.

Tanto na Detenção quanto em Avaré, o ambiente tinha certa tranquilidade. Às vezes tinha um ou outro movimento na cadeia, mas fora disso, o cotidiano entrava em uma rotina normal. Eu entrava em uma cela, depois em outra, conversava, batia papo com os presos, trocava livros. Eu gostava muito de livros sobre espiritismo. Quando queriam me agradecer, me arrumavam um livro espírita. Cheguei a acumular uma biblioteca sobre o tema, pequena porém respeitável.

Agradei todo mundo. Me chamavam para culto evangélico, eu ia. Me chamavam para culto de macumba, eu ia... O que me satisfaz e me convence mais é o espiritismo. Talvez tenha sido baseado na religiosidade que eu consegui ter um pouco de força para aguentar uma série de situações. Tem hora que o pânico bate... Eu olhava para aquelas muralhas enormes, e tinha a impressão de que nunca mais sairia daqui.

É preciso saber dosar a lentidão do relógio para não entrar em desespero. Vai passando a semana trabalhando, escrevendo, se preparando para o dia de visita. Sempre me batia aquela agonia de não saber se vinha notícia boa ou notícia ruim... Boa parte das vezes, minha mulher trazia notícias ruins. Até por isso eu procurei passar o tempo escrevendo.

Quando percebi, dois anos de cadeia tinham se passado. Eu estava morrendo de raiva do meu irmão, achando que ele tinha me abandonado. Quando menos espero, recebo a notícia de que ele chegou preso no Carandiru, e cheio de inimigos lá dentro, gente que ele havia comprado carga e não pagou. Não tinha papo: ele iria morrer no mesmo dia em que chegou. Tive que usar todo o meu prestígio para ele não morrer. Fiz o maior movimento com a alta cúpula da malandragem. Mobilizei todos os pavilhões, os carrinheiros, os faxinas: mexi com todo mundo, quando finalmente consegui que o destino do meu irmão fosse resolvido em uma reunião.

A reunião foi tensa, mas conseguimos evitar o pior. Foi decidido que ele não poderia sair da cela sozinho. Andar pela Detenção, somente na minha companhia. Tive que me esquecer de toda a mágoa para protegê-lo. No dia de visita, falei para a mulher dele tirá-lo dali. O negócio estava tão sério que se eu fosse transferido, por exemplo de manhã, à tarde ele estava morto. Passaram uns 30 dias, ele foi transferido para o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, ali no bairro Carandiru mesmo. 13 dias depois, fui transferido para Avaré. Foi coisa do destino.

Nunca fui conivente com aquilo que os presos pensavam, mas também não tentava impor o meu ponto de vista. Assim foi que eu me aproximei deles. Tanto é que, com tudo o que

eu vivi, com tudo o que aconteceu comigo de polícia me ferrar, eu não combati a polícia! Até hoje eu não combato a polícia. Mas lá dentro eu vou defender a polícia? Não vou.

Lá na letra do Rap, eu falo algumas coisas da polícia, mas porque eu escrevi a partir do ponto de vista da comunidade carcerária, e não do meu, íntimo.

*O Robocop do governo é frio, não sente pena
Só ódio e ri como a hiena.*

Comecei a adotar o estilo de escrita do rap porque era o que o pessoal gostava. Toda a série de manuscritos foram baseados na mentalidade deles. No Carandiru, o que mais se ouvia era rap, samba e pagode. Os mais novos se identificavam com o rap. Os piolhos, aqueles presos com longas penas, ficavam no Pagode. Sertanejo, quem tocasse apanhava ou morria. Eles diziam que era música de corno. Nessas letras tem sempre mulher traindo alguém, aí o cara preso fica doido. As minhas músicas eu ouvia no walkman, sintonizando na rádio Antena 1. Meu negócio era Rock: Black Sabbath, Deep Purple, Pink Floyd, Guns N' Roses...

Só que é o seguinte: os Racionais são ídolos na cadeia. Embora nunca tenham sido presidiários, são ídolos. Uma série de coisas que eu escrevi para os presos atravessou os muros e chegou neles. Bom, sei que um dia eu estava no meu setor de trabalho. Chegou um funcionário dizendo que o diretor queria conversar comigo, que tinha um pessoal me procurando. Na cadeia, quando o diretor te procura é problema. Apesar de estar com a consciência limpa, fiquei apreensivo.

– Mano Brown está te procurando.

– Mas quem é Mano Brown?

– Pô, você nunca ouviu falar de Mano Brown? O pessoal da banda quer falar com você.

Assim, a diretoria me apresentou para esse pessoal. Estava a banda, com os advogados e tudo. O Mano Brown perguntou se poderia conversar um pouquinho a sós comigo em outro lugar. O diretor foi compreensivo:

– Fica à vontade para conversar com ele no campo de futebol.

Até então, eu não estava entendendo o que ele queria conversar comigo. Chegando no campo ele disse:

– Tô recebendo umas cartas de um pessoal aí da cadeia, e os caras estão me dizendo que você escreve uma porção de coisas que agradam os presos. Eu preciso escrever uma música de cadeia, mas nunca tirei cadeia. Você tem alguma aí que de repente possa me ajudar?

– Olha, tô cheio de caderno escrito. Se quiser olhar e alguma coisa servir para você... Esses cadernos e as cartas eu escrevo sem pretensão nenhuma.

Entreguei dois cadernos ao Brown. Ele se sentou e começou a folhear... Me perguntou se poderia copiar alguma coisa.

– Se alguma coisa aí te servir, pode destacar a folha e levar. Eu não tenho nenhuma pretensão com esses escritos...

Então ele destacou várias folhas do caderno e perguntou o meu nome. Eu falei Josemir, e ele escreveu Jocenir. Ali a vida me trocou o S pelo C...

O tempo passou, e eu tinha até esquecido dessa história, da letra e de tudo. Na verdade, eu não lembrava de nada que estava escrito naqueles cadernos... Era muita coisa. Conforme eu escrevia, os acontecimentos viravam passado, dando lugar para outras coisas na minha cabeça que precisavam ser escritas. Quando o rap foi lançado, os presos da Detenção identificaram a minha letra porque os meus cadernos circulavam entre os pavilhões, e eles copiavam as minhas coisas. Eu mesmo, não reconheci!

Quando eu já estava na Penitenciária de Avaré, comecei a receber cartas de alguns presos do Carandiru, dizendo que a minha música estava estourando na rádio.

– Pô, Tiozinho, a sua música está estourando! A sua música está tocando toda hora nas rádios!

Pensei que os caras estavam doidos, ficando xaropes. E nem adiantava tentar sintonizar a rádio em Avaré porque lá só tocava Sertanejo, e Sertanejo não podia. Eu só acreditei mesmo que a música estava acontecendo quando a banda me visitou na Penitenciária Avaré. Eu fui transferido para Avaré porque a minha mulher estava com os meus filhos lá em São Manoel, pertinho dali... 6km. Ela pediu a minha transferência porque não tinha mais condições de me visitar no Carandiru. Comigo em Avaré, ela gastava 7 reais de condução, ida e volta. No Carandiru, se gastava mais de 100 reais.

– Porra, meu! Racionais veio falar com você?

Chego na Direção, e vejo a banda com o advogado deles. Os caras com um monte de camisetas do Racionais, disco e uma porção de coisa... Mas não podia entrar no presídio com esses objetos. Eu pedi para deixar ali com a direção, que a minha mulher levaria para casa no dia da visita.

Saindo da cadeia, a banda foi até São Manoel visitar a Cláudia. Puta, levaram ela no mercado e compraram um monte de produtos! Carrinhos e mais carrinhos de compras. Eu não acreditei no que havia acontecido. Só então comecei a me lembrar das coisas que eu tinha escrito.

E o Brown foi decente, homem pra caralho. Colocou o meu nome errado, mas registrou os meus direitos autorais... Quando eu saí da cadeia e fui receber os direitos autorais acumulados, tive que adotar Jocenir como pseudônimo.

Com o primeiro dinheiro que recebi da música, comprei uma sacola de tênis e distribuí entre os caras de Avaré. Puta, maior consideração por algumas pessoas... Certos presos me ajudaram com a saúde do meu filho, enquanto muitos familiares viraram as costas. Bom, depois dessa visita, nunca mais retornei à prisão. Pelos menos eu voltei...

O pap foi gravado em 97, e eu saí quase no fim de 98. A mídia não teve acesso ao autor. Houve uma repercussão muito grande. E com a repercussão, a surpresa. Eles achavam iriam encontrar um negro, oriundo da periferia, viciado em droga. Quando eles acharam um ex-executivo, branco, oriundo da classe média, roqueiro, o impacto foi enorme.

Um tempo depois, em razão do Rap, um jornalista se aproximou de mim e queria saber se eu tinha escrito mais coisas na cadeia. Bom, o meu tempo inteiro na cadeia foi escrever. Essa foi a minha terapia para não ficar louco, depressivo ou cair nas drogas. O jornalista me pediu para ler os meus escritos.

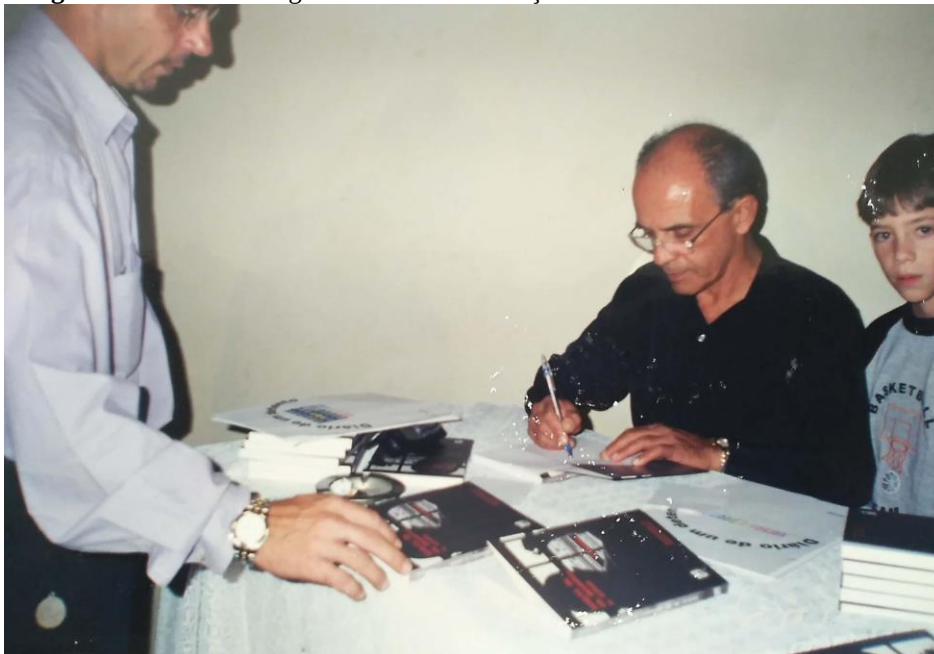
– E o que eu vou encontrar nesse manuscrito?

– Uma denúncia do que fizeram comigo.

– Porra, isso dá um livro! Se você denunciar, amanhã ninguém vai se lembrar. Se escrever um livro, ficará eternizado.

Eu, roqueiro nato, até banda de rock eu tive, sem querer me tornei o autor do Rap mais famoso do Brasil. Só faltava ser escritor também! O primeiro título do livro foi *Sobrevivente do inferno*. Não contente, o jornalista aconselhou ir no embalo da música. O editor concordou com a ideia. O doutor Dráuzio Varella me prefaciou, e assim nasceu o *Diário de um detento: o livro*.

Imagem 39 – Jocenir autografando durante o lançamento do livro *Diário de um detento*



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

Quem não viveu o que eu vivi, pode ter a impressão de que muita coisa ali é ficção. O livro não tem uma vírgula de ficção. E se eu quiser escrever mais um, dois, dez livros de não-ficção, eu posso escrever porque tenho assunto de sobra. Não é questão de talento, a questão é essa. Trata-se de ouvir a voz da alma. A cadeia causa amargura no coração. Não se pode deixar sucumbir pela amargura. Quando é a alma que fala, a amargura sai como poesia. Poesia triste, melancólica, mas poesia.

Putá! As coisas poderiam ter sido muito diferentes se a editora não tivesse fechado... O que estava me trazendo dinheiro era o livro. A mídia fazia uma divulgação fodida. Todo dia era programa de televisão ou edital de impresso falando sobre o ex detento que se tornou escritor. Essas reportagens acabaram virando uma publicidade gratuita do livro. Depois que eu fiz a entrevista no programa do Jô Soares, o livro estourou de venda. Era o auge do livro. E os caras brigaram e fecharam a editora, meu! Eu poderia ter enchido o rabo de dinheiro. Poderiam ter resolvido a minha vida...

Eu vendia os livros na Av. 24 de Maio, na República. A mídia fazia a divulgação do livro, e eu cheguei a viver disso. Eu comprei aquelas mesas de montar e desmontar, fazia uma pilha de livros e colocava atrás um banner com um monte de fotografia cabulosa do Massacre, rebelião, cabeça cortada e o caralho. Nossa, mas vendia... Puta que o pariu. Eu só recebendo dinheiro e dando autógrafa. O dedo chegava a calejar. A polícia passava, e é claro que mandava tirar aquelas fotos. Eles viravam as costas, eu colocava de volta. As pessoas gostam de desgraça.

Depois, fui vender no Conjunto Nacional da Av. Paulista. Naquele ponto não poderia ter comércio de rua porque o rapa, esses policiais que fiscalizam os camelôs, passava e mandava desmontar. Só que eu poderia ficar tranquilo porque eu estava comercializando um artigo cultural de autoria própria, e não artigos de camelô. Por incrível que pareça, os policiais acabavam me protegendo dos camelôs, que ficavam putos comigo. Daí os PMs chegavam no diálogo e pediam para contar umas histórias cabulosas de cadeia. Puta que o pariu... Inesquecível.

Não foi o Massacre que popularizou o meu livro, foi a música e a mídia. Eu só lamento dois pontos, que poderiam ter me ajudado financeiramente: se os Racionais me pagassem sob a vendagem, e não somente pela execução da música, e a editora não ter fechado quando o livro estava no ápice. Eu tinha acabado de ir no Jô, e o livro estava fora do mercado, meu! Por algum tempo, o que trouxe o sustento da minha família foi a venda do livro.

Eu fui fazer palestra em tudo quanto é faculdade, em várias partes do Brasil, e eram os próprios alunos que faziam vaquinha. Eu achava uma judiação... Não gostava da ideia de os alunos tirarem do próprio bolso. Então o que me rendia era a vendagem do livro. Eu fazia nego chorar no auditório e vendia uma penca de livro. Eu levava 100, 200 livros e voltava para casa com o cu cheio de dinheiro. Eu pegava os livros com a editora por um preço mais baixo e vendia no valor de mercado.

Só que a editora me explorava! Eles me passavam os livros praticamente no valor de livraria, e descontavam nos direitos que eu tinha para receber! Aquilo que eu tinha que receber da editora, recebia em livro, e ela ganhou para caramba em cima de mim. Invés de me pagar em dinheiro, eles me pagavam em livro... Na época, cada unidade custava 2,60 para ser produzida, e eles me passavam cada unidade a 14,00! Ah, todo mundo explora todo mundo.

O meu desejo era de conversar com os jovens, palestrar para quem precisa receber a mensagem. Infelizmente, hoje eu não tenho tempo ou recurso para isso. Tem tanta gente me convidando para ir no presídio feminino, ou numa Fundação Casa, mas não adianta! Se eu tivesse alguém que pudesse me garantir o mínimo de sobrevivência, eu faria esse trabalho com maior prazer. Só que não aparece ninguém! E, quando aparece, é querendo fazer uso da minha imagem, principalmente casos de políticos...

Eu gosto de falar sobre cadeia! Só não me aventuro a falar mais porque não me dá retorno nenhum... Quando eu tenho um tempinho durante o final de semana, gosto de ficar em casa, quieto, assistindo o meu jornal. É só o tempo de recuperar as energias e voltar a trabalhar durante a semana. Trabalho de segunda a sábado, meu! Vivo na base da comissão: se eu vendo, ganho; se eu não vendo, não ganho. É uma batalha diária.

Ninguém paga um putinho para me escutar. Eu dava palestra para jovens, alertando sobre os perigos do mundo do crime e das drogas, e eu era sempre tratado como uma celebridade. Vivia tão ruim de grana, que nem dinheiro para cigarro eu tinha. A primeira coisa que eu pedia para o organizador da palestra era um cigarrinho. E eu tinha uma profunda conexão com os meninos. Subia no palco e falava que crime e droga só leva a dois caminhos: cadeia ou cemitério. Às vezes, falava de um jeito mais descontraído:

– Se eu colocar um caminhão de droga e outro de buceta na frente de vocês, vocês vão na droga, meu!

São situações que eu não me esqueço.

Mal mal recomencei a minha vida com cinquenta e tantos anos, praticamente sem nada. Todo o meu patrimônio, vendi para pagar advogado. Estou com 67 anos, vivo para pagar aluguel, trabalho igual um filho da puta. Depois da cadeia, foi muito difícil arrumar trabalho... Talvez eu tivesse emprego, se não tivesse me exposto tanto, porque eu criei um nome no mercado de material elétrico. Tinha bom relacionamento com alguns empresários. Mas de repente, todo mundo me viu na televisão para falar do meu livro. Foi aí que eu queimei o meu filme. Por mais que eu tentasse explicar a minha inocência, ninguém acreditou. A minha ilusão era de que o livro poderia mudar a minha vida...

Eu me deixei levar pelo glamour. Pensei que realmente haveria um caminho para mim. Porra, eu fui chamado pelo governador para a implosão do Carandiru! Como uma coisa dessas não sobe à cabeça? Tô em casa, sossegado, e me liga a secretária do governador Alckmin. Pensei que era trote de algum amigo. Já ia mandar tomar no cu. Fui atendendo e tal, e era realmente um convite do governador para a implosão do Carandiru! Como esses caras descobriram o meu telefone? Como não acreditar que tudo já está pré-determinado por uma força maior?

Desse dia, não me esqueço de uma cena sequer. No exato dia da demolição, estava chovendo para caramba. O Alckmin pegou na mão da minha mulher e dos meus filhos, e me chamou para nos protegermos num bar, do outro lado da rua do Carandiru. Os jornalistas todos matando para correr atrás, com os equipamentos, tentando registrar aquelas imagens. Enquanto eles se matavam para pular o balcão do bar, o governador pediu uma coca e nos serviu.

Cheguei a pensar que eu estava me tornando alguém importante. Minha cara na tv, nos jornais... Só que isso não trouxe sustento para a minha família. Percebi que eu estava deixando os meus filhos na penúria. Foi quando eu decidi abandonar essa vida e seguir com a minha vida ordinária e com o meu trabalho. Quando os direitos autorais do livro voltaram a ser meus, eu

não tinha recursos próprios para fazer. Um filho meu está rodando uma tiragem pequena, vendendo pela internet e entregando via Sedex. Mas não é a mesma coisa.

Até hoje, tento encontrar alguém que possa lançar o meu segundo livro, que está engavetado há tempos. Sinceramente, acho que esse texto é ainda melhor do que o *Diário de um detento*. No *Diário de um detento*, o editor tirou muitos capítulos, com o argumento de que seria um livro de horror... Essas partes que ele tirou, mais algumas outras coisas que eu escrevi, acabaram gerando o livro. O título temporário é *Refém das lembranças - do mesmo autor de Diário de um detento*.

Refém das lembranças porque, por mais que se passem os dias, o homem nunca mais esquece do que viveu na cadeia. A cadeia é uma experiência gravada na alma. Verdadeiro circo de horrores. Não tem como viver anos na prisão e simplesmente apagar as lembranças, principalmente aquelas coisas que emocionalmente me marcaram. Aí é problema... Não sai da cabeça. Nisso daí que eu eu me lembro como se fosse ontem. Por mais que eu queira esquecer, a lembrança retorna... *No corpo não ficaram marcas, mas na alma ficaram cicatrizes*.

Não consigo esquecer das extorsões... Isso me aconteceu em todas as cadeias que passei... Barueri, Carandiru e Avaré. Depois que eu fiz a coletividade, as coisas se acomodaram. Mas isso levou tempo. Percebi que os novatos entravam totalmente vulneráveis a essa prática. Eu cheguei na prisão totalmente vulnerável. Não era do crime, não era do mundo deles, já estava com a idade avançada. E a extorsão, em alguns casos, foram acompanhadas de tortura. Tortura psicológica e física...

Alguns presos, geralmente usuários de drogas, me torturaram com o objetivo de me forçar a pedir, aos meus familiares, dinheiro e uma série de coisas para levar para eles na cadeia: televisão, fogão, rádio... Nos primeiros meses em Barueri, eu não sabia se acordaria para ver o dia seguinte. Em algumas situações chegaram a colocar estilete na minha garganta para me ameaçar...

Foram momentos em que eu entrei em um estado de pânico... Quando se consegue sobreviver, essas coisas não saem da cabeça. Comecei a perceber que estava bem no fio da navalha. Para um indivíduo que está preso puxando 50 anos de cadeia, ter na conta mais um, três, cinco homicídios não vão mudar em nada, tudo lei dos 30 anos. Para matarem mais um é pá pum.

No Carandiru, a extorsão começou logo na primeira noite. Os presos começaram a perguntar sobre a minha vida pregressa no crime. Como eu falei que não tinha vida no crime nem nada, eles acharam que eu estava chegando sozinho. A extorsão começou ali. Queriam que a minha família mandasse televisão para eles, dinheiro e o caralho, chegasse junto com eles,

senão a cadeia iria ficar pequena. Uns papos tortos desse tipo. Se eu satisfizesse eles, a coisa não iria parar.

No dia seguinte, procurei os presos que vieram comigo transferidos de Barueri. Até então, eram as únicas pessoas que eu conhecia. Um tal Tizão era o cara mais indicado a procurar. E eu procurei.

– Ah é? Estão tentando te extorquir? Então deixa eu fazer um corre. Fica aqui no pátio esperando, depois te chamo.

Fiquei na minha. Tizão e uma série de amigos entraram na minha cela e encontraram os caras que queriam me extorquir. Fecharam a porta e ficaram conversando entre eles. Quando a conversa terminou, mandaram me chamar. A hora que eu entrei no barraco, aqueles malucos que tentaram me extorquir começaram a me pedir desculpa, dizendo que eu não tinha entendido direito o que eles estavam querendo, que não extorsão e pá. Como o ambiente iria ficar ruim, um dos amigos do Tizão me chamou para ir morar na cela dele, 410, onde fiquei até o meu último dia antes de ser transferido para Avaré. Só tinha piolho nessa cela, presos tirando 10, 15, 20 anos de cadeia. Os caras nunca mais deixaram ninguém me encher o saco ou mexer comigo.

Fui transferido sozinho para a Penitenciária de Avaré. Nos primeiros dias, aconteceu a mesma coisa: aqueles presos que geralmente eram usuários de droga logo perceberam que eu não tinha vida pregressa no crime... Com o agravante de que Avaré é segurança máxima. Ali só tinha líderes de facção e bandidos realmente perigosos. Eu, com a minha cadeínha já para vencer, fiquei à mercê deles. Também tentaram me pressionar... De eu fazer isso, fazer aquilo, de eu ter uma proteção lá...

– Se chegar junto, a gente não deixa nada te acontecer.

– Mas eu não preciso de proteção. Não tenho inimigos.

– Ah, mas você tá ligado... Inimigo pode aparecer a qualquer momento.

Eu vi gente morrer na cadeia na minha frente, e não pude fazer nada... Vi um preso segurando as próprias tripas com uma mão, enquanto a outra se estendia a mim. Se eu ajudasse, morreria junto... Até a cor dos olhos dele eu guardei na minha cabeça! Como apago isso da minha cabeça? E quando eu quero esquecer disso, a circunstância dos meios que a gente vive traz tudo de volta, diariamente... A memória é sempre presente... Não tem jeito.

É por isso que eu escrevi o segundo livro. Eu sou refém das lembranças! Não tem como esquecer... Não tem, porque o passado se faz presente, até em razão de tudo aquilo que a gente está vivendo hoje no país. Eu ligo a televisão e só vejo desgraça. Saio na rua, vejo viatura para lá, viatura para cá... Paro numa banca de jornal e só leio desgraça. Como se liberta desse jeito?

Como tirar da mente essa memória toda da violência? Não tem como tirar, não tem como se desligar disso... Às vezes eu gostaria de simplesmente apagar tudo o que eu passei nas cadeias.

No *Refém das lembranças*, relato situações que infelizmente faltaram no primeiro livro. O primeiro tem 182 páginas, e esse segundo tem 200 páginas. Queria que as pessoas lessem um depois do outro, para comparar. Mas agora preciso arrumar editora... Quero ver se, antes de morrer, eu consigo rodar esse segundo. Sempre ando com o original na minha pasta... Vai que alguma editora aceita.

Jornalista que é bom para arrumar editora... Eles têm acesso, são ligeiros. Infelizmente não tenho mais contato com nenhum. Eu até poderia tentar fazer o livro por conta própria, como eu fiz agora com o *Diário de um Detento*. Mas além de levar um recurso que eu não tenho, tem todo o problema de distribuição. Quando é feito por uma editora, eles distribuem para o país inteiro.

Mas é difícil, meu! Os caras conseguem fazer um livro de gastronomia, de buceta e o caralho, e eu com um assunto desses, de amplo interesse nacional, não consigo. Por que eu parei de dar palestra? Paga-se 20 mil reais para uma Lillian Witte Fibe falar de economia, 15 mil reais para o Arnaldo Jabor falar de cinema, e um assunto desse ninguém paga 500 reais...

Tenho argumentos e histórias para contar e escrever por três vidas. Toda história de cadeia tem o personagem da mãe ou da esposa. Que muita esposa abandona mesmo, não aguenta a vida de visita, que é pesada. Mãe, não... Mãe não desiste. O filho poderia estar tirando 30 anos, que a mãe não faltava um dia de visita! Aquelas senhorinhas, curvadas, cheias de sacolas com o jumbo. Quem tira cadeia mesmo é a família. O preso põe bermuda, chinelo e espera o tempo passar. A mulher faz limpeza para fora e o que mais for necessário para levar o jumbo no dia da visita.

Cada detento uma mãe, uma crença

Cada crime uma sentença

Cada sentença um motivo, uma história de lágrima

Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio

Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.

O que mais me emocionou nesse período da prisão foi ver os meus filhos entrarem ali. Embora sentisse uma saudade imensa deles, eu não gostava que eles fossem me visitar. Não era o lugar que eu queria que os meus filhos me vissem. Procurei poupá-los daquele ambiente.

Minha visita, de fato, sempre foi a minha esposa... Acho que nesses anos todos, ela nunca faltou num dia de visita. Ia até doente, caindo, desmaiando na fila.

Quando veio a minha condenação, falei para a Cláudia ir cuidar da vida dela. Oito anos e cacetada de condenação, meu... Que a mulher não merece passar por isso. O meu plano era ajudá-la com o nosso filho assim que eu saísse. Eu quis me livrar dela, mas não teve jeito, nem colocando vassoura atrás da porta.

Nos conhecemos na porta da minha loja no centro de Osasco. Ela estava passando um período na casa da tia, que era vizinha da minha loja, e eu notei que ela ficava passando na frente... Conversamos com a tia dela, ela me pediu para arrumar um emprego para a Claudia. Eu tinha um amigo que era dono de uma concessionária de carros. Conversei com ele, arrumei emprego para ela e a partir disso, começamos a nos relacionar. Hoje, até netos nós temos. Estamos juntos desde 1985...

Imagem 40 – Jocenir e Cláudia



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

Eu tive muita sorte por ter alguém como a Cláudia. Nos dias de visita, ela mal tinha saído do presídio e eu já estava escrevendo para ela. Às vezes, o horário da visita sequer tinha terminado, e eu dizia que já estava com saudade!

Minha mulher sofreu muito, foi humilhada, assediada... Ela era muito novinha na época e passou por uma série de situações... Quando eu fui preso, ela estava grávida de 8 meses. O bebê nasceu enquanto o pai estava na cadeia. Ela tinha vindo do interior para a capital solteira. Voltou para o interior anos depois com um filho no colo, sem falar que o marido estava na cadeia. Todo mundo se achou no direito de assediá-la. Até que começou a encher o saco, e ela disse que o marido estava no Carandiru porque matou um que tentou assediar ela. Aí os caras ficaram bonzinhos.

Em muitos momentos, nós contamos com a solidariedade de alguns presos que se tornaram inesquecíveis para nós. Fizeram por mim e pela minha família o que nenhum irmão de sangue fez. Maior carinho pelo Binho, meu! O Binho não era bandido. Um vagabundo bateu no irmão dele numa quermesse. Ele perguntou o revólver e matou o cara em público. Nos conhecemos no Carandiru. A minha mulher estava em uma situação muito difícil com o meu filho menor... Precisando fazer exames, sem dinheiro para nada. Binho mandou o irmão vender o carro e depositar o dinheiro na conta da Cláudia. Quando saiu em liberdade, disse que eu não devia nada, que Deus já tinha pago... Ele ainda tinha mais de 20 anos para cumprir, e por alguma razão, chegou o alvará de soltura. Foi solto em pleno dia da visita. Saiu junto com a namorada de mão dada, pela porta da frente... Vai explicar um negócio desse!

Outro companheiro marcante foi o Batatinha. Ele estava há 15 anos na Penitenciária de Avaré, e adorava o meu filho Renato, que ele chamava carinhosamente de Renatinho. Renato era bem pequenininho, veio prematuro. E o Batatinha adorava jogar bola com o Renatinho. Sempre ficava ansioso para a próxima visita. E chegou um dia que o Renatinho não foi. Estava tendo convulsões... O médico tinha avisado que o nascimento prematuro poderia ter sequelas no futuro.

A Cláudia estava desesperada. Precisava levar o menino a um neurologista, fazer uma série de exames e não tinha um real. No final da visita, o Batatinha pediu para a Cláudia falar com uma funcionária do presídio, que já estava tudo acertado: ele estava dando todo o pecúlio dele. O Batatinha passou mais de uma década costurando bola, às vezes mais de mil bolas por semana. E deu todo o dinheiro para a minha mulher. Puta que o pariu... Qual familiar teria um gesto desse?

Em Avaré, teve um preso que eu dividi cela, do primeiro dia que cheguei ao dia que sai. Mais de um ano dividindo o mesmo quadrado. Cela individual, mas morávamos ele e eu. Como eu cheguei depois, dormi com colchão, e ele dormia na cama. Esse cara foi um puta amigo. Me ajudou, me deu apoio... Irmão que fez por mim o que poucos fariam. Nunca mais tive notícias.

O nome dele é Leonil Dias de Oliveira. Ele ficou muito famoso no noticiário por ter sido o primeiro autor de sequestro seguido de morte no Brasil, que configura o crime de latrocínio.

Foi um esquema que terminou errado, e a conta sobrou para muita gente. Leonil era um homem profundamente envolvido com o crime. Muita fita que ele fazia era acobertada por alguns policiais, que aproveitavam para tirar o seu. Chegou um momento em que outros policiais descobriram o esquema, e resolveram extorquir o Leonil. Pediram 1 milhão de dólares para engavetar os B.Os, e deram um prazo para o Leonil arrumar a grana. Para não ir em cana, ele planejou sequestrar o dono da Morumbi Motor.

Porém, durante o sequestro, um dos parceiros envolvidos na operação matou o empresário. Não estava no esquema matar o empresário! O plano era receber o dinheiro e soltar o cara. Só que mataram o empresário, e aí fodeu. Foi todo mundo para cadeia: os policiais, o delegado envolvido... O Leonil foi condenado a 30 anos. Ficou com o rabo cheio de cadeia para tirar. Era um homem extremamente culto, mas caiu no crime. Ele não poderia imaginar que outros policiais acabariam com o esquema de cobertura.

A gente vivia o dia-a-dia da cadeia curtindo as coisas da época. Tínhamos a mesma faixa de idade, e ficávamos lembrando das propagandas e dos programas de televisão. Passávamos dia e noite assim, lembrando das músicas da época da gente, dos bailinhos. Nossa senhora...

Às vezes, o bicho estava pegando nos confrontos entre as facções, principalmente entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Democrática de Liberdade (CDL). Os caras trocando faca e o caralho, e o Leonil sempre me protegia.

– Fica dentro da cela que eu fico aqui fora vigiando.

Todas as pessoas que ajudaram a minha família foram pessoas sem nenhuma ligação sanguínea. Não eram meus parentes, não eram meus primos. Sinto zero saudade da cadeia, mas a consideração dos presos e o cuidado deles comigo foi um negócio que eu não vivenciei nem aqui fora.

No Carandiru, embora tivesse boas relações, não tive nenhuma amizade semelhante como a que eu tive mais tarde com o Leonil. Na Detenção, uma coisa que me ensinaram é que se ouve tudo e não se acredita em ninguém. Por mais que a pessoa demonstre amizade, se for preciso, ele entrega a tua cabeça para salvar a dele. Eu procurei ser amigo de todo mundo, mas ao mesmo tempo tinha sempre o meu pé atrás, porque na cadeia o bicho é louco. A cadeia muda a todo instante, e as pessoas mudam com ela. O ritmo e o proceder são mutáveis. Cada dia era um dia diferente.

Quando se está dentro da cadeia, a confiança é questão de sobrevivência: viver ou morrer. Uma palavra dita em determinado momento pode te levar ao mais alto conceito na malandragem, ou pode decretar a sua pena de morte.

Minha palavra de honra me protege

Pra viver no país das calças bege.

O negócio era confiar em mim mesmo. Minha cabeça era falar o menos possível e ouvir o máximo possível; levar a minha vida sem confusão, esperando o dia de sair. Agora, isso dependia de ter boas amizades, conversar bem, fazer uma coletividade... Mas abrir a minha alma para as pessoas, isso eu nunca fiz. Como acredito que muita gente também não tenha se aberto.

Lembro certas coisas que não tem nada a ver com nada...

Como me esquecer daquela moto que passava na frente do Carandiru todos os dias, no mesmo horário? A muralha do campo do pavilhão dava direto para a esquina da Av. Gel. Ataliba Leonel com a Av. Cruzeiro do Sul. Todo dia, um passava por ali com uma puta moto: vrum, vrum, vrum. O farol está fechado. O piloto continua provocando com o ronco do motor. Acho até que ele fazia de propósito... E eu lá do outro lado da muralha, viajava na garupa... Todo dia eu esperava por ele. Colocava as mãos e a orelha no muro. Agora, somente 20 centímetros me separam da moto. O farol abriu. A moto partiu a 60km, depois 90, depois a esticada, chega a 120! Vrum... A moto já está na casa do caralho. Nossa Senhora! Amanhã terei a mesma viagem.

Algumas histórias chegam a ser engraçadas. Na real, são todas tristes, mas certos episódios se tornaram cômicos quando relembro. As minhas lembranças estão cheias de momentos assim. Se escrever, vira livro de piada.

Os presos cortavam lençóis e fabricavam cordinhas chamadas de teresa. No Carandiru, se jogava a teresa pela janela, que ia parar lá na cela do andar térreo. A teresa ia do quarto ao primeiro andar. E naquela cordinha improvisada, os caras de baixo amarravam as coisas: droga, cigarro, comida... E até banana. Quando alguém sinalizava com um leve puxão, se puxava a teresa de volta. Num dia, o cara da cela jogou a teresa lá embaixo, puxava e o negócio não vinha. Puxava e não vinha. E não podia puxar com muita força, porque é pano. Até que enfim cutucaram, sinalizando que podia puxar de volta. Na hora que a teresa subiu, puta que o pariu... Chegou um tênis cheio de merda dentro! Na hora que ele puxou o tênis, a merda veio toda na cela. Aquele cheiro de bosta, um calor...

Os agentes penitenciários pegaram para zoar e encheram o tênis de bosta. Depois, os mesmos agentes subiram na cela.

– Ô, seus bostas. Pensam que a gente não está vendo vocês jogarem o bagulho? O que vocês iam pegar? É droga?

– Não, senhor... O mano lá do primeiro ia arrumar umas bananas para nós.

– Nós vamos descer. Se não tiver banana lá embaixo, vocês vão todos para o caralho.

E o medo de chegar lá na cela e não ter uma banana? Não teria, lógico. No meio da semana, de onde sairia banana? É foda... Situação do caralho. Não sei o que fedia mais: o tênis em si ou a merda.

Tinha um mano em Barueri que estava tirando um montão de cadeia. Ninguém se atrevia a mexer com ele. 6hr da tarde, celas trancadas. Ele se colocava a orar em voz alta:

– Oh, Senhor! Obrigado pelo milagre da vida, Senhor!

Eu e os outros caras só ouvindo. Silêncio absoluto.

– Oh, Senhor! Eu prometo que, saindo daqui, só mais duas fitinhas e já era.

E chorava! Se emocionava tanto na oração que chorava. Vai rir para ver se o cara não matava! Vai falar diferente com ele para ver... Eu enfiava a cabeça no travesseiro para abafar a risada.

Outro dia, conversando com os presos, qualquer assunto banal, falei que o nome do Papa João Paulo II é Karol Wojtyla.

– Porra, Tiozinho! Karol é nome de mulher! Você acha que vão colocar nome de mulher no papa?

– Não, pô... Na Polônia, Karol também é nome de homem.

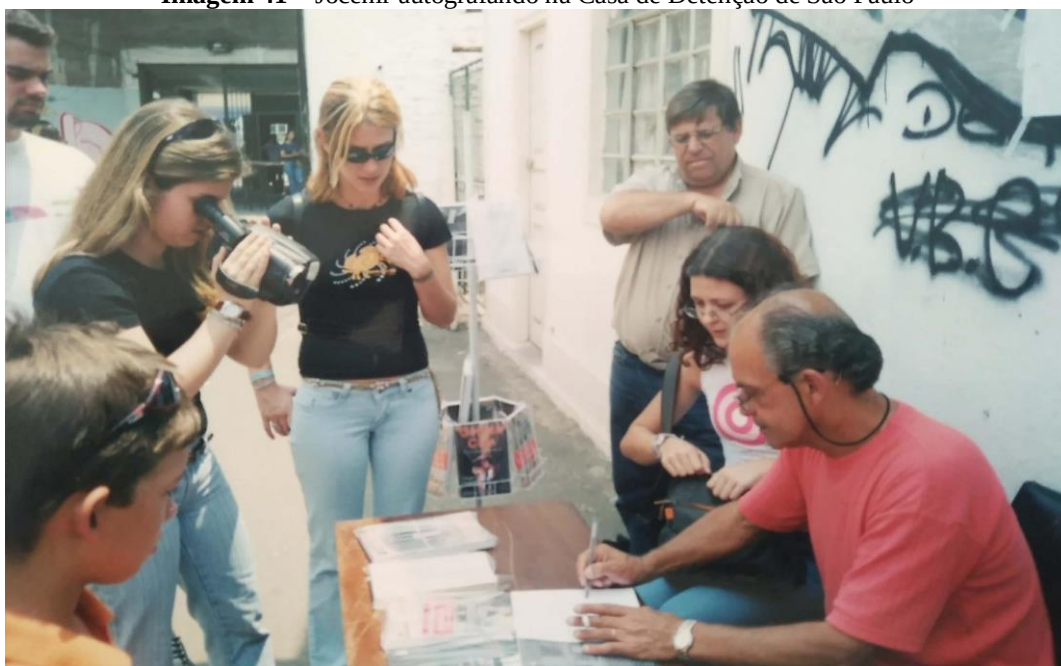
– Ô, sangue bom! Se liga nessa história. Vai, Tiozinho, fala que o papa é bicha.

– Porra, não tem nada a ver com bicha. É o nome do cara.

O assunto mais besta escalava para discussões coletivas. Não dá para esquecer essas coisas. No fundo são histórias tristes... Revelam a ignorância da massa carcerária.

Dias antes da desativação do Carandiru, a cadeia estava aberta para visitação do público. Chegavam  nibus de todas as partes do Brasil. Conversei com os funcionários, e eles me deixaram vender o meu livro, então recém-lançado, do lado de fora da Detenção. Os funcionários cantavam a minha bola, afinal, ninguém melhor do que um egresso do sistema para falar sobre a cadeia. Me colocavam na fita. Eu vendia livro para o ônibus inteiro.

Imagem 41 – Jocenir autografando na Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

Mas é cada situação que a pessoa desacredita. Eu já disse que eu tinha uma mesinha de camelô, dessas que montam e desmontam. Numa das vendagens no Carandiru, deixei os livros na mesa, o banner e pedi para a minha mulher ficar vendendo, enquanto eu acompanhava o pessoal dos ônibus na visita. Fui subindo os andares, mostrando aos visitantes aquelas celas sujas, explicando como a cadeia funcionava... E uma penca de mulher com fetiche de cadeia!

– Vai, me agarra! Tô louca para sentir o clima da cadeia.

Tanto absurdo que eu vi! As mulheres vinham de longe, entravam naquele lugar sujo, escuro, fedido, e aquele cenário mexia com elas. Elas achavam que entrariam na cadeia e viriam homens com braços para fora das grades, sedentos para foder com elas. E não era nada disso. Mas elas queriam aproveitar aquele momento, reviver a cena e ser agarradas. Depois que eu contei essa história para a minha mulher, ela, sabida, começou a vir comigo.

Por que a pederastia acabou nas cadeias? Porque tem mulherada de sobra no dia da visita! O que tem de mulher que procura preso em cadeia não é brincadeira. Se o cara está solteiro, arruma uma mulher rapidamente. Uma amiga da amiga da amiga te traz uma amiga, de modo que ninguém fica sem mulher na cadeia. Antigamente reinava a pederastia. Presos branquinhos, sem pelos no corpo eram disputados na faca. Mas hoje, a mulher só faz uma ficha normal de acompanhante e pronto... Ela tira a carteirinha e te visita. Eu conhecia preso que tinha duas mulheres, uma para cada semana.

O perfil dos presos da Penitenciária de Avaré era de homens que não residiam na região. Geralmente, a família não conseguia visitar. Mas as irmãs evangélicas conseguiam. Cabelão

arrastando no chão, bíblia debaixo do braço. Entravam tudo bonitinho, orando e o caralho. Na hora que a porta da cela fechava, viravam as maiores putas. Escutava-se berros.

– Tiozinho, as irmãs estão abençoadas!

Se contar isso, ninguém acredita.

Quando eu cheguei na cadeia, comecei a sentir uma saudade esquisita: um taco de madeira solto no chão de casa. Todo dia, ao chegar em casa do trabalho, eu tropeçava no taco e ficava furioso. E na cadeia eu comecei a sentir falta do taco! Algo tão estúpido! Aquele taco era sinal de estar em casa. Memória é um bicho esquisito...

Lembro exatamente do dia que a liberdade cantou: 13 de novembro de 1998. Inesquecível... É onde mora a parte emocional da minha memória. Foi coisa da minha mulher... Ela arrumou um novo advogado, amigo do meu sogro. Eu estava desacreditado, pois já tinha ouvido de muitos advogados anteriores de que eu seria solto. Perdi tudo o que eu tinha pagando advogado, e não seria um desses de favor que conseguiria me tirar. Mas a Cláudia insistiu, e eu autorizei o doutor a acessar o meu processo. Depois de duas horas no fórum, ele voltou na Penitenciária de Avaré para conversar comigo.

– O que você está fazendo aqui? Você ganhou indulto natalino no ano passado, concedido pela dona Ruth Cardoso! Se até amanhã você não for solto, a cabeça do juiz vai rolar.

Essa ladainha de “cabeça de fulano vai rolar” já era história batida. Mas, aconteceu mesmo. Minha mulher estava certa. A Primeira Dama me deu o indulto de natal, e eu tirando cadeia em presídio de segurança máxima, regime fechado... Fiquei indignado pela incompetência das autoridades jurídicas, mas feliz por finalmente estar saindo.

Ali em Avaré, eu tinha feito a coletividade com todo mundo. Quando chegou a notícia do meu alvará, a cadeia parou... O diretor de disciplina disse que eu só sairia da cadeia trancada. Eu só seria solto quando todos estivessem na cela. Nesse tempo, dei roupa para um, televisão para o outro. Sai da cadeia somente com a roupa do corpo.

A Penitenciária de Avaré é uma grande reta. São galerias de cimento a sumir de vista. Conforme eu fui passando, com um agente de cada lado, os presos começaram a bater a canequinha. Aquele barulho ensurdecedor, ecoando pela galeria, chegava a assustar... Em cada porta que eu parava, os caras me falavam alguma coisa.

– Vai com Deus, Tiozinho.

Emocionante demais... Quase todos não viriam a liberdade tão cedo, porque estavam na lei dos 30. Os manos tudo de facção, e os caras gostavam de mim pra-ca-cete! A emoção que deu de ver todo mundo com os rostos nos guichêzinhos das portas:

– Tiozinho, não esquece da gente, não!

Eu não poderia esquecer. Na hora que passei da portaria, estavam a minha mulher, a minha cunhada e os meus filhos... A Cláudia, maluca, soltando rojão, e os PMs na muralha só de olho naquela barulheira. E a minha cunhada? Me esperando com latinha de cerveja. Foi só eu sair que começou a chover. A minha cunhada estava dirigindo o golzinho dela.

– Entra no carro, Miro!

– Vai na frente. Me deixa andar a pé um pouco. Quero caminhar até sentir que não existem mais muralhas na minha frente, ou nas minhas costas.

Conforme eu caminhava, tirava alguma peça da roupa do presídio. Fui ficando quase nú, e deixando a roupa dentro da muralha. Olho para a frente, e me deparo com um arco-íris, como uma pintura divina. Nossa Senhora... Aquele solzão, chuva caindo e arco-íris... Tinha que ter um filme dessa porra.

Depois de solto, por muitos dias eu fiquei acordando no meio da noite achando que ainda estava na cadeia. Acordava suado, todo assustado. Tanto os primeiros dias na cadeia quanto os primeiros dias na liberdade são chocantes. É como piscar e, de repente, estar em um ambiente totalmente diferente. Eu levei um tempão para perceber que eu não estava acordando em uma cela... As torturas, as dores da solidão, os gestos de bondade. O homem nunca é o mesmo depois da cadeia.

Imagem 42 – Jocenir antes da prisão



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

3.2. CLÁUDIA EMÍLIA CHALÓ PRADO

Quando começou e quando terminou a entrevista com Cláudia?

Seria possível definir, com relativa precisão, os momentos de gravação: 3 e 17 de janeiro de 2022. Seria redutor, contudo, limitar a extensão de nossas conversas apenas aos instantes de registro.

Conhecemo-nos em 2018, na ocasião em que entrevistei seu marido, Jocenir. Suas intervenções ao longo da entrevista não eram comentários acessórios, complementares a um enredo centrado exclusivamente no preso. O que se explicitava ali era um ponto de vista distinto, de quem vivenciou o cárcere do outro lado do muro. Naquele mesmo espaço em que nasceu o *Diário de um detento*, emergia o *Diário da visita*, até então silenciado.

As participações de Cláudia durante a entrevista com Jocenir foram tantas que, em determinado momento, perguntei se ela não gostaria de ser entrevistada. Cláudia dizia-se incapaz de lembrar o passado sem sofrimento; as lembranças a faziam chorar, razão pela qual sua história permanecia guardada como um segredo. Algo, porém, se deslocou até o encerramento da entrevista com Jocenir, quando ela me confidenciou, à boca miúda: “É, meu amigo... ele passou por um cárcere, e eu passei por outro...”. Fiz silêncio. Cláudia, que sofria de muitas memórias e pouca escuta, pareceu intuir que talvez fosse necessário falar e pediu que eu religasse o gravador.

Sem saber exatamente o que esperar, compreendi, no olhar de Cláudia e no tremer das mãos ainda molhadas das roupas lavadas, que perguntas seriam não apenas desnecessárias, mas descabidas. Quantas dores ela guardava consigo. Traumas acumulados fizeram da entrevista um encontro fragmentado, marcado por longos silêncios e argumentos dispersos, enunciados por uma voz trêmula. A comparação com as habilidades narrativas de Jocenir, que permanecia presente, foi constante. Para Cláudia, contar histórias era coisa do marido, ainda que, ao mesmo tempo, dissesse a si própria que também tinha uma história a contar. Por intuição, sustentei uma postura afirmativa, o que se mostrou adequado.

Apesar de alguns avanços significativos, Cláudia sofria ao se cobrar “colocar tudo para fora”, e concordamos em encerrar a entrevista. Paralelamente, eu me interrogava sobre o meu papel naquela trama familiar e sobre o que esse outro fizera de mim. Já não era apenas a figura do pesquisador ou do jornalista movido por interesses editoriais, mas alguém cuja disposição para a escuta se aproximava da expectativa de uma possível cura pela fala. Sobretudo, Cláudia fez de mim um mediador para que experiências íntimas, como assédio sexual, revistas vexatórias e humilhações dentro e fora dos presídios, chegassem ao marido, que a tudo escutava

e respondia. Encerramos a gravação sem imaginar que só voltaríamos a nos falar quatro anos depois.

O falecimento de Jocenir, em dezembro de 2021, foi o acontecimento determinante na vida recente de Cláudia e também o novo eixo da nossa relação de colaboração. Por iniciativa dela, passamos a nos telefonar com frequência. Havia, sem dúvida, algo de terapêutico na escuta que se estabelecia, embora eu me esforçasse em manter limites éticos claros. Após madrugadas de longas conversas, Cláudia cogitou ser entrevistada. A recorrência da frase “eu preciso falar” tornou-se senha das mutualidades que se firmavam entre nós.

Marcamos a entrevista para o dia 3 de janeiro de 2022. A chuva forte, ainda que criasse uma atmosfera melancólica, compôs o cenário para a tentativa de elaboração do luto, sempre incompleta. Foram três horas de gravação, dedicadas quase integralmente às circunstâncias da morte do marido. Para Cláudia, contudo, não bastava. Ela desejava narrar sua história com Jocenir, detalhe por detalhe. Para isso, precisava, antes, enterrar Jocenir.

Nas duas semanas seguintes, continuamos conversando regularmente por telefone. Nessas ligações, procurei não ser mais do que um ouvinte atento ao seu luto. Cláudia insistia que ainda havia muito a ser contado. Foi impressionante acompanhar sua reorganização subjetiva. Agora, posicionava-se como a única pessoa capaz de lembrar a vida do autor de *Diário de um detento*. Ao revisar antigas anotações de caderno de campo, percebi nitidamente a mudança: aquela mulher que antes evitava relembrar as situações de visita tornava-se, no próprio ato narrativo, sujeito autorizado de uma história relevante do sistema prisional paulista.

Marcamos uma nova sessão de gravação para o dia 17 de janeiro. Como símbolo dessa nova lógica que organizava seu tempo íntimo, um banner com a capa do livro *Diário de um detento* estava estrategicamente posicionado na garagem da casa. Cláudia havia preparado um cenário para ser entrevistada. Sobre uma pequena mesa, estavam dispostos o maço de cigarros, o cinzeiro e o gravador. Embora a memória do luto ainda predominasse, conseguimos organizar os acontecimentos determinantes de sua experiência como visitante nos presídios. Iniciava-se, assim, a escrita de seu *Diário da visita*, sem o qual o *Diário de um detento* não se sustenta.

Durante uma pausa para o café, Cláudia comentou que guardava caixas com os pertences de Jocenir, nas quais não tocara desde o falecimento. Documentos pessoais, contas e, então, os manuscritos do livro não publicado surgiram desordenados. Eram muitos papéis, fora de sequência. Aquele conjunto desvelava o sentido de um projeto interrompido, de um livro que não foi, disperso em folhas amassadas. Sugeri que fossem guardados e preservados. Não parecia viável supor a continuidade imediata da publicação; a luta de Cláudia era a da sobrevivência cotidiana. Das caixas empoeiradas, ela escolheu algumas fotografias para compor sua história.

Na etapa de conferência do texto, Cláudia corrigiu poucos detalhes pontuais, como datas e locais. Como consagração da relação de colaboração, disse-me que a entrevista era um presente e que nada acontecia por acaso. As gravações se encerraram, e as ligações, antes frequentes, tornaram-se mais espaçadas, sem que tenhamos deixado de nos corresponder. Por adentrar a vida de quem fala e de quem escuta, a história oral segue surpreendendo.

Ele viveu um cárcere, eu vivi outro

Imagem 43 – O diário de um detento e o diário de uma visita



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Esse cárcere da visita, só a gente que passou sabe o peso. Quem se lembra da mulher do preso? Enquanto o meu marido estava lá dentro, tirando os dias dele, aqui fora eu também estava tirando a minha cadeia. Só que, diferente dele, eu me calei por muitos anos... Foi uma prisão silenciosa. Hoje eu percebo o quanto o meu silêncio me fez mal...

Muitas mulheres têm receio de falar de cadeia. É um assunto delicado para a gente. Durante uma visita não se pode falar uma palavra errada. Não é somente o detento que precisa se preocupar com o momento de falar e de falar as palavras certas. As visitas também passam por isso! Então muitas se calam por medo. Hoje eu não tenho mais medo.

Nunca pensei em escrever um livro sobre a minha história. Acho que eu não tenho toda aquela cultura que o Josemir tinha. Mas eu também tenho histórias de cadeia. Eu queria dizer tanta coisa! Hoje eu percebo que isso me fez mal. Dependo de remédio para dormir e remédio para acordar. Quero colocar muita coisa para fora. Quem sabe assim eu não melhoro? Quem sabe se eu lutar pelo sonho dele de publicar o segundo livro eu não melhoro?

Antes da morte dele, eu nunca quis falar de cadeia. Esses assuntos me faziam reviver tudo de novo e eu logo começava a chorar. Agora que ele se foi, tudo é diferente. Parece que estou tomada por uma força que só Deus é capaz de saber! A minha história daria uns dois livros, assim ele me dizia.

A história de Jocenir e Cláudia... Até que fica bonito falar assim. Antes da prisão, o Josemir era chamado de Miro por alguns amigos. No Carandiru virou o Tiozinho. E depois do Diário de um detento, o Jocenir. Na nossa intimidade, ele sempre foi o meu amorzinho, que eu abreviava para mozinho. Ele me chamava por dois nomes: Baixinha ou Carminha, aquela personagem da novela Avenida Brasil. A nossa vida era assim, Mozinho para cá, Baixinha para lá...

Eu não tenho nenhuma pretensão com a minha história, além de ajudar alguém. Sempre escondi tudo de todos. O Jocenir já foi entrevistado inúmeras vezes. Eu nunca quis falar. Até hoje eu me lembro das situações. Parece que a cada lembrança eu revivo tudo. Eu fiquei surpresa com a naturalidade dele em falar da cadeia sem se emocionar. Ele sabia lidar com a emoção.

– Baixinha, você coloca a sua emoção nas palavras. É por isso que você não consegue falar.

Se eu puder ajudar com essa minha história! Homem sempre tem muita visita. As mulheres não abandonam. Vou te falar que eu sei fazer um belo crochê, e isso pode servir de renda para muitas famílias. É uma pena que eu fui aprender crochê depois do período de cadeia, senão teria ensinado muitas mulheres necessitadas. Não que estivesse sobrando linha e tecido. Mas um tapete de rebarbas logo se converte em um maço de cigarro para o seu companheiro que está preso.

Que não é só visitar, ou pagar a passagem. A visita também tem o custo do jumbo e do cigarro! Eu nunca fui visitar de mão vazia. Quando eu tinha condições até levava um pouquinho a mais para ele dividir com outros presos, porque sempre que eu precisei tinha um anjo de Deus para suprir as minhas necessidades. E não foram poucas as vezes que eu fui visitar com fome...

Não sei se foi carma ou destino, mas conhecer o Josemir foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Nos conhecemos na cidade de Osasco, em 1984. Nessa época eu morava em São Manoel, que é a minha terra natal. Eu tinha ido morar com a minha tia Rosinha por uma temporada, e a casa dela era vizinha de uma loja de materiais elétricos: a Osasluz. E adivinha quem era o dono da loja? O Josemir! Eu sempre passava em frente a loja com um vestidinho rosa que eu amava. Enquanto eu passava, escutava um dos quatro funcionários da loja falar pra ele:

– Olha lá, é aquela moça do vestidinho rosa de novo!

Só que ele não me dava bola. Até que em um sábado atrasou uma entrega dele e assim começamos a conversar. Muitos anos depois, ele me confidenciou que atrasar aquela entrega foi a melhor coisa que aconteceu na vida dele. Nossa, como eu fiquei boba! Mas olha, era uma conversa entre amigos... Não tinha nada demais. Mas nessa de ir se conversando na porta da loja, ele me arrumou um emprego na antiga Ricardo Veículos, uma agência ali em Osasco. A minha preocupação era de não dar conta do serviço e sobrar para ele, já que eu não tinha estudo. Mas as coisas fluíram. Fui fazendo o meu trabalho, sossegada. Comigo empregada, acho até que ficamos mais próximos.

Ah! Me lembro como se fosse hoje do nosso primeiro encontro. Ele comentou com a tia Rosinha que iria a um coquetel, e perguntou se poderia me levar. Eu tinha 17 anos e, veja só, ele tinha 34! A tia Rosinha era um doce de pessoa, e disse que só dependia de mim. Mocinha do interior, eu não fazia ideia do que era um coquetel, do que servia, ou como deveria me vestir. Como segurar a taça e usar o guardanapo? Fiquei super insegura... Diferente de mim, achava o Josemir o homem mais elegante do mundo.

De tudo isso ele tinha consciência, principalmente de que eu era uma moça do interior, novinha de tudo. Escondido de mim, ele deu um dinheiro para a tia Rosinha e pediu para ela me dar um banho de loja.

– Dona Rosinha, leva a Cláudia no melhor salão de cabeleireiro, compra o melhor vestido, que eu quero essa loira do meu lado.

Nossa, eu me senti aquela mulher do filme *Uma linda mulher*. Quando ele me viu toda produzida, um mulherão dessas de parar o trânsito, e não aquela menininha sempre com o mesmo vestidinho rosa, nossa, foi um impacto! Não vou negar... Eu estava realmente muito bem arrumada. Quando chegamos no coquetel, todos os olhares eram direcionados para mim. Só que eu estava super perdida. Eram taças, guardanapos enrolados, tudo chique, e eu não sabia o que fazer. E quando fui acender um cigarro? Apareceram magicamente 20 isqueiros na minha frente! A última coisa que eu queria era causar algum problema para o Josemir, causar ciúmes, confusão... Mas ele não achou ruim, não. Acho até que gostou de me ver parando o coquetel.

Imagem 44 – “Eu e a minha mãezinha quando o Josemir foi conhecê-la - São Manoel”



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

E assim nós começamos a conversar diariamente, sempre às vistas da tia Rosinha. Sei que foram uns cinco meses até ele me pedir em namoro. Uma vez, ele mandou fazer uma roupa toda de couro para mim. A bota era a coisa mais linda, toda dourada. E eu tinha um cabelão enorme. Conforme a gente passeava num shopping, as pessoas iam parando só para me olhar. Nossa, ele me produzia inteira! Eita homem para gostar de coisa boa! Olha, eu tenho três filhos homens. Se depender deles, eu me visto tampando todo o meu corpo. Com o amorzinho era diferente. Ele me comprava as melhores roupas! Ele tinha orgulho de mim, e não media esforços para me apresentar.

Essa temporada na casa da tia Rosinha foi a melhor fase da minha vida. Antes de conhecer o Josemir eu vivia como se faltasse um pedaço. Posso dizer que ele será o meu eterno namorado. Nossa vida juntinhos foi a melhor que eu poderia ter tido. Se eu pudesse viveria tudo de novo, mesmo com todas as dificuldades e as situações que passei em cadeia.

Um dia muito marcante foi o dia do nosso casamento. Eu estava linda, com um vestido todo azul. Estávamos no cartório e depois iríamos encontrar os convidados na nossa festa. Quando percebemos, estávamos só nós dois no cartório... O mundo sumia quando estávamos juntos. Fomos entrar no carro, um Gol bolinha, e nada do danado dar partida. Pensamos: vamos ter que empurrar. Mas estava uma chuva de cair o mundo! Olhamos um para o outro e dissemos juntos:

– Bora? Bora!

Nos molhamos inteirinhos! Depois, outro problema: o banco do carro estava quebrado! O jeito foi improvisar. Acredita que o Josemir foi segurando o encosto do meu banco para não cair, do cartório até a festa? Nossa, quando chegamos na festa contamos essa história e rimos tanto!

Imagem 45 – “O nosso casamento”



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

No começo do nosso casamento, a minha relação com a família dele foi meio difícil. Todo mundo achava que eu estava com ele por causa do dinheiro, o que não é verdade. Eu trabalhava, tinha o meu pagamento, tinha o meu carro. Inclusive, houve uma época em que pude colocar o meu filho para estudar em uma escola particular... Eu nunca dependi do dinheiro dele. Por 14 anos eu tive uma loja de crochê, e eu dava aula! Cheguei a ter mais de 40 alunas. Tanto foi assim que ele faliu e veio morar comigo, 2 meses antes de ser preso.

O tempo foi passando e eu me tornei muito amiga da ex-exposa dele, Amanda. A gente se ligava com certa frequência. O meu filho Gabriel até dormia na casa dela! Infelizmente ela adoeceu e foi tudo muito rápido. Que Deus a tenha! Ela faleceu em um mês de novembro, e a minha mãe logo depois, em dezembro.

Hoje eu sinto que está me faltando um órgão. No dia 1º de dezembro de 2021, o Josemir nos deixou. Quer dizer, me deixou... Sofreu uma parada cardíaca por conta de um quadro grave de anemia. Estou muito ferida... Quando perdi a minha mãezinha, adoeci muito, entrei em

pânico, passei a depender de medicamentos, mas nada se compara a essa dor que estou sentindo agora.

Antes eu achava que o meu cárcere tinha sido a pior história da minha vida. Ser assediada, dormir em porta de cadeia embaixo de chuva, acordar com cachorro lambendo o meu pé... Não foi nada disso. A coisa mais difícil foi ouvir do médico que perdemos ele... As palavras do médico que me disse - perdemos ele, dona Cláudia - foram mais duras do que as palavras do juiz que o condenou a 8 anos e 3 meses. Ele sobreviveu a tanta coisa! Quase morreu espancado na Cadeia Pública de Barueri, e também durante a transferência para o Carandiru. Mas dessa vez...

Só Deus sabe o que eu passei com o meu amorzinho nos seus últimos dias de vida. Ele estava com anemia crônica, e tinha infartado pela quinta vez. É verdade que ele infartou quatro vezes naquele dia, mas eu sei que o que matou o meu marido foi a anemia. Ele não estava produzindo sangue. Só Deus sabe o quanto lutei para conseguir mais bolsas de sangue. Cumpri o que eu havia prometido: até que a morte nos separe. E assim foi.

Batalhei por ele até o último suspiro. E mesmo morrendo, a preocupação dele continuava a ser comigo... Sempre. Lembro que uma das últimas conversas que tivemos foi sobre o segundo livro dele, que esse seria a virada para a nossa independência. Eu já havia pago aqueles últimos 2 meses de aluguel com o dinheiro da música, mas o sonho dele era me ver com uma casinha própria.

Na UTI do hospital em que ele veio a óbito, naqueles últimos dias, ele me chamou com muita urgência, questão de vida ou morte. Mesmo sem conseguir falar direito, repetiu nervosamente: - papel e caneta, papel e caneta! Era a senha para receber um dinheiro do livro *Diário de um detento*... Tudo o que peço a Deus hoje é ter forças para rodar o segundo livro. E, sinceramente, não é com o dinheiro que eu me importo. É pela memória dele. Mas... Eu queria um conforto para lutar pelo projeto dele.

Eu peço muito a Deus para sonhar com o meu amor, mas não consigo... Ele mesmo me dizia que eu era sensível, a ponto de sonhar com coisas que iriam acontecer. Eu nunca gostei dessas coisas... Respeito o espiritismo, que era a crença dele, mas essa não é a minha fé. Sou evangélica, e nós nos respeitamos mutuamente... Esses dias eu sonhei com ele pela primeira e única vez depois de sua morte. Era um lugar lindo! Ele estava feliz, sabe... Só que eu dei uma bronca nele:

- É... Você disse que iria ficar comigo e me deixou sozinha.
- Baixinha, eu ainda vou voltar a ficar com você!

Pode falar o que for do meu marido, mas ele tinha um coração enorme. Ele não falava um “não” para ninguém. Até mesmo um vendedor de pano de prato aqui da região sentiu falta dele. Uma vez esse vendedor de pano de prato estava sem gás em casa, e abordou o meu amorzinho pedindo para ajudar a inteirar o valor que faltava. Pois o Josemir deu o dinheiro todinho do gás e nem fez questão de levar os panos de prato. Vai vendo o tamanho do coração desse homem!

Mas ninguém é perfeito, não. Às vezes ele era grosso no modo de falar. Quando tinha que dizer não aos filhos, era a palavra final. Mas isso é da criação dele. E um detalhe importante: depois do cárcere ele se tornou outra pessoa. Porque na cadeia o preso tem os seus afazeres diários, como limpar o barraco e fazer a comida. Antes de ser preso, ele nunca tinha pego uma vassoura para varrer a casa ou uma bucha de lavar a louça. Pois quando ele foi solto não deixava um copo em cima da pia! Inclusive, a gente começou a cozinhar juntos. Esse é o meu Jocenir, aquele que eu gosto de lembrar.

As pessoas precisam saber que o Jocenir foi um homem que parou na prisão porque estava no lugar errado, na hora errada. Eu queria gritar, berrar para provar a inocência dele. O que mais me magoou quando veio a condenação foi que a família dele sabia que ele não tinha nada a ver com aquelas mercadorias contrabandeadas. Isso me doeu muito. Lembro como se fosse hoje do dia em que eu fui levar o papel da condenação para ele, lá em Barueri. Como dar uma notícia dessas?

– Veio uma penca de anos, amor... Mas não vamos desanimar, não. Todo mundo sabe que a carga não era sua. Vamos lutar para provar a sua inocência.

Mas quando ele viu o papel, e aqueles 8 anos e 3 meses, o semblante dele mudou na hora.

– Nossa, para, meu! Nem precisa vir me ver mais. Você é muito nova para aguentar tantos anos. Pronto, Cláudia. Estou dando liberdade para você ir embora. Segue com a tua vida.

E eu, teimosa e louca por ele:

– Se você quiser que eu fique, eu ficarei. E se você não quiser que eu fique, eu ficarei do mesmo jeito.

– Mas você tem coragem?

– Deus vai me dar força e coragem. Acho que serão muitos obstáculos, mas o amor que sinto por você torna tudo suportável. Estou preparada.

O meu marido tinha acabado de ser preso na Cadeia Pública de Barueri. Naquele momento eu não fazia ideia do que estava por me esperar. A história que estaria por vir parece até ficção.

Eu era moça de tudo, menina do interior que foi para São Paulo, voltou para São Manoel com um filho no colo, outro na barriga e o marido preso! Eu tive um problema muito sério com o Renato, o meu filho mais velho. Ele nasceu prematuro, de seis meses. O Renatinho nasceu sem unhas, sem cabelo, sem sobrancelhas. Tive um descolamento de placenta... Mas até aí eu segurei as pontas porque o Josemir estava comigo. Só que o médico tinha nos avisado que mais para frente o Renato poderia ficar com alguma sequela.

Quando o meu marido foi preso, a gente já tinha o Renato e eu estava grávida de oito meses do Rafael. Foi bem nesse período que o Renato começou a sofrer convulsões. As creches não aceitavam crianças com convulsão. Daí eu já não conseguia mais trabalhar porque não tinha quem cuidasse do meu filho. Depois eu fiquei grávida do caçula, o Gabriel, enquanto o amorzinho estava preso. Foi uma outra luta porque o Gabriel precisou ficar internado por quatro meses logo que nasceu. Fiquei firme.

Enquanto o Josemir estava preso, eu vivia fazendo mudança de casa, porque sabia que não tinha condições de pagar o aluguel. Eu vivia esperando a ordem de despejo... Me mudei 48 vezes. Não valia a pena tirar as minhas coisas das caixas de papelão, nem mesmo as roupas. Tudo estava sempre empacotado, e eu sempre pronta para sair com as crianças, mesmo embaixo de chuva, para procurar outro lugar.

Eu não esqueço que eu tinha uma gata lá em Barueri que era a minha grande companheira, a Xuxa. Eu sempre fiz de tudo para ser a primeira a chegar na fila da visita, então me levantava de madrugada. Saía tão cedo de casa que chegava na cadeia primeiro do que as mulheres que moravam ali do lado! Pois a Xuxa me acordava no horário certinho de acordar! Parecia que ela sabia o meu horário de fazer visita... Era impressionante.

Por incrível que pareça, o meu apoio era só dentro da cadeia, e mesmo assim, não foi imediato. O que nós passamos no cárcere está além da imaginação. A Cadeia Pública de Barueri foi um verdadeiro terror nas nossas vidas... Chegava o dia da visita, e antes mesmo de me encontrar com o meu amorzinho, alguns presos praticavam extorsão.

– Ué, cadê o dinheiro que você disse que traria na próxima visita?

– Eu não consegui juntar esse valor...

– Ih, dona! Então a semana do seu marido será difícil.

Pensa! Eu já entrava na cadeia com o coração à mil. Passava a semana seguinte pensando em tudo o que poderiam fazer com o meu marido. As extorsões era uma tortura para mim, pois eu não tinha o que fazer. Eu não sabia como iria encontrá-lo na próxima visita... A pressão psicológica é a pior coisa que existe. A única coisa que eu poderia fazer era dobrar os meus joelhos e pedir a proteção divina. Hoje eu tenho síndrome do pânico. Não sei se fiquei assim

depois da morte da minha mãe, ou se foi por tudo o que eu passei em cadeia e guardei para mim...

Houve uma situação muito delicada em Barueri. Foi quando o meu marido estava com suspeita de tuberculose. Os outros presos nem queriam ficar perto dele, o que é o correto. Alguém da família precisava assinar uma autorização para tratamento médico. Eu tinha acabado de ganhar o Rafael, tanto é que eu ainda estava com os pontos na barriga. É difícil lembrar que muitos parentes dele estavam mais perto, e ninguém se mexeu para ir ajudar. Agora, eu, recém operada, tive que viajar de São Manoel para Barueri e ainda ser humilhada na revista...

A agente penitenciária sabia que eu estava com os pontos... Vai vendo! Primeiro ela me pediu para abaixar três vezes, e eu obedeci. Só que ela fingiu que não viu a primeira vez, e me fez abaixar mais três vezes. Só que nessa segunda vez eu senti uma fígada muito forte. Dois pontos estouraram. Fiquei quieta. Assinei o documento, o Josemir foi fazer tratamento, e eu voltei para São Manoel com uma hérnia. Acho que a agente fez isso na maldade... A visita também paga o preço da condenação. Só contei essa situação para o meu marido quando ele saiu da cadeia.

As coisas mais difíceis que eu passei no meu cárcere eu só contei ao meu marido quando ele já estava em liberdade. Se eu contasse tudo o que passei, pesaria muito a cadeia dele... Com ele preso, eu contava somente o essencial. Por exemplo, ele sabia que durante as noites eu passava roupa para fora. As mulheres me traziam aquelas pilhas enormes de roupas, sempre às 18h, para pegar de volta, tudo passado, às 7h da manhã. Para aguentar o sono, eu tomava muito café e pó de guaraná... Era o único jeito de terminar o serviço a tempo e começar toda a rotina de levar uma criança para a creche, cuidar do Renato que convulsionava constantemente... Tanto foi assim que durante algumas visitas eu simplesmente dormia.

Enquanto visita, aquilo que fazia o meu coração sangrar era ir embora e deixar o meu amado lá dentro. Na hora que tocava aquele sinal do final da visita era sempre como a morte. E a gente que era visita não podia nem entrar nem sair chorando, porque depois tudo poderia acontecer com o seu querido. E quando acontecia de chorar a gente tinha que se explicar, dizer que era emoção. Houve uma situação em que eu não consegui segurar o choro. Até assinar uma declaração para atestar que não me tinha acontecido nada eu tive. Vai vendo!

Chorei porque o Rafael, o meu filho do meio, ainda estava sem registro... Quando ele nasceu o pai dele já estava preso. Por não ter registro, eu não podia dar vacina e nem o levar para visitar o pai na cadeia. O menino não conhecia o pai, e nem tomado as primeiras vacinas! E não adiantava falar com a administração da Cadeia Pública de Barueri. Eles sempre encontravam um jeito de impossibilitar o registro.

Eu já estava cansada de recorrer à administração penal. Durante uma visita, uma mãe me escutou conversar com o meu marido sobre essa situação e me disse que eu tinha o direito de registrar o meu filho. Eu sabia que eu tinha esse direito, mas já tinha tentado de tudo, e nada adiantava. Pois essa mãe esperou o fim da visita e me levou até o fórum. Quando me deparei, eu estava de frente para o promotor! Fiquei tremendo, sem conseguir dizer uma palavra. Essa mãe explicou a situação por mim, e o promotor acionou o juiz na hora. Sai do fórum com uma determinação para apresentar na cadeia: em 24 horas eles teriam que levar o Josemir até o cartório para registrar o meu filho. Fiquei aliviada por um momento.

Por determinação judicial, levaram o Josemir até o cartório de Barueri. Mas a direção da cadeia ficou enfurecida... Primeiro, acorrentaram as mãos e os pés dele e pararam a viatura do outro lado da praça que dá para o cartório. Daí tiraram todo mundo de dentro do cartório, o que foi totalmente desnecessário, e fizeram ele atravessar andando, todinho acorrentado. Parecia que o Josemir era o maior bandidão da cidade. Todo mundo olhando aquela cena...

Ah, mas se eu soubesse as consequências disso! Naquele dia a gente conseguiu registrar o Rafael, mas o preço foi muito alto. Quase a vida do meu marido. Depois do cartório, a direção da cadeia transferiu ele para 1º DP de Osasco. Eu fui embora para a minha casa, sem saber o que estava acontecendo. Na semana seguinte, recebi uma carta dele, onde ele relatou que, logo depois do cartório, ele tinha sido encomendado como cagueta de policiais e entregue para apanhar no DP de Osasco do bairro Pestana.

O carteiro era um velho conhecido. Sempre me entregava cartas do amorzinho. Era o meu pombo correio! Nós trocamos tantas cartas que chegamos a encher uma mala de viagens com as nossas cartas. Sei que no fim essa mala ficou com a minha irmã Gorete, já que eu vivia me mudando. Bom, eu estava na rua mesmo, quando o carteiro me encontrou e disse que tinha uma carta para mim. Fui lendo essa carta na rua, e chorando de soluçar. Chorei o caminho todinho até a casa da minha irmã Gorete. Ali ele me contou o quanto apanhou. Me senti culpada... Pensei comigo que deveria ter me calado, não ter ido ao juiz, sei lá. Acho que a minha atitude desagradou a direção da cadeia. Mas era o meu direito... Nossa, que angústia! Credo! Só voltei a vê-lo quando ele voltou para a Cadeia Pública de Barueri. Quando o vi todo arrebitado, com o pé todo inchado, desmaiei.

Uma experiência inesquecível para quem visita é a saída do bonde, o ônibus que transfere os presos. É uma tortura muito grande para a família... Em um dia de visita em Barueri, tinha um ônibus parado em frente a Cadeia, desses usados no bonde dos presos. A gente que era família achou estranho a transferência em dia de visita. Vai vendo essa história! Um agente penitenciário estava caminhando em direção ao ônibus com um rodo nas mãos. A

primeira coisa que pensamos foi que ele iria bater nos presos que estivessem lá dentro. Mas não. Era para enxugar um mar de sangue que estava dentro do ônibus... Meu amorzinho não estava lá, graças a Deus, mas foi um dia traumático! Até saber de fato que a sua visita não está lá, a cabeça pensa em mil coisas. Vi muitas mães desmaiarem nesse dia. Peguei o Renatinho, que estava comigo, e enfiei no meio das minhas pernas, para ele não ver todo aquele sangue. Acho até que tinha muita gente morta naquele ônibus... Sei que foi uma visita que durou menos de uma hora.

Em todos os anos que passei em portas de cadeia, sempre estive acompanhada do espírito de Deus. A força do Josemir estava na caneta. A minha estava na fé. Antes das visitas eu sempre buscava a Palavra. Tem uma história que é muito forte... Ela é mais recente, de quando fui visitar o meu filho... Dias antes de uma visita, o pastor disse que alguém passaria por um livramento naquela semana. No dia da visita, cheguei cedo na fila como de costume, e tinha uma morena logo atrás de mim. Lá pelas 6 horas de fila, uma eternidade, essa mulher começou a se encostar em mim... Até pensei que ela poderia ser sapatona. Mas algo me dizia que não era isso... Eu repetia comigo:

– Deus, me cobre com o Teu sangue!

E Deus me respondeu para não ficar de costas e cruzar os braços. Aprendi desde cedo que não se pode ficar com as mãos vazias na fila da visita, porque alguma visita pode te pedir para segurar alguma sacola e pode ter coisas erradas... Tem que ser ligeira! São coisas que só o tempo ensina. E não foi que essa morena me pediu para segurar umas sacolas? Na hora eu senti um arrepio de baixo para cima, o que não é nada bom. Quando o arrepio é de cima para baixo, é de Deus, mas de baixo para cima é algo muito ruim... Algo estava errado. Fiquei na minha, porque também nunca fui de arrumar confusão. A morena me encarava sem parar, e eu não olhava de volta. Deus estava comigo.

Na hora da revista, que era sempre individual, algo mudou justo na minha vez. De repente a agente penitenciária pediu para entrar de duas em duas. Misericórdia! Comecei a passar mal. Alguma coisa estava errada, eu sabia. Fiquei em um canto, sentindo muito medo. O meu coração pulsava que eu sentia ele querer sair para fora. Mas naquele momento me veio uma coragem não sei da onde, e eu pedi para ter a minha revista sozinha.

– Eu não me importo de demorar mais, não estou com pressa. Mas eu tenho direito de ter a minha revista individual?

Esquisito, né? Por que alguém pediria para entrar sozinha? Quando eu pedi a revista individual, a morena começou a xingar e resmungar.

– É porque ela está com os peitos caídos e está com vergonha!

Deus falava no meu coração para fechar a minha boca, e assim fiz. Daqui a pouco ouço o apito. Quando apitam é porque encontraram droga. E a morena começou a gritar que eu tinha colocado a droga nas coisas dela! A mulher estava toda carregada de droga! Vai eu provar a minha inocência? Pensei comigo, agora é a hora do livramento que o pastor havia falado. Ainda bem que sempre tem um anjo no nosso caminho. Das cinco agentes que estavam ali procurando saber se a morena e eu estávamos juntas, uma delas teve uma ideia de descobrir quem estava falando a verdade: verificando quem tinha tatuagem.

– Se a loira estiver dizendo a verdade, que não está junto da outra que tentou entrar com droga, a gente vai descobrir pelas tatuagens. Porque toda mulher de bandido tem tatuagem.

– Vocês podem me deixar nua, se for para provar a minha inocência.

E Deus me honrou! Viram que eu não tinha tatuagem e por isso eu estava dizendo a verdade. E se eu tivesse alguma tatuagem? Olha como Deus trabalha! Nada contra quem tem tatuagem... Até o Josemir tinha. Mas o fato de eu não ter nenhuma me livrou de ser presa por uma coisa que não era minha. Pela quantidade de droga, acho que eu estaria presa até hoje... Deus honrou o livramento que ele tinha para mim.

Por tudo o que passei sendo visita, posso afirmar que a Cadeia Pública de Barueri foi o período mais difícil da minha vida. Foi um verdadeiro terror... Depois de uma rebelião que destruiu a cadeia ele foi transferido para o Carandiru. Quando fui visitá-lo pela primeira vez no Carandiru, confesso que não o reconheci. Foi muito traumático... Ele estava sem dentes, era um hematoma só. Quando eu cheguei na visita e o vi daquele jeito, desmaiei. Não tinha nenhuma parte do corpo dele sem hematoma... Os dentes todos quebrados. Arrebentaram todos os presos durante a transferência.

O mais engraçado era que a gente passava juntos em frente ao Carandiru e fazia a cruz: em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém. Eu tinha pavor do Carandiru! Para mim aquele lugar era uma fábrica de monstros. E não, não é assim não. Quem julga dessa forma é porque não sabe como era lá dentro. O Carandiru deu uma paz para a gente. Não vou dizer que era um mar de rosas, mas eu tive alguma paz. Se o meu marido fosse direto para o Carandiru, teria nos evitado muito sofrimento.

Vou falar uma coisa do fundo do meu coração. Como visita, o Carandiru foi muito melhor do que as outras cadeias que ele passou. Claro que eu também passei por coisas ruins no Carandiru. Eu não tinha condições financeiras de fazer visita no Carandiru, então passei por muita dificuldade... Eu escondia dele que eu trabalhava dia e noite. Ele só descobriu porque percebeu que eu estava emagrecendo, mas eram desconfianças dele, porque eu mesma não abri

o bico. Ele me dava o pouquinho de pecúlio que ele recebia costurando bola, mas era um valor muito baixo e não dava para quase nada.

Mas no Carandiru eu também tive muito acolhimento das outras visitas. Eu dizia nas cartas que eu só tinha dinheiro para ir e não tinha para voltar, e assim o Josemir já ia se mexendo também. Os presos conversavam com as esposas, que conversavam com outras mulheres, e assim elas faziam vaquinha para me ajudar. E até comida elas me davam, porque não era justo mexer no jumbo que era para o meu amorzinho. Quando eu passava no pecúlio sempre tinha algum dinheiro para mim.

De São Manoel até o Carandiru eram 4 horas de viagem. Depois, enfrentava mais 8 horas de fila. E o Renato sempre junto comigo no Carandiru. E era importante chegar cedinho na fila, senão não entrava... Eu fazia questão de chegar ainda na madrugada, para não correr o risco de perder o horário da visita. Olha que eu era sempre uma das primeiras pessoas da fila, porque eu queria ficar o máximo de tempo com o meu marido. Os outros detentos até brincavam:

– Tiozinho, se algum dia você fizer alguma coisa para essa mulher, a gente pega você! Essa mulher é de ouro!

A gente que era visita dormia na porta mesmo quando era dia de dobradinha. Dobradinha é quando a visita vai na sexta, visita no sábado, dorme na porta, visita no domingo e depois vai embora para casa. A gente dormia como podia... Em frente ao portão escrito “Casa de Detenção”, em cima de saco de lixo. Era uma luta, mas tinha humanidade da parte das mulheres. Eu sentia! Para você ter ideia, eu nunca fiquei com fome na porta do Carandiru. Nunca deixaram meu filho ou eu com fome. Sempre aparecia uma mãe com um pedaço para dividir comigo. Olha que eu não tocava no jumbo do meu marido. O Jumbo dele era o jumbo dele, e ponto final. Só uma vez o Renatinho estava com fome na fila do Carandiru e me pediu o franguinho assado que eu havia comprado para o jumbo. Dei uma coxinha, uma asinha, e quando fui ver, só tinha a carcaça do frango na hora da visita. E a vergonha?

Na porta do Carandiru se convivia com gente de todo tipo... Eu tinha que ser muito ligeira, porque, como se diz no palavreado da rua, com o perdão da palavra, tem hora que é foda... Tem mulher que bebia, tem mulher que usava drogas, e eu tinha que saber lidar com todas! Eu era amiga de todo mundo, e não faltava nada para mim. Eu mais ouvia do que falava. E quando eu entrava na Detenção escutava as histórias das outras famílias. Percebi que os meus problemas não eram o fim do mundo. Sempre tinha alguém em situação muito pior.

Imagem 46 – Um natal no Carandiru



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

Essa foto foi tirada em um natal no Carandiru. Cada família tinha direito a comprar uma única foto. Ele estava mais bem arrumado do que eu! Meus filhos dizem que eu estava só o pó da rabiola, e é verdade. Essa era a minha condição. E calada, a todo momento. Sempre com um sorriso. Quando o Josemir perguntava como eu estava, eu respondia que Deus é bom. Eu já cheguei a pesar 40 quilos e a usar roupa infantil. Ninguém queria chegar perto de mim porque achavam que eu estava doente... Nem a água parava no estômago: eu vomitava tudo.

Nossa, teve uma vez visitando no Carandiru que eu quase fui presa! Eu já estava completamente nua. Abaixei a primeira vez, e o detector apitou. Abaixei a segunda, apitou de novo. Mais agentes chegaram. Pronto, pensei, vão me enviar para o hospital de camburão para fazer exame de raio-x. Quando eu fui abaixar pela terceira vez, uma agente, dessas enviadas por Deus, me perguntou se eu estava usando aliança. Eu tinha esquecido da bendita aliança!

Me pediram para deixar a aliança numa barraca, e depois entrar normal para fazer a visita. Deixei, e o tempo passou voando. Quando fui retirar a aliança, a barraca estava fechada. Quando voltei na próxima semana, a agente se fez de desentendida...

– Aliança? Senhora, nós não guardamos objetos pequenos.

Perdi a minha aliança... Vai arrumar confusão para ver, vai! Tudo o que a visita fizer aqui fora vai envolver quem está lá dentro, esse é o pensamento. Me calei mais uma vez...

Nessa época eu me sustentava com meia cesta básica que eu recebia da prefeitura. Daí uma pessoa, por maldade, foi até a prefeitura e disse que eu não precisava. Cortaram a minha cesta... Eu fazia milagre com aquela cesta! Por muito tempo o único alimento que eu tinha para dar aos meus filhos era bolinho de arroz. Olha, eu não contava a minha situação nem para os parentes. Quando eles batiam no meu portão, eu fingia que não estava, para eles não verem a minha situação. Quantas e quantas vezes eu mandei as crianças para visitar os parentes e lá elas terem o que comer? Não é orgulho, não. Toda a minha vida eu trabalhei. Nunca fui de pedir dinheiro.

E aquele dia em que o vento levou o meu pagamento inteiro? Eu tinha conseguido um emprego em um parque de diversões, o que me ajudou muito, viu... O salário inteiro indo embora... Além de ficar sem cesta básica, fiquei sem dinheiro para pagar as contas.

Imagem 47 – “A mamãe na cabine, Rafael e Renato no carrinho”



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

No Carandiru tinha muita solidariedade entre os familiares, não vou negar, mas a minha situação foi ficando insustentável. Eu não tinha mais recursos para visitá-lo tão longe. Foi quando eu tentei transferi-lo para a Penitenciária de Avaré, que, convenhamos, é bem mais perto de São Manoel. Os outros detentos disseram que seria impossível... Muitos presos do Carandiru tentaram a transferência para Avaré e não conseguiram. E não foi que eu consegui a

transferência? Quando chegou a notificação, os companheiros de cela não acreditaram. Perdão a palavra, mas eu soube que eles disseram assim:

– Que porra que a sua mulher fez, que a gente está tentando transferência há um tempão e não consegue?

– É que vocês não conhecem essa baixinha. Essa baixinha é porreta!

Lembro como se fosse ontem quando recebi aquela carta, de quando ele me escreveu - Meu amor, já me encontro em Avaré... Foi uma alegria para mim! Avaré é pertinho de São Manoel.

Minha irmã tinha um carro e me levava nos dias de visita. A Penitenciária de Avaré foi um sossego, tanto pela proximidade quanto pela disciplina. Porque na cadeia pública era a lei do mais forte. No Carandiru, os próprios presos se organizavam. O preso quando passava por uma visita tinha que olhar para a parede ou para o chão. Ai do preso que não olhasse! E em Avaré, quem determinava a disciplina era a direção do presídio. O Josemir sempre lidou bem com os agentes penitenciários.

Eu estava no dia da implosão do Carandiru! Foi um dia terrível... Uma energia esquisita... Lembro que eu estava sentada em um cantinho. O meu marido estava mais próximo, na área reservada aos convidados do governador Alckmin. De repente um filme passou pela minha cabeça. Num instante eu me lembrei de tudo o que havia passado naquele lugar. Me arrepiei todinha! Abaixei a cabeça e comecei a chorar... Chorei sem parar, de soluçar. Acredita? Eu queria me esconder porque tinha muito repórter. Ver aquele mundo desmoronar na sua frente... Meu coração foi a mil. Graças a Deus estava com o meu remédio para arritmia cardíaca.

Estava chovendo muito forte naquele dia... Sabe o que o governador fez? Depois de ter acionado o botão da demolição, e que caiu todo aquele mundo, ele veio na minha direção, pegou na minha mão e dos meus filhos, atravessou a rua correndo, rapidinho para não nos molharmos, entrou num bar com a gente e pediu uma Coca-Cola de 2 litros. Foi aquele alvoroço! Os jornalistas todos pulando o balcão, tentando captar aquele momento. Se eu contar essa história ninguém acredita: o governador de São Paulo servindo coca para a minha família depois da implosão do Carandiru.

Quando veio a liberdade dele, sinceramente ele não acreditou que eu tinha conseguido. É que a gente já tinha sido enganado por muitos advogados. Dessa vez eu pedi um voto de confiança em um advogado, que era conhecido do meu pai e muito respeitado em toda São Manoel, o Dr. Waner Paccola. Meu pai era taxista e homem muito respeitado também, o que facilitou a aproximação com o advogado. Que no interior a gente preza muito pelo nome.

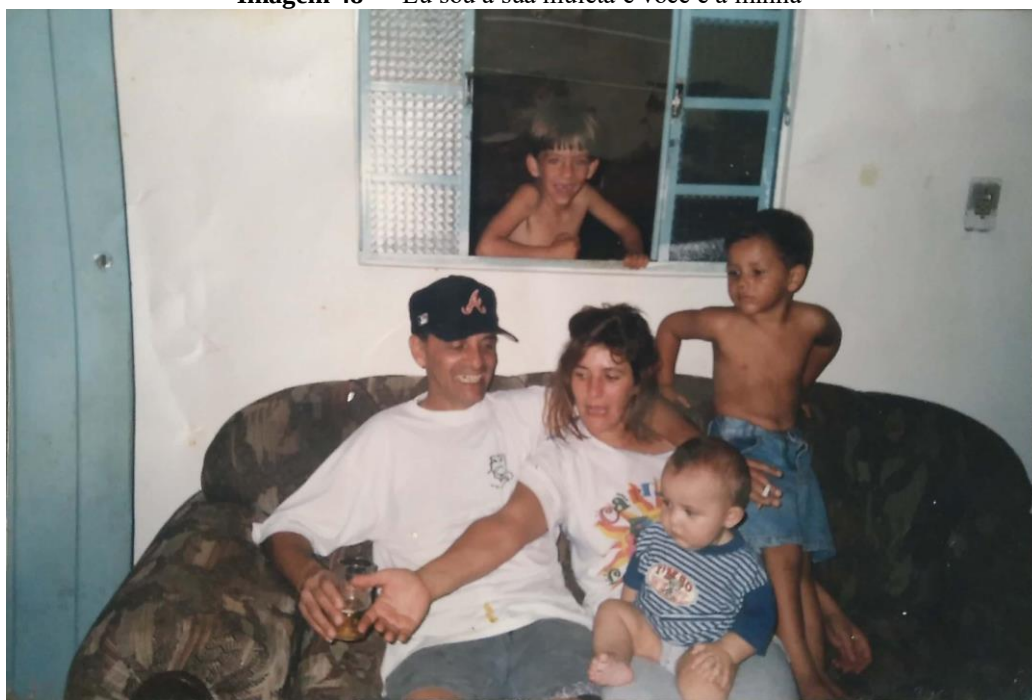
– Mais um advogado, Baixinha? Os outros já me levaram tudo que eu tinha, até as jóias.
– Por favor, amorzinho, assina a procuração e autoriza esse advogado a mexer no seu caso. Só mais esse, eu prometo.

E realmente saiu o alvará de soltura. O advogado descobriu que o meu marido já poderia estar solto desde o indulto concedido pela dona Ruth Cardoso! Só que eu pedi a contrapartida. Se eu soltasse ele daquela vez, ele teria que cumprir uma promessa. E promessa é dívida, porque eu sou mulher de palavra. Ele teria que ir comigo à igreja. Não precisava frequentar os cultos toda semana, mas ir somente uma vez. Era uma coisa minha... Eu precisava agradecer a Deus que esteve comigo e com ele durante todos esses anos, sempre nos direcionando. E logo depois que ele foi solto cumpriu a promessa.

Ah, eu nunca me esqueço do dia da soltura! Estávamos minha irmã, meus filhos Rafael, Gabriel e eu. Eu tinha comprado um monte de rojão. Foi uma festa! Conforme a gente soltava os rojões, os presos lá dentro começaram a bater as canecas. Dava para ouvir lá de fora os presos festejando a liberdade cantada! Era tanta muvuca que os agentes esperaram acabar o banho de sol e só então soltar o meu marido. Parecia que a cadeia iria virar! Ai, só o meu amorzinho mesmo. E eu soltando os fogos do lado de fora sem saber que estava provocando esse movimento de alegria. Confesso que não me intimidei pelos policiais da muralha do presídio.

Era um dia chuvoso, e finalmente quando ele saiu a gente entrou no carro da minha irmã. No meio do caminho, ele pediu para descer do carro. Tirou a camisa, aquela roupa de cadeia e foi andando na chuva. E a gente devagarzinho no carro, acompanhando ele. Chegando em São Manoel, era rojão para tudo quanto é lado. Tinha até churrasquinho esperando. Mas quando ele chegou, viu que eu não tinha sofá, não tinha geladeira, meu colchão todo estragado... Ele não sabia a situação que eu estava vivendo... Eu não contei nada para o fardo dele não ser ainda mais pesado. Naquele dia mesmo ele deu um jeito de comprar um sofá fiado para a gente ter onde sentar.

Imagem 48 – “Eu sou a sua muleta e você é a minha”



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

Sei que no final do período do cárcere eu estava sofrida. Cadeia acaba com mulher! Eu não tinha nada para dar aos meus filhos... Fralda para as crianças, era de pano. Minha casa estava em uma situação terrível. Tanto é que, quando os Racionais foram me visitar em São Manoel e me fizeram um monte de compras do mercado, eu não tinha sequer onde guardar. A gente sabia que a luta não seria fácil. Resolvemos encarar de frente.

O meu marido tinha afinidade com a caneta. Verdade seja dita: ele tinha o dom da escrita, por isso falava tão naturalmente sobre aqueles assuntos violentos. Era extremamente esclarecido, culto. Vivia antenado no noticiário 24 horas por dia. Chegava a ser impressionante... Ele sabia falar de qualquer assunto. Tanto é que ele não errava uma resposta daqueles programas de auditório com perguntas aleatórias. E olha que o danado só tinha a quarta série! Em alguns momentos cheguei a ver ele escrever sobre cadeia, mas eu procurava dar espaço, até para fugir do assunto. Tenho pânico de tudo... Até parei de assistir noticiário. Assunto de cadeia me apavora. Eu não tenho o mesmo dom de colocar em palavras o que eu sinto... Mas tenho muita fé. Os meus filhos e até o Josemir falavam que eu sou sensitiva.

Quando ele publicou o Diário de um detento, a gente saía de casa duros, sem um tostão, com a esperança de vender e juntar o dinheirinho da volta. Nossa, eu não me esqueço de quando vendemos lá no Carandiru. Os visitantes chegavam dos ônibus gritando “Jocenir!”. Os jovens, os estudantes vindos de longe. A nossa barraquinha montada e os livros vendendo como água. Foi impressionante. Acabava a visita e o povo já ia direto comprar um exemplar autografado.

Imagem 49 – Cláudia autografando um exemplar do livro *Diário de um detento*



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

A gente trabalhava vendendo os livros na Rua Barão de Itapetininga, sempre com a nossa mesinha de montar e desmontar. Nessa de vender, sempre encontrávamos uma mãezinha, uma conhecida dos tempos do cárcere que assistir uma reportagem sobre o ex-detento que vendia o seu livro no centro de São Paulo. O meu marido aconselhava os mais jovens a sair das drogas dentro da cadeia. Ele era muito cabeça. Não à toa era chamado de Tiozinho lá dentro. Então, sempre tinham aquelas mãos agradecidas que davam um jeito de levar um bolinho de fubá.

Se Deus quiser a gente vai estar rodando esse livro, *Diário de um detento II: Refém das lembranças*, onde ele relata coisas muito mais fortes do que no *Diário de um detento*. Ele estava entre *Sobrevivente no Inferno* e *Refém das lembranças*, e optou por esse segundo título. Acho que o *Diário* foi escrito muito rápido. O *Refém das lembranças* foi escrito com mais calma. Ele relata coisas muito fortes... muito mesmo.

Refém das lembranças é um ótimo título. Sabe que eu também me vejo assim? Refém das minhas lembranças... Os livros deles são ouro para mim. Em dois dias eu devorei o

segundo. Fiquei horrorizada com algumas coisas... E posso afirmar que ali não tem uma vírgula de ficção. Posso atestar que tudo o que foi relatado é a verdade.

Quando ele estava na Penitenciária de Avaré, o Mano Brown foi até lá com um advogado para reconhecer os direitos autorais de Diário de um detento. Me lembro que quando ele saiu tinha 6 mil reais acumulados, e depois começou a cair pingadinho, mas sempre caindo alguma coisa. Nós ganhamos por execução: conforme a banca toca a música nas rádios ou em shows. Às vezes cai 35 reais, às vezes um pouco mais, e assim vai somando. Quando o meu marido saiu da cadeia, o dinheiro da música, mais um outro dinheiro que um integrante dos Racionais também nos deu foi a nossa salvação.

Olha... Tem mais outra música que o Josemir escreveu, e que ninguém sabe. Não foi para os Racionais. Infelizmente não me recordo o nome dessa música... Mas ele escreveu para mim, e uma banda gostou da letra. Só que eles não foram homens como o Mano Brown foi. Não reconheceram os direitos autorais... E o dia que o Mano Brown colocou a gente no palco na Rosas de Ouro? O Renatinho estava comigo! Aquele monte de segurança colocando a gente no palco. Que emoção, nossa! O Mano Brown é gente fina, homem de verdade. Nunca tive interesse por glamour. Quanto menos exposição, melhor. Quando eu falo sobre cadeia, eu volto a viver tudo de novo. No palco da Rosas de Ouro eu até me senti uma estrela. Depois o dia-a-dia foi se impondo.

As coisas foram acontecendo na nossa vida de forma que a gente não acreditava. Quando um roteirista veio atrás dele, interessado em fazer um filme sobre o Diário de um detento, eu estava assistindo a minha novela quando ele me disse:

– Baixinha, já parou para pensar que enquanto a gente está aqui, sem saber o que fazer, o mundo lá fora está acontecendo? As pessoas ainda lembram de mim!

Quando ele acordava, tinha que escolher em qual emissora iria. Uma vez tinha umas jornalistas lindas. Humilha, poxa, mas não precisa humilhar tanto. Ele gostava de unhas vermelhas, e a maioria delas estava com a bendita cor. As minhas unhas não... Finas, quebravam fácil. Ixe, eu morria de ciúmes!

Embora eu morresse de ciúmes, confiava plenamente nele. E chega a ser engraçado, mas presenciei muitos casos de mulheres que eram loucas por detentos. Uma loucura para entrar na cadeia e conhecer aqueles homens. O sonho de vida de algumas mulheres era namorar dentro da cadeia. Eu olhava para mim mesma, roendo osso em porta de cadeia e pensando que aquele fetiche todo era uma fantasia estranha.

Teve um dia que a minha casa estava cheia de jornalistas na porta. Uma mulher mais bonita que a outra! Aquelas unhas e cabelos impecáveis, nossa! O Jocenir começou a dar

entrevista, falando super bem, culto, e elas todas impressionadas com ele, com aquelas histórias, que eram todas verdadeiras. Só que eu sou uma pessoa muito ciumenta. Pensei comigo, como eu acabo com isso logo? Ele me pediu para pegar as fotos. O que eu fiz? Coloquei entre as fotos uma que ele está só de cueca, brincando com os filhos. As jornalistas ficaram olhando aquilo, e uma passando a foto para a outra. E eu quieta. De repente está lá o Jocenir falando sozinho.

– Ah, seu Jocenir... A gente marca outro dia para terminar.

Graças a Deus aquelas bonitonas foram embora logo. E o Jocenir ficou intrigado, pensando o que tinha acontecido. Só depois ele foi saber que eu tinha botado a bendita foto no meio. É, eu sou fogo mesmo. Louca por ele! Depois do livro o Josemir começou a viajar para palestrar. Ele sempre me ligava dizendo como era o hotel, como era farto o café da manhã...

– Baixinha, tudo o que eu queria era você do meu lado. Queria tanto que você pudesse aproveitar um pouquinho de uma vida boa!

Mas era restrito, só para ele mesmo. Não tinha como levar acompanhante. É a vida...

Teve um dia que ele saiu para tentar fazer alguma venda de materiais elétricos. A gente tinha acabado de se mudar, então não conhecíamos nenhum vizinho. E a gente nunca foi de pedir nada para ninguém! Armário e geladeira estavam vazios, mas a gente aguentou a bronca. Lembro que era uma quinta-feira, dia de culto na igreja. Eu queria muito ir ao culto, mas não podia deixar as crianças em casa sem comer nada.

De repente, a minha casa foi invadida por um cheiro delicioso de pão. Nossa, o estômago chegava a roncar! E as crianças reclamando de fome. Mas não tinha o que fazer... Fiquei fazendo o meu crochê e assim enganar a fome até o meu marido chegasse. Aí o meu vizinho me chamou no portão. Fiquei aflita... Que eu não sou de conversar com homem que não conheço. Sem o homem perguntar eu já fui falando que o meu marido estava para chegar. Ah, eu não sabia a intenção do cara. Eis que ele me fala assim:

– Olha, eu sempre faço uma receita de pão que dá certinho. Eu não sei o que aconteceu hoje, mas errei na mão, e é tanto pão que eu não tenho onde pôr na minha casa. A senhora não aceita alguns pãezinhos?

Mas ele lotou a minha bancada com pão! Pensa que de-lí-cia de pão! A gente passava a margarina e chega ela se derretia. Cortei os pães, servi as crianças rapidinho, coloquei o meu chinelo e fui correndo para a igreja. Como eu cheguei atrasada, só consegui lugar para sentar no fundo. Estava em muita paz por ter alimentado os meus filhos. Eu entrei em uma comunhão tão bonita com Deus! O vizinho não errou a receita! Deus fez com que o pão se multiplicasse. Não tem outra explicação! E o pastor falou:

– Estou falando diretamente com você, de chinelo, que está aí no fundo e que estava preocupada com o alimento. Vieste pelo alimento da Palavra, e Deus alimentou os teus filhos. Deus falando comigo! Não é forte isso?

Imagem 50 – “O cárcere acaba com a mulher”



Fonte: Cláudia Prado – Acervo pessoal.

Eu sei que se eu me entregar a história do Jocenir vai morrer. Quem foi esse Tiozinho que gostava de rock e virou letrista de rap e depois escritor de livros? Eu sou a única pessoa viva que sabe de toda a história dele, tin tin por tin tin. Fizesse chuva ou sol, exausta, com a barriga vazia, eu estava sempre lá na porta da cadeia para ser visita. Eu quero que ele seja lembrado.

Ah... Eu queria ter falado antes. Queria ter gritado antes. Mas o medo de represália era muito grande. Hoje eu penso diferente. Quero ser para outras mulheres o que foi aquela mãe que me levou até o fórum. Família de detento tem os seus direitos! Não pode se calar, como eu me calei por medo. Se eu tivesse a chance de ajudar alguma mulher que esteja com o seu amado preso, diria para não desanimar. Não larga. Se for amor verdadeiro, lute.

3.3. WASHINGTON PEREIRA PAZ *feat* FLAVIANO FONSECA FILHO

Washington Paz, W.O e Flaviano Fonseca Filho, F.W, são rappers da banda Comunidade Carcerária, grupo formado no Pavilhão 8 da Casa de Detenção de São Paulo em 1996. Kric Cruz, cuja história compõe o capítulo 1, foi o responsável pela união dos MCs, mas saiu da banda anos atrás para construir sua carreira solo na cultura. Reclusos no pavilhão dos “reincidentes”, considerado o mais perigoso da Detenção, encontraram nas artes a chave para amenizar os conflitos internos, em um período que antecede a formação do PCC, que veio a atuar como tribunal do crime dentro e fora das unidades prisionais. Mesmo em liberdade, os rappers optaram por manter o nome da banda, o que produz dois efeitos paralelos: a negativa em projetos de fomento à cultura; a reunião de outros egressos do Carandiru e do sistema prisional, que se amalgamam à comunidade carcerária com o propósito da ressocialização.

Conheci W.O e F.W por intermédio de Maurício Monteiro. Ao final da entrevista com Nenê, quando perguntei por indicações, ele gentilmente ligou para W.O, e uma indicação de um egresso respeitado tem um peso considerável. Com a permissão do interlocutor, trocamos contato e não tardou para que eu conhecesse a banda no Instituto Cultural GR2C, na Vila Joaniza, periferia da Zona Sul de São Paulo. A continuidade do projeto de ressocialização iniciado no cárcere ocorre no Instituto Cultural, englobando projetos destinados a jovens que, de outra forma, poderiam envolver-se com o crime. Agendamos a entrevista para o dia 28 de janeiro de 2022, às 15 horas.

Do Jardim dos Ipês à Vila Joaniza, o deslocamento por transporte público levou aproximadamente três horas. Como de costume, planejei-me para chegar com antecedência, garantindo tempo para testar o gravador, fazer anotações e me preparar para a escuta. Nunca soube o que esperar de nenhuma das entrevistas realizadas, tampouco me vali de roteiros com perguntas pré-formuladas. A disposição para escutar o que o entrevistado gostaria de dizer, e não o que eu gostaria de ouvir, mostrou-se determinante para a construção das relações de colaboração.

Ao chegar ao Instituto Cultural GR2C, deparei-me com um ambiente singular, daqueles que causam espanto por se tratar de um mundo de sentidos tão distinto do meu. Tratava-se de uma casa com garagem, inteiramente adaptada para funcionar como espaço de expressão do rap e da cultura periférica. A entrada dava acesso a uma ladeira que conduzia aos demais ambientes. Ao fundo, localizava-se uma área ampla destinada a apresentações, equipada com palco e aparelhos de som. À direita, dispunham-se os cômodos de uma pequena casa, incluindo sala de

estar, cozinha, banheiro, quarto e um estúdio com isolamento acústico. Grafites com o nome da banca evidenciavam o cuidado dedicado àquele espaço.

Fui recebido inicialmente por Flaviano Fonseca Filho, o MC FW, também integrante da banda Comunidade Carcerária. Ele informou que Washington ainda não havia retornado do trabalho e pediu que eu aguardasse na sala. Enquanto caminhava pelo instituto, observei com atenção os detalhes. Na parede da sala, encontrava-se exposta uma faca de cadeia, semelhante à que havia visto no escritório de Maurício, embora com pequenos dentes que lhe conferiam um aspecto ainda mais ameaçador. Com a chegada de Washington, apresentei-me formalmente, explicitiei o propósito do projeto e solicitei sua autorização para iniciar a gravação. Os argumentos iniciais traçaram um panorama do sistema carcerário no tempo presente, que, segundo a avaliação do colaborador, encontrava-se em condições ainda mais degradantes do que aquelas vivenciadas por ele durante o encarceramento, nos anos 1990.

F.W, que se juntou ao circunstancial da entrevista, serviu-nos chá de erva-cidreira, cujo sabor adocicado contrastava com a amargura das tramas prisionais evocadas. Nesse momento, impôs-se o primeiro desafio: a entrevista, inicialmente pensada como individual, transformou-se em um espaço compartilhado, no qual ambos passaram a falar sobre suas histórias, por vezes simultaneamente. Estávamos distantes do ideal clássico do narrador individual. As narrativas se misturavam, as falas se atravessavam e os gestos corporais se intensificavam. A partir de um enredo mais abrangente, a história da banda formada no Pavilhão 8 e a luta por sua permanência, ambos relataram, à sua maneira, experiências da passagem pela Detenção: as dificuldades de Washington, privado de visitas, e a vida criminosa de Flávio, mantida mesmo durante o cárcere.

Diante dessa configuração, surgiu um desafio metodológico: como apresentar a história? Separar os argumentos e tratá-los como entrevistas distintas? Manter um formato de diálogo, identificando cada colaborador por iniciais? Ou buscar uma solução narrativa capaz de preservar o elemento comunitário da experiência? Optamos por esta última alternativa. Avaliamos que seria mais adequado manter as diferenças entre os colaboradores, ressaltando o caráter coletivo da trama que se constituía, sem prescindir da presença de um “eu” narrador em cada história.

Na etapa da conferência, W.O. solicitou apenas um ajuste pontual: a substituição da denominação “Espaço GR2C” por “Instituto Cultural GR2C”, indicativo do amadurecimento do projeto entre o momento da entrevista e a autorização final. São vidas em constante movimento, assim como o é a lembrança do passado, sempre evocada e burilada a partir das exigências do tempo presente.

O que nos mantém no rap é o nosso código de honra

Imagem 51 – W.O



Fonte: Julio Torres, 2023.¹

Meu nome é Washington Pereira Paz, mais conhecido como W.O. Sou um elo da família Comunidade Carcerária, grupo de rap formado em 1996 no Pavilhão 8 da Casa de Detenção de São Paulo. Nasci em 1975, e fui preso pela primeira vez em 1994. Perdi minha mãe em 1989, e o meu pai em 1993. Não vou dizer que eu tinha uma mente estabilizada, que eu não tinha, tá ligado? Já tinha um lado rebelde. Mas, depois que perdi os meus pais... A minha rebeldia parece que se multiplicou. Eu não tinha mais alguém que me controlasse... Mediante esses traumas da juventude, acabei percorrendo vários caminhos tenebrosos, os quais não aconselho a ninguém.

Meu pai morreu de acidente de carro voltando do trabalho, na Rodovia Bandeirantes. Minha mãe, infelizmente, faleceu por consequência da vida nas drogas. Nos anos 1970 e 1980, era muito comum o baque, uma droga injetada na veia. Minha mãe usava o baque numa época que a AIDS havia começado a se espalhar. Foi nessa que ela desenvolveu a doença... Como a gente não tinha recursos ou formas de tratamento, a passagem dela foi rápida. Ela morreu com 37 anos. Eu tinha 14... São histórias que acabam revoltando, mas ao mesmo tempo servindo de

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CsHXZ6Ygl9N/>. Acesso em 19/02/2025.

exemplo. As cicatrizes da vida são como impulsos. Eles podem servir tanto para coisas boas, quanto para gerar revolta no coração do ser humano.

Comunidade Carcerária, mano, é mais um sobrevivente do cárcere. Se falar que foi o sistema que ressocializou a gente, é mentira. Nós mesmo fomos atrás da nossa ressocialização através da cultura, dentro da cadeia! Se não fosse o rap, acho que eu estaria numa corda bamba, me equilibrando entre o crime e a sociedade. Sabe aquele cara indeciso, que não sabe se vai ou se fica? Fazendo coisas erradas e, ao mesmo tempo, procurando andar certo... Acho que eu seria essa pessoa. Mas, graças ao rap, hoje eu posso me considerar completamente ressocializado.

Mano, eu sou uma pessoa 100% do bem. Ressocialização na veia, sem papo. Eu quero fazer o bem de coração, não esperando algo em troca, tá ligado? A recompensa maior não é o dinheiro, é ver a pessoa conseguir se libertar, da mesma forma que eu me libertei. Esse é o meu maior orgulho, a minha maior satisfação. Hoje faço pelo próximo aquilo que um dia gostaria que tivesse feito por mim...

Fui preso ainda adolescente, molecão. Como é costume na periferia, o jovem negro cresce sem perspectiva de uma melhora na vida. A dificuldade em casa, o crime batendo na porta... Os convites são inúmeros. Porta fechada pela sociedade é porta escancarada pelo crime. O jovem que está começando na vida não conhece exatamente todas as consequências do crime. Nisso daí que eu empolguei nas conversas dos grupinhos, e acabei me envolvendo com as coisas erradas: furto e assalto. Num desses assaltos, acabei sendo preso, em 1994. Fui condenado a 4 anos e 10 meses de reclusão. Cumpri 3 anos na Detenção: do dia 30 de janeiro de 1996 a 25 de março de 1999.

O meu mano Flávio Souza, FW, aqui presente, também não fugiu deste destino:

“Truta, eu morava com a minha mãe e mais oito irmãos. Roupas novas eram raridade: somente no natal. A gente tinha que cuidar daquela roupa o ano todo. Desde pequeno, fui observando a dificuldade que a minha mãe passava. Parti para fazer os meus corre. Sem ideia: fui para o assalto mesmo... Entrei em cana na Detenção em 1993.

Na verdade, era para mim ter ido parar na Detenção em 1992. História cabulosa! Eu estava no 33º Distrito Policial de Pirituba, perto da quebrada do WO. Porém, nessa época a gente nem se conhecia. Enquanto eu estava em cana, chegou um mano de bonde, da Detenção para a 33. A ideia dos policiais era mandar um preso para a Detenção, de permuta. Pensei, porra, fudeu, o diretor vai mandar logo eu. Vou me esconder nessa fita. Caralho, e foi impressionante... O diretor foi logo atrás de mim. Não deu outra:

– Pode arrumar as suas coisas, ladrão, que você vai de bonde.

E nós tava como? Tudo certo para aplicar a fuga naquela noite. Os pirulitos todos cortados, tudo no esquema.

Só que aí vem o parêntese da parada. Na 33, tinha um menino que os demais presos humilhavam. Eu não achava justa aquela situação e decidi dividir as minhas coisas com ele. Quando o diretor me chamou de bonde para a Detenção, mano, esse moleque grudou nele e foi tirar satisfação!

– Ce é louco? O mano mora aqui perto, está perto das visitas dele. Por que vocês não mandam eu, que moro na puta que o pariu, para a Detenção?

Depois de uma surra, mandaram o moleque de bonde no meu lugar, e eu efetuei a fuga. Era dia 1º de outubro de 1992... Vai vendo. Fui para a casa de um mano. 6h da manhã, já estou de olho na janela. Os olhos fixos na rua. Umas 8hrs, esse mano me chama para ver um bagulho na televisão. Eu, que tinha passado seis meses em cana, não queria saber de televisão. Queria só olhar para a rua, respirar um ar puro...

– Olha aí, Flavinho! Os caras iam te mandar para morrer na Detenção, caralho.

Quando fui ver a reportagem, truta, vejo os helicópteros sobrevoando a cadeia, os polícia descendo de rapé, as mães todas chorando.

Depois de seis meses, fui preso novamente num assalto. Porém, dessa vez a história foi um pouco diferente. Uma semana no distrito, os polícia já mandaram a real.

– Não deixa esse neguinho aqui, não, que ele vai fugir. Pode mandar de bonde para a Detenção.

Foi então que eu me estabeleci no 2º andar do Pavilhão 8, em abril de 1993. Caralho... De repente foi o meu livramento”.

Durante as primeiras semanas na cadeia, eu ainda recebia alguma visita, que, por consequência da vida, logo deixou de acontecer. Minha irmã e meu irmão tinham as suas próprias famílias, e por isso não conseguiam me visitar... Vou dizer que fiquei um longo período sem visita... Independente de qualquer coisa, sempre tive o pensamento de não responsabilizar a minha família por um bagulho que, afinal, eu mesmo procurei para mim e acabei pagando o preço. Eles não têm nada a ver com os meus erros do passado.

Desde que a gente passou pelos portões da Detenção, foi só opressão, humilhação, discriminação. A sociedade se orienta pelo que a mídia vende, mano. As pessoas se esquecem que elas podem ser as próximas a serem julgadas. E isso não é certo... Não tem cabimento. O que leva as pessoas a serem assim? É muita maldade no coração do ser humano. É fácil se revoltar contra o sistema. Por uma decisão nossa, decidimos seguir na contramão e optamos pela paz.

Algumas pessoas até comentavam, pô, mano, não sem como você aguenta ficar sem visita, e ninguém te vê reclamando, xingando, murmurando e pá. O que me manteve firme foi a consciência de que a pena é longa, mas não é perpétua. É aquele pensamento de “opa, tô aqui, mas sei que um dia eu vou sair”. E, mais importante, pude contar com o apoio dos parceiros da comunidade carcerária. A visita deles acabou se tornando a minha também.

Nós temos uma história muito interessante. O FW e o Kric eram faxina e moravam no segundo andar, e eu estava morando no quarto andar. Nos conhecemos através das partidas de futebol, e a partir disso tivemos a ideia de unir esporte e atividades culturais em prol da questão do preso. Em 1996, numa época que o crime era olho por olho, dente por dente, nós já fazíamos cultura! Através dessa nossa iniciativa, aquelas mortes banais foram diminuindo. De duas mortes diárias foi para uma, até que as mortes se tornaram raras.

Ninguém melhor que o F.W, antigo Faxina, para contar o histórico de violência na Detenção:

Imagem 52 – W.O e F.W mostrando faca produzida na Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

“Para quem não conhece, truta, acha que isso é um mero pedaço de ferro. Ninguém imagina quantas vidas essa faca salvou, e quantas ela tirou... As facas eram fabricadas com pedaços do carrinho de bóia, usado pelos faxinas na distribuição do alimento pelos andares. O

mesmo carrinho que carregava boia, carregava os cadáveres cheios de sangue que morriam na cadeia. A bainha da faca é um pedaço de pano. Os dentes são para tirar aqueles pedacinhos de presunto quando a faca sai. Isso aqui atravessa tudo, truta.

Os caras te jogam no Vietnã, desarmado. É um labirinto, e você está vivendo em meio a um monte de lobos. O lobo, truta, come carne e bebe sangue. Para sobreviver, você tem que ser lobo. Vai comer carne e vai beber sangue. Senão, você vira almoço.”

Nessa de querer fazer rap dentro da cadeia, fomos muito discriminados por agentes desse sistema corrupto. O mesmo Estado que condena, massacra, humilha e bota armadilhas para deixar o preso cada vez mais afundado dentro daquele sistema. A gente sentiu isso na pele! Sentimos e também vimos amigos nossos passando por humilhações que deixariam qualquer ser humano com sangue nos olhos.

É um bagulho assim: por qualquer situação besta, por menor que seja, o funcionário vai atrasar a vida do preso... É coisa de ir pegar um café na cela ao lado na hora da tranca, de modo a ter uma boa noite de sono, e aquele funcionário não ter o bom senso de entender o seu lado. Sem ideia, mano: condenam o preso de novo e mandam para o castigo. Eu já estava preso... Para onde mais iria?

A cada 100 funcionários, somente 1 vai te ver como um ser humano. Graças a Deus, o Comunidade Carcerária teve a honra e o prazer de encontrar um funcionário com o coração gigante, o Sr. Valdemar Gonçalves, nosso padrinho. Sinceramente, foi como ganhar na loteria.

Imagem 53 – Seu Valdemar e a banda Comunidade Carcerária no Parque da Juventude



Fonte: Silvana Jeha, 2015.²

² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AihzpJK-Pc0&ab_channel=SaladeNot%C3%ADcias. Acesso em 25/02/2025. Min 00:11.01.

Seu Valdemar foi um agente de disciplina e diretor de esportes. Independentemente de estar cumprindo o seu dever, que era manter os presos na disciplina de regime fechado, ele encontrou formas para auxiliar o detento a se habilitar gradualmente ao convívio com a sociedade. Se o preso estivesse passando por alguma dificuldade, opa, de repente precisando de um remédio, um atendimento médico com o Dr. Drauzio, uma roupa, um cobertor, ou até mesmo um telefonema para a família, o seu Valdemar sempre ajudava o encarcerado nessas condições. E aqueles que mexiam com as coisas erradas nem envolviam o seu Valdemar nas fitas, que a gente enxergou nele uma pessoa de bem que optou pelas coisas certas. Na dificuldade a gente procurava ele, nunca para uma fita errada.

O Sr. Valdemar foi uma pessoa que sempre enxergou o coração do preso. Ele repetia que o maior investimento do Estado é na recuperação do ser humano, independente do crime. Todo nós temos o direito a uma segunda chance, essa é a lei.

O mano FW conta assim a sua história com o seu Valdemar:

“Quando eu cheguei na cadeia, minha mente era voltada ao crime. Estava à milhão! Era como se eu estivesse no meu habitat natural. Que para mim não foi nada diferente. Logo que cheguei, entrei para a faxina, que é o grupo de presos que servia a alimentação e resolvia os problemas da cadeia. Qualquer fita que acontecia, o proceder era procurar nós da faxina, mesmo questões de vida ou morte.

Um dia, um parceiro meu comentou sobre um amigo dele que estava passando o maior veneno no castigo e pá, e me chamou para ir dar uma força. Era o Carioquinha, o Kric. Logo nos entendemos e chamei ele para morar com nós da faxina.

Nós estava à milhão na Detenção. Bagulho morrendo um monte de gente, e nós da faxina também estava à mil! Nós estávamos no fluxo. Toda vez que a gente ia pagar boia, o Kric vinha junto comigo, e eu sempre gostei de cantar um rap nessa minha atividade.

– Porra, mano... O que você está fazendo na cadeia? Não era para você ser criminoso.

– E aí, truta, ce tá me tirando?

– O seu barato tinha que ser a cultura! Que música é essa aí que você está cantando?

– Isso é rap, mano.

– Não conheço rap, mas conheço James Brown.

– É isso mesmo. Agora é evolução! Música negra, cabelo duro, é nós.

– Porra, que bagulho cabuloso! Aí, mano. Você precisa conhecer o seu Valdemar, um funcionário que pode nos ajudar nessa fita de cultura. Ele está organizando um festival de cultura.

– É o seguinte: se você trazer um funcionário aqui, nós vamos jogar a manta e meter a faca nele, truta. Funcionário, comigo, é só na faca.

Mesmo com toda a rixa entre presos e funcionários, o Kric insistiu que eu tinha que falar com o seu Valdemar a respeito dessa oportunidade de música. Mediante isso, comecei a observar o jeito que ele tratava a gente... Truta, o seu Valdemar tratava o preso como um ser humano. Pensei, caralho, esse funça tem amor pela gente! Ele me mostrou que é possível ser diferente. Através dele, comecei a olhar para os funcionários com outros olhos. Já não os via como meus inimigos, só aqueles que queriam ser.”

Eu fui o primeiro da banda a sair da cadeia, em 1999. Em 2001, a gravadora Atração Fonográfica me deu uma oportunidade de emprego, e mediante isso veio com a proposta de produzir o nosso primeiro disco, *Código de honra*, lançado em 2001. Com a ajuda do seu Valdemar, eu entrava na cadeia nos dias de semana para compor e ensaiar junto com os meus parceiros. Se eu tivesse virado as costas para os parceiros, mano, dificilmente estaríamos aqui hoje.

Mano, para se ter ideia, Comunidade Carcerária é um grupo que conseguiu trazer emissoras de todo o mundo para fazer a cobertura do lançamento do nosso clipe *8º Pavilhão*. Muito por conta do nosso conceito, reunimos presos de todos os na gravação. O reconhecimento dos parceiros é algo que não tem preço.

Imagem 54 – Clipe *8ª Pavilhão*



Fonte: Canal Comunidade Carcerária.³

³

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iz_xShJuvHE&ab_channel=ComunidadeCarcer%C3%A1ria-Oficial. Acesso em 25/02/2025. Min: 00:00.28.

Desde quando manifestamos a vontade de fazer rap, recebemos o apoio de vários manos da comunidade carcerária. E quando eu saí da cadeia, não foi diferente. De repente eu me vi na rua desempregado, com filho e esposa para alimentar... Não tinha saída. Eu estava pensando em voltar a fazer coisa errada, entende? Um dia, fui visitar os manos e expliquei a minha situação. Mediante a minha situação, falei para os irmãos que não estava dando para segurar! Estava foda...

– Pode ficar firmão, mano, que nós vamos te ajudar.

Olha que bagulho louco. Logo que eu fui embora, os irmãos começaram a arrecadar a alimentação que recebiam das visitas. No dia seguinte, fui na cadeia para ensaiar com os meninos, e eles estavam me esperando com aquela cesta básica enorme para mim... Não tem como não se emocionar com um bagulho desse... A comunidade carcerária me alimentou na hora que eu mais precisei. A nossa história é dificuldade do começo ao fim, mas nós estamos aí mantendo a nossa chama acesa. Agora você entende o nosso código de honra. Isso aqui é verdadeiro. Com nós não tem maquiagem...

Imagem 55 – Comunidade Carcerária ensaiando no Pavilhão 8 – Programa H (1999)



Fonte: Canal Vídeos Raros do Rap.⁴

4

Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=4VEnYF3ZPyU&t=5s&ab_channel=V%C3%ADdeosRarosDoRapNacional.
Acesso em: 26/02/2025. Min: 00:01:40.

O que nos mantém no rap é o nosso código de honra. A gente sabe que tem o que oferecer ao público, sabemos da nossa qualidade, mas infelizmente não conseguimos viver do rap. É uma luta, irmão, que não é para qualquer um. Por isso que muitos grupos formados na cadeia desistiram. É uma luta árdua, sofrida.

Mano, nós fazemos rap desde 1996 e não ganhamos dinheiro com o rap! O nosso sustento vem do trampo de almoxarife, no meu caso, e de tosador, no caso do FW. Tudo o que nós queremos é conseguir pagar as contas com o rap, onde o nosso coração está. A gente quer que a sociedade nos abra as portas, não o crime! Sobreviver daquilo que a gente faz com amor não é pedir demais...

Fosse pelas traições que a gente recebeu nessa nossa trajetória, vish, já era pra nós ter se decepcionado e até parado de perseguir o nosso objetivo. É impressionante... Sempre tem um para fechar as portas, sempre tem um na traição. As pessoas não fazem ideia, mas nós já fomos muito prejudicados... Tá ligado o filme *O Prisioneiro da grade de ferro*? O produtor foi o Paulo Sacramento, mas toda a concepção e a filmagem foram elaboradas por nós, presos! Ele veio por trás como um robzinho, filmando tudo aquilo que a gente estava filmando. Até o nome do filme foi pensado por nós!

Sobre esse assunto, o FW lembra bem o desenrolar da trama:

“É o seguinte. A gente estava fazendo um curso de vídeo e som oferecido pela produtora Olhos de Cão, dirigida pelo Paulo Sacramento, lá no Pavilhão 2. Nesse ínterim, conhecemos o diretor Hector Babenco através do seu Valdemar. O Babenco sentou na nossa cela com nós, tomou café, e explicou que queria fazer um filme na detenção. A ideia dele era trazer alguns atores na cadeia, e queria que a gente ficasse mostrando para os caras como é que funcionava a vida nossa. Ele assegurava que faria um filme com nós presos.

Duas vezes por semana, o Babenco vinha com uns três artistas da Globo, que passavam o dia todo com nós. A gente percorria o Pavilhão 8 inteiro, mostrando toda a cadeia para eles. Isso aconteceu por umas três semanas. Comecei a achar aquela fita meia esquisita... Numa reunião do curso com o Sacramento, eu expus para o coletivo sobre as minhas suspeitas...

– Escuta o que eu tô falando, mano. O Babenco está colhendo as nossas ideias. Todo dia ele aparece com um ator diferente. Esses caras estão só coletando a nossa ideia, nosso esquema de ser. Quando desativar a cadeia, ele vai rodar esse filme lá no Pavilhão 2 sem nós.

– Que, mano... Ce é muito maldoso. Larga dessas ideias.

E é impressionante: depois tudo aconteceu conforme eu suspeitava. E o foda é que, no filme *Carandiru*, o Babenco contou várias histórias que não tinham nada a ver com a realidade!

Mas, até então, tudo era suspeita. Foi nesse contexto que eu compartilhei com o Paulo Sacramento a ideia de fazer um filme entre nós comunidade e a produtora dele.

– Vamos fazer um filme entre nós presos, truta. Lá dentro, deixa com nós para resolver com a rapa. Vocês resolvem o bagulho das câmeras.

Nós tinha o conhecimento e o conceito com o crime; o Paulo Sacramento tinha o poder de levar as câmeras que estavam no Pavilhão 2 para o Pavilhão 8. Por mais rápido que fosse, um bagulho desse dependia de autorização da direção. No dia seguinte, o diretor chamou nós, e disse que iria liberar a filmagem, mas que a responsabilidade seria toda nossa. Qualquer coisinha que acontecesse, era sem ideia: bonde para o Anexo, e tudo no nosso peito. Concordamos e pá, e logo começamos a filmar.

Nós já sabíamos tudo que nós iríamos filmar. A única coisa que a gente falou para eles: se a gente não filmar, vocês não filmam, truta! Mas vem com nós, que já era. Passamos sete meses filmando. Fazíamos o curso e, ao mesmo tempo, produzíamos o filme, tudo dentro da cadeia.

Primeiro, passamos a ideia para a população: quem quiser aparecer nas filmagens, vem com nós. Quem não quiser aparecer, entra no barraco, e quem estiver fazendo bagulho errado, esconde. Segundo, os bagulhos errados a gente que iria conduzir a filmagem. Agora... Quem tivesse ali moscando, de repente com um baseado, aí vacilou, porque a ideia já tinha sido passada para a população inteira do pavilhão 8. Puta, no dia seguinte só se via os manos na galeria usando a sua melhor corrente, o seu melhor relógio, vestindo a sua melhor roupa.”

Só que é o seguinte. Poucos sabem que a gente foi traído na fita desse filme. Não sabíamos que não seria algo remunerado, e assinamos o contrato... Depois o filme estourou, ganhou vários prêmios internacionais... Pela crítica em Veneza, *O Prisioneiro da grade de ferro* foi eleito um dos melhores documentários, mano! O filme foi considerado um longa-metragem, muito devido ao valor do conteúdo que a gente expôs. Bagulho recebeu até em euro, e a gente não recebeu nem em real...

Nós fomos traídos, mano, simples assim. Eles até falam no filme que o preso participou, mas não falam que nós fizemos toda a parada, incluindo ideia, roteiro e filmagem. Os caras usaram todo o nosso conhecimento, todo o nosso conceito no crime. Se não é nós, eles iam filmar o que na cadeia? No máximo, iriam filmar de fora da muralha, o polícia panguando, passando em cima da muralha. Porque lá dentro eles não iam conseguir filmar nada.

Eles concentraram todo o mérito para eles, colheram todos os créditos do filme. O engraçado é que no começo, a nossa ideia era conversa de louco. Como assim, um filme feito pelos presos? Nós nos ligamos que o Babenco iria passar a rasteira em nós. Nessa daí que a

gente resolveu se associar ao Paulo Sacramento, devido estar fazendo o curso de vídeo e som com ele. Mas o bagulho não foi diferente do Hector Babenco. O cara que passou a rasteira em nós também!

Outra frustração. O FW passou um ano participando do Teatro Vertigem, junto com a Mariana Lima. 12 presos iriam interpretar os anjos malvados na peça *Apocalipse 1,11*, escrita pelo Fernando Bonazzi. A apresentação seria no antigo Presídio do Hipódromo, no Brás. O juiz tinha autorizado, tudo certinho. No dia da apresentação, circulou alguma caguetagem de que os manos iriam fugir. Por conta desta traição mesmo, as portas se fecharam ainda mais para nós. Foi a maior frustração para vários presos, e ainda maior para o pessoal do teatro! Um ano de ensaio, maior investimento no bagulho, e os manos foram barrados no dia... Foi mais uma barreira, mais uma frustração entre várias.

Nessa daí que lamentavelmente a gente passou por várias situações que o sistema atrasou a nossa ressocialização. Continuamos sendo julgados até hoje. Sempre que vamos concorrer a editais de fomento à cultura da periferia, somos julgados por levarmos a comunidade carcerária no nosso nome. Quantos shows e editais nós já perdeu por conta do nosso nome? Teve até gente que pediu para mudar o nome do grupo, porque com esse nome os caras não iam aceitar nós. Mas, antes de tudo, nós é que temos que nos aceitar. Comunidade Carcerária é o que nós é, e já era!

O nosso nome é Comunidade Carcerária porque a cadeia nos uniu. Nós somos movidos por um mesmo objetivo: correr com aquele irmão que está na luta para sair da cadeia, com aquele familiar que sofre discriminação, com aquela mulher encarcerada - elas sofrem ainda mais que nós! Não tem nada a ver com apologia ao crime. Pelo contrário. O nosso foco é a transformação do preso. Ajudar aquele mano encarcerado a sair do crime e a voltar ao convívio com a sociedade sempre foi o objetivo do nosso grupo.

E hoje, veja só, nós contamos com esse lugar incrível que é central na nossa função de resgatar os jovens. Presente de Deus mesmo! O Instituto cultural GR2C, inicialmente Espaço cultural GR2C, foi conquistado por nós através de um edital da Secretaria Municipal de Cultura, patrocinado pelo Programa de Fomento à Cultura da Periferia, em 2020.

Imagem 56 – Logo do Instituto Cultural GR2C



Fonte: Washington Paz – Acervo pessoal. Adaptação do autor.

A gente concorreu o edital e ficamos em terceiro lugar! Mano, olha o espaço que a gente conseguiu! Agora estamos lutando diariamente para não o perder. Sabemos que isso aqui foi dado por nós e por Deus... Ele não vai deixar sair assim, de mão aberta. Uma luz vai nos aparecer. Mas é foda, cara... Hoje, sem fomento público, pagamos o aluguel do espaço do nosso próprio bolso.

Estamos promovendo o nosso projeto chamado *200 km/h na contramão*. O foco é promover, neste espaço, a cultura periférica em suas diversas formas: rap, funk, dança, etc. Antes de ser um espaço cultural, aqui é um espaço periférico, destinado a acolher todas as formas de ser presentes na nossa quebrada. Todos os estilos são bem-vindos, desde que a música seja para valorizar a autoestima das pessoas, não diminuir. Nisso daí que a gente conta com a participação de vários moleques da periferia, principalmente aqui da Vila Joaniza, extremo Sul de São Paulo.

Imagem 57 – (Da esquerda para a direita) F.W e W.O no palco do Instituto Cultural GR2C



Fonte: Washington Paz – Acervo Pessoal

O que a gente quer é a molecada que antes estava pendendo para o crime socializada, trabalhando, estudando, se divertindo. Alguns jovens são mais frequentes, não perdem uma aula de música! Outros passam aqui quando podem, colhem alguma informação e pá... Independente de qualquer coisa, as portas permanecem sempre abertas. É uma forma de não desistir desses meninos.

Nós temos um moleque aqui com nós que já tinha desistido da vida. O outro tirou 3 anos de Fundação Casa, já estava voltando para o crime. Hoje os moleques estão aí cantando, escrevendo música, procurando um novo sentido de vida através dos palcos. Ce é louco! São talentos aprisionados, mano. Mesmo na rua, o cara tá aprisionado porque a mente está presa. Olha o que uma oportunidade de cultura faz na vida desses jovens!

Aqui não é teoria, mano. Nós somos exemplos práticos. O rap mudou a nossa vida e tem mudado a vida desses jovens periféricos. Nós somos parte da comunidade carcerária por conta daquilo que a gente conquistou, que é o respeito dos irmãos. Hoje a gente pode chegar em qualquer quebrada e resgatar os moleques, porque conquistamos o respeito. O próprio crime fala para os moleques colar em nós que é só ganho. Isso para nós é gratificante.

Os criminosos mais cabulosos da quebrada nos conhecem. Alguns tiraram cadeia conosco. A gente poderia chegar nos caras e pedir uma força. Só que a gente não quer isso. A gente quer sobreviver da música. Não vamos voltar para o crime. Esse é o nosso código de

honra. A gente não vai recuar por nada, por mais necessidade que a gente passar. Muitas vezes falta até comida dentro de casa, mas a luta persiste, mano...

Imagem 58 – Desenho no Instituto Cultural GR2C – Comunidade 2C –
O Senhor é o meu pastor, e nada me faltará



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Infelizmente, o sistema carcerário está regredindo. O barril de pólvora está enchendo e uma hora vai estourar. Cadeia é igual um show: se não tiver cheio, não dá dinheiro. A sociedade precisa abandonar a ideia de que a cadeia recupera o preso. No dia em que a cadeia estiver vazia, o crime na rua vai diminuir. Precisamos de alternativas, porque nós testemunhamos que cadeia só cria monstro! Se o preso não se recuperar por si próprio, ele sairá da prisão feito um bicho. O sistema não dá condições para o cara melhorar.

A questão da ressocialização não pode ficar só por conta do preso. Nós, sociedade, também precisamos fazer parte. Quando outras pessoas se articulam, a chance de mudança do egresso é muito maior. E nesse sentido, tem muita coisa que o poder público poderia estar fazendo em prol do preso, como direcionar atividades, cursos profissionalizantes, e conseguir um encaminhamento para quando o cara sair da cadeia, ter um trabalho. O investimento precisa ser na ressocialização, e não só no encarceramento.

Com a implosão da Casa de Detenção, o Estado só mudou o endereço do problema. O problema estava concentrado num lugar. Eles espalharam e multiplicaram. E outra: com os projetos culturais em curso, o Carandiru estava se tornando um local adequado para transformar o preso. Ali se via diversas manifestações artísticas e esportivas das mais variadas. Mano, alguns artistas faziam pinturas perfeitas, tanto nos papéis quanto nas paredes. Os artesanatos, então, eram lindos! Chegava a ser inacreditável que caras do crime fossem tão talentosos com a arte.

Nós acompanhamos toda essa expansão do movimento artístico na Detenção. Somos prova viva de que a ressocialização pela cultura é um trabalho que realmente funciona. Depois que formamos o grupo, foram surgindo vários outros, como o Detentos do Rap, no Pavilhão 5, o Bola Mais Um, que era um grupo de samba, e o 509-E, que nos acolheu no nosso espaço cultural dentro do Pavilhão 8! Talentos ofuscados nas ruas estavam brotando no Carandiru, ó que ironia.

Como se pode ver, a gente sofreu muita decepção... Consequência de estar neste corre em direção a uma cultura de resgate. Mas a gente nunca desistiu, e a gente está aqui até hoje, batalhando. Por mais que a gente passe necessidade, a gente não recua para aquilo que levou nós lá para dentro. Esse é o código de honra.

Comunidade carcerária é uma corrente, mas não uma corrente fechada. A gente é pique uma corrente aberta. Quem soma com nós é mais um gomo corrente. A corrente se fortalece na parceria. Nós rompemos as correntes que nos amarravam, e em cima disso construímos a nossa comunidade.

3.4. VANDERLEY FISCHER

Vanderley Fischer é um homem de fé inabalável. Sua experiência de conversão nos desígnios do evangelho estabelece uma relação de bifurcação com o passado prisional. O testemunho evangélico permite que se fale do passado criminal como superação teológica. A cadeia permanece na vida, mas com ressignificações. Fischer fala dos crimes cometidos e do período na prisão com parcimônia, intercalando situações traumáticas com uma linguagem marcada por interjeições cristãs e por um ritmo próprio que equilibra gírias e jargões bíblicos, pelos quais ele costura argumentos evocando tempos ucrônicos, ou, o tempo de Deus.

Conheci Fischer por indicação de Washington Paz e Flaviano Fonseca Filho. Na avaliação dos rappers da banda Comunidade Carcerária, Fischer seria uma pessoa relevante de ser escutada por duas razões articuladas: sua experiência como interno na Casa de Detenção de São Paulo e seu ativismo na causa da ressocialização. A indicação de mais um caso considerado bem-sucedido de reintegração à sociedade evidenciava, consciente ou inconscientemente, a intenção dos colaboradores em costurar um enredo prisional pelo ângulo da superação. Não se tratava de ouvir histórias de retorno ao crime, de adicção ou de sujeitos cuja fala se tornara fragmentada pelos efeitos persistentes do cárcere. Nada disso. Apenas indicações de egressos com um “papo daora”.

Desde o início do projeto, observei com atenção remoçada a construção narrativa intencional associada à ideia da “jornada do herói”, marcada pela superação da trama inicial que conduziu à criminalidade por meio de um movimento interior do protagonista – frequentemente associado à escrita ou a outros dispositivos testemunhais – em direção a um desfecho afirmativo, retomando lições morais sobre a vida do crime. Interessa-me compreender, em contrapartida, em que medida a ressocialização constitui um processo efetivamente conclusivo e como a experiência prisional no Carandiru se impõe na vida pós-cárcere.

Se a organicidade da memória parecia conduzir o projeto para o caminho politicamente correto por histórias de superação, a continuidade do trabalho de escuta exigia não se limitar a um registro meramente afirmativo. Importava sondar explicações subjetivas capazes de dimensionar os desafios persistentes da ressocialização: o estigma social, a escassez de oportunidades, as relações familiares e os vínculos de amizade no pós-cárcere. Esse conjunto de questões abertas orientou um *ethos* investigativo que me acompanhou ao longo da fase empírica da pesquisa.

Era 11 de junho de 2022. Durante um show da banda Comunidade Carcerária no Instituto Cultural GR2C, na Vila Joaniza, vi Fischer pela primeira vez. Munido de caderno e caneta, ele colhia assinaturas do público presente – pequeno, mas engajado – para propor um projeto de lei em prol da ressocialização dos presos e egressos, a ser encaminhado diretamente em Brasília. Demorei alguns minutos para reconhecer naquele homem branco, loiro e de olhos azuis o ex-detento do Pavilhão 8 que eu aguardava. Fischer destoava da parcela negra encarcerada e desafiava pressupostos essencialistas sobre o perfil do preso.

Naquele mesmo espaço, antes do início do show, eu havia conduzido a primeira de três entrevistas com André du Rap. A banda Comunidade Carcerária constituía, de fato, um amálgama de sobreviventes do cárcere. Mas não haveria tempo de entrevistar Fischer na mesma ocasião. Eu queria entrevista-lo sozinho, compreendendo que a presença de outros egressos poderia interferir na cadência dos seus argumentos. Conversamos brevemente e falamos sobre a possibilidade de uma entrevista, a ser agendada posteriormente. Trocamos contato e, alguns meses depois, recebi uma mensagem de Fischer informando que o dia 14 de junho de 2022, sua folga semanal, seria adequado para a entrevista. Ele enviou o endereço de sua casa, no extremo sul de São Paulo.

No trajeto entre o extremo leste e o extremo sul da cidade, ocorreu um episódio digno de nota. Ao desembarcar na estação de trem mais próxima da casa de Fischer, recebi uma ligação que eu aguardava havia meses. Tratava-se do coronel Arruda, policial militar com longo histórico de atuação em operações de controle de rebeliões na Casa de Detenção. Embora sua história não tenha sido incluída no escopo da tese, por razões explicitadas na história do projeto, não pude deixar de pensar em como as narrativas do preso e do policial se atraem e se tensionam mutuamente.

Cheguei à casa de Vanderley pouco antes do anoitecer. Era o momento em que o freteiro encerrava a jornada exaustiva de trabalho e se dedicava aos seus projetos pessoais de memória e ressocialização. Para Fischer, as noites são o tempo da lembrança, quando o corpo cansado transita da vida ativa para a vida reflexiva. Na sua visão, assim como na de outros egressos do Carandiru, entrevistas acadêmicas, jornalísticas ou em podcasts integram um projeto testemunhal mais amplo, no qual as lembranças se transformam em produtos culturais difundidos em diferentes mídias.

A casa era um verdadeiro primor. O cuidado expresso nos grafites nas paredes, nos quadros com fotografias da família e na iluminação recém-instalada indicava uma história de superação pela via do trabalho. Fischer comentou com orgulho que tudo o que fazia era orientado pelo conforto da esposa e da filha.

O que o movia, contudo, não era apenas o desejo de ascensão pessoal. Seu projeto, de forte inspiração messiânica, envolvia a criação de uma organização não governamental voltada à causa dos egressos do sistema prisional, cujo estatuto, segundo ele, teria sido ditado por Deus e transcrito ainda durante o cárcere. Esse estatuto compunha apenas uma parte de seu volumoso acervo de diários prisionais, guardado, como afirmou, “a sete chaves”.

Naquele momento da pesquisa, minha intenção era operar com uma história oral híbrida, articulando narrativas orais e fontes biográficas preservadas pelos colaboradores. Essa estratégia, no entanto, havia sido relativizada após a experiência com Cláudia Prado, quando percebi o desconforto provocado pelo manuseio de manuscritos íntimos. Vanderley reagiu de modo semelhante. Seu acervo constitui uma matéria-prima a ser preservada até que possa ser convertida em produto cultural sob seu controle autoral. Seu canal no YouTube, *Tantos dias de detenção*, organiza parte desses diários, transpondo o código escrito para o oral e, por fim, para o digital. Ao solicitar acesso aos cadernos, ouvi a resposta enfática: “esses daqui não saem de casa, são o meu tesouro”. Após longas explicações, obtive autorização para fotografar apenas a primeira página do primeiro diário, imagem apresentada ao longo da história. Hoje, reconheço que faria diferente.

Foram duas horas de gravação, seguidas de mais duas horas de conversa durante o café e o jantar. Com o gravador desligado, as motivações religiosas tornaram-se ainda mais evidentes. Aproximava-se a meia-noite quando Fischer me acompanhou até a esquina que dava acesso à estação de trem, advertindo sobre os riscos do bairro, mesmo para quem já passou pela cadeia.

Na etapa de conferência da entrevista, realizada com um intervalo significativo em relação à gravação, Vanderley enviou fotografias dos pavilhões 8 e 9, uma imagem registrada no Presídio de Valparaíso e o arquivo da entrevista renomeado como “minha história”. Situações evitadas durante a gravação, sobretudo a relação com o amigo Di, foram posteriormente incorporadas. A autorização final, concedida três anos após a entrevista, consagrou o processo de colaboração e conferiu legitimidade à história apresentada.

Será um movimento grandioso pela liberdade

A história é a seguinte. O sistema tentou apagar a memória do Carandiru. Destruíram a estrutura física, mas nós vamos contar tudo o que vimos, ouvimos e vivemos lá dentro.

Não adiantou tentar esconder o que aconteceu. Estamos vivos! Nós estávamos lá, e nós estamos aqui. Passado, presente e futuro estão conectados, e nós somos a substância que liga tudo. Não ouvimos ninguém falar, e não precisamos ler sobre o assunto. Nós vivemos o inferno e estamos aqui para contar como ele é. O meu nome é Vanderley Fischer. Sou um sobrevivente do Carandiru. Fiquei preso sete anos da minha vida, três deles na Casa de Detenção de São Paulo.

A ressocialização nunca é terminada! É um movimento constante de reescrever a própria história. Hoje, digamos, estou tete a tete com a sociedade. Sou microempreendedor individual (MEI) no ramo de transporte, mas eu não comecei nesse patamar. É um processo que se iniciou em 2003, ano que saí da cadeia, e que continua até hoje. Com o fruto do meu suor, consigo dar a minha família qualidade de vida, que é o que todo mundo no crime quer. Essa é a chave para entender o crime, na verdade todos querem um lugar ao sol!

Existem, no Brasil, mais de 800 mil justificativas para o crime. Cada preso tem uma história que explica como ele entrou para essa vida, e eu também tenho a minha.

Eu nasci e cresci em Taboão da Serra, Zona Metropolitana de São Paulo. Minha família era de classe média baixa. O meu pai era taxista e pintor, e nunca deixou faltar nada para nós. Sou o irmão do meio, o mais atentado da casa. Tive uma infância maravilhosa! A gente chegava da escola e já ia brincar na rua numa época que não tinha celular ou rede social. O meu rolê era andar de bicicleta, carrinho de rolemã, perna de pau, jogar pião, com direito acrobacias que faziam o pião dançar pelo barbante. Eu saía limpo de casa, voltava da cor do barro. Infância mil grau!

Logo começou a chegar aquela fase da criança virar adolescente. E aí ela quer estar igual os demais. Quer ter um tênis da ora, uma camiseta de marca, uma calça maneira. Pode parecer uma coisa fútil, mas o consumo é algo importante para quem vem de baixo, tá ligado? É uma forma de criar vínculo de identidade perante a sociedade.

O que é impressionante na nossa vida é que uma escolha pode mudar todo o nosso destino. Não são duas, nem três escolhas. Errou uma vez, a depender do erro, a conta chega e a sua vida nunca mais será a mesma. Até hoje eu me lembro qual foi a minha escolha errada. Não foi nenhuma escolha calculada. Como tantas outras histórias, fui empurrado pelas circunstâncias da vida.

Eram 17 ou 18hrs. Fim de tarde em Taboão, eu soltando pipa, dando e levando rélos, disputando os céus e se divertindo como deveria ser até hoje! (Porém, hoje a infância está sendo roubada por telas e pela violência que as impedem de sair às ruas, se divertir de verdade). Mas lá estava eu, quando vejo aquela senhora descer do busão, cheia de sacola. Senhora sofrida, tipo de pessoa que você percebe na hora que passou e passa por grandes dificuldades.

Lembrei que ela morava perto da minha casa, e por isso decidi ajudá-la a carregar as sacolas. Quando eu chego na esquina da sua casa, vejo os malandros da quebrada. Alguns caras eram mais velhos, já tinham tirado uns dias de cadeia. A maioria era jovem, como eu. Estavam sentados ao redor de uma fogueirinha, trocando uma ideia, tomando um vinho, escutando os malandros mais velhos.

Quando eu me aproximei da casa da senhora, o seu filho mais novo veio correndo na minha direção, me agradecendo. O seu vulgo era Di, um rapaz que veio a ser um amigo para mim mais chegado do que qualquer irmão, tipo de amigo que Deus só te dá um na vida. Viramos unha e carne. Após aquele primeiro contato, fui convidado para ficar ali na rodinha, trocando ideia com os malandros. Fui tomando um vinho, escutando as conversas de cadeia, sobre o crime e coisa e tal, mil fitas loucas...

O Di tinha um irmão mais velho, conhecido como Sócio. Sócio foi um ladrão cabuloso de banco, e já tinha tirado uns dias de prisão. No meio da fogueira, ele era o nosso contador de histórias. Ele explicava que o crime é podre, mas não admite falhas; que cadeia é pra homem, que a palavra é tudo, que o certo não pode passar por errado e vice-versa, e se for para morrer, morra como homem, de cabeça erguida. Várias histórias, várias fitas, bagulho mil grau...

Do jeito que o Sócio contava, o crime não compensava, mas todo aquele cenário criou em nós um certo encanto... Acontece que a sociedade é fissurada nesse assunto. Sem perceber, eu estava sendo doutrinado para o crime. Comecei a colar mais com os caras, a participar das partidas de futebol e das rodas de samba. Fui me entrosando com o grupo, me envolvendo naturalmente. Entre o esporte e a música, bolava um baseado, dava uma cheirada.

A maioria daqueles jovens tinha família e emprego. Nas décadas de 1980/90 emprego era o que não faltava em São Paulo. Eu mesmo era office boy de uma indústria de uniformes. O nosso trabalho garantia o vinho, o uísque, a cerveja, a maconha, a cocaína. A gente bancava o nosso rolê, sem precisar roubar de ninguém. Mas de repente, sem anúncio nem aviso prévio, com uma decisão e uma canetada, tudo mudou e mudou a vida de muitos.

O ano de 1989 chegou, e o Brasil virou um caos. Após 25 anos de regime de excessão um presidente foi eleito pelo voto popular: Fernando Collor de Mello, ou simplesmente Collor.

Já em seu primeiro dia de governo, juntamente com sua ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, confiscaram a poupança de todos... Houveram demissões em massa, empresários se suicidando, empresas quebrando por todo país... Pobre não tinha poupança mesmo, nem sentiu muito, já estão acostumados a sobreviver em qualquer circunstância. Pobre se adapta rápido... Mas rico tinha poupança, e no apavoro do momento, fecharam as empresas e demitiram os trabalhadores.

Mediante esse contexto complexo, cada um daqueles moleques do grupo foi mandado embora. Aquela fonte de renda que eu tinha, que era pro meu lazer, secou. Geral sem emprego, os pobres sofrendo, e eu me descobri depende químico. Todos que usam drogas, acreditam que param quando quiserem, que são mais fortes, que é só um lance...

Esse fato de ficar desempregado e sem condições financeiras é tão profundo e marca tanto que até hoje, 35 anos depois, ainda tenho sonhos assim: desempregado e desesperado.

Vish, mano... Minha vida entrou em um turbilhão. Foram várias reviravoltas, forças contrárias se colidindo. Em 1990, eu tinha 15 anos, e passei mais 5 anos nessa transição do trabalho para o crime. Fui tentando dar um jeito, fazendo um biquinho aqui, um biquinho ali, mas o padrão de vida foi caindo continuamente. No começo da crise, os caras mais desestruturados começam a partir para o crime. Porta fechada pela indústria, porta aberta pelo crime. O crime nunca fecha! Nenhuma biqueira desse país enfrenta desabastecimento de droga, até porque, quem mais se droga é playboy, o que faz desse ramo altamente lucrativo.

Os meus amigos começaram a se envolver no primeiro momento. Eu ainda segurei a onda. Os caras me chamavam pra um assalto, uma fita e pá, mas eu tinha os valores da minha família. Mas chegou a hora que os meus valores não foram o suficiente, e eu realmente comecei a pender para o lado do crime.

O crack tinha acabado de chegar ao Brasil. Mano, o crack é diferente de todas as outras drogas, porque escraviza o usuário de uma tal maneira que é difícil se libertar. O bagulho é louco! A abstinência causada é parecida com a dor da fome, com a diferença que nunca se sacia. O crack tira a sua moral, a sua ombridade, o seu caráter. Sua formação no seio de uma família de valor se derrete.

O maluco faz o que for necessário para fumar uma pedra. Roubar em casa, roubar na rua, tanto faz. Eu vi os meus amigos roubando botijão de gás dentro de casa, cd, aparelho de som, para trocar por droga. Graças a Deus eu não cheguei a esse ponto. Mesmo assim, os meus valores caíram no chão!

Eu só nunca pratiquei patifaria com ninguém. Nunca roubei pobre... Se bem que roubar nunca é a saída. O mandamento de Deus é simplesmente “não roubarás”. Sinto até vergonha do

meu passado, mas procuro fazer desse passado o adubo para um futuro diferente. É por isso que eu estou contando essas histórias.

Para sustentar o meu vício, comecei a meter assalto. Devido a minha aparência, sujeito branco, loiro e de olhos esverdeados, às vezes eu efetuava um assalto e a pessoa não acreditava. Parecia que a ficha não caía. Eu chegava mandando a ideia:

– Perdeu! Só quero o carro. Se não descer, vai tomar tiro.

Quando a pessoa não acreditava que era assalto de verdade, eu tinha que mostrar a arma. Eu estava roubando carro, loja, lanchonete... Estava à milhão. Em 1996, eu estava com 21 anos. O meu nome estava conhecíssímo na quebrada, e eu procurado por todos os policiais de Taboão da Serra. Até que em um dia a polícia invadiu a casa da minha mãe na minha procura, e eu saí fugido para o interior de São Paulo.

Para se ter uma ideia, o interior durante os anos 90 ainda não tinha droga, assalto e cadeia... Hoje, o interior de São Paulo está cheio de presídios e drogas também. Depois de muito procurar algo para usar, consegui uma latinha de cola de madeira para cheirar. Eu comecei a ficar louco, truta... Num dia estava cheirando cola, no outro tomei logo um coquetel de diazepam com cachaça. Acordei meio grogue numa delegacia, com o barulho do escrivão batendo o meu B.O na máquina de escrever. Na noite anterior eu havia invadido uma casa e tentado roubar uma bicicleta. O pior é que eu não lembro de nada!

Em 1996, acabei sendo preso pela primeira vez na Comarca do município de Pacaembu. Peguei 5 anos e 4 meses, que é o normal para réu primário enquadrado no artigo 155, crime de furto. Por ser primário de tudo fui condenado a 5 anos e 4 meses de prisão... Mas sai de condicional em apenas 1 ano.

Mas ali a cadeia era mamão! Cadeínha de Comarca. Na cela só tinha ladrão de galinha, preso por briga de bar, briga com a mulher, b.ozinho suave. Não tinha ladrão mesmo, não era uma cadeia de verdade. Acredito que Deus me deu essa oportunidade de me tirar do inferno de São Paulo e me deixar ali refletindo, como um pai que corrige o filho com justiça porque o ama.

Paguei um ano de cadeia e voltei para São Paulo, recebido como um herói. Porém, sem saber o quanto dói cadeia de verdade, voltei ao crime, mano! Ou seja, a lição foi pouca. Depois de dois meses na rua, o Di e eu fomos meter um assalto num mercado. O mão-branca, como se chama o segurança, foi tentar proteger o dinheiro do patrão e levou um tiro. Meu parceiro tomou dois. Uma mina tomou um tiro no peito, e outra tomou um tiro no pé. Deu tudo errado... Nessa aí, fui condenado a 12 anos, 10 meses e 20 dias de prisão.

Entre 1997 e 1998, fiquei preso no 34º DP, na Vila Sônia. A prisão no DP era um verdadeiro inferno na terra. Você não tinha paz, nem de dia, nem de noite. O bagulho era

louco... Sofri muito, tanto no psicológico quanto na carne. Passei muita fome. A pouca comida que serviam era estragada. Linguiça podre, salsicha verde, gosmenta, frango cru... Por isso, tive mais de 100 furúnculos.

Pelo amor de Deus! Que sistema é esse, mano? Isso é fábrica de monstro! A pessoa sai da jaula igual um animal. Bate no cachorro por três dias, e você terá um leão. Ele está cheio de ódio, e qualquer um pode ser vítima. Esse ódio vai ser combatido com mais ódio, e desse jeito a violência se perpetua. A situação nos DPs em São Paulo era tão insuportável que houve muita pressão para desativá-los. Nessa aí, fui transferido para a Casa de Detenção no dia 7/8/1998.

Assim que eu atraquei, isto é, cheguei na Detenção, fui enviado para a cela de triagem do 5º andar do Pavilhão 9. A cela era um barraco de 4x6, onde eles confinaram 40 presos... A única janela da cela era uma chapa de aço. Nossa luz vinha de uma lâmpada incandescente. O café era preparado queimando plástico, o que deixava o ambiente com um ar insalubre. A luz laranja, o aperto, o cheiro forte. Parecia mais um portal para o inferno. Em todos os cantos, beiradas, quinas, estavam empesteados de percevejos. Superlotação de percevejos! O preso era comido vivo. Alguns dias dormindo naquela cela foram o suficiente para que eu ficasse como um cachorro sarnento. Meu corpo estava como o de Jó – personagem bíblico...

O Pavilhão 9 era ocupado por uma maioria de moleques novos, descabeçados. Eles queriam criar nome no crime, e por isso matavam por qualquer coisinha. E um detalhe: os donos de cela, ou simplesmente barraco, eram alvos constantes. Os caras só esperavam por um deslize para, na linguagem do Carandiru, subir com o barraco. O proprietário levava umas pauladas e era enviado para o Pavilhão 5, onde ficava o seguro. Aquilo não era uma cadeia... Era uma verdadeira imobiliária!

Imagem 59 – Vanderlei no pátio externo do PV. 9



Fonte: Vanderley Fischer – Acervo pessoal.

Entre todos os pavilhões da Detenção, o 9 era o que tinha o ritmo mais acelerado. Aqueles corredores viviam sempre cheios. A movimentação era intensa. Ladrão para lá, ladrão para cá, subindo e descendo escadas freneticamente, como se estivesse para atrasar em um compromisso. Nunca vi tipo tão apressado como ladrão do Pavilhão 9! O único momento em que todo mundo parava era durante a entrega da bóia, a comida da Detenção. Para avisar que as marmitas seriam entregues, o boieiro, preso responsável pela distribuição, gritava alto para todos ouvirem, com a última palavra devagar:

– Olha a bóia!

O ladrão desaparecia do corredor, feito barata! As galerias ficavam completamente vazias para dar passagem ao carrinho da bóia. Não importa onde o preso estivesse. Se estivesse andando pela galeria na hora da bóia, entrava para qualquer barraco, pedia licença para os caras e lá ficava até terminar a entrega da alimentação naquele andar. Em cada guichê, uma placa sinalizava a quantidade de moradores no barraco. O boieiro entregava somente a quantidade sinalizada. Cada cela tinha o seu próprio boieiro, que era responsável por pegar a alimentação

de todos os moradores do barraco, já que não era possível passar de uma vez todas as marmitinhas pelo guichê. Quem estivesse no caminho da bóia estava sujeito a levar paulada, porque no Pavilhão 9 o tempo não podia parar.

As marmitas da Detenção eram fornecidas por uma empresa terceirizada chamada “Dona Dai”. Era uma comida totalmente zoada, ruim de verdade. Sinceramente, eles nos serviam lixo... Com certeza o Estado pagava um valor para a empresa servir uma comida digna, mas a estrutura vai desviando verba, tirando proveito do preso. Vamos supor que a empresa recebe de 15 a 20 reais por marmita. Eles deixam a produção por 5 reais e lucram todo o resto. Muita gente se beneficiando desta estrutura...

Uma lição que eu aprendi desde cedo com o Sócio foi compreender as leis da cadeia. Aqui na rua nós temos as leis da sociedade dos homens livres. Dentro da prisão, o código de conduta é outro, e o preso precisa seguir à risca, sob pena de morte. E eram muitas regras. Tinham as regras de cada barraco, as regras gerais da cadeia e as regras da administração. Bagulho era sistemático.

Uma das principais regras, na Detenção mas também em outras cadeias, é não olhar para a mulher do outro durante a visita. Em dia de visita, se o cara está caminhando na minha direção acompanhado da sua mulher, o meu proceder é virar o rosto para a parede. Quem não agia conforme o respeito com a mulher do outro era cobrado no final da visita, mais tardar no dia seguinte. Muitas regras e julgamentos entre os presos são baseados no olhar. Porque o detento ganha a maldade no olhar. Esse é um dos dons que eu aprendi na convivência. Cinco minutos de conversa eu consigo identificar o caráter, a personalidades, as intenções.

Uma regra eu achava curiosa: no 34º DP, não podia assobiar. Eu, recém chegado da rua, tô andando no pátio, pá, assobiando um sambinha, tranquilo. Um amigo viu aquela cena me veio me advertir que aquilo era proibido, sob a pena de madeirada. Quando perguntei o motivo, a resposta foi surpreendente: na cadeia, quem assobia é “passarinho”, outra palavra para cagueta! Mas hoje, eu fico pensando que o cara que entrega informação de túnel, fuga, tereza, o que for, não vai ficar assobiando, como um vilão de desenho animado. Como será que esse boato começou?

Bom, voltando ao 5º andar do PV 9... Quem estava na cela da triagem podia sair uma vez por semana para procurar um barraco para morar. Basicamente, o preso tinha duas opções: ou comprava uma cama, também chamada de pedra, jega ou gaiada, ou comprava a cela inteira, consciente que os outros tentariam subir com o seu barraco. Minha família me arrumou 200 reais, e eu comprei duas pedras, em um barraco coletivo, lado E: uma para mim, e outra para o meu mano Di, que foi parar na Detenção no mesmo b.o que eu. O lado E era onde ficavam os

barracos coletivos, com a ventana virada para o lado de fora. O lado I era constituído por barraquinhos menores, cuja ventana dava para o pátio interno da cadeia.

Já no dia da mudança tive meu primeiro choque de realidade, de que ali era como realmente o Sócio dizia: lugar pra homem, lugar de certo pelo certo, lugar de respeito total, lugar onde filho chora e mãe não vê... Para entrar na minha cela, vi, pela primeira vez de muitas, ali, quase que na porta, um corpo recém assassinado, totalmente perfurado, estraçalhado, ensanguentado, mutilado... Meu Deus, que cena louca!

O nosso barraco era grande, e não tinha o problema de lotação. Eram 4 treliches para 12 pessoas, de modo que ninguém precisava dormir no chão. O espaço era limpo e organizado, porque a limpeza, sem exceção, era diária. Para o desempenho das atividades essenciais, na busca pelo bem comum, estabelecemos um sistema de rotatividade. Quem era boieiro num dia, no outro vinha a ser o faxineiro, e depois cozinheiro, responsável por fazer o recorte, isto é, lavar e temperar a bóia. Cada barraco tinha o seu ritmo e as suas regras próprias. Alguns optavam por manter uma mesma pessoa naquela atividade, sem rotação.

Também foi nessa cela onde tive uma experiência mil grau:

Estávamos todos se preparando para dormir, eu e meu amigo Di, cada um na sua cama (a minha era a terceira de cima na treliche). O Di fumava uns “capetinhas”, que é o cigarro misturado com crack. Naquele dia ele estava meio esquisito, exagerando um pouco nas drogas e tal... Mas tudo bem!

Chamei ele na consciência, e vi que ele havia retirado uma fita de cetim do seu cobertor e a estava trançando.

– Di, para que isso?

– Nada não Fischer... É pra enrolar e fazer um curativo aqui no meu furdunço.

Passou algum tempo ele fumou mais um capetinha, desceu, apagou a luz do barraco e todos foram dormir. Todos menos o Di. Ele ficou na ventana, observando o mundão!

Dali a poucos minutos, escutamos um barulho estranho, tipo um saco caindo no chão. O traficante do x se levantou, e ao ascender a luz me deparei com aquela cena que às vezes ainda me vem nos meus pesadelos: o Di, meu parceiro, meu amigo meu irmão; pendurado naquela corda de cetim, com a língua para fora da boca, enforcado! Dei um pulo lá de cima, peguei-o pela cintura. Os outros manos cortaram a corda. Já no chão, fiz uma massagem cardíaca e consegui reanimá-lo... Meu Deus, pânico total.

Depois de alguns dias, o Di foi de Bonde para outro presídio, onde, por carta, me revelou o verdadeiro motivo da sua atitude: AIDS.

Após um ano, numa visita, minha mãe me perguntou:

– Sabe quem morreu? O Di...

Ali, naquele momento, também morreu algo dentro de mim!

Até hoje eu não sei explicar como consegui descer tão rápido lá de cima do treliche.

Bom, depois de 2 meses morando no barraco coletivo, as coisas começaram a melhorar para o nosso lado. Eu sarei das feridas dos percevejos, tomava sol, treinava um boxe, andava pelo campo... Passados seis meses no pavilhão dos primários, um bilhete endereçado a mim chegou na ventana. O remetente era um ex-traficante do qual eu gerenciei uma biqueira também conhecido por boca de drogas. Eu não sabia, mas ele estava preso no Pavilhão 8, e tinha um barraco do lado I, onde ele morava somente com mais um cara. Era um convite para ir morar no barraco dele, em consideração à lealdade no crime. Aceitei prontamente, claro. Qualquer lugar era melhor do que o Pavilhão 9... Se liga: era uma época que só no PV9 morriam 3 presos por dia!

Apesar de estar ao lado do PV9, no fundão da Detenção, o ritmo do Pavilhão 8 era completamente diferente. A população do 8 era formada por reincidentes, malandros antigos, mais cabeça. Ali eu comecei a perceber que as regras do Pavilhão 9 eram opressoras, de preso para preso. Durante a entrega da bóia no Pavilhão 8, não tinha toda aquela pressão de deixar o corredor livre. As pessoas simplesmente encostavam nos cantos, as portas fechavam, abria-se o espaço para o carrinho da bóia passar e os presos continuavam conversando normalmente. No primeiro dia no PV8, ainda habituado ao ritmo do PV9, eu fui o único a sair correndo na hora da bóia. Os outros presos acharam aquilo estranho.

No Pavilhão 8, eu consegui tirar a minha cadeia mais sossegado. As mortes ainda existiam, mas nada que se comparasse com a realidade do PV9. Depois de 6 meses morando no PV9, e 2,6 anos morando no PV8, eu estava completamente adaptado àquele ambiente. A violência e o ritmo da cadeia se tornaram completamente banais. O Carandiru passou a ser a minha sociedade. Nada me espantava mais. Eu conhecia todas as regras e, com a minha agilidade para fazer dinheiro na cadeia, conquistei certo status pelo respeito perante os iguais...

Imagem 60 – Vanderley no pátio externo do PV.8



Fonte: Vanderley Fischer – Acervo pessoal.

Na cadeia, graças a Deus eu sempre fui respeitado. Nunca dei mancada, caguei ou sofri esculacho. Para me esculachar, só depois de me matar. Eu sempre agi como sujeito homem. Muitos manos que conheci no sistema comentam os meus vídeos e confirmam o meu proceder. Não vou dizer que eu era malandro, ladrão cabuloso... Nunca fui nada disso. Fui mais um jovem que tomou o caminho errado. Mas nunca dei mancada, e nunca roubei pobre!

O entendimento da malandragem antes dos anos 2000 era de nunca roubar do seu próprio povo. Quem rouba pobre, tira dos seus iguais, e isso é inaceitável. Eu roubava no Morumbi, Pinheiros, Vila Sônia, só bairro de luxo. Antigamente, o crime tinha até uma pegada meio Robin Hood!

Lembro de um mano, Claudinho, o poeta das masmorras. Ele era ladrão das antigas. Um dia, o Claudinho chegou na quebrada de um amigo com um caminhão cheio de televisão daquelas de tubo e distribuiu um aparelho por família. Essa foi a primeira televisão deles. Hoje o conceito do crime mudou muito... Até marmita em ponto de ônibus os nóias estão roubando, e é por isso que os trabalhadores estão revoltados! A periferia é vítima dos seus próprios filhos, enquanto a elite sorri e lucra com a nossa desgraça.

E outra: eu era respeitado na cadeia porque nunca fui parasita. Passava a semana inteira trabalhando. Eu era um dos empresários lá dentro, vamos dizer assim. Eu fabricava manual, encapava caneta, fazia bichinho de pelúcia, bonequinha de lã e presilhas para cabelo. Cada produto virava cigarro – cada maço valia 1 real –, que virava droga, droga virava cachaça, ou vice-versa, de modo que o dinheiro na minha mão sempre circulava.

Durante as visitas, eu montava uma barraquinha cheia de presentinhos para os presos comprarem para a família. Para os padrões dos presos, minha vida lá dentro era boa. Quando a minha mãe ia me visitar, eu comprava aquelas paçoquinhas na lanchonete do Pavilhão 8, tirava uma cachaça e assava uma carminha dentro do barraco. Passava a hora de visita tomando batidinha junto com a minha mãe! Ela saía da visita bebinha da silva, rindo à toa. Bagulho era louco, mano!

Imagem 61 – Vanderley (à direita) e seus companheiros, vendendo pelúcias no PV.8



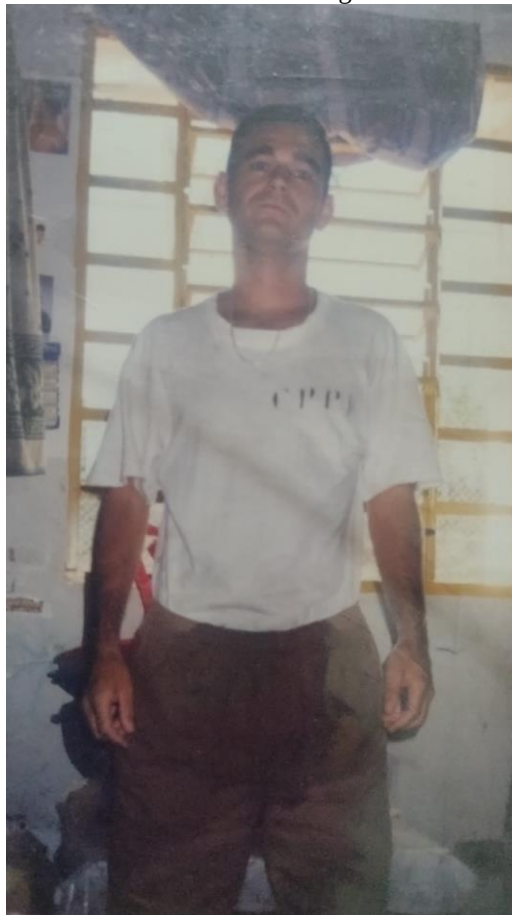
Fonte: Vanderley Fischer – Acervo pessoal. Adaptação do autor⁵

A minha mãe, que Deus a tenha, foi a minha visita por muitos anos. Depois da Megarrebelião de 2001, eu fui transferido da Casa de Detenção de São Paulo para a Penitenciária de Lucélia, e depois para a Penitenciária de Valparaíso, ambas no Oeste Paulista. Como eram cadeias muito afastadas de Taboão da Serra, e a minha mãe já estava com certa idade, achei melhor ela não ir. A gente conversava por carta ou por telefonemas, que eram

⁵ A foto foi editada para aplicar efeito de desfoque nos rostos dos companheiros de Fischer, a fim de garantir o anonimato. A foto original apresenta sinais de desgaste que impossibilitam visualizar o rosto de Fischer.

permitidos durante as visitas no Presídio de Lucélia. Sempre tive a consciência de não pesar ou estorquir a minha família, como vi muitos fazerem...

Imagem 62 – Vanderley trabalhando de “louceiro” durante regime semiaberto na Penitenciária de Valparaíso



Fonte: Vanderley Fischer – Acervo pessoal.

Quanto ao meu pai... Apesar de ter tido um bom emprego, ele também se envolveu com as drogas e com o crime. Há 25 anos ele sumiu completamente do mapa, e eu não faço ideia de onde possa estar... No rosto de qualquer mendigo eu procuro o azul dos olhos dele. A última vez que nos vimos foi no Pavilhão 8, quando ele foi me visitar. Naquele dia, eu vi o meu pai derramar uma lágrima pela primeira vez, ao sair do presídio. Nunca mais nos vimos.

Olha... Mais de 20 anos se passaram desde que eu passei pelo Carandiru, e só de me lembrar, arrepio! Só não vou chorar aqui para não passar vergonha. Só de querer tentar lembrar do que era o Carandiru, sinto um bagulho ruim por dentro... O Carandiru era um lugar terrível. Meu Deus do céu... O bagulho era louco, velho. No Carandiru eu vi o diabo face a face. Eu sou evangélico, e entendo que existe um mundo espiritual, mais forte e verdadeiro do que esse mundo físico. Posso dizer que no Carandiru eu vi tanto a maldade mais diabólica quanto a bondade mais pura.

Mano, eu vi um preso dar a sua única camiseta a um outro preso sofrendo de hipotermia, depois de uma invasão do Choque. Aquele tipo de ato que dificilmente um familiar estaria disposto a fazer. Mas eu também vi pessoas realmente endemoniadas. Quando se escutava alguém gritar “fecha a gaiola!”, era o sinal de que alguém iria morrer naquele andar. Trancou a gaiola, não tinha escapatória. Não tinha um funcionário que ficava para ver! Vi um preso arrancando a cabeça de outra pessoa enquanto gargalhava. Sinceramente, não consigo entender como alguém pode ser capaz disto...A única explicação plausível para mim é possessão demoníaca!

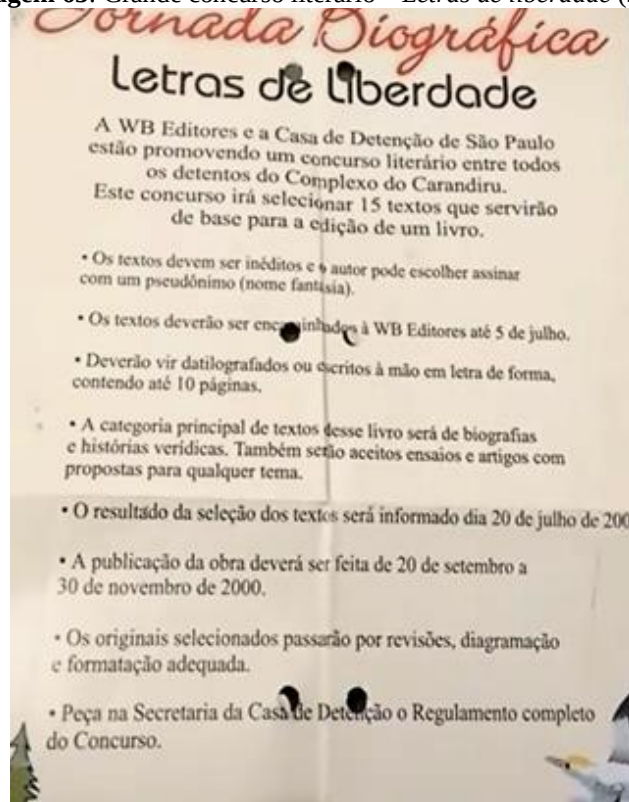
Desde que eu comprei as camas daquele barraco coletivo do PV, e tive que passar por cima de um cadáver estendido no chão, entendi que eu estava entrando no inferno. E não foi uma, duas, nem cinco vezes. Eu vi isso acontecer centenas de vezes! Nos filmes de ação, a pessoa toma uma facada e morre rápido. Na realidade, é como matar um porco. O bicho grita até umas horas, e também é assim com o ser humano. A faca batia no chão de uma forma que se escutava a ponta envergar no concreto. Isso me assombra até hoje, mano! O bagulho é mil graus, truta. Dá vontade de chorar... Isso não é coisa de ser humano, não. Eu testemunhei coisas que não podem ser mostradas publicamente, principalmente quando matavam estupradores. Porque é muito chocante, velho! De vez em quando tenho pesadelos, e me pego acordando no meio da madrugada, suado.

Hoje eu até vou no Parque da Juventude. Participo de atividades, como palestras e oficinas, no museu Espaço Memória Carandiru, dou palestras nas oficinas. Lá eles têm um acervo de objetos que eram próprios do nosso cotidiano, o que é importante de ser mostrado. Mas é um sentimento totalmente contraditório no meu interior. Na aparência, parece mesmo ser um lugar bonito. O parque, as árvores, as famílias que passeiam. Mas logo as lembranças do que eu passei naquele lugar vêm à mente. De repente, onde só tinham árvores e pessoas, eu começo a enxergar os pavilhões, as muralhas, os presos, o futebol no campo do 8, os correrias cada um no seu corre, uns lavando roupas, outros vendendo objetos, fazendo varios tipos de negócios... Homens de calça bege e camiseta branca andando pra lá e pra cá, rodeando o campo num círculo interminável... E recomeça tudo de novo... Será que você me entende?

O que me ajudou muito a lidar com as lembranças foi o meu canal no You Tube, *Tantos Dias de Detenção*. Eu comecei o canal em 2017, e gravei mais de 750 vídeos. O canal foi uma necessidade de falar, porque estava insuportável... O que eu vi, ninguém deveria ter visto. Acho que Deus também me abençoou de eu escrever tudo dentro da cadeia, porque também se eu fosse ficar com tudo aquilo dentro de mim, talvez eu explodia. Depois dos diários e do meu canal, eu consigo falar sobre o meu passado com menos dor.

Nos anos 2000, houve um concurso literário no Carandiru, promovido pela Sofia Bisiliati e o jornalista André Caramante. O concurso consistia em selecionar 15 textos biográficos produzidos pelos presos e produzir um livro, que depois veio a ser chamado *Letras de Liberdade*. Eu escrevi um texto em homenagem ao Di, intitulado *À amizade*, que foi uma das histórias selecionadas para entrar no livro!

Imagem 63: Grande concurso literário – *Letras de liberdade* (2000)



Fonte: Vanderley Fischer – Acervo pessoal.⁶

E nessa aí, mano, eu encontrei o Claudinho da cidade. A gente tinha uma parceria no Carandiru: eu fabricava os objetos e ele saía vendendo. Era o chamado correria. Houve um evento de lançamento do livro *Letras de liberdade*, no Pavilhão 6. Os jornalistas dos principais veículos de comunicação estavam presentes para prestigiar o acontecimento. O Claudinho ficou sabendo que a minha história tinha sido publicada, e me chamou para trocar uma ideia lá no barraco dele. E ali ele me entregou umas folhas soltas. Assim começou a nossa parceria na escrita de um livro que viria a ganhar o título *Renascendo no Universo Paralelo: pela paz*.

⁶ A imagem apresentada foi produzida a partir de uma captura de tela do canal *Tantos Dias de Detenção*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RTqMqGkseTk&t=4s&ab_channel=TANTOSDIASDEDETEN%C3%87%C3%83O. Posição: 01:59. Efeito: iluminação. O que a presente imagem não conseguiu captar foi o título do cartaz escrito em letras garrafais: “Grande concurso”.

Bagulho é mil grau, mano! O livro foi escrito por nós no ano de 2000, e conta toda a história da criminalidade durante o passado, o presente e o futuro. Sobre o passado, falamos sobre a criminalidade desde os tempos antigos. O tempo presente é ocupado pelo Carandiru até os anos 2000, a data que terminamos a escrita. E é aí que o *projeto* começa! O projeto se inicia na parte 3, em um futuro que se passa a partir de 2019. Esse projeto é complexo, e possui várias etapas.

A história desse projeto é algo inacreditável. Alguns meses antes de lançar o *Letras de Liberdade*, eu comecei a sofrer uma insônia terrível. Fiquei uma semana sem dormir... Rolava na cama de um lado para o outro... Como Eu já tinha reconhecido a Jesus como meu Salvador, mas estava desviado do evangelho, no meio daquela grande angústia, pensei que só poderia ser Deus querendo falar comigo. Perguntei em voz alta: “O que queres de mim, Senhor?”. Aí eu dormi profundamente...

Mano, e a resposta veio... Foi como um *download* direto na minha cabeça. Era o projeto! É por isso que eu digo que sou apenas o co., Deus é o autor. Comecei a escrever freneticamente. Sem que eu percebesse saiu o estatuto de uma ONG e o projeto completo, passo a passo. Eu tinha 23 anos, e nem sabia o que era ONG!

Eu sempre gostei de ler e escrever. Já escrevia os meus pensamentos, mas de forma livre. Eu ascendia um baseado e passava a noite escrevendo, viajando nas intempéries do pensamento. Exatamente três meses depois da Megarrebelião de 2001, eu comecei um diário relatando tudo o que eu via e ouvia. Foi uma ideia que surgiu naturalmente. O meu primeiro diário começa relatando o início da Megarrebelião de 2001, quando o Primeiro Comando da Capital (PCC) se apresentou para a sociedade.

Neste dia estava no Carandiru, mas tudo foi tão bem orquestrado, que eu mesmo não fiquei sabendo! Lembro até que era dia de visita. Eu descii para o pátio e reparei que a carceragem estava vazia. Quando me dei conta, a cadeia já estava tomada pelo Comando. O bagulho foi intenso... Mas depois disso, as coisas ficaram mais tranquilas para todo mundo. Pedi a Deus que me ajudasse a ser mais realista e verdadeiro possível, e assinei no final “Tantos dias de Detenção”, sem saber que esse seria o meu canal no You Tube, 16 anos depois! Passei quatro anos escrevendo, começando no Carandiru, depois Lucélia e enfim Valparaíso. Todos os meus diários estão organizados no meu canal, com Playlists de acordo com a prisão que eu estava.

Depois que terminei de escrever o estatuto da ONG e os meus diários, deixei todo esse material guardado às sete chaves. Esses manuscritos estão guardados comigo há 20. Eles sobreviveram a rebeliões, a Massacres, a todas as intempéries do tempo. Quando eu sabia que

alguma rebelião iria acontecer, eu me antecipava e, no dia da visita, entregava os originais para a minha mãe.

Hoje o livro está pronto e reúne as histórias, as poesias do Claudinho da Cidade e mais os desenhos, que ainda precisam ser desenhados. Eu ainda preciso de um desenhista de cadeia, porque só alguém que esteve lá dentro vai saber representar conforme as coordenadas que eu rascunhei. Este não é um livro qualquer... Só o ser humano do futuro compreenderá o real significado do projeto.

Reza o livro que 2019 é o ano de virada. Uma ONG se levantaria como parte do movimento, e a sociedade passaria a debater profundamente a questão do encarceramento. Os índices de reincidência vão cair pela metade; em 2100, todos os presídios serão transformados em museus, escolas e faculdade, porque não haverá mais crime. Mano, o bagulho é louco! Eu acredito totalmente nessa profecia, porque o bagulho não veio de mim. Escondi o projeto e o estatuto comigo. Se alguém pegar, vai pensar que é uma obra de ficção ou pura viagem, mas não é.

O que eu escrevi, realmente está acontecendo, como uma profecia divina se cumprindo. Basta observar os criadores de conteúdo, os rappers, as famílias debatendo sobre as prisões! Olha quantas ONGs se levantaram em prol da causa! É um projeto realmente de Deus, entendeu? Não é meu não. É louco, louco, louco... Por tudo isso, acredito que os meus diários, incluindo o estatuto da ONG, um dia serão objeto de museu. Depois que eu morrer, farão filmes e livros. Estou falando isso porque o projeto é de Deus. Eu não tenho dúvida de que tudo vai acontecer conforme veio no download. Está acontecendo, e vai acontecer.

O canal *Tantos dias de Detenção* é a base de todo o projeto. Posso considerar que é uma etapa completa. Canal tá bonitinho, com todos os diários organizados. Atualmente, estamos na segunda etapa do projeto, que é conseguir 500 mil assinaturas para um abaixo-assinado em prol da ressocialização dos presos. Esta etapa é a mais complicada, porque é trabalho de formiguinha, de dialogar com a base do pensamento na periferia. Em cada show de rap eu levo um caderno e peço para o público assinar. Eu tenho esperança de que o projeto está acontecendo, mesmo silenciosamente.

Imagem 64 – Vanderley (centro) colhendo assinaturas durante o Show da banda Comunidade Carcerária (11/06/2022). À esquerda, W.O; À direita, F.W.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Depois de colher as 500 mil assinaturas, a próxima etapa é organizar uma grande manifestação até Brasília, onde entregaremos o abaixo assinado diretamente no Ministério da Justiça. Paralelamente, os rappers de São Paulo vão estar promovendo um movimento conscientizando a população sobre os cárceres. As marginais e a Av. Paulista serão paralisadas por multidões. Tudo isso é só o começo do projeto. No tempo de Deus, o livro *Renascendo no universo paralelo: pela paz* será lançado, e a ONG será erguida. Acredito que o livro deva ser lançado em 2040, quando eu estiver com 65 anos. O Bagulho é demorado mesmo porque não é qualquer coisa! Todo esse conjunto de ações vai promover uma ruptura na forma da sociedade compreender os cárceres. *Será um movimento grandioso pela liberdade.*

Mano, eu queria mesmo estar cuidando da minha vida, da minha família... Mas sabe uma coisa que não sai de dentro? Eu já tentei parar com isso várias vezes. Sempre vem um pensamento de que eu posso ser morto a qualquer momento, e eu sei disso. Quando você começa a mexer na estrutura da sociedade, sempre vai ter um para querer te matar, velho. Jesus só pregou o bem, e ainda mataram ele, porque todo mundo que se levanta em prol do povo é morto. Mas eu não paro de pensar nisso... É 24 horas por dia! Como é que para com um bagulho que foi escrito há mais de 20 anos?

Depois de ter ficado preso por quase 4 anos no Carandiru, ainda passei mais 2 anos em presídios no interior de São Paulo. Só fui sair da cadeia em dezembro de 2003, devendo cinco

anos de condicional. Isso é um fator limitante, porque o egresso não consegue um documento sem o “nada consta”. O nome continua carimbado como presidiário, e ninguém te dá um trampo, mano. Essa lei tinha que mudar. O preso tem direito a recomeçar a sua vida sem ser lembrado a todo momento do erro que cometeu no passado. Essa é uma das grandes pautas do movimento de egressos. Nós somos sujeitos de direito, portanto temos direito ao esquecimento e ao recomeço.

Porque o sistema é falho, mano. Com o perdão da palavra, mas que porra é essa, que ficamos marcados para o resto da nossa vida como “ex-presidiários”? A sociedade não permite a ressocialização e o cara reincide porque não encontra emprego. Tudo para garantir que a engrenagem continue girando. O mais absurdo é que o preso nada mais é do que um produto de um sistema que se beneficia dele. Sem ladrão, não tem prisão, advogado, delegado, juiz, promotor, polícia militar...

O meu diferencial é que eu saí da cadeia amparado pela minha família. Eu não tinha mais nada, a não ser um par de chinelo e a roupa do corpo. Mas o meu irmão me estendeu o braço e me deu uma moto para trabalhar. Aí eu caí para cima, velho. Era uma época que ninguém dava emprego para ex-presidiário. Mas ainda tinha a possibilidade de trabalhar como cachorro louco, trabalhando de entregador, mais ou menos como os motoboys de aplicativo de hoje. Eu comecei de cachorro louco, bagulho mil grau... Fazendo entrega das 7 da manhã até meia-noite, uma, duas da manhã. Essa oportunidade que a minha família me deu, eu agarrei com toda a força que eu tive. Mas quantos têm a mesma oportunidade?

Foram vários anos nessa vida. Com muito esforço, a moto usada virou uma moto nova, e depois um carrinho velho, que deu lugar a um carrinho melhor. Faz 22 anos que eu não uso nada. Por esse proceder fiel à palavra, os irmãos respeitam e a gente acaba virando até um exemplo. Depois que eu me tornei MEI, a minha vida deu uma melhorada, reconheço, mas ainda preciso me fortalecer, garantir o sustento da minha família. O que eu espero nos próximos anos é ser liberado do meu trabalho secular para fundar a ONG. Como eu ainda trabalho muito, faço o que é possível. Chamo um camarada, gravo um vídeo para o meu canal... Mas para concretizar o meu projeto, necessito me dedicar a ele integralmente.

Eu só tenho uma pergunta para a sociedade. O que vocês querem: tratar com ódio aqueles que erraram, ou estender a mão e trazer a pessoa de volta para o convívio? Essa é uma questão que cada cidadão precisa refletir consigo, e essa é a proposta do meu canal. Eu sou uma mente pensante. Eu analiso as coisas. Como eu escrevi neste papel, preso não nasceu preso: todo preso tem uma história e um motivo de estar nas grades; as grades não regeneram ninguém; o que todo preso quer é ser tratado com dignidade; se a sociedade nos tratar o preso com respeito,

o ciclo de violência se quebra, e então começamos a pensar em paz, mano.

Imagem 65 – Diário de Vanderley (07/05/2000)

07/05/00
PRESO NÃO NASCEU PRESO.
~~AS GRANDES NÃO~~
DOR DA ~~(AUMENTA COM A WB)~~
• SO QUEREMOS NOSSOS DIREITOS E CONDI-
ÇÕES + DIGNAS E JUSTAS.
• SE A SOCIEDADE PENSAR EM NOS
ABRIR, TUDO FICARÁ MAIS FÁCIL E
LOGO ELA TERÁ O RETORNO
ESTENDIDO, QUE É → PAZ.
Eu soube com o dia em
que seremos um povo.
Fischer
REALIDADES

Fonte: Vanderley Fischer – Acervo pessoal.

A mudança diária pode começar com as pessoas decidindo não assistir programa sensacionalista, que nada mais é do que a opinião dos donos do poder. A elite sabe que a sociedade está fodida, e precisa encontrar um culpado para as mazelas do mundo, que é sempre o pobre e periférico. A população compra essa ideia e aplaude quando acontece as tragédias no sistema carcerário. Em vez de cobrar quem realmente deve responder, o povo joga toda a sua tristeza, frustração e ódio contra as pessoas que vivem na periferia.

Acho que agora as pessoas estão começando a enxergar que nós todos somos escravos modernos. O ônibus lotado é o mesmo de 30 anos atrás. As pessoas não têm tempo para o lazer, o esporte, as artes. Olha como o nosso povo está sofrendo, mano! Como aguenta isso? Não sei se o brasileiro é mais forte por suportar tanto, ou covarde, por não se rebelar. Tudo é um grande processo de aprendizagem, conforme foi escrito por Deus.

Hoje, eu, olhando para toda essa trajetória, tudo o que vi, ouvi e vivi, dentro e fora do sistema prisional, vendo quem me tornei, não posso deixar de dar todo o crédito à Deus; que

usou de todas as ferramentas necessárias e disponível em todos os lugares, para me ensinar, instruir, corrigir e moldar conforme o seu desejo, para fazer de mim um homem honrado, instrumento da sua vontade para ser usado na hora que bem lhe agradar.

Hoje sou um MEI, acredito e pratico um tipo de “capitalismo social”. Já possuo três veículos de transporte até o momento e dois funcionários, sendo um deles ex-presidiário. Procuro ajudá-los a se levantarem e tocarem suas vidas com dignidade, e assim sucessivamente. Vamos nessa corrida do ouro, mas agora, do jeito certo! Aprendi, que um amigo de verdade vale mais que 1 milhão, e que ser respeitado é melhor do que temido...

E pra, finalizar deixo minha mensagem para os jovens: fujam do álcool, do cigarro e das drogas – inclusive a pior de todas e legalizada, a bebida. Estudem o quanto podem, pois somente o estudo e a força de vontade, aliada a uma visão estratégica e ampliada, poderá moldar aquilo que é seu, o principal personagem dessa trama: você e o seu FUTURO.

DEUS TE ABENÇOE.

3.5. RONALDO MAZOTTO DE LIMA

Ronaldo Mazotto de Lima, conhecido como Mazotto Carandiru, é uma figura emblemática na história recente da Casa de Detenção de São Paulo. Agente penitenciário aposentado, trabalhou por duas décadas na instituição, experiência sempre mencionada com orgulho. Quando soube, ainda em 1998, que o governador Mário Covas planejava implodir o Casarão, passou a colecionar objetos produzidos pelos presos com o intuito de contar a “sua” história do Carandiru. Tornou-se, assim, proprietário do maior acervo particular dedicado à Detenção, superior, segundo ele próprio reiterava, àquele mantido pelo Museu Penitenciário Paulista.

Conheci Mazotto Carandiru por indicação de Vanderley Fischer. Embora egressos do sistema prisional e funcionários do Estado componham, em princípio, redes antagônicas, essas trajetórias se aproximam no tempo presente em função de projetos mnemônicos que se desdobram para além da experiência imediata do cárcere. Reconhecendo o caráter dialógico, e por vezes complementar, entre essas posições, optei por apresentar a história de Mazotto na sequência da de Fischer.

Logo no primeiro contato, Mazotto enviou-me uma série de reportagens sobre sua trajetória, afirmando que aquele material serviria como preparação para a entrevista. Resistindo ao impulso de antecipar informações, preferi preservar a escuta como meio privilegiado de conhecimento de sua experiência. Apesar de seu pedido insistente para que eu estudasse previamente o material, nossos encontros foram sendo adiados por meses, a ponto de eu cogitar não realizar a entrevista. Havíamos concordado que ela deveria ocorrer no Parque da Juventude, espaço simbólico para sua narrativa, e que não faria sentido realizá-la de modo remoto.

Na manhã de 18 de janeiro de 2023, ao acordar, encontrei em meu celular uma fotografia enviada por Mazotto em frente à placa da Estação Carandiru, na Linha 1 do metrô. Era a oportunidade aguardada. Ele pediu que eu o encontrasse nas imediações do circo instalado no interior do Parque da Juventude.

Após a autorização do segurança, encontrei Mazotto sentado em frente a um trailer. Um banner anunciava uma atração performática protagonizada por ele: *Mazotto Carandiru: Memórias Sangrentas*. Sobre uma mesa de plástico, encontrava-se disposto um volumoso álbum de fotografias. Mazotto explicou que aguardava havia meses uma oportunidade de trabalho no circo e buscava conciliar a atividade circense com a narração de histórias sobre o Carandiru. Seu objetivo era transformar o nome Mazotto Carandiru em atração.

Apresentei-me formalmente e esclareci tratar-se de uma pesquisa acadêmica. Ao perceber que a entrevista não seria gravada em vídeo, Mazotto demonstrou insatisfação. Para ele, o elemento visual era indissociável da forma como construía sua narrativa. Procurei justificar as escolhas metodológicas, sem sucesso. Sem demonstrar interesse na explicação, iniciou imediatamente o relato.

A entrevista teve duração aproximada de duas horas. Ao longo do encontro, Mazotto apresentou imagens fortes de seu álbum, incluindo fotografias de corpos mutilados e cabeças decepadas. A narrativa assumia a forma de um espetáculo de horror. Foi necessário tempo e paciência para desconstruir aquele enredo previamente estruturado, marcado por um tom sensacionalista e por evidente interesse comercial. Escutas reiteradas permitiram compreender que essa abordagem não diferia, em essência, das estratégias de sobrevivência adotadas por Jocenir e outros egressos, que também converteram suas memórias do Carandiru em meios de subsistência, ainda que a partir de posições sociais radicalmente distintas.

Anos de experiência assumindo a identidade pública de Mazotto Carandiru levaram-no a elaborar um roteiro centrado nos temas de maior apelo. Evitei deliberadamente o uso da palavra “Massacre”, amplamente rechaçada por profissionais da segurança pública. Para ele, era evidente que não houvera Massacre.

Ao final da gravação, propus que almoçássemos juntos. Mazotto escolheu o local: um restaurante no térreo do Edifício Santana Center, próximo ao Parque da Juventude. Explicou-me que fora no terraço daquele edifício que ele e outros agentes penitenciários assistiram à implosão dos pavilhões 6, 8 e 9, em dezembro de 2002. Consideramos a possibilidade de gravar ali. Ao explicarmos nossa intenção à administração do prédio, recebemos a chave de acesso.

Do alto do Santana Center, aquele carcereiro que momentos antes exibira imagens de extrema violência com aparente indiferença emocionou-se. Talvez por perceber que o mundo que lhe era familiar encontrava-se agora soterrado sob os morros do Parque da Juventude.

Será que um funcionário pode contar a história do Carandiru?

Imagem 66: Mazotto Carandiru



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Neste mesmo solo, eu, Mazotto Carandiru, testemunhei diversas situações cruéis. Coisas terríveis! Como nada é por acaso, sou novamente testemunha de que a cultura transforma. Antes um lugar de tristeza e energia carregada, agora é o Mundo do Circo. Onde se via tristeza, hoje se vê alegria! Tenho muito orgulho de ter passado por esse espaço, que é mágico, e de poder falar dessa história, que infelizmente poucos conhecem. E já que estamos em um circo, a atração especial são as incríveis histórias do Carandiru!

Todo mundo me conhece por Mazotto Carandiru, porque trabalhei mais de 20 anos na Casa de Detenção de São Paulo como agente de segurança penitenciário. Sou proprietário do maior acervo particular sobre a Detenção. Conto com mais de 1.500 fotos, milhares de horas de gravação em vídeo e quase 5 mil objetos fabricados pelos próprios presos. Já participei de inúmeras matérias vinculadas a diferentes canais de televisão brasileira e até do exterior.

Se colocar no Google “Mazotto Carandiru”, vai ver o tanto de coisa que aparece. A fama começou com um jornal da região de Serra Azul, que fez uma matéria sobre os mais de 20 agentes penitenciários que moram na cidade e que trabalhavam no Carandiru. Com todo

respeito que eu tenho aos meus colegas, ninguém nesse mundo conta a história da Casa de Detenção com a mesma propriedade que eu conto!

Depois da primeira matéria, outro jornal, dessa vez um pouco maior, se interessou e também publicou matéria. Daí por diante, o nome Mazotto Carandiru só foi crescendo: reportagem para a Globo, G1, CNN, Band, SBT, UOL, e um documentário para a VBS TV. É chamativo, atrai a curiosidade popular porque é um tema muito interessante... Eu tenho a impressão de estar em ascensão.

Imagina um cara que guardava tudo do Carandiru, sou eu. Fiz isso de modo a poder contar a minha história de vida. Mas que fique claro: primeiro vem o Mazotto, e só depois o Carandiru! Nunca o Carandiru pode vir primeiro, senão eu posso até ter problemas com o governo. Mas eles não podem me impedir de contar a minha própria história de vida a partir do Carandiru... Isso não. Tudo o que eu li, estudei e armazenei sobre o Carandiru, ninguém me tira. Posso dizer que eu tenho a história completa do Carandiru.

Eu nunca vi um funcionário contar a história dele como eu conto a minha! Já vi até uns presos relatando a história aqui mesmo parque, mas não de forma embasada como a minha história. Cara, o negócio é que depois que as pessoas me escutam, ficam amarradas, porque é daora mesmo! Eu tenho um dom com as palavras, e para mim, as palavras são muito importantes... Elas podem tanto parar quanto causar uma guerra, de modo que é preciso tomar cuidado com o uso delas.

O meu vínculo com o Carandiru vem de família. Só o meu tio, por exemplo, teve 35 anos de trabalho na Detenção! O meu pai trabalhou por 4 anos, e eu, mais de 20 anos de Detenção. Temos mais de 60 anos de Carandiru na família, muito embora eu seja o único que constituiu um acervo. Depois da desativação do Carandiru, ainda trabalhei aproximadamente 20 anos em uma penitenciária do interior. Estou aposentado há uns 5 anos, e hoje estou com 55 anos. Parando para pensar... Mais da metade da minha vida foi cuidando de preso.

Entrei no Carandiru ainda molecão, na plenitude dos meus 20 anos de boy. Nessa fase, eu ainda era meio perdidão. Pode parecer irônico, mas eu, mesmo sem ser preso, me corrigi na cadeia. Olha que louco! Nos anos 80, pouca gente queria trabalhar no sistema carcerário, principalmente na Casa de Detenção, que já tinha má fama. Se eu não me engano, de 230 vagas, somente 150 se inscreveram.

Em 2002, ano da desativação do Carandiru, eu já me encontrava transferido para uma penitenciária do interior de São Paulo, na cidade de Serra Azul. Mas no dia da demolição, fiz questão de vir assistir, de modo a poder gravar e terminar esse ciclo na minha vida. Graças aos

dois pavilhões que ainda estão de pé, o 4 e o 7, consigo identificar todo o perímetro da Detenção. Nesse exato momento, estamos em um dos extremos do Pavilhão 2.

Hoje, o meu objetivo é trabalhar com a memória do Carandiru, fazer exposições, palestras, contar as incríveis e inéditas histórias sobre os terrores da Casa de Detenção... Mediante a exposição do meu acervo, o intuito é estar desenvolvendo palestras direcionadas para os mais jovens, no sentido de alertar as consequências da vida no crime. Sim... Acho que esse seria um tema muito bacana de trabalhar!

Em 1998, houve uma grande transferência de presos da Casa de Detenção para outros presídios. Pensei, agora é o momento de registrar e guardar. Quero ter um acervo grande, porque algum dia não terá mais Carandiru, e eu vou ter uma história para contar. Antes que você pergunte, eu constituí o meu acervo com autorização da direção. Eu filmava shows, celebridades, até tragédias, cadáveres, cabeças, corpos mutilados.

Quando a gente fazia revista nas celas, tirávamos tudo o que infligia alguma regra interna. Lotavam três, quatro caminhões de lixo! Nesse mar de objetos que seriam descartados de toda forma, eu recolhia aqueles que eu julgava mais interessante, como cachimbos improvisados de crack, facas e tudo o que era feito com a artimanha dos presos. Os presos também faziam muitos artesanatos para venderem. Eram tradicionais os barcos, os tapetes, os crochês e as pinturas. Eu comprei alguns desses objetos com cigarro, a moeda da cadeia, e esses itens também constituem o meu acervo.

A minha ex-esposa via tudo aquilo e queria jogar fora. Muita gente, inclusive colegas da Detenção, dizia que eu era lixeiro. Mas eu sabia que eu estava constituindo o acervo de um lugar único na história das prisões. Em nenhum lugar do mundo você vai encontrar o que eu tenho. Logo que a Casa de Detenção desativou, nós, funcionários, fomos transferidos para outras cadeias no interior. Fui morar em Serra Azul, e levei todo o meu acervo junto.

Eu tinha aproximadamente cinco mil objetos. Desde então já se passaram mais de 20 anos, e eu não tenho um lugar adequado para guardar... Muitos objetos estragaram, outros eu perdi em mudanças. Mesmo assim, acredito que o meu acervo seja ainda maior do que o acervo do Museu Penitenciário Paulista (MPP) ou do Espaço Memória Carandiru (EMC).

Depois, um certo governador tentou me forçar de modo que eu doasse todo meu acervo para o Estado. O que eu queria era uma parceria para contar a minha história de vida, expor os objetos e ser remunerado, enquanto eles só queriam o meu acervo. Eu acho isso ao mesmo tempo triste e curioso. Uma época era um monte de lixo, e agora virou história! Felizmente, eu consegui um documento da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) me autorizando a expor o meu acervo em escolas, faculdades e afins.

Acho que o item mais importante do meu acervo seja a maquete da Casa de Detenção de São Paulo. A maquete foi feita por um preso, e surpreende pela riqueza de detalhes.

Imagem 67 – Exposição de maquete da Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Ronaldo Mazotto – Acervo Pessoal.

Com a maquete da Detenção, eu consigo demonstrar exatamente o perímetro de cada pavilhão, mostrar onde se localiza atualmente a ETEC, a biblioteca e o Mundo do Circo. Seria da mais alta relevância cultural que eu colocasse a minha maquete aqui no circo, e assim poder contar aos frequentadores do parque as diferenças entre o passado e o presente.

Eu preciso dizer a verdade. Faz 20 anos que eu corro atrás de uma oportunidade para ser mediador ou educador nesse lindo espaço, desde quando começaram as obras do Parque da Juventude. Quando tudo estava no começo, eu conversei com as autoridades, mostrei o meu acervo, deixei DVD com os meus documentários, tudo para contar a minha história desse lugar maravilhoso. Como foram conservadas três celas na ETEC, onde é o EMC, propus que eu pudesse trabalhar lá, contar as minhas histórias, explicar a história da Detenção e saciar a curiosidade popular. Mas tanto no Museu Penitenciário, quanto no EMC, eles contrataram somente ex-presos...

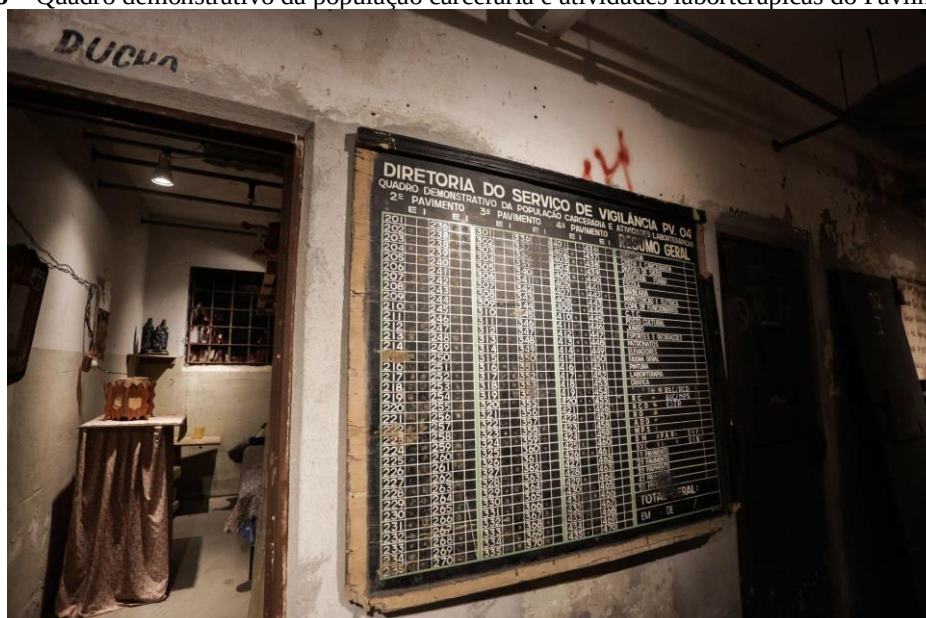
É desanimador... Por que o preso pode contar a história dele, e eu não? Quer dizer, a história do preso é interessante, mas por que a minha não? Por que eu não tenho essa

oportunidade, mesmo tendo acervo, uma boa história? Talvez tenha alguma coisa ligada com a vontade de esquecer as tragédias que aconteceram aqui, mas como esquecer, se o Museu Penitenciário pode mostrar, se as celas que estão aqui nos prédios que ficaram em pé desde a época que era Carandiru?

Tem um detento que junta uma turma e leva naquelas três celas, para contar como era. Um dia eu fiquei sabendo e vim ver qual que era. Ele me conheceu, eu o conheci. Ele tem até uns objetos, incluindo um quadro que a gente usava para controlar o fluxo de entrada e saída de presos. Quando chegou a vez de explicar o quadro, ele disse:

– Agora eu vou chamar um funcionário, porque ele vai saber explicar melhor do que se trata.

Imagem 68 – Quadro demonstrativo da população carcerária e atividades laboroterápicas do Pavilhão 4 – EMC



2º PAVIMENTO		3º PAVIMENTO		4º PAVIMENTO		5º PAVIMENTO		6º PAVIMENTO		7º PAVIMENTO		8º PAVIMENTO		9º PAVIMENTO		10º PAVIMENTO		TOTAL	
INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE	INTE	EXTE
201	235	202	236	203	237	204	238	205	239	206	240	207	241	208	242	209	243	210	244
211	254	212	255	213	256	214	257	215	258	216	259	217	260	218	261	219	262	220	263
221	274	222	275	223	276	224	277	225	278	226	279	227	280	228	281	229	282	230	283
231	294	232	295	233	296	234	297	235	298	236	299	237	300	238	301	239	302	240	303
241	314	242	315	243	316	244	317	245	318	246	319	247	320	248	321	249	322	250	323
251	334	252	335	253	336	254	337	255	338	256	339	257	340	258	341	259	342	260	343
261	354	262	355	263	356	264	357	265	358	266	359	267	360	268	361	269	362	270	363
271	374	272	375	273	376	274	377	275	378	276	379	277	380	278	381	279	382	280	383
281	394	282	395	283	396	284	397	285	398	286	399	287	400	288	401	289	402	290	403
291	414	292	415	293	416	294	417	295	418	296	419	297	420	298	421	299	422	300	423
301	434	302	435	303	436	304	437	305	438	306	439	307	440	308	441	309	442	310	443
311	454	312	455	313	456	314	457	315	458	316	459	317	460	318	461	319	462	320	463
321	474	322	475	323	476	324	477	325	478	326	479	327	480	328	481	329	482	330	483
331	494	332	495	333	496	334	497	335	498	336	499	337	500	338	501	339	502	340	503
341	514	342	515	343	516	344	517	345	518	346	519	347	520	348	521	349	522	350	523
351	534	352	535	353	536	354	537	355	538	356	539	357	540	358	541	359	542	360	543
361	554	362	555	363	556	364	557	365	558	366	559	367	560	368	561	369	562	370	563
371	574	372	575	373	576	374	577	375	578	376	579	377	580	378	581	379	582	380	583
381	594	382	595	383	596	384	597	385	598	386	599	387	600	388	601	389	602	390	603
391	614	392	615	393	616	394	617	395	618	396	619	397	620	398	621	399	622	400	623
401	634	402	635	403	636	404	637	405	638	406	639	407	640	408	641	409	642	410	643
411	654	412	655	413	656	414	657	415	658	416	659	417	660	418	661	419	662	420	663
421	674	422	675	423	676	424	677	425	678	426	679	427	680	428	681	429	682	430	683
431	694	432	695	433	696	434	697	435	698	436	699	437	700	438	701	439	702	440	703
441	714	442	715	443	716	444	717	445	718	446	719	447	720	448	721	449	722	450	723
451	734	452	735	453	736	454	737	455	738	456	739	457	740	458	741	459	742	460	743
461	754	462	755	463	756	464	757	465	758	466	759	467	760	468	761	469	762	470	763
471	774	472	775	473	776	474	777	475	778	476	779	477	780	478	781	479	782	480	783
481	794	482	795	483	796	484	797	485	798	486	799	487	800	488	801	489	802	490	803
491	814	492	815	493	816	494	817	495	818	496	819	497	820	498	821	499	822	500	823
501	834	502	835	503	836	504	837	505	838	506	839	507	840	508	841	509	842	510	843
511	854	512	855	513	856	514	857	515	858	516	859	517	860	518	861	519	862	520	863
521	874	522	875	523	876	524	877	525	878	526	879	527	880	528	881	529	882	530	883
531	894	532	895	533	896	534	897	535	898	536	899	537	900	538	901	539	902	540	903
541	914	542	915	543	916	544	917	545	918	546	919	547	920	548	921	549	922	550	923
551	934	552	935	553	936	554	937	555	938	556	939	557	940	558	941	559	942	560	943
561	954	562	955	563	956	564	957	565	958	566	959	567	960	568	961	569	962	570	963
571	974	572	975	573	976	574	977	575	978	576	979	577	980	578	981	579	982	580	983
581	994	582	995	583	996	584	997	585	998	586	999	587	1000	588	1001	589	1002	590	1003
591	1014	592	1015	593	1016	594	1017	595	1018	596	1019	597	1020	598	1021	599	1022	600	1023
601	1034	602	1035	603	1036	604	1037	605	1038	606	1039	607	1040	608	1041	609	1042	610	1043
611	1054	612	1055	613	1056	614	1057	615	1058	616	1059	617	1060	618	1061	619	1062	620	1063
621	1074	622	1075	623	1076	624	1077	625	1078	626	1079	627	1080	628	1081	629	1082	630	1083
631	1094	632	1095	633	1096	634	1097	635	1098	636	1099	637	1100	638	1101	639	1102	640	1103
641	1114	642	1115	643	1116	644	1117	645	1118	646	1119	647	1120	648	1121	649	1122	650	1123
651	1134	652	1135	653	1136	654	1137	655	1138	656	1139	657	1140	658	1141	659	1142	660	1143
661	1154	662	1155	663	1156	664	1157	665	1158	666	1159	667	1160	668	1161	669	1162	670	1163
671	1174	672	1175	673	1176	674	1177	675	1178	676	1179	677	1180	678	1181	679	1182	680	1183
681	1194	682	1195	683	1196	684	1197	685	1198	686	1199	687	1200	688	1201	689	1202	690	1203
691	1214	692	1215	693	1216	694	1217	695	1218	696	1219	697	1220	698	1221	699	1222	700	1223
701	1234	702	1235	703	1236	704	1237	705	1238	706	1239	707	1240	708	1241	709	1242	710	1243
711	1254	712	1255	713	1256	714	1257	715	1258	716	1259	717	1260	718	1261	719	1262	720	1263
721	1274	722	1275	723	1276	724	1277	725	1278	726	1279	727	1280	728	1281	729	1282	730	1283
731	1294	732	1295	733	1296	734	1297	735	1298	736	1299	737	1300	738	1301	739	1302	740	1303
741	1314	742	1315	743	1316	744	1317	745	1318	746	1319	747	1320	748	1321	749	1322	750	1323
751	1334	752	1335	753	1336	754	1337	755	1338	756	1339	757	1340	758	1341	759	1342	760	1343
761	1354	762	1355	763	1356	764	1357	765	1358	766	1359	767	1360	768	1361	769	1362	770	1363
771	1374	772	1375	773	1376	774	1377	775	1378	776	1379	777	1380	778	1381	779	1382	780	1383
781	1394	782	1395	783	1396	784	1397	785	1398	786	1399	787	1400	788	1401	789	1402	790	1403
791	1414	792	1415	793	1416	794	1417	795	1418	796	1419	797	1420	798	1421	799	1422	800	1423
801	1434	802	1435	803	1436	804	1437	805	1438	806	1439	807	1440	808	1441	809	1442	810	1443
811	1454	812	1455	813	1456	814	1457	815	1458	816	1459	817	1460	818	1461	819	1462	820	1463
821	1474	822	1475	823	1476	824	1477	825	1478	826	1479	827	1480	828	1481	829	1482	830	1483
831	1494	832	1495	833	1496	834	1497	835	1498	836	1499	837	1500	838	1501	839	1502	840	1503
841	1514	842	1515	843	1516	844	1517	845	1518	846	1519	847	1520	848	1521	849	1522	850	1523
851	1534	852	1535	853	1536	854	1537	855	1538	856	1539	857	1540	858	1541	859	1542	860	1543
861	1554	862	1555	863	1556	864	1557	865	1558	866	1559	867	1560	868	1561	869	1562	870	1563
871	1574	872	1575	873	1576	874	1577	875	1578	876	1579	877	1580	878	1581	879	1582	880	1583
881	1594	882	1595	883	1596	884	1597	885	1598	886	1599	887	1600	888	1601	889	1602	890	1603

Me pergunto: o que falta? Talvez me falta encontrar aquela pessoa disposta a investir. Porque eu garanto, o barato vai ser super rentável. Preciso fazer um início... Aquela primeira oportunidade. A partir daí pode aparecer convite para outros lugares.

Por incrível que pareça, eu não consigo sobreviver somente com a aposentadoria. Sem trabalho, eu passo necessidade – como já passei várias vezes. Para sobreviver, trabalhei de segurança, garçom, fabricando enfeite para churrascaria, que fica show de bola, e até circo. Minha vida se mistura entre presídio e circo.

Imagem 69 – Mazotto Carandiru e o fantástico Mundo do Circo



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Logo que eu aposentei, um amigo que advogava para um grande circo me indicou, e eu comecei a trabalhar como motorista do diretor do circo. Mas com a minha lábia e o meu alto astral, logo perceberam que a minha vocação era mesmo a produção, lidar com pessoas. Viajei com esse circo por muitas cidades de São Paulo, até que a pandemia veio e eu fiquei sem serviço de novo.

Depois, com o fim da pandemia, liguei para uns contatos com circos que eu já conhecia e trabalhei como produtor, mesmo com o salário que não compensava... Nessas caminhadas,

conheci bastante gente de circo e fui me engajando no ramo. Quando soube que um circo viria no Carandiru, fiquei animado. Circo e Carandiru juntos era como a realização de um sonho. Estou por aqui desde o primeiro dia do circo, procurando uma oportunidade de expor ao público do circo e do parque a minha maquete e contar a história de como era a Detenção.

Mas... sigo desempregado, e não sei o que fazer. Para mim, seria uma honra voltar a esse espaço, ainda mais empregado. Eu faria qualquer coisa para voltar a trabalhar nesse solo. Sem palavras... Mas é assim, a vida.

Depois de tanto tempo falando do Carandiru, eu já criei um roteiro de como contar a minha história. Começo dizendo que a história do funcionário é muito diferente da história do Dráuzio Varela. Opa, daí a pessoa já se lembra do filme e fica meio pá. A história contada pelo Dráuzio é meio ficção. Ele é um médico que atendeu no Carandiru. Esses presos que ele atendia, ele colhia as histórias, escrevia e assim fez o livro *Estação Carandiru*, que inspirou o filme *Carandiru*.

Quem vê o filme pensa que ele andava no meio dos presos, passava por todos os pavilhões... Isso não acontecia. Ele atendia como qualquer outro médico, enfermeiro, advogado, dentista... Ele não ia até os presos. Os presos é que saíam dos pavilhões de origem para serem atendidos na enfermaria do Pavilhão 4! Eu é que estava lá dentro dos pavilhões! Eu é que ficava de refém com a faca no pescoço! Eu é que corri de preso para não ser morto! O Drauzio Varela nunca passou por nada disso.

O livro é baseado na palavra do preso e na experiência dele como médico. Concordo que o livro é correto, mas na visão do bandido e do médico. O livro não tem participação de nenhum funcionário, nenhum policial, nenhum diretor. A visão do preso é uma, a visão do funcionário é outra totalmente diferente. São ângulos distintos da história e a gente não pode contar a história somente por um lado. Na conclusão, a história do agente penitenciário é essencial, mas quase não se ouve.

Inclusive, o Drauzio fez também depois um livro, *Carcereiros*, onde ele conversa com vários agentes penitenciários. Nesse eu também não fui convidado a participar... Eu vi funcionário que trabalhou três anos aqui no Carandiru participando, e eu, com quase 20 anos de Detenção, fui esquecido. E olha que eu mandei email, liguei, me propus a contar a história com o meu acervo, mas mesmo assim... Também não consegui participar. É uma coisa estranha... Apesar de o meu material ser muito interessante, ninguém me dá uma oportunidade.

Se liga. Quando eu trabalhava no 5º andar do pavilhão 9, geralmente eu subia de manhã, soltava os presos e ficava o dia inteiro por lá. Eu só saía para almoçar! Aproveitava esse momento para escrever anotações sobre o dia a dia em uma agenda, que eu guardo comigo até

hoje. Tudo o que acontecia no cotidiano, eu anotava. Também pedia para os presos e funcionários escreverem histórias para mim. Depois que fui transferido para o interior, continuei escrevendo o meu diário a partir das coisas que eu lembrava.

Com esse material de histórias guardadas, eu tenho vontade de lançar um livro, que já está escrito 90%, digamos assim. Na minha visão, ainda falta inserir algumas histórias. No final das contas, são tantas histórias que acho que elas nunca vão terminar. Além daquelas histórias interessantíssimas, posso colocar as minhas fotos de violência. Um livro assim seria altamente prestigiado. Imagina um livro meu, como seria, cara? Se o livro do Drauzio virou filme, o meu então... Nossa Senhora!

Para falar da Detenção, é preciso explicar, antes de tudo, que da muralha para dentro era um outro mundo, ou submundo, com outras leis, outras normas. Até o ar, a atmosfera era diferente... Quando nós funcionários entrávamos pelo portão, sabíamos pelo ar se naquele dia iria acontecer alguma coisa. Senti, opa, já era! Não tem jeito. Era fatal. O ambiente no Carandiru era carregado. Como eu sou espírita, acredito que as pessoas com baixo fluido positivo eram altamente influenciadas pelas forças negativas. Logo logo o funcionário chapa, fica louco, e não quer voltar mais.

O Carandiru era uma cidade a mil por hora. Não parava nunca. Era alimentação, caminhão que chegava, caminhão que saía, advogado visitando, preso que vai para médico, doença, morte, briga, rebelião... Geralmente, um agente penitenciário trabalhava em todos os pavilhões. Qualquer problema em outro pavilhão, nós íamos resolver também. Trabalhei aproximadamente cinco anos no 5º andar do Pavilhão 9, mas acho que cheguei a trabalhar em todos os pavilhões da Detenção.

A rotina no Carandiru não mudava muito. Os horários eram sempre os mesmos. Mas olha a ironia. Apesar da rotina parecida, cada dia era diferente. Mil e um dias, mil e uma histórias. Sempre tinha um corre, um acerto de contas... Eu morava na Cidade Tiradentes, Zona Leste. Geralmente, vinha ao Carandiru de metrô. Saía muito cedo de casa, pois entrava no turno das 6h da manhã, quando o pessoal do turno da noite estava indo embora. Primeiro, eu tinha que realizar a contagem dos presos. O número tinha que bater com a contagem do pessoal do noturno. Se faltasse algum preso, ninguém do plantão da noite podia ir embora, até achar quem estivesse faltando.

Depois da contagem, fazíamos o nosso café. Cada pavilhão tinha a sua própria copa, que é para o funcionário conseguir se alimentar. Depois do café, a gente subia os andares e liberava os presos, lá pelas 8h. Com exceção do castigo e do seguro, todos os presos eram liberados... E assim cada preso iria realizar as suas atividades: participar de jogos de futebol,

assistir aulas, participar de algum culto de religião. Aproximadamente às 16h30, fazíamos a tranca, e depois uma nova contagem. Às 18h era a troca de plantão.

A Detenção chegou a ter mais de 9 mil presos. Tem muito município do interior que não tem essa população! Para conseguir identificar quem era quem nesse mundo de gente, preso usava calça bege e não podia ter barba longa. Funcionário nunca usava calça bege.

No pavilhão 9, com 2.400 presos aproximadamente, nós trabalhávamos em 8, 10 funcionários. Muitas vezes, somente eu e outro funcionário tomava conta do campo de futebol inteiro. Se eu não tivesse o respeito dos presos, seria quase impossível trabalhar. Eu sou capaz de dizer que eu nunca tomei uma facada ou apanhei de preso. E olha que eu vi muito funcionário apanhar de bandido! A atitude do funcionário refletia diretamente no respeito que ele conquistava perante os presos, o que era essencial para o dia a dia.

Ah, aquela era outra época. A gente lidava com bandido de verdade. Alguns detentos eram muito inteligentes, a ponto de saber trocar uma ideia legal. Como eu morava na Cidade Tiradentes, um dos bairros mais pobres de São Paulo, encontrava muitos presos do Carandiru pelas ruas. Sempre me trataram bem, chamavam para cerveja, davam abraço. Infelizmente, hoje as cadeias estão cheias de nória e craqueiro.

Bom, a alimentação era preparada na Cozinha Geral, localizada no térreo do Pavilhão 6. Dali se fazia toda a alimentação que depois era distribuída para os demais pavilhões da Detenção. Eram muitas carretas diariamente que traziam óleo, feijão, arroz, carne, legumes, frutas, leite... Só o caminhão com lata de óleo descarregava 30 mil latas, cada uma de 19 litros! Nessa época, sequer tinha detector de metal... Seria impossível fiscalizar tudo o que entrava e saía da Detenção.

Em 1995, a Cozinha Geral foi desativada. A partir disso, as refeições passaram a ser distribuídas por marmitex. Na verdade, eu acho até que houve muito desvio de verba nessa aí, porque era uma quantidade gigantesca de comida. A qualidade da comida caiu. Nessa daí que gerou muitas reclamações para o nosso. Mas nós, funcionários, comíamos a mesma comida! Disso as pessoas não sabem. A mesma marmita que o preso comia, a gente comia. Seria muito melhor para todos manter a alimentação feita na Detenção...

Muito embora os presos tivessem o seu próprio fogão nas celas. Eles, digamos assim, retemperavam a comida para conseguirem se alimentar. Nós funcionários também. Com a distribuição de comida por marmitex, começamos a montar a nossa própria comida nas copas. Fazíamos um rateio entre nós próprios, e assim preparávamos a nossa alimentação. Perdi a conta de quantas vezes eu cozinhei para nós funcionários, principalmente durante nos plantões de domingos, no Pavilhão 9.

Acredito que as pessoas se interessam pela história do Carandiru porque é um assunto curioso. As perguntas são múltiplas, mas quase sempre se repetem. Eu já tenho esquematizado um cronograma onde eu já sei que as pessoas. A pergunta que sempre aparece é sobre o 2 de outubro de 1992... Esse assunto é o campeão da audiência! Todo ano nessa época, 2 de outubro, aparece gente querendo saber do Carandiru. Todo mundo quer saber sobre o tal “Massacre da Detenção”. A maioria das matérias que eu fiz foi ligada por causa dessa data.

Nesse dia em específico, eu estava trabalhando no Presídio do Hipódromo, no Brás, uma cadeia antiga que em 1992 ainda estava ativa. A gente tinha uma turma de funcionários que sempre ajudava outras unidades prisionais. Quando tinham algum problema, a gente dava uma força, pelo menos por alguns dias. Também ajudamos muito na Febem do Tatuapé e na Penitenciária do Estado, aqui do lado da Detenção.

As pessoas falam “Massacre” por conta da mídia, mas não houve nenhum Massacre. Na verdade, tudo começou com um grupo de presos querendo tomar a faxina de um grupo rival. Nesse conflito, alguns presos já morreram. No meio da matança entre eles próprios, os funcionários perceberam que perderam o controle dos presos, se retiraram do pavilhão e avisaram o diretor sobre a situação. Para não ter o perigo de espalhar a rebelião, todos os pavilhões foram trancados.

O diretor geral da Detenção, Dr. José Ismael Pedrosa, ligou para o secretário de segurança, Pedro Franco de Campos, e o mesmo informou a situação ao governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho. No dia 3 de outubro seria dia de eleição municipal. Para não perder votos do seu partido, PMDB, o Fleury pediu que fizesse o que fosse necessário para restabelecer a ordem na Detenção. A ROTA foi enviada juntamente com o batalhão de Choque, sob o comando do coronel Ubiratan Guimarães.

Logo após a polícia entrar no pátio do Pavilhão 9, algum preso jogou uma televisão ou bujão de gás, causando uma explosão que incapacitou o cel. Ubiratan. Rapidamente ele foi retirado para ser atendido em um hospital na Rua Voluntários da Pátria. Logo em seguida, entraram no pavilhão a tropa de Choque, a ROTA e o GATE, que estava sob o comando do então capitão Walderley Mascarenhas de Souza.

Quando as polícias entraram no pavilhão, os presos se negaram a se recolherem para as suas celas. Eles estavam em grande número. Mais de dois mil presos, então resolveram ir para cima da polícia com faca. Alguns usaram até zarabatana com agulha suja de sangue de aidético! Jogaram óleo e sabão nas escadas, fizeram barricadas com madeira e colchão, atearam fogo, e usaram armas de fogo. A polícia fez o que foi preciso para restabelecer a ordem. Simples assim.

Depois dos fatos, a mídia distorceu tudo, mas posso garantir que nesse dia não teve nada demais. Era uma briga normal entre eles – tanto é que não teve um funcionário de refém. O problema de verdade, a periculosidade de fato, estava no dia a dia. Eram mortes horríveis... Cabeças arrancadas, corpos esquartejados... A Seita Satânica arrancava e comia o coração dos rivais... Toda semana tinha funcionário feito de refém com faca no pescoço... Mas a mídia e a população acham que terrível mesmo foi o dia 2 de outubro. Acho isso curioso.

E outra, se os presos tivessem voltado para as celas, nada disso teria acontecido, a não ser os 30 presos que foram mortos entre eles próprios. Verdade seja dita: se a polícia não entrasse, muitos mais seriam mortos! A fumaça dos colchões poderia ter sufocado todos eles. A única porta de entrada estava com barricada queimando os colchões. A atitude da polícia foi correta. A ordem foi restabelecida por causa das ações dos policiais.

Eu fui testemunha de defesa dos policiais na ação de 1992. No meu testemunho, como um funcionário que conhecia a realidade do cotidiano, aleguei que a polícia não causou barbárie e nem houve Massacre. A polícia apenas usou dos artifícios que tinha para restabelecer a ordem naquele dia.

Bom, depois do dia 2 de outubro de 1992, nada demais aconteceu. Continuou tudo normal. Não mudou nada, nadinha, a não ser no emocional dos presos. Os presos estavam todos com ódio. Embora o clima da cadeia nunca seja harmonioso, de luz, a barra ficou mais pesada. Mas, normal... A gente tirou de boa. Sem problema. Nós, funcionários, não tivemos nada a ver com essa história.

Um dos itens do meu acervo que tenho mais prestígio é uma carta que o cel. Ubiratan me escreveu contando a versão dele do dia 2 de outubro, no contexto do lançamento do filme *Carandiru*. Essas são as palavras do coronel:

“Ao meu querido amigo Mazotto de Lima, conforme sua solicitação, e o que eu achei do filme.

O filme do Drauzio Varella só conta a versão dos detentos. O filme *Carandiru*, de Héctor Barbenco, deixou-me extremamente indignado. Ao meu ver, o diretor foi irresponsável por não ouvir os dois lados da história. Quando queremos falar de um fato verídico, é preciso ouvir todas as partes envolvidas, e a partir daí, produzir o material, e não só escutar o lado dos bandidos. Eu assisti o filme, e posso garantir que só tem versão de detentos, excluindo a parte da polícia e de outras autoridades civis presentes. Neste filme, existem cenas mentirosas, cenas de violências inacreditáveis de policiais militares saqueando e matando indiscriminadamente, e não condizem com a realidade. Existem ainda 84 policiais militares aguardando o julgamento pelo Tribunal do Júri. Essa fita será assistida por milhões de pessoas, e o que me preocupa é

que uma dessas pessoas pode ser um futuro jurado desse caso. O filme pode influenciar na opinião desse jurado. O filme considera de forma explícita a ação da Polícia Militar violenta. Cenas de filme ficam marcadas em nossas memórias para sempre, seja pela beleza ou pela violência. Então, é uma injustiça, uma irresponsabilidade e, mais do que isso, uma covardia. Agimos no cumprimento do dever e cumprimos, como toda missão. Não houve Massacre nenhum no Carandiru. O que houve foi uma operação policial para a retomada de um presídio rebelado e em chamas. Quando a Polícia Militar conseguiu finalmente entrar no pavilhão, encontrou várias emboscadas preparadas pelos presos. Óleo de cozinha, pregos com sangue contaminado espalhados pela escadaria, tudo isso misturado a fumaça de incêndio e água de canos estourados. Era um inferno. Logo na entrada do pavilhão, havia um preso morto pelos próprios companheiros, degolado e pendurado de cabeça para baixo. Uma barbaridade. Os detentos estavam armados com armas improvisadas, revólveres, estiletes sujos de sangue dos presos aidéticos. Após uma hora de operação, a polícia conseguiu acabar com a rebelião, e a ordem foi restaurada. A polícia cumpriu sua missão. 23 policiais ficaram gravemente feridos, alguns com sequelas até hoje. Agimos no estrito cumprimento do dever legal: defender a sociedade, a lei e a ordem. Isso o filme não mostra, não conta. Por quê? Por que não ouvir o lado da Polícia Militar e nem das autoridades civis e nem dos funcionários? Quem está certo?

Se precisar de mais algo, é só solicitar.

Abraços, coronel Ubiratan.”

Eu tinha até agendando um dia para ir conversar com o cel. Ubiratan. Ele até falou que eu podia ir lá na casa dele, mas ele foi assassinado pela esposa. Além da carta, ele também me deu um uniforme original do Choque, o mesmo de quando entraram no dia 2 de outubro de 1992. Eu disse a ele que o meu sonho era montar uns bonecos vestidos com as roupas dos agentes, dos presos e dos policiais. Esse também seria um projeto muito louco!

Depois do assunto “2 de outubro de 1992”, uma outra dúvida frequente é sobre a entrada de drogas no Carandiru. Bom, as drogas entravam de todas as maneiras. Primeiro, entrava nos caminhões de comida. Dentre 3 mil latas, uma estava cheia de droga. Impossível encontrar na revista. Mas acho que a maior parte entrava com as visitas. Elas faziam coisas incríveis para trazer droga para dentro do presídio! Nesse assunto, tenho muita história... As mais legais eu guardo para mim, para quando escrever o meu livro. O que eu posso contar agora são relatos de crianças de meses, meninas com drogas escondidas na genital. Coisas absurdas... Lembro de uma menina de 7 anos, evangélica, dessas com o cabelão. O que a família dela fez? Levantou o cabelo dela, raspou por baixo e colocou droga e chip de celular!

Na revista, a gente encontrava muita droga. Depois de tanto tempo cuidando de bandido, a gente aprende a ter um olhar clínico. Olhando para a pessoa, a gente consegue identificar quem está entrando com droga. Centenas e centenas de pessoas caminhando, e a nossa função é só ficar olhando... Como não tinha como revistar todo mundo, observava-se tudo: o jeito de olhar, o andar até o funcionário, a forma de falar. Aí é fatal! Sou até capaz de dizer que é uma nossa especialidade, esse faro para coisa errada... Hoje eu reconheço bandido na rua só de olhar. O cara não precisa fazer ou falar nada. Se eu ver, eu sei que é um elemento presidiário.

A diferença entre os pavilhões é uma pergunta igualmente frequente. Para nós funcionários era tudo igual, tudo cheio de bandidos. Não existia pavilhão por categoria de preso. Em todos os pavilhões havia presos de todas as categorias, desde um latrocínio, um assassinato. Geralmente, os estupradores pediam seguro. Mas todos os pavilhões tinham presos de todos os delitos.

Na verdade, a gente pode até destacar algumas características. As pessoas não sabem, mas no projeto era para ser construído o pavilhão três, mas ele acabou virando a Divinéia, que dá acesso aos outros pavilhões. A Divinéia era um espaço que vivia cheio de caminhões que descarregavam comida e carregavam o lixo. Ali também existia o coreto e o chafariz. Era um lugar mesmo para estar, repleto de árvores remanescentes da Mata Atlântica. Até hoje, existe uma reserva florestal atrás de onde estava a Casa de Detenção!

Cada pavilhão tinha o seu próprio diretor de disciplina, e a Detenção também tinha o diretor geral. O Diretor Geral quase não entrava dentro da cadeia. Ele resolvia tudo da administração, ao ponto de ele ficar dias sem entrar em qualquer dos pavilhões. A Direção Geral resolvia de tudo o que você puder imaginar. A não ser que o problema fosse maior e tivesse que acionar o secretário de Segurança Pública.

Começando pelo fundão, o Pavilhão 8 era onde ficavam os presos reincidentes, aqueles que retornavam para o Carandiru. Shows e campeonatos grandes eram sediados sempre no PV8. Lá também acontecia o maior campo de futebol da Detenção.

Ao lado do 8, o Pavilhão 9 era onde ficavam os primários, novatos na Detenção. Era o pavilhão que mais dava trabalho, porque a maioria dos presos não sabia das leis dos presos. Até por essa razão, acontecia muita briga entre eles próprios.

Um fato curioso é que dava para transitar entre o PV8 e o PV9 pelo telhado que unia os dois pavilhões. A gente andava debaixo do telhado procurando pinga e droga que eles escondiam ali.

Depois vem o Pavilhão 5, onde tinha o amarelão no 5º andar, a cela dos presos que pediam seguro. No 4º andar do Pavilhão 5 ficavam os presos de bunda e seios grandes. Por essa

razão, esse andar era chamado de Rua das Flores. Muito preso gostava de fazer umas visitinhas ali...

Imagem 70 – Desfile de moda no Pavilhão 5 (16/12/1999)



Fonte: Ronaldo Mazotto – Acervo Pessoal.

O Pavilhão 6 era onde ficava a diretoria de disciplina, o cinema e a antiga cozinha geral. Os presos estrangeiros iam para lá.

O Pavilhão 7 era normal. Lá se encontrava todo tipo de preso, sem distinção.

O Pavilhão 2 era o único pavilhão que tinha cela de um lado só. Para morar no Pavilhão 2, o preso tinha que trabalhar. Se ele não trabalhasse, não podia morar no PV2.

O Pavilhão 4 era o pavilhão hospitalar. Desde o centro cirúrgico, o dentista e até os atendimentos de médicos, tudo o que se relacionava a saúde se concentrava no Pavilhão 4. Poucos presos moravam lá. Geralmente ficavam só os presos onde estavam doentes. Tuberculosos, aidéticos... Todos os presos mortos na Detenção eram encaminhados para o necrotério do Pavilhão 4.

Depois vem a administração, que é considerado o Pavilhão 1. A diferença é que a administração fica do lado de fora do muro da cadeia. O estacionamento dos funcionários também ficava ali.

O esporte era uma coisa muito forte dentro da Casa de Detenção. Todos os pavilhões tinham uma academia de ginástica. Alguns tinham até ringue de boxe. Quando eu comecei a trabalhar na Detenção, o diretor geral era o Luiz Camargo Wolfmann, o Luizão. Ele sucedeu o

Coronel Guedes, um homem extremamente rígido que dirigiu a Detenção nos anos 1970. Luizão era um diretor muito respeitável. Quando acontecia alguma desavença, ele desafiava o preso para uma luta de boxe, no ringue. Vou falar uma coisa: não teve um preso que o derrubou.

Mas o que era forte mesmo era o futebol. A gente dizia que os presos tinham 25 horas do dia para treinar. A seleção da Detenção era imbatível! Além dos times de várzea, grandes clubes como Corinthians, Portuguesa e Santos jogaram contra o time da Detenção. O campo do pavilhão 9 tinha o nome de Denner, da Portuguesa. Ele e o Neto, do Corinthians, sempre estavam jogando aqui.

Pessoalmente, não sou muito de futebol. Sou São Paulino, mas não sigo mais nada. Perdi o tesão em futebol desde a Copa da França de 1998. Mas eu tenho uma história bacana. Por um acaso do destino, eu ganhei a carteirinha n. 1 do São Paulo Futebol Clube, diretamente do seu dono, o goleiro Nestor de Almeida. Em 1987, um pouco antes de entrar no Carandiru, eu trabalhava no Instituto de Pesca do Parque da Água Branca, na Barra Funda. Em suas caminhadas, o Nestor sempre me via com uma camisa do São Paulo e vinha puxava assunto, claro, sobre a situação do clube.

Por alguma razão, talvez sensibilizado pela minha condição de jovem e pobre – eu trabalhava muito! – ele decidiu me presentear com a carteirinha dele! Hoje, esse item único está guardado juntamente com o acervo do Carandiru, e já atraiu até mesmo a atenção até de um jornalista gringo, que ficou curioso e escreveu um artigo chamado “A carteirinha número 1: como uma relíquia do primeiro goleiro do São Paulo FC foi parar no meio de uma das maiores coleções da antiga Penitenciária do Carandiru”. Daora demais!

Pessoalmente, eu mesmo sigo a doutrina espírita. Na verdade, acredito que tudo o que eu passei na vida foi uma missão. Nos meus 32 anos de sistema penitenciário paulista, ajudei muito preso a ter acesso aos seus direitos. Que o funcionário está ali para isso mesmo. Seja um médico que o preso precisa, um advogado, opa, nós que vai correr. Ensinei preso a ler, a desenhar... Às vezes se criava uma ligação, visto que a gente passava muito tempo junto. Na verdade, até se criava um determinado respeito.

Eu sempre me dei bem com os presos. Muitas coisas que aconteciam, opa, chama o Mazotto.

– Pelo menos o senhor tem uma coletividade, sabe trocar uma ideia. Se alguém vacilar, o senhor se impõe e manda para o castigo. Mas se um mano está precisando de uma orientação, o senhor cola junto.

Verdade seja dita, os presos brasileiros têm muita regalia perante as outras unidades penitenciárias pelo mundo inteiro. Eu vi muito preso no Carandiru dizendo que não queria nem ir embora. Chegava o dia de liberdade, o cara matava alguém, só para ficar mais tempo!

– Eu vou para rua fazer o quê, seu Mazotto? Na rua não tem família, não tem comida, não tem emprego. Na cadeia tem de tudo, até mulher e droga.

“A prisão é uma maneira muito cara de tornar as pessoas piores”. Essa frase foi pintada em uma das escadas do Pavilhão 6. Realmente, presídio nenhum corrige o preso. O que corrige o preso é ele próprio. A cadeia oferece estudo, escola, religião, a oportunidade de aprender uma nova profissão. Sou até capaz de dizer que o Carandiru dava os instrumentos – assim como todas as cadeias. Mas quando o cara é criminoso, ele só quer saber de vender droga, fazer cachaça, cavar túnel e planejar assalto para quando estiver em liberdade. Esse daí não adianta querer recuperar. Pode passar o tempo que for na cadeia; assim que sair, ele vai cometer um crime.

Aqui é a cela da Seita Satânica.

Imagem 71 – Cela da Seita Satânica



Fonte: VBS. TV.

A Seita Satânica veio bem antes do PCC, nos anos 1980. E antes da Seita, tinha a antiga facção Serpente Negra, que é da década de 1970. Com a chegada do PCC, a Seita teve que se retirar da Detenção, muito embora ela ainda exista em alguns presídios do interior. Eles ofereciam mortes ao diabo, e quando matavam os inimigos, comiam os corações dos inimigos. Pessoalmente, acho horrível que exista um ser humano capaz disso!

Era difícil o dia em que não houvesse morte na Detenção... Raro! Os presos se matavam por motivos dos mais banais. Um preso, por exemplo matou o companheiro porque o cara

cuspiu no chão; outro matou porque o colega de cela roncava demais; outro porque olharam pra bunda da mulher... Às vezes até mesmo por causa de intrigas da rua. Em suma: morte era cotidiano. Era normal. A gente que passava a maior parte do dia naquele ambiente, se acostumou. Alguns dias chegaram a ter dezenas de mortes. Eu sou capaz de dizer que morreu mais gente aqui do que em algumas guerras que a mídia mostra.

Sabemos que no dia 2 de outubro de 1992 houveram aquelas mortes, mas ninguém conta sobre as mortes cotidianas. O cotidiano sim é que era o verdadeiro inferno. O dia 2 de outubro não foi nada perto de todos os outros. Na verdade, a imprensa quer colocar a polícia como culpada porque o bandido, nessa visão, é inocente, mera vítima da sociedade.

Eu fazia os registros fotográficos dos cadáveres porque não tem jeito de falar do Carandiru sem mostrar as coisas horríveis que nós, funcionários, testemunhávamos. Corpos esquartejados e espalhados por todos os cantos, cabeças cortadas usadas no jogo de futebol, presos mortos com 60 facadas... Muito ódio, muito sangue. Essa era a rotina. E depois falam do dia 2 de outubro...

Imagem 72 – Cadáveres registrados por Ronaldo Mazotto



Fonte: VBS TV.

Eu vi coisas que o Dráuzio Varella nem sonha! Ver um cara arrancar o coração do outro e comer, decapitação e jogo de futebol com cabeça... Isso é uma verdadeira atrocidade! Que coisa horrível... Mortos ainda são capazes de se mexer. Na verdade, virou uma rotina. E olha que eu durmo muito bem. Essas imagens não me incomodam em nada, nadinha. Mas a verdade é que muitos companheiros ficaram abalados com o cotidiano. Alguns não voltaram a trabalhar, outros se suicidaram. Quem de nós restou, pode-se dizer um sobrevivente!

Quando se trata da parte sangrenta da história da Detenção, a Rua 10 é o lugar mais famoso – até mais do que o Pavilhão 9! Esse é um daqueles assuntos que gera curiosidade de geral. A Rua 10 era o lugar dos acertos de contas, muito por conta da sua geografia. Nada mais é do que um corredor dentro de cada pavilhão, localizado do lado oposto à escadaria de acesso aos andares. Entre a nossa passagem e a escada que os presos usavam, formava um ponto cego na nossa visão. Até chegar do outro lado do quadrilátero, exatamente a Rua 10, era o tempo de eles gritarem aos demais e assim largarem com o que estivessem fazendo. Quando finalmente a gente chegava, só encontrávamos o cadáver e facas cheias de sangue.

Não tinha quem pudesse impedir os acertos de conta! Podia estar os 10 funcionários na carceragem. Chegavam 500 presos na porta avisando que não era para sair ninguém. Pronto. A gente só era liberado quando eles terminavam o assunto entre eles. Eu mesmo já vi preso matar o outro, mas ali dentro, ninguém era louco de entrar no meio da briga dos presos.

Olha, eu tenho uma história bacana de uma rebelião que eu passei lá no Pavilhão 9. Estávamos em 10 funcionários nesse dia. Eles trancaram a gente na gaiolinha da carceragem para resolver os problemas deles. Quebração, preso tacando fogo, e a gente sentado no chão da gaiolinha, um de costas para o outro... Nessa que alguns presos mascarados queriam nos matar, outros não queriam deixar e a situação ficou nessa pressão psicológica de mata não-mata. Nessa daí, alguns funcionários passaram mal. Até porque, era fácil um preso reconhecer o funcionário que o mandou para um castigo. Na verdade, era impossível saber se algo que fizemos marcou algum deles. Eram milhares de presos.

No meio dessa confusão toda, um preso chegou na gaiolinha e me chamou pelo nome.

– Mazotto, vem cá.

– Cara, parece que eu não te conheço...

– Vem comigo.

Ele foi na frente, e eu acompanhando. Vi muitos presos descerem com facas. Me olhavam, batiam a lâmina na parede, ameaçavam. Chegamos na porta de uma cela, ele me falou para entrar. Era uma cela de número 9300 e alguma coisa... Pensei comigo, não saio vivo dessa cela. Quando vi, o dono da cela era um cara da Cidade Tiradentes que o pai era meu vizinho.

– Pode ficar tranquilo aí, Mazotto. Você vai ficar aqui até acabar o acerto. Ó, tem televisão, celular, caso você queira ligar para a sua família. Fica à vontade.

Essa é só uma entre muitas histórias que eu tenho. Quase toda semana tinha funcionário de refém, dezenas de mortes por acerto. Mas disso as pessoas não lembram...

Costumo dizer que com a chegada do PCC, as mortes banais diminuíram bastante. A facção surgiu na Casa de Custódia de Taubaté, onde tinha o Geleão, o Blindado, o Marcos e o

Mateus, os fundadores do Partido. Com a rebelião de 1992 na Detenção, o PCC aumentou muito o seu poder, e muitos presos começaram a ser batizados. Acontece que, quando um preso matava outro, a gente tinha que trancar o pavilhão, de modo que eles todos ficaram impedidos de fazer os seus correios. Com a estruturação da facção na Detenção, cada morte tinha que ser autorizada entre eles. Por um lado, paramos de achar tantos corpos, mas por outro, aumentou muito o número de funcionários feitos de reféns para serem usados de moeda de troca.

Aqui no Carandiru, posso dizer que construí amigos para o resto da vida. Todo ano a gente faz uma reunião só entre nós funcionários da Detenção, no Restaurante Feijão de Corda, bem aqui na esquina. Na cidade de Serra Azul, moram aproximadamente 20 funcionários que trabalharam no Carandiru, todos aposentados. Nenhum quer sair do interior! Ali é qualidade de vida. Tem muito funcionário que não quer lembrar, ou que não quer falar do assunto. Aí vai do respeito de cada um. Eu já sou aquele cara que quer mostrar, quer falar. Opa, qualquer coisa chama nós, sempre entregando um cartãozinho, pá, chama nós. Assim, que nem eu, eu não conheço nenhum. Existe até o funcionário que responde quando perguntam, mas não têm o acervo que eu tenho.

Antigamente, se ganhava a vida com o salário de agente penitenciário. Para se ter ideia, durante o governador Franco Montoro, nosso salário subiu para 10 salários mínimos! Ali era bom. Hoje defasou... Acredito que o salário não chegue a 3 salários mínimos. Dificilmente o agente penitenciário sobrevive sem ter um bico. Nessa que muitos vão fazer o corre dentro do sistema. Não quero generalizar, mas é o que muitos fazem...

Trabalhando em cadeia, eu testemunhei aproximadamente 200 funcionários serem presos. Porque o funcionário quando entra no crime, a gente fala que passou para o outro lado. O funcionário que traz o pouquinho que seja de droga num dia, já era... Vira refém dos bandidos. Ele sempre vai ter que estar trazendo mais e mais, até uma hora que não vai ter jeito. Ele vai ser preso. Isso daí é completamente opcional.

Alcoolismo e tabagismo são problemas sérios entre agente penitenciário. Para você ver, em 1998 eu fui trabalhar no Departamento de Recursos Humanos. Nas situações que envolviam inquérito, eu tinha que colher as assinaturas dos funcionários. Passavam-se dois, três dias, e nada do funcionário aparecer. Quando era assim, se liga no que eu fazia. Eu vinha num bar aqui em frente. Era batata: achava o funcionário bebendo.

No meu tempo de funcionário, nos entornos do Carandiru tinham muitos bares. Só em frente a Casa de Detenção eram cinco! Descendo mais um pouco a Av. Cruzeiro do Sul se encontrava facilmente mais meia dúzia de botecos. Aos finais de semana, as mulheres visitantes lotavam todos os estabelecimentos. Tinha visita que passava a noite inteirinha se divertindo!

Que naquela época tinha cada mulherzona! Verdadeiras modelos, que desciam na Detenção de Ferrari... Independente do perfil da visita, da porta para dentro era o maior respeito. Na rua ela pode ser a pior prostituta. Entrou na Detenção, vira mulher respeitada.

Em dia de visita, para se ter ideia, fechava as quatro pistas Cruzeiro do Sul... Numa visita de natal, a nossa contagem deu aproximadamente 25 mil visitantes. Revistar essa multidão sem porta eletrônica, detector de metal, era complicado. A gente revista na mão e confiando nos outros sentidos. Na época não tinha quantidade limite de alimento. As mulheres traziam tanta coisa!

As visitas só tinham acesso ao pavilhão daquele preso. Todos os pavilhões tinham lugar para as famílias, principalmente no 8 e no 9, os maiores. Nos campos de futebol, os presos faziam umas tendas para receber a sua família. Quem não tinha condições, estendia um tapete, um pano ou um banquinho que fosse. As celas eram somente para visita íntima.

Em 1998, o governador Mário Covas publicou um edital dizendo manifestando a intenção de desativar a Detenção. Na minha opinião, o Carandiru nunca deveria ter demolido. Nunca! Foi uma questão política, e não de infraestrutura. As pessoas não fazem ideia do patrimônio que a gente perdeu. Quando a Detenção foi construída, o Brasil não tinha indústria de construção civil, então os cimentos vieram da Itália. As muralhas tinham aproximadamente quase 1 metro de largura, com ferro trançado. Esses pavilhões passaram por milhares de rebeliões. Inclusive, teve uma vez que explodiram dinamite na muralha, e ela ficou inteirinha! Isso não se encontra mais. Qualquer rebelião nessas cadeias novas já precisa reconstruir tudo.

Na verdade, os pavilhões tinham que ser mantidos e usados para outros objetivos. Mas destruir? Que história é essa? Não concordei. Não achei certo. Nenhum funcionário foi consultado. Ninguém perguntou, não. Cumpra-se, e já era. Primeiro distribuíram as dinamites e colaram um monte de alertas dizendo que todo o perímetro estaria fechado, pois já no dia 8 de dezembro de 2002 os pavilhões 6, 8 e 9 seriam implodidos. Depois de três anos, no dia 17 de julho de 2005, implodiram os pavilhões 2 e 5.

Eu assisti a primeira demolição do alto do Edifício Santana Center, junto com vários funcionários.

Imagem 73 – Ronaldo Mazotto no terraço do Edifício Santana Center registrando o Parque da Juventude



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2023.

Eu chorei... De verdade. Acredito que alguns funcionários também se emocionaram, devido a muita coisa guardada neste lugar. O Carandiru foi o maior ensinamento nas nossas vidas... Logo que eu terminei de filmar a explosão, desci rapidamente. Lembro que ainda tinha muita fumaça... Fui um dos primeiros que chegou nos escombros. Aproveitei e peguei muitos objetos, até por isso sou capaz de contar a história da minha vida.

Da hora, né? Então, a minha intenção é fazer a ideia chegar. Uma hora vai chegar em alguém com visão e que pense “esse cara poderia estar ganhando dinheiro com isso”. Eu acredito nisso... Por enquanto, a minha palavra ainda não chegou.

Hoje, proprietário do maior acervo particular sobre o Carandiru, e busco conseguir realizar exposições em escolas, faculdades, ETECs e afins. Também, tenho o intuito de trabalhar na conscientização de jovens e adolescentes mostrando as consequências de se escolher o crime como meio de vida. Nós, funcionários, também somos sobreviventes. Em várias situações, ficamos de refém com faca no pescoço, amarrados a butijão de gás, colchões embebedados de álcool ou pendurados no telhado. Consegui sobreviver, e hoje tenho fotos, vídeos, objetos e muitas histórias para contar. Estou disponível nas redes sociais para as pessoas fazerem perguntas e assim satisfazer as curiosidades sobre a vida no Carandiru.

3.6. CELSO FERREIRA DE ALBUQUERQUE

Celso e eu nos conhecemos durante os atos que marcaram os trinta anos do Massacre do Carandiru, mais especificamente na inauguração da placa com os nomes dos 111 mortos reconhecidos – hoje, o item integra o acervo do Espaço Memória Carandiru. A convite da Dra. Priscila Pamela dos Santos, da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-SP, realizei a leitura de um texto como marco simbólico da cerimônia. Entre outros pontos, alertei para a urgência de uma escuta ética por parte de todos aqueles que se propõem a estudar o cárcere contemporâneo.

Partícipes da inauguração da placa, representantes da sociedade civil organizada e egressos do sistema prisional pediram a palavra, entre eles, Celso. O egresso da Casa de Detenção e técnico de teatro fez questão de esclarecer que não havia vivenciado o Massacre do Pavilhão 9, mas saudou a organização dos sobreviventes em uma 1ª Frente, movimento que, segundo ele, possibilitou a ressignificação de seu próprio passado prisional. A afinidade inicial, construída a partir da complementaridade de nossas intervenções públicas, abriu espaço para o prolongamento do diálogo. Ao final do evento, convencionamos realizar uma entrevista em sua residência dentro de um mês.

No dia 17 de janeiro de 2023, no horário combinado – 10hrs da manhã –, cheguei ao seu apartamento, localizado nas proximidades da Estação Júlio Prestes. Passados alguns minutos, fui recebido por Celso, que justificou o atraso da entrevista em razão de demandas decorrentes de sua atuação como representante dos moradores do condomínio. Cerca de uma hora depois, entramos em seu apartamento, onde fui apresentado à sua esposa, Cris, cujo olhar atento e expressivo sugeria igualmente uma necessidade de fala. Celso e eu nos dirigimos ao seu escritório, um pequeno quarto que se expandia por elementos dispostos que organizavam o seu mundo subjetivo: livros, pinturas, folhas coloridas usadas como filtros nos painéis solares que iluminam os espetáculos.

Ao iniciarmos a gravação, pedi que ele explicasse o significado daquele espaço, com destaque para duas figuras centrais: Krishna, divindade hindu, e Karl Marx. A partir de Krishna, Celso reconstruiu aspectos de sua adolescência e da vida vivida em um templo budista no centro de São Paulo, os anos de “porra louquice” que sucederam a disciplina monástica, passando pela drogadição, assaltos e cadeia. Já suas leituras de Marx ofereceram o eixo analítico para compreender as políticas de encarceramento e o funcionamento do sistema penitenciário brasileiro.

Após cerca de duas horas de gravação, interrompemos a entrevista para tomar uma vitamina preparada por Cris, que complementou alguns detalhes da vida carcerária do marido com nuances sobre a sua própria experiência de familiar. Cris falou sobre seu trabalho nos Correios e sobre a experiência cotidiana de morar em uma rua situada em área de intensa circulação da Cracolândia, imagem que comparou a um estádio de futebol em dia de clássico. A conversa se deslocou novamente para Celso que falou sobre o ciclismo como forma cidadã de ocupação da cidade.

De volta ao seu escritório, retomamos então a entrevista em uma segunda sessão, iniciada com a análise de Celso sobre o sistema penitenciário brasileiro e seus desdobramentos no tempo presente. Detalhes da sua participação no longa metragem *O prisioneiro da Grade de Ferro*, de Paulo Sacramento (2003) dimensionaram os esforços na ressocialização oportunizada pelo trabalho na produção, a partir do qual Celso nunca mais deixou o meio da produção audiovisual, iniciada no cinema e continuada no teatro.

Encerrada a gravação, passamos ainda cerca de duas horas conversando sobre música. Profundo conhecedor da música brasileira, Celso apresentou-me discos dos violeiros Xangai e Elomar. Perdemos a noção do tempo e deixei sua casa por volta das 18h, já em horário de pico. Espremido no metrô, fiz o trajeto de volta para a Zona Leste escutando repetidamente *Trabalhadores do metrô*, música de Xangai cantada por Cris e Celso com alegria remoçada. Na escuta da música frequentada pelo casal, pude concatenar as histórias por eles contadas.

Celso participou ativamente do processo de elaboração do texto final. Alguns nomes de pessoas encarceradas foram suprimidos, enquanto detalhes pontuais sobre seu trabalho no teatro foram adicionados. Foi dele, ainda, a sugestão de incluir um glossário de termos recorrentes do léxico da cadeia, proposta que, até então, permanecia apenas no plano das intenções.

A luta é para que a luz da memória do Carandiru não se apague

Imagem 74 – Celso no Espaço Memória Carandiru (23/10/2022)



Fonte: Alice Vergueiro, 2022.

O meu nome é Celso Ferreira de Albuquerque, e sou sobrevivente da Casa de Detenção de São Paulo. É importante que a história sobreviva, a história do que realmente aconteceu, razão de eu estar contando as minhas memórias. Tem que haver um enfrentamento contra a força do apagamento, que é algo concreto e institucional. O Carandiru é parte da formação social e cultural da cidade de São Paulo.

O Parque da Juventude está carregado do peso do passado. Quem for ao Parque poderá observar pequenos morros cobertos por grama. São entulhos da implosão, literalmente encobertos. Querer simplesmente esquecer o que aconteceu é estúpido. Não se apaga o passado, porque a memória está viva com quem viveu no Carandiru. O que devia ter naquele espaço era um grande memorial para se contar as histórias das pessoas, sobretudo a história do Massacre. Uma *outra* memória do Carandiru não interessa ao Estado; interessa a nós.

Este quarto em que nós estamos é o meu universo, onde reencontro comigo. De certa forma, há um equilíbrio entre os objetos de iluminação de teatro, Krishna e Marx, como partes integrantes da minha formação humanística. Eu conheci os Hare Krishna durante a minha adolescência, o que foi o primeiro giro da minha cabeça. Eu estava estudando no Ensino Médio e Técnico em Administração, começando a desgostar da escola enquanto instituição, que é uma máquina de desmotivar os alunos.

De qualquer maneira, eu ainda não sabia o que eu queria, e tudo que eu era, era muito: muito novo, muito besta e muito ingênio. Conheci a filosofia do Vedanta, as escrituras da Índia antiga, e aquilo me seduziu a ponto de eu largar tudo. Larguei trabalho, escola, família e decidi que seria monge. O meu saudoso pai, meio puto, falou: “então você vai ser monge, meu filho”. Como eu ainda era menor de idade, dependia de uma autorização por escrito para ir morar no templo. Consegui a assinatura, e passei três anos morando no templo, na Rua dos Franceses, na Bela Vista, entre 1982 e 1985.

Fui me envolvendo cada vez mais com o templo, e passei a ser tesoureiro. Depois o templo se mudou para um palacete na Rua Bom Pastor, esquina com a Rua dos Patriotas. Era um casarão chamado Palacete dos Cedros, que pertencia a um sujeito que ostentava o título de cavaleiro, o Basílio Jafet. Era um palacete digno da burguesia comercial, com muito mármore e um grande chafariz. Foi uma experiência emancipatória, mas, ao mesmo tempo, fechada dentro do dogma religioso. O dogma não é leve nem pesado: ele é o que é. Mas, ficou pesado para mim.

Em 1985, eu saí do templo e fui direto para o Rock In Rio, com uma devotinha do templo. Depois de três anos na abstinência, os meus hormônios estavam fritando! Eu era muito cabeçaço, porra louca mesmo. Nem sei dizer em que estado eu fiquei... Tanto é que eu nem lembro direito do show do AC/DC. Tinha lama para caralho, uma vibe meio Woodstock. Nos anos 80, era comum as pessoas buscarem expandir a consciência pelo caminho das drogas, mas disso para ser um junkie era um pulo. Ali começou a caminhada do porrão. Desde então, o uso das substâncias me acompanhou longamente.

Eu fui experimentando um monte de droga. Tinha várias coisas que eu gostava muito. O que dava barato eu estava usando, com exceção da cocaína, que era muito caro. Gostava de ácido, cogumelos e também de barbitúricos. Naquela época, um resquício da Contracultura, era muito fácil acessar barbitúricos e anfetaminas nas farmácias. Eu preferia drogas que desabotinava mesmo, por isso preferia ácido lisérgico e os barbitúricos. Nunca fui cara de usar muitos estimulantes.

Eu também tomava muito um broncodilatador derivado da codeína. Era bem baratinho. A gente comprava aquele monte de comprimido, macetava, diluía na água, filtrava com filtro de cigarro, separava a borra do líquido e injetava a parte líquida direto no sangue. Era o famoso baque. Eu tomei muito... Acredito que a minha hepatite tenha vindo daquela época, porque às vezes a gente compartilhava agulha.

Não posso dizer que eu tinha uma tribo urbana em específico. Eu gostava de andar com os micróbios da sociedade. Conheci diversos salões de Rock na Av. Celso Garcia e Santana.

Andava com o pessoal que vendia artesanato na Praça da República, e frequentava o Centro Cultural de São Paulo, na Estação Vergueiro. Foi ali que eu conheci a Cris, a minha companheira. Às vezes eu montava uma banquinha de artesanato e vendia incensos, artesanatos. Eu ficava mais vagabundando, embora gostasse muito da biblioteca do Centro Cultural, onde eu conheci autores da Geração Beatnik. Eles também tinham uma discoteca muito importante. Eu sentava ali, plugava o fone de ouvido e passava horas nessa vagabundagem... Eu ouvia muito rock'n'roll e blues. Com a cabeça juvenil que eu tinha, o resto era um lixo.

Cris e eu nos casamos e tivemos uma filha, que nasceu em 1989. Pensamos que era a hora de ficar numa boa e assumir a responsa. Fomos trabalhando, criando a nossa filha, mas eu sempre estive com as drogas por perto. Ainda bem que eu fui o único a chapar, porque se a minha companheira tivesse embarcado nas minhas loucuras, certamente a gente teria se destruído completamente.

Em algum ponto, o meu vício criou uma crise na nossa relação. Ela foi morar com a mãe dela, e eu fui morar em uma antiga casa que o meu pai havia construído nos anos 1960, no Jardim Formosa. Nesse processo, eu comecei a usar crack, que é uma droga que degrada o usuário de uma maneira muito rápida. Ela não tem um período de degradação gradual. Incrível como o crack domina em tão pouco tempo...

Existe um mito de que o crack é droga de *homeless* por ser barata e acessível. Na verdade, o crack é uma das drogas mais caras. A dose pode ser barata, mas que se esvai num instante, e daqui a pouco a pessoa precisa de mais e mais. A pessoa gasta tudo o que tem, e quando acaba o dinheiro, dá um jeito para conseguir mais. Junto com uns conhecidos, eu comecei a realizar assaltos em saída de banco. Era uma grana fácil, mas eventualmente aquela vida trouxe as suas consequências. No final de 1997, eu e mais um camarada fomos presos no 41º DP, no bairro Carrão, Zona Leste.

Os DPs eram carceragens dentro das delegacias. Só em São Paulo, eram mais de 100! O DP era a forma mais degradante e cruel de prender alguém. Era um espaço muito apertado para muita gente, e a rotina era sempre alguém cavando parede ou túnel para fugir. Quando os policiais descobriam algum buraco, o GARRA e o GOE davam esculacho em todo mundo. Tiravam tudo o que era nosso, desde colchão até a roupa do corpo, e batiam em todo mundo.

Aconteceu um episódio muito louco nesse DP, que guardo bem na memória. A gente furava, furava, furava, e estávamos quase chegando na rua. Não sei se teve cagueta na parada, mas em uma madrugada, o buraco, o tatu acabou sendo descoberto. O delegado de plantão veio falando que já tinha chamado os caras pra esculachar nós. De repente uma revolta começou a tomar geral, e a cadeia virou. Foi uma das cenas mais loucas que eu vivi! Era uma cena muito

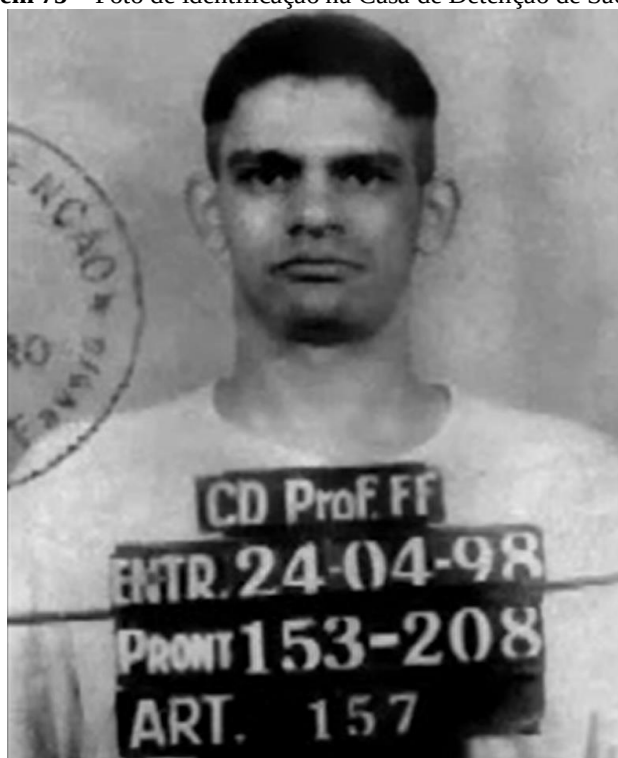
emocionante. Um instante de anarquia, fruto de uma explosão de energia misturada com insatisfação. O levante popular! A gente arrancou as grades das cinco celas, botamos fogo nos colchões e ficamos morando no pátio por alguns dias. Ninguém entrava, nem mesmo os carcereiros. Exigimos a presença do juiz corregedor para negociarmos. Só então a normalidade foi restabelecida.

Por volta de 2006, eu trabalhei na produção do filme *Querô*, uma história do Plínio Marcos dirigida por Carlos Cortez. O filme conta a história de um menino que é filho de uma prostituta. Assim que ele nasceu, a mãe se matou tomando querosene, e o nome dele ficou sendo Querô, de querosene. Querô foi criado pela dona do puteiro com extrema violência. O menino cresce na violência e por consequência, vai parar na Febem. Há uma cena que os meninos se rebelam. Eu estava gravando essa cena, e foi muito louco ver a encenação de algo que eu tinha vivenciado. Foi a mesma energia!

Depois de seis meses vivendo no DP, sofrendo com a escassez de higiene e de paz, finalmente fui processado e sentenciado a 5 anos e 4 meses, por assalto à mão armada. Assim que saiu a sentença, o meu bonde chegou, e eu fui transferido para a Casa de Detenção, em 24/04/1998. O rap *Diário de um detento* tinha acabado de explodir na mídia, embora internamente pouco se falasse sobre o Massacre do Pavilhão 9. Esse sempre foi um assunto meio tabu, mesmo entre os sobreviventes.

A primeira impressão do Carandiru foi muito louca porque eu estava confinado em uma cela apertada, e repente vi aquele lugar grande com as suas muralhas. Depois de viver em um cubículo, o ser humano perde a noção do espaço. O Carandiru pareceu ser muito maior do que realmente era. Como uma criança que vê tudo grande, e quando cresce, percebe que de fato as coisas não têm aquela dimensão. A adaptação cria esse efeito na gente.

Imagem 75 – Foto de identificação na Casa de Detenção de São Paulo



Fonte: Paulo Sacramento, 2003.⁷

Eu cheguei na Detenção em um período de transição que podemos chamar de Pré-PCC. Antes da hegemonia do “Partido”, o negócio era bem anárquico. Eram várias quadrilhas que disputavam o controle do tráfico e do território. O proceder era sempre caminhar pelo certo, saber falar e calar no momento exato. Antes de ser dispositivo de comunicação, a palavra era questão de sobrevivência.

Cada pavilhão em si era uma cadeia. O Pavilhão 9 era um caldeirão, com ritmo frenético, violento e acelerado. Treta era todo dia. Eu não gostava desse tipo de vida... Sempre tinha um maluco querendo confusão, mesmo que eu fosse quieto. Viver no Carandiru, principalmente no PV9, era como caminhar no fio de uma lâmina. Para sobreviver, o preso tinha que ser equilibrista, calculando cada passo. Do contrário, cai e se corta inteiro. Esse instinto de sobrevivência eu trouxe comigo, como consequência de viver por muito tempo em um ambiente tão hostil.

Eu nunca fui de arrumar confusão com ninguém. Sempre fui na minha. Gostava de trocar uma ideia, fumar um baseado, resolver tudo numa boa. Procurei não me envolver nos conflitos internos, o que também é respeitado na cadeia. Eu tocava violão. Gostava de tocar Zé Ramalho e Ednardo. Não eram as coisas mais populares, mas tinha quem curtisse. Às vezes eu tocava no

⁷ O Prisioneiro da Grade de Ferro. Min: 00:04:23.

campo de futebol, mas quase sempre eu tocava no meu barraco. Os caras vinham para me ouvir, e era um barato. Inclusive, o pessoal me conhecia por Bob Marley, porque quando eu cheguei do 41ºDP, eu tinha dreads, mas daqueles bem malcuidados. O meu respeito vinha do meu proceder, das minhas ideias.

Depois de ter passado por todo o rito de ingresso na Casa de Detenção, desde a apresentação das regras pelo diretor até a criação de um prontuário, fui encaminhado para uma cela de triagem no Pavilhão 9. Alguns conhecidos do DP atracaram na Detenção primeiro do que eu, e já tinham um barraco. Eu cheguei com uma parte do dinheiro, e juntos compramos metade do xadrez 24-E, que ficava na Rua 10 do quarto andar, onde eram feitos todos os acertos de conta. Qualquer diferença entre dois presos tinha que ser resolvida na Rua 10.

No DP, as pendências eram resolvidas no soco. Depois eu aprendi que no sistema, briga de preso se resolve na faca. A última consequência é realmente a última. Nessa época, tudo era motivo para trocar faca. Também existia muita patifaria, aquele monte de gente contra um. De repente chegava da rua um desafeto, e se montava a panela para trucidá-lo na faca. Eu vi tudo isso porque a Rua 10 ficava na porta do barraco onde eu morei. Isso é algo que realmente mudou com o PCC. Para matar alguém, tinha que ter motivo, e a decisão final cabia ao comando.

Alguns meses se passaram, quando atracou um camarada, vamos chamá-lo Baiano, que comprou uma parte do nosso barraco. Um conhecido dele chegou da rua, e o Baiano o abrigou na nossa cela. Ninguém sabia o proceder ou a caminhada desse recém chegado. A primeira vista, parecia alguém normal, tranquilo. Alguém que trabalhava no setor Judiciário teve acesso ao prontuário dele, e descobriu que era b.o de estupro. O proceder neste tipo de caso era matar o cara. Não tinha papo. Mas antes que a gente pudesse debater o assunto e resolvermos a fita entre nós, o sujeito aproveitou a movimentação do dia de visita para correr. Por consequência, nós fomos cobrados pela faxina.

Ninguém ali, nem mesmo o Baiano, sabia do proceder desse sujeito, mas os faxinas não queriam papo. O negócio deles era tomar o nosso barraco como penalidade. A condição para mantermos o barraco era permitir que eles subissem o gás, isto é, matassem o Baiano, que acabou sendo visto como o responsável da situação. Resolvemos entregar o barraco para a faxina e salvar o camarada. Depois de um tempo, eu vi o próprio Baiano andando com os faxinas que queriam matá-lo! A gente ficou meio sem entender, mas... Vida que segue. Depois dessa fita, comprei uma “pedra” – cama – em um barraco no 3º andar.

Neste barraco, também aconteceu uma situação muito doida. Os caras do barraco vendiam balinhas e picuá. As balinhas eram pequenas porções de maconha, o suficiente para bolar um baseado fininho. A gente embalava a erva em umas trouxinhas, mais parecia um

estralinho. Já o picuá era o nome que se dava à pedra de crack. Na cela, tinha um monte de bala e picuá escondidos no meio do lixo. Cada morador do barraco tinha o seu dia para tirar o lixo e levar em uma montanha de lixo no pátio. O procedimento era retirar a droga e depois descer com o lixo.

Eis que chegou o meu dia de descer o lixo. Porém, na hora de tirar o lixo, esqueci de tirar a droga do meio! Descartei o lixo com droga e tudo. Quando descobriram, os caras ficam loucos, e queriam me pegar de qualquer jeito. Eu voltei correndo para aquela montanha de lixo. Eu me lembrava mais ou menos onde tinha descartado, e comecei a cavar. Puta que o pariu... E os caras me olhando no meio do lixo, dizendo que eu estava fodido. Eles iriam me fazer pagar e depois iam me esculachar pela mancada, me mandar pro Pavilhão 5, ou coisa que o valha.

Eu estava no meio daquele monte de lixo, escutando ameaças, e de repente me apeguei no misticismo. Clamei por todo mundo que pudesse me ajudar. Até pelo meu finado avô eu clamei! Pensei no que poderia acontecer comigo. Eu estava errado, e não tinha papo. De repente, talvez como sinal divino, um faxina achou o bagulho. Porra, mano... Nunca fiquei tão aliviado! Como forma de agradecimento, comprei parte da droga. São exemplos de como era morar no Pavilhão 9. Uma vida frenética, onde cada passo errado poderia custar a sua vida.

Tudo era tão frenético naquele pavilhão que eu até evitava jogar bola, porque era muita treta! Sempre achava que quem errasse algum lance seria cobrado. Mas não vou negar que eu gostava de assistir as partidas. Na Casa de Detenção, a torcida era bem dividida. Tinha tanto corinthiano quanto são paulino. Eu sou são paulino, sobretudo por influência do meu pai. Quando o São Paulo ganhou o seu primeiro título brasileiro, em 1977, parece que o sentimento de torcedor se aflorou. Foi um jogo muito emocionante contra o Atlético Mineiro! A decisão foi para os pênaltis. O goleiro do São Paulo, Waldir Perez, tinha elasticidade admirável e um estilo de jogo baseado na provocação, de modo que os jogadores do Atlético erraram três pênaltis. O resto é história.

Durante os seis meses que vivi no DP, eu ouvia muitas histórias sobre o sistema penitenciário. Existia certa fantasia de que era organizado como nos filmes de Hollywood. Pensei comigo, vou me internar na biblioteca! E quando cheguei na Detenção, descobri que não tinha porra nenhuma de biblioteca, e as únicas salas de aula eram fodidas, algo muito precário. Nada era organizado como se contava... A vida era violenta e monótona. Eventualmente, eu trocava uma ideia com os camaradas, fumava um baseado, tocava violão, descia para o campo... Senti a necessidade de fazer algo para ocupar a mente. Sabia meio por cima que tinha a possibilidade remissão de pena por trabalho. Além da remição, pensei, seria uma boa alternativa para me ocupar.

Um camarada que morava no mesmo barraco no PV9 trabalhava no setor de judiciário. Ele preenchia uma requisição com a assinatura de um funcionário. A requisição vinha para o Pavilhão de origem, eu era chamado e conseguia circular até o Pavilhão 6. O Pavilhão 6 era o centro da administração de toda a Detenção. As diretorias dos setores estavam todas ali. Sem uma requisição ou documento de trânsito, não era possível circular entre os pavilhões. Uma outra forma era subornar os guardas.

Depois de muita insistência e reiteradas idas ao Pavilhão 6, consegui uma vaga de datilógrafo no setor de educação. Por um tempo, eu fiquei morando no PV9 e trabalhando no PV6. O setor de educação tinha uma cela no Pavilhão 2, que era mais direcionado para trabalho. Apareceu uma oportunidade de morar nesta cela, e então passei a morar no xadrez 2309 do PV2, trabalhando como professor. Era como se fosse uma outra cadeia, com um ritmo completamente diferente. Na dinâmica na Detenção, o Pavilhão 2 era uma espécie de semiaberto. Em sua maioria, os presos trabalhavam enquanto esperavam para ir embora.

Eu soube que no período anterior à minha chegada, as escolas dos pavilhões eram da responsabilidade da FUNAP. Ou seja, as aulas eram ministradas pelos funcionários. Não sei ao certo quando isso mudou, mas a educação passou a ser responsabilidade dos próprios detentos, que eram treinados pela Funap para serem monitores de educação. O candidato tinha que ter o Ensino Médio completo e passar em um processo seletivo. Como eu havia parado no 2º ano do Ensino Médio, comecei a me preparar para os exames supletivos. Sempre fui autodidata, então estudei utilizando as apostilas dos testes anteriores. Depois que eu consegui o certificado de conclusão do EM, prestei o seletivo e passei a ser professor no Carandiru.

Como professor, eu tinha um documento de trânsito bonitão. Podia transitar por todos os pavilhões. Consequia fazer os meus “aviões”, arrumava um negócinho, carregava uma coisinha, atravessada com uns negócinhos... Eu fui preso em um contexto de abuso do crack, que eu consegui parar de fumar. Eu só dava o meu doizinho. Com o trabalho, ganhava uma merreca que eu mandava para a minha família e ainda tirava uma remição de pena.

Eu lecionava aulas de Ensino Fundamental. As turmas eram divididas entre Alfa 1 e Alfa 2, voltadas para alfabetização. O intuito era fornecer instrumentos para aprender a ler e escrever. Lembro de trabalhar bastante gramática. E tinha sempre que inventar atividades, achar revistas para leitura. Como eu sempre tive o privilégio da visita da Cris, da minha família, dos amigos, eu recebia com o jumbo a revista *Caros Amigos*, que tinha leituras sem miséria! Os textos eram gigantes, Eu ficava procurando textos mais enxutos, que pudessem ser trabalhados nas aulas.

Trabalhar como professor foi muito bacana. Ensinar para uma pessoa ávida por aprender é gratificante. Diferente de uma escola, que os alunos estão presentes por obrigação, na cadeia a presença era simplesmente vontade de aprender e mudar. É uma outra relação com o ensino... Os caras faziam perguntas das mais variadas. Era quase um enquadro mesmo! O que eu não sabia, pesquisava e trazia para a próxima aula. Imagina! Os caras me obrigavam a trabalhar e realmente me preparar!

As aulas de leitura acabaram se tornando um preparativo para eles prestarem uma prova, a fim de conseguirem o certificado de conclusão do Ensino Fundamental. O resultado final foi surpreendente. A taxa de aprovação foi algo em torno de 90%. Lembrando agora, acho que uma das coisas mais gratificantes que eu já fiz na minha vida. Os caras totalmente agradecidos.

Assim eu fui passando os meus dias, trabalhando como professor, quando apareceram uns caras que mexiam com cinema divulgando um curso de vídeo e câmera. No início, minha ideia era que se tratava de uma oficina de vídeo para ensinar a operar uma câmera para filmar casamento, festas, sempre com uma perspectiva de transformar o aprendizado da arte com fins de trabalho. Quando fui conhecê-los, eles tinham montado alguns equipamentos para conduzir entrevistas sobre a história de vida de alguns presos. Eles me entrevistaram, e depois eu trouxe alguns camaradas.

Como achei a proposta interessante, comecei a ajudar na divulgação do curso entre os pavilhões. A ideia dos produtores era formar um grupo heterogêneo, que tivesse representatividade de diferentes pavilhões. Com o grupo formado, o curso começou. Só então a gente foi perceber qual era o objetivo deles. Eles começaram a ensinar a gente a escrever roteiro, depurar imagens, operar câmera, os fundamentos da luz e do som... O bagulho era cinema! Até então, a gente não sabia que eles queriam fazer um filme. O negócio começou a ficar interessante.

Cada um dos participantes fazia o seu roteiro a partir do que ele gostaria de mostrar na cadeia. A gente escrevia o roteiro numa folha de papel, incluindo o plano de filmagem. A minha ideia foi mostrar o céu. Escrevi um poema muito doido sobre o metrô, as imagens se sucedendo. Acabou não rolando porque, tecnicamente, não conseguiram encaixar essa cena no filme. Mesmo assim, os produtores gostaram de mim e decidiram abrir o filme comigo, numa entrevista dentro do barraco. Eu estava servindo café e refletindo sobre a situação do cárcere.

Imagem 76 – Monólogo de Celso no xadrez 2309 do Pavilhão 2



Fonte: Paulo Sacramento, 2003.⁸

O fechamento do filme sou eu cantando Raul Seixas. A minha filmagem não entrou, mas de alguma forma eu participei do filme. E assim nasceu o documentário *O Prisioneiro da Grade de Ferro*, com a direção do Paulo Sacramento.

Eu demorei muito sair da Casa de Detenção... Dos 5 anos e 4 meses, 4 anos foram no regime fechado. Isso não existe, ainda mais considerando que eu era réu primário. Mas eu não era exceção. Todo mundo que solicitava a progressão de regime era barrado. A maneira que eles tinham para atrasar a nossa vida era emitindo um lado desfavorável no Exame Criminológico. Formava-se uma Comissão Técnica de Classificação (CTC), constituída por um psicólogo, um psiquiatra e um assistente social. Mesmo cumprindo todos os requisitos objetivos, como bom comportamento e ausência de registros de castigo, os examinadores procuravam argumentos subjetivos para barrar a progressão de regime. Eles escreviam em um psicolinguês, alegando que o preso tem uma leitura inadequada do passado ou comportamento impulsivo. Mas foda-se. Era prerrogativa dos caras.

Fiz o exame criminológico uma vez, e foi negado. Tentei marcar uma segunda vez, o que nunca aconteceu. Sinceramente, só consegui sair daquele lugar depois que uma força-tarefa da Defensoria verificou quem poderia estar no regime semiaberto, caso a caso. Assim eu tirei seis meses de semiaberto na cidade de Tremembé, no Vale do Paraíba. Lembro nitidamente do 11 de setembro de 2001. Foi um negócio fodido. Nossa mano, os caras jogaram aviões nas torres. A gente acompanhou pela televisão, e foi algo que realmente nos impressionou. Depois

⁸ *O Prisioneiro da Grade de Ferro*. Min: 00:03:47.

do semiaberto, ainda tirei mais 4 meses de condicional. Em abril de 2002, eu saí em liberdade condicional.

Nesse ínterim, *O Prisioneiro* já estava todo filmado. Os produtores deixaram de ir na cadeia e passaram mais de um ano com a montagem do filme. Eram mais de 400 horas de material filmado! Foi um trabalho de montagem cabuloso. Na minha leitura, eles foram muito felizes com o material apresentado no documentário. O público consegue ter uma visão bem abrangente do que é o presídio.

Durante os meses que eu fiquei no semiaberto, O Hector Babenco gravou o *Carandiru* nos pavilhões 2 e 5, que já estavam desativados. Tanto o *Prisioneiro* quanto o *Carandiru* foram lançados em 2003. A diferença fundamental é que o Babenco tinha uma grana do caralho. Enquanto ele filmou e lançou o filme quase instantaneamente, o Sacramento passou mais de um ano montando.

Depois que saí da cadeia, passei a trabalhar com um camarada que fazia comunicação visual por letreiro. Era um tempo antes da gestão do Kassab, quando se podia fixar letreiros nos logradouros. Depois de um tempo, outro camarada que trabalhava com teatro me chamou para ajudá-lo com a iluminação em um espetáculo no Centro Cultural.

O Louis Robin, que fez o som do *Prisioneiro*, me ligou e disse que iria filmar a implosão do Carandiru, e eu fui junto. Quando eu saí de bonde para o semiaberto, a desativação do Carandiru já tinha iniciado com os primeiros pavilhões, e o governador Geraldo Alckmin estava construindo uma série de novos presídios no interior de São Paulo. O Alckmin ficou se vangloriando das novas vagas, enquanto um padre ligado às questões carcerárias lamentou o fato. Poderíamos estar inaugurando novas escolas e hospitais, mas estávamos contruindo novos presídios...

Depois de filmarmos a implosão, naquele mesmo dia, houve uma festa na casa do Louis, onde ele me chamou para trabalhar com ele como segundo microfonista em produção de cinema, parceria que durou 10 anos. Foi do caralho trabalhar com cinema! Esses caras que produziram o *Prisioneiro* me deram uma perspectiva. A generosidade de estender a mão e de inserir um egresso dentro daquele universo das artes foi algo surreal.

Conheci dois funcionários que eram bastante atuantes com a ressocialização. O seu João e o Seu Valdemar. O Seu Valdemar infelizmente morreu de Covid... Ele era uma figura meio *outsider* entre os funcionários, incentivava diferentes atividades culturais e dava todo o apoio possível. Foi ele que ajudou os caras do *Comunidade Carcerária* a se erguerem pelo rap. O seu João também foi um funcionário que trabalhou para a ressocialização. Ele tinha uma academia de boxe na Detenção, que infelizmente foi fechada.

Uma outra figura, tão importante quanto esses funcionários, chama-se Wilson de Paula, um pastor batista muito gente fina. Ele era subordinado do diretor de educação, o Silvério. Quando o Silvério faceleu, o Wilson assumiu a direção do setor, e passou a ser um grande facilitador de projetos culturais dentro do Carandiru, como o *Prisioneiro*, mas também iniciativas de teatro e fotografia, como foi o caso do projeto da Sophia Bisillat. Essa mediação entre pessoas de fora dispostas a fazerem projetos e pessoas de dentro que ajudem é fundamental. Se não for assim, qualquer iniciativa é barrada na burocracia.

Um outro exemplo da aliança entre pessoas de fora e pessoas de dentro foi o concurso literário *Letras de Liberdade*, promovido pela Editora Madras no ano de 2000. A editora selecionou 15 textos produzidos pelos presos. Infelizmente, esse concurso ocorreu na época que eu estava envolvido com o *Prisioneiro*, então eu não participei. Também, eu me achava incapaz de me envolver com diferentes projetos. De repente eu poderia até ter escrito alguma coisa...

Desde o *Prisioneiro* até os projetos literários, pode-se dizer que existiram iniciativas importantes no sentido da ressocialização. Mas olhando para o todo da população do Carandiru, eram projetos insuficientes. A rotina continuava a ser o inferno.

Eu gosto muito de set de filmagem, mas depois eu conheci o teatro, e então foi outra aventura na minha vida que perdura até hoje. Diferente do filme, que depende somente do escrutínio do diretor, o teatro possui um termômetro que é o público presente. Essa dinâmica me conquistou, e eu fui trabalhar com palhaços que faziam teatro de rua. Depois, fui trabalhar no teatro do SESI.

O teatro do SESI foi uma escola para mim. Eu fui contratado como contrarregra. Como o SESI tinha espetáculo infantil de manhã e espetáculo adulto à noite, o trabalho envolvia montar e desmontar todo o cenário, diariamente. Era uma loucura! Lembro de um espetáculo dirigido pelo Felipe Hirsh. Ele fez uma adaptação de um livro chamado *Avenida Dropsie*, de Will Eisner. A proposta era contar crônicas dos moradores de um prédio nos Bronxs. A produção envolvia montar plataformas e janelas onde as pessoas apareciam. E, para tornar tudo mais louco, durante uma cena, tínhamos que produzir chuva! Fizemos uma engenharia muito doida para instalar todo um sistema de irrigação por caixas d'água e ralos no piso no teatro. Toda essa estrutura era desmontada depois do espetáculo, para montarmos tudo de novo no dia seguinte. Foi surreal!

Com o tempo, esse trabalho de montagem e desmontagem foi me quebrando. Eu queria trabalhar com som, porque esse era o meu *background* do cinema, mas a oportunidade que surgiu foi na Iluminação. Aprendi que a luz também é apaixonante... É onde estou até hoje, mas como *freelancer*, depois que o SESI me mandou embora, em 2018.

Passei um ano sabático, entre 2018 e 2019, e um pessoal começou a me chamar para fazer espetáculos. Fiz um muito legal no SESC 24 de maio, chamado *As crianças*, que contava a história de três cientistas responsáveis por uma usina nuclear que sofreu um acidente, como Chernobyl. A produção conseguiu uma temporada de três meses no Teatro Eva Hertz, no Conjunto Nacional da Av. Paulista. Eu estava superanimado para essa temporada, mas logo depois veio o lockdown da pandemia. O resto é história.

A minha visão do sistema penitenciário é que ele é uma bosta que sequer devia existir. O meu horizonte aponta para o abolicionismo penal, não como mero discurso, mas dentro de uma revolução socialista. Como se diz, ouvi do camarada Nildo Ouriques, a revolução é como um cavalo encilhado que passa. Eu não sei quando ele vai vir. O cavalo pode passar a qualquer instante. Na hora que ele passar, eu tenho que estar pronto para montá-lo.

Mas até lá, nós precisamos lidar com a realidade que temos, e a realidade que está posta é que a questão penitenciária está intimamente ligada à guerra contra as drogas. Como esta política penitenciária parte de um cálculo errado, de que droga é questão de segurança pública, tem tudo para dar errado. Na verdade, esta política é acertada, exatamente por ser um instrumento da classe dominante para perpetuar o seu controle sob os pobres.

Para que as prisões cumpram a sua função orgânica, isto é, ressocializar a pessoa que transgrediu a lei, há muito que pode ser feito. Não podemos perder de vista que a ressocialização pressupõe que o preso foi socializado algum dia, quando, na verdade, são sujeitos que nunca tiveram o direito à socialização. Querer ressocializar o não-sociabilizado é uma contradição de termos. É como querer reeducar quem nunca teve acesso à educação. Quando eu era professor no Carandiru, não estava reeducando ninguém, mas sim educando.

A sociedade como um todo, precisa encontrar formas de frear a máquina carcerária. Os presos saem piores do que entraram, e reincidem porque não tem perspectiva de emprego. São poucos que conseguem ter alguma oportunidade real de mudança. Quem quiser somar nessa trincheira, precisa ser algo que venha do coração. O *Prisioneiro* só foi possível porque os produtores eram loucos, se juntaram e fizeram acontecer. Porque sempre tem as dificuldades que o sistema coloca no caminho. O caminho para quem quer fazer algum trabalho dentro dos presídios poderia ser mais simples.

Precisamos de gente disposta a levar teatro, cinema, música, pintura, ensino para dentro dos presídios, mas que seja algo realmente para fazer acontecer, e não somente algo simbólico. Dentro de cada cadeia tem um monte de “Celso” só esperando uma oportunidade de mudança. Quando a oportunidade apareceu, eu agarrei e hoje estou aqui contando essa história. E eu não

sou um ser iluminado, ímpar. A diferença é que eu tive oportunidade. Posso dizer com propriedade que a maioria dos presos quer sair desta vida.

A fase que eu estou vivendo da minha vida agora é onde o marxismo está mais presente para mim. Eu não tinha essa militância há muito tempo. Eu lia muito na juventude, mas era sempre aquela leitura fragmentada. Eu tinha noção do que se trata, mas não tinha consciência. Hoje eu procuro me engajar nas trincheiras que me aparecem, como a questão abolicionista, de onde vem a 1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere, que é uma forma de organização importante e necessária. Os camaradas conseguiram encontrar mais pontos convergentes do que divergentes, ao menos nos assuntos mais essenciais, e isso me faz sentir livre para pontuar o que eu acho importante.

A partir do contato com a 1ª Frente, e com pessoas bastante ativas na ressocialização como o Vanderlei Fischer, eu comecei a ressignificar o meu passado. Inclusive, eu conheci o Vanderlei dentro do Carandiru! Ele morava no Pavilhão 8, enquanto eu estava morando no Pavilhão 6, trabalhando no setor de educação. Ele apareceu lá com um calhamaço de manuscritos, e pediu para que eu datilografasse. Eu li os escritos e achei uma brisa muito legal. O Fischer escreveu um texto profético sobre uma ONG em prol dos presos que surgiria em 2019. Sempre me atraí por histórias com uma pegada maluco beleza.

Outra frente que também é uma questão minha é exatamente a minha condição de trabalhador da cultura. No geral, somos uma classe muito desunida. O foda é que, se a gente desaparecer, ninguém vai perceber! Penso que isso seja muito perigoso, porque a sociedade precisa da cultura, embora ela mesma não consiga perceber, até a hora em que as luzes se apagarem no meio do espetáculo.

Estar relembrando o Carandiru depois de tanto tempo me faz ressignificar tudo o que eu passei naquele lugar. O encontro recente com os camaradas que também sobreviveram ao inferno permite que as lutas pela memória provoquem outros combates, como o direito à cidade, o direito ao futuro e à verdade. No teatro, a luz permite que o público veja o espetáculo. A memória também é como a luz, mas lançada ao passado. *A luta é para que a luz da memória do Carandiru não se apague.* É por isso que contamos as nossas histórias.

PARTE II

**DE FLAMÍNIO FÁVERO A DOM PAULO EVARISTO ARNS:
A HISTÓRIA DA CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO**

A Casa de Detenção é o cemitério de todas as poesias.

Luís Philippe Florence Borges – Diretor-geral¹

¹ In: Souza, 1977, p. 84.

Nota de orientação

Seria tentador ignorar tudo o que se disse a respeito do cárcere no Brasil e argumentar em favor de uma separação radical entre um saber sobre as instituições prisionais e um saber produzido a partir da comunidade egressa. Se assim fosse, estaria implícito um posicionamento teórico que considera a história e a memória como dimensões excludentes da experiência do passado, seja como se a história científica prescindisse da mortificação das lembranças nas pessoas (Koselleck, 2017, p. 163)², seja a partir de uma relação de oposição estrutural, como propôs Pierre Nora (1993, p. 9)³. O acúmulo de discussões teóricas, contudo, deslocou essas dicotomias rígidas, fazendo emergir um campo de estudos que passou a privilegiar os pontos de intersecção entre essas duas operações (J. Assmann, 1997; A. Assmann, 2012; Tamm, 2024).

Na medida em que a memória cultural do Carandiru transborda um passado recente por meio de práticas testemunhais convertidas em produtos de memória, tornou-se necessário perguntar o que permanecia fora desse enquadramento, sob o risco de comprometer o entendimento da matéria: as lembranças de cárcere em sentido mais amplo. As histórias apresentadas ao longo da primeira parte indicam um progressivo afastamento da comunidade de narradores orais em relação a um passado carcerário mais difuso e fugidio. Antecipando o teor da discussão que ocupará a terceira parte, procurei demonstrar que a cena testemunhal carcerária extrai do passado recente os argumentos de sua permanência na esfera pública, articulando-os a projetos de projeção futura.

As lembranças situadas na Casa de Detenção converteram-se, assim, em mote de sobrevivência. Testemunhar, contar para os outros, ser ouvido são atos de memória que implicam um interlocutor e que assumem, para o sobrevivente, a condição de necessidade básica, o que encontra paralelos em autores que sobreviveram à Shoah, como Primo Levi (1998, p. 7-8). Sem incorrer em um discurso que totalize as discussões sobre o testemunho a partir da experiência europeia, o que os sobreviventes do Carandiru demonstram – e aqui reside uma diferença fundamental – é que a sobrevivência implica também a subsistência material:

² “Com a extinção das lembranças, a distância não apenas se torna maior, como também sua qualidade se altera. [...] Os critérios de pesquisa ficarão mais sóbrios, mas também – talvez – mais desbotados, não tão cheio de experiências, mesmo quando se propuserem a um maior reconhecimento e uma maior objetividade” (Koselleck, 2017, p. 163-164).

³ “Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução [...]. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 9). A lista de oposições continua. Sobre a oposição entre memória e história, premissa do volumoso projeto de Pierre Nora sobre os “lugares de memória”, Aleida Assmann, em argumento oposto, aludiu ao fato de que a memória experiencial, isto é, corporificada, estaria de fato em declínio, como sugeriu Nora, mas as reivindicações políticas e a difusão da memória cultural só aumentaram a sua presença em diferentes esferas da vida humana (Assmann, 2011, p. 20).

memória que se faz trabalho. É a partir dessa chave que se pode compreender a produção contínua de novos artefatos culturais de circulação mercadológica, bem como a recorrência de projetos interrompidos ou não realizados.

Em nome do dever de lembrança, os sobreviventes reivindicam coletivamente justiça; ao mesmo tempo, a memória opera, em chave individual, como argumento mobilizável na comercialização de produtos testemunhais. Essa dupla função da memória do Massacre, em meio aos jogos contínuos entre projetos coletivos e táticas pessoais, amalgama a identidade grupal e tende a restringir o espaço para a ativação de um passado mais amplo. A destruição do patrimônio prisional, enquanto ativador de memória e sintoma eloquente de uma política violenta de apagamento, reforça a necessidade de lembrar os mortos como condição de existência de uma comunidade de destino dotada de passado e identidade compartilhados.

Articulando as funções internas das recordações ao cenário midiático mais amplo, é possível afirmar que a densidade das produções culturais concentradas na última década de funcionamento da Casa de Detenção (1992-2002) teve por efeito a redução dessa história prisional ao Massacre do Carandiru, como se o evento se esgotasse em si mesmo. A mercadorização e a espetacularização do trauma (Huyssen, 2000, p. 21) limitaram sua manifestação no tempo presente a fenômenos de recepção e consumo. Trata-se de um processo metonímico, no qual a mídia passa a ocupar o lugar do passado.

Esse conjunto de considerações permite sugerir que uma das consequências do fenômeno testemunhal carcerário para a escrita da história é o recalçamento das experiências que escapam à “fixação no momento do trauma” (Seligmann-Silva, 2022, p. 165). Deslocados para zonas periféricas da memória coletiva, os traços de um passado não apreendido pela experiência traumática constituem uma memória de segunda ordem, por não desempenharem função ativa na formação da identidade grupal. Essa memória cumulativa, pouco habitada, relaciona-se com a memória funcional, vivida nas comunidades, na condição de reserva (A. Assmann, 2012, p. 147-148).⁴ Desse modo, o trabalho historiográfico atento aos fenômenos de memória opera também pela chave do esquecimento, entendido como matéria residual da memória corporificada.

⁴ Os conceitos de memória funcional e memória cumulativa são essenciais na obra de Aleida Assmann; formam a base para a sua distinção entre memória e história, as quais, para a autora, longe de serem excludentes, constituem formas distintas da memória – lembremos que história, para A. Assmann, possui ao menos três dimensões: científica, memorial e retórica (2012, p.156-157). Por memória funcional, entende-se a memória habitada nas pessoas. “Suas características mais marcantes são referência ao grupo, à seletividade, à vinculação de valores e à orientação ao futuro” (idem, *ibid*). A memória cumulativa, não habitada nas pessoas, “acolhem em si aquilo que perdeu a relação vital com o presente”, o que faz das ciências sociais “uma memória das memórias” (idem, *ibid*).

Propus, assim, suspender temporariamente os problemas ligados ao conteúdo das lembranças para produzir lugar para a história da Casa de Detenção de São Paulo. A organização sincrônica e diacrônica dos acontecimentos protagonizados pelo Carandiru permite situar as histórias orais, leitmotiv deste trabalho, em um processo histórico mais amplo, que passa pela crise do sistema penitenciário paulista nos anos 1950, década de criação do Casarão, segue por sua decadência processual e atinge o anticlímax com a desativação, em 2002. Trata-se de um arco narrativo no qual tópicos relativos à violência urbana ultrapassam as balizas temporais da ditadura militar (1964-1985), estruturando um eixo relevante para a análise da história do tempo presente no Brasil.

É do atrito entre história e memórias conflitantes que emerge a particular situação testemunhal protagonizada por egressos da Casa de Detenção de São Paulo. Sem hierarquizar essas duas formas de atualizar a presença do passado, ao recompor o arco histórico busquei preparar a atmosfera que caracteriza uma comunidade de destino, condição necessária para compreender o potencial simultaneamente heurístico e transformador das histórias orais.

Os estudos de memória de expressão oral indicam que são as supostas “falhas” da lembrança que constituem parte de seu diferencial (Passerini, 1979; Portelli, 2009). Em concordância com Portelli (2009, p. 36), o potencial heurístico da história oral reside precisamente nas divergências, nos silêncios e nas reconstruções subjetivas da experiência, isto é, na criação narrativa que se estabelece entre input e output. Não se trata de atribuir à escrita da história o papel de antídoto contra o esquecimento (Ricoeur, 2007, p. 91). Superado o imaginário que tratava as fontes orais como mero suplemento das fontes escritas, o que se busca no discurso historiográfico é a capacidade de implodir a lógica que sustenta projetos de amnésia institucional, projetos que negam a morte e nos implicam em lutos sem fim. Contra eles, história e memória se aliam, preservando um parentesco incontornável (Ricoeur, 2007, p. 153).

Dividida em dois capítulos, a segunda parte da tese dimensiona o percurso histórico da Casa de Detenção de São Paulo (capítulo 4) e, em seguida, aprofunda os problemas de memória resultantes de uma política de apagamento materializada no Parque da Juventude (capítulo 5). Para tanto, recorri à bibliografia especializada e a fontes disponíveis em diferentes suportes. Não me preocupei excessivamente com barreiras disciplinares; preocupei-me, sobretudo, com a construção de um quadro expositivo capaz de sustentar a análise sem abdicar das explicações.

CAPÍTULO 4 – A CASA DE DETENÇÃO DE SÃO PAULO NO TEMPO

Introdução

O capítulo 4 tem por objetivo inscrever a Casa de Detenção de São Paulo no processo histórico que a explica. Ao tratar a própria Detenção como um agente que interfere no arco narrativo, busca-se compreender como essa realidade prisional incidiu sobre os cursos de vida das pessoas que ali estiveram. Parte fundamental da pesquisa consistiu em delimitar balizas temporais capazes de evidenciar rupturas e continuidades no funcionamento da instituição.

A história da Casa de Detenção pode ser organizada em cinco grandes momentos. O primeiro, referente aos antecedentes (1822–1956), abrange o período que se estende da emancipação política do Brasil até a construção do presídio, marcado pela necessidade de rearticular práticas prisionais herdadas do período colonial. Esse debate ganhou maior densidade a partir das discussões penitenciárias que acompanharam o advento da República. A inauguração da Penitenciária do Estado, em 1920, fundada na promessa de regeneração do preso pelo trabalho e pelo silêncio, representou o triunfo de um ideal racionalizador do cárcere. Esse modelo, contudo, entrou em crise nas décadas seguintes, diante da degradação das condições de encarceramento, de fugas e de rebeliões violentamente reprimidas, cujo ápice foi a rebelião de 1952 no Instituto Correcional da Ilha Anchieta.

Os primeiros anos de funcionamento da Casa de Detenção de São Paulo (1956-1980) revelam a falência precoce de seus pressupostos fundacionais. A crescente lotação, associada à carência de atividades laborais e educativas, tornou a instituição rapidamente anacrônica. Não por acaso, já em 1965 surgem registros que defendiam sua implosão, em meio à ocorrência de suicídios entre presos. Com a degradação de outras unidades prisionais da capital, como Tiradentes e Hipódromo, a Detenção converteu-se no principal destino da população carcerária paulista.

O período seguinte, correspondente à crise de gestão da Casa de Detenção (1980-1989), foi marcado por sucessivas tentativas de fuga, rebeliões e agravamento da superlotação. No contexto da transição política, o recrudescimento das políticas prisionais estaduais tornou-se visível no emprego da letalidade como estratégia de contenção, na institucionalização de práticas de tortura e na intensificação das reivindicações por condições dignas de cumprimento da pena. Esse cenário constituiu o terreno em que se formaram as primeiras facções de presos.

O Massacre do Pavilhão 9, ocorrido em 2 de outubro de 1992, configura-se como o acontecimento definidor de um antes e um depois na história da instituição. A operação policial

resultou na morte de ao menos 111 presos identificados, além de um número indeterminado de vítimas não registradas. O Massacre pode ser compreendido como resultado da convergência de diversos fatores: a transposição da política de aniquilamento do inimigo interno, antes associada ao subversivo político, para o preso comum; a redução da política prisional à lógica da segurança pública; a superlotação; a escassez de funcionários; e o cálculo político-eleitoral que sustentou a operação.

A partir de 1992 inicia-se o longo processo de desativação da Casa de Detenção de São Paulo (1992-2002). A crônica falta de vagas no sistema penitenciário paulista retardou os projetos de encerramento das atividades e dificultou as políticas de apagamento que se seguiram ao Massacre. Durante esse período, o destino do espaço da Detenção tornou-se objeto de disputas políticas e legislativas. A Megarrebelião de março de 2001 evidenciou a impossibilidade de manter a administração do complexo. Ainda em 2001, os internos foram transferidos para outras unidades prisionais do estado de São Paulo. Em 2002, iniciou-se a implosão da Casa de Detenção, e o espaço anteriormente ocupado por pavilhões prisionais foi convertido no Parque da Juventude.

A seção 4.1, a mais breve do capítulo, dedica-se aos antecedentes da história prisional paulista no período anterior à Casa de Detenção. Para essa reconstrução, foram fundamentais a tese de Fernando Salla (1997), os estudos de Elisabeth Cancelli (2005) e outras pesquisas voltadas à história da zona norte da cidade de São Paulo. A seção 4.2, por sua vez, apoia-se em três obras centrais: *A prisão*, de Percival de Souza (1977); *Portal do inferno... mas há esperança*, autobiografia do diretor Luiz Camargo Wolfmann (2000); e *Aqui de dentro: páginas de uma memória*, organizado por Maureen Bisilliat (2003), que reúne documentos, fotografias e entrevistas produzidas no contexto da desativação da Detenção.

Ao articular autores e fontes diversas, busquei construir um arco narrativo capaz de situar a Casa de Detenção no interior de um processo histórico marcado pela rápida urbanização e pela intensificação do encarceramento como política de controle social, elementos centrais para a compreensão do tempo presente. As práticas prisionais internas foram deliberadamente mantidas em segundo plano, uma vez que as fontes produzidas de fora para dentro pouco esclarecem o cotidiano carcerário. Para dimensionar as condições concretas de aprisionamento, recorri prioritariamente a registros produzidos por egressos, como músicas, poemas, livros e pesquisas empíricas, articulando essas fontes à análise da cena testemunhal a partir das histórias orais.

No que diz respeito às fontes escritas, até recentemente o principal material disponível sobre os primeiros anos da Casa de Detenção era o livro de Percival de Souza. Parte do acervo

documental organizado por Luís Philippe Florence Borges encontra-se no Museu Penitenciário Paulista, que, após sua transferência para o território do Parque da Juventude, tem enfrentado dificuldades de acesso em razão de obras contínuas. Assim, informações sobre os primórdios da Detenção permanecem dispersas na bibliografia especializada, nem sempre passíveis de verificação cruzada.

Durante os meses finais da pesquisa, ocorreu uma mudança relevante nesse cenário documental, com a digitalização dos discursos parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A publicação recente de estudo de Bianca Tavorali, Maíra Rocha Machado e Vitor Nisida (2025) indica que as primeiras propostas de desativação da Casa de Detenção remontam ao final dos anos 1970. A análise preliminar desse corpus revela o papel central ocupado pela Detenção nos debates sobre segurança pública e modelo de cidade, abrindo novas possibilidades interpretativas para os próximos anos.

Ao longo do capítulo, fontes fotográficas dos acervos do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Museu Penitenciário Paulista foram cotejadas para dimensionar as transformações urbanas associadas à Casa de Detenção. Com apoio do acervo cartográfico do Geosampa e de recursos de edição de imagens, produzi representações aéreas do complexo prisional, situando suas transformações no contexto da urbanização acelerada da cidade.⁵

A seção 4.2 dedica-se a situar o Massacre do Carandiru no arco histórico da instituição como ruptura decisiva. Sem a pretensão de esgotar o tema, foram referenciados laudos e relatórios produzidos após a operação policial, com destaque para o relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, que, ao cotejar laudos médicos, balísticos e depoimentos, não deixa dúvidas quanto à caracterização do ocorrido como Massacre.

O capítulo encerra-se com a análise do último decênio de funcionamento da Casa de Detenção, período marcado pelo impasse entre a necessidade de desativação e a insuficiência de vagas prisionais. As tentativas de prolongar a existência do complexo por meio de sua fragmentação em unidades menores mostraram-se insuficientes. A Megarrebelião de 2001 revelou o grau de articulação da comunidade carcerária em escala estadual e consolidou, junto

⁵ O Acervo Histórico da Alesp organizou recentemente, além dos discursos, as da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de 1993, sobre o Massacre do Carandiru, de relatoria do senador Esperidião Amin (PDS/SC). O requerimento de abertura da CPMI foi protocolado no dia 28/10/1992, enquanto as atas com o resultado dos trabalhos tenham sido publicadas no Diário Oficial da União somente em 18/06/1994. A digitalização deste acervo poderá contribuir, dentre outras, na compreensão da recepção política do Massacre do Carandiru. No momento, o mais importante acervo documental sobre o Massacre do Carandiru foi digitalizado e organizado pelo Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da FGV, e está disponível para consulta pública: <https://www.Massacrecarandiru.org.br/search>. Acesso em: 05/11/2025.

às autoridades, a decisão de encerrar definitivamente as atividades da Casa de Detenção de São Paulo.

4.1. Antecedentes (1822-1956)

Certamente, há uma estreita correspondência entre o lugar que a questão penitenciária ocupa hoje na vida política nacional, ou seja, nos mais esquecidos e labirínticos porões da administração pública, e os cenários horripilantes que exibem nossas prisões.

Fernando Afonso Salla⁶

O nascimento das prisões modernas está intimamente ligado à lógica fundante da modernidade ocidental. Radicalizando essa afirmação, é possível sustentar que há uma relação de interdependência entre a emergência do mundo moderno e a organização das instituições prisionais: ambas são produtos coetâneos e integram um mesmo sistema de disciplinamento social. Como aponta Michel Foucault (2014, p. 219), a consolidação da prisão como forma central de punição acompanha o advento das sociedades disciplinares, nas quais o controle dos corpos e dos comportamentos se torna um imperativo político e econômico.

A privação da liberdade em regime de isolamento, submetida ao tempo do trabalho, à leitura, ao silêncio e ao controle dos apetites, materializa o aprofundamento dos mecanismos disciplinares próprios da sociedade industrial (Rusche; Kirchheimer, 1939, p. 79), ao mesmo tempo em que expressa a difusão dos ideais iluministas de reforma moral. A gestão das punições em espaços apartados do público inaugura um novo parâmetro de racionalidade penal: a punição deve ser silenciosa, calculada e produzir efeitos duradouros sobre a alma, e não mais sobre o corpo (Foucault, 2014, p. 18).

O objeto da punição sofre, assim, um deslocamento decisivo, passando dos castigos corporais à punição da alma, orientada pela expectativa de recuperação dos indivíduos desviantes e pela internalização da disciplina. A preferência pela pena de privação da liberdade materializa a concepção de que a liberdade constitui um direito natural, consagrado desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, cujo primeiro artigo a eleva à condição de fundamento da cidadania moderna.

A respeito dessas transformações no campo das punições, são elucidativas as considerações de Fernando Salla:

⁶ Salla, 1997, p. 269.

Sob o impulso das ideias iluministas, as penas de um modo geral se revestiam de um caráter retributivo, igualitário, abandonando cada vez mais as práticas sanguinárias (esquartejamento, amputação, açoites etc.) de uma justiça arbitrária e despojada muitas vezes de um corpo legal balizador de sua ação. O encarceramento ganhou destaque, desde o início do século XIX, por se constituir pena que confiscava a liberdade, o “bem” a qual todos os indivíduos, elevados à condição de cidadãos, tinham o direito. Salla, 1997, p. 13.

Com a emancipação política do Brasil, consolida-se um novo entendimento acerca das instituições públicas, incluindo-se as prisões. Na tentativa de romper com as práticas punitivas herdadas das Ordenações Filipinas, a Constituição Imperial de 1824 estabeleceu critérios mínimos de higiene e funcionalidade inexistentes nas cadeias coloniais (Salla, 1997, p. 31). Ainda que alguns avanços tenham sido observados, como a destinação de parte da Cadeia de São Paulo à correção dos presos, foi somente com o Código Penal de 1830 que se criaram as bases normativas para a construção de estabelecimentos especificamente voltados ao cumprimento da pena de prisão com trabalho.

É nesse contexto que surgem as casas de correção, instituições concebidas para articular confinamento, disciplina e produtividade. Localizada nas proximidades do convento de Nossa Senhora da Luz, na atual Avenida Tiradentes, a primeira Casa de Correção da cidade de São Paulo foi inaugurada em 6 de maio de 1852, dois anos após a abertura da Casa de Correção do Rio de Janeiro.⁷ Esse novo modelo de estabelecimento buscava atender às determinações do Código Penal de 1830, prevendo celas individuais, oficinas de trabalho e atividades educacionais, além de um conjunto de normas disciplinares destinadas a organizar o cotidiano prisional.

O edifício, composto por raios com celas individuais e oficinas de trabalho, revela um distanciamento, ou pelo menos uma tentativa, das práticas de confinamento que vinham sendo feitas nas cadeias da Província. Ao lado desses princípios de segurança e de isolamento, o seu regulamento dispunha de regras para o funcionamento cotidiano, como o silêncio, o trabalho em conjunto, o isolamento noturno, as atividades educacionais e religiosas etc. que revestiam a pena de prisão de um sentido claro de transformação dos indivíduos condenados. (Salla, 1997, p. 47).

O edifício, estruturado em raios com celas individuais e espaços destinados ao trabalho, representava uma tentativa, ainda que limitada, de afastamento das práticas de confinamento vigentes nas cadeias da Província. Seu regulamento previa regras como o silêncio, o trabalho coletivo, o isolamento noturno e a realização de atividades educacionais e religiosas, conferindo

⁷ Segundo Salla (1997, p. 45), “a palavra ‘casa’ aqui deve ser entendida dentro do uso que dela se fazia no período colonial, especialmente para se referir a uma ‘casa de prisão’, ou seja, uma dependência, uma sala, um cômodo, no interior de uma construção”.

à pena de prisão um sentido explícito de transformação moral dos indivíduos condenados (Salla, 1997, p. 47).

Todavia, se o Código Penal de 1830 estabelecia condições formais para a correção por meio da reclusão e do trabalho, o novo estabelecimento penal não tardou a revelar seus limites. Em 1852, a Casa de Correção de São Paulo possuía capacidade para apenas 40 presos. Em 1870, com a construção de um quarto raio, passou a comportar até 160 internos, número que rapidamente se mostrou insuficiente diante do crescimento urbano acelerado e do uso cada vez mais recorrente do encarceramento como resposta à chamada questão social.

Como elo de continuidade com a longa tradição colonial, a Casa de Correção manteve em suas dependências um calabouço destinado ao recolhimento de escravizados fugitivos. Além disso, para lá eram enviados condenados à pena de galés, menores de 14 anos autores de crimes, vadios e mendigos. As péssimas condições de higiene, a escassez de trabalho e as fugas frequentes, facilitadas por estruturas precárias, como paredes de taipa (Ferreira, 2016, p. 23-24), evidenciam o naufrágio do ideário de correção cívico-moral diante das práticas concretas do encarceramento.

Ao final do século XIX, a deterioração dos dois principais estabelecimentos prisionais da Província de São Paulo, a Cadeia da Capital e a Casa de Correção, tornava evidente a necessidade de construção de uma nova instituição penal, mais ampla, racionalizada e alinhada aos ideais de disciplina, segregação e controle que acompanhariam o processo de urbanização paulista no período republicano (Salla, 1997, p. 133). É desse impasse estrutural, marcado pela promessa regeneradora e por sua reiterada frustração, que emergem as condições históricas para a criação da Casa de Detenção, tema das seções seguintes.

4.1.1. Uma prisão modelo nos trópicos: Penitenciária do Estado

Com o advento da República, proclamada em 1889, a descentralização política conferiu aos estados maior autonomia administrativa, permitindo às unidades federativas definir critérios jurídicos em temas relevantes do processo penal (Alvarez; Salla; Souza, 2003, p. 9). Nesse novo contexto, os debates sobre a questão penal incorporaram os princípios da Escola Penal Positivista, cuja influência foi decisiva para a formulação do Código Penal de 1890. Esse diploma legal representou um momento de inflexão ao substituir práticas punitivas corporais e infamantes por modelos orientados à recuperação do criminoso, por meio do confinamento disciplinar.

O Código Penal de 1890, ao sintetizar dois grandes modelos progressivos de encarceramento do século XIX, Filadélfia e Auburn, previa quatro estágios para o cumprimento

da pena prisional: isolamento absoluto com dieta rigorosa; isolamento noturno combinado com trabalho diurno em oficinas; reclusão em penitenciária agrícola, com trabalhos ao ar livre; e, por fim, liberdade condicional (Alvarez; Salla; Souza, 2003, p. 18). Essa estrutura refletia a crença, oriunda do iluminismo e reforçada pela racionalidade disciplinar descrita por Foucault (2014, p. 219), de que a transformação moral dos indivíduos seria possível mediante a manipulação rigorosa do espaço e do tempo.

Se anteriormente o objeto da pena era o crime, com o novo Código o foco desloca-se para o criminoso e sua recuperação. Daí decorre a necessidade de identificar perfis criminais, classificar os tipos desviantes e formular diagnósticos sobre suas possibilidades de ressocialização. Classificar o criminoso cumpria, portanto, um duplo papel: formular um diagnóstico de reincidência e estabelecer as possibilidades de sua recuperação física, moral e psíquica (Cancelli, 2005, p. 16).

Nesse contexto, consolidou-se a demanda pela construção de uma penitenciária que desempenhasse uma dupla função: laboratório criminológico, destinado a alimentar o saber jurídico e antropológico emergente, e estabelecimento penal voltado à regeneração social (Cancelli, 2005, p. 15). Tratava-se de inscrever o sistema penal paulista no projeto civilizatório moderno, moldando corpos e consciências por meio da vigilância, do trabalho e da disciplina (Foucault, 2014, p. 25).

A inauguração da Penitenciária do Estado, em 1920, respondeu aos anseios da elite paulista por maior controle social em um momento em que a cidade de São Paulo começava a experimentar de forma mais intensa os efeitos da industrialização. O projeto, autorizado pela Lei nº 1117-A, de 27 de dezembro de 1907, previa a construção de uma prisão com capacidade para 1.200 detentos, orientada pelos princípios da higiene, da segurança e da regeneração moral, fundamentada no silêncio e no trabalho.

Para esse fim, o Estado adquiriu, em 1905, uma chácara de aproximadamente 20 alqueires na região de Santana, atual bairro do Carandiru. A localização afastada do centro urbano, associada às inovações em infraestrutura de transporte, abastecimento de água e fornecimento de energia, atendia à estratégia de distanciamento dos espaços centrais da cidade e de segregação simbólica dos condenados. Como observa Yamashita (2022, p. 32):

Do momento da escolha da localização da nova Penitenciária do Estado, Santana, além de contar com a infraestrutura de transporte capaz de levar as matérias primas, manufaturados, presos e soldados ao novo edifício, era longe o suficiente do centro urbano e dos olhos da elite, isentando-os do convívio e do risco de possíveis fugas dos detentos (Yamashita, 2022, p. 32).

Até o final do século XIX, a Zona Norte de São Paulo constituía-se como uma área rural periférica, vulnerável a inundações em razão da proximidade com o rio Tietê (Torres, 1971, p. 15). Sua progressiva transformação em espaço urbano foi impulsionada pela instalação da linha férrea Tramway da Cantareira, em 1893, e pela chegada do bonde elétrico, em 1908 (Bianchini, 2018, p. 30). Esse processo evidencia como o urbanismo paulista articulava projetos de modernização com políticas de contenção e ordenamento social (Rolnik, 1997, p. 212).

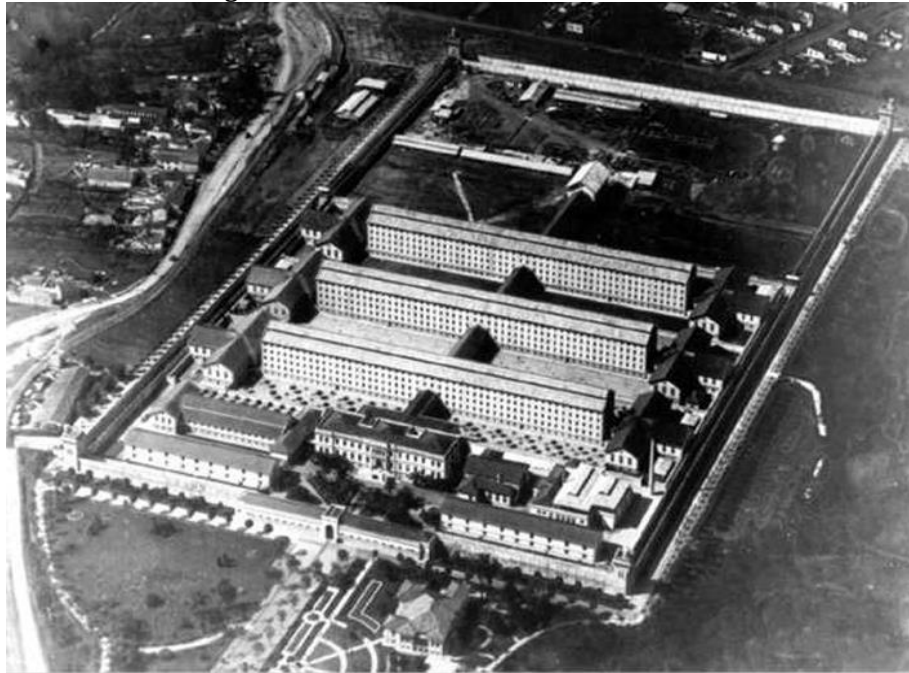
O topônimo “Carandiru” deriva do tupi-guarani, a partir da junção de carandá e irú, e remonta à história colonial da região, marcada pela presença da Fazenda Sant’Anna e pela importância do córrego homônimo, ainda perceptível na paisagem atual do Parque da Juventude (Semil, 2025, p. 69-70).⁸ O córrego Carandiru, anteriormente denominado córrego Carajás, banhava a área da antiga fazenda e seguia em direção ao rio Tietê. A microbacia do córrego Carandiru, que atravessa o atual Parque da Juventude, com trechos observáveis a céu aberto, integra a sub-bacia hidrográfica Penha-Pinheiros, pertencente à Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

Em concurso público realizado em 1910, a comissão presidida pelo jurista Cândido da Motta selecionou o projeto arquitetônico de Samuel das Neves, inspirado no Presídio de Fresnes, inaugurado em 1898 e projetado por Henri Poussin. A disposição paralela dos pavilhões, organizados a partir de um eixo central, substituíu o modelo panóptico tradicional e favorecia a iluminação, a ventilação e a distribuição racional dos serviços internos (Bianchini, 2018, p. 51).

O projeto arquitetônico simbolizava a crença de que o trabalho disciplinado poderia regenerar os chamados desviantes, como expresso no lema inscrito no portal da instituição, *Laboravi fidenter* (“Eu trabalhei com empenho”) (Cancelli, 2005, p. 49). A fachada proclamava: “Instituto de regeneração: aqui a bondade, a disciplina e o trabalho resgatam a falta cometida e reconduzem o homem à comunhão social”.

⁸ A etimologia da palavra Carandiru merece maior atenção, visto a escassez de fontes. Um verbete no Dicionário Informal indica dois significados possíveis para Carandiru: Abelha de Carnaúba, e recipiente feito de Carandá. As fontes não são referenciadas com paginação. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/carandiru/188/>. Acesso em 25/03/2025. O que se sabe é que a região do córrego Carandiru foi de ocupação Guarani, onde se organizou uma sesmaria sob a administração do Colégio da Companhia de Jesus, doada em 1673 pelos herdeiros de Salvador Pires e Inês Monteiro de Alvarenga (Torres, 1982, p. 17). John Monteiro dedicou parte de sua tese ao histórico das famílias seiscentistas que se serviram do trabalho escravo indígena na região, incluindo os Pires (1994, p. 195-202).

Imagem 77 – Vista aérea da Penitenciária do Estado



Fonte: Acervo Museu Penitenciário Paulista.

Concebida como modelo nacional, a Penitenciária do Estado consolidava a imagem de São Paulo como vitrine do progresso brasileiro. Como observa Salla:

Projetada para confinar 1200 condenados e atendendo ao que na época era tido como mais avançado em termos de estabelecimento penal - oficinas de trabalho, tamanho das celas, disposição de corredores e outras dependências, cuidados com a iluminação e ventilação - por duas décadas a Penitenciária foi colocava pelos governantes locais como motivo de orgulho e demonstração de que, também na área da punição legal, o progresso do Estado era flagrante. Para o conjunto da nação era apresentada como estabelecimento modelar, o exemplo ímpar por meio do qual o Código Penal de 1890, embora sempre considerado “imperfeito”, encontrava efetivamente meios de ser cumprido. Para o olhar próximo da cidade, uma demonstração exuberante da forma implacável pela qual se pretendia lidar com os transgressores. (Salla, 1997, p. 142).

Conduzida pelo escritório de Ramos de Azevedo, a obra converteu-se em símbolo da modernização republicana paulista, relegando a Cadeia Pública e a antiga Casa de Correção à condição de remanescentes anacrônicos do período imperial (Salla, 1997, p. 238). A Penitenciária do Estado afirmava-se, assim, não apenas como um avanço técnico na gestão penal, mas como expressão de um projeto mais amplo de controle social, em uma cidade que, sob a égide do capital cafeeiro e da industrialização, consolidava-se como novo centro político e econômico do país.

4.1.2 A primeira crise do sistema penitenciário paulista

A partir da década de 1930, superado o entusiasmo inicial que marcou os primeiros anos de funcionamento da Penitenciária do Estado, começam a emergir críticas consistentes ao modelo até então celebrado como exemplar. Em artigo publicado em 1938, intitulado *Penitenciária de modelo?*, Margarino Torres, diretor da *Revista de Direito Penal* e membro da Sociedade Brasileira de Criminologia, questionava a defesa da construção de verdadeiros “hotéis para sentenciados”, nos moldes da Penitenciária do Estado, enquanto as casas de detenção apresentavam condições precárias para o cumprimento da pena (Torres, 1938).

Na década de 1940, a estrutura normativa que havia garantido à Penitenciária do Estado o estatuto de instituição modelo passou a revelar contradições profundas. São Paulo consolidava-se como metrópole industrializada e passava a apresentar problemas típicos dessa nova configuração urbana. Observa-se, nesse período, a redução dos crimes de sangue associados a conflitos em regiões agrárias (Fausto, 1984, p. 78) e, paralelamente, o crescimento dos crimes contra o patrimônio, além da ampliação da criminalização de condutas como embriaguez, desordem e vadiagem. Essas transformações alteraram de maneira decisiva o perfil da população carcerária paulista (Salla, 2015, p. 23-24).

Em 1940, sob o regime autoritário do Estado Novo, a Penitenciária do Estado atingiu sua capacidade máxima, abrigando entre 1.200 e 1.250 presos. Nesse mesmo contexto, a antiga Cadeia Pública, localizada na Avenida Tiradentes, e o Presídio Político da Capital foram formalmente extintos pelo Decreto nº 9.789, de 5 de dezembro de 1938, durante a gestão do interventor Adhemar Pereira de Barros. O referido decreto instituiu a primeira Casa de Detenção de São Paulo, protótipo daquela que mais tarde se tornaria conhecida como “Carandiru”, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. A medida estabelecia a separação entre prisão comum e prisão especial, ainda que ambas funcionassem em uma mesma área, a da extinta Cadeia Pública. Apesar da extinção formal, o edifício continuou em funcionamento, enfrentando severa superlotação, até sua demolição, em 1972, para a construção da Linha Azul do Metrô.

Em julho de 1942, foi inaugurado, no terreno da Penitenciária do Estado, o Presídio das Mulheres, administrado pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers. Em 1973, o estabelecimento passou a denominar-se Penitenciária Feminina da Capital, permanecendo em funcionamento até os dias atuais. Em meio à vegetação, suas muralhas externas ainda podem ser avistadas por quem transita pelo atual Parque da Juventude.

Em 1945, tiveram início as obras da Casa de Detenção de São Paulo, também no terreno pertencente à Penitenciária do Estado. Sua concepção integrava um movimento mais amplo de

expansão da infraestrutura prisional paulista. Apenas em 1950, foram inauguradas 27 cadeias distribuídas por diferentes municípios do estado, evidenciando o esforço governamental de ampliação do aparato penal (Ferreira, 2016, p. 96).

A década de 1950 marcou um segundo momento na história prisional republicana, caracterizado pela crise do modelo de disciplinamento sustentado pela Penitenciária do Estado em seus primeiros anos. Rebeliões e tentativas de fuga tornaram-se sinais evidentes do esgotamento do ideal regenerador da prisão industrializada.⁹ A rebelião ocorrida em 29 de outubro de 1951, na Penitenciária do Estado, resultou na primeira fuga coletiva de um estabelecimento até então considerado exemplar. No ano seguinte, a revolta no Instituto Correcional da Ilha Anchieta consagrou a emergência de novas sociabilidades carcerárias e de redes de solidariedade entre presos, modificando de forma duradoura o cotidiano prisional paulista (Salla, 2015, p. 20).¹⁰

As revoltas carcerárias, organizadas ou espontâneas, expressavam reivindicações por condições mínimas de cumprimento da pena e evidenciavam a emergência de sujeitos coletivos encarcerados. Conforme analisa Loïc Wacquant (2001, p. 114), o cárcere moderno passa a operar como instrumento central de gestão da marginalidade urbana em contextos de crise social, deslocando o eixo da punição da regeneração moral para a contenção de populações consideradas indesejáveis.

Em resposta às revoltas e às novas demandas penais, o Estado paulista concebeu a expansão do sistema prisional por meio da criação de novos estabelecimentos ao longo da década de 1950. Entre eles, destacam-se os Institutos Penais Agrícolas de Bauru, Itapetininga e São José do Rio Preto; a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté; o Instituto de Reeducação de Tremembé; a Penitenciária de Presidente Venceslau; e a nova Casa de Detenção de São Paulo, instalada no bairro do Carandiru. Esse movimento revela a consolidação de uma política de gestão da violência urbana baseada na segregação espacial e no confinamento sistemático de grupos socialmente marginalizados.

⁹ No dia 20 de junho de 1952, ocorreu uma rebelião no Instituto Correcional da Ilha Anchieta (ICIA), localizado em Ubatuba, São Paulo. Mais de cem presos dominaram o presídio após confronto com guardas e militares. Os rebeldes libertaram outros detentos, destruíram arquivos, saquearam o cofre administrativo e fugiram ao continente usando canoas e uma lancha. Dos 129 fugitivos que chegaram às praias, 108 foram recapturados, 15 morreram e 6 permaneceram desaparecidos (Ferreira, 2016, p. 128). Além da rebelião na Ilha da Anchieta, outras rebeliões entre os anos 1940 e 1950 em São Paulo marcam o período: “revolta de 10 de maio de 1947 na Penitenciária do Estado, rebelião em 24 de maio de 1948 na Casa de Detenção que ainda funcionava na Avenida Tiradentes, a primeira fuga de presos da Penitenciária do Estado em 29 de outubro de 1951” (Salla, 2015, p. 24).

¹⁰ Antes dos anos 1980, o traço distintivo das rebeliões é “a reação à precariedade às condições de encarceramento, envolvendo a alimentação, habitabilidade em geral, os maus-tratos” (Salla, 2006, p. 291).

Dessa forma, a crise do modelo prisional clássico e a gestão da violência urbana entrelaçam-se de modo indissociável, anunciando a reconfiguração do sistema penitenciário paulista nas décadas seguintes. É nesse cenário de esgotamento institucional e de reorganização administrativa que a Casa de Detenção do Carandiru se afirma como resposta estatal à crise, inaugurando um novo capítulo na história do encarceramento em São Paulo.

4.2 A Casa de Detenção de São Paulo: do nascimento à morte

Em um belo dia recebi a simpática visita de um oficial da polícia do Estado de Pernambuco que, segundo ele, estava elaborando estudos para reestruturar o Sistema Penitenciário naquele Estado. O importante [...] foi a recomendação que eu fiz a ele antes da nossa andança e, de forma literal, sentenciei: “Anoto, rigorosamente, tudo o que o senhor puder para que jamais alguns dos seus presídios se pareça com este, pois é aqui que se aprende o que não deve ser feito na instalação de uma penitenciária”. Ele me deu um olhar enigmático e sorriu.

Luiz Camargo Wolfmann – Diretor-Geral¹¹

“O mais íntegro dos homens, depois de um período de internação em um lugar tão terrível como a Casa de Detenção de São Paulo, só não há de degenerar moralmente se for um santo ou um super-homem” (Souza, 1977). Com essas palavras, o jornalista Percival de Souza atingiu os pressupostos que justificavam a existência da cidade-presídio, como costumava se referir à Detenção. Formula-se, assim, um dilema. Ao mesmo tempo em que anunciava os anseios e aspirações republicanas de readequar o sujeito delinquente ao banquete social¹², a Detenção decretava, de modo sincrônico, a causa mesma de sua falência.

Desde os primeiros anos de funcionamento até a derradeira desativação, o Casarão enfrentou problemas estruturais aparentemente sem solução possível, implicando uma cadeia de acontecimentos trágicos cujo estopim foi a operação policial de 2 de outubro de 1992. Antigos funcionários e observadores críticos reclamam, com razão, que a sociedade tende a esquecer as mortes distribuídas ao longo das décadas. O que a história da Casa de Detenção evidencia é a falência precoce de um modelo de gestão da violência urbana fundado no encarceramento em massa. Reconstituir o processo histórico dessa unidade prisional, que

¹¹ Wolfmann, Luiz Camargo. *Portal do inferno... Mas há esperança*. São Paulo: WVC Editora, 2000. p. 245.

¹² A delinquência é uma qualidade atribuída ao indivíduo que, sob a ótica da sociedade, conecta-se a um tipo criminal. “As características da *delinquência* e os indícios do *crime* estão relacionados às características e aos indícios da pobreza. [...] O modo de identificar um delinquente está sempre mais referido a aspectos próprios das pessoas enquanto membros desses grupos sociais do que à evidência de delitos cometidos por eles. Na verdade, o reconhecimento do *crime* está essencialmente, no fato de estar desempregado, morar na favela, ser umbandista, ou ser analfabeto” (Ramalho, 2008, p. 12, destaque no original).

alcançou projeção mundial, permite uma explicação mais abrangente sobre seu nascimento, sua decadência e sua implosão.

4.2.1. Os primeiros anos da Casa de Detenção de São Paulo (1956-1980)

Às 11 horas do dia 11 de setembro de 1956, durante o governo estadual de Jânio Quadros, foram inaugurados, na movimentada Avenida Cruzeiro do Sul, nº 2.630, o prédio da administração, denominado Pavilhão 1, e o Pavilhão 2, com capacidade para 500 celas individuais (Bisilliat, 2003, p. 251). Sob a direção geral de Fernando José Fernandes, a nova Casa de Detenção passou a integrar o Complexo Penitenciário do Carandiru como alternativa à antiga Casa de Detenção da Avenida Tiradentes, a qual permaneceu em funcionamento até 1972, em condições inadequadas ao cumprimento digno da pena. A concepção do Pavilhão 2, com celas individuais, buscava combater “a promiscuidade e a ‘escola do vício’” frequentemente associadas à Detenção da Tiradentes (Salla, 2000, p. 3).

Imagem 78 – Pavilhão 1 da Casa de Detenção de São Paulo (década de 1950)



Fonte: Oswaldo Luiz Palermo/Acervo Estadão (AE).

A Casa de Detenção de São Paulo destinava-se a uma dupla função. De um lado, recolhia réus ainda não condenados, que permaneciam à disposição da Justiça. A proximidade com o centro da cidade facilitava o trânsito desses presos para os fóruns criminais. De outro, funcionava como estabelecimento penal para condenados à pena de prisão, em razão do caráter

exíguo de vagas nas demais penitenciárias. Nesse sentido, a implantação da Casa de Detenção no Carandiru visava aliviar a pressão da crise do sistema penitenciário paulista dos anos 1950.

Desde os primeiros anos de funcionamento, a carência de espaços adequados à atividade laboral remunerada no recém-inaugurado Pavilhão 2 foi objeto de críticas (Salla, 2000, p. 3) – problema que atravessaria toda a história da Detenção. Tampouco demorou para que, na prática, o primeiro propósito do estabelecimento fosse desvirtuado. Presos provisórios, diante das respostas tardias do sistema judiciário, convertiam-se em moradores longevos da Casa de Detenção.

Imagem 79 – Penitenciária do Estado (parte superior direita) e Casa de Detenção de São Paulo – parte inferior esquerda – (1956). Observa-se o Pavilhão Administrativo, o Pavilhão 2 e os pavilhões 8 e 9 em construção



Fonte: Geosampa. Acesso em: 15/04/2025.

Ao longo da década de 1960, reformas sucessivas foram implementadas com o objetivo de ampliar o número de vagas carcerárias. Durante o governo de Carvalho Pinto (1959–1963), três novos pavilhões foram inaugurados: em 1960, o Pavilhão 8, com capacidade para 680 detentos; em 1961, ao lado do Pavilhão 8, inaugurou-se o Pavilhão 9, com capacidade para 536 detentos, ambos conhecidos como “fundão” por estarem localizados ao fundo do complexo; em 1962, entrou em funcionamento o Pavilhão 5, que ganhou fama de “cadeia dentro da cadeia” por concentrar presos considerados de maior periculosidade, alcaguetes, estupradores e doentes mentais. Em 1964, a população carcerária da Detenção encontrava-se relativamente controlada, com 2.103 presos, patamar que não se manteria nos anos seguintes (Souza, 1977, p. 22).

Imagem 80 – Governador Carvalho Pinto e autoridades na inauguração do Pavilhão 9 (1961)



Arquivo Público do Estado de São Paulo - Memória Pública
Fonte: Coleção do governo – APESP.

Após a rebelião de grandes proporções ocorrida no Pavilhão 2, em 1964, algumas paredes internas foram demolidas, transformando celas classificadas como individuais, inicialmente projetadas para quatro presos, em celas coletivas destinadas a oito ou dez internos. Como desdobramento do motim, a ala feminina, que funcionava no último andar do Pavilhão 2, foi desativada e posteriormente ocupada por presos. As mulheres, apontadas como pivôs da rebelião (Bisilliat, 2003, p. 252), foram transferidas para a antiga e superlotada Casa de Detenção da Avenida Tiradentes (Salla, 2000, p. 3), reforçando o uso da aglomeração deliberada como prática extrajudicial de punição.

Recentemente, uma leitura distinta sobre a transformação das celas individuais em coletivas foi apresentada pelas pesquisadoras Bianca Tavorari, Maíra Rocha Machado e Vitor Nisida (2025). Diferentemente de Bisilliat, cuja cronologia dos principais marcos da história do Carandiru não explicita de modo rigoroso as fontes mobilizadas, as autoras analisaram documentos passíveis de verificação, incluindo jornais de grande circulação. Em edição de 1º de agosto de 1965, *O Estado de S. Paulo* publicou um ofício do então diretor-geral da Detenção,

o delegado José Wilson Richetti, ao juiz corregedor da Polícia e dos Presídios, Alexandrino Sampaio, no qual se explicitavam as razões da conversão das celas individuais em coletivas.

‘Construídas com tamanho exíguo, sem janela ampla, tendo apenas um vitrô na parte superior, quase junto ao teto, o resultado obtido foi o seguinte: 12 suicídios em três anos, provocados possivelmente pela solidão e pela angústia do detento no cubículo, e grande ocorrência de distúrbios mentais’. Ao distribuir o ofício à imprensa, a direção da Casa de Detenção informou ‘com consternação’ que, naquela madrugada, mais um detento se suicidara, ‘elevando-se, assim, a 13 o número de autodestruição da vida na cela individual’. E completou: ‘[n]as celas coletivas da Casa de Detenção do Carandiru não ocorreu um só caso de suicídio, desde sua instalação (Tavolari; Machado; Nisida, 2025, p. 7).

Os debates travados entre os parlamentares da Alesp reforçaram a compreensão de que a recorrência de casos de suicídio no interior das celas da Casa de Detenção foi o fator que condicionou a primeira menção à demolição do estabelecimento, em 1965. O suicídio era associado ao isolamento e à ociosidade decorrente da ausência de trabalho, circunstância que contrariava o Código Penal de 1940, vigente à época, o qual estabelecia, em seu artigo 29, a obrigatoriedade do trabalho diurno e o isolamento durante o repouso noturno para condenados às penas de reclusão e detenção (Tavolari; Machado; Nisida, 2025, p. 8).

A capacidade somada dos quatro pavilhões então em atividade (2, 8, 9 e 5) era de 2.200 presos. Já em 1969, o Casarão registrava o montante de 3.200 encarcerados. Apenas entre 1964 e 1969, o número de presos na Detenção sofreu um crescimento de 50% (Souza, 1977; Salla, 2000, p. 3). A carência persistente de vagas no sistema penitenciário implicou maior fluxo de presos condenados para as dependências da Casa de Detenção; de modo sincrônico, ampliava-se o número de pessoas detidas ainda não julgadas, muitas das quais passaram a responder por crimes cometidos nas próprias dependências do estabelecimento (Bisilliat, 2003, p. 252).

No contexto de recrudescimento do regime militar, as prisões se intensificaram e o déficit de vagas tornou-se ainda mais visível. Em mensagem à Assembleia Legislativa, em 1971, o governador Roberto Costa de Abreu Sodré (1967-1971) afirmou ser “notória a deficiência da capacidade dos estabelecimentos penais do Estado” diante das necessidades de execução das penas privativas de liberdade, mencionando déficit de 7.138 celas e mais de 40.000 mandados de prisão a cumprir (NEV/USP, 2003, p. 72). A formulação do problema no léxico da repressão reforçava a centralidade do encarceramento como política de contenção.

Já em 1972, a população da Detenção ultrapassou, pela primeira vez, a marca de 5.000 presos (Souza, 1977, p. 22). Dois anos depois, em 1974, foi inaugurado o Pavilhão 6. Inicialmente concebido para abrigar atividades laborterápicas, funções administrativas, espaços de recepção de novos presos e serviços como cozinha e projeção cinematográfica, o Pavilhão 6

foi progressivamente desvirtuado, passando a funcionar como mais um pavilhão regular de reclusão celular, em razão da superlotação crescente dos demais pavilhões. Em 1976, o número de presos superou, pela primeira vez, o patamar de 6.000 encarcerados (Souza, 1977, p. 22).

Em dezembro de 1973, o coronel Fernão Guedes de Souza foi nomeado Diretor-Geral da Casa de Detenção, cargo que ocupou por sete anos sob uma gestão caracterizada pelo rigor disciplinar.¹³ Durante o período em que esteve à frente do estabelecimento, construiu para si a imagem de um homem orientado por um forte senso de justiça, chegando a libertar presos sem alvará de soltura quando os prazos judiciais não eram observados (Bisilliat, 2003, p. 252). Não havia preso que não colocasse as mãos para trás, em sinal de reverência, diante de sua presença.

Na prática cotidiana, administrar a Detenção sem o auxílio de presos estratégicos mostrava-se tarefa inviável. Por essa razão, o coronel era frequentemente visto acompanhado de Pedro Belegi, conhecido como “Galinha”, assassino temido que carregava na cintura uma lâmina fabricada na própria cadeia e que, orgulhosamente, afirmava nunca ter precisado utilizá-la. Na recepção dos presos recém-chegados, o discurso do diretor assumia tom marcadamente eloquente: “não me interessa o que vocês fizeram lá fora... Quem for bom, nós botamos para fora. Quem quiser se entortar, nós acabamos de entortar. E quem não quer acreditar, que experimente” (Souza, 1977, p. 21).¹⁴

Ilustra essa forma de condução da ordem interna um episódio envolvendo uma situação de crise na Detenção. A partir de informações fornecidas por presos delatores, prática de alto risco no submundo do crime, a direção tomou conhecimento de um plano de fuga que previa a detonação de três bombas em um domingo de visita. Suspeitava-se do envolvimento de oito presos do Pavilhão 9 e de dois presos do Pavilhão 8. Para desvendar a extensão da trama, que ao final abrangia mais de cinquenta presos, a direção promoveu interrogatórios orientados pelo princípio de que “os fins justificam os meios”. Os excessos cometidos durante esses interrogatórios foram denunciados à Corregedoria dos Presídios, sem que houvesse implicações

¹³ Em 1975, o coronel Guedes pediu afastamento de suas atribuições de diretor-geral para concorrer a deputado estadual, sem êxito. Por alguns meses, foi substituído por Luís Philippe Florence Borges, que começou a sua carreira na Detenção em janeiro de 1966 como dentista, e depois diretor técnico do presídio. Borges era considerado o pupilo do coronel Guedes (Souza, 1977, p. 82).

¹⁴ José Ricardo Ramalho realizou uma importante pesquisa empírica na Casa de Detenção de São Paulo durante os anos 1970, intitulada *O mundo do crime: a ordem pelo avesso* (2008). Durante o período de visitas na Detenção, o pesquisador estabeleceu contato com diferentes funcionários e presos; embora não tenha lidado pessoalmente com o diretor-geral, ouviu diferentes impressões a seu respeito: “era conhecido por todos, funcionários e presos, pelo modo autoritário de resolver os problemas administrativos e disciplinares. [...] Ele mantinha sob seu controle pessoal todas as resoluções decisivas para o funcionamento do presídio, ao mesmo tempo desenvolvia uma imagem de homem compreensivo capaz de resolver todos os problemas. Os presos entrevistados frequentemente se referiam a ele como um homem bom com todos, embora fosse temido por sua valentia e autoridade” (Ramalho, 2008, p. 23).

para os funcionários envolvidos (Souza, 1977, p. 31-32). Ao final, a execução do plano foi frustrada, uma vez que os pretensos fugitivos temiam o “acerto de contas” imposto pelos demais presos, pois provocar tumulto em dia de visita era considerado falta gravíssima. Se a lei das ruas não alcançava os funcionários, a chamada “lei do cão” mostrava-se implacável com os presos.

Após dezessete anos de funcionamento marcados por problemas estruturais persistentes, a Casa de Detenção já havia consolidado uma identidade singular, sem paralelos na história prisional brasileira. Essa peculiaridade derivava, entre outros fatores, da predominância da ética dos presos sobre as regras impostas pelos chefes de disciplina e guardas prisionais. Inserida na lógica da gestão prisional exercida pela própria população encarcerada, destaca-se a articulação de um código de conduta próprio, subreptício, não escrito e dotado de relativo grau de autonomia frente às normas oficiais. Como observou Percival de Souza, “na cidade-presídio existem estranhas normas, estranhos conceitos, estranhos códigos de ética” (Souza, 1977, p. 16). Tornou-se corrente a referência a esse conjunto normativo como “lei do cão” ou “lei da massa”.

A superlotação precoce, associada à carência crônica de funcionários, fez com que o exercício administrativo da Detenção se tornasse diretamente dependente dos próprios presos. Esses detentos participavam de praticamente todas as atividades do cotidiano prisional, desde tarefas elementares de limpeza, preparo e distribuição de refeições, organização de campeonatos esportivos, distribuição de correspondências, atendimento na enfermaria sob supervisão médica, até a solicitação de benefícios como progressão de regime. A lista é extensa e atravessa todos os setores vitais ao funcionamento da prisão.

Redigido em dezembro de 1973, o relatório elaborado pelo coronel Guedes, então diretor-geral, é emblemático das tensões entre o ideal disciplinar oriundo da ética da caserna e as condições concretas de funcionamento da Casa de Detenção:

Em que pesem as limitações, esta Diretoria procurou desenvolver o ritmo da disciplina, respeito e confiança, tarefa árdua se levarmos em consideração as condições ímpares desta unidade penal e a heterogeneidade de sua população carcerária. Contudo, impelidos sempre pelo ideal de bem servir ao Estado, no espírito cívico de que somos possuídos desde os remotos anos de caserna se congregam, se somam e fazem com que a cada dia que passa lutemos com maior ardor, muito embora nem sempre consigamos atingir o objetivo almejado. Isso porque num estabelecimento penal de dimensões desta Casa de Detenção, desprovido de uma infra-estrutura e contando com uma alarmante superpopulação carcerária, as dificuldades encontradas no diuturno são proporcionalmente iguais a esses fatores. (Souza, 1977, p. 23).

O distanciamento crescente entre o ideal e o possível nas práticas prisionais conferiu ao cargo de diretor da Detenção um caráter fortemente personalizado, dependente das disposições individuais de quem o exercia.

Nesse contexto, as representações elaboradas pelo juiz corregedor dos Presídios, Dr. Renato Laércio Talli, constituem um importante corpus documental sobre as críticas à superlotação do sistema penitenciário paulista, com ênfase na Casa de Detenção. Foram inúmeras as representações encaminhadas ao Corregedor-Geral da Justiça e a outras autoridades penitenciárias, denunciando a situação de calamidade em que se encontrava o estabelecimento: 07/04/1973, 22/04/1974, 21/02/1975, 17/08/1976 e 16/09/1976. A concentração dessas manifestações em curto espaço de tempo revela a urgência atribuída à busca de soluções imediatas para a superlotação da Detenção, fenômeno que então assumia dimensões inéditas.

Em dezembro de 1976, quando a população carcerária atingiu o montante de 6.244 presos, o juiz exclamou: “este é o panorama que se delineia no Presídio do Carandiru, com todo um cortejo dos mais ultrajantes atentados, violência e mortes!” (In: Souza, 1977, p. 139). Diante do excedente de 4.044 presos naquele ano, considerando que a capacidade oficial era de 2.200 reclusos, tornou-se oportuno construir um quadro demonstrativo da evolução da superlotação na Casa de Detenção.

Tabela 5 – Número de presos na Casa de Detenção de São Paulo (1968-1976)

Data	Número de presos
Dezembro de 1968	2.951
Dezembro de 1969	4.158
Dezembro de 1970	4.303
Dezembro de 1971	4.502
Dezembro de 1972	5.149
Dezembro de 1973	4.996
Dezembro de 1974	5.402
Dezembro de 1975	6.014
Agosto de 1976	6.244

Fonte: Dr. Renato Laércio Talli – 17/08/1976. Adaptação do autor.

Até aquele momento, a Casa de Detenção era composta por quatro pavilhões de reclusão, os pavilhões 2, 5, 8 e 9. Os dados fornecidos pelo juiz corregedor Renato Laércio Talli, sistematizados a seguir, permitem observar a distribuição interna dos presos entre esses

pavilhões. Por “Hospital” entende-se a ala de enfermaria localizada no Pavilhão 2. Chama atenção a concentração de presos nos pavilhões 8 e 9, destinados, respectivamente, aos presos reincidentes e aos réus primários.

Tabela 6 – Distribuição de presos por pavilhão na Casa de Detenção de São Paulo (1976).

Pavilhão	Número de presos
Pavilhão 2	1.004
Pavilhão 5	884
Pavilhão 8	1.568
Pavilhão 9	2.747
Hospital	41

Fonte: Dr. Renato Laércio Talli – 17/08/1976. Adaptação do autor.

Diante da escalada da superpopulação carcerária, o plano de ação concebido pelas autoridades consistiu em um conjunto de medidas intercaladas, com o objetivo de fixar o número máximo de 6.000 presos na Casa de Detenção. Pretendeu-se restringir o ingresso de novos detentos, admitindo-se inclusões apenas nos chamados casos excepcionais de alta periculosidade. Essa orientação ganhou respaldo normativo com a Portaria nº 1/76-C, de 16 de setembro de 1976, que suspendeu o encaminhamento à Detenção de criminosos não traficantes considerados de baixo perigo.

Nessa lógica, indivíduos classificados como portadores de “escassa ou nenhuma periculosidade” deveriam ser encaminhados aos Distritos Policiais. Contudo, essas unidades tampouco dispunham de capacidade para absorver o excedente criminal do estado de São Paulo, uma vez que as cadeias da Região Metropolitana e da Baixada Santista encontravam-se superlotadas ou interditadas. Para além das carceragens das delegacias destinadas a criminosos não violentos, restava como alternativa a reiteração do uso do Presídio do Hipódromo, no bairro do Brás, reservado aos casos considerados de alta periculosidade. Nesse contexto, destaca-se a precisão do diagnóstico formulado por Renato Laércio Talli, ao afirmar que “o confinamento promíscuo é o grande mal” (In: Souza, 1977, p. 130). Não tardaria para que essa avaliação ganhasse materialidade no cotidiano prisional.

Em janeiro de 1978, já sob o governo de Paulo Egydio Martins, foram inaugurados os pavilhões 4 e 7, ampliando a capacidade formal da Casa de Detenção para cerca de 3.250 presos (Bisilliat, 2003, p. 251–253). Com sete pavilhões de reclusão, os pavilhões 2, 8, 9, 5, 6, 4 e 7, um pavilhão administrativo, o Pavilhão 1, e o pátio central conhecido como Divinéia, concebido

originalmente como Pavilhão 3 e jamais construído, a Casa de Detenção atingiu sua configuração arquitetônica mais conhecida, mantida até a desativação do complexo, em 2002.

Imagem 81: Casa de Detenção de São Paulo com descrição dos pavilhões (2000)



Fonte: Geosampa. Acesso em: 15/04/2025. Adaptação do autor.

Na imagem acima, é possível observar a organização da Casa de Detenção segundo a sequência de pavilhões, iniciando-se pelo pavilhão administrativo, denominado Pavilhão 1. À frente desse edifício, uma área aberta funcionava como estacionamento destinado aos funcionários do estabelecimento. Em seguida, localizava-se o espaço previsto para o Pavilhão 3, jamais construído, conhecido como Divinéia. Em seus melhores momentos, a Divinéia chegou a emular um protótipo de jardim interno do presídio, com remanescentes de Mata Atlântica, um coreto e uma fonte. Independentemente do pavilhão de destino, a circulação interna exigia a passagem pela Divinéia, a partir da qual se acessavam os portões dos demais pavilhões.

Do ponto de vista da organização espacial, os pavilhões constituíam estruturas prisionais separadas por muralhas e portões internos, articuladas como partes de um mesmo sistema interdependente. Todo o perímetro da Casa de Detenção era delimitado por uma extensa muralha externa, que segregava fisicamente a prisão da cidade. Cada pavilhão dispunha de um portão próprio de acesso. O longo caminho asfaltado que conectava os edifícios era conhecido como “Radial”, em alusão à Avenida Radial Leste (Varella, 1999, p. 11). Essa

compartimentação contribuiu para a formação de marcadores culturais internos, definidos de acordo com o perfil dos detentos alocados em cada pavilhão.

Considerando-se a dimensão do complexo prisional e o intenso fluxo de presos, cujo funcionamento cotidiano dependia amplamente da própria população encarcerada, torna-se compreensível a recorrente metáfora da Detenção como uma cidade em movimento. Nessa representação, os pavilhões eram concebidos como bairros, cujas diferenças culturais se acentuaram ao longo do tempo. Autores mais eloquentes chegaram a descrevê-los como estados integrantes da chamada “República do Carandiru” (Souza, 1977).

Sob o ângulo da arquitetura prisional, os pavilhões apresentavam-se como edifícios quadrados, de concreto cinzento, com cinco pavimentos, considerando o térreo como primeiro andar. Cada estrutura possuía um pátio interno central e um pátio externo, onde se localizavam os campos de futebol. As celas distribuíam-se ao longo de corredores conhecidos como “galerias”, contornando todo o andar. As celas voltadas para o pátio interno eram identificadas como lado I, enquanto aquelas com abertura para a área externa da prisão eram denominadas lado E.

Apesar de a capacidade formal de 3.250 vagas ter permanecido inalterada, o número de presos continuou a crescer de forma exponencial. Desde sua concepção, a Casa de Detenção apresentava estrutura inadequada para atender à legislação vigente, que previa o cumprimento da pena mediante trabalho, conforme o artigo 29 do Código Penal de 1940. Em vez de se atenuar, a crise interna agravou-se. Em 1973, apenas 1.900 presos exerciam atividades laborterápicas. Os demais, cerca de 4.000, cumpriam suas penas em regime de ociosidade forçada, sobretudo nos pavilhões 8 e 9, onde celas coletivas chegavam a abrigar até 70 presos, formando os chamados “malocões” ou “favelões” (Souza, 1977, p. 60). Não por acaso, esses dois pavilhões eram conhecidos, em tom pejorativo, como “fundão”. Em 1976, a Detenção concentrava 6.473 presos, dos quais 5.333 já haviam sido condenados (Salla, 2000, p. 3–4; Salla, 2007, p. 74). Criada para custodiar indivíduos aguardando julgamento, a Casa de Detenção transformou-se em um grande depósito de indesejados, o maior da América Latina.

De modo sincrônico, o aparato repressivo da ditadura militar intensificou e sistematizou o uso dos estabelecimentos prisionais como instrumentos de controle social. A incapacidade do regime em converter o crescimento econômico em melhorias efetivas nas condições de vida produziu fissuras profundas no pacto social, expressas tanto pela intensificação dos movimentos sociais quanto pela ampliação da repressão policial (Salla, 2015, p. 25). Nesse contexto, a violência urbana, fenômeno histórico constitutivo da formação das cidades brasileiras, passou a ser redefinida por dinâmicas que envolviam novos sujeitos, em meio a um

cenário político e econômico marcado pela concentração de capital.¹⁵ Trombadinhas, menores autores de furtos e assaltos, vadios e desempregados tornaram-se objetos recorrentes de interesse e temor público.

Outro fator relevante para a escalada da violência urbana foi a expansão do mercado de drogas, em curso no Brasil desde a década de 1960. A rentabilidade da chamada narcoindústria alterou a correlação de forças entre traficantes, cada vez mais envolvidos em disputas por espaços de mercado (Salla, 2015, p. 25). Esse cenário, atravessado por um sentimento difuso de insegurança, forneceu o lastro social para a legitimação da violência policial em nome da contenção do crime e do combate às drogas. A geografia humana da Casa de Detenção mostrava-se particularmente sensível às transformações do perfil criminal das ruas. Já nos anos 1970, observava-se o predomínio de ladrões e comerciantes de entorpecentes, seguidos por estelionatários e uma ampla miscelânea de tipos criminais, incluindo assassinos e sequestradores (Souza, 1977, p. 11).¹⁶

Ao assumir a Casa de Detenção de São Paulo como personagem histórico, não é exagerado afirmar que esse empreendimento prisional testemunhou algumas das mais profundas transformações da sociedade brasileira a partir da segunda metade do século XX. Entre 1960 e 1980, cerca de 27 milhões de brasileiros migraram das áreas rurais para as zonas urbanas, tendo a cidade de São Paulo como epicentro desse intenso êxodo. O perfil do migrante também se modificou ao longo do tempo: se em 1950 predominavam indivíduos entre 30 e 39 anos, nas décadas seguintes observa-se um progressivo rejuvenescimento, culminando na predominância de jovens adultos entre 20 e 24 anos em 1990 (Camarano; Abramovay, 1998, p. 48-9).

Nesse sentido, o processo acelerado de urbanização brasileira, intensificado a partir da década de 1950, é central para as discussões sobre violência urbana e suas articulações com o sistema prisional. Convém sublinhar que não existe qualquer dado empírico capaz de enquadrar grupos humanos em tipos criminais, como propunha a criminologia de Cesare Lombroso. O que se observa, em contrapartida, é o uso reiterado da privação de liberdade como política de

¹⁵ O conceito de violência, na definição de Zaluar (1999, p. 28), “vem do latim *violentia* que remete a *vis* (força, rigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se *violência* quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente”. Crime, por sua vez, refere-se a um conceito jurídico, “diz respeito à violência codificada nas leis penais” (Adorno, 2002, p. 88).

¹⁶ Ramalho referenciou um relatório anual de atividades de 1974, o qual sistematiza os seguintes dados sobre a população carcerária, organizada por diferentes delitos: “De um total de 4.395 presos na época, as acusações mais frequentes eram de roubo, com 1.240 casos (28%), de furto, com 1.085 casos (26%) e comércio de entorpecentes com 626 (14%)” (Ramalho, 1979, p. 17). Os demais 32% da população carcerária estava dividida em mais de 28 delitos. Crimes contra o patrimônio representavam 54% do total.

controle social em um contexto de rápidas transformações urbanas e de concentração de dilemas nas cidades. É nesse ponto que as análises sociológicas permitem articular o fenômeno da urbanização às práticas de violência institucional.

Durante o processo de transição política do regime militar para o regime democrático, conduzido de forma gradual sob a orientação de Ernesto Geisel e continuado por João Figueiredo, cuja marca foi o projeto de abertura política descrito como “lenta, gradativa e segura” (Fico, 2015, p. 95), o aparato de violência estatal seguiu operando segundo parâmetros de ilegalidade. Como demonstrou Paulo Sérgio Pinheiro (1991), as instituições de Estado tendem a conservar seus modos de funcionamento e a resistir às mudanças impostas pelas transições políticas. No plano formal, o Movimento Feminino pela Anistia, iniciado em 1975, e a Lei de Anistia encaminhada ao Congresso Nacional no final do governo Geisel, em 1979, converteram-se em pautas centrais de um país que se pretendia democrático, sempre evitando qualquer perspectiva de revanchismo civil em relação aos crimes cometidos por agentes militares (Fico, 2015, p. 95-6). As forças policiais, entretanto, preservaram práticas arbitrárias enraizadas no período autoritário.

Os dados relativos à letalidade policial nesse período de transição são particularmente reveladores. Entre 1981 e 1989, 3.900 criminosos ou suspeitos foram mortos pela polícia, sendo 80% dessas mortes concentradas na região da Grande São Paulo (Pinheiro, 1991, p. 49-50). Caco Barcellos evidenciou o caráter contínuo da guerra travada contra o chamado inimigo interno. Treinados pelo Exército para eliminar guerrilheiros, os policiais mantiveram o uso de armamento pesado mesmo após o fim da guerrilha, agora direcionado a outro tipo de inimigo durante o patrulhamento regular da cidade (Barcellos, 1992, p. 42). O perfil das vítimas da letalidade policial, que também se confirmaria na composição predominante da população prisional e dos juizados de menores, apresentava contornos bastante definidos:

Homem jovem, 20 anos. Negro ou pardo. Migrante baiano. Pobre. Trabalhador sem especialização. Renda inferior a 100 dólares mensais. Morador da periferia da cidade. Baixa instrução, primeiro grau incompleto. [...] Os menores também são vítimas preferenciais dos matadores. (Barcellos, 1992, p. 141).

A conjugação de dois processos sociais correlatos, a urbanização acelerada acompanhada do aprofundamento das desigualdades e a transição política, associada ao deslocamento do inimigo interno a ser combatido ou segregado, delineou uma sociedade progressivamente mais complexa e conflituosa. As regiões periféricas da cidade de São Paulo passaram a ser identificadas, simultaneamente, como espaços produtores de vítimas e como

territórios associados à produção da violência (Zaluar, 1999, p. 3).¹⁷ Nesse cenário próprio de um projeto de modernização acelerada, consolidaram-se quatro modalidades centrais de crime e violência:

O crescimento da delinquência comum em torno de crimes contra o patrimônio; o crescimento dos homicídios, associado ou não à chegada, na sociedade brasileira, do chamado crime organizado em torno principalmente do tráfico de drogas; graves violações de direitos humanos, representadas, sobretudo, por violência policial ou de agentes públicos nas delegacias de polícia, prisões e instituições de tutela de crianças e adolescentes; explosão de conflitos, com desfechos fatais, nas relações interpessoais e intersubjetivas nas famílias, nas escolas, nos bairros, nas ruas, nos ambientes de trabalho (Adorno; Nery, 2019, p. 170).

No espaço urbano da Grande São Paulo, as mortes provocadas pela Polícia Militar dimensionavam uma guerra cotidiana. Os estabelecimentos prisionais funcionavam como extensão direta desse estado de conflito. A utilização reiterada da privação de liberdade como política de controle social produziu um deslocamento do foco repressivo, que deixou de incidir prioritariamente sobre o preso político ou subversivo para concentrar-se no preso comum, majoritariamente oriundo das classes populares. Esse deslocamento é visível nos dados de encarceramento. Entre 1976 e 1986, a população prisional do estado de São Paulo cresceu cerca de 40%, alcançando o total de 24.091 presos, enquanto o número de vagas nas penitenciárias permaneceu praticamente inalterado no mesmo período (Salla, 2007, p. 73). Nessas condições, não havia unidade prisional no estado capaz de receber novos presos sem submetê-los a celas superlotadas e a oportunidades mínimas de ocupação.

Ao longo da década de 1980, o sistema penitenciário paulista passou a exibir contradições profundas, resultantes da convivência de forças políticas distintas. De um lado, persistia a renitência autoritária nos órgãos de segurança pública; de outro, ensaiavam-se tentativas frágeis e frustradas de criação de novos parâmetros de encarceramento. Essas tensões produziram conflitos em diferentes esferas públicas, inclusive no interior das instituições prisionais. Os padrões de violência estatal não podem ser explicados exclusivamente no plano político. Suas raízes encontram-se nos entrecruzamentos complexos entre ideologia, cultura institucional e práticas cotidianas de poder.

A criação da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, em 1979, em substituição ao Departamento de Instituições Penais do Estado, constituiu um marco

¹⁷ A imagem de uma cidade cindida entre bairros onde a legalidade seria respeitada e a periferia, que emulava um eterno estado de exceção, foi particularmente determinante na bibliografia sobre sociologia da violência na transição de regime político (Adorno; Nery, 2019, p. 174).

relevante na reestruturação administrativa das unidades prisionais estaduais, incluindo a Penitenciária do Estado e a Casa de Detenção de São Paulo. Apesar disso, a maior parte da população encarcerada permanecia alocada em delegacias e cadeias públicas sob a administração da Secretaria de Segurança Pública, cujas condições eram amplamente inadequadas ao cumprimento da pena. A precariedade dessas unidades intensificou o uso da Casa de Detenção como espaço de absorção do excedente prisional, concentrando ali tensões que se pretendia aliviar nas delegacias e cadeias (Salla, 2007, p. 74).

Com a saída definitiva do coronel Fernão Guedes, em 1980, Luiz Camargo Wolfmann, conhecido como Luizão, assumiu a direção-geral da Casa de Detenção, função que exerceria até 1986. Funcionário experiente da Penitenciária do Estado, onde atuara como chefe e diretor penal, Luizão relatou em suas memórias que seu primeiro contato com a Detenção ocorrera ao receber presos transferidos para tratamento médico, sobretudo jovens violentados sexualmente, e também seus agressores, encaminhados para castigo em cela forte (Wolfmann, 2000, p. 186).¹⁸

Ainda que a situação interna da Casa de Detenção viesse a se agravar significativamente nos anos seguintes, no início da década de 1980 sua má reputação já estava amplamente consolidada. A proximidade física com a Penitenciária do Estado facilitava a comparação entre a instituição concebida como modelo civilizacional e o Casarão, entendido como seu oposto. No imaginário social, multiplicavam-se adjetivos de forte conotação religiosa para designar a Detenção: inferno, portal do inferno, purgatório no meio do inferno, Babilônia, casa do diabo, casa do cão. A imprensa preferia metáforas como “panela de pressão” ou “barril de pólvora”, enquanto alguns presos se referiam ao presídio como “fábrica de monstros”. Católico, Luizão chegou a considerar que a nomeação poderia representar uma forma de punição divina:

Eu assumi aquela Casa cercado de grande expectativa. Ela era considerada por mim e por muita gente o supra-sumo de tudo o que não prestava em termos de presídio. Era e ainda é a excrescência do nosso “Sistema Prisional”. [...] A minha rejeição por aquela Casa era tão flagrante que quando eu era apresentado a alguém, como sendo da Casa de Detenção, a minha reação se revelava quase grosseira para corrigir o engano. Por ironia do destino, ou talvez, por “castigo de Deus”, fui designado para assumir a sua Diretoria Geral. (Wolfmann, 2000, p. 186).

¹⁸ Antes das visitas íntimas, a prática da pederastia era corriqueira na Casa de Detenção. Aqueles presos mais novos, com aparência que por vezes fazia questionar a maioridade, eram rapidamente negociados entre os demais presos da cela. Na linguagem da Detenção, tratava-se de um “lordo” (de lordose, bunda). O pederasta ativo era denominado “gorgota” (Wolfmann, 2000, p. 188-189).

A gestão de Luizão foi marcada pelo esforço de institucionalização de práticas penais anteriormente reguladas por critérios subjetivos. A elaboração de um Regimento Interno, inspirado naquele vigente na Penitenciária do Estado, buscou estabelecer parâmetros mais objetivos de punição e recompensa, adaptados à realidade da Detenção (Wolfmann, 2000, p. 187). No período anterior, a ausência de normas escritas favorecia arbitrariedades por parte de guardas e chefes de disciplina, o que atendia tanto aos interesses de presos influentes quanto de funcionários antigos, envolvidos em práticas de extorsão e desvio de recursos.

A escala física e humana da Casa de Detenção atingira proporções industriais, facilitando contravenções, abusos e desvios ao longo de toda a cadeia administrativa. A apropriação indevida de recursos destinados à alimentação dos presos afetava diretamente o bem-estar coletivo e intensificava tensões internas. Localizada no Pavilhão 6, a cozinha central produzia, em média, 17.000 refeições diárias para distribuição aos demais pavilhões.¹⁹ Sem fiscalização adequada, o desvio sistemático de gêneros alimentícios tornava-se prática recorrente.

Diversos fatores estruturais favoreciam práticas ilícitas por parte dos guardas prisionais. A jornada de trabalho prolongada, em regime de 12 por 36 horas, somada aos baixos salários, criava condições propícias à corrupção. Muitos desses profissionais provinham das mesmas periferias que concentravam a maior parte da população carcerária, o que produzia reencontros na prisão, por vezes com desfechos violentos. A expressão “presos fardados” não é exagerada. Nos anos 1970, cerca de 160 funcionários atuavam diariamente para uma população aproximada de 5.000 presos (Souza, 1977, p. 23), quadro que ampliava riscos de abuso de poder, sequestros em rebeliões e associações com presos e prestadores como forma de complementação de renda.

Quando foi instituída a Comissão de Recepção, composta por funcionários diretamente escolhidos pelo diretor, constatou-se que o volume de gêneros alimentícios fornecidos estava abaixo do previsto em contrato. Um simples comunicado aos fornecedores, prevendo sanções administrativas em caso de descumprimento, foi suficiente para que, no dia seguinte, se observasse carne com peso “absurdamente elevado” (Wolfmann, 2000, p. 190). Externamente, os efeitos da medida foram imediatos; internamente, porém, deflagraram-se conflitos entre o antigo e o novo corpo funcional. Como registrou o próprio diretor, a iniciativa não desagradou

¹⁹ No período anterior à construção do Pavilhão 6, a cozinha geral funcionava no Pavilhão 2. Por essa razão, o Pavilhão 2 já foi chamado de “Casa da Banha”. Por proporcionar melhores condições ao cumprimento da pena, o mesmo pavilhão também era chamado, por presos e funcionários, de “Hotel Jaraguá”. (Souza, 1977, p. 14).

aos fornecedores, mas contrariou interesses de funcionários que acabaram remanejados (Wolfmann, 2000, p. 190).

No relacionamento direto com os presos, apesar da implementação de um Regimento Interno, tornaram-se emblemáticas as práticas não convencionais adotadas para administrar um presídio daquela magnitude. Entre elas, destacou-se o boxe como recurso disciplinar e simbólico. No Pavilhão 6, construiu-se um ringue com medidas oficiais, batizado com o nome de Santiago Fernandes, diretor de pavilhão morto em serviço. Com experiência prévia em boxe e judô, Luizão, então com 50 anos, sentia-se confiante para enfrentar presos considerados mais fortes, afirmando que “neste quadrilátero não tem polícia nem bandido, apenas dois esportistas que respeitam as regras” (Wolfmann, 2000, p. 258).

No campo da saúde pública, a administração também recorreu a estratégias pouco ortodoxas. As condições sanitárias favoreciam a proliferação de doenças, agravadas pela proximidade com o rio Tietê, pelo acúmulo de resíduos e por falhas estruturais que permitiam a infestação de roedores. A leptospirose, transmitida pela urina dos ratos, tornara-se problema recorrente, exigindo soluções criativas. Como métodos convencionais implicariam deixar veneno ao alcance dos presos, a direção instituiu um concurso de caça a ratos. Cartazes espalhados pelos pavilhões anunciavam “procura-se vivo ou morto”, com recompensa de um maço de cigarros a cada cinco animais capturados. O êxito da iniciativa foi tamanho que, segundo o relato, “não havia cigarro que chegasse” (Wolfmann, 2000, p. 242-4).

Apesar das políticas prisionais implementadas pela administração, o traço distintivo da Casa de Detenção residia na radicalização de uma ética produzida e sustentada pelos próprios presos. O número reduzido de funcionários diante de uma população carcerária crescente impulsionava formas específicas de organização interna e de imposição de regras, baseadas na negociação direta com detentos estratégicos. A gestão do cotidiano dependia de uma economia do poder que envolvia múltiplos agentes internos. A circulação desse poder, condição indispensável ao funcionamento do presídio, baseava-se em cálculos variáveis próprios do mundo do crime, como tipo penal, recursos acumulados e comportamento perante pares e autoridades. Nesse sistema, a fidelidade à palavra empenhada constituía o principal lastro da autoridade e da ordem interna.

4.2.2 O prelúdio da catástrofe: rebeliões nos anos 1980

Embora a falência da Casa de Detenção tenha sido anunciada ainda em seus primeiros anos de funcionamento, foi ao longo da década de 1980 que se consolidaram as condições políticas e institucionais que aceleraram o seu fim. A sucessão de tentativas de fuga, rebeliões

e repressões violentas produziu uma atmosfera de crise permanente, que levou à formulação, ainda em 1983, durante o governo de Franco Montoro, da proposta de desativação do Casarão. Tal proposta, contudo, só viria a se concretizar quase vinte anos depois, como consequência tardia do Massacre de 2 de outubro de 1992. Ao situar os marcadores que definem a decadência da Casa de Detenção, este tópico busca evidenciar a iminência de uma tragédia de grandes proporções. Nesse sentido, os anos 1980 podem ser compreendidos como o ensaio geral da catástrofe vindoura.

O domingo, 10 de maio de 1981, não foi um dia de visita qualquer. Tratava-se do Dia das Mães, data sagrada no calendário da malandragem. Entre os presos, o respeito aos familiares era valor central, traduzido na criação de regras próprias voltadas à proteção da integridade das visitas. Qualquer ato que causasse constrangimento era classificado como “falta grave”, nos termos da chamada lei dos presos. Justamente por se tratar de um dia historicamente marcado por relativa tranquilidade, Luizão decidiu tirar folga para passear com a esposa, amenizando a saudade que ela sentia da mãe. A direção da Casa de Detenção ficou, então, sob os encargos de Luiz Carlos Serf, que conduzia o plantão sem registros de anormalidade.

Desde as primeiras horas da madrugada, como de costume, a fila de visitantes formava-se diante dos portões da Detenção. Com o amanhecer, teve início o longo ritual de entrada de mulheres e crianças. Um cronograma previamente organizado, que incluía shows e sorteios de bicicletas, pretendia garantir um clima festivo, evocando um ambiente lúdico que contrastava com a paisagem acinzentada do presídio. Estima-se que cerca de 15 mil pessoas tenham passado pelo local naquele dia.

Por volta das 14 horas, Luizão ouviu, pelo rádio do carro, o anúncio que romperia abruptamente essa normalidade aparente: “Rebelião na Casa de Detenção e parece que há mortes; o tiroteio é imenso e muita gritaria”. Aproveitando-se das festividades e do potencial caos gerado por uma data simbólica, quatro presos armados tentaram fugir, fazendo três mulheres e duas crianças reféns. O pânico generalizado chamou a atenção dos guardas das muralhas, e rapidamente viaturas se dirigiram ao portal da Detenção, na Avenida Cruzeiro do Sul. Sem possibilidade de retorno ao Pavilhão 2 ou de avanço em direção ao Pavilhão 5, os fugitivos encurralaram-se com os reféns em uma guarita de aproximadamente dois metros quadrados. Desconsiderando a presença das mulheres e das crianças, a Tropa de Choque e os presos passaram a trocar tiros.

Utilizando uma sirene para transpor o trânsito da Avenida Cruzeiro do Sul, mais intenso do que o habitual devido à curiosidade dos transeuntes, Luizão chegou rapidamente ao local. Dirigiu-se ao major do 1º Batalhão de Guardas e solicitou a interrupção dos disparos. Embora o major tenha acatado o apelo do diretor-geral, seu superior hierárquico, um tenente-coronel, ordenou a continuidade do fogo, exibindo com ostentação as três estrelas no ombro que lhe asseguravam o comando máximo da operação. Vestido de terno, calça e sapato brancos, Luizão atravessou o fogo cruzado de braços abertos, numa cena que evocava tanto a imprudência quanto o simbolismo religioso. Os tiros cessaram de ambos os lados. Conforme registrou Wolfmann, “a gritaria, que era ensurdecadora quase pondo o presídio abaixo, silenciou como um passe de mágica” (2000, p. 208). Os reféns foram libertados sem ferimentos. Três presos entregaram as armas diretamente nas mãos de Luizão e, em seguida, foram transferidos para a Penitenciária do Estado. Um dos envolvidos na tentativa de fuga morreu no confronto com a polícia, e um diretor de pavilhão saiu ferido.

Registrado nas memórias de Luizão com ênfase em sua performance heroica e com referências explícitas a elementos religiosos, como o terno branco (Wolfmann, 2000, p. 207-209), o episódio de março de 1981 raramente é mencionado na historiografia dos motins da Detenção, em razão de seu desfecho conciliador. Ainda assim, o acontecimento funcionou como prelúdio de duas rebeliões de grandes proporções, traduzindo o espírito ambíguo da época, marcado simultaneamente pela persistência de práticas autoritárias no aparelho de Estado e pela busca de novos horizontes democráticos. Esses eventos reforçavam, ademais, o prognóstico recorrente de um desastre iminente associado à superlotação da Casa de Detenção de São Paulo.

A primeira dessas rebeliões ocorreu em 29 de março de 1982 e também teve como pano de fundo uma tentativa de fuga. Na ocasião, o diretor-geral almoçava no refeitório do Pavilhão 2, acompanhado por cerca de vinte convidados, entre médicos, dentistas, advogados, diretores de pavilhão e assessores pessoais. Doze presos daquele pavilhão, armados com três revólveres calibre .38, organizaram-se para invadir o refeitório e fazer o diretor-geral e seus convidados reféns. Na entrada do local, assassinaram dois diretores de pavilhão, Adão e Santiago Fernandes. Este último, gravemente ferido, perguntava repetidamente: “Como está o chefe?” (Wolfmann, 2000, p. 266). Àquele momento, cerca de 500 presos do Pavilhão 2 encontravam-se soltos no pátio, o que ampliava exponencialmente o risco de propagação do motim para os demais pavilhões.

A negociação envolveu diretamente o secretário de Justiça, José Carlos Ferreira de Oliveira, além de outras autoridades de Estado, estendendo-se por toda a tarde daquela segunda-feira. Em poucos minutos, o presídio foi completamente cercado, enquanto policiais posicionados nas muralhas disparavam em direção ao refeitório, sem atingir os alvos. Vestindo calça cáqui, o diretor-geral confundia-se visualmente com os demais presos, circunstância que aumentava o risco de ser alvejado. A possibilidade de morrer naquele contexto não lhe era estranha. Em suas memórias, Luizão relatou as conversas mantidas com a família nos dias que antecederam o episódio, nas quais estabelecera orientações claras caso fosse feito refém:

Na quinta e sexta-feira que antecederam aqueles fatos, eu havia falado com os meus filhos e a minha mulher que caso me pegassem como refém para garantir uma fuga não era para fazer acordo com os bandidos. A polícia poderia invadir e meter fogo. Eu morreria com eles, não era para abrir os portões sob qualquer hipótese. [...] Tudo deveria ser resolvido lá dentro. No sábado eu repeti tudo para os meus Assessores, enfatizando que não deveriam se preocupar comigo e nem com os possíveis reféns. Na segunda-feira acontece exatamente o que eu havia “profetizado”. (Wolfmann, 2000, p. 267-268).

A tarefa de explicar a solução adotada por Luizão, ao decidir enfrentar a rebelião com a Casa fechada, revela-se particularmente complexa. Traços subjetivos de sua personalidade marcante apontam para decisões orientadas por um senso de justiça próprio, relativamente autônomo em relação aos princípios que regem o funcionalismo público. Tanto Luizão quanto o coronel Guedes se enquadram em um modelo de administração concentradora, dotado de margem significativa de independência frente ao corpus jurídico formal. Segundo esse arquétipo, forjado no interior de uma instituição total, o diretor-geral encarna a autoridade última da Detenção. Ainda assim, tal característica não basta para explicar a opção deliberada pelo sacrifício pessoal. Quando os fatores políticos e institucionais se mostram insuficientes para dar conta da contingência humana, elementos subjetivos irrompem no cenário prisional.

Essa dimensão aparece de forma explícita no relato memorialístico de Luizão, no qual a decisão é interpretada à luz de uma lógica moral e religiosa:

Eu pensei e cheguei à conclusão que a morte havia chegado para mim, pois eu a merecia. Embora eu nunca tenha sido um religioso e muito menos um místico, acredito nas religiões, haja visto a força que eu dava a todas elas, pois DEUS era o Patrono. Eu havia cometido um “pecado” contra “ELE” e merecia ser castigado. (Wolfmann, 2000, p. 270).

Enquanto a negociação se prolongava sem avanços concretos, as ameaças eram reiteradas. Os reféns foram conduzidos à carceragem do pavilhão e, entre gritos, armas e facas

apontadas, tiveram o equilíbrio emocional profundamente abalado. Entre eles encontrava-se Eduardo Mariz de Oliveira, diretor do Grupo de Valorização Humana e filho do desembargador Waldemar Mariz de Oliveira. Reconhecendo tratar-se de um refém de relevância simbólica, um dos presos ameaçou cortar-lhe a orelha como forma de demonstrar às autoridades que a situação não admitia tergiversações. A mutilação só não se concretizou porque Luizão ameaçou uma matança generalizada caso o ato fosse levado adiante (Wolfmann, 2000, p. 270).

O plano de fuga previa a utilização da viatura do diretor-geral. Dissuadidos por Luizão, que argumentava que o veículo particular não suportaria uma fuga prolongada em razão da precariedade de sua manutenção, os amotinados passaram a exigir um helicóptero. Álvaro, assessor do diretor, conduzia a negociação telefônica ao lado do secretário de Justiça. “Doutor, é para fazer aquilo que o senhor combinou?” A resposta foi imediata: “É claro, mande logo esse helicóptero conforme está combinado” (Wolfmann, 2000, p. 269). Os presos, atentos e visivelmente tensos, interpretaram a conversa como confirmação da chegada do helicóptero para a fuga, sem imaginar que o diretor estava disposto a sacrificar a própria vida e a dos reféns como forma de, em suas palavras, “manter a sociedade segura”.

Com os preparativos para a invasão praticamente concluídos, a tensão atingiu o ápice. O preso Manezinho, candomblecista do Pavilhão 9, agitava-se portando uma faca em cada mão. Ao notar a corrente com a imagem de São Jorge escondida entre os pelos do peito do diretor-geral, perguntou se ele era filho de Ogum. Diante do aceno afirmativo, Manezinho bateu um facão contra o outro, produzindo faíscas, e decidiu poupar a vida do diretor (Wolfmann, 2000, p. 270). Embora os amotinados estivessem concentrados no Pavilhão 2, o caos instaurado também atingiu o Pavilhão 5, já que as atenções da administração estavam voltadas à negociação dos reféns:

Durante esta rebelião, os detentos do Pavilhão 5 estiveram sob grande ameaça, várias vezes, porque muitos amotinados pretendiam aproveitar a ausência dos guardas para se vingar. Neste pavilhão encontrava-se entre homossexuais e doentes mentais, muitos presos no “seguro”, isolados principalmente devido a acusações da alcaguetagem. No presídio, essas acusações decorrem em constante ameaça de morte. Um detento deste pavilhão contou que eles foram dissuadidos por um dos líderes, aos gritos de que “nenhum preso deve morrer, a bronca é com a polícia”. Goés, 2009, p. 89-90.

A Tropa de Choque foi acionada para restabelecer a ordem em uma operação coordenada pelo coronel Carlos, que mobilizou cerca de quarenta homens. Conforme descrito pelo diretor-geral, a orientação era eliminar qualquer um que surgisse pela frente: “Os policiais da Tropa de Choque que estavam invadindo aquele pátio não pensaram duas vezes: acionaram os gatilhos das metralhadoras” (Wolfmann, 2000, p. 273). Confundido com os presos, o próprio

diretor-geral também foi alvo dos disparos, ainda que nenhum o tenha atingido. O episódio reforçou sua interpretação religiosa do desfecho: “Eu acho que o Papai do Céu me perdoou” (Wolfmann, 2000, p. 273). A repressão resultou na morte de treze presos e de um carcereiro, além dos dois diretores de pavilhão assassinados pelos amotinados.

O *modus operandi* das rebeliões encontra seus fundamentos em dinâmicas intersubjetivas que envolvem os diferentes atores do cárcere. As escolhas realizadas nesses momentos críticos, contudo, não podem ser dissociadas do contexto político e social externo aos muros da prisão. O recurso sistemático à aniquilação dos presos revoltosos pela força pública, estratégia que se repetiria em 2 de outubro de 1992, expressava a persistência de práticas autoritárias herdadas da Ditadura Militar em sua expressão estadual, sob o governo de Paulo Maluf (1979-1982). Uma análise comparativa publicada pela revista *Veja*, em abril de 1982, apontou que o equipamento empregado pelos policiais na repressão da rebelião da Detenção era semelhante àquele utilizado na contenção das greves do ABC, em 1980 (Goés, 2009, p. 104).

Imagem 82 – Policiais retirando corpo no telhado de pavilhão após a rebelião de 1982 (30/03/1982)



Fonte: R7, 2020.²⁰

Por uma ironia histórica, a Casa de Detenção de São Paulo foi oficialmente batizada, por meio da Lei Ordinária nº 3.556, de 20 de outubro de 1982, com o nome do professor Flaminio Fávero, catedrático de medicina legal e membro do Conselho Penitenciário do Estado. O ato ocorreu poucos meses após o batismo de sangue da rebelião de 29 de março de 1982.

²⁰ Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/o-coronel-da-casa-dos-mortos-16072020/>. Acesso em: 04/04/2025. A autoria da fotografia não foi identificada.

Uma década mais tarde, a Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero converter-se-ia ela própria em laboratório de medicina legal, destinada a explicar as circunstâncias da morte dos 111 presos oficialmente reconhecidos.

A rebelião de 20 de março de 1985, ocorrida sob o governo de Franco Montoro, mobilizou mais de três mil presos. O estopim do motim foi a revogação do benefício de prisão domiciliar concedido a um preso respeitado no interior da Detenção, objeto de ampla solidariedade da massa carcerária por sua condição de paraplegia. As fontes divergem quanto à identidade desse detento, que poderia ter sido conhecido como Negro Ximpras ou Dunga (Goés, 2009, p. 94). A revolta, inicialmente circunscrita a um caso individual, espalhou-se rapidamente pelo Pavilhão 8 e, em seguida, pelo Pavilhão 9. A morosidade do Judiciário na apreciação dos pedidos de benefícios legais previstos na recém-promulgada Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984, atingia um contingente expressivo da população carcerária. Dois guardas de pavilhão foram feitos reféns. A negativa do benefício a um preso bem avaliado internamente funcionou, assim, como catalisador de um sentimento coletivo amplamente compartilhado.

Diferentemente do ocorrido em 1982, as forças de segurança pública não entraram em confronto direto com os presos para conter a rebelião de 1985. A movimentação teve início por volta das 14 horas e estendeu-se até as 8 horas da manhã do dia seguinte (Goés, 2009, p. 104-5). Naquele momento, Luizão encontrava-se de férias, e sua presença nas negociações figurava entre as principais exigências dos presos amotinados. Quando dois oficiais da ROTA cogitaram ingressar armados no Pavilhão 8 para recolher os presos às celas, a proposta foi prontamente descartada:

No transcorrer do movimento que prometia se agravar, dois Oficiais que estavam em minha sala perguntaram-me o que eu achava de um policial militar entrar no Pavilhão 8 armado. Dei a única resposta que poderia ser dada diante de tamanho absurdo: “É falta de responsabilidade tal atitude, pois os presos fatalmente arrebatariam a sua arma, agravando ainda mais a situação”. (Wolfmann, 2000, p. 275).

Luizão e os dois oficiais da ROTA, capitão Gilson Lopes e tenente Amauri Sintoni Dias, decidiram então entrar juntos no Pavilhão 8. A condição imposta pelos presos para a libertação dos dois reféns era a retirada dos policiais das muralhas intermediárias, de modo a evitar disparos no momento da liberação. Nesse episódio, a narrativa memorialística de Luizão assume contornos marcadamente heroicos. Como garantia de que a exigência seria cumprida, o tenente retirou do peito a tarjeta com seu nome e entregou-a aos presos, afirmando que mudaria de identidade caso os policiais não deixassem as muralhas. Mais uma vez, a lealdade à palavra empenhada estruturou a relação intersubjetiva entre as partes:

Poucos minutos após, os dois reféns me foram entregues e o preso que estava com a tarjeta olhou para o Tenente e disse: “O senhor cumpriu com a palavra dada”. E colocou-a novamente no peito do Tenente. Os reféns estavam ilesos e eu mandei que os presos entregassem as armas [estiletes e facas]. Fizeram uma montanha delas ali mesmo no Portão e tudo terminou bem. (Wolfmann, 2000, p. 276).

Com o epicentro da rebelião controlado e os reféns libertados, por volta das 8 horas da manhã, tiveram início as negociações formais. O foco das reivindicações era a exigência de maior celeridade e atenção jurídica aos pedidos de benefícios encaminhados pelos presos da Casa de Detenção (Goés, 2009, p. 105). O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou reportagem detalhando o ambiente tenso da negociação entre autoridades e detentos:

Na pequena sala localizada na “Divinéia” entre os pavilhões 2 e 4, os homens que lá estão se mostram tensos e nervosos. De um lado, vinte e dois detentos, com suas roupas sujas de terra e intoxicados pela fumaça, falam alto, gesticulam, exigem e ameaçam prosseguir com a rebelião se não houver providências urgentes das autoridades. Do outro lado da sala, um grupo de homens vestindo terno e gravata, ouve com atenção, gesticula com a cabeça e concorda com tudo que os presos dizem. (Destruição e mortes no grande motim. *O Estado de S. Paulo*, 22/março/1985).

Em entrevistas concedidas à imprensa, Luizão afirmou que a negociação teria evitado um desastre sem precedentes, que poderia ter resultado, no pior cenário, em dois mil mortos. Ainda assim, *O Estado de S. Paulo*, na edição de 21 de março de 1985, informou que nove presos morreram durante a operação, dezessete ficaram internados e quatro apresentavam estado grave (Goés, 2009, p. 104). As circunstâncias dessas mortes não foram devidamente esclarecidas, tampouco abordadas por Luizão em suas memórias.

Apesar do número expressivo de vítimas fatais, a mediação impediu que o desfecho se aproximasse daquele observado na rebelião de 1982, quando as forças de segurança ingressaram no presídio com a intenção explícita de aniquilar os amotinados. Como resultado imediato do movimento, o Cartório do 1º Ofício, responsável pela tramitação da maior parte dos processos, passou a tratar os casos da Casa de Detenção como prioridade (Goés, 2009, p. 96). O recurso à greve interna, denominada rebelião, expunha a contradição dos novos tempos: de um lado, a escalada da política de encarceramento; de outro, a tentativa, ainda que formal e limitada, de negociação e diálogo quando o sistema prisional, organizado como uma fábrica, não encontrava alternativa senão interromper seu funcionamento.

A recorrência da negociação como estratégia de gestão dos conflitos pode ser compreendida à luz da política de humanização do sistema penitenciário implementada durante o governo estadual de Franco Montoro (1983-1987). Montoro e seu secretário de Justiça, José Carlos Dias, instituíram mecanismos de diálogo direto entre presos e juízes corregedores,

prática estimulada pela criação de comissões de solidariedade eleitas no interior das unidades prisionais. Paralelamente, buscou-se encerrar a censura às correspondências dos presos, fortalecer a assistência jurídica, criar comissões de funcionários e regulamentar o direito à visita íntima (Salla, 2007, p. 75).

A introdução da visita íntima na Casa de Detenção não ocorreu de forma imediata após a decisão do secretário de Justiça, José Carlos Dias, de estender o benefício a todas as unidades prisionais do estado. A efetivação da medida dependia da adesão dos diretores dos estabelecimentos, e Luizão manifestou-se inicialmente contrário à sua implementação. Segundo ele, permitir a entrada das parceiras sexuais em celas coletivas representaria um “desastre” (Wolfmann, 2000, p. 290). Somava-se a essa preocupação o temor da disseminação do vírus HIV, que naquele momento já configurava uma epidemia no interior da Detenção. Ainda assim, a pressão exercida pelas visitas e pelos próprios presos indicava a necessidade de adesão à política..²¹

À medida que os pedidos por visita íntima se tornavam mais frequentes, a disciplina interna deteriorava-se progressivamente. Em 1985, um episódio de indisciplina coletiva no Pavilhão 5, sem reivindicação explícita além do propósito de “tumultuar”, resultou na destruição parcial do pátio interno, espaço tradicionalmente destinado ao encontro entre presos e familiares. Como solução provisória, as visitas foram transferidas para o campo de futebol, onde se improvisaram barracas para proteção contra o sol e a chuva. Nessas estruturas precárias passaram a ocorrer as relações sexuais entre presos e suas companheiras. Conforme recordou Luizão, “aquilo mais parecia acampamento árabe do que presídio” (Wolfmann, 2000, p. 290).

Posteriormente, o pátio interno foi reformado. Observando, contudo, que a prática contribuía para a redução das tensões no interior da massa encarcerada, Luizão estendeu a visita íntima em tendas aos demais pavilhões. Os efeitos foram imediatos. A disciplina apresentou melhora significativa, pois os presos passaram a ter interesse direto na manutenção da ordem para não comprometer o benefício. Conforme relatou o diretor, sabiam que, por ação de poucos, todo o pavilhão poderia ser interditado (Wolfmann, 2000, p. 290). A medida também incidiu

²¹ Em 1976, o *Jornal da Tarde* publicou uma troca de cartas entre os presos da Casa de Detenção e o Secretário de Estado dos Negócios de Justiça, Manoel Pedro Pimentel, sobre o tema visita íntima. Embora a população carcerária tenha conseguido reunir argumentos convincentes sobre os benefícios da visita íntima para a ressocialização, o secretário insistiu sobre a impossibilidade de atender o pedido: “como poderia o Estado propiciar aos presos, e às presas, solteiros, companheiros e companheiras, para o congresso carnal?” (*Jornal da Tarde*, 13/08/1976). Diante a negativa dos representantes do Estado, os presos respondem em tom de conclusão: “Conseguimos provar e mostrar que o Estado líder da Federação não tem condições de resolver a problemática existente; que o sistema está errado; que relacionamento sexual só existe para os privilegiados; que todo mundo tem medo da verdade, porque ela fere as suscetibilidades das mentiras; que jamais será encontrada qualquer outra solução, porque os planos existentes são irreais, utópicos e inverossímeis. Tristes conclusões” (*Jornal da Tarde*, 31/08/1976).

sobre uma prática antiga de extorsão por parte de alguns guardas prisionais, que cobravam pagamentos de presos e familiares para permitir encontros sexuais em salas administrativas. Após a saída de Luizão, em 1986, as visitas íntimas passaram a ocorrer no interior dos próprios pavilhões.

Esse período configurou um momento singular na história prisional paulista, marcado por tentativas de reintegração dos presos à sociedade por meio de políticas alinhadas à agenda dos direitos humanos. Ao deslocar o foco da questão carcerária para o sujeito encarcerado, o novo modelo de gestão democrática produziu repercussões relevantes. No entanto, enfrentou forte oposição de setores da sociedade identificados com práticas coercitivas de segurança pública (Salla, 2007, p. 75). O aumento das tentativas de fuga e das rebeliões foi interpretado, no debate público, como sinal de perda de controle do Estado sobre os espaços de encarceramento, reforçando a leitura negativa da política de humanização.

Nesse contexto, o surgimento do primeiro grupo organizado de presos na Casa de Detenção, conhecido como Serpente Negra, alimentou a hipótese, pouco fundamentada, de uma suposta tentativa de controle do presídio e de articulação de uma fuga em massa, possivelmente vinculada à Comissão de Solidariedade dos presos. Paralelamente, membros do staff passaram a reivindicar maior autonomia para aplicação de punições disciplinares, ao mesmo tempo em que se tornavam mais vulneráveis à condição de reféns durante negociações impostas pela população carcerária.

O desgaste político da tentativa de implementar uma agenda de direitos humanos em instituições marcadas por um histórico prolongado de violações favoreceu o retorno de figuras associadas à gestão anterior de Paulo Maluf. Em 1986, Omar Cassim reassumiu a coordenação da COESPE. Pouco depois, em 16 de setembro do mesmo ano, uma tentativa de fuga na Penitenciária de Presidente Venceslau resultou na morte de quatorze presos durante a repressão da Polícia Militar. Não é fortuito que Omar Cassim também ocupasse posição de destaque na administração penitenciária durante a rebelião de 1982 na Casa de Detenção. O recurso à letalidade voltava a se afirmar como instrumento de política de segurança pública, agora sob um regime formalmente democrático.

Em julho de 1987, já no governo de Orestes Quécia (1987-1991), uma tentativa de fuga na Penitenciária do Estado envolveu presos armados com duas armas de fogo, que fizeram funcionários reféns. A operação de dissuasão conduzida pela Polícia Militar resultou na morte de vinte e nove presos, além de um funcionário assassinado pelos próprios detentos (Salla, 2006, p. 292). Em fevereiro de 1989, nova tentativa de fuga seguida de desordem no 42º Distrito Policial culminou na asfixia deliberada de cinquenta e um presos, amontoados em uma cela de

1,5 por 4 metros, sem ventilação adequada. Dezoito deles morreram. Esses episódios ocorreram enquanto a canção *Brasil*, sucesso de Cazuza na voz de Gal Costa, ecoava na abertura da novela *Vale Tudo*, interpelando o país com a provocação: “Brasil, mostra a tua cara!” (Fico, 2015, p. 132). A catástrofe prisional respondeu, de forma brutal, a essa interpelação.

A década de 1980 constituiu um intervalo decisivo para os primeiros impulsos democráticos após uma longa tradição de práticas autoritárias. Assim como em outras esferas da vida pública, a segurança pública e o sistema prisional internalizaram a persistência desse passado, reproduzindo ações policiais que frequentemente culminaram em desfechos violentos. Trata-se da coesão de uma cultura da violência, marcada por sua capacidade de se rearranjar em distintos contextos históricos. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer a atuação crescente de setores organizados da sociedade civil, que passaram a adentrar os porões do Estado com objetivos de fiscalização, denúncia e assistência. Na contramão desses esforços de democratização da vida institucional, o aparato de segurança pública, incluindo segmentos do funcionalismo penitenciário, mostrou-se amplamente resistente à agenda dos direitos humanos. As contradições desse período encontram expressão sintética nas palavras de Luizão:

O “Sistema” da década de cinquenta até este fim de século tem regredido, acentuadamente, em razão do regime adotado para o tratamento do delinquente que, para não fugir à regra, não se curvou diante dos ordenamentos jurídicos que se sucederam com reformas, às vezes até utópicas, objetivando aprimorar o que se pratica e que, não obstante, têm sido ignorados em muitos aspectos, salvo quando se trata de afrouxar a rédea exageradamente, como se para compensar o que tem ficado no esquecimento. (Wolfmann, 2000, p. 314).

A iminência de uma catástrofe sem precedentes na Casa de Detenção de São Paulo era amplamente reconhecida por figuras centrais do debate penitenciário. Desde as representações do juiz Renato Laércio Talli, ainda em 1973, passando pelos relatórios anuais dos diretores-gerais e pelas reportagens de Percival de Souza publicadas no *Jornal da Tarde*, consolidou-se o entendimento de que administrar a chamada “República do Carandiru”, ou “cidade-presídio”, tornara-se inviável sob quaisquer parâmetros que prezassem pela tutela da vida, seja dos presos, seja dos funcionários. A integração precária entre os pavilhões, a carência crônica de pessoal, a superlotação persistente, a frequência das rebeliões e seus desfechos violentos compuseram o diagnóstico que fundamentou a elaboração de um plano de desativação ainda em 1983, durante a gestão de Franco Montoro. A falta estrutural de vagas no sistema penitenciário, contudo, caminhou em sentido oposto às intenções políticas, fazendo com que a Detenção continuasse a receber presos oriundos de diversas regiões do estado de São Paulo ao longo das três décadas seguintes.

A resposta política mais direta à crise penitenciária paulista materializou-se na construção de novas unidades prisionais. Durante o governo Montoro, o número de estabelecimentos subordinados à COESPE passou de 14 para 21 entre 1983 e 1987, paralelamente às tentativas de implementação da agenda dos direitos humanos na administração prisional. Com a posse de Orestes Quércia, a expansão física do sistema tornou-se uma das marcas centrais do governo, sem a continuidade do modelo de gestão humanizado proposto por seu antecessor. Ao final de quatro anos de mandato, o número de unidades prisionais sob a coordenação da COESPE alcançava 37, representando um crescimento de 32% da estrutura penitenciária estadual (Salla, 2007, p. 77).

Apesar da ampliação significativa da infraestrutura carcerária, o crescimento da população prisional manteve-se em ritmo superior à capacidade de absorção do sistema. Entre 1983 e 1992, ano do Massacre no Pavilhão 9, o movimento médio anual de presos nas unidades ligadas à COESPE saltou de 9.997 para 30.067. Tal descompasso evidencia que a capacidade social de produção da delinquência permaneceu superior à capacidade estatal de sua gestão institucional. Somava-se a isso a pressão exercida pela Secretaria de Segurança Pública para transferir presos das delegacias e cadeias públicas para as unidades subordinadas à Secretaria de Justiça. Na prática, a já superlotada Casa de Detenção continuou a receber novos internos. Como sintetizou um antigo diretor de pavilhão: “isso aqui é pior que coração de mãe: sempre cabe mais um”.

Em 1986, veio à tona a descoberta de um plano de fuga em massa no Pavilhão 8. Durante meses, um túnel vinha sendo escavado no terceiro pavimento, atrás de um armário da sala de oficina elétrica. Com o auxílio de uma bomba de água motorizada, componentes elétricos, lâmpadas e ferramentas improvisadas, os presos envolvidos conseguiram avançar até a metade do campo de futebol do pavilhão, com a intenção de alcançar a muralha externa. Conforme descreveu Luizão, “lá estava uma tremenda passagem de entrada pela parede; por uma ‘tereza’ desciam até o fundo, início do túnel; a terra retirada estava empilhada em sacos de estopa, cuja altura atingia aquele pavimento” (Wolfmann, 2000, p. 294).

O episódio levou o juiz da Vara de Execuções Penais a convocar Luizão para prestar esclarecimentos. A conclusão foi contundente: o diretor-geral havia perdido o controle da Casa de Detenção, e a corrupção entre funcionários estava longe de constituir um fenômeno isolado. Antecipando sua exoneração, Luizão afastou-se da direção do presídio. Ainda assim, continuou a ocupar cargos de destaque na administração penitenciária, sempre a convite das autoridades políticas. Antes de se aposentar, foi diretor da COESPE, assessor técnico do Gabinete de Segurança Pública e diretor executivo da Fundação de Amparo ao Preso, a FUNAP (Wolfmann,

2000, p. 17). A direção-geral foi assumida temporariamente por Walter Erwin Hoffgen, que retornaria ao cargo já na fase de desativação do presídio. Antes disso, passaram pela função Willo Rogério, Luís Philippe Florence Borges, José Ismael Pedrosa e Amador Bueno de Paula. Como observou Bisilliat, “a carreira de diretor-geral da Casa de Detenção de São Paulo torna-se breve, fugaz... chegará o dia em que ninguém aceitará o cargo” (2003, p. 255).

A gravidade da situação interna levou à busca por soluções capazes de absorver o número excedente de presos, que já ultrapassava o dobro da capacidade originalmente prevista para 3.200 pessoas. Em 1990, teve início a construção do chamado Carandiru II, localizado nos fundos da Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero. A obra, conduzida pela construtora Construbase Sergen, previa a edificação de um novo complexo prisional com capacidade para 3.400 presos, ao custo estimado de 53,8 milhões de dólares (Bisilliat, 2003, p. 255). O projeto, contudo, não foi concluído. Pouco depois, o prognóstico de uma catástrofe anunciada se materializaria de forma definitiva.

4.2.3 O Massacre do Pavilhão 9 na história

É precisamente neste ponto da discussão que se torna possível abordar historicamente o marcador decisivo da memória prisional contemporânea. O dia 2 de outubro de 1992 liberou um conjunto de forças represadas que, no entanto, já buscavam vazão ao longo de sucessivas tragédias de menor escala, examinadas anteriormente. Como se buscará argumentar, trata-se de uma catástrofe que altera o fluxo temporal, ensejando uma nova experiência de tempo presente, marcada pela normalização das guerras urbanas.

Conforme observou João Camillo Penna (2013, p. 11-39), o *leitmotiv* inaugurador do século XX brasileiro foi a Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, ocasião em que a força pública foi mobilizada em sua totalidade para dismantelar o que se percebia como o peso morto representado pelos jagunços resistentes. A própria estrutura do acontecimento, isto é, a aniquilação do inimigo interno pela mão armada do Estado, reaparece nas dependências do Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo. Pode-se, assim, ler a história do Brasil no século XX como o amálgama de um conjunto de experiências situadas entre esses dois Massacres, os quais, respeitadas as diferenças que os caracterizam, compartilham um mesmo ideal: extirpar da vida social os tipos considerados desajustados (Penna, 2013, p. 12). Efetivamente iniciada com o Massacre de Canudos, a República brasileira foi repactuada com a consumação do Massacre do Carandiru.

A escrita da história do Massacre do Carandiru viabiliza uma operação analítica posterior, qual seja, o confronto entre história e memória de expressão oral. Buscou-se manter

o foco nas consequências institucionais do evento, inserindo o dia 2 de outubro de 1992 em um enredo histórico mais abrangente. Na tentativa de aproximação de um discurso do passado dotado de pretensões de verossimilhança, recorreu-se ao relatório elaborado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (CDDPH/OAB-SP). Ao entrecruzar diferentes rastros produzidos durante a operação policial e reunir laudos e perícias orientados por critérios científicos, o relatório da Comissão constitui um documento fundamental frente às reiteradas tentativas de negação da catástrofe.

No dia 2 de outubro de 1992, a Casa de Detenção abrigava 7.257 presos, dos quais 2.054 se encontravam no Pavilhão 9, palco dos acontecimentos (Machado; Marques, 2017, p. 52-54). Por volta das 13h30min, uma briga entre dois presos, conhecidos como Barba e Coelho, desencadeou uma movimentação coletiva entre os internos daquele pavilhão, situação que, à primeira vista, não se distinguia de outros episódios recorrentes de acerto de contas entre presos rivais. O pavilhão foi trancado, e o diretor-geral, Dr. Ismael Pedrosa, foi informado por Moacir dos Santos, diretor de segurança e disciplina, e por Aparecido Fidelis, diretor do serviço de vigilância, de que os funcionários civis haviam sido expulsos, sob a justificativa de que se tratava de “uma briga entre eles” (Machado; Marques, 2017, p. 54). Por não se configurar, naquele momento, como rebelião ou tentativa de fuga, não houve apresentação de reivindicações nem tomada de reféns.

Eis, portanto, o plano factual dos acontecimentos, iniciando-se pela fase preliminar das negociações.

14h: 30min- o Diretor da Casa de Detenção, Dr. José Ismael Pedrosa, é informado de uma briga entre dois presos do Pavilhão 9, que acaba se transformando em um grande tumulto.

15h- Soa o alarme e, em seguida, via rádio, a Secretaria da Segurança Pública é informada dos fatos.

15h: 30 min- Chega ao local da tropa de Polícia de Militar (350 homens).

16h- O assessor para assuntos penitenciários da Secretaria de Segurança Pública, Dr. Antonio Filardi Luiz, determinada ao diretor da Casa de Detenção de São Paulo que passe o comando para o coronel Ubiratan Guimarães, comandante do Policiamento Metropolitano;

Pouco depois, o coronel Ubiratan Guimarães, comandante de toda a operação da Polícia Militar no local, Wilson Brandão Barreira Filho, comandante do Comando de Policiamento de Choque, Antonio Chiari, comandante do 1º Batalhão de Choque, Edson Faroro, comandante do 2º Batalhão de Choque e Luiz Nakaharada, comandante do 3º Batalhão de Choque, juntamente com os juízes corregedores drs. Ivo de Almeida e Fernando Torres Garcia, e o assessor para assuntos penitenciários, Dr. Filardi, deliberam que haveria uma prévia negociação a ser feita pelo diretor da Casa de Detenção, como aliás ele mesmo havia sugerido, com o apoio dos juízes corregedores.

16h: 30 min- Até este momento não havia tiros no interior do Pavilhão 9, como unanimemente informam todos os funcionários civis e os presos.

16h: 30 min- O coronel Ubiratan Guimarães, comandante da operação, que já havia recebido ordens do Secretário de Segurança Pública no sentido de invadir o presídio

se necessário, precipita-se e autoriza a invasão, e a tropa, em operação absolutamente descontrolada, depois de atropelar o diretor da Casa de Detenção, ingressa atirando, sendo que a partir desse momento ficou proibida a entrada de civis no prédio, inclusive dos juízes. (Machado; Marques, 2017, p. 73-74).

Durante a primeira fase da operação, na presença de juízes corregedores e de comandantes das tropas policiais, o controle da ação foi transferido ao coronel Ubiratan Guimarães pelo assessor de assuntos penitenciários da Secretaria de Segurança Pública, Dr. Antonio Filardi Luiz. Após consultar o Secretário de Segurança Pública, Dr. Pedro Franco de Campos, este comunicou a ordem ao diretor-geral: “Dr. Pedrosa, passe o comando para o coronel Ubiratan”. Por rádio e telefone, o próprio secretário reforçou a determinação ao coronel: “Coronel, o senhor está aí no local e veja o que é melhor fazer” (Machado; Marques, 2017, p. 56).

A ordem de invasão assume também uma forte conotação política, uma vez que o dia seguinte, 3 de outubro, seria marcado pela votação das eleições municipais, pleito que resultaria na eleição do candidato Paulo Maluf. O conto *Pavilhão 9* (2001), escrito pelo médico Hosmany Ramos a partir do relato de um sobrevivente do Massacre, enfatiza a dimensão midiática e política percebida pelos presos que acompanhavam a movimentação externa por meio da televisão:

O promotor Pedro Franco brada em alto em bom som: “Coronel Ubiratan, o senhor está no comando das operações. Faça o que achar melhor. Se o juiz autorizar, e se necessitar invadir o Pavilhão, está autorizado. Amanhã será dia de votação e o PMDB não pode sair prejudicado por conta de alguns marginais arruaceiros. Sufoque urgentemente a bagunça!” (Ramos, 2001, p. 246).

A partir desse momento, as autoridades civis presentes deixaram de exercer qualquer controle efetivo sobre a ação.

Enquanto o diretor-geral, Dr. Ismael Pedrosa, utilizava um megafone na tentativa de negociar com os presos, o coronel Ubiratan articulava com os demais comandantes os detalhes do plano de invasão, definido a partir do térreo, considerado o primeiro andar. A distribuição do comando ficou assim estabelecida: primeiro andar, capitão Ronaldo Ribeiro dos Santos; segundo andar, Walter Alves Mendonça; terceiro andar, capitão Arivaldo Sérgio Salgado; quarto andar, capitão Wanderley Mascarenhas de Souza. O efetivo mobilizado para a operação incluiu dezesseis homens do Comando de Operações Especiais; tropas da Tropa de Choque e da ROTA, distribuídas em três batalhões, totalizando cinquenta e um, cento e vinte e cinco e setenta e quatro homens, além de treze cães; vinte e cinco homens do Grupamento de Ações Táticas Especiais; e mais quarenta e cinco policiais militares (Americas Watch, 1992).

Muitos dos policiais envolvidos na operação apresentavam histórico de processos criminais em curso à época, em sua maioria ainda inconclusos e tramitando na Justiça Militar. “Ao todo são mais de 148 processos, na sua grande maioria referentes a homicídios e tentativas de homicídio, nos famosos ‘confrontos’ onde quase sempre ‘aparecem’ armas nas mãos das vítimas” (Machado; Marques, 2017, p. 76). Determinados oficiais da ROTA concentravam um número significativo desses processos, o que confere sentido ao subtítulo da obra de Barcellos, *a polícia que mata*.

Momentos antes da invasão, o secretário reiterou, por telefone e rádio, a ordem dirigida ao coronel Ubiratan: “O senhor está no comando da operação e, se tiver que entrar no presídio, está autorizado” (Machado; Marques, 2017, p. 57). O relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP não esclarece as razões que levaram à precipitação dessa autorização. Mesmo diante de eventual fracasso nas negociações conduzidas pelo diretor-geral, existiam alternativas operacionais para a retomada do controle do pavilhão, como o desligamento da energia elétrica, o corte do abastecimento de água e de alimentação, a retomada gradual das negociações e, em caso de confronto, o emprego de armamentos não letais. Ignorando protocolos militarmente estabelecidos, ocorreu o que os relatos qualificaram como o “estouro da boiada”, momento em que o conjunto das tropas da Polícia Militar interrompeu as negociações em curso, atropelou a autoridade do diretor-geral e invadiu o presídio efetuando disparos.

16h: 30 min-18h- Neste período ouve-se intensa fuzilaria intermitente. Proibição de acesso de civis ao Pavilhão 9. Retirada de oito corpos de presos. O coronel Ubiratan retira-se do local em razão de uma explosão. Assume o comando o coronel Parreira.
18h: 30min- A Polícia Militar autoriza o ingresso das autoridades civis no Pavilhão 9, mas somente no pátio, onde se vê uma multidão de presos nus, sentados e cercados pela tropa e por cães. (Machado; Marques, 2017, p. 74).

Fracassadas as negociações, iniciou-se a primeira de três fases da ocupação do Pavilhão 9. Essa fase foi marcada pela execução sistemática de presos no interior das celas e das galerias, com rajadas de metralhadoras disparadas de fora para dentro das celas. Conforme descrito no relatório, o ataque fulminante operou segundo a lógica da tática de guerra conhecida como *Blitzkrieg*, caracterizada pelo emprego da superioridade militar e de uma estratégia voltada à surpresa do inimigo por meio de ataques rápidos e letais, anulando qualquer possibilidade de reação organizada. Os policiais estavam equipados com revólveres Magnum calibre .38, fuzis AR-15 com baioneta, fuzis M-16 calibre 5.56 mm, submetralhadoras HK MP5 e Beretta calibre 9 mm, armamentos de alta capacidade de repetição (Christovão, 2015, p. 60). Os presos, por

sua vez, não portavam armas nem esboçaram qualquer tentativa de resistência ou confronto, fato posteriormente comprovado por diferentes fontes.²² O relatório tampouco esclarece as circunstâncias da explosão que incapacitou o coronel Ubiratan, o qual foi encaminhado para atendimento médico.

A segunda fase da operação caracterizou-se pela retirada dos sobreviventes das celas, que foram obrigados a permanecer nus e conduzidos ao pátio externo do pavilhão. Depoimentos colhidos posteriormente indicam que, nesse momento, os policiais teriam iniciado uma nova onda de execuções, incluindo presos que carregavam os corpos de companheiros assassinados. Ainda durante a ação, inaugurou-se o negacionismo da catástrofe, com a remoção sistemática dos corpos dos locais de morte e a eliminação física das testemunhas.

Ao depor em plenário, o perito Oswaldo Negrini Neto declarou ter chegado à Casa de Detenção por volta das 20h30min, mas afirmou ter sido impedido de adentrar as galerias para dar início ao trabalho pericial:

Ali ficou reunido no pavilhão da diretoria, onde também estavam o diretor e alguns oficiais. Ficaram conversando acerca da possibilidade de dar início aos trabalhos, porém houve orientação para que não entrasse no local, porque não havia campo para a perícia, pois havia muito sangue e alto risco de contaminação. Os presos foram removidos dos locais onde foram mortos, não obstante o pedido para que tudo fosse preservado. No dia dos fatos, conseguiu chegar apenas até o 1º andar, local onde visualizou aproximadamente 90 cadáveres, nenhum deles nu. Acredita que, possivelmente, tenham sido retirados de outros locais e levados para aquele pavimento. (STJ, 2020, p. 16).

Não há dúvidas de que o local do crime foi sensivelmente alterado, em flagrante contrariedade à metodologia da medicina legal, que preconiza a preservação das provas como condição para a conexão dos rastros e para a elucidação dos fatos à luz da ciência. Tal violação ocorreu, de modo particularmente simbólico, nas dependências da unidade prisional que levava o nome de um dos principais expoentes da medicina legal brasileira, Flamínio Fávero. O isolamento do local do crime constitui procedimento elementar da criminalística e, evidentemente, a elite da Polícia Militar, como são reconhecidas a ROTA e a Tropa de Choque, tinha pleno conhecimento dessa exigência técnica.

Nas considerações finais do laudo produzido pelo Instituto de Criminalística do Departamento Estadual de Polícia Científica, elaborado pelo perito Dr. Oswaldo Negrini Neto e pelo diretor técnico do Serviço de Perícias Especializadas, José Barth, constatou-se a violação inequívoca das provas:

²² Para uma análise aprofundada dos laudos de perícia produzidos no Caso Carandiru, indica-se a dissertação de Nanci Tortoreto Christovão (2015).

É imperioso deixar consignado que todo um somatório de conclusões a respeito do evento, bem como mais profundos pormenores, deixam de ser apresentados neste laudo, em virtude do fato de que o local dava nítidas demonstrações de que fora violado, tornando-se inidôneo para a perícia. Ora, além dos fatos já expostos, veja por exemplo o seguinte: embora tenha o perito estabelecido relações de correspondência entre cavidades nas paredes e projéteis de arma de fogo que as produziram (automáticas e semiautomáticas), nem mesmo um único projétil ou estojo vazio foi encontrado no local. Logo, depreende-se que os princípios jurídicos dispostos no artigo 6º, inc. 1, combinado com o artigo 169 do C.P.P não foram respeitados.²³

Era o que havia a relatar. (Negrini; Barth, 1992).

A terceira e última fase da operação consistiu no retorno dos presos às celas. Os relatos indicam novas agressões e outra onda de execuções, inclusive de presos que continuavam a carregar os corpos dos companheiros assassinados. Por volta das 21 horas, policiais militares apresentaram ao diretor-geral um carrinho coberto por um pano, sob o qual estariam treze armas de fogo. A perícia rapidamente atestou a impossibilidade de que aquelas armas, de coronhas escuras, tivessem sido encontradas entre 18h30min e 21 horas, em um ambiente tomado por cerca de dez centímetros de água, misturados a óleo, sangue e entulho. O próprio diretor-geral observou que, nos cinco anos anteriores ao Massacre, apenas duas armas de fogo haviam sido apreendidas no interior da unidade, mantendo-se a média histórica de 0,4 armas encontradas por ano (Machado; Marques, 2017, p. 64).

Tratava-se de uma prática reiterada por policiais corruptos, parcela minoritária, mas que atua na ilegalidade com ampla tolerância institucional e social, consistente no plantio de armas no local do crime, conhecidas como “cabritos”, muitas vezes posicionadas junto aos corpos, com o objetivo de conferir aparência de legalidade a uma ação flagrantemente ilegal.²⁴

23h- O diretor, acompanhado de seus funcionários, chega ao hall do 2º andar, onde encontra 98 cadáveres que para ali foram removidos pelos próprios presos a mando dos soldados.

23h-madrugada- Remoção dos cadáveres em veículos providenciados pelo diretor da Casa de Detenção e entregues em diversos postos do Instituto Médico-Legal.

Dia 3 de outubro de 1992- Funcionários da Casa de Detenção de São Paulo encontram 10 cadáveres na cela 375-E, sentados ou deitados, com sinais de fuzilamento, bem como um cadáver na cela em frente e mais dois cadáveres no 4º e 5º andar. (Machado; Marques, 2017, p. 75-76).

²³ Art 6º do Código de Processo Penal: “Logo que tiver conhecimento da prática infracional penal, a autoridade policial deverá: I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se altere o estado e conservação de coisas, até a chegada dos peritos criminais”. Art 169: “Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos” (Brasil, 2017).

²⁴ O alentado trabalho de Caco Barcellos, *Rota 66* (1992) conseguiu demonstrar como os policiais matadores da polícia de elite, a ROTA, havia sistematizado um método de ação que consistia em alterar a cena do crime, com armas e drogas, de modo a simular um tiroteio. Normalmente, o corpo baleado era levado a um hospital, dissimulando uma suposta tentativa de resgate após uma ação heróica.

Aos noventa e oito corpos amontoados no segundo andar somaram-se mais treze localizados no dia seguinte, totalizando cento e onze cadáveres. Cento e seis presos ficaram feridos. O número real de mortos, contudo, permanece indeterminado. Elaborado por uma comissão científica coordenada pelo professor Dr. Marco Segre, a pedido do professor Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, então coordenador da Comissão Teotônio Vilela, que assessorava a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana, o parecer médico-legal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo não deixa dúvidas quanto à intencionalidade das execuções perpetradas pelos policiais.

- 1º) O número de disparos por indivíduo morto – dos 111 mortos, 93 receberam 3 ou mais disparos e, destes, 57 foram atingidos por 5 ou mais projéteis;
- 2º) O número de disparos na cabeça e tórax, em relação ao percentual de área corporal que esses segmentos representam – chama atenção que dos 515 disparos encontrados no total de cadáveres, 126 atingiram a cabeça e 116 a face anterior do tórax, resultando que 46,9% dos projéteis se concentram nessas áreas. (Machado; Marques, 2017, p. 145).

Imagem 83 – Sobreviventes mostram lençol com sangue (3/10/1992)



Fonte: Marcelle Bérnago – Acervo do Núcleo de Estudos do Crime e da Pena da FGV-SP.

As autoridades de Estado empreenderam esforços contínuos e coordenados para embargar a circulação de informações mais precisas sobre os acontecimentos. Jornalistas, familiares e defensores dos direitos humanos aglomeraram-se diante da Casa de Detenção, apesar do bloqueio do trânsito na Avenida Cruzeiro do Sul. Todos aguardavam por notícias. Dois fotógrafos e um jornalista foram encaminhados a delegacias de polícia por registrarem viaturas da ROTA retirando corpos do interior da Detenção (*O Estado de S. Paulo*, 04/10/1992). Em estado de desespero, mulheres dirigiram-se aos diferentes necrotérios da cidade em busca

de informações sobre seus presos, drama que se estendeu ao longo da noite de sexta-feira, dia 2, do sábado, dia 3, e do domingo, dia 4.

O número de mortos identificados não foi divulgado pelo governo do Estado até a tarde de 3 de outubro, quando se encerraram as votações das eleições municipais que levaram o candidato do Partido Democrático Social, Paulo Maluf, ao segundo turno, contra Eduardo Suplicy, candidato do Partido dos Trabalhadores. Os números oficiais estão longe de refletir a realidade concreta do evento, uma vez que há múltiplos indícios de ocultação de cadáveres. Ainda assim, a contabilidade macabra que consagrou a denominação de Massacre não deixa dúvidas quanto à natureza dos fatos. Entre os presos, contabilizaram-se 111 mortos e 116 feridos.²⁵ Entre os policiais, 32 feridos e nenhuma morte.

Em novembro de 1992, foi instaurada no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de autoria do senador Esperidião Amin (PDS/SC), com o objetivo de apurar “fatos e responsabilidades”. No dia 12 daquele mês, o senador apresentou em plenário um volumoso relatório coproduzido por três importantes instituições voltadas à agenda dos direitos humanos, a Comissão Teotônio Vilela, a Americas Watch e o Centro para a Justiça e o Direito Internacional. O documento indicava, além da necessidade de investigação, a responsabilização internacional do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação dos seguintes dispositivos da Convenção Americana de Direitos Humanos: artigo 4º, relativo ao direito à vida; artigo 5º, relativo ao direito à integridade pessoal; artigo 8º, referente às garantias judiciais; e artigo 25, concernente ao direito à proteção judicial.

Considerando que o Brasil já era signatário de uma ampla rede de instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos²⁶, tendo ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos em 25 de setembro de 1992, poucas semanas antes do Massacre, a ação policial no Pavilhão 9 evidenciava o caráter meramente formal desses dispositivos, incapazes de se traduzir em práticas penitenciárias efetivamente transformadoras. A manutenção das estruturas de violência de Estado, concomitante à articulação de setores democráticos no interior do regime, resultaria em uma das contradições mais eloquentes da chamada “Nova

²⁵ Para o nome dos 111 mortos identificados, ver a sistematização produzida pelo Núcleo de Estudos do Crime e da Pena da FGV-SP. Disponível em: <https://www.Massacrearandiru.org.br/documento/LN3ySv8JTvZakHsY4>. Acesso em: 19/04/2025.

²⁶ É importante sublinhar que o Brasil já havia celebrado, antes do Massacre, diferentes instrumentos de proteção aos direitos da pessoa humana no âmbito internacional: a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (20/07/1989), a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (28/09/1989), bem como o Pacto dos Direitos Civis e Políticos (16/01/1992) (Salla, 2007, p. 78). A defesa intransigente à dignidade humana constitui o epicentro axiológico da CF/88 (Ramos, 2021, p. 920).

República”.²⁷ Em concordância com Carlos Fico (2015, p. 115), a dita Nova República “foi a falsificação da ruptura que não houve”.

A rapidez com que as investigações independentes foram iniciadas, em sentido contrário às reiteradas tentativas de ocultação de informações, permitiu a construção de um quadro abrangente, ainda que incompleto, sobre os acontecimentos de 2 de outubro de 1992. Cumpre destacar que o relatório da Americas Watch, publicado em 21 de outubro de 1992, apontou uma grave violação que ganharia centralidade nas narrativas dos sobreviventes: o número de mortos seria superior a 111, correspondendo esse total apenas aos corpos oficialmente identificados.

O número total de mortos ainda não foi estimado [...]. A lista oficial de mortos tem, até agora, 111 nomes. Os presos formularam listas contendo vários outros nomes; algumas testemunhas estimam o número de vítimas em até 200 homens. Pelo menos 36 homens que estavam na lista elaborada pelos seus companheiros, não constam na lista oficial. (Americas Watch, 1992).

No âmbito das investigações, a questão dos mortos desaparecidos não apresentou avanços significativos. Dar sepultura aos mortos da Casa de Detenção permanece uma tarefa ainda por ser realizada. No que se refere aos 111 nomes oficialmente identificados, o mesmo relatório sistematizou as informações fornecidas pelas autoridades, conforme se examinará a seguir:

Tabela 7 – Perfil judicial e idade dos 111 mortos reconhecidos

Perfil judicial	Idade
Ainda não condenados: 84	21 anos ou menos: 12
Penas de até dois anos: 1	Entre 22 e 25 anos: 39
Penas entre 5 e 10 anos: 4	Entre 29 e 30 anos: 35
Penas entre 11 e 20 anos: 6	Entre 31 e 40 anos: 16
Penas entre 21 e 30 anos: 5	Mais de 40 anos: 11
Penas acima de 30 anos: 4	

Fonte: Americas Watch, 1992. Adaptação do autor.

Chama-se a atenção para o fato de que 84 dos mortos eram pessoas que ainda aguardavam julgamento, condição que implica a presunção de inocência até prova em contrário. Esse dado, por si só, deveria ser suficiente para desmontar os argumentos, ainda reiterados em

²⁷ Destaca-se que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos condenou o Estado brasileiro, como se observa no Relatório nº 34/00 de 13 de abril de 2000, por violação aos artigos mencionados. O relatório na íntegra está disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/99port/brasil11291.htm>. Acesso em: 19/04/2025.

diferentes setores da sociedade brasileira, segundo os quais a operação policial teria feito justiça ao extirpar criminosos supostamente atroz.

A posição apresentada pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito estabeleceu o tom que acompanharia o caso do Massacre da Casa de Detenção ao longo das décadas. Reconheceu-se, assim, a alegada impossibilidade de individualizar a responsabilidade dos policiais envolvidos na operação, caracterizada como resultado de “circunstâncias geradoras e criadoras de atitudes e comportamentos próximos a um estado de paranoia e apoplexia, difíceis de serem individualizados” (Bisilliat, 2003, p. 255). Em suas conclusões, o relatório recomendou a desativação da Casa de Detenção de São Paulo.

Sabe-se, contudo, que essa não era uma demanda recente. As primeiras propostas de desativação da Detenção remontam à década de 1960. Desta vez, porém, a presença espectral dos “111” conferiu à pauta de desativação uma nova atratividade política, sobretudo quando comparada à manutenção reiterada da política de encarceramento massivo nas dependências do Carandiru. Assim, o país que realizou sua transição democrática sob a promessa do não revanchismo passou a buscar formas de repactuar sua inclinação conciliatória entre civis e oficiais militares, reproduzindo, nesse movimento, tensões estruturais próprias de uma democracia que carregava consigo as estruturas do autoritarismo.

4.2.4. Os turbulentos anos finais da Casa de Detenção de São Paulo – 1992-2002

Após o Massacre no Pavilhão 9, em 1992, a Casa de Detenção de São Paulo continuou em pleno funcionamento por mais de uma década. Esse longo processo de desativação gradual foi marcado por ambiguidades e por projetos distintos. A vontade política de enfrentar a crise da Casa de Detenção por meio de sua desativação contrastava com o déficit crônico de vagas no sistema penitenciário. Por cinco décadas, o Carandiru foi a principal instituição prisional responsável por absorver presos provenientes das antigas penitenciárias paulistas e das problemáticas carceragens dos distritos policiais. Não havia, a curto prazo, nenhum plano capaz de esvaziar a cidade prisional em que o Carandiru havia se transformado.

Em 1993, como resposta imediata à repercussão internacional assumida pelo Massacre, o número de presos registrados no Casarão caiu momentaneamente para 4.923 (Salla, 2007, p. 79), número ainda superior à lotação máxima de 3.250 vagas, mas sensivelmente inferior aos 7.257 presos registrados no dia do Massacre. Não tardou, contudo, para que a população carcerária retornasse aos patamares anteriores. No ano de 2000, esse contingente chegou a 7.418 presos (Salla, 2007, p. 5).

Os acontecimentos de 2 de outubro de 1992 desencadearam consequências relevantes dentro e fora das prisões. Por essa razão, atribui-se ao evento o estatuto de marcador histórico determinante. O Massacre reorganizou o tempo vivido e o tempo da política. No âmbito da política prisional, destaca-se a criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), por meio da Lei nº 8.209, de 4 de janeiro de 1993. Com a instituição de uma secretaria voltada especificamente aos assuntos penitenciários, o governador Fleury respondia às críticas de juristas que atribuíram o Massacre à transferência da administração penitenciária para a Secretaria de Segurança Pública, isto é, à submissão da tutela dos presos ao mesmo órgão responsável pelo comando das forças policiais.

Uma das primeiras medidas do secretário da recém-criada SAP, José de Melo Junqueira, ainda durante o governo Fleury, foi apresentar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei nº 1.075, de 7 de dezembro de 1993, que previa a alienação do terreno do Complexo Penitenciário do Carandiru. Em sua exposição de motivos, Junqueira apontou a superlotação como principal fundamento da descentralização do Complexo, entendida como “única forma de adequação de uma política administrativa penitenciária às demandas ali existentes por vagas prisionais, com a eliminação de aglomerados humanos” (Alesp, 1993, p. 1).

A ideia norteadora do projeto de lei baseava-se na alegada impossibilidade de administrar a Casa de Detenção, cuja conexão interna entre os pavilhões, aliada à superlotação carcerária, promovia a integração entre presos primários e reincidentes. Esses fatores, segundo o documento, facilitavam a “formação e manutenção de grupos internos, responsáveis pela reprodução, em massa, das reincidências criminais” (Alesp, 1993, p. 4).

A partir das explicações apresentadas pelo secretário da SAP, sustento que a desativação da Casa de Detenção não teve como princípio uma política frontal de apagamento em função do Massacre do Carandiru, o que não significa afirmar que diferentes governos não tenham se empenhado, de modo sistemático, em silenciar o Massacre ou mesmo em se recusar a defini-lo como tal. A manutenção das dependências da Detenção em funcionamento por mais de uma década após a chacina de 1992 demonstra que a implosão dos pavilhões não se configurou como prioridade institucional. O objetivo central foi, antes, a desarticulação da massiva comunidade carcerária do Carandiru, como forma de antecipação a uma possível revolta alimentada pela memória dos acontecimentos de 2 de outubro de 1992. Indica-se, assim, a impossibilidade de dissociar a análise da destruição do patrimônio prisional do reconhecimento da agência dos presos. A desativação do Carandiru explica-se como continuidade do combate contra os encarcerados, operando como tática de desarticulação de alianças e de potenciais revanches.

Mais tarde, o Primeiro Comando da Capital evocaria a vingança como forma de justiça às pessoas assassinadas no Pavilhão 9.

A argumentação apresentada pelo secretário José de Melo Junqueira indicava, paralelamente à alienação do terreno, a descentralização do Complexo Prisional em unidades classificadas segundo níveis de segurança, como regime semiaberto e estabelecimentos de alta segurança, bem como a construção de novas unidades prisionais na região metropolitana de São Paulo, processo que se intensificaria nos anos seguintes:

A eliminação do Complexo Carandiru, hoje com 9.000 (nove mil) detentos e com uma demanda crescente estimada para 12.000 (doze mil) vagas prisionais, deverá conduzir à construção de aproximadamente 20 (vinte) presídios de menor porte, já projetados, que visarão a distribuição de presos por níveis de segurança (Alesp, 1993, p. 4).

Desarticular os grupos criminosos, descentralizar a cidade-prisão em unidades menores, transferir os presos do centro urbano para zonas de baixa densidade populacional, classificá-los e lhes atribuir o espaço adequado de acordo com a pena. O destino da Casa de Detenção estava em jogo. Tratava-se de uma questão que mobilizava dimensões diversas e multissetoriais, relacionadas à gestão do medo distante da vida cidadina, à administração da delinquência em penitenciárias de menor porte e ao replanejamento urbanístico da zona Norte, a qual, ao longo de cem anos, transformou-se de área de relativo isolamento natural, em função do Rio Tietê, em um dos destinos de moradia da classe média paulista.

A Lei nº 8.524, de 29 de dezembro de 1993, autorizou a alienação do terreno da Casa de Detenção de São Paulo, uma área de 435.803,80 m², pela Fazenda do Estado, prevendo a destinação dos recursos arrecadados para a construção de novas unidades prisionais.²⁸ Após o Massacre do Pavilhão 9, as autoridades prisionais estavam convencidas da inviabilidade de se construir mais uma unidade com as dimensões da Detenção. Com cerca de 14 milhões de cruzeiros já investidos, as obras do Carandiru II, iniciadas em 1990, foram definitivamente paralisadas. As ruínas do Carandiru II, a Detenção que não foi, serão objeto de análise posterior.²⁹

²⁸ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/lei-8524-29.12.1993.html>. Acesso em: 19/04/2025.

²⁹ Ver capítulo 5.

Observa-se o empenho crescente em dissociar aquela área central da zona Norte de seu uso histórico prisional, embora tal projeto, como se verá, jamais tenha sido plenamente finalizado. Marcada no imaginário popular como símbolo do fracasso das práticas prisionais, a Casa de Detenção de São Paulo tornou-se um problema crônico, sem solução viável a curto prazo. Colocava-se, então, a questão fundamental: o que fazer com a massa carcerária que ainda habitava os cinzentos pavilhões? De depósito de tipos indesejados, central na política prisional de esvaziamento das problemáticas carceragens dos distritos policiais da capital, a chamada “República do Carandiru” transformou-se em um gigante anacrônico, talvez desde sua própria concepção, condição que 1992 apenas tornou mais explícita.

No período posterior ao Massacre, as sucessivas tentativas de fuga e as rebeliões com reféns tornaram-se mais frequentes. Em maio de 1996, cinquenta e três presos efetuaram fuga por meio de um túnel cavado no Pavilhão 7, o mais próximo das muralhas externas. Em outubro do mesmo ano, cinco presos tentaram fugir escondidos em um caminhão responsável pela coleta de lixo da Detenção. Próximos ao portão principal, assassinaram um agente penitenciário prestes a se aposentar. Em represália, alguns funcionários executaram quatro presos e feriram um quinto, episódio que desencadeou uma rebelião envolvendo os pavilhões 8 e 9, na qual vinte e quatro funcionários foram feitos reféns. Em 1997, um dia após uma greve dos servidores do sistema penitenciário, que reivindicavam melhores condições de segurança no trabalho, oito funcionários foram tomados como reféns em troca da transferência para a Penitenciária de Sorocaba. Em dezembro de 2000, trinta e cinco presos conseguiram efetuar fuga (Bisilliat, 2003, p. 256).

Em meio a debates contínuos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a pauta da desativação da Detenção ganhou novo impulso durante o governo Mário Covas (1995-2001). Em uma lista de vinte e nove tópicos considerados urgentes, o governo estabeleceu como vigésima segunda prioridade a resolução da situação da Detenção (Bisilliat, 2003, p. 255-256). Em 1996, em resposta ao processo movido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a União comprometeu-se a implodir a Detenção no prazo de até dois anos. O Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado no mesmo ano pelo Governo Federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, também previu a desativação da unidade. Para esse fim, o Programa destinou recursos ao estado de São Paulo para a construção de vinte e duas unidades prisionais, destinadas a receber os presos da Detenção e das carceragens dos distritos policiais, onde as denúncias de tortura eram recorrentes. Ainda assim, o argumento da criminalidade crescente e da insuficiência de vagas, apesar dos esforços empreendidos, continuou a postergar o plano de desativação (Salla, 2007, p. 82).

Foi necessário aguardar o final da década de 1990 para que o projeto de nova ocupação da área da Casa de Detenção adquirisse concretude legal, o que se deu por meio do Projeto de Lei nº 719, de 1999. Em seu artigo 2º, o projeto atribuiu destinação ao terreno alienado ainda em 1993, prevendo a implementação de um “projeto de urbanização [...] que priorize o uso comunitário e cultural do mesmo” (Alesp, 1999, p. 2). Sem definir de modo preciso o conteúdo desse projeto de urbanização, o PL estabeleceu, em seu artigo 3º, a realização de um processo de consulta pública.

Entre as justificativas apresentadas, destacou-se a realização de um concurso oficial promovido pela Secretaria de Administração Penitenciária, denominado “Concurso Nacional de Plano Diretor”, cujo projeto vencedor foi proposto pelo escritório Aflalo & Gasperini, dos arquitetos Roberto Aflalo e Giancarlo Gasperini. O argumento da descentralização do Complexo Penitenciário, já apresentado em 1993, foi novamente mobilizado, e a semelhança dos termos empregados indica a continuidade de um mesmo projeto político-administrativo:

Ressalta-se que é consenso entre os maiores estudiosos da questão carcerária, a falência do atual sistema que preconiza a concentração de sentenciados em grandes complexos penitenciários, uma vez que esses complexos não favorecem a recuperação do preso e se constituem em fator de insegurança para a população situada à sua volta. A experiência tem demonstrado que a descentralização carcerária é o melhor sistema para o desenvolvimento de um trabalho eficaz de recuperação dos presos e oferece uma maior segurança para a comunidade que habita em sua proximidade (Alesp, 1999, p. 3).

Com o passar dos anos, o Massacre da Casa de Detenção reafirmou-se como acontecimento decisivo para a reformulação do cotidiano prisional. As mortes perpetradas pelo Estado constituíram um agente catalisador de uma vontade de denúncia já existente, mas não apenas isso. As insatisfações acumuladas ao longo de décadas de arbitrariedades, das quais o Massacre do Pavilhão 9 foi um sintoma eloquente, criaram as condições para o surgimento de uma lógica comunitária paralela, materializada por meio de uma facção criminosa que passou a exercer predominância sobre as práticas disciplinares no interior das instituições penitenciárias. No Estatuto do Primeiro Comando da Capital (PCC), de 1997, o artigo 13º menciona diretamente o Massacre do Carandiru como uma das justificativas para a existência da facção:

Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um Massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, (sic) foram covardemente assassinados, Massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Por que nós do

Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, Massacres nas prisões.

De um denso depósito de presos, tipos indesejados, barulhentos, criminosos com ou sem moral, a Casa de Detenção passou, em seus anos finais, a assumir a condição de um laboratório social no qual se organizava a agência dos encarcerados. Nesse contexto, a memória do Massacre foi mobilizada como argumento para a organização coletiva entre os presos, lógica que deu origem à maior facção criminosa do país, formada no interior dos presídios. Sem dúvida, a emergência pública do PCC constituiu um elemento central para a desativação da Casa de Detenção.

Por volta das 13 horas do domingo, 18 de fevereiro de 2001, dia de visita, vinte e nove unidades prisionais no Estado de São Paulo, incluindo vinte e cinco presídios, duas delegacias de polícia e duas cadeias públicas, sincronizadas por membros do PCC presos na Detenção, protagonizaram o episódio que ficaria conhecido como a primeira Megarrebelião do sistema penitenciário. Cerca de vinte e oito mil presos foram mobilizados de forma sincrônica por meio do uso de telefones celulares (Folha de S. Paulo, 19/02/2001). Oito presos, considerados rivais do PCC, foram mortos. Embora as autoridades ainda não reconhecessem a existência de facções criminosas organizadas no interior dos presídios, a transmissão ao vivo da Megarrebelião foi suficiente para convencer a opinião pública de que o Estado havia perdido o controle da administração penitenciária.³⁰

Os rebelados reivindicaram o retorno à Detenção de dois líderes da facção que haviam sido transferidos, dias antes, para o Centro de Readaptação Penitenciária de Taubaté, conhecido como o Anexo da Casa de Custódia. O Anexo, também chamado de “Piranhão”, foi inaugurado em 1985 e projetado para submeter determinados perfis de presos ao Regime Disciplinar Diferenciado, caracterizado pela reclusão em cela fechada por vinte e três horas diárias, banhos de sol de curta duração em pequenos grupos e severa restrição de visitas. Presos com histórico de problemas disciplinares, líderes de rebeliões ou condenados à morte no chamado tribunal do crime eram encaminhados para essa unidade. Forçar a extinção do Anexo constituía prioridade declarada do PCC, conforme estabelecido nos artigos 11º e 14º do estatuto de 1997:

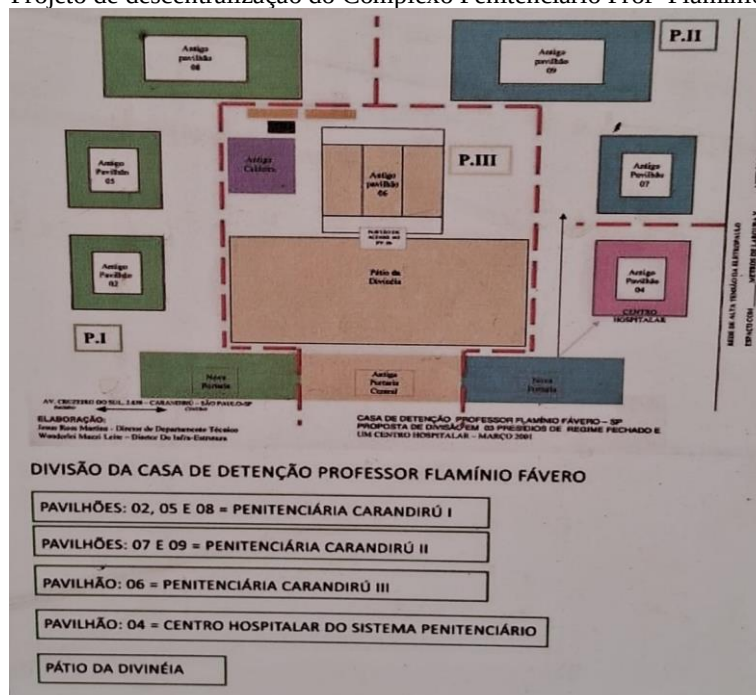
11º: O Primeiro Comando da Capital – P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”.

³⁰ Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 27 de maio de 1997, o então Secretário da SAP, João Benedicto de Azevedo Marques, disse que o PCC se tratava de “uma ficção, uma bobagem. Estou absolutamente convencido disso. Sou secretário há quase dois anos e nunca vi qualquer manifestação desse grupo”.

14º: A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do Comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozés (sic).

A Megarrebelião de 2001 motivou ainda uma última tentativa de reorganização da Casa de Detenção de São Paulo. Sob o governo de Geraldo Alckmin, por meio do Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001, foi extinta a Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero e, simultaneamente, criadas a Penitenciária Carandiru I, correspondente aos Pavilhões 2, 5 e 8; a Penitenciária Carandiru II, formada pelos Pavilhões 7 e 9; e a Penitenciária Carandiru III, instalada no Pavilhão 6. O Pavilhão 4, por sua vez, foi transformado em Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário pelo Decreto nº 45.703. O conjunto passou a ser denominado Complexo Penitenciário Professor Flamínio Fávero.³¹ As penitenciárias Carandiru I, II e III foram chefiadas, respectivamente, por Jesus Ross Martins, Aniceto Fernandes Lopes e Sérgio Zeppelin Filho, sob a direção-geral de Walter Erwin Hoffgen.

Imagem 84 – Projeto de descentralização do Complexo Penitenciário Profº Flamínio Fávero (2001)



Fonte: Acervo Museu Penitenciário Paulista.

Apesar das tentativas de fragmentar a administração dos pavilhões, a nova configuração do Casarão teve curta duração. Os problemas estruturais, somados a amplas acusações de corrupção, facilitaram a fuga de 105 presos do Pavilhão 8, em julho de 2001, e de outros quatro

³¹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-45702-12.03.2001.html>. Acesso em: 20/04/2025.

presos em dezembro do mesmo ano. Somente em 2001, a direção da unidade identificou a existência de 32 túneis. Diante desse quadro, no dia 13 de dezembro, o diretor-geral autorizou a transferência de 140 presos para penitenciárias localizadas na região metropolitana e no interior do estado de São Paulo (Bisilliat, 2003, p. 257). Iniciava-se, assim, de forma efetiva, o processo de desativação da maior penitenciária da América Latina.

Ao longo de 2002, a população carcerária remanescente nos pavilhões da Detenção foi sendo transferida de maneira gradual em “bondes”, denominação atribuída aos veículos utilizados no transporte dos presos. Sob a direção de Antônio Samuel de Oliveira Filho, último diretor-geral da Casa de Detenção, foi anunciado o último bonde:

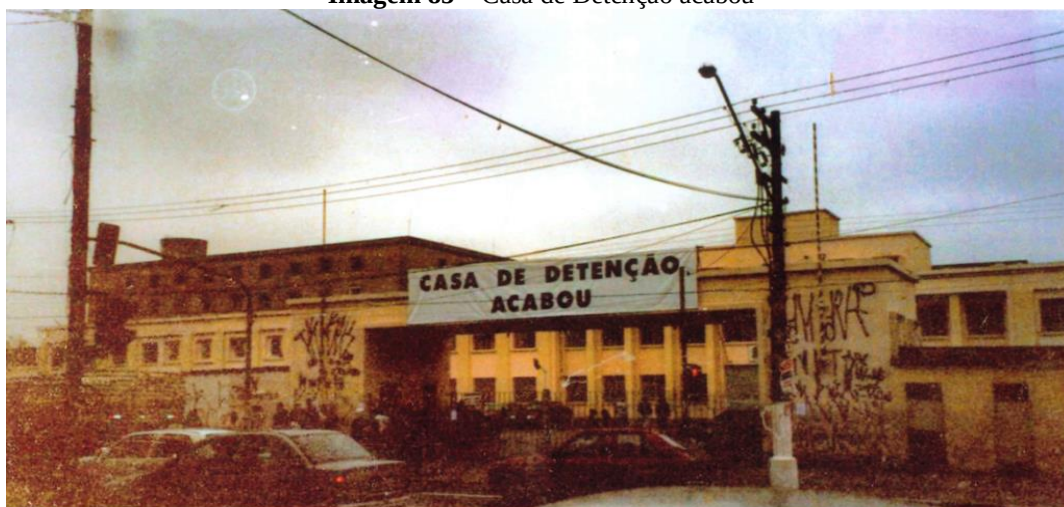
Na madrugada do dia 15 de setembro, 75 homens, no Pavilhão 7, aguardam remoção. Um gato, um alto-falante, falas altas de adeus; luz cinza, oleosa e triste. O Choque ensaia seus primeiros passos. Começa a encenação. Saem os detentos. Enfileirados e cabisbaixos, entram em camburões que esperam, enfaixados, anunciado a desativação:

“Último bonde da Detenção”

“O sistema prisional agora tem outra história para contar”

“A Casa de Detenção não existe mais” (Bisilliat, 2003, p. 244).

Imagem 85 – Casa de Detenção acabou



Fonte: Luiz Fernando Pacheco, 2002 – Acervo do Núcleo de Estudos do Crime e da Pena da FGV-SP.

Durante vinte e cinco dias, vazia de seus moradores, a Casa de Detenção permaneceu aberta à visitação pública. Mais de cem mil pessoas, organizadas em caravanas provenientes de diversas regiões do Brasil, puderam visitar a penitenciária mais conhecida do país. Enquanto se planejava a implosão dos Pavilhões 6, 8 e 9, processo que se estendeu por semanas, os visitantes tiveram acesso às dependências dos Pavilhões 2 e 7, com a mediação de monitores vinculados às secretarias de Cultura e de Administração Penitenciária. No Pavilhão 2, a exposição do artista plástico Siron Franco buscou dimensionar ao público a aura daquela prisão. As 111 portas,

retiradas das celas do Pavilhão 5, permitiam ao visitante experimentar simbolicamente o cotidiano prisional por meio de desenhos, pôsteres e palavras pintadas, todos remetendo ao Massacre do Pavilhão 9 (Folha de S. Paulo, 22/09/2002).

Conforme as condições estabelecidas pelo projeto vencedor do edital de concurso público de 1999, que previa a construção de um parque no terreno da Casa de Detenção, os Pavilhões 6, 8 e 9 deveriam ser implodidos. Às 11 horas do dia 8 de dezembro de 2002, sob uma garoa fina, o governador Geraldo Alckmin acionou o dispositivo que deu início à implosão dos três pavilhões. Em poucos segundos, os gigantes de concreto transformaram-se em uma densa nuvem de poeira e toneladas de entulho.³² A edição da *Folha de S. Paulo* de 9 de dezembro de 2002 descreveu a implosão como um “espetáculo concorrido”:

A chuva fina não impediu que implosão virasse um espetáculo concorrido, com telão e palanque para autoridades vindas de várias partes do país. Uma pequena estrutura foi montada para que Alckmin, sua mulher, Maria Lúcia, o secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, e o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, pudessem acionar a implosão. A sirene foi acionada e Alckmin apertou o botão vermelho. A queda dos prédios foi comemorada com abraços e aplausos. Entre vários cumprimentos, o governador chegou a dar autógrafos nos skates de dois adolescentes. *Folha de Sp*, 09/12/2002.³³

Convém recordar que o fim da Casa de Detenção não se confunde com o encerramento do Complexo Penitenciário do Carandiru. Desatar essa confusão é fundamental, uma vez que a Detenção, por sucessivos gestos de metonímia, passou a ser conhecida como “Carandiru”, denominação originalmente atribuída ao córrego afluente do Rio Tietê, nas proximidades do qual o Complexo foi construído a partir da Penitenciária do Estado, inaugurada em 1920. Cabe ressaltar que, mesmo após a implantação do Parque da Juventude, a área continua a se configurar como espaço de segurança, em função da permanência de unidades prisionais em funcionamento. Desse modo, a história da Casa de Detenção constitui apenas um dos ângulos de uma história prisional mais ampla, cujos desdobramentos se projetam no tempo presente.

A seguir, a imagem 83 identifica os diferentes elementos que compuseram o Complexo Penitenciário do Carandiru, incluindo a Casa de Detenção de São Paulo.

³² O projeto de implosão foi realizado pelas empresas H. Guedes Engenharia e Arcoenge Ltda, incluindo as etapas de demolição, transporte e descarte dos resíduos (Bianchini, 2018, p. 65).

³³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0912200201.htm>. Acesso em 04/11/2025.

Imagem 86 – Complexo Penitenciário do Carandiru (2000)



Fonte: Geosampa. Acesso em: 15/04/2025. Adaptação do autor.

O Complexo Penitenciário do Carandiru abrangeu os seguintes estabelecimentos: (1) Casa de Detenção de São Paulo; (2) Centro de Observação Criminológica; (3) Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário; (4) Secretaria de Assistência Penitenciária; (5) Penitenciária Feminina de Santana, anteriormente denominada Penitenciária do Estado; (6) Presídio das Mulheres, denominado Penitenciária Feminina da Capital a partir de 1973; (7) Academia de Administração Penitenciária, posteriormente denominada Escola de Administração Penitenciária Dr. Luiz Camargo Wolfmann a partir de 2006. O complexo incluía ainda o Presídio da Polícia Civil, antiga Prisão Albergue, localizado na porção superior direita da Penitenciária do Estado.

Para além dos aspectos institucionais, a comparação de imagens aéreas da região evidencia o acentuado crescimento da ocupação humana no entorno do Complexo Penitenciário do Carandiru. Na porção superior esquerda, separada pela Avenida General Ataliba Leonel, observa-se parte do bairro de Santana, em uma configuração que combina usos comerciais e residenciais, dinâmica que, associada à desativação da Detenção, contribuiu para a valorização imobiliária da região. Em contraposição, na porção inferior direita localiza-se a favela Zaki Narchi, cuja ocupação irregular, iniciada em 1972, atraiu trabalhadores de baixa renda. A passagem do já poluído córrego Carandiru pela favela, associada ao depósito irregular de resíduos, expõe os moradores a riscos contínuos à saúde.

Os moradores da favela Zaki Narchi, as pessoas em situação de rua que perambulam pelo Parque da Juventude, as mulheres presas na Penitenciária Feminina. Tudo como se o Complexo Penitenciário do Carandiru se perpetuasse sob o nome de Parque da Juventude e por meio de novos sujeitos. Seu patrono já não seria o grande expoente da medicina legal, Dr. Flamínio Fávero, defensor enfático da técnica científica como via para o estabelecimento da verdade dos fatos. Diante da recusa simbólica de fazer-se presente em um território onde suas ideias foram tão profundamente aviltadas, restou apelar à piedade cristã, representada pela figura de Dom Paulo Evaristo Arns.

CAPÍTULO 5 – O PARQUE DA JUVENTUDE E A TOPOGRAFIA DO SILÊNCIO

Introdução

O presente capítulo examina o processo de implantação do Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns, entre 2002 e 2007, tomando-o como momento decisivo de reconfiguração material e de reorganização da memória pública do território anteriormente ocupado pela Casa de Detenção de São Paulo. A análise concentra-se nas implicações dessa transformação para a inscrição pública do passado prisional e, em particular, para a elaboração social do Massacre ocorrido em 1992. Sustenta-se que a implantação do Parque não suprimiu o passado carcerário, mas reordenou suas condições de presença no espaço público, redefinindo os marcos a partir dos quais essa experiência se torna visível, inteligível ou marginal na cidade.

A demolição da Casa de Detenção e a conversão da área em parque constituem objeto de investigação em diferentes campos disciplinares, produzindo bibliografia ampla e diversificada (Lodi, 2008; Borges, 2016, 2022; Bianchini, 2018; Silva, 2022; Yamashita, 2022; Heller, Nunes, Perazzo, 2023; Tavorari, Machado, Nisida, 2025). Esses estudos identificam, com ênfases distintas, processos de descontinuidade na memória pública do passado carcerário. Todavia, ao privilegiarem frequentemente os efeitos institucionais consolidados da intervenção urbanística, tendem a estabilizar o processo como episódio concluído. O presente capítulo parte de outra inflexão analítica: compreender o Parque como espaço público de memória atravessado por disputas persistentes, cuja dinâmica ultrapassa o momento inaugural da obra e permanece ativa no presente.

A abordagem adotada dialoga com o debate latino-americano sobre memória e violência de Estado. Elizabeth Jelin observa que “o espaço da memória é, então, um espaço de luta política” (2002, p. 6)¹, indicando que as memórias sociais se constituem em cenários de confrontação nos quais distintos atores disputam os sentidos do passado. A memória não se apresenta como narrativa consensual, mas como campo de forças no qual se definem quais acontecimentos serão reconhecidos, quais vestígios serão preservados e quais enquadramentos orientarão sua transmissão.

Essa perspectiva permite examinar a transformação do antigo Complexo Penitenciário do Carandiru como parte de um processo mais amplo de políticas de memória. Andreas

¹ El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política.

Huyssen propôs ler “cidades e edifícios como palimpsestos do espaço” (2003, p. 7)², isto é, como configurações nas quais camadas temporais distintas permanecem inscritas no presente sob diferentes condições de visibilidade. O Parque da Juventude pode ser compreendido, nesse registro, como palimpsesto urbano: a requalificação paisagística e a integração à malha urbana reorganizam o seu passado no espaço público, redefinindo o referencial material que estrutura os modos de ser e estar na cidade.

A conversão do Complexo Penitenciário em parque público implicou operações seletivas sobre vestígios materiais e narrativas históricas. A arquitetura normativa que redefiniu o uso do solo, o processo de patrimonialização conduzido pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) e o projeto paisagístico elaborado por Rosa Kliass constituem instâncias articuladas de ordenamento da memória no espaço urbano. Nessas instâncias, determinados elementos do passado foram preservados sob enquadramentos específicos, enquanto outros foram suprimidos ou relegados a posições periféricas na matriz de visibilidade que organiza a memória pública do território.

Paralelamente, sobreviventes, egressos, familiares e ativistas têm mobilizado o território do antigo Carandiru como lugar de memória, promovendo atos, intervenções e práticas de ocupação que reinscrevem a experiência prisional no espaço do Parque. Essas ações evidenciam que o espaço público permanece como arena de lutas pela memória, nas quais se confrontam diferentes interpretações do passado e distintos projetos de sua transmissão social. A análise das expressões testemunhais, articulada à documentação institucional, permite observar como sujeitos diretamente afetados pela experiência carcerária intervêm na produção contemporânea dos sentidos do lugar.

A noção de topografia do silêncio integra o percurso desta tese ao deslocar a análise da memória enquanto narrativa para as condições espaciais que moldam sua presença pública. Se os capítulos anteriores examinaram testemunhos, disputas historiográficas e enquadramentos discursivos, o presente capítulo dirige a atenção às formas pelas quais o passado se distribui e se acomoda na paisagem urbana. Ao propor que se ultrapasse a oposição simplificadora entre memória e esquecimento, Winter sugere observar a história em relevo, identificando “depósitos abaixo da superfície” que compõem a própria “cartografia da recordação e da rememoração” (Winter, 2010, p. 15-16).³ Esses depósitos correspondem aos silêncios, entendidos como espaços socialmente construídos nos quais certos assuntos “normalmente usados na vida

² [...] we have come to read cities and buildings as palimpsests of space.

³ Deposits below the surface. [...] Cartography of remembrance and recollection.

cotidiana não são pronunciados” (Winter, 2010, p. 16)⁴. Zerubavel acrescenta que tais silêncios frequentemente recaem sobre aquilo que permanece ostensivamente presente. A metáfora do “elefante na sala” designa “uma criatura de estatura imponente e, portanto, de presença altamente perceptível”, cuja invisibilização depende de evitação ativa, pois “ignorar um ‘elefante’, em suma, é ignorar o óbvio” (Zerubavel, 2010, p. 45).⁵ Quando essa evitação é compartilhada, forma-se uma conspiração de silêncio (Zerubavel, 2010, p. 48), sustentada por convenções tácitas que regulam o campo do dizível. A topografia do silêncio descreve, assim, a distribuição espacial dessas convenções, permitindo compreender como o território participa ativamente da gestão pública do passado. No caso do Parque da Juventude, a reconversão do antigo complexo penitenciário, a supressão seletiva de estruturas carcerárias, a reorganização paisagística e a rarefação de dispositivos mnemônicos diretamente vinculados à experiência prisional configuram uma paisagem na qual esse passado subsiste como presença regulada, perceptível e ao mesmo tempo contida na gramática urbana contemporânea.

As principais fontes mobilizadas neste capítulo incluem os projetos de lei que regulamentaram a destinação da área do antigo complexo penitenciário, disponíveis no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo⁶; o processo de tombamento conduzido pelo CONPRESP, iniciado em 1997 e concluído em 2020; e o Plano Diretor do Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns, elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e publicado em janeiro de 2025.⁷ Embora o recorte analítico privilegie as informações sistematizadas no Plano Diretor – documento que consolida retrospectivamente as diretrizes de composição do Parque e se fundamenta amplamente no processo de tombamento – o conjunto documental mais amplo permanece como base estruturante da pesquisa e como horizonte para investigações futuras.

O capítulo organiza-se em duas seções principais. A seção 5.1 examina a engenharia institucional da transformação do Complexo Penitenciário em Parque da Juventude, analisando os dispositivos normativos, o processo de patrimonialização e o projeto paisagístico como

⁴ Silence is a socially constructed space in which and about which subjects and words normally used in everyday life are not spoken.

⁵ A creature of imposing stature and therefore highly noticeable presence.

⁶ A documentação deve ser solicitada diretamente no e-mail acervo@al.sp.gov.br.

⁷ Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/publicacoes-semil/plano-diretor-do-parque-da-juventude-dom-paulo-evaristo-arns/>. Acesso em: 06/11/2025.

instâncias de políticas de memória e de ordenamento espacial do passado. A seção 5.2 investiga os dispositivos mnemônicos presentes que consubstanciam a política de apaziguamento do passado prisional.

5.1. O processo de transformação da Casa de Detenção de São Paulo em Parque da Juventude (1999-2007)

A ideia era um parque memorial de uma prisão, e eu me recusava a fazer [...] Eu achava que parque é liberdade. Nós estávamos realmente liberando uma área para o gozo da população.

Rosa Kliass.⁸

5.1.1. Surge um centro de valorização do Homem

As implosões da antiga Casa de Detenção ocorreram em duas fases sucessivas. A primeira foi realizada em 8 de dezembro de 2002, às 11 horas, quando foram implodidos os Pavilhões 6, 8 e 9, este último identificado como o edifício diretamente associado ao Massacre de 1992 (Bianchini, 2018, p. 66; Yamashita, 2022, p. 68). A segunda fase teve lugar em 2005, quando foram demolidos os Pavilhões 2 e 5, após reavaliações técnicas e constatação de problemas estruturais que inviabilizaram sua manutenção ou adaptação ao programa previsto para o Parque (Bianchini, 2018, p. 66–67; Yamashita, 2022, p. 68). Distribuídas ao longo de três anos, essas demolições integraram o processo material de desativação do complexo e constituíram etapa decisiva na transformação física do antigo espaço prisional em área destinada à implantação do Parque da Juventude.

Mesmo antes de as implosões ocorridas no início dos anos 2000 se converterem em ícone visual da desativação, a reconversão da Casa de Detenção de São Paulo em Parque da Juventude já se encontrava juridicamente viabilizada por uma inflexão normativa. Poucos meses após o Massacre de 2 de outubro de 1992, o imóvel deixou a categoria de bem de uso especial e foi reenquadrado como bem dominial, passando a integrar o patrimônio estatal disponível para nova afetação administrativa (Yamashita, 2021, p. 53). A mudança classificatória não produziu, de imediato, um programa funcional alternativo; operou sobretudo como desafeição administrativa, ao suprimir o vínculo jurídico que subordinava o terreno à finalidade penitenciária. No plano técnico-administrativo, delinearam-se, ainda assim, os pressupostos institucionais para a reorganização material subsequente do lugar e para a

⁸ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=67pnc4h7Wp0>. Acesso em 25/11/2025.

reprogramação de seus usos, com efeitos diretos sobre quais vestígios poderiam permanecer disponíveis como referências do passado carcerário no espaço urbano.

A viabilização jurídico-administrativa convergiu com transformações de longa duração na urbanização da zona norte paulistana. No processo de expansão para além do centro expandido, a reclassificação do imóvel articulou-se a uma reestruturação territorial que, ao longo do século XX, combinou implantação de eixos viários estruturantes, retificação do rio Tietê e incorporação progressiva da região às dinâmicas metropolitanas, produzindo valorização urbana, redefinição funcional do entorno imediato e intensificação de sua inserção nos circuitos urbanos (Bianchini, 2018, p. 16-23; p. 33-38). Essa valorização e a redefinição funcional do entorno requalificaram o terreno como ativo urbano disputável, tornando politicamente mais verossímil a desativação do complexo e a substituição por usos de fruição pública. A conversão do cárcere em equipamentos culturais e esportivos torna-se, assim, inteligível como desdobramento dessas mudanças e como um de seus mecanismos de estabilização, com efeitos diretos sobre a visibilidade pública do passado carcerário.

A formalização do deslocamento institucional e espacial ocorreu com a abertura, em 27 de novembro de 1998, do Concurso Nacional de Plano Diretor de Uso e Ocupação da Área e Edificações do Complexo Penitenciário do Carandiru. Orientado pela premissa da desativação integral do conjunto, o certame fixou diretrizes para os 42,7 hectares do perímetro e vinculou a reconversão à política estadual de redistribuição do sistema prisional para o interior (Yamashita, 2021, p. 85-86). O concurso foi promovido pela Secretaria de Administração Penitenciária em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SP) e o Instituto de Engenharia, sob coordenação de Wilson Edson Jorge e José Geraldo M. de Oliveira, com comissão julgadora composta por Adilson Costa Macedo, Candido Malta Campos Filho, Roberto Day, Rubens Anauate e Sidonio Marcio Alves Porto (Yamashita, 2021, p. 85; p. 93; p. 183). O edital incorporou programa de necessidades voltado a usos públicos e institucionais e delimitou, com precisão, termos de permanência e remoção das edificações. Previu-se manutenção parcial da Casa de Detenção, com implosão dos Pavilhões 8 e 9 junto ao Córrego Carajás; preservação da administração e do primeiro pavilhão da Penitenciária do Estado; preservação da antiga Casa do Diretor (ACEDEPEN); preservação de parte das muralhas como “testemunho histórico”, com demolição integral das demais edificações (Bianchini, 2016, p. 85-86). Com isso, a definição do futuro do lugar foi remetida ao campo das soluções urbanísticas e programáticas: o Massacre permaneceu como referência histórica, mas a destinação do território passou a obedecer prioritariamente a critérios de desenho urbano, funcionalidade pública e

requalificação territorial (Yamashita, 2021, p. 85-86), instituindo desde cedo uma lógica de preservação seletiva e de enquadramento administrativo da memória.

A amplitude do certame evidencia o grau de disputa técnica mobilizado em torno do destino do complexo. Foram inscritas 58 propostas, com 57 projetos efetivamente avaliados, número que dimensiona a competição e a pluralidade de soluções apresentadas para compatibilizar programa, diretrizes e recomposição territorial da área (Bianchini, 2016, p. 71; Yamashita, 2021, p. 171). A divulgação do resultado, em abril de 1999, elegeu a proposta coordenada por Roberto Aflalo Filho, intitulada Plano Diretor – Parque Carandiru – Centro de Valorização do Homem (Yamashita, 2021, p. 88; Lodi, 2008, p. 73). O júri destacou a “clareza e simplicidade” da solução e sua adequação às diretrizes do edital (Yamashita, 2021, p. 88). A equipe responsável era composta por Gian Carlos Gasperini, Luiz Felipe Aflalo Herman, Marcelo Aflalo, Rosa Grena Kliass, Maria Cecília Aflalo, Raquel Altman, Adriana Friedmann, Clara Nori Sato e Fernando Bernardo Prandi (Yamashita, 2021, p. 93).

A leitura comparada das propostas classificadas permite situar o projeto vencedor em relação a alternativas concorrentes quanto ao grau de permanência material e à organização do programa. O projeto de Paulo Bastos, classificado em segundo lugar, previa manutenção de pavilhões da Casa de Detenção e destinava um deles a um Memorial do Carandiru, articulando essa permanência à preservação de parcelas relevantes da Penitenciária do Estado (Yamashita, 2021, p. 174-176). Entre os primeiros colocados, distinguia-se também por prever usos subterrâneos em segmentos do programa, incorporando a acomodação volumétrica como componente da proposta de ocupação (Yamashita, 2021, p. 179). Em terceiro lugar, a proposta coordenada por Mario Biselli mantinha quatro pavilhões da Casa de Detenção e organizava o programa por “faixas”, formulando setorização longitudinal e prevendo o prolongamento da Av. Dr. Zuquim no interior do lote como mecanismo de articulação urbana e redefinição do traçado interno (Yamashita, 2021, p. 173-174; p. 179-180). A existência de alternativas desse tipo evidencia que o concurso estruturou disputas técnicas sobre o destino das estruturas remanescentes e sobre formas de integração do lugar às dinâmicas urbanas do entorno, isto é, sobre quais vestígios poderiam persistir como suportes materiais de significação pública.

No projeto vencedor, a ocupação organizou-se pela manutenção de dois grandes núcleos edificadas, articulados por sistema de circulação de pedestres inserido em amplo parque público, com reaproveitamento significativo das construções existentes e baixo volume de novas edificações (Lodi, 2008, p. 73; p. 89). Em um núcleo, projetou-se área institucional vinculada a programas educacionais e culturais, com previsão de parcerias com entidades como SESC e SENAC; no outro, correspondente à antiga Penitenciária do Estado, propôs-se a

instalação de um Centro de Exposições (Lodi, 2008, p. 253-256). O redesenho viário interno, a criação de novos acessos pelas avenidas Gal. Ataliba Leonel e Zaki Narchi e a integração ao metrô foram apresentados como elementos estruturantes (Lodi, 2008, p. 73). A ênfase no reaproveitamento, contudo, não implicou preservação integral do conjunto: operou-se seleção de elementos compatíveis com o novo programa urbano e institucional, em contraste com edificações cuja permanência não se ajustava ao desenho e à reprogramação previstos (Lodi, 2008, p. 73; p. 89). Essa seleção coexistia com a previsão de remoções, aspecto que se tornaria decisivo quando o processo avançasse da diretriz ao canteiro de obras.

A passagem do concurso à implementação, contudo, não transcorre sem fricções. Entre a premiação e a execução, controvérsias administrativas e disputas públicas incidiram sobre a autoridade do certame. Registros analisados por Yamashita indicam atuação persistente do segundo colocado em defesa de sua proposta e circulação de alternativas examinadas em secretarias que, por vezes, desconsideravam o processo licitatório concluído (Yamashita, 2021, p. 191-192). O percurso evidencia que a decisão formalizada pelo edital não estabilizou, por si, a destinação do território: manteve-se em disputa, dentro da própria administração, o grau de preservação e o tratamento dos vestígios do cárcere (Yamashita, 2021, p. 191-192).

A materialização da disputa torna-se particularmente visível quando a execução passa a incidir sobre estruturas associadas ao Massacre. Em 2002, a demolição dos Pavilhões 6, 8 e 9 materializou a reorientação administrativa já em curso (Borges, 2022, p. 243). A execução da reconversão, atravessada por revisões e escolhas posteriores ao concurso, converteu a reprogramação do lugar em decisões de eliminação física, incidindo sobre o edifício que, no debate público, operava como principal marcador topográfico do Massacre (Borges, 2022, p. 243-244). O Pavilhão 9, cenário das mortes de 1992, funcionava como referência topográfica privilegiada para a apreensão pública do acontecimento; sua destruição suprimiu o principal ponto de ancoragem material da violência estatal ali exercida e alterou o padrão de legibilidade espacial pelo qual o episódio se tornara reconhecível no debate público. A cobertura jornalística enquadrou a implosão como gesto de encerramento simbólico, associando a ruína das edificações à promessa de regeneração urbana (Borges, 2022, p. 244). Antes da implosão, intervenção artística voltada à memória do episódio sinalizou disputa ativa em torno de sua significação histórica (Yamashita, 2021, p. 53). A derrubada do pavilhão excedeu o âmbito técnico da engenharia e constituiu escolha política sobre os vestígios autorizados a permanecer como suportes tangíveis de memória no tecido urbano, operando uma desancoragem material do trauma no próprio espaço.

Ainda durante a execução faseada, a reconversão produziu coexistência material de temporalidades. Equipamentos esportivos e culturais ocuparam setores ainda caracterizados por edificações parcialmente desmontadas; o setor esportivo foi inaugurado enquanto parte das estruturas penitenciárias permanecia visível, à espera de implosão. Remanescentes do confinamento coexistiram com práticas sociais recém-introduzidas, compondo cenário provisório em que lazer e formação se inscreviam sobre substrato vinculado ao encarceramento. Pesquisas com frequentadores indicam percepção ambivalente dessa fase intermediária, combinando reconhecimento do passado prisional e valorização das novas funções urbanas (Yamashita, 2021, p. 113). Essa fase intermediária antecede as escolhas de preservação seletiva que definiriam quais remanescentes seriam reprogramados.

A implantação do Parque da Juventude teve início com a abertura do setor esportivo em 2003, correspondente à Fase 1 do projeto executivo resultante do concurso de 1999 (São Paulo, 2025, p. 14; p. 98; Yamashita, 2022, p. 100).

Imagem 87 – Implantação do Setor Esportivo.



Fonte: Ana Melo, Nelson Kon – Acervo Parque da Juventude/Aflalo & Gasperini Arquitetos.

Com aproximadamente 35.000 m², esse trecho concentra o conjunto de equipamentos destinados à prática esportiva, incluindo quatro quadras de futsal, três de basquete, uma de vôlei e duas de tênis, além de pista de skate, pista de cooper com cerca de dois quilômetros de extensão, academia ao ar livre e salas de ginástica implantadas sob a marquise principal (São Paulo, 2025, p. 21; p. 123-124; Yamashita, 2022, p. 100). O acesso principal se dá pela Avenida Zaki Narchi, a partir da qual se estrutura o eixo longitudinal que conduz às demais áreas do parque (São Paulo, 2025, p. 98). A permanência da Penitenciária Feminina no perímetro original do complexo implicou ajustes no traçado e compactação da área esportiva, condicionando sua configuração final e reduzindo a extensão prevista no plano inicial (Yamashita, 2022, p. 100; p. 104). A organização física desse setor estabelece um campo de uso intensivo, com circulação linear, quadras delimitadas por painéis metálicos e áreas de permanência distribuídas ao longo do percurso principal (São Paulo, 2025, p. 98-99; p. 104-105).

Imagem 88 – Muralha externa da Penitenciária Feminina vista do Parque da Juventude.



Fonte: Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Na etapa seguinte, concluída em 2004, foi inaugurado o setor central, que ocupa aproximadamente 90.000 m² e constitui a maior porção territorial do parque (Yamashita, 2022, p. 100). Com acesso pela Avenida Ataliba Leonel, essa área articula os principais remanescentes materiais do antigo complexo penitenciário às novas estruturas de circulação e permanência (São Paulo, 2025, p. 100–102). O córrego Carajás foi incorporado ao desenho do parque como elemento estruturador do traçado, ao lado das ruínas do Carandiru II e da muralha preservada, que se integram ao conjunto de áreas gramadas, bosques e passarelas metálicas (São Paulo, 2025, p. 100–102).

A implantação do setor central consolidou a transição física entre o trecho esportivo e o institucional, prolongando o eixo longitudinal iniciado na Zaki Narchi até a margem do córrego (São Paulo, 2025, p. 100). A adequação do projeto às limitações territoriais e à manutenção de equipamentos prisionais remanescentes exigiu reavaliação das pré-existências naturais, incluindo a incorporação de trechos de vegetação e do curso d'água à organização espacial definitiva do parque (Yamashita, 2022, p. 100).

Imagem 89 – Concentração de tipuanas – Setor Central.



Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O ciclo de implantação foi completado em 2007 com a entrega do setor institucional, situado na porção mais próxima à Estação Carandiru do metrô e acessado pela Avenida

Cruzeiro do Sul (São Paulo, 2025, p. 21; p. 103; Yamashita, 2022, p. 100). Implantado nos antigos pavilhões 4 e 7 da Casa de Detenção, esse setor concentra as Escolas Técnicas Estaduais Parque da Juventude e das Artes, vinculadas ao Centro Paula Souza, além da Biblioteca de São Paulo (São Paulo, 2025, p. 21; p. 134). A intervenção construtiva incluiu reforços estruturais, instalação de escadas metálicas externas, aplicação de painéis pré-moldados, substituição de caixilhos e implantação de brises metálicos, bem como a transformação do vão central dos edifícios em átrio coberto por vidro laminado sobre perfis tubulares de alumínio (Yamashita, 2022, p. 100).

Imagem 90 – Etec Parque da Juventude e Etec de Artes – Setor institucional.



Fonte: Ana Melo/Nelson Kon – Acervo Parque da Juventude/Aflalo & Gasperini Arquitetos.

A organização espacial desse trecho estrutura-se em torno de praça central pavimentada, conectada por marquises que articulam os edifícios educacionais e qualificam os percursos internos (São Paulo, 2025, p. 103–104). Assim, entre 2003 e 2007, a implantação física do parque consolidou três setores funcionalmente diferenciados, implantados em etapas sucessivas e condicionados por adaptações territoriais que redefiniram a extensão originalmente prevista para o conjunto (Yamashita, 2022, p. 100; São Paulo, 2025, p. 98; p. 100; p. 103).

Concluída a implantação do setor institucional em 2007, a preservação material concentrou-se nos Pavilhões 4 e 7, incorporados ao programa educacional e cultural dessa etapa

e posteriormente designados como “generosos cubos”. Destinados à instalação das Escolas Técnicas Estaduais e da Biblioteca de São Paulo, esses edifícios passaram por reformas internas profundas (Borges, 2022, p. 243; p. 252-253). A volumetria externa foi mantida, preservando-se a silhueta do conjunto no horizonte urbano; internamente, contudo, a reordenação das antigas celas e galerias suprimiu a sintaxe espacial que estruturava a experiência disciplinar do confinamento. A forma arquitetônica permanece reconhecível, mas a leitura imediata da lógica de vigilância, circulação e segregação tornou-se menos evidente. Pesquisas com frequentadores registram reconhecimento desigual do passado carcerário, frequentemente condicionado a narrativas externas ao espaço construído (Yamashita, 2021, p. 113). A materialidade preservada já não comunica, por si, a experiência do encarceramento; sua inteligibilidade pública depende de mediações interpretativas que convertem o remanescente em suporte cuja significação é menos autoevidente e mais curada por dispositivos narrativos.

Com a eliminação do Pavilhão 9 e a reprogramação dos remanescentes, a memória pública do Massacre perdeu seu marcador topográfico mais imediato. Investigações com frequentadores do parque registram percepções ambivalentes diante da permanência de vestígios prisionais, oscilando entre desejo de apagamento e expectativa de preservação das marcas do antigo complexo (Yamashita, 2021, p. 113). Nesse quadro, a transformação material antecedeu e condicionou as formas posteriores de reconhecimento institucional, redefinindo as condições de visibilidade pública do evento.

Da vitória do concurso de 1998 à execução, sucessivas revisões converteram diretrizes gerais e propostas programáticas em decisões de obra, sujeitas a condicionantes técnicos, econômicos e administrativos (Yamashita, 2021, p. 88). Em certos momentos, aventou-se demolição integral dos remanescentes; a hipótese foi abandonada por razões técnicas, econômicas e administrativas. O desenho final materializou compromissos que articularam requalificação urbana, preservação seletiva e viabilidade financeira. O processo expõe uma tensão característica do ciclo pós-1988: reordenamento territorial e elaboração pública incompleta da violência estatal. Nesse contexto, o reconhecimento formal do passado operou sem restituir condições materiais que sustentavam sua inscrição espacial anterior, produzindo uma memória pública mais dependente de enquadramentos do que de evidências arquitetônicas diretas.

Enquanto a execução avançava, a tramitação patrimonial seguia outra temporalidade. Em 2005, a demolição dos Pavilhões 2 e 5 encerrou o ciclo de implosões (Borges, 2022, p. 243), enquanto tramitava no CONPRESP o processo administrativo nº 1997-0.125.758-8, instaurado em 23 de junho de 1997 para examinar o eventual tombamento da área (Borges,

2022, p. 246–247). A concomitância entre supressão física e instrução patrimonial produziu descompasso: estruturas eram eliminadas ao mesmo tempo que se discutia, na esfera administrativa, a delimitação do bem passível de proteção. O procedimento passou a incidir sobre conjunto em retração, já afetado por decisões de reconversão e por demolições que redefiniam continuamente o objeto preservável (Borges, 2022, p. 246–247). A extensão temporal do processo, marcada por pareceres divergentes e redefinições sucessivas do objeto em análise (Borges, 2022, p. 247-252), evidencia hesitação quanto aos critérios de reconhecimento patrimonial. Quando sobreveio a decisão final, parcela significativa do conjunto arquitetônico já havia desaparecido (Borges, 2022, p. 253).

A assimetria observável na tramitação já se apresentava na fase inicial do dossiê. A Penitenciária do Estado, projetada por Ramos de Azevedo, ocupou posição central, enquanto a Casa de Detenção figurou em plano secundário (Borges, 2022, p. 246-248). A exposição de motivos enfatizava atributos arquitetônicos vinculados ao início do século XX; já o edifício diretamente associado ao Massacre era caracterizado como estrutura degradada, passível de reconversão. O parecer de Carlos Lemos reforçou essa hierarquia ao reduzir o interesse histórico das construções anexas e considerar aceitável sua demolição (Borges, 2022, p. 248-249). A fundamentação do tombamento se organizou por outros eixos, deixando o episódio de 1992 fora do centro justificatório. Predominou valoração ancorada em autoria e excepcionalidade formal, relegando a dimensão política e traumática do lugar. O pleito formulado por familiares e outros atores sociais, que sustentavam a centralidade do Massacre, não foi incorporado à racionalidade justificadora do processo administrativo, evidenciando uma hierarquização de valores patrimoniais na qual o testimonial e o traumático permaneciam periféricos. O rearranjo da paisagem precedeu a fixação normativa de sua condição memorial, evidenciando a priorização da agenda urbanística sobre a elaboração pública do passado traumático.

A partir de 2018, contudo, registra-se reorientação no curso do processo: a referência explícita ao Massacre passa a integrar a fundamentação administrativa. O parecer do Instituto de Arquitetos do Brasil mobilizou a categoria de memórias dolorosas e enquadrou o complexo no debate sobre lugares marcados por violência (Borges, 2022, p. 250). A Resolução nº 38/2018, publicada em 2019 e republicada em 2020, reconheceu os pavilhões remanescentes como suportes de memória histórica vinculada ao episódio de 1992 (Borges, 2022, p. 251; São Paulo, 2025, p. 33). No momento da formalização, as referências topográficas mais diretamente associadas ao acontecimento, sobretudo o Pavilhão 9, já haviam sido demolidas. A proteção patrimonial recaiu, portanto, sobre remanescentes dissociados do arranjo espacial que tornara

o Massacre imediatamente identificável, institucionalizando, a posteriori, um conjunto de suportes disponíveis já reduzido.

O processo de tombamento iniciara-se em 1997; a Resolução nº 38/2018 do CONPRESP, publicada em 2019 e republicada em 2020, formalizou o reconhecimento patrimonial dos remanescentes (São Paulo, 2025, p. 33). Na formalização da tutela, parcela expressiva das estruturas já havia sido eliminada, de modo que o ato operou como seleção retrospectiva dos vestígios admitidos como suportes de memória do encarceramento.

À luz da concepção de patrimônio como fato social, proteger determinados elementos implica definir quais referências devem subsistir na cidade (Meneses, 2006, p. 35; p. 66). Se a cidade pode ser lida como sintaxe histórica, a delimitação dos remanescentes preserváveis incide sobre a própria gramática espacial de reconhecimento do Massacre, deslocando a identificação pública do evento para suportes menos diretamente associados ao episódio (Meneses, 2006, p. 66).

A expressão “patrimonialização tardia e deformada” sintetiza essa assimetria entre desmonte físico e reconhecimento jurídico (Borges, 2022, p. 245; p. 253). Ela é tardia na medida em que o tombamento se firmou quando parcela expressiva das estruturas já havia sido demolida; e é deformada porque recaiu sobre conjunto fragmentado e parcialmente redestinado. A deformação não decorre apenas da redução quantitativa, mas do fato de que os elementos remanescentes tendem a ser os mais integráveis à nova ordenação de usos, enquanto o principal marcador topográfico do Massacre foi eliminado antes da fixação normativa da tutela (Borges, 2022, p. 253). A incorporação mais explícita do Massacre à fundamentação administrativa incidiu sobre vestígios cuja integridade histórica já estava comprometida. A tutela cristalizou, no plano normativo, paisagem reconfigurada por intervenções urbanísticas, processo que Yamashita (2021, p. 194-195) também identifica ao analisar a reinterpretação progressiva do território.

Em janeiro de 2025, veio a público o Plano Diretor do Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns, documento que atualizou o arcabouço normativo aplicado ao território. Articulado ao Plano Diretor Estratégico do Município (Lei nº 16.050/2014) e ao sistema municipal de planejamento urbano, o texto insere o parque na estrutura de governança metropolitana (São Paulo, 2025, p. 23-26). No conjunto das diretrizes, priorizam-se ordenamento dos espaços de uso coletivo, gestão administrativa e preservação ambiental associada ao bem-estar dos frequentadores (São Paulo, 2025, p. 6; p. 13). À seção histórica cabe mencionar o Massacre de 1992, sem que dele derivem parâmetros para decisões espaciais ou para definição de usos.

Com base no processo nº 1997-0.125.758-8, a seção histórica dispõe o antigo complexo por marcos decisórios, cronogramas e instrumentos técnicos (São Paulo, 2025, p. 14). Configura-se, assim, território descrito como exemplo de política pública voltada ao uso coletivo, em que o passado carcerário tende a ser tratado como fase encerrada da história institucional (Yamashita, 2021, p. 194-195). Em vez de enumeração factual, a cronologia apresentada constrói narrativa de progressão contínua: concurso de 1998, contratação do projeto em 2003, inauguração do setor esportivo no mesmo ano, implantação da área central em 2004 e conclusão da etapa institucional em 2007, com instalação das ETECs e da Biblioteca de São Paulo nos antigos Pavilhões 4 e 7 (São Paulo, 2025, p. 20-22).

Com a incorporação do mapa de setorização de 2023 ao Plano Diretor, explicitou-se a gradação interna da tutela patrimonial. Estabelece-se proteção total da muralha e do pergolado, proteção parcial dos Pavilhões 4 e 7 e proteção ambiental das áreas de bosqueamento (São Paulo, 2025). Essa classificação ordena o território por hierarquias de permanência material. Alguns elementos preservam continuidade formal mais evidente; outros subsistem sob modalidades de uso que alteram sua capacidade de remeter à experiência prisional. À norma cabe definir quais vestígios podem integrar a paisagem e em que condições podem ser reconhecidos como marcas do encarceramento, delimitando juridicamente pontos de ancoragem do passado no espaço urbano e estabelecendo diferentes níveis de integridade e intervenção.

Integrado aos Projetos de Intervenção Urbana, especialmente o PIU Arco Tietê e o PIU Anhembi (São Paulo, 2025, p. 30–33), o parque passou a ser enquadrado em escala metropolitana ampliada. No interior desse programa, o antigo complexo é articulado a políticas de mobilidade, ampliação de áreas verdes, qualificação viária e provisão de habitação de interesse social. O lugar assume posição estratégica na zona norte, em continuidade com processos de reestruturação descritos por Bianchini (2018, p. 65-69). Pesquisas de recepção social do parque indicam que a compreensão do passado carcerário, nesse contexto, favorece leituras fragmentadas ou ambivalentes (Yamashita, 2021, p. 113).

A despeito da reconversão, a infraestrutura de encarceramento não foi integralmente desativada no entorno do parque. Permaneceram em funcionamento a Penitenciária Feminina de Sant'Anna, a Penitenciária Feminina da Capital, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário e o Presídio da Polícia Civil (São Paulo, 2025, p. 20). A proximidade entre áreas de uso coletivo e unidades prisionais operantes introduz uma fricção na organização espacial do parque, articulando circulação aberta e controle institucional. Em território historicamente marcado por grandes infraestruturas estatais, o antigo complexo integra rearranjo mais amplo

da punição na malha urbana, caracterizado pela redistribuição territorial da privação de liberdade em lugar da antiga lógica de concentração (Bianchini, 2018, p. 33–38). Assim, a transformação do lugar não configura superação linear do cárcere, mas inscrição em racionalidade urbana de gestão da segurança e da população, rearticulando políticas penais e ordenamento territorial. A continuidade operacional dessas instituições evidencia que a punição não desaparece do espaço metropolitano: é reescalada e redistribuída segundo estratégias contemporâneas de reorganização do sistema prisional.

Como chave interpretativa, a categoria de patrimônio difícil permite articular os planos jurídico, urbano e memorial mobilizados nesta análise. Experiências históricas vinculadas à violência estatal tendem a ser institucionalizadas por operações seletivas que combinam reconhecimento e acomodação (Macdonald, 2009, p. 3-4). No ciclo democrático iniciado em 1988, marcado por redemocratização sem ruptura estrutural com dispositivos punitivos herdados, a gestão simbólica do Massacre do Pavilhão 9 assumiu contornos específicos. Eliminação do Pavilhão 9, preservação parcial de edifícios e posterior chancela normativa reorganizaram condições de transmissibilidade desse passado. Estruturas remanescentes, continuidade de instituições penais no entorno e atuação de familiares e movimentos de memória impedem estabilização interpretativa unívoca. A configuração espacial do parque permanece atravessada por camadas temporais e disputas de sentido que tensionam sua incorporação à narrativa de requalificação urbana, mantendo o passado como herança incômoda cuja institucionalização permanece disputada.

No percurso do Carandiru, evidencia-se articulação complexa de estratos temporais inscritos no território. Demolições, mudanças de uso e atos administrativos e jurídicos sucessivos transformaram a paisagem e redefiniram condições de transmissibilidade da experiência prisional. A configuração atual combina fragmentos preservados, edifícios reprogramados e áreas integralmente renovadas. No contexto da transição democrática brasileira, caracterizada por modernização territorial sem ruptura estrutural com dispositivos punitivos herdados, a gestão do lugar expõe entrelaçamento entre reconhecimento formal, requalificação urbana e disputa memorial. O reconhecimento normativo do Massacre convive com reordenação de suportes materiais e com redistribuição espacial de funções punitivas. Nessa configuração, a memória do encarceramento depende menos de evidências arquitetônicas diretas e mais de mediações por documentos, políticas públicas e testemunhos que disputam sua permanência no espaço urbano, modulando o que se torna publicamente perceptível e o que se torna opaco.

5.1.2 O projeto paisagístico de Rosa Kliass e a produção espacial do silêncio

Imagem 91: Planta do Parque da Juventude.



Fonte: Acervo Parque da Juventude/Aflalo & Gasperini Arquitetos.⁹

Responsável, em colaboração com José Luiz Brenna, pelo projeto paisagístico do Parque da Juventude, Rosa Grena Kliass oferece um ponto de observação analítico para examinar como decisões relativas a relevo, circulação, cobertura vegetal e permanência participam da reconfiguração de um lugar de confinamento em espaço público e, sobretudo, como tal reescrita espacial torna legíveis as disputas entre direito à memória e direito à cidade. Seu pensamento projetual e sua intervenção no parque permitem observar, no nível da forma territorial, a coexistência tensa entre a preservação de marcas materiais associadas à violência estatal e a produção de condições urbanas de acesso, fruição e uso ordinário. Nesta seção, tais decisões são tratadas também como dispositivos que modulam uma latência de reconhecimento: mantêm o passado fisicamente inscrito, mas o expõem ao visitante por aproximações, recortes e tempos de observação variáveis. Formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo entre 1951 e 1955, Kliass participou ativamente da consolidação da arquitetura paisagística como campo disciplinar no Brasil (Sanches; Ruggiero; Schenk, 2022, p. 93-97). Sua formação, marcada pela influência de Roberto Coelho Cardozo e pelo diálogo

⁹ Disponível em: <https://acervoafalogasperini.arq.br/parque-da-juventude/>. Acesso em: 11/01/2026.

com a tradição moderna associada a Roberto Burle Marx, incorporou o paisagismo como elemento estruturante dos modos de ser e estar na cidade.

Ao definir o parque urbano, Kliass estabelece que se trata de “espaços livres públicos urbanos, destinados à recreação, com dimensões significativas para as diferentes escalas consideradas, com tratamento paisagístico que os caracteriza como áreas verdes, isto é, com predominância de elementos naturais, principalmente vegetação” (Kliass, 1989, p. 18). Ao situar o tratamento paisagístico no núcleo da definição, Kliass impede que o parque seja entendido como espaço livre indiferenciado, pois o qualifica pela organização intencional da natureza e pela mediação projetual que organiza forma e uso. Ao reconstituir a gênese dessa tipologia, a autora situa o parque no contexto da cidade industrial, afirmando que “o parque, como fato urbano, ocorre a partir do final do século XVIII na Inglaterra”, alcançando “pleno desenvolvimento” na segunda metade do século XIX (Kliass, 1989, p. 20). Nesse processo, o parque consolida-se como forma espacial capaz de recompor tensões entre o “tempo artificial” da cidade industrial e o “tempo natural”, operando como elemento de amenização tratado sobretudo “com elementos naturais, principalmente vegetação” (Kliass, 1989, p. 20). Se o parque urbano se define, portanto, pela mediação paisagística entre natureza e cidade, a reconversão do antigo complexo penitenciário insere-se nesse quadro conceitual como operação que reorganiza materialidades herdadas por meio do desenho, convertendo um território de confinamento em áreas públicas de recreação.

A formulação conceitual desdobra-se na noção de potencial paisagístico do lugar. Desenvolvida a partir da leitura do território paulistano como conformação de “colinas e vales” e da apropriação histórica de fundos de vale e várzeas, essa noção redefine o terreno como componente ativo do projeto, afastando-o da condição de base indiferenciada (Kliass, 1989, p. 242-243). Relevo, água e cobertura vegetal passam a constituir parâmetros de análise e decisão, organizados segundo critérios que transformam características físicas em princípios de composição e uso. A predominância de elementos naturais, afirmada na definição de parque, converte-se, nesse plano, em operação técnica: avaliar declividades, reconhecer cursos d’água, estruturar maciços arbóreos e campos gramados como elementos articuladores de circulação e permanência. Esse encadeamento é formalizado no diagnóstico setorial do Plano diretor, no qual circulação, áreas gramadas, arvoredo e curso d’água figuram como elementos estruturantes do desenho e da composição espacial (São Paulo, 2025, p. 100-102). A convergência entre esses elementos importa aqui porque fornece, no próprio documento, uma gramática de leitura que vincula deslocamentos e permanências a decisões de solo, sombra e água.

A elaboração conceitual e metodológica ganha sistematização quando Kliass organiza sua reflexão em três dimensões interdependentes: “a relação do Parque com a Cidade”; “a relação do parque com a praxis urbana”; e “o Parque como um elemento de desenho incorporado ao patrimônio urbano” (Kliass, 1989, p. 241). Essas dimensões explicitam os planos nos quais o parque, definido como espaço livre público qualificado por tratamento paisagístico, se articula à estrutura urbana. A relação com a cidade diz respeito à inserção territorial e à conectividade; a praxis urbana remete às formas de uso e às dinâmicas de circulação e permanência; a incorporação ao patrimônio urbano desloca o foco para a duração formal do desenho e para a capacidade de reinscrever materialidades herdadas em nova organização espacial. O parque configura-se, assim, como forma que articula base física, uso social e duração histórica, convertendo decisões relativas a relevo, água e vegetação em estrutura morfológica à qual se atribui valor cultural.

Ao examinar o processo de modernização da cidade de São Paulo, Kliass identifica a ausência recorrente de projetos paisagísticos concebidos de forma global para os parques urbanos, vinculando essa lacuna à “não valorização do projeto de desenho urbano” – e, em particular, do projeto paisagístico – bem como a entraves administrativo-institucionais que dificultam a incorporação de propostas externas à estrutura pública (Kliass, 1989, p. 248). Em reflexão correlata, ao abordar parques de longa duração histórica, Kliass observa que “interferências pontuais e epidérmicas” tendem a preservar a aparência geral de determinadas áreas sem alterar de modo substantivo sua organização estrutural, instaurando um modo de intervenção caracterizado por acréscimos parciais e ajustes descontínuos (Kliass, 1989, p. 240). Essa observação recoloca um problema de método: quando um lugar é atravessado por violência estatal e por demolições, a diferença entre desenho estruturante e soma de intervenções cumulativas incide diretamente sobre a legibilidade dos remanescentes no espaço.

A análise do Parque da Juventude torna-se mais nítida quando situada nesse referencial crítico. A implantação junto à avenida Cruzeiro do Sul e à estação Carandiru do metrô confere ao conjunto elevada conectividade metropolitana, condição registrada no Plano diretor ao caracterizar o Setor Institucional como o trecho mais próximo da estação e com acesso pela avenida Cruzeiro do Sul (São Paulo, 2025, p. 102). Essa inserção territorial reorganiza a posição do antigo lugar prisional na malha urbana, integrando-o a circuitos ordinários de circulação e permanência e ampliando a intensidade de usos cotidianos.

Quanto à dinâmica urbana, a conversão da Casa de Detenção em parque público altera de maneira substantiva a condição territorial do lugar na metrópole. O espaço antes organizado pela lógica do confinamento e da restrição de acesso passa a acolher circulação aberta, práticas

esportivas, usos recreativos e permanências cotidianas, articuladas por trajetos internos que conectam setores e modulam velocidades e pontos de parada. Essa transformação pode ser compreendida à luz da formulação de Kliass sobre a relação do parque com a praxis urbana, entendida como participação efetiva na dinâmica da cidade (Kliass, 1989, p. 241-242). Nesse quadro, a espacialidade do parque se evidencia na própria constituição dos percursos: trajetos conectam áreas e, ao mesmo tempo, modulam a atenção do visitante ao distribuir ângulos de aproximação e pausas em que marcas materiais se tornam mais ou menos evidentes.

O Plano diretor registra que “o eixo principal do Setor Esportivo se prolonga para dentro da área central até a área do córrego”, configurando um trecho de caminhada que alcança “áreas gramadas” e o “morrote formado para recobrir os resquícios de entulho da demolição” (São Paulo, 2025, p. 100). O caminhar em direção ao curso d’água, a expansão do campo visual nas áreas gramadas e a elevação do morrote – cuja origem material é explicitada pelo documento – compõem uma experiência em que o solo do parque concentra, sob forma topográfica, resíduos da demolição (São Paulo, 2025, p. 100).

Imagem 92 – Morrotes sob escombros da Casa de Detenção de São Paulo.



Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Argumento que o Parque da Juventude pode ser analisado também como necropatrimônio (*necroheritage*), conceito definido por Ewa Domanska como restos e corpos

humanos legados aos vivos (2024, p. 146). A categoria ajuda a nomear a coexistência entre material de destruição, remanescentes arquitetônicos e usos cotidianos: o morrote recobre escombros; ruínas e muralha permanecem como fragmentos expostos; o conjunto reúne artefatos e “ecofatos” no sentido amplo de elementos extraídos, deslocados ou incorporados ao terreno como evidência material de violência e de intervenção humana (Domanska, 2024). A presença de restos não opera apenas como sinalização histórica; participa da própria estrutura do lugar, sob uma superfície destinada à permanência, ao descanso e à recreação (São Paulo, 2025, p. 100).

Desde a primeira menção ao curso d’água, convém notar que o Plano o nomeia como córrego Carajás no Setor Central e como córrego do Carandiru no diagnóstico ambiental, diferença que reaparece na leitura do lugar e na descrição dos dispositivos de aproximação (São Paulo, 2025, p. 69-70; p. 102). A dupla nomeação introduz uma ambiguidade na enunciação pública do lugar: um elemento permanece materialmente contínuo, mas sua estabilização toponímica não é unívoca, produzindo outra camada de opacidade na inscrição do passado.

Sob o prisma da transição funcional, a integração entre substrato físico, percurso e permanência viabiliza a passagem de um território de exclusão para uma área de acesso público. O Plano diretor associa o Setor Central a áreas de estar e contemplação vinculadas ao percurso que chega ao curso d’água, com áreas gramadas e o morrote formado sobre entulho de demolição (São Paulo, 2025, p. 100-101). A presença do passado incorpora-se ao uso cotidiano por meio desses dispositivos: o trajeto aproxima o visitante de ruínas e muralha e organiza pontos de parada em superfícies destinadas à permanência (São Paulo, 2025, p. 100-101). Caminhar, descansar e contemplar passam a ocorrer em continuidade com remanescentes materiais do antigo complexo, sem que essa continuidade imponha, por si só, tematização explícita.

Imagem 93 – Ruínas do Carandiru II entre o bosque de tipuanas.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2024.

Em paralelo, a reconversão do complexo penitenciário em parque público inscreve no território uma tensão não resolvida. A preservação de traços materiais associados à violência estatal constitui exigência histórica incontornável. A ampliação do acesso coletivo ao solo urbano e a qualificação ambiental do lugar respondem a uma demanda pública igualmente consistente. Essa tensão adquire forma concreta no projeto paisagístico ao distribuir vestígios e elementos naturais segundo dispositivos de aproximação. O documento descreve, junto aos vestígios, “um bosque de tipuanas” em relação com estruturas metálicas e pisos de madeira de passagem (São Paulo, 2025, p. 101), além da relação visual com o curso d’água por meio de “travessias” e da presença de “uma série de exemplares arbóreos” nas margens (São Paulo, 2025, p. 102). A paisagem sustenta a permanência material dos traços do passado e reinsere esses traços em usos contínuos, observáveis na topografia do morrote, na cena tipuanas–ruínas e no corredor hídrico-arborizado do Setor Central (São Paulo, 2025, p. 100-102). Nessa chave,

o necropatrimônio não se reduz a “restos humanos” estritos; abrange também as materialidades do evento e de sua supressão parcial – escombros soterrados e fragmentos remanescentes – que permanecem como herança legada aos vivos e disputada em sentidos públicos (Domanska, 2024, p. 146).

Sob a perspectiva da incorporação ao patrimônio urbano, terceira dimensão proposta por Kliass, a intervenção preserva fragmentos arquitetônicos e os distribui no território segundo uma lógica compositiva integrada. Os vestígios operam como marcadores espaciais vinculados a caminhos, áreas de permanência e conjuntos vegetais. O Plano diretor descreve essa integração no Setor Central ao situar ruínas e muralha em ambiente contemplativo e ao registrar, junto a esses elementos, “um bosque de tipuanas” associado a estruturas e passagens que viabilizam a circulação (São Paulo, 2025, p. 101). A inserção desses remanescentes em nova configuração espacial redefine suas condições de visibilidade e apreensão, produzindo leitura dependente de posição, percurso e enquadramento, inclusive na relação com o curso d’água, mediada por “travessias” e por margens arborizadas que reforçam a perspectiva do recurso hídrico (São Paulo, 2025, p. 102). Conforme a concepção de parque como elemento de desenho incorporado ao patrimônio urbano (Kliass, 1989, p. 241-242), os fragmentos passam a integrar a própria forma territorial e a participar da organização morfológica do conjunto.

Considerada no plano da experiência perceptiva, a cobertura vegetal exerce papel estruturante nessa reconfiguração. No Setor Central, o Plano diretor descreve a presença de ruínas e muralha em área de uso contemplativo e registra, junto a esses elementos, “um bosque de tipuanas” que “compõem a paisagem do local”, associado a estruturas metálicas e a pisos de madeira de passagem (São Paulo, 2025, p. 101). Nesse trecho, a arborização participa da circulação e da permanência, pois a passagem em madeira e as estruturas metálicas modulam o contato do corpo com o solo e conduzem o olhar entre a ruína e a copa (São Paulo, 2025, p. 101). A vegetação delimita horizontes, conduz deslocamentos e escalona a exposição ao longo do percurso, inclusive na relação com o curso d’água acessível por “travessias” e acompanhado por “uma série de exemplares arbóreos” ao longo das margens (São Paulo, 2025, p. 102).

Ao considerar a escala do parque, sua extensão territorial amplia a dispersão de pontos de atenção por diferentes setores. Áreas esportivas, contemplativas e institucionais estruturam práticas e fluxos por meio de recortes internos e de conexões de percurso descritas no Plano diretor, com destaque para a articulação do Setor Central ao curso d’água e para o Setor Institucional, localizado junto à estação Carandiru do metrô e com acesso pela avenida Cruzeiro do Sul (São Paulo, 2025, p. 100-103). Já no Setor Institucional, o documento registra, junto à biblioteca, a formação de um “pequeno bosque com exemplares arbóreos nativos” e menciona

“uma marquise” que acompanha parte dos caminhos, qualificando a caminhada e criando abrigo para usos ordinários (São Paulo, 2025, p. 103). O contraste entre setores é analiticamente decisivo: no mesmo parque coexistem cenas em que ruínas e muralha se tornam referências próximas e cenas em que a experiência do espaço se estabiliza por infraestrutura de uso cotidiano.

Desse modo, a experiência do lugar resulta da articulação entre temporalidades que coexistem na mesma superfície territorial. A continuidade dos percursos e a alternância entre campos abertos e setores arborizados estruturam padrões de circulação que condicionam modos de percepção, como se observa no trecho em que o eixo de caminhada alcança áreas gramadas e a área do curso d’água no Setor Central (São Paulo, 2025, p. 100). A ativação da memória vincula-se a variações de legibilidade produzidas pela topografia construída, pela disposição dos conjuntos vegetais e pela posição relativa dos remanescentes arquitetônicos, com efeitos particularmente nítidos na cena formada por ruínas, bosque de tipuanas e passagens (São Paulo, 2025, p. 101): ao subir ou contornar o morrote, ao cruzar uma travessia, ao deslocar-se do aberto ao sombreado, mudam-se as perspectivas que aproximam ou afastam o vestígio do campo visual e dilatam ou contraem o tempo de observação.

No âmbito desta pesquisa, o silêncio é concebido como categoria analítica que designa o intervalo entre vestígio material e tematização explícita. Trata-se de uma forma específica de organização da atenção no espaço construído, na qual a presença física do passado demanda operação interpretativa para converter-se em consciência histórica. Essa organização apoia-se em dispositivos de percurso e enquadramento descritos no Setor Central, onde vestígios arquitetônicos se apresentam em continuidade com a composição arbórea e com passagens de circulação (São Paulo, 2025, p. 101). O projeto dosa a intensidade com que os vestígios se apresentam ao longo do deslocamento, produzindo variações de evidência sustentadas por alternâncias entre abertura e densidade vegetal e por aproximações sucessivas em direção ao curso d’água (São Paulo, 2025, p. 101-102): a ruína pode permanecer lateral ao trajeto, reaparecer após uma curva, ser parcialmente ocultada por copas, ou tornar-se mais legível quando o corpo desacelera em uma área de estar. A latência de reconhecimento, nesse sentido, torna-se também uma propriedade do necropatrimônio: restos, escombros e fragmentos permanecem no lugar, mas sua transformação em linguagem pública depende de mediações, repertórios e circunstâncias de leitura (Domanska, 2024, p. 146).

Nos estudos da memória, Jay Winter emprega a imagem de “depósitos ocultos abaixo da superfície” para designar experiências históricas incorporadas ao tecido social que não ocupam posição dominante nas narrativas públicas (Winter, 2010, p. 3-4). A metáfora evidencia

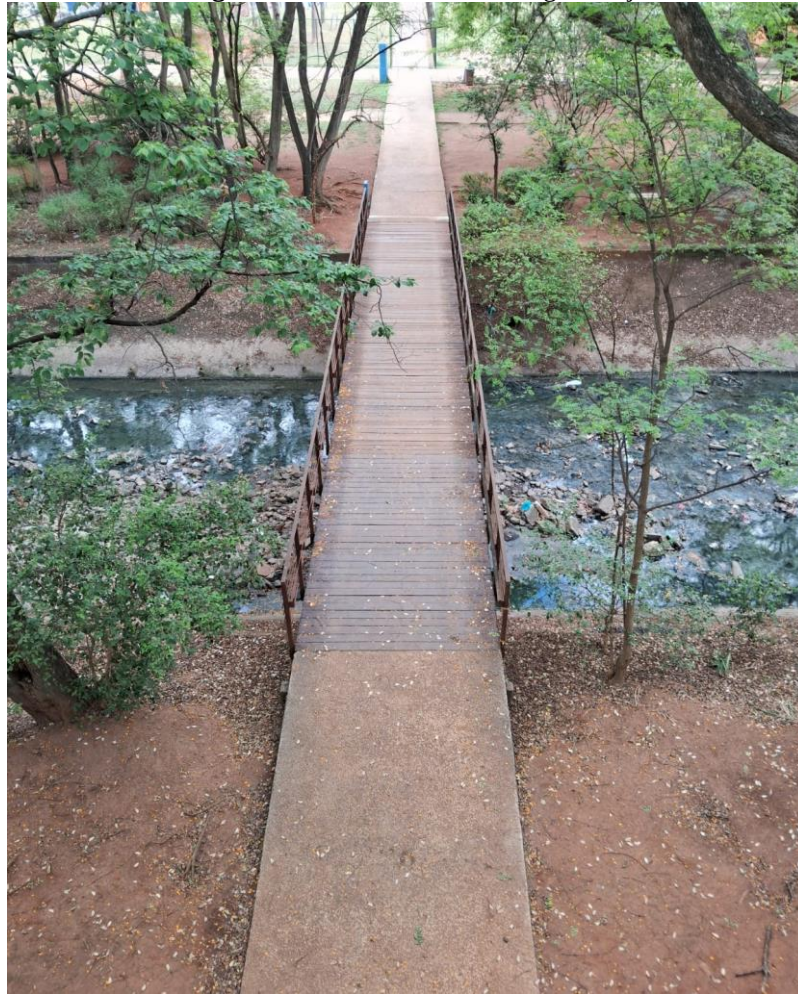
a persistência de acontecimentos cuja ativação depende de conjunturas específicas e de enquadramentos interpretativos historicamente definidos (Winter, 2010, p. 4). Ao tratar de memórias associadas à violência, Winter ressalta a frequência com que essas experiências se vinculam a limites de enunciação e a restrições socialmente compartilhadas quanto ao que pode ser explicitado (2010, p. 8). No Parque da Juventude, essa formulação ilumina a operação descrita pelo Plano diretor quando explicita que o morrote recobre entulho de demolição (São Paulo, 2025, p. 100): a superfície usada para descanso e permanência repousa sobre matéria derivada do desmonte do complexo.

Eviatar Zerubavel examina os dispositivos coletivos que configuram o campo do reconhecível. Ao analisar situações em que determinado conhecimento é amplamente compartilhado e, ainda assim, não se converte em tematização explícita, demonstra como convenções sociais regulam o foco perceptivo e delimitam aquilo que adquire centralidade (Zerubavel, 2010, p. 14-17). O silêncio, nessa perspectiva, refere-se à organização da atenção e às hierarquias de evidência que estruturam a vida coletiva. Aplicada ao Parque da Juventude, essa chave analítica indica que a memória do encarceramento permanece ancorada no território e socialmente conhecida, enquanto sua visibilidade depende da organização dos percursos, dos enquadramentos vegetais e das áreas de permanência descritas no Plano diretor, sobretudo no Setor Central (São Paulo, 2025, p. 100-102).

Do ponto de vista da experiência, o visitante percorre deslocamentos, variações altimétricas e enquadramentos vegetais que condicionam diferentes graus de exposição dos vestígios. A intensidade com que o passado se apresenta decorre das condições de visibilidade organizadas pelo desenho, como se observa no Setor Central, onde ruínas e muralha se articulam a um bosque de tipuanas e a passagens de circulação, e onde a relação com o curso d'água se dá por travessias e por margens arborizadas (São Paulo, 2025, p. 101-102). A ativação da memória relaciona-se à posição do observador, ao percurso realizado e ao repertório interpretativo mobilizado. Nesse contexto, a reflexão de Assmann acerca dos lugares mostra-se pertinente: o lugar físico pode sustentar a presença de algo que remete a uma ausência, preservando materialmente aquilo que já não está e exigindo operação de reconhecimento para que a recordação se realize (Assmann, 2011, p. 529). A configuração paisagística do parque articula permanência material, circulação e percepção, mantendo a memória vinculada ao território e inscrita na experiência espacial (São Paulo, 2025, p. 100-102).

No interior do parque, o córrego Carajás, referido no diagnóstico como córrego do Carandiru, exerce papel estruturante ao organizar percursos e pontos de aproximação.

Imagem 94 – Passarela sob o córrego Carajás.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2024.

No Setor Central, o Plano Diretor registra que a relação do visitante com o curso d'água se dá por “travessias” que aproximam o usuário do córrego pelo contato visual; registra também que “uma série de exemplares arbóreos” ao longo das margens reforça a perspectiva do recurso hídrico (São Paulo, 2025, p. 102). No diagnóstico hidrológico, o Plano indica que o córrego atravessa o parque em direção ao rio Tietê (São Paulo, 2025, p. 70). Água, vegetação e circulação configuram-se, assim, como componentes interdependentes do desenho, definindo a forma do percurso e as condições de legibilidade do lugar.

Em termos de método projetual, a leitura territorial se completa quando a dimensão hídrica é articulada ao relevo e à cobertura vegetal, conforme a noção de potencial paisagístico formulada por Kliass a partir da análise das “colinas e vales” e da apropriação histórica dos fundos de vale como matrizes do projeto (Kliass, 1989, p. 242-243). No Parque da Juventude, essa integração pode ser demonstrada por operações descritas no Plano diretor: a incorporação de entulho na forma do morrote no Setor Central (São Paulo, 2025, p. 100), a composição entre

ruínas e “bosque de tipuanas” (São Paulo, 2025, p. 101) e a aproximação do curso d’água por travessias acompanhadas por margens arborizadas (São Paulo, 2025, p. 102). A convergência entre solo, água e vegetação organiza o percurso e condiciona a visibilidade dos vestígios, articulando base física e memória no uso cotidiano do parque. O projeto paisagístico não elimina a memória do encarceramento; ao redistribuí-la no território por meio de relevo, água e vegetação, reorganiza sua evidência ao longo da experiência do lugar. Nesse intervalo entre traço material e enunciação, a passagem do vestígio ao reconhecimento público torna-se dependente de mediações, repertórios interpretativos e formas de apropriação que podem intensificar, amortecer ou reorientar a legibilidade do passado.

5.2 O futuro do passado do Complexo Carandiru

Passo todos os dias por esse parque, sem saber que aqui ficava o Carandiru. Eu perdi o meu irmão naquele Massacre...

Transeunte no Parque da Juventude.¹⁰

5.2.1. Dispositivos mnemônicos e a gestão da memória prisional no Parque da Juventude

No arranjo atual, o Parque da Juventude pode ser compreendido como resultado da composição de dispositivos mnemônicos cuja incidência principal recai sobre a gestão institucional e material da lembrança pública do Massacre do Pavilhão 9. Dispositivos mnemônicos são definidos como a “constelação de representações que irradia de um determinado passado histórico e a forma como ele se presta a apropriações e disputas que o transformam num decisivo e flutuante agente político” (Cardina; Rodrigues, 2023, p. 21). Nesta seção, “dispositivos” são entendidos como arranjos materiais, normativos e curatoriais que organizam visibilidade, inteligibilidade e circulação social do passado no espaço. Esses arranjos funcionam como tecnologias de parametrização interpretativa: tornam o passado acessível e o submetem a formas específicas de apropriação.

No Parque da Juventude, os dispositivos mnemônicos se materializam sobretudo na organização do espaço e na mediação institucional da recordação do passado prisional. Essa convergência é observável no próprio desenho do lugar. O parque preserva vestígios, instala

¹⁰ Tive a oportunidade de conversar com esse sujeito, durante o *Inventário 30 anos do Massacre do Carandiru*. O homem se dirigia para o seu trabalho passando pelo Parque da Juventude. Observou a agitação das pessoas que liam em voz alta os nomes dos 111 oficialmente assassinados – eu incluído – e me perguntou do que se tratava. Quando soube o motivo da intervenção, desabou em pranto. Nos abraçamos longamente, em silêncio.

marcos, fixa placas, produz silêncios e ordena percursos, compondo um arranjo estatal de administração da recordação. Nesse conjunto figuram monumentos, vestígios arquitetônicos preservados, espaços museológicos, atos normativos, planos diretores, placas explicativas, silêncios narrativos e decisões curatoriais. É no interior dessa rede que a antiga Casa de Detenção, associada à violência de Estado amplamente documentada e ainda juridicamente controversa, foi reinscrita como território de lazer e formação. Pierre Nora problematizou, com efeito, o descompasso entre memória corporificada e memória exteriorizada ao dizer: “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar-lhes lugares” (1993, p. 8).

Para situar o caso no debate brasileiro, a noção de dispositivos mnemônicos articula-se à categoria de “suportes da memória”. Em sociedades marcadas por aceleração temporal, mediações tecnológicas e distanciamentos geracionais, perde centralidade a memória comunicativa “de grupo”, enquanto ganham relevo memórias culturais “exteriorizadas e armazenadas” em meios relativamente duradouros – como arquivos e museus –, que operam como suportes de transmissão no longo prazo (Santos, 2021, p. 290-291; Assmann, 2011). O Parque da Juventude pode, assim, ser interpretado como complexo de suportes mnemônicos, em que projetos políticos delimitam e escolhem o que deve ser contado.

Nos equipamentos museológicos contíguos ao parque, essa organização da visibilidade do passado prisional torna-se mais observável. A institucionalização dos suportes externos relativos ao Complexo Penitenciário do Carandiru se concretiza por meio de dois dispositivos distintos: o Museu Penitenciário Paulista (MPP) e o Espaço Memória Carandiru (EMC). Ambos interpretam o passado penitenciário, mas diferem quanto à origem normativa, vinculação administrativa, inserção espacial, condições de acesso e orientação curatorial. A leitura articulada do Plano Diretor do Parque da Juventude (São Paulo, 2025) e do estudo de Yamashita (2022) permite descrever essas diferenças. Somente a partir desse conjunto é possível avaliar efeitos que podem favorecer empatia crítica ou produzir chaves de leitura que tornam o sofrimento administrável como objeto de contemplação.

A comparação com o Memorial da Resistência, instalado no antigo prédio do Deops/SP, ajuda a explicitar disputas em torno da lembrança pública e a evidenciar diferenças na administração pública de passados marcados por violência de Estado no Brasil. Aqui a comparação assume finalidade descritiva. No Memorial da Resistência, a consolidação do dispositivo resultou de processo em que redefinições administrativas se articularam à interlocução com ex-presos políticos organizados, cuja atuação incidiu sobre a nomeação da instituição e a orientação narrativa do projeto (Santos, 2021, p. 296-299). No MPP, a

institucionalização dos suportes do passado prisional vincula-se à continuidade administrativa do sistema penal. No EMC, a vinculação ao Centro Paula Souza e à ETEC insere o dispositivo no campo educacional, conferindo-lhe moldura pedagógica específica.

No Memorial da Resistência, a violência política constitui fio condutor do percurso, sustentada pela preservação das celas, pela disponibilização de documentação do antigo Deops e por atividades educativas contínuas (Santos, 2021, p. 299-302). No MPP, a arquitetura expositiva se organiza em torno da história institucional do sistema penitenciário. No EMC, o Massacre é reconhecido no interior de proposta temática mais ampla, sem funcionar como princípio organizador do percurso.

Os debates sobre materialidade ajudam a precisar o contraste. No Memorial da Resistência, a materialidade do edifício foi objeto de discussões quanto à preservação de marcas e inscrições deixadas pela repressão (Santos, 2021, p. 301). A implosão produziu ruptura material mais extensa, deslocando a evocação do Massacre para traços materiais e sinalizações posteriores. Com isso, diferentes arranjos institucionais produzem formas distintas de centralidade interpretativa e articulações variadas entre vestígios, espacialidade e administração estatal.

Nesta tese, apaziguamento é a categoria analítica mobilizada para interpretar esse reordenamento do passado. Apaziguamento designa processo histórico no qual um passado traumático é reordenado na materialidade do território, nas formas de sua narrativa coletiva e nos dispositivos responsáveis por sua administração, produzindo redução controlada de sua capacidade de gerar fricção política e moral. Esse processo opera por mecanismos combinados. Ele desloca a topografia da violência, reconfigura os vestígios materiais e reinscreve temporalmente o acontecimento em sequência orientada por valores de continuidade, regeneração e estabilidade urbana. Ao fazê-lo, redistribui a centralidade da violência estatal no espaço social da recordação. A referência ao trauma permanece inscrita no território e na narrativa, mas sob parâmetros interpretativos que delimitam intensidade, visibilidade e alcance. Esses parâmetros reorganizam o peso da responsabilidade histórica e condicionam as formas de tematização.

Apaziguamento também designa, nesse sentido, uma modalidade de governança do passado que funciona como tecnologia de estabilização do conflito. Nessa tecnologia, agentes estatais selecionam, hierarquizam e regulam os aspectos da violência aptos a assumir posição organizadora na narrativa coletiva. Ao ordenar modos de enunciação e formas de acesso aos suportes externos, produzem silêncio como efeito estrutural – entendido aqui como reorganização das possibilidades de dizer e de centralizar determinados aspectos do trauma. A

lembrança social resultante conserva a existência formal do acontecimento e passa a circular sob condições que a tornam administrável, compatível com projetos identitários da contemporaneidade e progressivamente distanciada de sua potência de desestabilizar consensos, permanecendo como trauma reconhecido e administrado.

Para evitar sobreposições terminológicas, convém distinguir apaziguamento (tecnologia de estabilização e modulação da fricção), normalização (reintegração cotidiana do lugar sob usos ordinários), estetização (mediação sensível que pode abstrair a violência em formas genéricas) e silenciamento (supressão explícita de temas, marcas ou vocabulários). A definição aproxima-se de diagnóstico já formulado ao examinar o Museu Penitenciário Paulista, onde se identifica a diluição de conflitos e a produção de narrativas conciliatórias: “no *Museu Penitenciário Paulista* a palavra ‘motim’, evitando a escolha do termo ‘Massacre’ para definir o ocorrido no Carandiru”. (Borges; Santos, 2019, p. 88). O apaziguamento pode produzir-se por reclassificação terminológica e por inserção do acontecimento em enredo institucional que privilegia a continuidade administrativa do sistema penal, sem exigir negação frontal do evento. Como chave analítica, o conceito será mobilizado, ao longo desta seção, em três níveis: espacial (reordenamento do território e dos vestígios), curatorial (organização dos percursos e critérios de visibilidade) e terminológico (vocabulários e classificações que modulam responsabilidades).

A formulação “o oposto do esquecimento não é a lembrança, mas a justiça” (Santos, 2021, p. 290) orienta um ponto decisivo. A inscrição formal do Massacre em dispositivos de preservação e comunicação (placas, acervos, exposições), ainda que pontualmente e optando por eufemismos, não implica, por si, enfrentamento das responsabilidades estatais. Podem coexistir com essa inscrição modos de narrativização que estabilizam o passado na chave do “evento” controlável, deslocando o nexo entre violência, comando institucional e *accountability* (responsabilização) para zona de menor visibilidade e menor poder de interpelação.

A retirada de memoriais ou vestígios costuma ocorrer quando são percebidos como ameaça ou quando uma tradição ainda viva se pretende suprimir (Young, 1992, p. 384). Nesse sentido, a implosão excede a reconfiguração urbanística. Ela intervém nas condições de transmissão do passado e na possibilidade de o espaço funcionar como testemunha física da violência. Cabe, então, recordar a advertência de que “o apagamento desses espaços prisionais no Brasil vem conduzindo também o apagamento desses ‘vestígios frágeis’ ou ‘arquivos sensíveis’” (Borges, 2019, p. 8). Com efeito, a reinscrição do território sob narrativa de regeneração urbana dialoga com debates sobre a ideia de “seguir em frente” diante de heranças

traumáticas. Ideias como “seguir em frente”, “deixar o passado difícil para trás”, ou ignorar a catástrofe para reorganizar um arco narrativo sem interrupções, deixou de ser uma obviedade e passou a ser socialmente problematizada (Macdonald, 2009, p. 90). A discussão sobre “lugares da memória” densifica o ponto: objetos e locais “têm o potencial de nos fazer lembrar”, porém só o fazem se forem efetivamente preservados e retirados do esquecimento (Santos, 2021, p. 300-301). A implosão constitui intervenção na paisagem e, ao mesmo tempo, inflexão nas condições de possibilidade de a materialidade prisional funcionar como suporte de legitimidade narrativa. Com a supressão arquitetônica, a recordação coletiva torna-se mais vulnerável a reclassificações apaziguadoras e a disputas sobre “o que de fato aconteceu”.

A conversão dos pavilhões remanescentes em sede da ETEC Parque da Juventude impõe outra gramática para narrar o passado. A antiga função disciplinar é recodificada sob valores de formação e mobilidade social, incorporando o passado prisional como etapa superada da história do lugar (Borges, 2016, p. 19). A recodificação pode abrir possibilidades pedagógicas de reinscrição crítica do passado, ainda que esse potencial não necessariamente organize a experiência predominante do parque. O processo de salvaguarda da memória por instituições de governo tende a marcar o passado como pertencente a um tempo encerrado. A ênfase na diferença entre “então” e “agora” pode transformar a herança difícil em fóssil de um tempo ruim, em vez de mantê-la como alerta contínuo (Macdonald, 2009, p. 155). A narrativa de regeneração urbana e superação institucional favorece estabilização temporal, produzindo diluição de conflitos por meio de narrativas que resultam em uma “memória-fetice” (Borges; Santos 2019, p. 7).

Com a instalação nas mediações do Parque da Juventude em 2014, o Museu Penitenciário Paulista passou a ocupar posição estratégica na gestão da memória do Complexo Penitenciário Carandiru. O MPP encontra-se sob administração da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), conforme o Decreto nº 55.733, de 23 de abril de 2010 (São Paulo, 2025, p. 23-24), o que, por si só, motiva problematizações sobre os interesses em manter um discurso ufanista e destituído de problematizações acerca das políticas de encarceramento no Brasil. O museu está localizado “ao lado do Parque”, na Avenida Zaki Narchi, indicando posição contígua, porém exterior ao perímetro paisagístico do Parque da Juventude, e encontra-se fechado para obras.

O MPP é equipamento cultural vinculado diretamente ao órgão responsável pela gestão do sistema prisional paulista. Isso significa que a recordação ali produzida é gerida pelo mesmo aparato que administra o cárcere do presente histórico; essa ligação condiciona ênfases e limites da chave narrativa, sem implicar determinação mecânica do conteúdo mostrado ao público. A

vinculação administrativa reforça a tendência de que espaços destinados à recordação prisional possam banalizar a experiência do confinamento ao privilegiar a narrativa da função estatal e da continuidade institucional. O Museu funciona, assim, como suporte de memória cuja legitimidade deriva de sua materialidade produzida pelos presos e de sua capacidade de mediação, com direção narrativa sensível a disputas político-institucionais relativas à atribuição de responsabilidade estatal em contextos pós-autoritarismo (Santos, 2021, p. 304-305).

A genealogia normativa explicitada pelo próprio MPP prolonga essa chave para além da abertura ao público. O site do museu apresenta genealogia normativa mais longa, anterior à abertura ao público: a “concepção do Museu Penitenciário Paulista – MPP” é associada à criação do Serviço de Biotipologia Criminal (Decreto nº 10.773, de 11 de dezembro de 1939) e à atribuição de “organizar o Museu Penitenciário”. O texto menciona, ainda, reorganização no âmbito do antigo DIPE (Decreto nº 42.446, de 9 de setembro de 1963) e a vinculação, nos anos 1990, à Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”.¹¹ A sequência historiciza o museu como produto de longa duração de um campo administrativo-penal que converte práticas e saberes (biotipologia, criminologia, pedagogia do servidor) em narrativa patrimonial, deslocando o foco da violência estatal para a trajetória técnico-administrativa do sistema prisional.

No plano expositivo, as escolhas de percurso e de ênfase produzem efeito historiográfico específico. O Plano Diretor descreve genericamente o acervo como composto por “objetos dos presos, utensílios de tatuagem e material artístico”, vinculando-o à “ressocialização e cultura prisional” (São Paulo, 2025, p. 23-24). Yamashita oferece descrição detalhada da arquitetura narrativa do museu. Antes mesmo da entrada no edifício, uma sequência de painéis apresenta fragmentos da história penal ocidental, com referências a Jeremy Bentham e Cesare Beccaria, estabelecendo relação direta entre pensamento penal moderno e criação da Penitenciária do Estado (Yamashita, 2022, p. 133). Essa organização espacial constrói continuidade entre teoria penal iluminista e institucionalização carcerária paulista, deslocando o fator catastrófico do encarceramento para as zonas do esquecimento.

A visita é conduzida por chave de leitura explicitamente institucional. No interior, à direita da recepção, inicia-se o percurso expositivo. O texto institucional exposto na sala de entrada apresenta a missão do museu: “Desejamos colaborar [...] no esclarecimento da sociedade sobre a função e o sentido do Sistema Penitenciário, assim como valorizar o trabalho do servidor penal” (Yamashita, 2022, p. 133). O deslocamento é textual e programático: a

¹¹ Disponível em: <https://museupenitenciario.blogspot.com/p/quem-somos.html>. Acesso em 12/01/2026.

missão define o museu como instrumento de esclarecimento e valorização do servidor. Com isso, a formulação desloca o eixo da recordação do Massacre para a função estatal e para a valorização do agente penitenciário, inscrevendo o museu como dispositivo de legitimação do aparato penal. O site do museu fixa essa chave de leitura ao afirmar que o “escopo” do MPP é “produzir informações e conhecimento sobre a ciência jurídica penal e sua execução” e que sua “missão” é “propiciar a reflexão sobre a história penitenciária e a pena” (Museu Penitenciário Paulista, s.d.).

A centralidade da história institucional confirma a observação de que narrativas em espaços marcados por um passado violento podem atenuar conflitos e deslocar a violência de Estado para plano secundário, produzindo uma recordação administrável e compatível com a continuidade administrativa do sistema penal (Borges; Santos, 2019, p. 89). Suportes externos de memória como museus, sítios e arquivos, além de armazenarem informações, potencialmente se convertem em espaços abertos para um passado plural, mas o caso do MPP está muito longe disso, e a chave para o entendimento deste achatamento do passado pode estar no seu viés de proteção institucional

Paralelamente, há um segundo espaço institucional de memória: o Espaço Memória Carandiru (EMC). O EMC localiza-se no interior da ETEC Parque da Juventude, em edificação remanescente da antiga Casa de Detenção, identificada como Pavilhão 4, setor associado à antiga enfermaria. O espaço foi instituído por decreto estadual 52.112 de 2007. Sua guarda cabe ao Centro Paula Souza e sua administração está vinculada ao Curso Técnico de Museologia. Essa moldura institucional, e o foco em preservar a história da Casa de Detenção de São Paulo, o distingue do MPP.

Enquanto o MPP organiza o percurso a partir da história administrativa do sistema penal, o EMC estrutura sua curadoria em torno do cotidiano e das práticas internas do cárcere. O espaço reúne objetos, artefatos e narrativas que situam o visitante no universo experiencial dos internos (Yamashita, 2022, p. 145-147). Parte da materialidade remanescente – como elementos construtivos descritos como originais da Casa de Detenção – permanece exposta. Essa presença produz atmosfera de evocação e reintroduz, no interior do edifício escolar, vestígios sensíveis da antiga função prisional (Yamashita, 2022, p. 20-23). A dimensão pedagógica ligada ao universo prisional é constitutiva da vida pedagógica da ETEC, embora exista, por parte da administração do EMC, o receio em abordar temas relacionados ao Massacre.

O arranjo expositivo no EMC revela ambivalência. A apresentação de objetos cotidianos pode favorecer processos de humanização do passado prisional. Contudo, certas escolhas –

como a exposição cenográfica de estratégias de fuga e engenhosidades carcerárias – tendem a deslocar a interpelação ética para o registro da curiosidade ou da excepcionalidade (Yamashita, 2022, p. 24-32; 54-57). O Massacre é retratado em apenas uma peça: a placa com o nome dos 111 presos assassinados. O EMC, sem a mediação de egressos e funcionários da Detenção, desinforma e não cumpre a sua função pedagógica.

O anúncio do site da ETEC explicita, em termos práticos, a estreiteza da modalidade de acesso. O site da ETEC Parque da Juventude acrescenta precisão à política de acesso: o EMC “voltará a receber visitas agendadas” a partir de 06 de outubro de 2024, com pedidos mediante formulário e confirmação por e-mail. O mesmo anúncio delimita dias e horários (terça-feira, 13:00-18:00; quarta-feira, 10:00-12:00. O recorte temporal e procedimental explicita política de acesso restritivo e administrado, distinta da circulação livre do parque. Por ser em horário comercial, perde o seu potencial de ser visitado por pedestres que atravessam o parque para chegar até a Estação Carandiru ou aos movimentados pontos de ônibus da Avenida Cruzeiro do Sul.¹²

Assim, o contato com o passado prisional é permitido e canalizado por janela institucional estreita, dependente de confirmação e disponibilidade. Em perspectiva comparativa, a diferença entre MPP e EMC torna-se ainda mais relevante quando se considera o alcance seletivo dos bens culturais e da educação no Brasil: mesmo quando existem instituições de memória, o acesso pode ser desigual e socialmente filtrado, afetando quem efetivamente se torna público dessas narrativas (Santos, 2021, p. 303-304). A partir dessas condições – moldura escolar, curadoria do cotidiano e controle de acesso –, torna-se possível compreender como o EMC produz efeito semelhante de controle, ainda que por via distinta daquela do MPP.

A escultura Um Sonho de Liberdade, com mais de cinco metros de altura, de autoria de Domenico Serio Calabrone e doada ao Parque em 2016 pela Fundação Mário Covas, constitui o único elemento externo do Parque que apresenta, por meio de placas indicativas, referência direta à história do Complexo Penitenciário. Supostamente implantada no local do antigo Pavilhão 9, onde ocorreu o Massacre de 1992, a obra teria por objetivo marcar topograficamente o acontecimento inscrevendo o fato nos termos do ocorrido. Ela também integra um circuito de homenagem política estadual, pois sua doação esteve vinculada à memória pública do ex-governador (Yamashita, 2022, p. 42-43). Em contexto caracterizado por escassez de informativos e por descontextualização mais ampla dos marcos remanescentes, a evocação

¹² Disponível em: <https://etecparquedajuventude.cps.sp.gov.br/espaco-memoria-carandiru/>. Acesso em 12/01/2026.

tende a tornar-se difusa, o que dificulta a ancoragem do Massacre como herança difícil específica na experiência ordinária do Parque. Na placa que identifica a obra, após uma generosa homenagem à Mario Covas, diz-se: “aqui neste local encontrava-se no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru”.¹³

Imagem 95 – Sonho de Liberdade – Domenico Serio Calabrone



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2024.

Incomodamente, a escultura de Serio Calabrone constitui o único marco monumental de referência direta aos presos assassinados pelo Estado, e com sérios problemas desde a sua materialidade. Sua estrutura metálica abstrata não remete às circunstâncias da violência nem aos mortos. Em seu “sonho de liberdade”, na verdade, ela fala menos dos mortos, e mais do processo de “liberação” do lugar em relação ao seu passado: em outras palavras, constitui uma metonímia da implosão: a cidade concretizando o seu reiterado sonho de se ver liberta dos presos. De forma inequívoca, a referência textual aos “111” permanece mínima e a homenagem política ocupa posição central no texto abordado na placada; a forma mantém-se legível como

¹³ Há controvérsias se, de fato, a localização da escultura é o antigo pavilhão nove. O educador cultural e sobrevivente do Massacre Maurício Monteiro diz, nos roteiros de memória realizados pelo Espaço Memória Carandiru, que a escultura está localizada para além do perímetro da antiga Casa de Detenção. Segundo ele, a localização do pavilhão nove na atualidade é o estacionamento do Parque da Juventude, o que reforça a descaracterização do lugar e as implicações do esquecimento ao longo prazo.

metáfora de liberdade, enquanto a dimensão concreta do Massacre tende a perder centralidade na experiência do observador, que, de todo modo, precisaria sair do percurso de sua caminhada e despendar certo esforço ocular para ler sobre o sonho da superação do passado. Nessa direção, confirma-se a monumentalização do passado não assegura permanência da interpelação histórica, podendo ocorrer distorções de fatos consagrados na análise histórica e, novamente, redundando em apaziguamento dos espectros do passado.

A reorganização paisagística aproxima-se da imagem segundo a qual “a grama crescendo é como esquecer” (Macdonald, 2009, p. 9). A cobertura vegetal, o ordenamento do lazer e a integração do espaço à vida cotidiana reconfiguram a topografia do terror e deslocam a experiência predominante do lugar para a condição de parque urbano, em consonância com a tendência de normalização da memória prisional sob molduras conciliatórias (Borges, 2019, p. 7). Em perspectiva mais ampla, assinala-se que o trabalho da memória pode exercer funções educativas e reparatórias e, ainda assim, “nem sempre” impede contranarrativas e repetição de atrocidades (Santos, 2021, p. 291). A normalização do espaço, ao reduzir a fricção cotidiana com a violência, pode produzir efeito paradoxal: o parque torna-se altamente frequentado e menos apto a informar o cidadão, o qual, afinal, teria o direito à memória e educação.

Os números recentes de visitação ajudam a dimensionar o deslocamento, sem resolvê-lo por si. Somente no ano de 2023 foram registrados mais de 1 milhão de usuários do parque, quase o dobro do ano anterior (São Paulo, 2025, p. 53). A facilidade de acesso e a demanda por espaços gratuitos de lazer reforçam a tendência de crescimento de usuários. Contudo, a expansão de uso cotidiano não se traduz automaticamente em elaboração crítica do passado: maior frequência pode coexistir com menor fricção memorial, sobretudo quando a experiência predominante do espaço é orientada por práticas ordinárias de lazer. À medida que o contingente de frequentadores aumenta, diminui proporcionalmente o público com lembranças diretas da antiga ocupação prisional. Fala-se de ao menos duas gerações que sequer possuem imagem das reportagens sensacionalistas movidas pelo Massacre, ou do filme *Carandiru*. “Livre do seu passado”, o Parque se constitui como esfera social formado por elementos mais constantes como alunos e professores das ETECs no Parque da Juventude, jogadores de basquete e tênis, os funcionários de segurança privada, funcionários da limpeza e zeladoria, pessoas em situação de rua espalhados pelos bancos públicos, e também os trabalhadores da zona Norte que “atravessam o parque” até o metrô.

Diferentes pesquisas *in loco* demonstram o grau dissociação entre espaço e passado. De 61 entrevistados ouvidos por Yamashita, apenas 11% associaram o Parque ao Carandiru (Yamashita, 2022, p. 214-215). Heller, Nunes e Perazzo (2023, p. 155-175) constataram

desconhecimento do aniversário do Massacre e constrangimento institucional ao abordar o tema. A ampliação contínua do público sem memória viva consolida distanciamento geracional, no qual o Massacre tende a se inscrever como referência histórica progressivamente menos integrada à experiência cotidiana. O deslocamento das memórias comunicativas para memórias culturais exteriorizadas ajuda a explicar o dado empírico: quanto maior o distanciamento geracional, mais a transmissão depende de suportes e mediações institucionais, e menos do compartilhamento vivido entre grupos (Santos, 2021, p. 291). Nessas condições, a opção política que atravessa diretamente o MPP, e indiretamente o EMC, e mesmo as dificuldades de acesso nesses lugares de memória, explicita um projeto explícito de apaziguamento do passado.

Em determinadas configurações políticas, pode haver silêncio sem apagamento absoluto da história: a ausência de tematização pública não elimina a memória individual, mas redefine sua posição na esfera pública (Ben-Ze'ev; Ginio; Winter, 2010, p. 13; 105). Processar o passado envolve trabalho consciente destinado a libertar-se de sua influência destrutiva (Macdonald, 2009, p. 9). No Parque da Juventude, reorganização espacial, institucionalização da recordação e contenção do trauma coexistem com possibilidade de reinscrição futura, cuja efetivação dependerá de escolhas políticas e pela ocupação efetiva do parque por grupos heterogêneos preocupados com o futuro da memória. A patrimonialização do cárcere reorganiza formas de visibilidade e condições de enunciação no espaço público do presente histórico, deixando o conflito em aberto. Lugares marcados por acontecimentos traumáticos são atravessados por disputas políticas, econômicas e sociais, que podem “potencializar” a transmissão das memórias produzidas ou “torná-las marginais” (Santos, 2021, p. 291). A necessidade dos trabalhos da memória torna-se mais aguda quando ameaças de negacionismo e falsificação histórica se fortalecem.

Cabe encerrar se perguntando qual deve ser o modelo das políticas educacionais sobre a história da Casa de Detenção desenvolvidas no Parque da Juventude. Argumento que uma abordagem educacional aberta à temporalidade dos sobreviventes e egressos deve considerar a apropriação do Parque enquanto território de memória prisional, e não somente nos problemáticos lugares de gestão da memória oficial. Até o momento, não há indícios de que o MPP e o EMC estejam preocupados em mediar a relação de um passado ainda em aberto às demandas do tempo presente por direito à educação de qualidade e à memória. Sensíveis às mudanças dos ventos das políticas governamentais, esses espaços de salvaguarda da memória material prisional continuam a cultivar um passado domesticado, esvaziando a história da Detenção do seu elemento catastrófico. Urge escutar as vozes do Carandiru.

PARTE III

A PASSAGEM DA HISTÓRIA PARA A MEMÓRIA PRISIONAL PELA VIA DO TESTEMUNHO

E quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria *sobre* a delinquência.

Michel Foucault – *Microfísica do poder*.¹

A permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação [...] afeta a ambição de fidelidade na qual se resume a função veritativa da memória. E no entanto...
E no entanto, nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança.

Paul Ricoeur – *A memória, a história, o esquecimento*.²

¹ Foucault, 2017, p. 135-136, destaque no original.

² Ricoeur, 2007, p. 26.

Nota de orientação

A Parte III consagra o final deste longo itinerário tripartite. Após ter passado pelas histórias propriamente ditas, pela representação historiadora e pelas formas contemporâneas de esquecimento forçado, tornou-se possível explorar as intersecções entre experiência e testemunho. E foi preciso ter passado por esse processo: suspender, tanto quanto possível, a análise dos quadros coletivos da memória. Só conseguimos apreender o potencial heurístico da memória comunicacional se considerarmos as suas fricções com o tempo irreversível da história e com os projetos de amnésia institucional. É no desligamento do referencial físico, na destruição dos rastros e em posição contrária aos projetos de esquecimento que a memória, a despeito dos seus vacilos e lapsos,

continua a ser a guardiã da última dialética constitutiva da preteridade do passado, a saber, a relação entre o ‘não mais’, que marca seu caráter acabado, abolido, ultrapassado, e o ‘tendo-sido’, que designa o seu caráter originário e, nesse sentido, indestrutível. (Ricoeur, 2007, p. 505).

O que está implícito no título anunciado é a inversão da proposta de Ricoeur, para quem os testemunhos inauguram “um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (2007, p. 170). Essa inversão corresponde precisamente a uma mudança mais abrangente na cultura histórica, na qual os testemunhos ocupam o lugar do passado em si mesmo, escapando ao controle do arquivo ao insistirem no caráter atual e latente das recordações. Sem essa luta aberta contra a passeidade do passado, que constitui os arquivos e a representação historiadora, as testemunhas estariam despojadas dos meios para manter-se como tais no tempo presente.

Ao inverter a matriz do conhecimento sobre o passado, pretende-se explorar o fenômeno testemunhal em suas diferentes concepções, caracterizadas por verbos ligados aos sentidos do tato, da visão e da audição – e nos projetos pessoais que conectam a memória corporificada à memória armazenada em suportes externos. Essa é também a passagem da vítima para o sobrevivente, movimento que conserva o potencial transformador da recordação.

Distintamente de uma pesquisa que se vale somente dos prontuários dos egressos – documentação sistematizada, organizada e provocada por uma verdade exógena ao próprio sujeito em cena – coloca-se em perspectiva aquilo que se escolheu lembrar do infinito cabedal de sua memória e o sentido que essas pessoas atribuem aos seus atos testemunhais. O cotidiano do cárcere, os vínculos firmados, os traumas reverberados coletivamente e os projetos

sonhados, pois, matizam possibilidades analíticas apropriadas ao corpus documental constituído.

A Parte III contempla os capítulos 6 e 7. No capítulo 6, intitulado *Superstes e testis: as formas do testemunho carcerário*, analisam-se as narrativas dos sobreviventes do Massacre do Pavilhão 9 e dos ativistas de direitos humanos a partir de suas posições “de dentro” e “de fora” da Casa de Detenção de São Paulo, bem como as diferentes modalidades de qualificação da memória. Já o capítulo 7, *A emergência de novas formas de lembrar o Carandiru e a ressocialização pela via do testemunho*, examina como a exteriorização das lembranças em diversos suportes, incluindo o livro, se articula a um conjunto mais amplo de práticas orientadas à ressocialização do sujeito encarcerado.

CAPÍTULO 6 – *SUPERSTES E TESTIS*: AS FORMAS DO TESTEMUNHO CARCERÁRIO

*E já um dos mortos dos 102/103 presos assassinados nos passados pela polícia militar
pediu licença para entrar em seu sonho e contar a sua história
O homem continua sonhando
“Sou um deles” fala um dos mortos assassinados
pela polícia treinada para sufocar rebeliões matar bandidos irrecuperáveis
“Se você ouvir minha história vai querer parar por aí não é por nada não
Qualquer outra não se compara a ela [...]”*

Franco Terranova – *1001 noites no Carandiru*.¹

Introdução

O presente capítulo propõe analisar as variações do testemunho a partir das categorias de *superstes* e *testis*, tomando as lembranças do cárcere como campo empírico de análise. Sustenta-se que essas categorias designam posições diferenciadas de enunciação no interior de um mesmo regime memorial, estruturado pelo Massacre como referencial histórico direto. O Massacre funciona como núcleo organizador das narrativas, ao mesmo tempo em que as projeta para temporalidades que excedem a cena de 2 de outubro de 1992. O campo testemunhal constitui-se, assim, por sobreposição de posições de fala, cuja coexistência impede qualquer redução do testemunho a um único modelo de autoridade narrativa.

A categoria *superstes*, conforme a formulação de Benveniste, designa aquele que “subsiste além de” e “permanece no fato”. No contexto do Carandiru, o sobrevivente funda sua autoridade na inscrição corporal no acontecimento e na persistência do Massacre como presença ativa na experiência subjetiva. Na seção 6.1, o capítulo examina como as narrativas dos sobreviventes estruturam-se em torno do Massacre enquanto evento axial, reorganizando o “antes”, reinscrevendo o “durante” por meio de descrições sensoriais e prolongando o acontecimento no “depois” da vida prisional e pós-prisional. A temporalidade do testemunho revela-se saturada: o evento não se encerra na cronologia factual, mas reconfigura trajetórias, identidades e projetos de futuro. A memória opera como dispositivo de atualização do acontecimento, articulando trauma, elaboração e ação pública.

Ao mesmo tempo, o Massacre não monopoliza o horizonte narrativo. Ele funciona como matriz interpretativa que conecta múltiplos tempos da experiência carcerária e da vida social. As lembranças integram práticas religiosas, engajamentos políticos, reorganizações coletivas e

¹ Terranova, 2001, p. 13.

disputas por reconhecimento, configurando uma economia temporal complexa em que o evento-limite se converte em princípio organizador de longa duração. O testemunho do *superstes* produz, assim, uma temporalidade expandida que articula experiência extrema e reinscrição social.

A categoria *testis* introduz outra modulação do testemunho. Enquanto terceiro em litígio, o *testis* sustenta sua autoridade na presença, no ver e no ouvir que o vinculam ao acontecimento. Na seção 6.2, o presente capítulo analisa como ativistas de direitos humanos e agentes da sociedade civil elaboram o Massacre a partir de uma implicação ética e institucional que amplia o campo de observação. Suas narrativas mantêm o Massacre como referencial estruturante, mas o inscrevem em quadros interpretativos mais amplos, relacionados à violência de Estado, à justiça e à experiência democrática. O testemunho ocular e auricular introduz uma perspectiva mediada que integra o evento a disputas públicas de significação.

Por seu turno, a articulação entre *superstes* e *testis* permite compreender o campo testemunhal do Carandiru como espaço de variações internas, para além da dicotomia excludente entre o sentir e o ver/escutar. As duas posições compartilham lembranças do Massacre enquanto referente comum, e produzem modos distintos de presença do acontecimento no tempo. O presente capítulo demonstra que as narrativas se abrem a outras temporalidades do sobrevivente e de formas de ser e estar junto.

A análise fundamenta-se na noção de quadros coletivos da memória, reconhecendo que as lembranças prisionais se organizam a partir de referenciais compartilhados que conferem inteligibilidade ao passado. O Massacre constitui um desses quadros estruturantes, funcionando como eixo comum de significação. Contudo, cada narrativa inscreve esse referencial em trajetórias específicas, experiências corporificadas e posicionamentos singulares. A memória apresenta-se, assim, como processo simultaneamente coletivo e individual: coletiva na medida em que se ancora em matrizes sociais de sentido; individual na forma particular pela qual cada sujeito atualiza, seleciona e reinscreve o acontecimento em sua própria temporalidade.

6.1. O testemunho como sobrevivência

A figura do sobrevivente ocupa lugar central em debates contemporâneos sobre trauma e testemunho. No contexto dos estudos com indivíduos vitimados por determinado evento catastrófico, cujo efeito transcende a somatória dos sujeitos afetados, as reflexões de Dominick LaCapra permitem descrever modos distintos de relação com o passado traumático por meio da tensão entre *acting out* (*repetição*) e *working through* (*perlaboração*). Sem implicar uma

relação de domínio sobre a cena traumática, a perlaboração designa um processo contínuo pelo qual o sujeito pode vir a reduzir a compulsão à repetição, estabelecendo uma relação mediada de alteridade com o passado vivido, seja ele individual ou coletivo (LaCapra, 2023, p. 29). Trata-se, portanto, menos de “superar” o acontecimento do que de instaurar uma forma específica de presença do passado no fluxo vital: abrir-se à lembrança sem domesticá-la, ao mesmo tempo em que se convoca os outros à escuta. Mais precisamente, a leitura das histórias do capítulo 1 permitem qualificar a perlaboração por trabalhos de memória plurais, dinâmicos e continuados. O passado traumático é retirado da sua cripta e passa a ser matéria de ação no presente, e daí o sobrevivente reescrever a vida social após o cárcere.

Esse conjunto de reflexões abertas encontram ressonância em uma das etimologias do termo testemunho, *superstes*. Para Émile Benveniste, *superstes* descreve a “testemunha seja como aquele que ‘subsiste além de’, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como ‘aquele que se mantém no fato’, isto é, que permanece aí, presente (Benveniste, 1995, p. 278, destaques no original).² “Aquele que subsiste além de”, “sobrevivente” e “aquele que se mantém no fato” configuram, assim, modos convergentes de posicionamento diante da experiência-limite, convergência que se torna empiricamente observável nas histórias orais contadas ao longo da parte I.

Iniciar a análise por essa conceituação basilar permite propor um primeiro entendimento acerca de uma dimensão compartilhada do campo testemunhal investigado – entendimento presente em diferentes momentos da tese. Parte-se da premissa de que o tempo da testemunha, enquanto *superstes*, condiciona um deslocamento decisivo dos atos de memória: o presente aglutina simultaneamente o tempo vivo da lembrança (E. Bosi, 2003) e o tempo da ação, que incide sobre a matéria do passado para abrir possibilidades de futuro, frequentemente formuladas como reivindicações de reconhecimento e de cidadania. Nesse horizonte existencial, em que o referente da ação permanece ancorado na experiência prisional, o acontecimento retorna à superfície da consciência como exigência reiterada de narrar, no nível de uma necessidade básica. Para sobreviver e para buscar formas de reinscrever sua experiência

² A história oral testemunhal – também chamada, com razão, de história oral da crise – passou a adotar, sobretudo a partir de 1980, o termo “sobrevivente” para denominar a pessoa vitimada por determinado evento traumático (Abrams, 2015, p. 176). O trabalho empírico indica que essa adequação semântica – todos fogem da pecha de “vítima” – pode bem ter a sua origem nas comunidades violadas, as mesmas estudadas pelos oralistas e demais especialidades da escuta. Ou seja, um caso em que a teoria muda conforme a prática. Sobrevivente pode também se referir, especificamente, a pessoas que passaram por uma tentativa de suicídio, pessoas afetadas por casos concretizados de suicídio e, para além dos quadros da suicidologia, mulheres que foram vítimas de abuso ou tentativa de feminicídio. O essencial, ao meu ver, é compreender como os grupos violados dos seus direitos fundamentais constroem a identidade de sobrevivente no espaço público. A sobrevivência deixou de ser uma condição atribuída por um especialista e passou a ser reivindicada.

no fluxo temporal da sociedade que o cerca, a testemunha necessita falar e ser ouvida (Seligmann-Silva, 2022, p. 141-143; LaCapra, 2023, p. 143; Abrams, 2015, p. 179).

6.1.1. A passagem da vítima para o sobrevivente

Ao adotar a comunidade carcerária como maior reserva de memória, a associação entre trabalho de memória e suplemento de vida adquire implicações concretas. A condição daqueles que passaram pelo encarceramento expressa, no cotidiano, os efeitos continuados de identidades socialmente atribuídas por práticas penais e prisionais. A contingência do futuro se diui no uso socialmente cristalizado do termo “ex-presidiário”; o passado pesa e, em determinados casos, a atribuição exógena dessa identidade assume os efeitos de uma condenação social prolongada, isto é, o pagamento da dívida socialse descola do esperado perdão e direito ao esquecimento. A dificuldade de retorno pleno à vida em sociedade pode manifestar-se, de modo recorrente, na escassez de oportunidades concretas de trabalho e de educação no período pós-cárcere. Diante da impossibilidade de retorno efetivo à vida social, o testemunho emerge como meio para requerer cidadania e reinscrever a experiência vivida em termos socialmente permeáveis.³

A questão prisional no tempo presente tensiona os pressupostos da chamada “ressocialização”, frequentemente pensada como retorno a uma condição anterior ao encarceramento, ao mesmo tempo em que o preso é submetido a práticas institucionais degradantes. A recuperação, por consequência, se aplica menos à situação social explicadora da ação delinquente, e mais aos efeitos destrutivos do encarceramento, marcado por um cotidiano de abusos físicos e mentais, direta e indiretamente. Desde que as prisões modernas substituíram, no século XIX, os suplícios corporais em nome de uma economia do poder (Foucault, 2014, p. 19), seu projeto regenerador, articulando religião, trabalho e meditação, foi rapidamente objeto de contestação. Se as prisões continuam a existir, e indivíduos seguem cumprindo penas privativas de liberdade, isso se deve a razões distintas dos propósitos oficialmente anunciados de “recuperação do delinquente” (Foucault, 2017, p. 217). Nas significativas distâncias entre os discursos prisionais e a experiência concreta do pós-cárcere,

³ Não sendo objeto de reflexão desta tese, o encarceramento feminino tem suscitado análises renovadas que compensam a hegemonia de estudos sobre prisões masculinas. Indica-se o livro autobiográfico de Helen Baum, astutamente intitulado *Quando arracaram as minhas asas* (2025). Baum foi presa em situação de abuso do crack e relata o drama das penitenciárias femininas. Uma das diferenças mais relevante da intersecção entre prisão e gênero feminino é o abandono de parceiros, familiares e amigos. Por sua vez, a presença contínua das mulheres nos dias de visita nas penitenciárias masculinas é assunto recorrente nas histórias dos egressos do Carandiru.

criam-se as condições materiais para que o testemunho da experiência prisional passe a operar como prática alternativa de inscrição na vida pública.

Entre os sobreviventes entrevistados, cujas trajetórias são profundamente singulares tanto no cárcere quanto fora dele, observam-se convergências notáveis na forma de se posicionarem diante de si, dos próximos e dos outros (Ricoeur, 2015, p. 341). De modo recorrente, os interlocutores mobilizam a autodesignação de sobreviventes, e denominam seu ato narrativo como testemunho. É nesse registro que emerge uma tensão produtiva para a análise: em determinadas situações, a nomeação de si como sobrevivente aparece como tentativa de reposicionamento social frente às marcas da vitimização e ao estigma penal, sem que isso elimine a dimensão jurídico-política da condição de vítima nem as disputas por reconhecimento e reparação que dela decorrem. A atribuição consciente de sobrevivente, termo mobilizado como identidade, produz efeitos práticos de legitimação perante o si mesmo – resignificação do passado e superação do vitimário –, os próximos – demais egressos do sistema prisional, pessoas em atual situação de cárcere, familiares – e os outros – acadêmicos, jornalistas, defensores dos direitos humanos.

Na introdução, espaço de apresentação ao interlocutor, cabe sintetizar a identidade pela superação da trama prisional – lastro da autoafirmação de sobrevivente – bem como a síntese da ficha criminal que confere autoridade pela empiria à história que se segue:

O meu nome é Maurício Monteiro, também conhecido como Nenê, ou Prisioneiro 84.901. Eu sou um sobrevivente do Massacre da Casa de Detenção de São Paulo. Fiquei preso durante 16 anos... Passei por várias penitenciárias de segurança máxima, fiz muito bagulho errado, e hoje parei com o crime. Tenho duas fugas no sistema penitenciário: uma do semiaberto e outra da segurança máxima de Guarulhos. Sou formado em Gestão Ambiental e Sanitária, formando em Educação Física, técnico em Meio Ambiente, diretor da ONG Instituto Resgata Cidadão (IREC), youtuber, educador e mediador no Espaço Memória Carandiru. Também sou instrutor de boxe pelo Conselho Nacional de Boxe. Tenho um projeto social, no qual eu dou aula de boxe para a molecada da favela. É, mano... Coisa para caralho. Eu sou um ser humano em constante evolução. Maurício Monteiro.

Opa, me chamo Luís Carlos Paulino, mais conhecido como Bizil. [...] Sou um homem abençoado com o casamento, bacharel em Teologia, Pedagogia e mais recentemente Direito, de modo a poder alinhar a minha experiência de violação à defesa dos direitos humanos. Sou um dos sobreviventes do Massacre da Casa de Detenção, no Pavilhão 9. Busco, através da pintura, contar a história da maior chacina da América Latina. Luís Bizil.

Sou um homem negro de 63 anos, bacharel em Direito, com especialização em Direito Civil, Professor de Língua Portuguesa e sobrevivente do Massacre do Carandiru. A minha história a respeito do Carandiru começa, pois, no meu tempo de juventude. Posso dizer que fiz muitas coisas ilícitas, e paguei por elas. Infligi o artigo 157 do Código Penal Brasileiro, que é o assalto à mão armada. Aos 17 anos, comecei a roubar com um conhecido da mesma idade. Não que a gente passasse dificuldade financeira. Nada disso. Começamos a vida no crime de forma espontânea, visto que trabalhei em

boas empresas. Fui Office Boy e Auxiliar Administrativo, de modo que eu tinha tudo para dar certo... Mas, andei pelo caminho errado. Conclusão: me tornei ladrão, artigo 157 do Código Penal. José Roberto.

Meu nome é Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru. Sou escritor, rapper, palestrante, oficineiro, arte-educador, alfaiate e feirante. Na realidade, eu próprio sou um dos fundadores da literatura marginal, e a literatura marginal pode ser simplesmente entendida como a margem dentro da sociedade. Fui o primeiro negro a escrever um livro falando sobre o Massacre do Carandiru, e um dos primeiros detentos a fazer rap dentro do sistema prisional. André du Rap.

Eu sou Kric Cruz, mas o meu nome de batismo é Claudio Antonio da Cruz. Preciso explicar, visto que nem sempre eu fui o “Kric Cruz”. Antes de ter a vida cultural e artística que eu tenho, me envolvi mesmo na vida do crime. Do crime, só me restou muito dissabor... Tirei muito juizado de menor e cumpri pena em diversos Distritos Policiais (DPs), até chegar à Casa de Detenção Professor Flamínio Fávero, que muita gente conhece como Carandiru. [...] Eu sobrevivi para testemunhar por aqueles mortos pelo Estado. Kric Cruz.

Coloca-se, então, a questão: onde reside a diferença concreta entre “vítima” e “sobrevivente”, quando essas categorias são mobilizadas como formas de nomeação de si? Em *Crítica da vítima*, Daniele Giglioli afirma que “a vítima é irresponsável, não responde por nada, não deve se justificar” (Giglioli, 2016, p. 20). Trata-se de uma crítica dirigida a certos usos contemporâneos da vitimização enquanto posição discursiva que pode neutralizar a agência, e não de uma definição ontológica da condição de vítima.⁴ Para os fins desta tese, o ponto não é deslegitimar a categoria vítima, tampouco imputar ao vitimado a responsabilidade, direta ou indireta, pelo evento traumático – tática recorrente do revisionismo histórico –, mas analisar como os sujeitos elaboram respostas possíveis – sempre parciais, incompletas e circunstanciais – diante de uma experiência-limite.

Consignando a memória de expressão como fonte dotada de suficiência heurística, observa-se como a sobrevivência sustenta uma disposição de ação e de posicionamento ético no mundo, orientando a lembrança para além da clausura do sofrimento, sem que isso implique desqualificar a vitimização como gramática legítima de reconhecimento nem resolver de modo definitivo as tensões entre dor, agência e cidadania. Testemunhar o cárcere, mobilizando diferentes usos das artes e da narrativa, corresponde precisamente a esse movimento da sobrevida em direção à vida.

⁴ Em *Crítica da Vítima*, Giglioli não teve por objeto de questionamento o que o autor denominou “vítimas reais”, isto é, pessoas que efetivamente tiveram os seus direitos fundamentais violados. O que o autor chamou atenção foi para a mudança instrumental no estatuto da vítima. O que antes era um processo vinculado a violação de direitos, passou a ser reivindicado como fonte de poder. Donald Trump é o tipo ideal da vítima. Em seus dois mandatos, o presidente se posiciona como vítima do discurso “politicamente correto”, e faz da suposta “perseguição aos brancos e católicos” o seu bode expiatório.

6.1.2. O irreversível e o irrevogável

As histórias orais dos sobreviventes do Massacre do Pavilhão 9 não se acomodam a enquadramentos retrospectivos pacificados. Em vez de se apresentarem como evocação de um episódio definitivamente encerrado, as narrativas orais configuram espaços de disputa contínua em torno do próprio estatuto do acontecimento, mantendo em aberto questões relativas ao que ocorreu, ao número de mortos, às formas de reconhecimento das vítimas e às responsabilidades que continuam a incidir sobre o presente. O Massacre não se fixa, assim, como fato estabilizado, mas se impõe como acontecimento cuja definição, duração e consequências permanecem objeto de controvérsia histórica. É nesse terreno de fricção de memórias que a distinção entre o tempo irreversível e o tempo irrevogável qualifica a análise; distinção esta que permite apreender como dispositivos estatais de encerramento tendem a operar no registro do irreversível, ao passo que os testemunhos reinscrevem o Massacre como irrevogável, sobretudo por meio de dois operadores empíricos recorrentes: a reivindicação por reparação e a cifra dos mortos.

Sem abandonar a reconstrução factual, o deslocamento analítico proposto aqui consiste em interrogar as formas de temporalização do acontecimento e, por essa via, os modos pelos quais o passado é produzido, administrado e tornado governável. As histórias orais evidenciam que a violência de Estado se articula a um conjunto de operações voltadas ao encerramento – entre as quais se destacam decisões judiciais, classificações administrativas, critérios de contagem, políticas de memória e intervenções simbólicas e materiais sobre o espaço. Longe de apenas descreverem um passado supostamente dado, tais procedimentos participam ativamente de sua produção enquanto passado, recortando-o, estabilizando-o e deslocando-o para fora do presente como algo que “já aconteceu”. Mais do que técnicas de registro, essas operações redistribuem responsabilidade, credibilidade e direitos: definem quem pode reivindicar reconhecimento, em que termos e com quais efeitos, circunscrevendo a inteligibilidade pública do dano e os limites institucionais de sua reparação. É no interior dessas redistribuições – que modulam acesso à palavra, à escuta pública e aos regimes de credibilidade – que o testemunho se configura como prática reiterada de reinscrição do acontecimento, reativada sempre que novas audiências, decisões e dispositivos pretendem estabilizar o Massacre como passado concluído.

Para compreender esse regime de operações, a obra de Berber Bevernage oferece um aporte conceitual decisivo. Ao demonstrar que história, justiça e memória operam segundo estruturas de temporalidade heterogêneas, o autor evidencia que a passagem do tempo não produz, nessas esferas, efeitos equivalentes de pacificação, estabilização retrospectiva ou neutralização do passado (Bevernage, 2018, p. 17-21). A temporalização do acontecimento

emerge, desse modo, como campo de disputa política no qual se definem as condições pelas quais o passado se torna inteligível, administrável e, em determinadas circunstâncias, formalmente encerrável.

A distinção proposta por Bevernage entre tempo irreversível e tempo irrevogável permite apreender conflitos concretos em torno do “tendo-acontecido”, sem reduzir o problema a uma tipologia abstrata do tempo histórico. Conforme observa o autor, “o irreversível e o irrevogável remetem a duas maneiras diferentes de experimentar o passado enquanto tendo-acontecido” (Bevernage, 2018, p. 22). Trata-se de modalidades que coexistem de modo assimétrico e conflitivo, mobilizadas de forma desigual por instituições estatais, operadores jurídicos e sujeitos historicamente situados – nesse caso, atravessam diretamente a disputa pela inteligibilidade do Massacre, seja na forma de decisões e classificações que o fecham, seja na forma de testemunhos que o mantêm aberto como exigência histórica.

Na estrutura de temporalidade do irreversível, o acontecimento é reconhecido como indestrutível em sua ocorrência, mas reinscrito em uma sequência temporal orientada ao distanciamento progressivo e à perda de atualidade normativa. O passado assume a forma de algo que “já aconteceu” e que, precisamente por isso, pode ser estabilizado retrospectivamente, periodizado e tratado como encerrado. Trata-se de uma concepção linear do tempo histórico, na qual os acontecimentos tendem a ver enfraquecida sua capacidade de interpelação à medida que se afastam do presente. Como observa Bevernage, institui-se aí um passado “percebido como transitório, frágil ou passageiro em relação ao presente” (Bevernage, 2018, p. 22), condição que autoriza sua incorporação a narrativas explicativas e a dispositivos institucionais orientados para o fechamento.

No campo da justiça, essa estrutura de temporalidade manifesta-se de forma particularmente nítida por meio de mecanismos como prescrição, anistia e coisa julgada, sustentados pela premissa de que o decurso do tempo pode, por si só, produzir efeitos legítimos de conclusão. Dinâmica semelhante pode ser observada no registro historiográfico quando a violência é integrada como momento delimitado de processos mais amplos — transições políticas, ciclos institucionais, reconfigurações administrativas — por meio de operações de periodização e fechamento narrativo. Nessas práticas, o irreversível não atua apenas como descrição cronológica da passagem do tempo, mas como princípio organizador que confere inteligibilidade ao passado e legitima sua administração no presente.

Ao enfatizar a dimensão política desse regime temporal, Bevernage observa que o irreversível deve ser compreendido como forma situada de organizar o passado, e não como expressão neutra do funcionamento do tempo histórico. Ao inscrever a violência de Estado no

horizonte do irreversível, torna-se possível reconhecê-la como fato ocorrido e integrável a dispositivos institucionais de gestão do passado. Tal reconhecimento implica uma neutralização específica, na medida em que o passado é admitido como tendo acontecido ao mesmo tempo em que é desativado enquanto força normativa no presente, “reconhecido como tendo acontecido, mas simultaneamente desativado” (Bevernage, 2018, p. 24). A desativação pode ser observada sempre que decisões e classificações convertem o Massacre em evento politicamente administrável – isto é, formalmente concluído – sem produzir, com isso, reconhecimento substantivo do dano e de suas obrigações correlatas.

Contra essa economia temporal do encerramento, as histórias orais tornam sensíveis seus limites internos. Em contextos atravessados por Massacres e crimes de Estado, o acontecimento não se esgota no instante de sua ocorrência, prolongando-se por meio de efeitos materiais, corporais, jurídicos e simbólicos que continuam a incidir sobre o presente. Ainda que a passagem do tempo siga operando como princípio organizador, ela já não produz, de modo satisfatório, os efeitos de conclusão que lhe são atribuídos. É a partir desse ponto de saturação que Bevernage introduz a noção de tempo irrevogável, destinada a qualificar experiências históricas nas quais o passado, embora reconhecido como tendo acontecido, permanece aderido ao presente, fazendo questionar a própria posse do passado.

No interior da estrutura de temporalidade do irrevogável, o acontecimento é experimentado como um “depósito denso, persistente e aderente”, resistente às operações institucionais de fechamento do passado (Bevernage, 2018, p. 22-23). O passado não se converte automaticamente em passado pacificado, mas funda uma presença contínua que mantém abertas questões de responsabilidade, reparação e reconhecimento. É dessa tensão entre tentativas de encerramento e persistência empírica do acontecimento que as histórias orais dos sobreviventes do Massacre extraem sua inteligibilidade histórica.

Sob essa chave, o problema da justiça não se reduz à existência de processos e decisões: o que se torna central é o alcance do reconhecimento produzido por eles. Embora o acontecimento tenha sido objeto de procedimentos judiciais e atos formais, o que emerge dos testemunhos é a ausência de reconhecimento estatal substantivo da violência perpetrada — seja no plano da responsabilização, seja no plano da reparação, seja no plano do reconhecimento público do dano. O Massacre surge amplamente neutralizado enquanto Massacre por meio de classificações jurídicas e enquadramentos administrativos que produzem encerramento formal sem engendrar reconhecimento histórico efetivo.

A atuação estatal, nesses termos, reinscreve o acontecimento em uma estrutura de temporalidade orientada ao encerramento, na qual a produção de decisões pode substituir o

enfrentamento das responsabilidades implicadas. Julgamentos, prescrições e absolvições funcionam como dispositivos de estabilização da experiência histórica, deslocando o passado para fora do presente e tratando-o como juridicamente superado. O resultado não é justiça entendida como confronto com a violência, mas a consolidação de um regime temporal no qual a decisão opera como mecanismo de neutralização histórica.

A defasagem estrutural entre essa temporalidade estatal e a duração histórica dos efeitos da violência extrema torna-se, então, empiricamente apreensível. Ainda que o Estado atue como se o Massacre pudesse ser concluído por meio de atos jurídicos e administrativos, suas consequências materiais, corporais e simbólicas continuam a incidir sobre o presente. A produção de decisões não coincide com a resolução das obrigações históricas implicadas pela violência, delineando uma disjunção persistente entre o tempo da justiça e o tempo vivido do dano.

Essa disjunção se evidencia de modo particularmente nítido na questão da reparação. Segundo os relatos colhidos nesta pesquisa, nenhum dos colaboradores recebeu indenização estatal pelas violações sofridas durante o Massacre do Pavilhão 9. Longe de se apresentar como falha administrativa pontual, essa ausência compõe uma condição estrutural que projeta o Massacre para além de 1992, organizando trajetórias marcadas pelo desamparo e pela carência de reconhecimento institucional. A violência, nessa perspectiva, passa a ser repactuada no cotidiano daqueles que continuam a suportar seus efeitos sem compensação estatal.

Dinâmica análoga pode ser observada no tratamento dispensado às famílias dos presos assassinados. Mesmo no âmbito das ações de indenização, a justiça opera segundo uma estrutura de temporalidade marcada pela morosidade extrema e pelo encerramento apenas parcial dos processos. Conforme foi analisado em artigo no contexto dos 28 anos do Massacre (Machado, Machado; Fonseca, 2020, p. 33), apenas 43 das 73 ações identificadas haviam concluído todo o trâmite jurisdicional com a efetiva disponibilização dos precatórios. A morosidade funciona, aqui, como tecnologia temporal: produz encerramentos formais parciais ao mesmo tempo em que prolonga o dano como presença administrativa no presente.⁵ O dado

⁵ Em um dos casos de indeferimento do pedido de indenização – a mãe de um dos presos assassinados no Pavilhão 9 –, o TJSP registrou uma das mais vergonhosas respostas do judiciário paulista: [...] A culpa foi das vítimas, que iniciaram a rebelião, que destruíram todo um pavilhão do Carandiru e forçaram a sociedade, através de sua polícia militar, a se defender. Não poderiam ter direito algum a qualquer indenização, como não podem seus parentes buscar uma indenização por ato doloso que autoria das vítimas (São Paulo, 1999, p. 3-4 apud Machado; Machado; Fonseca, 2020, p. 38). Com a experiência da pesquisa, pude constatar que tamanha falácia, apelativa para o senso comum, encontra-se amplamente difundida entre servidores da segurança pública e mesmo representantes do poder judiciário.

torna visível a persistência de uma violência administrativa que estende no tempo o não reconhecimento, fazendo do Massacre uma ferida não cicatrizada.

Nessas condições, a reparação não pode ser concebida como elemento externo ou meramente posterior ao acontecimento, mas como dimensão constitutiva de sua própria temporalidade. Ao não reparar, o Estado reinscreve reiteradamente o Massacre no presente, mantendo abertas as obrigações históricas dele decorrentes. O tempo irrevogável não emerge, portanto, de um excesso de memória ou de uma recusa subjetiva à superação, mas da continuidade material de dívidas históricas que permanecem sem resposta institucional efetiva.

A problemática da justiça de transição permite reinscrever essa discussão em um horizonte mais amplo, no qual a temporalização do passado violento se apresenta como questão central. Mais do que um conjunto de mecanismos normativos, a justiça de transição pode ser compreendida como estrutura específica de temporalidade, orientada pela expectativa de estabilização retrospectiva do passado e pela produção de um futuro democrático desvinculado da violência pretérita. Na formulação clássica de Ruti Teitel, a transição projeta no porvir a promessa de superação do autoritarismo, operando sob a tensão entre ruptura e continuidade institucional (Teitel, 2000, p. 4-9). Ainda que reconheça a contingência do processo transicional, esse enquadramento pressupõe a possibilidade de converter a violência em passado governável.

A crítica formulada por Berber Bevernage incide precisamente sobre esse pressuposto ao demonstrar que processos de justiça de transição tendem a privilegiar estruturas de temporalidade orientadas pelo irreversível, nas quais o passado, embora reconhecido, é progressivamente deslocado para fora do presente por meio de dispositivos jurídicos, narrativos e institucionais de encerramento (Bevernage, 2018, p. 17-21). No caso brasileiro, essa estrutura adquiriu contornos particularmente definidos, sobretudo no plano da responsabilização penal e das reformas institucionais. A transição política foi conduzida de modo a preservar elementos centrais do aparato repressivo, bloqueando a responsabilização e instituindo uma gestão seletiva do passado autoritário. Como aponta um relatório produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP a respeito dos períodos de transição política, consolidou-se no Brasil República um modelo marcado pela ausência de punição aos agentes estatais responsáveis por graves violações de direitos humanos e pela naturalização da violência como prática recorrente de gestão penal e social (NEV/USP, 2000).

A Lei de Anistia de 1979 operou como instrumento decisivo dessa temporalização ao converter a violência em passado juridicamente reconhecido, mas desativado enquanto força normativa no presente (Pinheiro, 1991). Iniciativas posteriores, como a Comissão Nacional da

Verdade (CNV), ampliaram o reconhecimento factual e simbólico das violações, mas não foram acompanhadas por reformas institucionais profundas nem por políticas consistentes de responsabilização e reparação coletiva (Brasil, 2010). O resultado não foi a superação da violência, mas sua reinscrição administrada no interior da ordem democrática.

É precisamente nesse cenário de não reconhecimento substantivo que se estabelece a centralidade temporal do testemunho. Ao situar o Massacre como acontecimento ainda aberto, as histórias orais instauram uma estrutura de temporalidade que entra em fricção com aquela mobilizada pelo Estado. Enquanto a história oficial e a justiça qualificam o passado nos termos da sua passeidade, tratando o Massacre como episódio concluído, os sobreviventes insistem na permanência do acontecimento como exigência histórica não resolvida. Testemunhar, à contrapelo, sustentar a condição de acontecimento que recusa a qualidade de passado; a pacificação dos espectros do passado se mantém como impossibilidade, enquanto suas consequências sociais permanecerem ativas. O irrevogável emerge, assim, como efeito da fricção entre uma estrutura estatal orientada ao encerramento e uma estrutura testemunhal que torna visível a insuficiência desse encerramento.

Outro operador decisivo dessa temporalidade manifesta-se na instabilidade recorrente em torno do número de mortos. Apesar das trajetórias singulares dos sobreviventes, as histórias orais convergem ao produzir deslocamentos sistemáticos em relação à cifra oficial de 111 mortos. Tal recorrência não se apresenta como falha de memória ou simples imprecisão narrativa, mas como questionamento das condições institucionais pelas quais o acontecimento foi numericamente estabilizado.

A cifra oficial, ao limitar o Massacre aos corpos reconhecíveis, atua como tecnologia de encerramento. Ao fixar um número por um rastro material, o Estado institui um marco fechado, passível de registro administrativo e arquivamento documental, tornando o Massacre mensurável e governável no tempo. A estabilização numérica constitui, portanto, um relevante mecanismo característico da estrutura de temporalidade do irreversível, ao delimitar simultaneamente o alcance do acontecimento e os limites de sua interpelação histórica.

Ao insistirem que “foram mais de 111”, as histórias orais desautorizam o fechamento produzido pela cifra oficial. Essa insistência não visa substituir um número por outro, mas reinscrever o Massacre em um campo de indeterminação que impede sua conversão em evento plenamente estabilizado. O foco analítico, aqui, recai sobre o estatuto social da cifra como objeto de disputa e como mecanismo de governança do acontecimento, independentemente de qual seja o número empiricamente exato. A instabilidade do número atua, assim, como operador

empírico do irrevogável, tornando visíveis restos e excessos que escapam à contabilidade estatal.

Considerados em conjunto, a ausência persistente de reparação material e a instabilidade recorrente em torno do número de mortos indicam que o tempo irrevogável

não se constitui como efeito exclusivo da memória ou do testemunho, mas como produto histórico de práticas institucionais e decisões estatais que reiteradamente fracassam em produzir encerramento efetivo. O Massacre permanece aberto menos por excesso de lembrança do que pela insuficiência estrutural de reconhecimento, justiça e reparação. Ao permanecerem socialmente disputáveis, tais restos e excessos demandam formas recorrentes de enunciação e circulação – isto é, um trabalho testemunhal contínuo – no qual a referência ao passado se mantém vinculada a expectativas presentes de reconhecimento, responsabilidade e reparação.

Nesse horizonte analítico, o caso Carandiru adquire relevância decisiva para o debate sobre justiça de transição no Brasil. Ocorrido sob a vigência de um regime democrático em consolidação, o Massacre evidencia os limites internos das políticas de neutralização do passado ao tornar visível a persistência de acontecimentos cujos efeitos não se deixam pacificar. O passado permanece como ferida aberta na memória porque as condições históricas de seu encerramento efetivo jamais foram produzidas.

6.1.3. A memória corporal e os estabilizadores internos das recordações carcerárias

Na história dos estudos da memória, poucas metáforas alcançaram tanta projeção quanto a ideia platônica da impressão – *eikon* – em um bloco de cera, segundo a qual, na ausência do objeto referencial, a marca deixada atesta sua passeidade – isto é, sua qualidade de ter-passado – no presente. Dessa formulação deriva a conhecida expressão “presença de uma coisa ausente”, amplamente retomada na tradição fenomenológica e hermenêutica da memória (Ricoeur, 2010). Lembrar e esquecer configuravam-se como problemas de ajuste entre o objeto referido e a marca impressa. Em uma leitura consagrada dessa tradição, Aristóteles foi responsável por introduzir no esquema platônico a dimensão do tempo, origem da fórmula retomada por Paul Ricoeur em diferentes momentos: “a memória é do passado” (Ricoeur, 2010, p. 27-34). O trabalho da recordação ativa inicia-se, assim, na impossibilidade de realizar uma “prova real”, isto é, na ausência da causa que produziu a marca e sob o efeito do tempo transcorrido. Importa dizer que não há recordação sem intervalo temporal que separe a busca ativa da lembrança do objeto da memória.

A memória corporificada impõe um problema de natureza distinta daquele colocado pela tradição representacional da memória. Nela, o tempo se configura como espaço de

inscrição, isto é, como marca incorporada que resiste ao trabalho de esquecimento operado pelo tempo, ainda que não se apresente de forma estável ou plenamente assimilável à consciência. Como observa Aleida Assmann, “o que é gravado no interior vale como inapagável, porque é inalienável” (2011, p. 260). Essa formulação introduz o cerne do problema da estabilização das recordações próprias da memória corporificada, distinguindo-as dos estabilizadores externos – mídias –, que permitem a transmissão da lembrança para além da experiência vivida e da duração biográfica do sujeito de atribuição. Toda a reflexão desta tese parte, portanto, da primazia analítica da recordação inscrita no corpo dos sobreviventes, sem que isso implique pressupor uma memória não mediada ou exterior às condições sociais e linguísticas de sua produção.

Entende-se por memória corporificada as formas da recordação cuja persistência não depende prioritariamente de suportes externos ou de reconstruções narrativas coerentes, mas de inscrições corporais inalienáveis que limitam a plasticidade da memória e resistem à erosão do tempo (A. Assmann, 2011, p. 259-276). A inapagabilidade dessas marcas não implica estabilidade narrativa nem transparência à consciência: experiências inscritas no corpo podem permanecer fragmentárias, latentes ou intrusivas, reaparecendo de modo descontínuo e sem fechamento retrospectivo. Nesse ponto, a memória corporificada aproxima-se das reflexões de Cathy Caruth ao descrever uma temporalidade marcada pela latência e pelo retorno tardio do acontecimento, sem que isso implique reduzir tais experiências a categorias diagnósticas ou universais do trauma.

Será preciso acrescentar a possibilidade de perlaboração do passado, “que envolve uma coimplicação transferencial e resiste à compulsão e ao fechamento, embora venha com julgamento crítico e autocrítico, permitindo possíveis, e talvez mais desejáveis, futuros” (LaCapra, 2023, p. 29). Ao afirmar a primazia analítica da memória corporificada, não se pressupõe, necessariamente, recordações enclausuradas no corpo, senão o referencial orgânico da memória da catástrofe, no interior do qual operam estabilizadores que tornam certas experiências resistentes ao esquecimento de reserva, sem convertê-las necessariamente em passado integrado – como veremos.

No âmbito da memória corporificada, A. Assmann identifica quatro estabilizadores internos da recordação – língua, afeto, símbolo e trauma – entendidos como mecanismos que limitam a ação do tempo sobre a recordação e a deformação da experiência (A. Assmann, 2011, p. 267-283). Por uma necessidade de recorte analítico, detenho-me aqui em dois deles, a língua e o trauma, por serem decisivos para a compreensão da formação identitária e memorial produzida a partir do cárcere.

Segundo a autora, “a língua é o estabilizador mais poderoso das recordações” (A. Assmann, 2011, p. 268).⁶ Considerada aqui em sua dimensão de oralidade, a língua constitui o meio privilegiado de expressão da lembrança, de modo que cada contador de histórias constrói uma voz particular, e por ela encanta a experiência, isto é, a transforma o passado vivido em narrativa oral. Com efeito, lembrança e oralidade se acoplam a um momento comum da consciência, interpenetrando-se em níveis individuais e sociais. A experiência emerge na narrativa como um acontecimento criativo, filtrado por um corpo continuamente situado no presente (E. Bosi, 2012, p. 46), e, portanto, sujeito às intempéries do ambiente, da cultura e da ideologia. Em suma, antes que a memória possa ser preservada das determinações do seu meio, o corpo aglutina percepção e busca ativa do passado vivido. A memória de expressão oral configura-se, assim, como organismo social, no qual a experiência individual se qualifica na convivência compartilhada.

Inserida em um universo marcado pela circulação oral da experiência carcerária, a memória dos sobreviventes do Massacre se estrutura a partir de um vocabulário comum forjado no interior da prisão, que passa a ser reativado no presente da memória comunicacional. Precisamente, um dos aspectos mais relevantes das histórias orais ouvidas é o grau de coesão da oralidade prisional, que não desaparece com o fim do encarceramento, tampouco se reduz a vestígio de um tempo superado: na verdade, o vernáculo prisional continua a operar como matriz organizadora da rememoração. Como se pode observar, as relações entre língua e memória transcendem a mera comunicação dos enunciados.

A essa oralidade prisional, denomina-se pelos estudos de sociolinguística de gírias. No sentido amplo, gírias podem ser definidas como manifestações da linguagem informal que coexiste com a linguagem formal, e se distingue desta por ser tipicamente oral, vinculada à identidade de comunidades socialmente marginalizadas (Pretti, 2006, p. 241-242). Gestadas no interior de uma comunidade com relativo grau de separação da sociedade civil abrangente, as gírias do cárcere se constituem pela dupla necessidade de organizar a comunicação e a convivência entre os indivíduos aprisionados. O domínio da linguagem estabelecida passa a ser condição de existência e coesão grupal, concorrendo ao nível de uma lei interna não positivada e, por essa razão, pressupõe rápida assimilação de novos membros. Concomitante ao artigo do código penal que enquadra o delinquente a categorias distintas no mundo do crime – sendo os

⁶ Apesar desta forte afirmação, a língua foi o estabilizador interno menos discutido por A. Assmann, por uma questão programática: seu objeto de reflexão se baseia nos armazenadores externos que ganham vida no conceito de memória cultural. Mesmo nos estudos em história oral, curiosamente, fenômenos de oralidade não recebem a dimensão devida. Evidentemente, há exceções, como o belo livro de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembrança de velhos* (2012).

crimes de assalto à mão armada respeitados, e os crimes sexuais condenados com pena capital –, as gírias constituem relevante marcador da identidade comunitária. Por dentro deste “vocabulário criptológico” (Pretti, 2006, p. 242), definem-se os limites culturais da sociedade que as muralhas separam geograficamente. Nas palavras de Maurício Monteiro, “não se falava português. Era o idioma da Detenção”.

O que a história oral demonstra é que a comunidade de destino, ao amalgamar pessoas pelo compartilhamento de lembranças provocadas por um evento determinante, materializa-se como uma *comunidade de fala* (Mollica, 2003, p. 11; Valadares, 2011, p. 28). Um grupo sociolinguístico tem como base empírica experiências coetâneas, qualificadas no tempo e no espaço predominante na vida dos indivíduos, os quais, criativamente, valem-se do vocabulário da sociedade dominante para lhe atribuir um novo significado. Assim, entendemos que *keto*, variante de quieto, refere-se a cortina do banheiro da cela com que se preserva a privacidade possível, e que latrina vira *boi*; revista na cela vira *blitz*; a inofensiva *balinha* passa a designar a pequena quantidade de maconha embalada, rapidamente comercializada e consumida; *laranja* é o preso coagido a assumir um delito cometido por outro preso; *presunto* ou *geladinho*, por sua vez, esvaziam o cadáver como morada do ser, defronte a banalidade com que se mata e se morre.⁷ A linguagem encriptada constitui o sujeito prisional.

Associada a linguagem, a performance qualifica o ato narrato narrativo enquanto criação sobre o passado. Para além do que foi dito, importa situar como foi dito (Abrams, 2015, p. 130). Para o sociolinguista Richard Bauman, performance pode ser definida, em um sentido amplo, como um “modo especial e marcante da prática comunicativa” (2011, p. 99). Nessa modalidade de relação intersubjetiva, o narrador mobiliza elementos metadiscursivos para atribuir à narrativa sua aura de encanto. O ouvinte se torna espectador, cabendo-lhe a responsabilidade da atenção – a performance narrativa pressupõe a performance da recepção como o seu duplo –, enquanto o contador da história atribui a si a responsabilidade da competência narrativa (Bauman, 2011, p. 99).

As histórias ganham densidade e dramaticidade com a agitação das mãos. A modulação da voz, sendo a mais firme e grave atribuída ao narrador, situa-o como personagem central dos acontecimentos. Outros personagens introduzidos no enredo são comumente chamados de “mano” ou “cara”. Os palavrões recorrentes – caralho, porra, puta – expressam a semântica da violência e conduzem a certa masculinidade que passou pela prova da integridade do caráter perante os iguais. O cenário escolhido para as entrevistas, incluindo a arrumação do lugar por

⁷ As gírias presentes nas entrevistas foram organizadas no glossário, p. 621.

objetos biográficos, remete à organização subjetiva da história. O espaço externo remete aos espaços mentais: dos quadros com certificados à faca de cadeia na parede de Maurício, a amplitude e o agito do centro histórico de São Paulo por onde caminhou Luís Bizil, o show de rap que me levou a André du Rap, a Ocupação Ouvidor como lugar de expressão cultural. O livro dos Racionais MCs arrumado na estante de José Roberto, o casaco costurado nas mãos hábeis de André du Rap, o penteado black de Kric, as tranças de Maurício, o andar quebrado de José Roberto: falamos então de performance e identidade como formas de estar no mundo.

Paralelamente à função da oralidade como amalgama da recordação, as memórias situadas no Carandiru se estabilizam no corpo como cicatrizes. Certas experiências não se deixam circunscrever como acontecimentos concluídos, reapresentando-se como imagens, sensações corporais e interrupções da lembrança que mantêm o tempo vivido como a sombra do presente. Nesse registro, a memória corporificada não se define prioritariamente pela narrabilidade, mas pela permanência de elementos que resistem à linearização temporal e à clausura da narrativa linear.

A leitura de *Unclaimed Experience* oferece um enquadramento teórico decisivo para compreender essa temporalidade sem recorrer a categorias diagnósticas. Para Cathy Caruth, o trauma designa uma experiência marcada por um excesso que impede sua plena apreensão no momento em que ocorre: o acontecimento é vivido cedo demais para ser conhecido, e é justamente essa impossibilidade de conhecimento imediato que estrutura sua latência e seu retorno posterior (Caruth, 1996, p. 4). A experiência traumática não se define, assim, por um esquecimento subsequente, mas por uma falha constitutiva de apreensão, que faz com que o vivido só se torne reconhecível por meio de seus efeitos tardios.

Nessa perspectiva, o trauma pode ser compreendido como uma forma específica de memória histórica, cuja força não reside apenas na repetição posterior do acontecimento, mas no fato de que ele é experimentado pela primeira vez precisamente por meio de seu esquecimento inerente. Como formula Caruth, “o poder histórico do trauma não está apenas no fato de que a experiência é repetida após seu esquecimento, mas que é somente por meio desse esquecimento inerente que ela é vivida pela primeira vez” (Caruth, 1996, p. 31, tradução nossa). O passado retorna, portanto, não como lembrança integrada, mas como literalidade insistente do impacto, preservando a violência do vivido na própria descontinuidade temporal. Essa concepção permite abordar as histórias orais do Carandiru sem exigir coerência narrativa ou fechamento retrospectivo, reconhecendo fragmentação, hiato e repetição como modos legítimos de presença histórica.

6.1.4. O Massacre do Carandiru na memória dos sobreviventes.

A memória dos sobreviventes explicita o grau de investimento do poder público em violar o direito à vida e à integridade. As histórias recompõem a operação por três movimentos: (1) um “antes” feito a partir do “depois”, como prenúncio; (2) a invasão do pavilhão; e (3) o luto, acompanhado pela contagem paralela dos sobreviventes. A análise examina como a cena do acontecimento retorna e se organiza por interpelações e descrições sensoriais, sem forçar uma linearidade causal. A formulação de Caruth, segundo a qual a experiência traumática envolve “a alteridade de uma voz humana que grita a partir da ferida” (1996, p. 3) fornece um enquadramento para compreender a apropriação subjetiva após uma situação-limite.

Maurício Monteiro reposiciona um episódio de 1991 como prólogo interpretativo do Massacre. A rememoração do “antes” já funciona como modo de endereçar o acontecimento: recompõe sinais e repetições como se o evento tardio impusesse reconhecer, retrospectivamente, o que não podia ser plenamente conhecido no momento. Esse “antes”, portanto, reaparece em um conjunto de acontecimentos e práticas disciplinares que abre a possibilidade de análise para além do frenesi momentâneo.

Em 1991, portanto um ano antes do Massacre, houve uma confusão no 9 envolvendo um funcionário novato. Pensa num maluco folgado! Ele levou uma cunsa com uns presos, e os caras jogaram uma manta nele. Deram uma par de paulada, pegaram relógio, carteira, um par de sapato velho, e deixaram o tonto na galeria. Os presos não se apresentaram, então os funcionários não sabiam quem eram os responsáveis. O plantão queria que o Choque entrasse na cadeia por causa desse incidente. O diretor não deixou.

Por causa dessa fita, o pavilhão inteiro ficou trancado por três dias. Por todo esse tempo, os próprios funcionários vieram fazendo blitz, esculachando geral, até que finalmente os caras se apresentaram e assumiram a bronca. Quebraram os malucos no pau e mandaram de bonde para a Penitenciária Regional de Presidente Venceslau. Treta resolva, certo? Errado! Quando aconteceu a chacina em 2 de outubro de 1992, mano, chega a ser inacreditável, ou previsível demais: foi com os mesmos funcionários desse plantão! O plantão responsável pelo Massacre já era recalcado com os presos do 9, em especial, o seu Lemes... Maurício Monteiro.

Sua obra por uma construção de continuidade sem cair na armadilha da explicação determinista. Maurício não afirma “foi por causa de 1991”; o que a narrativa produz é uma reinterpretação retrospectiva: “1991 revela algo quando 1992 acontece”. O “trancamento por três dias”, a blitz (revista) como prática de humilhação e a transferência “de bonde” compõem um repertório que, após o Massacre, retorna como sinal de um clima: custódia operando por castigo coletivo, intensificação de revista e produção de medo como aprendizagem cotidiana da prisão. A expressão “inacreditável” / “previsível demais” merece atenção porque condensa um traço recorrente da memória em situações-limite: a coexistência entre sensação de excesso

(o que não cabe no mundo) e leitura retrospectiva (o que parece ter sido preparado pela repetição).

Na narrativa oral de André du Rap, o momento anterior ao Massacre é organizado por rumor, cerco e cadeia de comando. O rumor funciona como chave de interpretação sob assimetria informacional entre presos e aparato estatal: ler sinais externos torna-se competência prática sob custódia. Isso se articula com a ideia de que emoções são mediadas por espaço e tempo carcerários, e que o confinamento produz uma cultura emocional própria, com regras de exibição e supressão (Kilty; Fayter; Piché, 2025, p. 3). Isso ajuda a compreender por que o rumor opera como orientação afetiva sob assimetria. O “antes”, em André, surge como uma atmosfera que integra helicópteros, cercamento, circulação de versões, “ordem lá de cima”. O prenúncio se materializa na paisagem sensorial e política: o detento percebe a aproximação do risco por sinais de exterioridade – um saber prático, inseparável do medo, que a prisão ensina a cultivar.

Uma semana antes do Massacre, a polícia já estava com a intenção de invadir o Pavilhão 9! Pelo menos essa foi a história contada na cadeia... Houve uma situação na rua em que alguns caras assaltaram a casa de um promotor e mataram o filho dele. Esses caras atracaram no Carandiru, mas a polícia não sabia quem eram esses presos. Na segunda-feira, 28 de setembro de 1992, eu lembro bem que os pelicanos já estavam rodeando o presídio. O diretor estava contornando a situação toda, até que veio a ordem lá de cima para invadir, o que aconteceu na sexta-feira, dia 2 de outubro. Tanto é que, durante o Massacre, os policiais chegaram nas celas com uma lista, chamando nome por nome. Como eles não encontraram quem procuravam, começaram a matar todo mundo. Foi um segmento de covardia. André du Rap.

Particularmente, a lista rememorada por André surge como operador narrativo de uma busca que, frustrada, desliza para punição indistinta. O que se narra é a passagem de um alvo nominal (“chamando nome por nome”) para uma matança generalizada (“começaram a matar todo mundo”). Na lógica percebida pelo sobrevivente, o fracasso da identificação parece exigir uma compensação letal. A moralização (“covardia”) fixa um julgamento e dá forma à lembrança: a custódia estatal é rememorada como aniquilação. A narrativa também constrói uma cadeia de comando (“ordem lá de cima”), deslocando responsabilidade para um plano superior e reforçando a percepção de que a chacina foi resultado de uma decisão que desce hierarquicamente até o corpo do preso. As versões divergem no ponto de ignição; convergem na percepção de escalada.

Kric Cruz, desde as observações possíveis do seu pavilhão de origem, o Pavilhão 8, desloca o eixo para a reclassificação institucional: um acordo negociado é convertido em ameaça coletiva. Em sua versão, o pré-Massacre é marcado por negociação e por pacto possível;

a ruptura desse pacto, por um agente disciplinar, acende o “pavio”. A memória opera como denúncia de uma passagem decisiva: a transformação de um conflito circunscrito (três indivíduos, dois deles certamente são o Barba e o Coelho) em “rebelião” generalizada, com efeitos materiais imediatos. O terceiro sujeito, propositalmente, abre novas possibilidades de análise e faz questionar a versão estabelecida dos fatos. O ponto de inflexão recai sobre a nomeação imposta ao fato; a mudança de nome abre caminho para uma violência que já não precisa medir proporções.

Foi um bagulho que começou com três caras. Em um desses conflitos cotidianos, eles puxaram um Oitão. Quem é bandido de verdade sabe que um .38 só serve para fugir, não para resolver treta! Para de repente aguentar um guarda, escalar uma muralha, tudo bem. Arma de fogo na cadeia é só para isso. Treta se resolve na faca. No dia 1º de outubro de 1992, foi trocada uma ideia, de modo a resolver o conflito. [...] Depois de muita negociação, ficou combinado que no dia seguinte, os três caras iriam se apresentar, entregar a arma e ir de bonde. Estava tudo certo, até que o chefe de disciplina do Pavilhão 9 trancou o Pavilhão 8, trancou os demais pavilhões, e saiu gritando que os presos estavam se matando no PV9, e que estavam todos armados. Com o perdão da palavra, esse cara é um filho da puta. Ele é o verdadeiro responsável por aquelas mortes. O Pavilhão 9 era um barril de pólvora, e ele era a pessoa com o fósforo na mão. Invés de jogar o fósforo na água, ele acendeu e ligou o pavio. Kric Cruz.

Em conjunto, os relatos variam o ponto de entrada: revanchismo entre presos e funcionários (Maurício), tática de guerra (André du Rap) e hierarquia entre o pavilhão dos reincidentes e o pavilhão dos presos primários (Kric). A divergência entre as versões mostra como posição, trajetória e circulação de informação modulam a narrativa. Essa variação não é produtivo tratar como “contradição”, e sim como cartografia de perspectivas: cada sobrevivente remonta o circunstancial pré-Massacre a partir do lugar onde estava, do que podia ver, do que podia ouvir e do que só podia inferir. As histórias orais se reforçam por sobreposição de detalhes, e não por unanimidade; quando versões distintas reiteram os mesmos elementos recorrentes, temos a dimensão da memória coletiva.

A insistência na rotina funciona como parâmetro comparativo: impede que a briga seja elevada a justificativa suficiente e torna mensurável a passagem da violência cotidiana para a reclassificação oficial. Isso ganha precisão quando situado numa “cultura emocional” do cárcere: em instituições totais, há “regras estritas de sentimento e de exibição emocional” e a expressão “apropriada” tende a envolver supressão de emoções negativas e positivas, um “estoicismo silencioso” (Kilty; Fayter; Piché, 2025, p. 3). Em outras palavras, enfatizar a normalidade do dia 2 de outubro não implica banalizar; estabelece a diferença entre o habitual (conflitos, brigas, facadas “de cadeia”) e o extraordinário (a irrupção de uma política letal de

custódia). Essa diferença é crucial porque o Massacre, nos testemunhos, aparece como desproporção: uma operação militar para um conflito descrito como recorrente. A cena interna é pequena; a resposta externa é o extermínio generalizado.

No dia que aconteceu o Massacre, 2 de outubro de 1992, como o filme *Carandiru* retrata, a confusão de fato começou entre dois presos: o Barba e o Coelho. Ambos moravam no segundo andar do pavilhão 9. Eles começaram a discutir por falta de droga. O Barba tinha a droga, porém não queria soltar porque tinha pouca droga no pavilhão. Bom, a droga é do cara, ele faz o que quiser e foda-se. Por conta disso, o Barba começou a discutir com o Coelho. O Coelho era um preso que trabalhava no setor judiciário, por isso ele também era chamado de KGB. Não era cagueta, mas era um cara que os outros presos não confiavam totalmente, mesmo sendo ele próprio preso experiente, tirando uns 15 anos, se pá.

No meio da discussão, o Coelho deu uma facada no Barba. Não chegou a matar... Foi só uma pregada e já era. Insisto nisso porque fatos desse tipo, ou muito mais sérios, eram rotina na Detenção. Todo dia era paulada, morte e o caralho. Os funcionários chegaram e separaram os dois. O Barba foi levado para o pavilhão 4, onde ficava a enfermaria, e o Coelho para o pavilhão 6, onde ficava o castigo. Maurício Monteiro.

Eu estava no campo batendo uma bola, quando começou uma briga entre dois amigos, o Barba e Coelho. Devido a essa briga, o funcionário recolheu nós do campo para os barracos. Mas não era para tanto! Uma briga normativa como aquela ocorria várias vezes ao dia! Não era necessário o funcionário querer colocar a gente dentro da tranca, dentro da cela.

Nessa daí, o funcionário colocou a gente tudo dentro da cela e trancou a nossa vida... Os faxinas, porém, ficaram soltos. E veja só! Os próprios funcionários saíram do Pavilhão 9, correram lá para o PV6, gritando que era rebelião. Não era rebelião! Isso é uma mentira do Estado. Nós só não queríamos ir para a tranca.

Bom, esses faxina que estavam soltos, soltaram nós que estávamos na tranca, de modo que ficamos na galeria. Isso ocorreu aproximadamente entre às 15h e 16h. Nesse meio tempo, nenhum preso foi ferido! O acordado era “ninguém mata ninguém”, e assim foi respeitado. Luís Bizil.

No relato de Bizil, “rebelião” não descreve o ocorrido; produz efeitos: autoriza fuga de funcionários, mobiliza forças externas e reorganiza a expectativa do que virá. O “ninguém mata ninguém” reforça a discrepância entre contenção interna e resposta estatal: enquanto os presos narram pacto de não letalidade e intervalo sem feridos, o Estado, na versão dos sobreviventes, opera uma reclassificação que prepara a matança. Esse descompasso constitui um eixo fundamental da lembrança dos sobreviventes, isto é, como a custódia estatal se apresenta como transformação de um conflito banal dentro daquela realidade em chacina. Entre “tumulto” e “rebelião”, decide-se a permissão de matar.

Eu me lembro que 2 de outubro era sexta-feira porque a cadeia estava em ritmo de preparação para receber as visitas. As celas foram abertas às 7 da manhã, como de costume. A maior parte dos presos foi para o campo. Eu fiquei no xadrez, jogando dama. Tudo tranquilo, quando começou uma briga entre dois ladrões. Saímos para fora para ver quem era. Um deles que atendia pelo vulgo Coelho, talvez pelos dentes acavalados e por ser alto e branco, era conhecido por entregar o jumbo em cada xadrez. O outro ladrão, o Barba, era do setor de esporte. O estranho é que nenhum dos dois era do tipo de se envolver em treta. Até fiquei surpreso quando vi quem era.

Por se tratar de dois sujeitos homem, eles resolveram trocar faca na Rua 10, inclusive perto do xadrez em que eu estava. Eu vi bem o que aconteceu. O Barba estava com uma faca grande, tipo uma espada. Já o Coelho, escolheu uma faca que a gente chamava de "matadeira", uma faca menor. A vantagem do Coelho é que ele era jovem e magro, e por ser mais ágil, conseguiu ferir o Barba, mas não a ponto de matar. Depois da facada, uma turma interferiu no duelo, e os dois sumiram. Tudo isso aconteceu antes do horário do almoço. Esse foi o começo do tumulto. José Roberto.

A delimitação temporal (sexta-feira de visita; abertura às sete; antes do almoço) fixa o evento em um quadro cronológico sem encerrar seu sentido: “tumulto” não equivale, por si, a “rebelião”. O ponto, do ponto de vista da memória, é a função desses marcadores temporais como ancoragem do lembrado. Situar a cena na rotina (dama, abertura das celas, preparação de visita) dá ao relato densidade de plausibilidade e reforça a desproporção do que virá. Em termos de composição, os detalhes do cotidiano afirmam que era “um dia reconhecível” e, portanto, que a ruptura não pode ser naturalizada como guerra pré-instalada pelos presos. A insistência no ordinário atua como recusa antecipada da versão oficial e como estratégia de credibilidade narrativa: a memória se amarra a horários e práticas para sustentar, contra o discurso estatal, a diferença entre briga recorrente e catástrofe.

Como lembra André du Rap:

Pra nós, presos, 2 de outubro de 1992 tinha tudo para ser um dia normal. Evidentemente, cada dia é diferente na cadeia, mas dentro dos padrões do Pavilhão 9, não tinha nada de diferente. Os companheiros da minha cela estavam nas suas atividades. Um foi atrás de cebola e alho, outro iria bater uma manta, arrumar o barraco para fazer uma comida, coisas do nosso dia-a-dia. Mas naquele dia, logo que abriu a tranca de manhã, já estava um alvoroço. Houve uma briga entre dois presos, o Barba e o Coelho, e os funcionários correram do Pavilhão falando que era rebelião... Não houve rebelião! Até para deixar claro, nós subiu nas ventanas colocando faixas brancas falando que nós não estava rebelado. Mas o sistema corrupto não quis saber. André du Rap.

Um traço comum nessas lembranças é a ênfase na normalidade do dia 2 de outubro e, em seguida, a disputa de nomeação. A imagem se constrói em camadas: rotina miúda (cebola, alho, manta, comida), briga circunscrita, saída dos funcionários e o grito que anunciava “rebelião”, tentativa de apaziguamento e negociação (“faixas brancas”). As faixas são particularmente relevantes para desbancar a falácia do confronto que mais tarde fundamentou a tática da defesa dos policiais e reiterada por numerosas decisões na justiça. Ademais, quando André afirma que embora outros tenham sobrevivido, ele é aquele que continua a sofrer os efeitos do Massacre, aparece a assimetria decisiva: não se trata apenas de interpretar o ocorrido, mas de quem tem poder para fazer valer uma interpretação na esfera pública. A controvérsia,

aqui, começa dentro do pavilhão, e demonstra que pode existir certa concorrência pela primazia do testemunho.

Depois da briga e da saída dos funcionários, os relatos avançam para a fase da invasão no Pavilhão 9 e mudam de registro. O acontecimento deixa de ser descrito sobretudo por ações observáveis e passa a ser recordado por sensação, orientação espacial e ordens. Essa passagem é central para uma leitura focada nas lembranças: ela indica o momento em que a experiência passa a ser retida como “cena” que retorna. A entrada das tropas policiais é lembrada como sequência de ordens que os presos já conheciam de revistas e rotinas coercitivas (a Blitz), mas que, naquele dia, adquirem outro sentido.

Eu estava com um pressentimento ruim. Sentia na pele que algo mais sério iria acontecer. Logo tomei uns remédios para ficar bem louco. Alguns companheiros resolveram fazer barricadas com as portas, outros derramaram óleo nas escadas, com a intenção de atrapalhar a subida dos policiais. Eu até tentei argumentar, mano, explicar que de nada adiantaria óleo se os polícia usam aquelas botas que até escalam parede, mas quem sou eu para discordar?

A cela onde eu morava tinha uma janela que dava para o pavilhão 8. Foi então que eu escutei gritar:

– Olha os caras da ROTA!

Quando eu olho pela janela... Mano! A ROTA entrando pelo Pavilhão 8! Eles usaram uma entrada que vinha pela Divinéia, cruzava os pavilhões 2 e 5 e deixava atrás do 8. Aquele monte de polícia querendo entrar no Pavilhão 8. [...] Sem a possibilidade de entrar no pavilhão 8, os policiais se aglomeraram no portão do pavilhão 9 e invadiram. Mano, parecia uma alcateia de lobos esfomeados entrando no galinheiro! Entraram metendo bala, sem dó e sem ideia. Naquela época tinha bala de borracha e de festim, mas pelo som dos tiros a gente lá do terceiro pensou que alguma coisa estava estranha... Afinal, a gente conhecia o bagulho. Era muito tiro... Eu fui para a galeria do terceiro, antes da cela onde eu morava, e escutei rajadas de metralhadora, sem parar.

– Pá, pá, pá, pá, pá.

Tiro pra caralho! Um Pelicano, isto é, um helicóptero, começou a circundar a Detenção e deu uma rajada de tiros em cima da cadeia. Da janela da cela dava para ver eles matando uns presos que estavam em cima da cadeia... Foi então que eu percebi que não era brincadeira. Não era bala de borracha ou de festim porra nenhuma. Era tiro para matar mesmo. Maurício Monteiro.

A distinção “pelo som” entre munição não letal e disparo letal faz do ouvido um instrumento de reconhecimento e, portanto, um suporte da memória: antes de “ver”, o sobrevivente “sabe” pelo ruído, pelo ritmo e pela quantidade. A metáfora predatória (“alcateia”) condensa um modo de lembrar que traduz a entrada como caça: os policiais e os seus cães estavam literalmente em uma caçada. O relato também mostra como o conhecimento prático (“a gente conhecia o bagulho”) funciona como critério de verossimilhança interna: a memória reivindica autoridade a partir do saber situado do preso sobre sons, armas, procedimentos e “o que costuma acontecer”. A passagem do “alguma coisa estava estranha” ao “era tiro para matar

mesmo” marca o limiar do acontecimento: um instante de reconhecimento em que o que poderia parecer “mais uma operação” passa a ser identificado como execução.

Sei que lá pelas 18hr, o Choque, o GOE, o batalhão da ROTA, o batalhão do GATE e Polícia Civil se encontravam preparados para entrar no Pavilhão 9. Posicionada nas muralhas, a polícia do CHOQUE ficou dando tiro de fuzil para dentro do pavilhão. Eis que eu escuto muitas rajadas de metralhadora. Eles estão dando tiro para tudo quanto é lado no pátio.

Eles subiram a escada do pátio, que nós consideramos o 1º andar, para o 2º. Chegando no 2º andar, as tropas se dividiram: uma tropa foi para o corredor da esquerda, e a outra, para o corredor da direita. Nessa aí que eles rajavam todos os xadrez... Antes de progredir para a próxima cela, escreviam “CHOQUE” com a baioneta do fuzil, como que avisando “nesta cela, todos foram mortos”. Quem tivesse para sobreviver, meu irmão, sobrevivia. Os policiais disputavam quem matava mais. Luís Bizil.

A descrição de Bizil se organiza por etapas e orientação espacial (horário, pátio, andares, esquerda/direita), sugerindo a tentativa de a memória mapear a catástrofe para torná-la narrável. A inscrição de “CHOQUE” com a baioneta funciona, no plano da lembrança, como marca material que dá forma ao horror e transforma o pavilhão em superfície de registro. A memória retém essa escrita porque ela torna visível que a catástrofe pode incluir a intencionalidade do registro. A frase “quem tivesse para sobreviver, meu irmão, sobrevivia” reitera uma gramática da contingência: a sobrevivência não é prêmio, é acaso. E a “disputa” (“quem matava mais”) desloca a lembrança para um plano moral: o Massacre é recordado como excesso que se torna performance e competição, reforçando a desumanização dos detentos.

O tempo foi passando, e daqui a pouco eu só escuto os barulhos de tiro: pá pá pá pá. Ouço explosões, gritaria. Pensei comigo, devem ser balas de borracha e bomba de efeito moral. Daqui a pouco, eles subiram no 2º andar. Barulho, explosão... Quando eu penso que não, o comandante do GOI apareceu. Ele abriu o guichê, tirou o quépi, colocou a cara e falou:

– Aí, ladrão! Todo mundo pelado! Vai, sai! José Roberto.

O que aparece aqui é a memória do comando como uma ruptura de uma sequência que até então estava em suspenso. A ordem “todo mundo pelado” é lembrada como imposição que transforma a situação; a expressão “ladrão” importa como etiqueta que substitui o nome e, portanto, como lembrança de desqualificação moral que acompanha a ordem. O guichê, mediação cotidiana no cárcere, torna-se lugar de enunciação da ameaça: por uma abertura mínima, a palavra atravessa e reorganiza a cena. O uso dessa linguagem ligada ao universo prisional tende a “colar” na memória porque é pronunciada no ponto em que obedecer deixa de ser apenas regra de prisão e passa a ser condição de permanecer vivo (Caruth, 1996). A lembrança retém a frase porque ela foi um corte.

Seguindo essa mesma tática de carnificina, eles rodearam todos os corredores do andar, até completar todo o andar. Tanto foi assim que o 2º e o 3º andar foram onde mataram mais. Mas mataram muito, muito mesmo... Fizeram pilha de mortos...

Chegando no 4º andar, a munição já estava acabando. Mas isso não impediu que eles executassem os presos da mesma forma.

Aproximadamente 1h da manhã, eles chegaram no barraco onde eu me encontrava. Ali eu me deparei... com a morte! Todos entre nós com os nossos olhos totalmente esbugalhados, porque estávamos cara a cara com a morte. Pensei comigo, mataram todos do pavilhão, só faltou nós do 531-E. Foi quando eu conversei com Deus:

– Meu Deus, não me deixe morrer. Tenha misericórdia da minha vida. Dê-me mais uma chance de vida. Eu quero testemunhar o milagre que o Senhor vai fazer na minha vida, meu Deus!

Nós estávamos despidos e com a cara no chão. Um polícia falou assim:

– Estes aqui já estão prontos para morrer. Levanta aí, Zé!

Nessa que eu fui o primeiro a levantar, eles abaixam o guichê e apertam o gatilho da metralhadora. Rangi forte os dentes, clamando a Deus para não deixar eu morrer. E não saiu um tiro! De repente, os polícia falam entre eles:

– Falhou! Falhou! Tira eles para fora! Luís Bizil.

A falha do disparo é lembrada como uma fronteira entre técnica e intervenção divina; o léxico religioso funciona como forma de organizar o insuportável e produzir inteligibilidade para a sobrevivência. Importa notar que, aqui, a memória não busca explicar o Massacre; busca tornar narrável o momento em que a morte parecia certa. A sequência por andares, a “pilha de mortos” e a contagem implícita (“só faltou nós”) evidenciam uma tentativa de ordenar a experiência por etapas, como se a lembrança precisasse de um roteiro mínimo para não colapsar. A imagem da cena traumática retém simultaneamente o comando (“levanta aí, Zé!”) e a suspensão (“falhou!”), porque é nessa variação mínima que a vida se decide. A sobrevivência é narrada como contingência atravessada pela fé, mobilizando o testemunho tanto na esfera jurídica quanto na esfera teológica.

Dois policiais entraram na cela. Um deles abriu o lençol do quieto e engatilhou com a metralhadora na minha cara... Quando eu vi o polícia puxar a bala, pensei, fodeu, todo mundo aqui vai morrer. Já era, vou nessa. Porra, nós éramos conhecedores das artimanhas, embora metralhadora fossem raras no crime até então. Para colocar o pente na metralhadora, precisa puxar a bala para ela subir. Porra, chega a ser inacreditável. Do nada apareceu um tenente... E eu vou falar uma coisa muito séria: esse tenente veio do céu. Ele entrou no meio dos dois policiais que estavam na porta da cela e falou:

– Aqui não! Aqui não! Aqui não!

O polícia desencatilhou a metralhadora na minha cara, deu risada e saiu pelo corredor dando tiro. O tenente estava desesperado! Tirava o boné, colocava o boné, enfiava o boné no bolso, passava a mão na cabeça... Com as mãos juntas, como se implorasse à Deus, o tenente falou:

– Meu, estou fazendo o que eu posso. Seguinte: tira a roupa todo mundo. Eles estão fazendo um corredor polônês. Vocês descem, põem as mãos na cabeça e olha para o chão... Pelo amor de Deus, não olha para os caras, senão vocês vão morrer. Não é para olhar para a cara dos PMs! Maurício Monteiro.

O encontro de Maurício com os policiais no corredor e depois na cela, o abrir repentino da cortina, concentra uma forma típica de lembrança em situações-limite: a percepção de fissuras internas na cadeia de comando (“aqui não!”), que não anulam o Massacre, mas introduzem variações decisivas na sobrevivência de alguns. A advertência do tenente (“não olha para os caras”) aparece como instrução de sobrevivência e se fixa como marca. O “olhar”, aqui, está associado a própria lembrança e a sua impossibilidade, e essa recorrência é coerente com a ideia de que, durante a progressão da chacina, havia a intencionalidade de apagar os rastros dos assassinatos e impedir a cobrança futura. Até aqui, as experiências convergem para demonstrar as diferentes camadas de apagamento de rastros enquanto elementos constitutivos do Massacre: o apagamento é o duplo crime contra a vida.

A partir dos encontros dos policiais com os detentos nos corredores e celas, a violência passa a ser lembrada como percurso: alinhar-se, atravessar corredores, descer escadas, suportar golpes, evitar o olhar, tudo com o objetivo de chegar vivo ao pátio do pavilhão, onde se concentravam demais sobreviventes. Esse deslocamento é característico de memórias em que o acontecimento retorna como sequência de passagens, mais do que como explicação causal. Nessa transformação do evento em percurso, a lembrança fixa fragmentos sensoriais – sons, cheiros, clarões, umidade, escuridão. A violência vira travessia; sobreviver é atravessar.

Naquele momento, pensei que os altos morrem mais rápido, pois chamam mais atenção. Nem imaginava o que iria acontecer... Saí da cela com a cabeça baixa e mãos na cabeça. Na saída do xadrez, vi um cara morto, com uns negócios brancos saindo pela cabeça. Estou andando e olhando para o chão, sem levantar a cabeça, mas percebo que a ordem é para descer até o pátio do pavilhão. Para chegar à galeria, peguei a esquerda, depois a direita. A galeria um infinito... Tudo escuro. Canos furados, água para todos os lados. Passei pela cela da faxina, e vi uns caras mortos. José Roberto.

A expressão “a galeria um infinito” traduz desorientação espacial e temporal: o lugar conhecido torna-se labirinto, e a percepção é reorganizada por medo e pela interdição do olhar. Os direcionamentos “esquerda/direita” indicam o esforço de orientação sob condições de cegueira forçada; “tudo escuro” e “água para todos os lados” deslocam o acontecimento para o registro de paisagem sensorial. O Massacre é lembrado, aqui, como ambiente que invade a percepção, e não só como sucessão de atos. A lembrança preserva o cenário porque é nele que o terror se fixa.

Às 6hrs da manhã do dia 2 de outubro, os caras da ROTA, do Choque, do GOE, invadiram matando todo mundo... Pra nós, seria só mais um dia, mais um naquela rotina monótona. Só que a tragédia aconteceu, e eu simplesmente perdi todos os meus companheiros de cela. André du Rap.

a contiguidade física com os mortos como núcleo de sentido – experiência que escapa ao plenamente cognoscível – estrutura a memória do Massacre. Sua sobrevivência se deu na imobilidade extrema, sob os cadáveres dos companheiros de cela, e essa posição molda a forma do testemunho: a narrativa se condensa na perda integral do microcoletivo e na permanência forçada entre corpos mortos. A frase “perdi todos os meus companheiros de cela” concentra essa inscrição, pois vincula sobrevivência e aniquilação do grupo imediato no mesmo gesto de lembrança. A memória traumática se localiza em territórios entre a vida e morte, onde a experiência resiste à elaboração linear e retorna como imagem insistente.

Antes de sair da cela, a gente já escutava o latido dos cachorros conduzidos pelo Choque. Os bichos eram tão grandes que pareciam uns pôneis. Eram uns monstros... Os policiais do Choque vinham fazendo o corredor polonês, que são duas filas de polícia e a gente tinha que passar no meio. Um policial ordenou para descermos em fila. Todos os presos iam saindo das celas, entrando no corredor polonês e descendo até o pátio do pavilhão. Quando começamos a descer as escadas, puta... Só morte... Vários corpos no chão. O mano que estava na minha frente teve o órgão sexual arrancado pelo cachorro. Ele caiu no chão gritando de dor. Os polícia começaram a bater nele com a baioneta e já puxaram o corpo para um canto. Maurício Monteiro.

O “corredor polonês”, momento reiterado nas lembranças de Maurício, Bizil e José Roberto, aparece como lembrança de passagem punitiva: a travessia se converte em sofrimento imposto e em aprendizado do terror. A mutilação e a retirada do corpo “para um canto” condensam, na memória, dois movimentos simultâneos: produzir exemplo e manter o fluxo dos demais, isto é, manter a marcha. A forma como o episódio é narrado (“já puxaram o corpo”) sugere, dentro da lembrança, que morte e remoção passam a operar no mesmo regime: o horror se integra em uma sucessão de comandos, humilhações, torturas e exposição à morte.

Fui o primeiro a sair do xadrez. Estou saindo com a mão na cabeça. Ao pisar o primeiro pé na galeria, automaticamente, tive um arrebatamento de sentido! Foi um apagão de memória. O meu espírito caía num redemoinho na escuridão, fundo na terra, e foi caindo, caindo, a minha alma... De repente, uma poderosa mão me pega, me coloca de pé e me diz:
– Não temas! Tenha coragem no que você verá, mas não temas, pois não morrerás. Escuto estas Santas Palavras e retomo o meu raciocínio humano.
– Nossa, ouvi a voz de Deus! Eu sou invisível. Ninguém poderá me deter, porquanto Deus tenha falado comigo. O anjo de Deus está me fazendo visível. Uma voz ainda conversou comigo:
– Olhe bem para os policiais. Olhei. Eles estavam babando... Da traseira deles saía uma grande cauda de leão, que se arrastava pelo chão. A mesma voz, então, me explicou:
– Estão todos possuídos por demônios! Portanto, tenha coragem no que você verá, mas não morrerás.
Eu estava invisível. Sabia que viria coisas fortes, mas que não morreria. Luís Bizil.

O “apagão de memória” e o “arrebatamento de sentido” sofrido por Bizil nomeiam uma ruptura e uma retomada parcial de controle. A linguagem religiosa funciona como forma de organizar o vivido quando ele ameaça ser intragável. Os repertórios culturais e religiosos compõem a matéria em que se acoplam as lembranças e oferecem estrutura narrativa para explicar o inexplicável.

Não demorou muito para que eu encontrasse um PM no meu caminho. Acredito que ele fosse do GOE. Vestia roupa preta, toca e metralhadora. São especialistas em matar. Naquele instante, clamei à Deus. Pânico... Pânico mesmo! Parece que os meus companheiros de cela tinham sumido, todos. Estou sozinho. O cheiro da morte é estranho. O clima paralisado. E então... O PM congelou. Eu não sei se ele congelou pelo fato da matança que eles estavam fazendo, do terror continuado. O que sei é que o PM congelou, o que me permitiu passar por ele. Eu passei em frente ao xadrez da faxina. Tudo estranho... Fui seguindo, mas naquele clima... Tudo congelado, denebroso. Eu tinha que chegar o corredor perto do 208-E, ali quase da faxina geral, para descer as escadas do 2º para o 1º andar, que era o térreo. Antes da escada, tinha o xadrez do exporte com um monte de mortos... Um monte! Atirados, tortos. Que coisa horrível... Vejo policiais com metralhadora por todos os lados. Eles congelaram, e eu passei. Ali creio que foi sendo um livramento de Deus. José Roberto.

A atmosfera de “congelamento” preserva a opacidade do acontecimento, instaurando a percepção de um tempo suspenso enquanto o narrador mantém em aberto o porquê (“eu não sei se ele congelou por...”). Nessa suspensão, instala-se uma indecidibilidade que integra a estrutura de muitas memórias traumáticas e assinala o ponto em que a experiência ultrapassa os esquemas ordinários de interpretação. Ao ser rememorado, o Massacre surge como irrupção que desloca referências habituais de sentido, convertendo o espaço conhecido em cenário inquietante e tornando a rotina subitamente irreconhecível. A evocação do “cheiro da morte” intensifica a dimensão sensorial e ambiental da lembrança, configurando um clima total que altera a percepção e produz estranhamento persistente. A fixação desse ambiente na memória indica que o terror se sedimenta como experiência que desorganiza a lógica ordinária do mundo e permanece como núcleo resistente à elaboração narrativa plena.

Andei cerca de 100 metros no corredor, em direção ao paredão da morte. Como não podia levantar a cabeça, senão eles matavam, eu reconheci os meus amigos pelo tênis. Nesse paredão da morte, pulavam eu, pegavam outro, pulavam eu, pegavam outro, e jogavam os presos no buraco do elevador do 5º andar. Foram

pegando os demais e executando sumariamente, sem dó e sem piedade. Eles sempre me pulavam...

Estava eu ali no paredão da morte, quando de repente aparece um ser forte, com inúmeras divisas, dando ordem para os capitães não matarem mais ninguém ali, porque ali se encontrava a galeria dos crenes. Mas é engraçado que alguns dos pivôs da situação se refugiaram dentro dos xadrezes dos crenes, e por isso tiveram o livramento! Quem se refugia nas coisas de Deus, está amparado pelo anjo guardador. Ouço um polícia gritar:

– Não! Para de matar!

Alguns funcionários também falaram para parar de matar.

– Vocês já mataram muito!

Com isso, os policiais mandaram a gente sair do paredão da morte e descer as escadas passando pelos policiais. Tínhamos que descer a escada do 5º andar até o pátio, passando por 100 policiais dando cacetada de choque. Cada cacetada nos arremessa dois, três metros, quebrava ossos, derrubava.

– Quem cair, vai morrer! Luís Bizil.

O reconhecimento “pelo tênis” inscreve o luto sob interdição do olhar e evidencia como a perda se impõe mesmo quando a visão é controlada. A expressão “paredão da morte” opera como toponímia interna do horror, concentrando o acontecimento em um ponto do espaço e convertendo-o em referência duradoura dentro da narrativa. A seletividade evocada em “pulavam eu” expõe uma lógica de poder marcada por arbitrariedade, na qual a decisão sobre viver ou morrer assume feição contingente e opaca. Já a ordem “quem cair, vai morrer” transforma o próprio movimento em ameaça, convertendo o corpo em risco contínuo durante a descida.

Nós estamos descendo. Várias pauladas de cacetete, gritaria. Na minha frente apareceu um mano que eu conhecia, o finado Vereba. O finado Vereba era malandro Zona Sul, maior humildade. Assaltante de banco mil grau. Para você ver, esse rapaz tinha acabado de sair do castigo no pavilhão 6 após uma tentativa de fuga.

– Logo vou ver a minha família, Nenê... Sabadão tenho a minha visitinha.

Dia 2 de outubro de 1992 era sexta-feira, tá ligado? Sábado já era dia de visita. Porra, o Vereba morreu antes de ver a família. Ele estava na minha frente e, na hora que fomos descer as escadas, ele escorregou bem na minha frente, caindo pelos degraus de bunda. Chegando lá embaixo, o polícia do Choque deu uma facada no peito dele que saiu do outro lado... Era exatamente uma daquelas facas que a gente fabricava. Porque é o seguinte, mano: quando a polícia chegou, nós jogamos todas as facas fora. Os caras com metralhadoras, 12 e o caralho, vamos fazer o quê? Jogamos as facas fora, sem papo, no que os polícia arrecadaram algumas, para depois colocar essas mortes na conta dos presos, tá ligado? Essa foi a pegada dos caras. Depois alegaram que as mortes por faca foram entre os próprios presos. Os malucos foram espertos... Maurício Monteiro.

Na lembrança evocada por Maurício, a morte de Vereba aparece imbricada à antecipação de sua futura classificação pública. Ao descrever a facada desferida com arma artesanal – recolhida depois de os próprios presos terem descartado as facas diante da entrada das tropas – o narrador sugere a produção deliberada de um vestígio material capaz de sustentar determinada versão dos fatos. Inserida nessa dinâmica, a referência aos critérios de

contabilização, centrados nos mortos por disparo de arma de fogo, revela a percepção de que a cena já se desenrolava sob o horizonte de uma disputa jurídica e política. Desse modo, execução física, manipulação probatória e construção narrativa emergem como dimensões entrelaçadas de um projeto comum. O corpo atravessado pela lâmina converte-se, assim, em ponto de condensação entre violência e administração da responsabilidade, indicando que o Massacre também se inscreveu no plano da fabricação de evidências e da gestão dos números.

Na continuidade da descida, alguns testemunhos tornam explícitos critérios classificatórios: tipificação penal, tatuagens e racialização operam como filtros de vulnerabilidade. O Massacre aparece como combinação de matança massiva e seleção; não se trata de “ou uma coisa ou outra”, mas de um terror que pode ser indistinto e, ao mesmo tempo, dirigido por sinais.

Na descida, nos deram coronhadas, facadas, baionetadas... Os companheiros que caíram, morreram... Graças a Deus, eu estava em ótimo condicionamento físico. Tinha parado de usar drogas, parado com o cigarro, praticava 4 horas diárias de atividades físicas, incluindo futebol, boxe e capoeira. Quer dizer, consegui segurar a minha onda... Passei pelos policiais com a mão na cabeça e apanhando, tomando choque, sendo arremessado.

Consegui descer do quinto para o quarto andar. Do quarto para o terceiro andar, vi um policial matando os meus amigos que estavam na minha frente. Matou utilizando uma faca artesanal feita pelos próprios presos. Pensei, nossa, o próximo serei eu! Quando fui voltar, por instinto, tive um outro arrebatamento de sentido. Deus apagou minha mente... Quando retomei o meu raciocínio, já estava na escada do 3º para o 2º andar. Esse arrebatamento de sentido é bíblico! Filipe, depois de evangelizar o superintendente da rainha da Etiópia no deserto de Gaza, passou por um arrebatamento de sentido e, então, retomou o sentido somente na região de Azoto! O arrebatamento de sentido é um êxtase espiritual da presença de Deus na vida de Filipe, que volta a si em Azoto para evangelizar. Biblicamente falando, eu tive dois arrebatamentos de sentidos.

Estou descendo o 3º andar, vendo muitas pessoas mortas...

Muitos presos carregando e empilhando corpos. Esses presos que estavam carregando repararam que outros que também carregaram estavam ali entre os corpos. Ou seja, eles seriam os próximos. Nessa que muitos presos se jogaram entre os corpos, se sujaram com a “lama”, que é o sangue, e se fingiram de morto.

Estou desesperado... Os policiais me perguntaram:

– Qual é o seu artigo, Zé?

Quem fosse artigo 121, tatuado com caveira e punhal, tatuado com cruz de tumba, ou quem fosse preto, eles matavam. Sinceramente, não lembro como saí dessa.

Desci a escada do 3º para o 2º andar, do 2º para o pátio. Luís Bizil.

Na lembrança de Luís Bizil, a descida é marcada pelo que ele próprio denomina seu segundo “arrebatamento de sentido”, categoria que utiliza para interpretar a suspensão abrupta da consciência no momento em que se viu diante da morte. Ao inscrever a experiência em chave bíblica, o entrevistado produz uma leitura reflexiva da própria sobrevivência, atribuindo-lhe um enquadramento espiritual. Concomitantemente, a pergunta “qual é o seu artigo?” revela uma lógica interna de seleção, na qual artigo 121, tatuagens associadas à violência e pele negra

funcionavam como critérios de eliminação. A percepção dessa triagem orienta tanto o desespero quanto as estratégias de sobrevivência observadas na cena, enquanto a lacuna – “não lembro como saí dessa” – preserva o ponto em que a experiência ultrapassa a capacidade de rememoração plena.

Eu passei em frente ao xadrez da faxina. Tudo estranho... Fui seguindo, mas naquele clima... Tudo congelado, denebrosos. Eu tinha que chegar o corredor perto do 208-E, ali quase da faxina geral, para descer as escadas do 2º para o 1º andar, que era o térreo. Antes da escada, tinha o xadrez do exporte com um monte de mortos... Um monte! Atirados, tortos. Que coisa horrível... Vejo policiais com metralhadora por todos os lados. Eles congelaram, e eu passei. Ali creio que foi sendo um livramento de Deus. Na hora de descer a escada, eu descalço e nu. Talvez a minha tensão estivesse horrenda. Não sei se eu levei pancada, mas durante a descida, eu caí. Os presos jogaram óleo com água nas escadas para prejudicar o Choque quando entrasse, mas acabou prejudicando a nós mesmos. Como tinha PM em todos os lados, talvez eu tenha levado uma rasteira. Na queda, meu ouvido zumbiu, fiquei ser ver barulho. Aquele silêncio da morte... Assim, cai na escada! Estou me levantando, quando um PM com escudo e cachorro vem na minha direção, e grita:
– Pega o negão!

Antes da frase terminar, estou levantando, me preparando para colocar as mãos na cabeça... Ele veio na minha direção, equipado com escudo e segurando um cachorro, aquele peso todo. Graças a Deus ele não soltou o cachorro. Sinto pânico e saio correndo.

Cheguei na gaiola onde ficavam os alimentos, no 1ª andar, que é início do patio. Passo pelo elevador, depois por uma outra gaiolinha, e estou perto do pátio. Nesse momento, vi umas pessoas deitadas... Não sei se estavam vivos ou mortos. Pulei por eles, sem pensar na distância. No salto, vi somente um clarão. Quando aterrissei, bati feio o joelho. Vi aquele monte de faca artesanal. Depois dos fatos, disseram que os presos estavam armados. As “armas” na verdade eram facas de cadeia, que os presos jogaram fora antes dos policiais entrarem no pavilhão. Sempre que o Choque entrava na Detenção, a primeira coisa que se fazia era jogar fora todas as facas. Isso era padrão. José Roberto.

Na lembrança de José Roberto, a descida pelos andares articula desorientação sensorial, racialização explícita e reconfiguração simbólica do espaço. O grito “pega o negão” emerge no momento em que ele tenta se reerguer após a queda, convertendo a cor da pele em marcador imediato de perseguição e evidenciando a inscrição racial no exercício da violência. A sequência perceptiva – zumbido no ouvido, suspensão sonora descrita como “silêncio da morte”, clarão no salto – organiza a experiência como fragmentação do sensível, em que corpo e ambiente se tornam indissociáveis. Ao atravessar o setor de esportes, onde anteriormente disputava partidas de dama, depara-se com um “monte de mortos” espalhados pelo chão; o espaço de sociabilidade cotidiana surge transfigurado em paisagem de extermínio, produzindo uma ruptura radical na inteligibilidade do lugar. Já a visão das facas artesanais no térreo é integrada, na própria narrativa, à controvérsia posterior sobre o alegado armamento dos presos, sobretudo quando o depoente recorda que descartá-las antes da entrada do Choque constituía procedimento recorrente. Desse modo, a travessia física pelo corredor, pelos corpos e pelos

objetos comparece como experiência que já incorpora a percepção de que aqueles vestígios materiais seriam posteriormente mobilizados na arena pública como elementos de atribuição de responsabilidade.

No pátio, a violência muda de forma: da entrada armada passa à imobilização coletiva sob a linguagem de “atendimento”, acompanhada de tentativas de controlar o que poderá ser visto, lembrado e posteriormente narrado (Caruth, 1996, p. 7-8; Lacapra, 2001, p. 106-108). A irrupção armada dá lugar a uma coreografia compulsória de corpos sentados, nus, cabeça baixa, mãos na cabeça. A horizontalidade imposta produz vulnerabilidade compartilhada e reorganiza a experiência como espera sob ameaça. Ordens e chamamentos (“quem está ferido?”) são lembrados considerando o seu profundo requinte de crueldade e apropriação da fragilidade para apagar arquivo.

Lá embaixo, os policiais estavam colocando os presos no pátio interno, todos com as mãos na cabeça e sentados. Nessa daí, maldade pura, os polícia soltaram uma bomba de gás lacrimogêneo. Mano, olha como as coisas são. Começou a chover, do nada! Parece que foi Deus que não deixou morrer mais. Porque ninguém ia levantar, e não podia se mexer porque os caras estavam matando!

Essa momento no pátio foi foda... Teve um policial que gritou:

– Quem está ferido?

Quem se apresentou, eles levaram para dentro de um setor. A gente só escutou os tiros. Depois o polícia gritou:

– Já está todo mundo curado. Quem mais está ferido?

Cê é louco... Só morte. E o bagulho é o seguinte. Os juízes corregedores estavam todos lá. É mentira que eles chegaram depois! A gente viu os três, vestindo terno azul. Maurício Monteiro.

No pátio, o vocabulário típico de uma operação de contenção assume contornos letais. O anúncio de que os feridos estariam “curados” é rememorado como ironia fatal, pois sucede aos disparos contra aqueles que atenderam ao chamado, convertendo a triagem em mecanismo de execução. A menção aos “juízes corregedores” insere na cena a presença de agentes do sistema de justiça durante a própria ação policial, situando o controle externo como concomitante à matança. A chuva, interpretada como sinal providencial, é incorporada como recurso de significação diante do colapso da ordem prisional. Comandos, formação de presos sentados, chamamentos e tiros compõem uma dinâmica operacional em que o controle do pátio envolve simultaneamente neutralização de alvos e gestão do que poderia ser visto, contado e posteriormente apurado.

Chego no pátio aproximadamente às duas da manhã. Olho para aquele pátio. Vejo um monte de amigos pelados, arrastando a bunda em cacos de vidro e nas facas. Também tinha muito sangue...

Converso com Deus:

– Deus, tenha misericórdia, pois não consigo ver o que estou vendo. Estou angustiado, Meu Deus... Estou vendo a morte! Livrai-me da sombra da morte!

Os nossos olhos esbugalhados, com medo da morte... Olho para o céu, e vejo uma luz reluzente, gloriosa. De lá, Deus mandou um raio em direção ao pátio, que fez um barulho tão estrondoso, tão misterioso, que glorifiquei e ouvi a voz de Deus. Foi então que Deus fez o seu milagre mandando chuva. Os policiais que estavam no meio do pátio pegando mais presos para executar, foram para as laterais, onde não chovia.

Consegui ajudar a tirar os presos que estavam arrastando as suas nádegas nos cacos de vidro. Ver os companheiros e amigos serem sumariamente executados pelo Estado democrático de direito foi muito triste... Luís Bizil.

A recorrência da linguagem religiosa funciona como matriz narrativa capaz de sustentar a rememoração de uma experiência que desorganiza referências ordinárias de sentido. Paralelamente, quando o narrador oral menciona o “Estado democrático de direito”, insere o acontecimento em um horizonte normativo que amplifica a gravidade da execução sob custódia, mobilizando, em síncrono, o campo semântico jurídico.

Fui me arrastando, e cheguei até o pátio do pavilhão. Aquela multidão de presos nus, sentados no chão com a cabeça no joelho, e as mãos na cabeça. Fui me arrastando assustado... Não sei como ou porquê, mas fui correndo e cheguei a ficar numa parte centralizada, perto dos halteres de musculação, de modo que não fiquei nem em um canto nem no outro. Ficar no centro da multidão acabou me salvando, se não da morte, de muito sofrimento. Em um dos cantos, os PMs soltaram bombas de gás lacrimogêneo. Cachorros arrastavam pela boca os presos que estavam nos cantos... E mais bomba, e aqueles gritos... Verdadeiro pânico, verdadeiro terror.

Escutei mais rajadas de metralhadora. Os PMs com aquela risada sinistra... Credo! Pareciam que estavam com alguma coisa ruim. Creio que muitos desses policiais que participaram da chacina ficaram com problemas mentais, porque é muita maldade. Ninguém aguenta fazer isso sem adoecer. Estávamos todos de cabeça baixa, porque um grupo de PMs estava controlando quem levantasse a cabeça. Daqui a pouco eles começaram a perguntar:

– Quem aí está ferido, para atendimento na enfermaria?

Aquele silêncio. Alguns presos que levantaram a mão foram executados. Os policiais jogaram mais bombas de efeito moral entre nós. Do meu lado esquerdo, um preso estava sangrando, mas ele aguentou a dor e não levantou a mão. As horas se passaram. Por volta de meia-noite, começou a chover. Uma garoa boa. Nossa... Aquilo foi refrescante. Não que eu estivesse sentindo sede nem nada, porque o pânico dominou o meu corpo, mas a garoa veio como uma bênção. Tanto aliviou que minhas pernas travaram naquela posição, devido às muitas horas parado na mesma posição. José Roberto.

A organização espacial descrita por José Roberto revela uma leitura imediata do pátio como campo de risco diferenciado, no qual os cantos se configuram como zonas de maior exposição – alvos de bombas e cães – enquanto a posição central emerge como estratégia contingente de autopreservação. Essa cartografia do terror é aprendida no próprio instante da violência, à medida que os presos observam os efeitos da ação policial sobre determinados

pontos da massa confinada. O silêncio que sucede à pergunta sobre feridos evidencia internalização rápida de uma regra tácita: levantar a mão implica tornar-se visível em um cenário no qual visibilidade pode significar execução. A permanência forçada, com cabeça baixa e corpo imóvel por horas, converte o coletivo em superfície submetida a controle armado e disciplinamento extremo.

O retorno às celas desloca a cena para tentativas de moldar o que restará como rastro. A violência prossegue por outros meios: ofuscar, impedir ver, remover corpos sob urgência. É preciso limpar a cena do crime.

Quando acabaram de matar, eles começaram a recolher a gente para as celas. Só que é o seguinte. Os policiais colocam um holofote bem grande na entrada do pavilhão, de modo que quem vinha para entrar, não enxergava nada. A luz forte ofusca a visão. O que eles queriam que a gente não visse? O térreo do pavilhão estava cheio de corpo... Puta, na ordem da fila eu parei bem na entrada! Pensei comigo, agora eu morro. A todo instante eu pensava que já era, que seria a hora da minha morte.

Daqui a pouco eu escutei um polícia falar:

– Você está cansado?

Um preso meio que murmurou. Escutei só um tiro seco. Pá! O cara caiu morto no chão. Eu estava de cabeça baixa, olhando para o chão, e reconheci o corpo: puta, era o Tubarão, malandro da Zona Sul, mano! Eu nem gostava desse preso, mas caralho... Ele era malandro de verdade.

Daí o polícia ficou gritando:

– Vem aqui você!

Putá... vão me colocar para carregar cadáver, pensei. Fodeu. Me deu o maior pânico, não era eu. Era com outro preso. Um polícia estava batendo com cassetete em todo mundo. Me encolhi para não apanhar.

Quando abriram o portão eu subi pique o Flash, direto para o quinto andar. Antes de o polícia terminar de falar “vai”, eu já estava lá em cima. Daí, já era. Trancaram as celas. Uma cela com metade dessa sala aqui os caras colocaram 50, 70 presos, todos em celas do quinto andar.

Foi ficando de noite. Pela janela da cela, dava para ver fora do prédio, só que a gente não podia colocar a cabeça para fora. Os policiais ainda estavam cercando a muralha interna.

– Quem botar a cabeça para fora, vai levar bala!

Mediante a impossibilidade de ver o que se passava, a gente usou o campana, que é um espelhinho, e colocou na ventada. E pelo campana a gente viu os caras colocando uma par de corpo em caminhão de lixo, ambulância, viatura... Encostaram dois caminhões de lixo para enfiar os corpos lá dentro! Depois de carregar os corpos, eles foram embora.

Foi ficando mais tarde. Mesmo depois de ter carregado, ainda ficou um monte de corpo no pavilhão. Na madrugada, quando estava tudo quieto, um mano, mixador monstro, conseguiu abrir a cela e veio abrindo algumas outras que ele conseguiu. Ele nos soltou, e a gente voltou para a nossa cela. A nossa cela ainda estava suave, mas algumas outras... Todos os presos morreram. Limpamos o barraco, fizemos café e ficamos esperando o plantão da noite chegar. O plantão ficou em choque logo lá embaixo... Nem quis chegar perto. Maurício Monteiro.

Instala-se, no retorno às celas, um dispositivo de controle visual que combina holofote, ordem para manter a cabeça baixa e vigilância armada nas muralhas. A iluminação intensa na entrada do pavilhão produz ofuscamento calculado, restringindo a percepção do térreo tomado

por cadáveres e limitando a possibilidade de reconhecimento imediato da extensão da matança. Ao recorrer ao *campana*, os presos recompõem fragmentariamente aquilo que lhes era vedado: caminhões de lixo, ambulâncias e viaturas recebendo corpos sob escolta policial. A utilização de caminhões de lixo, em particular, projeta-se sobre a controvérsia posterior acerca da cifra oficial de 111 mortos, sugerindo que parte dos assassinatos pode ter sido removida sob procedimentos que dificultariam identificação e contabilização. A não visibilidade dos corpos, nesse contexto, relaciona-se à contenção de futuros questionamentos e à proteção dos agentes envolvidos contra responsabilização penal. Superlotação das celas, ameaças de disparo e circulação restrita consolidam, assim, uma etapa posterior à execução que envolve manejo dos vestígios, administração dos mortos e gestão antecipada das consequências jurídicas do Massacre.

Na subida para os barracos, nós já éramos contados no ato. No meio da escada do pátio, para subir para o segundo andar, eu vi uns três a quatro magistrados de gravata, filmando e observando a cena! Sim, havia representantes do Estado assistindo esse Massacre! Havia! Havia!

Estou subindo as escadas junto a vários outros presos, em fila.

Pegaram o finado Claudião, o boxeador de antes, homem negro de 1,80 que estava tirando 23 anos, irmão que a vida me deu, porém velho conhecido da polícia. Levaram ele para o segundo andar, encostaram na parede e deram um tiro de .12 direto no estômago. Olha a crueldade do Estado em face de um cidadão brasileiro sob a sua tutela!

Na subida, eles mataram mais um monte de preso que era preto. Pegavam um, pulavam eu, pegavam outro, pulavam eu... Passei pelo mesmo processo de escapar da morte em cada andar, até o 5º andar. Me colocaram em um xadrez do lado I, há muito tempo desativado. Por pura maldade, os policiais ligaram dois fios para conduzir eletricidade, e quando fomos trancados, jogaram bomba de gás lacrimogêneo. Além de toda a fumaça, começou a pegar fogo no xadrez...

Entrei na cela automaticamente pegando um pão de chão. Estávamos três amigos e eu. Quando nos trancaram, eu mijeí no pano para obter o oxigênio. Vi meus amigos sufocando diante daquele ato de crueldade em face da nossa própria pessoa. Olhei pela ventana, justamente esse guichê que dava para o lado interno do pavilhão, e observei os policiais matando mais presos que ali se encontravam. Luís Bizil.

Ao rememorar a subida pelas escadas, Bizil organiza a experiência como sequência marcada por simultaneidade entre ordenamento e extermínio: os presos avançam em fila, são contabilizados durante o deslocamento e, no mesmo trajeto, assistem à execução de companheiros. A visualização de magistrados registrando a cena introduz um elemento de exposição pública que atravessa a lembrança como intensificação do desamparo, uma vez que a violência ocorre sob observação formal. A morte de Claudião, identificada por sua trajetória e por sua condição racial, adquire relevo emblemático e inscreve a seletividade como percepção concreta no interior da ação. A repetição do gesto de “pular” o narrador em cada andar sedimenta a sensação de decisão arbitrária e renovada a cada lance de escada. Já o confinamento

em cela desativada, com improviso elétrico e lançamento de gás, prolonga o campo de risco e evidencia que a experiência extrema não se encerra com os disparos, estendendo-se como regime contínuo de ameaça.

Nas horas que se seguem à chacina, ainda no interior da Detenção, a preocupação desloca-se para a contagem dos corpos, para a identificação dos ausentes e para a circulação de versões entre os próprios presos. A fixação de um número começa a ganhar forma dentro do pavilhão, enquanto sobreviventes confrontam a discrepância entre aquilo que viram – corpos empilhados, desaparecimentos, remoções noturnas – e qualquer tentativa de quantificação estabilizada. Paralelamente, certas imagens permanecem como presença insistente: corredores ensanguentados, celas devastadas, companheiros que não retornam aos seus xadrezes. Nesse ambiente fechado, a memória já opera como campo de disputa interna e como marca íntima que atravessa os que permaneceram vivos.

Foram vários fatos que se desdobraram do dia 2... Muitos manos pegaram AIDS, seja de cachorro que mordeu geral, ou mesmo pisando no sangue. Bagulho foi uma tragédia humana sem precedentes. Mesmo contando só os 111, já é morto pra caralho. E não foram 111, nem fodendo.

Houve um número muito maior de morte, essa é a verdade nua e crua. 111 foram só os mortos com corpos reconhecidos. Um tempo atrás eu debati com a advogada dos policiais condenados. Ela falou que foram 78 mortos. Conseguiram abaixar até o número 111, que por si só é uma mentira. Se liga no argumento dela: 78 presos foram mortos pela polícia, e o restante foi morto entre os próprios presos. 78 é o caralho! Eu estava lá. Que parada é essa?

É muito simples comprovar que foram mais de 111 mortos. No dia da primeira visita pós-Massacre, 3 de outubro, do lado de fora tinha uma lista com o nome dos mortos. Maurício Monteiro.

Na recordação de Maurício Monteiro, a cifra “111” resulta de um processo de redução progressiva atravessado por disputas sobre a autoria das mortes, evidenciadas no embate com a advogada dos policiais e na tentativa de redistribuir responsabilidades entre ação policial e conflitos internos. Ao sustentar que 111 corresponderiam apenas aos corpos reconhecidos, o narrador introduz os desaparecidos como dimensão constitutiva do Massacre, ampliando a perda para além do número oficial. A lista afixada no dia da primeira visita reafirma o nome próprio como critério de existência pública da morte e expõe lacunas deixadas pela não identificação. Nesse contexto, a contagem adquire densidade moral, colocando em tensão a experiência vivida no interior do pavilhão e a cifra posteriormente estabilizada.

Antes do Massacre, eu já era um homem fechado. Mas depois do que eu passei, parece que fiquei ainda mais quieto. Aquele medo, uma coisa ruim... Os mortos no xadrez

do esporte não saem mais da minha cabeça. Eu costumava disputar jogo de dama e xadrez ali no esporte. Cheguei a ficar em terceiro lugar no campeonato de dama. As medalhas e troféus se transformaram em cadáveres.

O chão vermelho de sangue com água... Uma coisa verdadeiramente horrível. As imagens que eu vi estão gravadas na minha mente. Porque a imagem, ela fica. Muitas coisas eu posso esquecer. Detalhes, datas, compromissos, mas os cadáveres, o cheiro da morte, o tempo parado, aquela coisa ruim... Isso ficou. Não tem mais esquecimento.

Assim que clareou, todos saímos das celas e cada um voltou para o seu xadrez de origem. Do meu xadrez, felizmente ninguém morreu, mas todo mundo estava machucado, traumatizado...

Eu não fiz parte, mas formou-se um grupo de presos considerados, encarregados de realizarem uma contagem própria do número de mortos. Eles contabilizaram mais de 400 presos que estavam faltando. Atualmente, alguns falam em 300, outros falam em 400... Não se sabe o número exato. O que se sabe é que esse número é muito superior do que o número oficial. O que eu acho incrível é que o Estado fixou o número de mortos em 111, sendo que muitos presos simplesmente desapareceram. Não acharam os corpos! Tinham muitos presos oriundos de outros estados que a família não conseguia visitar. Esses não entraram para a contabilidade.

No dia 3 de outubro, nenhum familiar sabia a nossa real situação. Como todo familiar, o meu irmão e o meu primo estavam na portaria, aguardando notícias. Depois, consegui ser visitado. Conversamos, choramos bastante. Vi muitos pais e mulheres chorando, mulheres desesperadas procurando os seus presos. Até sair a relação dos mortos, muita gente ficou perdida naquele dia de visita.. José Roberto.

A formulação “a imagem, ela fica” condensa, na fala de José Roberto, a inscrição duradoura de uma experiência-limite que ultrapassa o plano sensorial e se instala como marca constitutiva de sua trajetória. O xadrez do esporte – antes associado a campeonatos de dama, medalhas e troféus – reaparece saturado de cadáveres, sangue e água, convertendo um espaço de sociabilidade em cenário de aniquilação. O chão vermelho, o odor e a sensação de tempo suspenso configuram núcleos imagéticos que resistem ao desgaste narrativo e retornam como vestígios persistentes. Ao amanhecer, o retorno aos xadrezes de origem introduz uma rotina atravessada por ferimentos, trauma e ausências. A contagem paralela organizada por presos, com estimativas que ultrapassam 300 ou 400 desaparecidos, institui no interior da Detenção uma aritmética própria, fundada na percepção de corpos não localizados e nomes não reconhecidos; apesar de divergirem em aspectos circunstanciais, os sobreviventes convergem na afirmação de que o total de mortos excede amplamente os 111 oficialmente fixados. A lista divulgada na primeira visita e o desespero de familiares à porta do presídio ampliam esse quadro, articulando permanência traumática e incerteza numérica como dimensões constitutivas da lembrança.

Para você ter ideia, depois que aconteceu o Massacre, nós da faxina fomos levar aqueles caras que estavam em choque até o Pavilhão 7. Acredito que essas pessoas

não dormem até hoje. Vi um montão de maluco no PV9 desesperado, chorando. Ali a gente viu que eles não eram nada daquilo. Aquele montão de sangue na galeria, para mim era a coisa mais normal.

Se o bagulho é consequência de algo que a pessoa não está envolvida, aí traumatiza mesmo. Mas se o cara está envolvido na parada, irmão, tanto faz. Repito: sangue é sangue. Convivi tanto tempo com sangue derramado que passei a normalizar a situação. Hoje eu sei que não é norma! Eu estou em outro momento da minha vida, envolvido com arte e cultura. Mas naquele contexto em que era matar ou morrer, a morte era uma realidade constante.

No dia 4 de outubro, todos nós encarregados fomos transferidos para a Penitenciária Araraquara, como se nós tivéssemos sido culpados pela morte daquelas 111 pessoas – e muito mais de 111. E eu nem morava no Pavilhão 9! Mas como eu tinha barraco lá e muita gente me via como encarregado da cultura, acabei sendo responsabilizado. Estranhamente, foi como se eu tivesse entrado no PV9 junto com a PM e fuzilado aquele montão de gente! Kric Cruz.

Considerando esse contexto, a lembrança de Kric Cruz ganha outra densidade analítica. Interno do Pavilhão 8 – espaço que, segundo sua própria caracterização, reunia presos habituados à violência e ao contato cotidiano com o sangue – ele diferencia sua experiência daquela vivida no Pavilhão 9, sublinhando uma cultura carcerária marcada pela naturalização do risco. Ao integrar o grupo da faxina, reconhecido como núcleo de influência interna, Kric ocupava posição estratégica na hierarquia informal da Detenção, o que ajuda a compreender por que, após o Massacre, foi transferido e tratado como corresponsável pelo ocorrido. Sua narrativa não se constrói a partir da condição de sobrevivente direto do Pavilhão 9, mas de testemunha situada que observa, avalia e interpreta os desdobramentos do evento no interior do sistema prisional. Ao afirmar que foi responsabilizado como se tivesse participado da ação policial, ele explicita um mecanismo de redistribuição disciplinar da culpa, no qual liderança simbólica e capital interno se convertem em critérios de imputação. Assim, sua memória articula três planos: a cultura do Pavilhão 8, a posição política da faxina e a inscrição estratégica de si mesmo como narrador de um acontecimento que o atinge institucionalmente, ainda que não o tenha atravessado nos mesmos termos corporais dos presos do Pavilhão 9.

Encerrando esta subseção, observa-se que as lembranças dos sobreviventes expandem o acontecimento para além de sua cronologia imediata, introduzindo no horizonte histórico questões que permanecem em aberto: marcas psíquicas duradouras, trajetórias de vida reconfiguradas, sofrimento de familiares e a persistência inquietante dos corpos desaparecidos que escapam à contabilidade oficial. Ao trazerem à superfície esses elementos, tais narrativas mantêm o Massacre como problema ativo, cuja temporalidade atravessa o presente. A inclusão do testemunho ocular na seção seguinte amplia o campo de observação e complexifica o regime de verdade que se forma em torno do evento. A interação entre diferentes posições de fala – quem experimentou a violência de modo direto e quem a presenciou a partir de outros pontos –

produz um tempo testemunhal multifacetado, no qual a memória circula entre ângulos diversos e sustenta a abertura interpretativa do acontecimento.

6.2. O testemunho ocular/auricular e a democracia que não foi

*Que fonte nutriu nossa alegria e gradidão em poder estar ali no “Coração do Inferno”?
Como ser feliz, num lugar onde o mal é tão poderoso, ardiloso e enraizado
e onde a gente encontra tanto sofrimento e desespero?*

Pe. Francisco Reardon⁸

6.2.1. Terceiros em litígio: algumas implicações.

As histórias reunidas no *corpus* documental não se dispõem como variações de um mesmo relato, nem convergem para uma narrativa unificada do acontecimento. Ao acompanhar as lembranças de cinco ativistas de direitos humanos com trajetórias distintas de atuação na Casa de Detenção de São Paulo, constitui-se um campo heterogêneo no qual sujeitos da sociedade civil elaboram a violência de Estado a partir de modalidades específicas de testemunho, atravessadas por posições institucionais, experiências sensíveis e compromissos ético-políticos diversos. As tragédias ocorridas no interior dessa unidade prisional permanecem abertas às problemáticas da memória não apenas porque o evento resiste à estabilização retrospectiva, mas justamente porque seus efeitos excedem os diretamente atingidos, alcançando aqueles que veem, escutam e, no tempo posterior, se reconhecem implicados na tarefa de dar forma pública ao que foi vivido. O testemunho emerge, assim, menos como relato encerrado de um passado delimitável e mais como prática situada, que vincula experiência, responsabilidade e temporalidades em disputa.

A identificação de um fio comum em trajetórias distintas comporta o risco de simplificar aquilo que, na história oral, se constitui pela singularidade do enunciado em primeira pessoa. A tradição dos estudos da memória privilegiou a análise dos quadros coletivos, o que foi decisivo para historicizar lembranças que, por muito tempo, permaneceram circunscritas aos domínios do individual. A valorização do público leitor como agente ativo no processo de construção do conhecimento atenua esse impasse, pois a narrativa, em sua origem oral, “conserva as suas forças e, depois de muito tempo, ainda é capaz de se desenvolver” (Benjamin, 1994, p. 204). Cabe ao leitor acompanhar aquilo que se comunica para além do esforço explicativo, sem que isso suprima a intencionalidade analítica que delimita o papel mediador do oralista.

⁸ Reardon, S/D, p. 50.

A cena testemunhal, tal como se configura neste capítulo, organiza-se a partir de um léxico associado ao ver. Há uma longa tradição de testemunhar pelo olhar, que remonta à Antiguidade e assume a conotação de um “saber por ter visto”, matriz do conceito grego *ístor* (Benveniste, 1995, p. 175). Essa concepção também estrutura a testemunha no âmbito jurídico, por meio da figura do “terceiro” em um litígio (Benveniste, 1995, p. 174-175). A distinção entre essa modalidade e aquela referida ao sobrevivente ganha precisão a partir das expressões *testis* e *superstes*. A etimologia dessas formas é esclarecedora:

[...] *Testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: “todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como uma terceira pessoa”; assim, o deus Mitra é por natureza a “testemunha”. (Benveniste, 1995, p. 278, destaques no original).

Na seção anterior, a sobrevivência reposicionou a identidade de detentos como aqueles que “subsistem além de” e sustentam sua fala na esfera pública. Um modelo excessivamente centrado nos sobreviventes, contudo, pode operar como fechamento analítico, como se a experiência empírica fosse condição *sine qua non* para a expressão de narrativas sobre o evento. Uma história oral conduzida por redes de relações e mediações abre o campo para uma memória comunitária multifacetada, redistribuindo posições de fala antes concentradas nos corpos diretamente vitimados.

O ponto decisivo, aqui, não é sustentar uma dicotomia entre modelos mnemônicos, nem criar hierarquias sobre a suposta fidelidade que a distância do olhar proporciona, em contraposição à impossibilidade de distanciamento das memórias corporificadas. Trata-se, porém, de compreender de que modo as experiências mediadas pelo olhar e pela escuta produzem marcas nos sujeitos de atribuição. Um segundo argumento serve de relativização do império da experiência direta: mesmo os sobreviventes se posicionam como terceiros diante a morte dos seus próximos, de onde se retira o lastro para o uso reiterado do “falar por aqueles que foram mortos”. A porosidade desses conceitos remete à vida concreta daqueles que se qualificam como testemunhas: *testis* e *superstes* não se excluem; antes, se atravessam, assim como historiografia e memória se interpenetram no trabalho sobre o passado (Seligmann-Silva, 2022, p. 126).

Quando discutida em termos de *testis* e *superstes*, a cena testemunhal pode incorrer à exclusão da experiência da escuta como possibilidade de transmissão mnemônica pela via da oralidade. A escuta de uma história de violação contada por pessoas em situação de cárcere, como se buscará demonstrar, amalgama um eixo significativo da experiência dos defensores de

direitos humanos entrevistados. *Testis* é aquele que observa e escuta, tanto as vítimas quanto aqueles que com elas tiveram contato. François Hartog, ao retomar a figura do *histôr*, ressalta o lugar dos ouvidos na convenção do verdadeiro:

Intervindo nos dois casos em uma situação de litúgio, o *histôr* é não aquele que, apenas com sua intervenção, vai resolvê-la, arbitrando entre duas versões conflitantes, mas antes, acredito, o aval (para o presente e mais para o futuro) daquilo que ficar convencionado pelas duas partes. Antes de olhos, o *histôr* deve, portanto, ter ouvidos (Hartog, 2001, p. 22).

É na chave da experiência adquirida pelo olhar e pela escuta que se tornam inteligíveis as histórias dos defensores dos direitos humanos. A associação entre ver e escutar, dirigida a um grupo cujos direitos foram violados, estrutura um eixo transversal da recordação. Os ativistas de direitos humanos se posicionam como testemunhas porque foram alcançados pelos efeitos do acontecimento em um grau distinto daquele vivido pelas vítimas diretas, ainda que suficientemente intenso para reordenar práticas, expectativas e formas de intervenção pública (Ricoeur, 2012, p. 337).

6.2.2. O Massacre do Carandiru nas lembranças dos membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP.

Retomando as reflexões anteriores, o testemunho como *testis* remete ao terceiro que viu, escutou e assumiu a tarefa de publicizar a violência. Reconhecidas as diferenças históricas, pode-se aproximar essa dimensão de denúncia de uma tradição retórica que articula visão e intencionalidade de gerar publicidade. No *Sermão da Epifania*, Padre Antônio Vieira insiste no dever de dizer aquilo que os olhos viram:

Treme, em horror a língua de pronunciar o que viram os olhos; mas sendo o caso tão feito, tão horrendo, tão atroz, e tão sacrilégio que não se pode dizer, é tão público e tão notório que não se deve calar... (Vieira, 1998 [1662], s/p).

Resguardadas as distâncias históricas, interessa conservar do enunciado o vínculo possível entre testemunhar e produzir publicidade. Assim, torna-se possível destacar como fio comum entre as histórias analisadas a atuação cidadã como testemunha das violações à dignidade humana de presos cometidas pelo Estado. Flávio Straus, João Benedicto e Deise Benedito estiveram diretamente implicados com a dimensão jurídico-institucional da observação dos direitos humanos no contexto do Massacre do Carandiru. Maura Augusta e Pe.

Günther atuaram sobretudo no período posterior ao Massacre, ângulo essencial para compreender que as violações contra os direitos humanos dos presos não configuram um dado concentrado ao dia 2/10/92, mas se dilui em tantos outros dias e eventos evanescidos da memória pública.

Ao abranger o campo testemunhal para terceiros, corre-se o risco de encobrir a experiência das vítimas concretas com versões mediadas pela distância e, portanto, melhor aderente ao campo discursivo. Nos termos da proxémia, a aproximação do evento traumático em um momento posterior, justamente quando os seus efeitos mais destrutivos são se fazem continuados, pode criar na testemunha que observa e escuta uma postura de mimetização

O horizonte histórico predominante na vida dos colaboradores é marcado pela consolidação da Constituição Federal de 1988, marco decisivo para a institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Os fundamentos do art. 1º, em particular a cidadania e a dignidade da pessoa humana, constituem um elo normativo entre as práticas desses ativistas e a situação dos presos sob custódia estatal. A cidadania “consiste em um conjunto de direitos e obrigações referentes à participação do indivíduo na formação da vontade do poder estatal” (Ramos, 2021, p. 911) e se desdobra, entre outras dimensões, no direito de votar e ser votado, fiscalizar e denunciar irregularidades, propor projetos de lei e ser eleito juiz de paz (Ramos, 2021, p. 912). A descentralização política em União, Estados, Distrito Federal e Municípios ampliou mecanismos de participação e incentivou a atuação de órgãos da sociedade civil organizada na vida pública. A dignidade da pessoa humana, por sua vez,

consiste na qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o protege contra todo tratamento degradante e discriminação odiosa, bem como assegura condições materiais mínimas de sobrevivência. Trata-se de atributo inerente à condição humana, não importando nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo, entre outros fatores de distinção (Ramos, 2021, p. 912).

A reconstrução do período anterior ao Massacre estrutura-se a partir das rememorações de três defensores de direitos humanos vinculados à Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e a redes correlatas de monitoramento do sistema prisional. No entrecruzamento dessas narrativas, o 2 de outubro de 1992 emerge como evento inscrito em um contexto previamente tensionado. As três memórias convergem ao reconhecer que a Casa de Detenção operava sob pressões acumuladas – administrativas, estruturais e sociais – antes da invasão do Pavilhão 9. As variações situam-se no ponto de ancoragem da análise: cada entrevistado privilegia uma dimensão específica desse cenário de vulneração.

Na rememoração de Flávio Straus, o eixo interpretativo desloca-se para a reorganização da cadeia de comando. A transferência da gestão dos presídios da Secretaria da Justiça para a Secretaria de Segurança Pública é configurada como inflexão institucional decisiva, capaz de redefinir o equilíbrio entre autoridade civil e aparato policial:

O ano de 1992 foi muito tenso... Muitas coisas aconteceram. Em um dos primeiros decretos, o Fleury soltou a seguinte bomba: ele transferiu a gestão dos presídios da Secretaria de Justiça, como era até então, para a SSP... Foi uma resposta direta à política de humanização dos presídios do governo Franco Montoro, quando o José Carlos Dias era o Secretário de Justiça. A OAB criticou duramente a medida. Afinal, conforme se dizia à época, inclusive como recomendação da ONU, quem prende não pode cuidar do preso. Com a transferência da gestão dos presídios da Secretaria de Justiça para a SSP, os presídios e todo o aparato policial ficaram sob o comando do Pedro Franco de Campos. (Flávio Straus).

A lembrança articula o rearranjo administrativo à alteração das formas de controle sobre a custódia estatal. A evocação do artigo 143 da Constituição Estadual reforça a dimensão normativa dessa leitura: “pelo art. 143 da Constituição Estadual, existia o Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária” (Flávio Straus). O funcionamento efêmero do Conselho – “Nós chegamos a ter uma única reunião!” (Flávio Straus) – aponta para a dissociação entre formalização jurídica e efetividade institucional. A existência normativa de instâncias civis de acompanhamento não se converteu em capacidade concreta de supervisão. Na economia memorial de Straus, a mudança de gestão desloca a administração penitenciária para a órbita direta da segurança pública, ampliando a margem de intervenção policial na gestão de conflitos internos e enfraquecendo mecanismos de participação civil.

João Benedicto converge quanto à percepção de que o sistema encontrava-se sob pressão, porém localiza essa tensão na materialidade do estabelecimento e na superlotação do Pavilhão 9:

Antes do Massacre, eu conhecia razoavelmente a situação da Casa de Detenção de São Paulo. A superlotação já era bem conhecida, sobretudo nas celas coletivas do Pavilhão 9. À época dos fatos, eu era advogado membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ao convite do presidente da Comissão, Dr. Ricardo Carrara Neto, que foi um grande criminalista. Foi o meu primeiro cargo fora do Ministério público. Um tempo depois, fui presidente da Comissão. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A formulação “já era bem conhecida” inscreve a superlotação no campo de um diagnóstico reiterado e institucionalmente compartilhado. O Pavilhão 9 aparece como espaço estruturalmente saturado, no qual a densidade populacional intensificava conflitos e reduzia as possibilidades ordinárias de gestão interna. A rememoração de João organiza-se menos em

torno da arquitetura decisória do Estado e mais em torno das condições materiais da custódia – celas coletivas superpovoadas, compressão espacial e precarização do cotidiano prisional. Ainda assim, seu testemunho converge com o de Straus ao situar o Massacre no interior de um cenário previamente identificado como crítico sob a ótica dos direitos humanos.

Deise Benedito amplia esse horizonte ao enfatizar a persistência de denúncias e a acumulação de violações no cotidiano carcerário, com atenção particular às mulheres privadas de liberdade:

Assim, eu atuava dividindo a minha vida profissional entre Pastoral Carcerária, Geledes e o TJ-SP. Participando das reuniões da Pastoral Carceraria e representando o Geledés fui convidada para fazer parte da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-SP pelos meus amigos Flávio Augusto Straus e Margarida Nogueira de Paula, ambos advogados, ativistas da área de direitos humanos. Após participação em inúmeras reuniões na Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária a demanda crescente sobre a situação das mulheres presidiárias, cada vez mais desumanas e degradantes, que incluía a observar as questões mais urgentes, como a falta de absorvente, medicação, tratamento ginecológico fui secretária desta subcomissão, juntamente com Ruth Camacho Kadubla, Adariana Nunes Martorelli e Margarida Nogueira de Paula. Eu estava muito envolvida quando estourou o Massacre do Carandiru. (Deise Benedito).

Deise indica a intensificação de solicitações e denúncias relativas às condições de custódia, especialmente no que se refere a direitos básicos ligados à saúde, higiene e integridade física. A superlotação mencionada por João e o rearranjo administrativo destacado por Straus aparecem, aqui, articulados a uma experiência cotidiana de vulneração, acompanhada por redes civis de monitoramento. A memória de Deise evidencia que a violência do 2 de outubro não irrompe em um vazio institucional, mas se inscreve em um contexto de violações reiteradas e de advertências prévias formuladas por atores da sociedade civil.

No cotejo dessas três rememorações, delineia-se um cenário convergente: a governança penitenciária encontrava-se atravessada por redefinições administrativas, superlotação estrutural e persistência de práticas lesivas à dignidade das pessoas custodiadas. As variações de focalização correspondem às posições institucionais ocupadas por cada entrevistado. Straus privilegia a dimensão da cadeia de comando e da erosão do controle civil; João enfatiza a materialidade da custódia e seus limites operacionais; Deise destaca a acumulação de denúncias e a dimensão interseccional das violações. O 2 de outubro de 1992 configura-se, assim, como ponto de condensação de processos anteriores, cuja sedimentação produziu um ambiente de alta vulnerabilidade institucional, reconhecido, sob diferentes registros, por aqueles que acompanhavam o sistema prisional antes da intervenção armada. Significativamente, o acúmulo de vulnerabilidades não antecede o 2 de outubro apenas como contexto: ele delimita, desde o

início, as possibilidades de intervenção e de escrutínio externo. Quando a letalidade se consuma, torna-se decisivo quem pode entrar, ver e registrar; a crise passa a incidir também sobre o acesso ao interior da custódia e sobre a circulação de informações capazes de tornar o acontecimento verificável.

Nas três entrevistas, o 2 de outubro de 1992 é configurado como um dia em que a produção de conhecimento sobre o ocorrido esteve condicionada por barreiras materiais e informacionais. O acesso ao interior da Casa de Detenção, bem como a circulação de dados sobre a operação, encontravam-se sob controle restritivo. Quando os defensores de direitos humanos buscaram aproximação institucional, a letalidade já havia se consumado. A inteligibilidade do evento dependia da possibilidade de verificação direta e de contato com testemunhas, o que se revelou, naquele momento, severamente limitado. O dia inscreve-se, assim, como episódio de suspensão prática do comando civil e de disputa pela autoridade narrativa sobre os fatos.

Flávio Straus ancora sua rememoração na porta da Casa de Detenção, na Avenida Cruzeiro do Sul. Seu gesto inicial consiste em mobilizar formalmente a autoridade da OAB-SP como meio de ingresso institucional na unidade:

Imediatamente, fui procurar o Dr. José Roberto Batochio, então presidente da OAB/SP, para verificar se ele iria até a Detenção comigo. Ele me disse que não poderia ir, mas me escreveu uma carta dizendo que eu era o seu representante autorizado. Fomos, então, Marília e eu. Chegamos na porta da Detenção por volta das 16hrs. Embora os assassinatos já tivessem ocorrido, não tinha nenhuma informação na porta da Av. Cruzeiro do Sul. Eu disse aos funcionários ali presentes que eu representava o Dr. Batochio, e queria falar com o Diretor da Casa de Detenção, o Dr. Pedrosa. Eles me disseram que eu não podia entrar, então pedi que entregassem a carta ao Pedrosa, assinalando que eu estava representando a presidência da OAB. (Flávio Straus).

A carta de credenciamento, expressão formal de autoridade civil, não produziu efeitos concretos. A negativa de ingresso, mesmo após a ocorrência das mortes, evidencia a ruptura entre instâncias de controle externo e a administração interna da custódia. A ausência de informações no portão, já depois dos assassinatos, integra a economia memorial como signo de opacidade deliberada. O exterior civil permanece apartado do interior da prisão, que passa a operar como espaço hermético sob comando excepcional. Sua declaração atribuída ao diretor da unidade constitui núcleo interpretativo da narrativa: “Flávio, eu reconheço o seu trabalho. Respeito muito o Dr. Batochio, mas quem está mandando lá dentro não sou eu. São os coronéis. Então, não posso recebê-lo lá dentro.”

A menção aos “coronéis” indica deslocamento do eixo decisório para uma cadeia de comando militarizada. A autoridade administrativa reconhece sua própria limitação, sugerindo que a gestão ordinária da unidade fora suplantada por lógica operacional de natureza policial. Na memória de Straus, o 2 de outubro configura-se como momento de descontinuidade institucional, em que o comando civil é eclipsado por hierarquia militar, com impacto direto sobre a possibilidade de fiscalização externa. O que pôde ser observado do lado de fora também integra sua construção retrospectiva:

Duas horas depois, por volta de 18hrs, a gente começou a ver algumas ambulâncias saindo da Detenção. A cena do crime já estava sendo desfeita, conforme as ordens da PM. A perícia foi muito deficiente porque os executores desfizeram completamente o cenário do crime. O próprio Pedrosa veio até a grade na Av. Cruzeiro do Sul falar comigo. (Flávio Straus).

A saída de ambulâncias e a referência à alteração da cena compõem, na rememoração, a percepção de que a gestão dos vestígios fazia parte do controle do acontecimento. A modificação do cenário e a precariedade da perícia são associadas à administração dos traços materiais da violência. Ainda que impedido de ingressar, Straus articula observação indireta e informação recebida para elaborar uma leitura sobre a condução da operação e sobre a integridade da cadeia de custódia da prova. A recusa de ingresso e o silêncio no portão não se apresentam, portanto, apenas como obstáculo logístico: eles deslocam a recomposição do ocorrido para circuitos laterais de informação, nos quais rumores, imprensa e redes institucionais passam a substituir a verificação direta. É nesse deslocamento – do interior inacessível para espaços de articulação civil – que se insere a forma como Deise toma contato com a notícia e tenta reunir indícios sobre a extensão da letalidade.

Deise Benedito recorda o 2 de outubro a partir de outro ponto do circuito institucional. A notícia lhe chega enquanto trabalhava na Vara de Execuções do TJ-SP:

Tudo começou na tarde do dia 2 de outubro de 1992. Lembro que eu estava trabalhando na Vara de Execuções do TJ-SP, quando fiquei sabendo por alguns colegas que estava acontecendo uma rebelião na Casa de Detenção com indícios de uso de letalidade pelos policiais. Como o Fórum Criminal Ministro Mario Guimarães, onde estava instalada a Vara de Execuções Criminais, estava localizado na área central da capital de São Paulo, próximo da OAB-SP, eu fui para lá rapidamente para receber mais detalhes. Muitas entidades se reuniram na OAB-SP. Estavam presentes membros da Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária já havia rumores sobre a utilização de metralhadoras e execuções de presos, mas ninguém imaginava a real extensão e gravidade dos fatos... (Deise Benedito).

A circulação inicial das informações aparece fragmentada e marcada por incerteza. Rumores sobre metralhadoras e execuções antecedem a confirmação da magnitude da

letalidade. A reunião na OAB-SP congrega diferentes atores da sociedade civil, configurando tentativa de produzir inteligibilidade coletiva diante de um evento ainda parcialmente encoberto. O interior da Casa de Detenção permanece inacessível, e a compreensão do ocorrido depende de relatos indiretos.

A narrativa de Deise associa a retenção informacional ao calendário político:

Desta reunião, tiramos algumas conclusões do que poderia ser feito. Decidiu-se que no dia seguinte todos esses grupos organizados em defesa dos direitos humanos iriam até a Detenção, a fim de verificar a extensão dos fatos. Pouca gente se lembra, mas o dia 3/10/1992 foi o primeiro turno das eleições municipais, e o principal candidato da Direita era o Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), eleito no segundo turno. Era evidente a tentativa do Governo do Estado de esconder informações até o momento da votação. (Deise Benedito).

A decisão de organizar visita coletiva no dia seguinte evidencia que a verificação direta ainda não havia ocorrido. A referência ao pleito eleitoral introduz dimensão estratégica na gestão da informação, sugerindo contenção deliberada da publicidade dos fatos até o encerramento do primeiro turno. A memória insere o controle informacional em uma lógica política mais ampla, na qual a circulação da verdade factual se articula a interesses conjunturais.

João Benedicto ocupa posição distinta nesse dia. Sua rememoração não registra presença na porta da Casa de Detenção em 2 de outubro. O acompanhamento inicial ocorre por meio da imprensa e das notícias que circulavam publicamente. O contato direto com o interior do Pavilhão 9 se dará posteriormente. Essa diferença de inserção revela diversidade de posições no circuito de produção e recepção de informações: enquanto alguns tentavam penetrar fisicamente na unidade, outros acompanhavam a construção pública do evento.

No cotejo dessas três memórias, o 2 de outubro aparece como momento de assimetria radical de acesso e de déficit de transparência. Straus experimenta o bloqueio material e escuta a declaração de que o comando estava nas mãos de coronéis; Deise participa de uma rede institucional que busca recompor os fatos a partir de informações fragmentárias; João acompanha à distância, antes de tornar-se testemunha ocular nos dias seguintes. Ver, ouvir e confirmar dependiam de autorização e de posição institucional, configurando disputa concreta pela produção legítima da verdade sobre o acontecimento. Sem verificação direta nesse primeiro momento, o evento não se estabiliza; ele se desloca para a porta da Detenção, onde a ausência de informação produz concentração, espera e desespero. Na manhã seguinte, a disputa por acesso deixa de ser apenas institucional e passa a envolver familiares, tornando visível a dimensão social, e profundamente desigual, do sofrimento produzido sob custódia.

Em 3 de outubro de 1992, a violência ultrapassa os limites físicos do Pavilhão 9 e se projeta no espaço público imediato da Casa de Detenção. O portão da unidade converte-se em zona de condensação do acontecimento: familiares, parlamentares, advogados e representantes de entidades de direitos humanos disputam informações e autorização de ingresso. Nas rememorações, o dia é configurado como momento de filtragem do testemunho, no qual o controle do acesso se articula à exposição diferencial de corpos e à administração seletiva da informação.

A narrativa de Deise Benedito fixa com nitidez a cena do entorno:

Na manhã do dia 3 de outubro, quando nós chegamos na Casa de Detenção, vimos um número elevado de pessoas aglomeradas na porta principal de entrada. Aquilo estava absolutamente caótico! Várias pessoas, em sua maioria mulheres negras, pediam informação dos filhos, dos maridos, dos irmãos que estavam presos no Pavilhão 9. Também estavam presentes varios parlamentares do Poder Legislativo, do Executivo, o pessoal da Comissão de Direitos Humanos e Subcomissão de Política Criminal da OAB-SP Pastoral Carceraria. Dentre tantas autoridades, eu era a única cara preta naquele meio. (Deise Benedito).

O entorno da prisão surge como prolongamento da violência letal. A concentração de “mulheres negras” à espera de notícias explicita a dimensão racializada do encarceramento e da dor pública. A autoidentificação como “a única cara preta naquele meio” inscreve a narradora em uma configuração espacial marcada por hierarquias raciais. O portão reúne autoridades e familiares, mas os lugares ali ocupados não são simétricos: uns aguardam informações sobre a sobrevivência de seus parentes; outros reivindicam acesso institucional. A memória de Deise evidencia a intersecção entre raça, gênero e privação de liberdade como elemento estruturante da cena.

A recordação também sublinha o uso de força contra os familiares:

A nossa entrada na Casa de Detenção foi muito difícil, Além de todo o processo de institucionalização, que é terrível, a polícia através da cavalaria jogava os cavalos em cima dos familiares, em particular das mulheres que eram ofendidas com palavrões e retrucavam os chamando de assassinos... Eu estava junto com os meus colegas, esperando a liberação. Depois de umas três horas esperando, por volta das 10h da manhã, a gente foi autorizado a entrar. Os cavalos em cima dos familiares, os policiais xingando as famílias de vagabundas, sem vergonha, ofenderam as mulheres, batendo com o cacetete... Um verdadeiro horror. (Deise Benedito).

A contenção do espaço externo não se restringe à organização logística; envolve intimidação física e violência verbal. A presença da cavalaria e o uso de insultos produzem uma cena de disciplinamento coletivo. O controle do acesso opera simultaneamente sobre familiares

e representantes institucionais, configurando mecanismo de regulação da visibilidade: quem pode ver, quem pode falar, quem pode circular.

Mesmo após a autorização formal, Deise relata ter sido agredida ao atravessar o portão:

Mesmo com a autorização para entrada, assim que fui passar pelo portal da Detenção, um policial me deu uma cacetada e falou que eu não iria entrar! No seu julgo, eu não seria da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, um caso claro de racismo. Afinal, eu era a única mulher preta entre os representantes. O deputado estadual Valter Feldman, do PSDB, me puxou pelo braço e falou ao policial que eu iria entrar. Posso afirmar que cacete dói, viu... (Deise Benedito).

O episódio evidencia que o apoio institucional não é o bastante para combater o racismo. A credencial formal não foi suficiente para garantir passagem imediata. O corpo da narradora tornou-se objeto de contestação e violência, revelando que o acesso à condição de testemunha também é mediado por hierarquizações raciais. A travessia do portão, nesse contexto, adquire dimensão política e simbólica: trata-se de ultrapassar um limiar que separa opacidade e visibilidade, silêncio e possibilidade de denúncia.

A mesma narrativa explicita o papel de mediação assumido por quem consegue ingressar na unidade. Antes de entrar, Deise é interpelada por uma mulher, também negra, que aguardava notícias do seu marido. A transmissão da notícia de que o marido, interno do PV9, sobreviveu ao Massacre, estabelece ponte concreta entre interior e exterior. A travessia do portão converte-se em responsabilidade ética diante daqueles que permanecem à espera. Em um contexto de incerteza radical, a confirmação da sobrevivência de um único detento assume valor decisivo. A memória registra, assim, a constituição de uma função mediadora: quem adentra a prisão torna-se vetor de circulação de notícias e, potencialmente, de produção de prova. Esse trânsito de uma informação mínima — a confirmação de vida — evidencia como a travessia do portão pode operar como mediação entre interior e exterior. Em outra escala, o mesmo problema de estabilização do acontecimento aparece quando a violência passa a ser reconhecida socialmente por um número que circula na imprensa.

No mesmo dia, Flávio Straus não se encontrava na porta da Casa de Detenção. Sua rememoração situa-se a partir do contexto eleitoral, indissociável para compreender as razões do Massacre:

No dia seguinte, um grupo formado pela Deise Benedito, Margarida Oliveira de Paula e o Padre Chico conseguiram entrar na Casa de Detenção, com alguns Deputados Estaduais e outros Advogados. Infelizmente, não pude estar presente. 3 de outubro era

dia de eleições, e eu era mesário presidente de mesa no Largo São Francisco, onde, inclusive, foi a minha sala de primeiro ano. Soube que se falava em 111 mortos quando Anadalva, então minha ex-esposa, acompanhada de minha filha mais velha, veio votar nesta mesma sala, e trouxeram a *Folha de S. Paulo* com a manchete: 111 mortos. (Flávio Straus).

A cifra “111 mortos” consolida-se publicamente por meio da imprensa. O número opera como condensador simbólico do acontecimento, convertendo a violência em unidade quantificável e socialmente circulável. A experiência do dia 3, para Straus, organiza-se em torno da estabilização numérica da tragédia. A produção da verdade pública passa a depender de uma contagem que sintetiza o Massacre e lhe confere forma reconhecível no espaço mediático.

João Benedicto ainda não havia ingressado fisicamente na Casa de Detenção nesse dia. Sua recordação indica acompanhamento institucional e informacional à distância, anterior à visita ao Pavilhão 9 que ocorreria posteriormente. A experiência do 3 de outubro situa-se, para ele, no plano da observação indireta e da preparação para atuação futura, evidenciando que a constituição da testemunha ocular é processo escalonado no tempo.

O cotejo dessas três rememorações revela distribuição desigual de posições diante do acontecimento. Deise atravessa o limiar da prisão, enfrenta violência física, testemunha o sofrimento dos familiares e assume função mediadora; Flávio acompanha a consolidação pública da cifra que passa a nomear o Massacre; João permanece em posição de espera, inserido no circuito institucional que observava os desdobramentos. A porta da Casa de Detenção configura-se, nessas falas, como espaço de triagem e filtragem do testemunho, onde se definem os sujeitos autorizados a ver, a falar e a converter a experiência em denúncia pública. Entre a cena do portão e a circulação da cifra “111”, o que ainda faltava era o encontro com a materialidade do que se produzira no interior do Pavilhão 9. É nesse ponto que a visita de 4 de outubro assume relevância: ela desloca o eixo do rumor e da contagem para a inspeção direta dos vestígios, a partir da qual se constitui a autoridade do testemunho ocular.

A visita de João Benedicto à Casa de Detenção em 4 de outubro de 1992 assume papel estruturante na arquitetura de sua memória sobre o Massacre. Dois dias haviam transcorrido desde a invasão do Pavilhão 9. Ainda assim, o acontecimento é rememorado como pertencente a um núcleo duro da memória grupal, centrada na confrontação direta com os vestígios materiais da violência. Ao contrário de Flávio, impedido de ingressar no dia 2, e de Deise, cuja travessia do portão no dia 3 foi marcada por tensão e confronto, João situa sua entrada no interior do pavilhão diante de uma materialidade ainda intacta.

Naquela mesma data, 4/10, o Dr. Carrara e eu fomos em seu fusquinha à porta da Casa de Detenção. Chegamos na efervescência dos acontecimentos. Logo no portão, o cenário era de guerra: 1500 pessoas gritando desesperadamente, esperando notícias

dos entes queridos. O diretor da Detenção, Dr. José Ismael Pedrosa, nos escoltou, e nós entramos no Pavilhão 9. O que nós vimos nos deixou completamente ho-rro-ri-za-dos! Mesmo após 48 horas, os corpos ainda não haviam sido retirados, porque a perícia ainda não tinha sido feita, e não houve tempo para remanejar os presos daquele pavilhão. Nós vimos muitos corpos no interior das celas. Aquela foto dos corpos amontoados no segundo andar, eu vi aquela cena... (João Benedicto de Azevedo Marques).

A autoafirmação de que “eu vi aquela cena” opera como fundamento epistêmico do relato. A permanência dos corpos nas celas, quarenta e oito horas após a intervenção policial, é apresentada como evidência de uma cena ainda não completamente reorganizada. A preservação relativa dos vestígios reforça a sua compreensão subjetiva como testemunha ocular dos fatos. O tempo transcorrido não dilui a intensidade da experiência; ao contrário, a coexistência entre a passagem das horas e a materialidade dos cadáveres intensifica o impacto da confrontação. Sua história avança para uma leitura técnica dos indícios:

Eu nunca vou me esquecer... Nas paredes das celas, à 1m30cm do chão, marcas visíveis de tiros de metralhadora, provando: I- que os disparos foram efetuados de fora para dentro das celas; II- que os presos foram mortos rendidos, ajoelhados ou deitados. O laudo do Instituto de Criminalística foi muito claro em apontar que os presos foram mortos rendidos. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A observação da altura das marcas e da direção dos disparos é imediatamente articulada a inferências sobre a posição dos corpos. A formação jurídica e a experiência no júri integram a construção retrospectiva: o olhar organiza o espaço segundo critérios de plausibilidade forense. A interpretação sobre a execução de presos rendidos é apresentada como conclusão derivada da inspeção empírica e posteriormente corroborada por laudo técnico. A experiência sensorial converte-se em base probatória. O impacto subjetivo é explicitado de forma reiterada:

Posso afirmar categoricamente que nunca vou me esquecer as imagens que eu vi no dia 04/10/1992. Não foi algo que eu ouvi... Eu vi! Os corpos, o rio de sangue, as paredes com buracos de tiro, os colchões encharcados de sangue, o olhar de torpor dos sobreviventes... Como promotor do MP-SP, eu já tinha assistido a inúmeras biópsias. Como fui promotor do júri por muitos anos, eu estava habituado a ver cadáveres. Mas nunca, NUN-CA tinha visto nada que se aproximasse longinquamente disso... O Massacre do Carandiru me marcou para o resto da vida. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A distinção entre ouvir e ver delimita uma fronteira de autoridade narrativa. A presença física diante dos corpos confere estatuto singular ao testemunho. A comparação com experiências anteriores no sistema penal funciona como parâmetro de excepcionalidade: mesmo habituado à morte no exercício profissional, o que presenciou no Pavilhão 9 extrapola

qualquer referência prévia. O episódio é incorporado à identidade biográfica como marca indelével.

O dia 4 destaca-se, portanto, como momento de constituição da testemunha ocular em sentido pleno. A centralidade atribuída à inspeção direta dos vestígios – corpos, manchas de sangue, perfurações nas paredes – estrutura sua convicção acerca da desnecessidade da operação e da execução de presos rendidos. A memória organiza-se em torno da experiência visual como critério de verdade e como fundamento de futura atuação jurídica. Nesse ponto do encadeamento narrativo, a autoridade do relato decorre menos da posição institucional e mais da confrontação imediata com a materialidade da violência. A confrontação com os vestígios – e a convicção daí derivada – não opera por si só no espaço público. Para produzir efeitos, precisa ser traduzida em procedimentos, requerimentos e arenas de decisão. Nos dias seguintes, essa tradução se organiza como agenda coletiva, combinando deliberação política, reivindicação administrativa e formalização investigativa.

A partir de 5 de outubro, as experiências acumuladas nos dias anteriores são transpostas para o plano institucional. A confrontação direta com a violência – bloqueios, vestígios materiais, relatos fragmentários – passa a ser convertida em pauta política e iniciativa jurídica. O que havia sido apreendido por presença física ou por informação indireta transforma-se em agenda formal de responsabilização. Flávio Straus rememora a reunião realizada na sede da OAB-SP como momento de articulação nacional:

No dia 5 de outubro, segunda-feira, aniversário da Constituição de 1988, foi feita uma grande reunião no auditório central da sede da OAB, na Praça da Sé. O Dr. Batochio chamou o Procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o presidente nacional da OAB, Marcelo Lavenère, e várias autoridades e ONGs, a Comissão de Justiça e Paz, a Associação Brasileira de Imprensa, a Pastoral Carcerária. Nós fizemos essa reunião para decidirmos o que fazer sobre o Massacre. Eu fui o relator da lista de tarefas. (Flávio Straus).

A coincidência com o aniversário da Constituição de 1988 é sublinhada como marco simbólico. A presença de autoridades federais e de entidades da sociedade civil confere amplitude à iniciativa. Ao assumir a função de relator, Straus ocupa posição estratégica na sistematização das medidas. O Massacre passa a ser tratado como questão de relevância constitucional e de interesse público nacional.

As deliberações formuladas nesse encontro explicitam a direção das reivindicações:

A primeira delas era exigir a imediata exoneração do Secretário Pedro Franco de Campos. A segunda visava retirar a gestão dos presídios da SSP. Nós advogávamos a

volta para a Secretaria de Justiça, mas logo em seguida foi criada a SAP. Terceiro ponto: acompanhamento da sociedade civil organizada, inclusive OAB, de todos os inquéritos do caso, seja da Polícia Civil ou da Polícia Militar. Todas essas entidades deliberaram que no dia seguinte iríamos levar essas reivindicações diretamente para o Governador Luiz Antonio Fleury Filho. (Flávio Straus).

A pauta combina responsabilização individual e reconfiguração administrativa. A exigência de exoneração do secretário e a retirada da gestão penitenciária da Secretaria de Segurança Pública traduzem a compreensão de que a cadeia de comando e a estrutura decisória constituíam elementos centrais do ocorrido. Soma-se a isso a reivindicação de acompanhamento civil dos inquéritos, indicando preocupação com a integridade da investigação e com o controle externo das forças de segurança. No dia 6, a comitiva dirige-se ao Palácio dos Bandeirantes:

No dia 6 de outubro, fomos ao Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi. Eu fui como relator, levando a pauta. Ao que tudo indica, assim que nós entramos pela porta da frente, o Governador Fleury saiu pelos fundos. Ele mandou o seu Secretário de Governo, Cláudio Ferraz Alvarenga, falar conosco. (Flávio Straus).

A ausência do governador é registrada como dado significativo. A interlocução ocorre por intermédio do secretário de governo, deslocando o centro da decisão. A reivindicação principal é apresentada de forma direta:

O que se deliberou e o primeiro ponto da lista é a exigência de imediata exoneração do Secretário, que é o responsável por tudo isso que aconteceu, ao não se apresentar no local e permitir a invasão da PM quando não havia qualquer refém. (Flávio Straus).

A formulação explicita o vínculo entre responsabilidade política e decisão operacional. A invasão do Pavilhão 9 é associada à falha na condução da crise e à autorização de uso da força letal sem justificativa baseada na existência de reféns. Enquanto Straus atua no plano político-institucional, João Benedicto direciona sua intervenção à consolidação probatória. Em 7 de outubro, a OAB-SP institui comissão de investigação:

No dia 07/10/1992, a OAB-SP constituiu Comissão de investigação formada pelo presidente do Conselho Federal da Ordem, Dr. Marcello Lavenère Machado, pelo Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, e pelo Carlos Chaves, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), uma entidade importantíssima. Na condição de Assessor Especial da CDDPH, o meu papel foi tomar os depoimentos dos policiais oficiais que estiveram na operação, na OAB/SP. Com o auxílio da Polícia Federal, eu escutei soldados, cabos, sargentos, capitães, e até o cel. Ubiratan. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A escuta dos agentes envolvidos sucede à inspeção realizada no interior do Pavilhão 9. O relato articula experiência empírica e investigação formal. A produção de prova passa a envolver depoimentos, laudos e análise técnica, compondo um acervo destinado a sustentar eventual responsabilização.

A conclusão formulada por João reafirma a convicção construída a partir da confrontação com os vestígios:

Depois que fizemos todas as investigações, constatamos a absoluta desnecessidade e do abuso manifesto pela Polícia Militar. Todo esse conjunto de provas, associado a tudo o que nós vimos, não deixou dúvidas de que se tratava de um morticínio desnecessário. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A categoria “morticínio desnecessário” sintetiza a avaliação jurídica do ocorrido. A robustez do material probatório é apresentada como confirmação do juízo formado a partir da inspeção in loco. A experiência sensorial inicial e a formalização investigativa são integradas em uma mesma cadeia argumentativa.

Deise Benedito acompanha os desdobramentos no âmbito da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária:

A partir desses dados preliminares, nós tivemos várias reuniões da subcomissão, envolvendo pessoas como Flávio Straus, Adriana Martorelli, Margarida Oliveira de Paula e o Padre Francisco Reardon, Pedro Egidio. Nós começamos a levantar as informações sobre a ação dos policiais, e os relatos eram horríveis. Algo sempre esteve claro: o número oficial de mortos é 111, mas o número efetivo de pessoas que morreram foi muito mais elevado... (Deise Benedito).

A cifra “111” aparece como número oficial já consolidado no espaço público, acompanhada de suspeita quanto à sua suficiência. A contabilidade estatal é confrontada com relatos colhidos junto a familiares e sobreviventes. A questão quantitativa torna-se, assim, campo de disputa sobre a extensão real da violência e sobre o reconhecimento das vítimas. A frustração quanto aos desdobramentos posteriores também é explicitada:

Durante as nossas reuniões, abordávamos de forma contínua a questão da reparação às famílias com indenizações. Nós caminhamos até onde deu. Bom, sabemos como o Estado brasileiro funciona... Então houve o primeiro julgamento dos policiais, e depois tivemos aquelas decepções que se arrastaram no tempo. Até hoje, nenhum dos policiais foram punidos, e muitos familiares sequer foram indenizados. (Deise Benedito).

A mobilização institucional dos dias 5 e 6 é lembrada como momento de intensa articulação, seguido por prolongada sensação de impunidade. A ausência de punição e a insuficiência de reparações são interpretadas como falhas persistentes do sistema de justiça.

No conjunto dessas rememorações, observa-se a transição da confrontação com a materialidade da violência para a formalização da denúncia em arenas políticas e jurídicas. Straus enfatiza a iniciativa de responsabilização imediata e a disputa pelo comando administrativo; João destaca a consolidação técnica da prova e a caracterização jurídica do ocorrido; Deise insere o processo em trajetória mais longa de questionamento da cifra oficial e de frustração quanto à punição e à reparação. A passagem da evidência empírica à institucionalização da denúncia revela tanto a capacidade de mobilização da sociedade civil quanto os limites concretos da responsabilização do poder público diante de violência praticada sob custódia. A ativação institucional dos primeiros dias produz a expectativa de que a violência sob custódia encontraria resposta proporcional. O que as entrevistas mostram, porém, é que a temporalidade do Massacre se estende: procedimentos se acumulam, decisões se deslocam, resultados rareiam. É nesse prolongamento – entre responsabilização incompleta, morosidade e apagamento – que o acontecimento reaparece como fratura democrática e como disputa pela memória.

A sucessão de reuniões, comissões e audiências não encerra o Massacre; projeta-o em outra temporalidade. O 2 de outubro prolonga-se nas três entrevistas como processo inacabado de responsabilização, atravessando anos e reconfigurando a compreensão sobre os limites da ordem constitucional inaugurada em 1988. Há acordo quanto à gravidade da invasão e quanto à insuficiência da resposta estatal. As diferenças emergem no modo como cada narrador interpreta essa insuficiência e localiza o ponto de fratura democrática.

No testemunho de Flávio Straus, a tentativa de imputação política ultrapassa as deliberações imediatas de outubro de 1992. Em 1993, já na condição de coordenador da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária, ele recorda a iniciativa de enquadrar o governador e o secretário por crime de responsabilidade:

Em 1993, como coordenador da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária e um dos responsáveis por aquele art. 143 da Constituição Estadual, eu comecei a defender na CDH a ideia de denunciar Fleury e Pedro Franco de Campos por crime de responsabilidade pelo Massacre do Carandiru. A minha tese era política, e argumentava, no caso do Fleury, que o próprio fato de entregar a gestão dos presídios e dos presos nas mãos da SSP configurou violação da Constituição Estadual Paulista. No caso do Pedro Franco de Campos, ele também violou a Constituição ao entregar o comando da operação ao Coronel Ubiratan, à revelia da negociação das autoridades civis presentes com os presos. (Flávio Straus).

A reorganização administrativa do sistema penitenciário é reinterpretada como ruptura constitucional. A imputação desloca-se da operação policial específica para decisões estruturais anteriores, entendidas como violadoras do texto constitucional estadual. O argumento ancora-se na ideia de que a transferência da gestão para a Secretaria de Segurança Pública teria fragilizado o controle civil e favorecido a militarização da custódia. O desfecho dessa iniciativa adquire, em sua memória, valor de inflexão:

Com uma postura penalista garantista bastante explícita, o Ceneviva opinou que o Conselho não deveria acolher o pleito da CDH. E assim foi. O relatório dele foi acolhido unanimemente. Para falar a verdade, eu fiquei bem desgostoso com esse desfecho. Cheguei a cogitar sair da comissão, mas ainda fiquei mais um tempo... (Flávio Straus).

A negativa emana do interior da própria instituição. A frustração é formulada em termos simultaneamente pessoais e políticos. A expectativa de que o constitucionalismo estadual pudesse funcionar como instrumento de responsabilização encontra obstáculo no âmbito corporativo, revelando limites internos à própria engrenagem institucional.

João Benedicto aborda a questão sob outra perspectiva. Embora reafirme a gravidade do ocorrido e a robustez do material probatório produzido após a inspeção no Pavilhão 9, adota cautela quanto à atribuição individual de culpa:

É impossível falar em apenas uma causa ou um responsável. Foi um conjunto de fatores que levaram ao pior cenário. Não culpo o governador Fleury ou o secretário Dr. Pedro Franco. Também não quero culpar o cel. Ubiratan, até em respeito à memória dele. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A explicação assume caráter sistêmico, envolvendo superlotação, falhas na cadeia de comando e dinâmica operacional. A desnecessidade da invasão, afirmada em outros trechos de sua fala, não se converte em imputação personalizada. A responsabilidade é concebida como problema complexo, resultante da articulação de múltiplos fatores institucionais. Ao tratar dos desdobramentos judiciais, João Benedicto desloca o foco para o tempo processual:

O Massacre do Carandiru foi o maior morticínio penitenciário do Brasil, e talvez um dos maiores do mundo. O caso Carandiru se tornou um retrato da lentidão tão característica da justiça brasileira. Uma coisa é certa: justiça atada é justiça falha. (João Benedicto de Azevedo Marques).

A expressão “justiça atada” condensa percepção de ineficiência estrutural. A crítica dirige-se à morosidade e às amarras institucionais que comprometem a efetividade do julgamento. A confiança na prova construída não desaparece, mas é tensionada pela duração e

pelos resultados do processo, que enfraquecem a expectativa de sanção proporcional. Para Deise Benedito, a responsabilização frustrada desdobra-se em dois planos interligados: o jurídico e o memorial: “até hoje, nenhum dos policiais foram punidos, e muitos familiares sequer foram indenizados”. (Deise Benedito). A violência letal prolonga-se na negativa de reparação adequada. O Massacre deixa de ser apenas episódio datado e passa a constituir processo continuado de desproteção das vítimas e de seus familiares.

No plano da memória pública, Deise amplia o horizonte temporal e identifica um processo de apagamento:

O Carandiru não está na memória das últimas gerações. Pessoas com 30 anos ou menos desconhecem o que foi a Detenção e o que foi o Massacre do dia 2 de outubro. Eu atribuo esse esquecimento a um projeto de apagamento, arquitetado imediatamente àquele Massacre e concretizado após a mega rebelião em 2001. Destruíram a memória do Carandiru porque os presos são pessoas que sequer merecem ser lembrados. Na verdade, sequer deveriam ter existido. Eram mar-gi-nais! (Deise Benedito).

A impunidade judicial é articulada a um processo de invisibilização simbólica. O problema desloca-se do âmbito estritamente processual para o campo da memória coletiva. O perfil social das vítimas, jovens, pobres e majoritariamente negras, é evocado como elemento explicativo da facilidade com que o acontecimento pode ser relegado ao esquecimento. A ausência de punição e a erosão da memória pública aparecem como dimensões complementares de uma mesma fratura democrática.

A comparação dessas três perspectivas revela convergência quanto ao reconhecimento da desnecessidade da invasão e à inadequação da resposta estatal. Divergem, entretanto, na localização do limite institucional. Straus identifica bloqueio na tentativa de responsabilização política com base constitucional; João aponta para a morosidade e a complexidade sistêmica do aparato judicial; Deise evidencia a persistência da impunidade e a construção social do esquecimento. O Massacre permanece, em suas trajetórias, como referência duradoura e como interrogação sobre a capacidade do Estado de produzir justiça quando a violência é exercida sob sua própria custódia.

6.2.3. A Megarrebelião de 2001 e a memória do Carandiru e outros marcadores da memória.

A ampliação do conceito de testemunho aos “terceiros”, aqueles que atuaram como olhos e ouvidos da sociedade no cárcere, torna pertinente incorporar acontecimentos posteriores ao Massacre de 1992 como marcadores de memória. No conjunto empírico aqui mobilizado, Maura Augusta e Padre Günther Alois Zgubic descrevem a Megarrebelião como marcador de

reativação do Carandiru, recolocando o problema da violência estatal e da posição social atribuída ao preso. A convergência não decorre de uma identidade de trajetórias. Ela se forma por sobreposições parciais, ancoradas em experiências de implicação direta com a Casa de Detenção e com o sistema penal em sua extensão; tais sobreposições se deixam ver, sobretudo, na percepção da violência como reiterada, na disputa pela circulação pública da palavra e na extensão dos efeitos do cárcere para além do preso.

Nas lembranças de Maura, a implicação profissional no Carandiru é antecedida por uma biografia marcada por contato precoce com a polícia e com a delegacia como espaço socialmente interdito, sobretudo no contexto autoritário. A entrevistada descreve o circuito repetido entre casa e delegacia, acionado pela mãe, em episódios envolvendo o irmão: “Muitas vezes a polícia passava e levava ele para delegacia”, e observa que “não se falava de delegacia ou de pessoas presas”. A recordação aponta para um aprendizado social do silêncio e da vergonha, decisivo para compreender a forma pela qual a prisão reaparece, anos depois, como ruptura biográfica. A cena de autoridade retorna como invasão policial de sua casa, descrita como trauma: “Passaram-se uns dois dias, quando a polícia invadiu a minha casa. Acho que foi, talvez, o maior trauma.”

A entrada do cárcere na sua vida se dá por meio do encarceramento do marido e pela experiência de visita. A narrativa organiza um quadro de desorientação e desamparo: “A única informação que nos foi dada é que ele seria transferido para o Carandiru. Ficamos uns dois dias sem saber para onde ele tinha ido.” A prisão produz desdobramentos domésticos e afetivos, com efeitos sobre a gestão do segredo e da reputação familiar. A entrevistada narra o cotidiano de ocultação diante dos filhos e da vizinhança, com formulações diretas sobre vergonha e estigma: “Eu nunca quis falar que ele estava preso. Para mim era uma vergonha!” A vergonha, longe de se esgotar como estado psicológico individual, aparece como expressão de uma gramática moral do encarceramento que recai sobre a família, deslocando a punição para além do preso. Em chave convergente, as recordações de Günther sobre censura e espancamento dão espessura ao mesmo problema: a palavra sobre o cárcere circula sob risco, e o silêncio pode ser imposto tanto por vergonha quanto por coerção institucional.

Nesse eixo, emerge um registro decisivo: culpa e responsabilidade, narradas como parte do impacto da prisão e da dissolução familiar. Maura afirma: “De certa forma, eu me senti culpada” e insiste: “Veja só, eu me senti culpada!” O Carandiru não surge como “tema” externo; aparece como experiência que reorganiza afetos e escolhas. Nessa transição, formula-se a decisão de ingressar no presídio como trabalhadora. Maura associa diretamente a pergunta sobre o efeito do cárcere à decisão de atuar no interior da instituição:

E então eu fiquei pensando: o que será que acontece dentro de um presídio? Por que as pessoas vão presas e mudam? Até onde o ambiente influencia a condutas das pessoas? Falei comigo: ‘Ah, eu vou trabalhar no Carandiru! Eu queria entender o Carandiru para mudá-lo!’. Maura Augusta.

A implicação de Maura com o Carandiru, portanto, conjuga uma motivação cognitiva (“entender”) e uma motivação ética (“mudar”), articuladas pela experiência familiar. A passagem ganha densidade quando ela descreve a preparação e o concurso: “Primeiro, comecei a ler sobre o assunto. Fui me preparando, me apropriando desse universo que é a prisão.” A entrada na Casa de Detenção é mediada por uma entrevista com Paulo César Sampaio, fundador da ACAT, e o detalhe funciona como indício da aproximação entre trajetória pessoal e o campo dos direitos humanos: “eu fui fazer uma entrevista com o Dr. Paulo César Sampaio ... fundador da Associação dos Cristãos para a Abolição da Tortura (ACAT).” A entrevista aparece como rito de passagem, no qual a escolha por atuar no cárcere é reconhecida como exceção: “Sei que daquele concurso, eu fui a única pessoa que queria trabalhar no Carandiru. E fui mesmo.”

A implicação cotidiana com o Carandiru se explicita em formas de circulação que contrariavam proibições formais e informais, inclusive restrições relacionadas ao gênero no interior do presídio. A entrevistada descreve o trabalho na farmácia e o modo como insistia em entrar nos pavilhões quando necessário, apesar das interdições:

Trabalhando na farmácia do Carandiru, eu comecei a conversar mais com as pessoas, com os presos inclusive. Em que pese não poder entrar nos pavilhões, sempre que os presos precisavam de remédio ou de curativo, eu fazia questão de entrar. ... Mas eu entrava do mesmo jeito. Maura Augusta.

A formulação “entrava do mesmo jeito” delimita um traço de atuação: iniciativa prática, associada a uma ética do cuidado que excede o cumprimento burocrático de função. O traço aparece na autodefinição de sua atuação: “Olha, eu fazia de tudo! Se eu achava que poderia, ajudar eu estava me metendo.” A cena de acompanhamento de atendimentos e a busca por compreender histórias familiares situam seu trabalho no campo do testemunho ampliado: “Eu queria entender a história dessas famílias.” O esforço de aproximação e escuta, embora praticado a partir de outra posição institucional, se articula ao que as recordações de Günther registram como fundamento do trabalho pastoral: a escuta como primeiro gesto e como condição para fazer a palavra atravessar barreiras.

A leitura que Maura faz do encarceramento se estrutura por marcadores geracionais. A narrativa do menino de cinco anos que deseja ser “igual o pai” é mobilizada como síntese de

transmissão social do cárcere, associando a repetição do encarceramento à ausência de políticas voltadas à família do preso: “Dentro do Carandiru, a gente observava muito diferentes gerações de uma mesma família encarceradas.” A entrevistada formula, com clareza, uma tese de longo prazo: “Se o Estado não intervir na família do encarcerado, a gente nunca vai acabar com esse ciclo que passa de geração em geração.” A partir desse ponto, a implicação com o Carandiru se desdobra em projeto, deslocando a experiência institucional para uma intervenção social mais ampla. Ela narra a gênese do Projeto Gerações, a articulação com a universidade, a hidroponia e a construção de uma entidade: “Foi onde nasceu o Projeto Gerações.” Ela também registra: “Nós convidamos todo mundo para participar, no maior espírito comunitário.”

Outro registro decisivo nas lembranças de Maura se forma pela sobreposição entre atuação no cárcere e medo doméstico. O relato sobre o filho caçula expõe uma espécie de retorno da delegacia ao interior da vida familiar, agora mediado pela experiência como funcionária do sistema penal: “O meu maior desespero era um filho ir parar em uma das cadeias que eu trabalhava.” A implicação passa a envolver o risco de a instituição absorver sua própria família. O registro contribui para compreender por que a defesa dos presos, em sua narrativa, se articula à defesa da vida familiar e do futuro dos filhos.

Nas recordações de Günther, sua vida entra no Carandiru a partir da experiência pastoral, circulação por distritos policiais e organização nacional. A narrativa começa por situar seu pertencimento institucional e sua posição de coordenação: “Bom, eu sou austríaco”; “Fui coordenador nacional da Pastoral Carcerária por oito anos, entre 2001 e 2009.” A implicação com o Carandiru deriva de um percurso que inclui a experiência no 1º DP, descrita como choque moral e sensorial: “Essa foi uma experiência terrível... O cenário era algo parecido com um campo de concentração.” A lembrança fixa elementos materiais – falta de espaço, revezamento para dormir, tuberculose, marcas de tiros – que funcionam como base empírica para ler o Carandiru como condensação de uma violência institucional mais ampla.

A passagem do DP para a Casa de Detenção é direta: “fui solicitado para trabalhar em três cárceres, incluindo a Casa de Detenção de São Paulo.” Günther introduz uma divergência importante em relação ao imaginário público da Detenção: “a situação dos presos nos distritos policiais era muito pior do que nos grandes presídios... Muito pior!” A formulação mantém a gravidade do Carandiru e reinsere o presídio em um quadro mais amplo da violência institucional, frequentemente invisibilizado pelo foco midiático em símbolos. A memória, nesse ponto, desloca o olhar: a Detenção concentra visibilidade, ao mesmo tempo em que pode obscurecer formas menos “espetacularizadas” de degradação em cadeias públicas e distritos.

Nas lembranças do padre, a implicação com o Carandiru é mediada por um modo de atuação pastoral descrito com precisão: “o primeiro passo é a escuta.” A escuta não é apresentada como técnica neutra; ela se liga à produção de sujeito e à linguagem dos direitos humanos: “os presos são sujeitos de direitos humanos, de dignidade, e que, portanto, lhes é garantido o direito de articulação.” A posição delineada pela recordação se caracteriza por uma ética da mediação: criar condições para que a palavra do preso circule sem produzir represálias. O bloqueio dessa circulação aparece no relato sobre censura e espancamento: “Quando os próprios presos enviavam cartas ao juiz, estas eram censuradas, e eles eram espancados novamente...”

Fala-se de denúncia e de produção de documentação, tanto no nível local quanto transnacional. Günther relata o transporte de registros de tortura e a articulação com organismos internacionais:

Levei toda uma documentação específica sobre 1700 torturados, pedindo ao governo da Áustria que me ajudasse a fazer chegar essa documentação ao alto comissariado de direitos humanos da ONU em Genebra, na Suíça. Padre Günther Alois Zgubic.

O padre descreve a interlocução com Mary Robinson e a mobilização de organizações internacionais: “Depois, também convidamos a Anistia Internacional, a Human Rights Watch, a Prison Reform Institute of London para nos ajudar.” A memória de Günther materializa a posição do mediador que traduz experiências do cárcere para arenas internacionais, produzindo pressão externa como recurso quando “os nossos relatórios nunca foram levados a sério”.

A convergência entre Maura e Günther se manifesta na percepção da violência como prática reiterada e na crítica à naturalização institucional. Maura descreve o tratamento das famílias como punição por extensão: “É uma forma de punir o familiar.” Günther descreve a tortura como fenômeno que atravessa estruturas, rotinas e infraestruturas. Ao narrar o seguro e as condições materiais, ele formula a tortura como experiência de espaço e de água, e também como violência que se inscreve na vida cotidiana:

O seguro era um quarto de 2x3 metros. Ali estavam incluídas entre 6 a 15 pessoas. Chegava a ter 10 centímetros de água nas celas do seguro! Como se deitar e dormir na água? Isso também é tortura! Padre Günther Alois Zgubic.

A convergência sustenta tratar o Massacre menos como acontecimento encerrado e mais como referência ativa na leitura do cotidiano. A Megarrebelião aparece, então, como marcador que reativa 1992. O marcador se expressa, de um lado, no deslocamento temporal que evidencia

a centralidade simbólica do decênio do Massacre: “Houve uma rebelião no Carandiru em 2002, exatamente 10 anos após o Massacre do Pavilhão 9.” O marcador também se expressa no saber prático de antecipação, associado ao “olhar” institucional e a sinais do cotidiano: “quando muitos presos usam tênis durante o dia é porque estão planejando alguma coisa”. A materialidade do sinal – o tênis, o alerta – localiza a lembrança pelo olhar treinado da funcionária.

O processo de reativação aparece, nas recordações de Günther, como cálculo estratégico de grande escala e como reordenação da ação coletiva de presos e do Estado. Ele afirma: “A primeira Megarrebelião ocorreu em 2001.” A memória do Massacre entra como referência explícita para a forma de condução do levante: “Para que a polícia não repetisse o que aconteceu no dia 2 de outubro de 1992 na Casa de Detenção, os presos fizeram suas próprias mulheres, mães e crianças de refém.” A presença de 1992 como eixo se mantém, enquanto a diferença se concentra no ponto de observação: Maura rememora o que vê e toca; Günther rememora o que articula, negocia e interpreta politicamente.

A Megarrebelião de 2006 intensifica a dimensão de trauma reativado e de sobrecarga nas lembranças de Günther, marcada corporalmente: “o burnout não chegou somente por ser coordenador nacional da Pastoral Carcerária... Mas sobretudo a partir de 2006”. A descrição do evento combina presídios e cidade, violência prisional e violência urbana, inserindo a leitura sobre a Detenção em um quadro mais amplo da segurança pública: “Fora dos presídios, a vida pública estava paralisada.”

Uma divergência particularmente elucidativa aparece na interpretação da implosão. Nas lembranças de Maura, a implosão surge como política de apagamento: “a implosão do Carandiru foi pura queima de arquivo. Foi a concretização de uma estratégia de esquecimento. Maura Augusta. Significativamente, o Parque da Juventude é interpretado como aposta no desaparecimento da lembrança pública, e a entrevistada a articula à necessidade de preservar memória para orientar políticas. Nas recordações de Günther, aparece outra posição, vinculada ao interior do campo pastoral e às discussões sobre administrabilidade do presídio: “a Pastoral Carcerária concordou com a implosão.” Ele acrescenta razões relacionadas à escala da instituição e ao deslocamento de presos para o interior, descrevendo uma consequência socialmente invisível: “Os presídios novos do interior trouxeram uma enorme desvantagem para os presos e seus familiares.” A divergência ilumina posições distintas de enunciação. Maura fala desde o interior dos pavilhões como trabalhadora e desde a preocupação com a memória pública do Massacre. Günther fala desde a experiência de organização, negociação e crítica ao foco exclusivo no símbolo. Ele formula diretamente o risco da simbolização que

concentra a discussão e empobrece a percepção do sistema: “Quando eu escuto falar sobre a Casa de Detenção, eu já nem quero falar sobre o assunto porque a discussão fica centrada em um símbolo”.

A divergência revela, portanto, um contraste de ênfases: nas lembranças de Maura, o medo do apagamento e a centralidade do Carandiru como lugar de memória; nas recordações de Günther, o incômodo com a captura do debate por um emblema, que dificulta o deslocamento do olhar para “cadeias públicas” e “CDPs”, descritos por ele como piores e menos visíveis. Ao mesmo tempo, Günther condensa a sua leitura: “O que aconteceu no Carandiru foi uma realidade de sistema.”

A implicação direta de cada um com o Carandiru também pode ser descrita por sua prática concreta de intervenção. Maura insiste no contato direto com presos e famílias e descreve sua atuação como excedendo as tarefas formais, inclusive em projetos: “Até hoje, continuo trabalhando dentro dos presídios, tentando mudar as coisas no presídio”. Günther descreve a intervenção como produção de prova e acionamento de justiça: “Em um ano, encontrei ao redor de 400 torturados no Carandiru.” A cifra não aparece isolada; ela se associa ao procedimento de formular denúncias, colher assinaturas e acionar o juiz, produzindo uma experiência em que a presença da sociedade civil no presídio se torna condição para tornar visível o que tende a ser ocultado.

Enfim, cabe dizer que as lembranças das testemunhas oculares e auriculares expandem o tempo do testemunho ao deslocar o Massacre de sua condição de evento circunscrito para a de operador interpretativo de continuidades estruturais no sistema prisional. O processo de reativação da memória insere-se nas dinâmicas mais amplas de circulação pública do passado, nas quais o acontecimento retorna como chave hermenêutica do presente. Huyssen observa que a Shoah se converteu em “lugar-comum universal para os traumas históricos” (2000, p. 12); em chave análoga, resguardadas as diferenças de escala e de inscrição pública, o Massacre do Pavilhão 9 consolidou-se como signo privilegiado da violação de direitos fundamentais de pessoas encarceradas no Brasil pós-ditadura. As entrevistas mobilizadas evidenciam que esse signo permanece operante na Megarrebelião, nas práticas cotidianas de vigilância e “olhar”, na documentação sistemática de tortura, nas políticas de implosão da Casa de Detenção e no deslocamento de presos para o interior. Uma história aberta às temporalidades múltiplas das testemunhas permite, assim, deslocar o tempo histórico para além do núcleo traumático, reinscrevendo o acontecimento em processos de longa duração que articulam memória, experiência e continuidade estrutural da violência.

CAPÍTULO 7. A EMERGÊNCIA DE NOVAS FORMAS DE LEMBRAR O CARANDIRU E A RESSOCIALIZAÇÃO PELA VIA DO TESTEMUNHO

A memória da barbárie tem, portanto, também esse momento instituidor de novas práticas da vida em comum: preservar contra o negacionismo, como que em uma admoestação, as imagens de sangue do passado.

Márcio Seligmann-Silva – *Narrar o trauma*.¹

Introdução

O objetivo deste capítulo é dimensionar e analisar as diferentes formas de contar experiências inscritas na Casa de Detenção de São Paulo. A chamada literatura de cárcere dominou a cena testemunhal na era analógica, convertendo-se em objeto privilegiado das Humanidades. Obras produzidas por intelectuais a partir da experiência de privação da liberdade amalgamam um eixo central para o entendimento do ocidente moderno. Em trabalho de análise literária, Maria Rita Sigaud Soares Palmeira destacou que as ciências humanas consagraram como objetivo de estudo a produção literária de intelectuais que escreviam antes do encarceramento (2009, p. 7). No cabedal de monumentos literário, a autora relembra de *Os cadernos do cárcere* (1948), de Antonio Gramsci, *Recordações da casa dos mortos* (1861), de Fiódor Dostoiévski, *A balada do cárcere de Reading* (1898), de Oscar Wilde, sem desconsiderar o preso político da Ditadura Vargas, Graciliano Ramos e suas *Memórias do cárcere* (1953). A diferença fundamental para os presos de crimes comuns é que a escrita se aprendida e praticada a partir da experiência de cárcere.

Com razão de ser em públicos leitores captados pela tragédia condensada naquela realidade prisional, a palavra escrita de homens de cadeia conquistou, na virada dos anos 2000, considerável espaço editorial aberto pelo best seller *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella (1999). O meu argumento é de que a condensação literária em questão se inscreve em um movimento mais abrangente de atos testemunhais, que continuam a produzir desdobramentos em suportes externos variados. No tempo presente, a Detenção catalisa toda uma *pulsão testemunhal* (Seligmann-Silva, 2022, p. 148) que se renova em suportes materiais e digitais. A minha proposta, inspirado pela diferença que A. Assmann estabeleceu entre memória funcional e memória cumulativa (2011, p. 147) é que as razões explicadoras deste fenômeno testemunhal

¹ Seligmann-Silva, 2022, p. 155.

e midiático em torno do Carandiru podem ser compreendidas em um plano que não se restringe à memória exteriorizada. Antes de serem indexadas, difundidas e consumidas, as recordações são habitadas, cadenciam as referências da identidade coletiva, vinculam-se a valores e determinam as táticas de coesão grupal no futuro (A. Assmann, 2011, 147).

Ora, se a memória institucional opera formas de negar a ocorrência de um massacre, os sobreviventes do cárcere nunca cessaram de se lembrar. São atos mnemônicos combinados que, conjuntamente, inquietam a escrita de uma outra história, de inerência cidadã. Fio a fio, costura-se um enredo narrativo que falam por aqueles mortos sob a tutela do Estado. A diversidade de linguagens a que recorrem esses sobreviventes opera uma cena testemunhal sofisticada. Não sem fricções e disputas de sentido, porém. Afinal, quem possui a primazia por esse passado que mistura violência cotidiana e personagens cativantes, e quem pode contar essa história? Entre as diferenças identificadas, a dupla necessidade de sobreviver e produzir contornos narrativos à experiências-limite constitui denominador comum.

7.1. Armazenadores externos da recordação

7.1.1 Da memória corporificada aos suportes externos

Assumindo como objeto de discussão a testemunha inscrita no tempo presente, caracterizado pela ampliação dos dispositivos de circulação da palavra e pela reconfiguração das relações entre testemunha e público, a análise pode ser aprofundada pela consideração dos estabilizadores externos da recordação. Enquanto a memória corporificada ancora a recordação nos estabilizadores internos da experiência vivida, as formulações de Aleida Assmann e Astrid Erll deslocam a reflexão para uma configuração analítica na qual a memória se fixa, circula e se transforma por meio de estabilizadores externos, entendidos como suportes materiais, técnicos e midiáticos que excedem os limites biológicos da lembrança individual.

Nessa perspectiva, a recordação deixa de depender exclusivamente da presença corporal daquele que lembra e passa a articular-se a objetos, textos, imagens, instituições e plataformas capazes de conservar, ordenar e fazer circular o passado. A memória cultural não se apresenta, assim, como simples prolongamento da experiência, mas como um campo de mediações que reorganiza as condições de acesso, visibilidade e autoridade da referência ao passado, sem que isso elimine a centralidade do corpo como limite material e histórico da lembrança. A consideração dos suportes externos da recordação permite apreender como a passagem da memória do corpo para dispositivos materiais altera as condições concretas de circulação do

testemunho e redefine os termos pelos quais os sobreviventes podem tornar sua experiência socialmente reconhecível no pós-cárcere.

Nas análises de Aleida Assmann, a memória cultural corresponde a um conjunto de formas socialmente organizadas de relação com o passado, sustentadas por meios materiais de registro e por práticas institucionalizadas de transmissão que asseguram sua duração no tempo. Diferentemente da memória comunicativa, circunscrita ao horizonte das gerações vivas, a memória cultural caracteriza-se pela separação entre lembrança e portador, isto é, pela externalização da recordação em suportes relativamente estáveis, capazes de atravessar descontinuidades biográficas e históricas (Assmann, 2011, p. 25-27). Astrid Erll converge com essa perspectiva ao definir a memória cultural não como um conteúdo armazenado, mas como o entrelaçamento dinâmico entre passado e presente em contextos socioculturais específicos, no qual a recordação se constitui por meio de práticas comunicativas e mediações materiais (Erll, 2008, p. 2). Sob esse prisma, a memória cultural se apresenta como processo relacional, simultaneamente estruturado por suportes e ativado por usos sociais.

A partir dessa externalização delineia-se uma distinção central entre dois modos de organização da memória cultural: a memória funcional e a memória cumulativa. A memória funcional diz respeito ao conjunto de lembranças ativamente mobilizadas por um grupo com vistas à produção de orientação, identidade e sentido no presente, operando por meio de processos seletivos de associação e atualização. A memória cumulativa, em contrapartida, designa o campo expansivo daquilo que é armazenado para além das demandas identitárias imediatas, incluindo resíduos, materiais obsoletos, versões alternativas e rastros não integrados. Enquanto a memória funcional tende a estabilizar determinadas leituras do passado, a memória cumulativa preserva a possibilidade de reinterpretação e contestação, funcionando como reserva latente para disputas futuras de sentido (A. Assmann, 2011, p. 146-150).

Em chave processual, Erll permite compreender essa reserva não como espaço inerte, mas como domínio permanentemente reativado por circuitos de circulação, nos quais conteúdos arquivados são recontextualizados, narrativizados e resignificados em diferentes mídias e escalas (Erll, 2008, p. 389-393).² No campo testemunhal qualificado a partir da Detenção, tal distinção evidencia que a inscrição do passado em arquivos, obras ou registros não garante, por

² Do ponto de vista institucional, a distinção dos suportes de memória torna-se particularmente visível na oposição entre cânone e arquivo. O cânone corresponde a um conjunto restrito de conteúdos legitimados e reiteradamente transmitidos, dotados de valor normativo, enquanto o arquivo opera como espaço expansivo de acumulação, no qual se preserva aquilo que não foi eleito como significativo, mas permanece disponível para reinterpretações futuras. Longe de constituir um repositório neutro, o arquivo atua como estabilizador externo decisivo da memória cultural, na medida em que define não apenas o que é conservado, mas as condições sob as quais o passado pode ser reaberto, contestado ou reinscrito (A. Assmann, 2011, p. 169-170).

si só, sua conversão em reconhecimento social, podendo preservar a recordação sem produzir efeitos de reinscrição na vida social dos egressos.

Tal clivagem apenas se torna inteligível com a emergência de mídias extracorporais cumulativas, entre as quais a escrita ocupa papel paradigmático. Ao possibilitar o registro de um volume de informações que excede amplamente a capacidade de rememoração individual, a escrita desloca a memória do interior do sujeito para sistemas externos de armazenamento. Com isso, rompe-se a coincidência entre memória e identidade: torna-se possível conservar aquilo que já não é lembrado, transmitir aquilo que não foi vivido e preservar aquilo que não é imediatamente significativo para um grupo. A memória cultural passa, então, a definir-se menos pela intensidade da lembrança do que pela capacidade de disponibilizar o passado como horizonte interpretativo (A. Assmann, 2011, p. 147). Erll acrescenta que essa potencialidade apenas se efetiva quando os conteúdos armazenados ingressam em circuitos de circulação, sendo apropriados por práticas narrativas e midiáticas que moldam as formas pelas quais o passado se torna socialmente inteligível (Erll, 2008, p. 389-390).

A partir desse deslocamento teórico, a noção de armazenadores externos assume centralidade analítica. Livros, arquivos, imagens, monumentos, registros audiovisuais e plataformas digitais operam como dispositivos de estabilização da recordação ao fixar conteúdos suscetíveis de seleção, reativação e resignificação. Esses armazenadores não substituem o ato de lembrar, mas constituem a infraestrutura material que torna possível a memória culturalmente mediada. O armazenamento, entendido como provisão acumulativa de dados, antecede a recordação seletiva e condiciona seus modos de atualização (A. Assmann, 2011, p. 169). Ao mesmo tempo, cada mídia imprime marcas específicas da recordação, interferindo ativamente no processo entre a busca ativa do passado na consciência e sua exteriorização.

Nas últimas décadas, a expansão das tecnologias de registro – em especial a fotografia, o cinema, o áudio e, mais recentemente, as mídias digitais – alterou de maneira decisiva a economia desses armazenadores externos, sobretudo em ambientes regidos por métricas de visibilidade e engajamento. A ampliação da arquivabilidade multiplica os vestígios disponíveis e transforma critérios de seleção, conservação e esquecimento, processos que podem incorporar de modo crescente a interferência do público por meio de interações e *feedbacks*. Desse modo, em plataformas de circulação contínua, a memória tende a organizar-se menos pela durabilidade do registro e mais pela lógica de reativação, na qual armazenar e apagar se aproximam tecnicamente, e o lugar da lembrança na vida concreta passa a depender de sua visibilidade e capacidade de inserção em fluxos comunicativos mais amplos (A. Assmann, 2011, p. 26; p.

226; p. 373; Erll, 2008, p. 393). A centralidade das métricas de visibilidade faz com que o reconhecimento do testemunho dependa menos de sua duração no tempo do que de sua capacidade de permanecer ativo, nesse caso, em fluxos comunicativos instáveis, frequentemente alheios às necessidades de reinserção social dos egressos.

À luz desse enquadramento conceitual, construído no diálogo entre Assmann e Erll, torna-se possível recolocar com maior precisão o problema da mediação e da autoria no universo testemunhal do Carandiru. Se a memória corporificada ancora a autoridade do testemunho na experiência vivida e nos estabilizadores internos da recordação, a memória cultural desloca a questão para os estabilizadores externos e para os circuitos de circulação por meio dos quais o passado externalizado pode ser acessado por pessoas que não vivenciaram empiricamente as lembranças narradas. A escolha de um livro, de uma tela, de uma plataforma digital ou mesmo a recusa deliberada de qualquer suporte estabilizado não constitui um dado acessório, mas integra o próprio trabalho de memória. Os projetos individuais de testemunho analisados a seguir podem ser compreendidos como opções situadas de armazenamento e circulação, por meio das quais os sobreviventes disputam autoridade, reconhecimento e inteligibilidade frente aos estigmas associados à condição de ex-presidiário.

Para tornar operatória essa passagem do conceito à análise, observo em cada projeto ao menos quatro dimensões articuladas: (I) o suporte privilegiado de externalização (livro, pintura, performance oral, plataforma digital); (II) o circuito de circulação e o público presumido; (III) os regimes de validação e credibilidade mobilizados (pares, mídia, mercado editorial, instituições, religiosidade); e (IV) os riscos e assimetrias implicados na mediação (edição, apropriação, tradução, silenciamento). Assim, os testemunhos dos egressos da Detenção não aparecem como resposta uniforme à chamada era das testemunhas, senão como atos de memória por meio das quais os sobreviventes negociam reconhecimento o direito da autoria e reclamam por cidadania frente aos efeitos sociais prolongados do encarceramento.

7.1.2 A escrita de si como suporte para a sobrevivência

A comparação entre Jocenir, André du Rap, Kric Cruz e Vanderley Fischer permite identificar um campo comum de experiências, mas também trajetórias diferenciadas no modo de apropriação da escrita. Todos partem da experiência do cárcere como evento estruturante, mas cada um organiza essa experiência segundo ênfases distintas que revelam posições diversas no interior do que se convencionou chamar literatura carcerária contemporânea.

Para sustentar analiticamente esse “campo” sem reduzir as obras a “relato bruto” nem deslocá-las para o regime da ficção, é útil tratá-las como escrita testemunhal: um tipo de texto

que se situa na intersecção entre memória e engajamento, “nem pura ficção, nem pura historiografia; testemunho” (A. Bosi, 1992, p. 1). Essa forma é “bifronte”: por um lado, “quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade”; por outro, sabe-se como obra de uma testemunha, “um foco singular de visão e elocução” (A. Bosi, 1992, p. 1-2).

Isso permite ler as diferenças entre os quatro como variações estruturais de um mesmo problema – como tornar transmissível e socialmente acreditável uma experiência extrema atravessada por estigma, violência e mediações –, e não como “contradições” a corrigir. Desde já, faz-se pertinente sublinhar a almejada singularidade entre os atos testemunhais. Uma das características do testemunho na literatura é que ele está situado no singular (A. Bosi, 1995, p. 310). Uma abordagem pela memória de expressão oral demonstra que os atos testemunhais possuem um substrato coletivo, por meio do compartilhamento de lembranças e linguagem comum. Em outras palavras, enquanto a literatura preza pela individualidade do escritor de cárcere, a história oral demonstra como o sujeito, afinal, é um ponto de vista de uma comunidade de destino.

Esses contadores de histórias buscam nas experiências vivenciadas no cárcere a chance de sobrevivência no seu sentido material e imediato. São conscientes de que carregam consigo lembranças de eventos extremos e que estes possuem o condão de se transmutarem em produtos culturais. Os trabalhos de memória demonstram que aqueles vitimados não se reduzem a vítimas, pois estes almejam o locus de sobrevivente.

É importante situar historicamente o momento em que Jocenir e André du Rap publicam seus livros. Ambos lançam suas obras no início dos anos 2000, poucos anos após o Massacre de 1992 e em um contexto de forte interesse midiático pelo sistema prisional paulista. Publicam pela editora Labortexto, inserindo-se num momento específico de abertura do mercado editorial para narrativas produzidas por ex-detentos. Esse contexto foi decisivo: havia circulação televisiva, entrevistas, convites para universidades e visibilidade pública. Contudo, tratava-se de um espaço instável, dependente da lógica comercial e das disputas internas do mercado editorial.

Esse movimento não foi isolado. Conforme demonstra Penna (2009, p. 76), o início dos anos 2000 foi marcado por um verdadeiro boom editorial em torno da literatura prisional paulista. A Labortexto especializou-se nesse nicho e publicou uma série de títulos centrados na experiência carcerária, consolidando momentaneamente um espaço específico para esse tipo de narrativa. O sucesso editorial de obras como *Diário de um detento* e *Sobrevivente* André du Rap integrou um conjunto mais amplo de publicações que passaram a configurar um novo campo discursivo: textos escritos por presos ou ex-presos sobre a prisão, com circulação

significativa no mercado editorial. Tratava-se de um projeto de impacto e curta duração, que rapidamente se expandiu e, logo depois, entrou em declínio.

A expansão desse campo, porém, envolve mais do que “abrir espaço” para o tema-prisão; ela implica definir como o testemunho pode circular como livro em um ambiente de suspeita social sobre a palavra do preso e do egresso. Nesse sentido, a análise de Palmeira chama atenção para uma regularidade formal decisiva: “os livros traziam, em sua maioria, não só o texto propriamente, como também fotografias, letras de música, glossários, cartas recebidas e enviadas, o depoimento dos seus próximos”, e isso se ligava a um padrão de “atestar que aquilo tudo havia, de fato, se passado com eles” (Palmeira, 2009, p. 10-11). Ou seja, a forma-livro, aqui, não é neutra: ela tende a incorporar dispositivos documentais e paratextuais como resposta à pergunta que ronda o testemunho carcerário — a necessidade de cercar-se contra o risco de não ser levado a sério.

A fala de André du Rap permite observar como esse momento foi vivenciado a partir da perspectiva de quem se tornou personagem e autor no interior desse circuito:

O livro *Sobrevivente André du Rap* foi fruto de uma parceria que eu fiz com um jornalista. Nós lançou em 2000. Legal... Fui pra várias entrevistas, canais de televisão, rádio, faculdade, e por três anos o livro ficou no acervo dos cursos de Jornalismo e Publicidade de uma grande universidade pública. Mas quando publiquei o livro, eu não tinha toda a experiência e habilidade de hoje, e não sabia lidar com os verdadeiros ladrões dessa sociedade. Quantos mil livros a editora não vendeu? Cadê os meus direitos autorais? Todo mundo compra o meu livro pela internet, e eu não recebo nada! Deixo aqui uma pergunta para a sociedade: quem é mais criminoso: eu, que fui sentenciado, ou aquele que me lesou? André du Rap.

A essa dimensão já enunciada por André du Rap – direitos autorais, assimetria contratual e lesão econômica – soma-se um outro nível do problema, relativo à circulação do testemunho e ao modo como ele é formatado para circular. André explicita a interferência editorial como operação de redução e reordenação do que deveria funcionar como registro ampliado da experiência, o que revela que a passagem do manuscrito (ou do conjunto original) ao livro não é um simples trânsito de suporte, e sim uma transformação substantiva do próprio “corpo” do testemunho:

A sociedade mesmo não sabe da verdade, mas a versão original do meu livro tinha 880 páginas! Os caras foram reduzindo, reduzindo, até chegar a 230. O editor me disse que era aquilo que eles tinham para lançar e já era. Nisso daí, ele retirou vários trechos de uma parte importante chamada “Aliados”, onde cada um dos companheiros do rap, da trajetória no cárcere, deu o seu próprio depoimento. A editora não quis essa parte, alegando que, se colocasse mais histórias, o livro ficaria muito misturado. Eles não entenderam que aqueles parceiros estão comigo na luta até hoje! André du Rap.

A inserção desse trecho permite complexificar a leitura do “boom editorial” ao demonstrar que, mesmo quando a porta do mercado se abre, ela se abre com um filtro: para que o texto se torne “publicável”, precisa ser recortado, reduzido e organizado conforme expectativas de inteligibilidade e vendabilidade. Em termos de memória cultural, o suporte-livro hospeda a lembrança e tende a exigir uma forma específica de apresentação, o que produz efeitos sobre o que se estabiliza como memória transmitida. O capítulo “Aliados”, recusado pela editora, é especialmente significativo porque remete a uma memória coletiva, a uma tentativa de inscrever, no mesmo artefato, uma pluralidade de depoimentos e de responsabilidades. Ao ser retirado, perde-se mais do que “material”: perde-se uma modalidade de transmissão (um mosaico de vozes) que cede lugar a um regime mais individualizado e centralizador da autoria.

Aqui, a chave formal apontada por Palmeira ajuda a qualificar o sentido dessa supressão: trata-se de interferir na “disposição material” e na arquitetura de comprovação do relato, e não apenas de reduzir páginas. Quando esses livros acumulam cartas, fotos, depoimentos de próximos e vozes de companheiros, eles não estão “enfeitando” o texto; estão criando um modo de atestar a experiência e de construir o estatuto de autor (Palmeira, 2009, p. 10-11). A retirada do bloco “Aliados” incide exatamente nesse ponto: diminui o componente coletivo e solidário que, para André, é parte da própria verdade do testemunho (“aqueles parceiros estão comigo na luta até hoje”), e não um apêndice descartável.

A história de André du Rap desloca o eixo da análise do reconhecimento simbólico para a economia política do testemunho. Entretanto, esse deslocamento pode ser compreendido, em termos de memória cultural, como uma reflexão sobre os suportes e as mediações que tornam possível a passagem da experiência individual para um regime de circulação pública. A memória, para tornar-se culturalmente operante, necessita de portadores, de dispositivos de inscrição e de canais de transmissão. No caso de André, o livro funcionou como suporte material que permitiu a inscrição de sua experiência no espaço público, por entrevistas, universidades, mídia, configurando um breve momento de canonização periférica de sua narrativa.

Contudo, a lembrança que André constrói fixa esse momento como etapa ambígua de um processo de apropriação desigual, em vez de triunfo. Sua memória reorganiza o passado a partir de uma consciência posterior das mediações. O “antes”, marcado pela visibilidade, é reinterpretado à luz de um “depois” de desilusão econômica. Isso revela que a memória não opera como simples armazenamento de eventos, mas como reconfiguração retrospectiva orientada por expectativas frustradas. O livro, enquanto suporte, garantiu inscrição e circulação;

mas, enquanto mercadoria inserida em um mercado cultural assimétrico, expôs o autor a novas formas de vulnerabilidade.

A gramática moral empregada pelo colaborador – “ladrões”, “criminoso” – reverte simbolicamente o estigma penal. Ele reinscreve o mercado editorial como espaço de violência estrutural, produzindo uma inversão que desloca o eixo da culpabilidade. A memória aqui cumpre dupla função: preserva a experiência do cárcere e simultaneamente reativa, no presente, a crítica às formas de exploração no pós-cárcere. O testemunho deixa de ser apenas relato do passado prisional e torna-se instrumento de disputa contemporânea por reconhecimento e justiça econômica. Nesse sentido, a sobrevivência do testemunho depende não apenas da lembrança, mas da estabilidade de seus suportes e das condições éticas de sua circulação.

Nessa inversão, o testemunho também opera como crítica de estereótipos: a acusação de “ladrões dessa sociedade” não é mero insulto, mas uma reclassificação política do que conta como violência e como crime na esfera pública. Em termos mais amplos, trata-se de um procedimento típico da escrita testemunhal quando ela se afirma como “crítico radical do senso comum que se alimenta de estereótipos” (A. Bosi, 1992, p. 11). André reposiciona o leitor diante da cena: não apenas “o ex-presidiário conta”, mas o ex-presidiário disputa o enquadramento moral do que lhe aconteceu depois da prisão.

Além disso, André evidencia que o circuito editorial, ao mesmo tempo em que explora o potencial mercadológico da prisão como “tema”, pode tentar neutralizar a prisão como marca pública do autor. A exigência de dissociar o livro do nome e da imagem da Detenção aparece como um gesto de higienização simbólica, contra o qual André contrapõe a recusa e a afirmação do vínculo indissociável entre sujeito, lugar e memória:

Uma editora até me disse que publicaria o livro de poesia, mas olha como o mundo funciona! Eles não queriam associar o livro com o meu nome público ou mesmo com a imagem da Detenção. A questão é que a Casa de Detenção é uma coisa do meu dia-a-dia. Eu represento a Casa de Detenção! Se não tiver eu e o pavilhão na capa, não quero publicar. Isso é uma missão que eu tenho, devido àqueles companheiros que morreram do meu lado, os meus parceiros de cela. Que nós morava em sete, e só sobrou eu para contar história. Consequentemente, virei um tiro na culatra do sistema, uma pedra no sapato. Foi essa a imposição que eu fiz à editora. Disseram que iriam pensar e nunca mais me deram resposta. Quer dizer, é mais um não entre muitos na vida do ex-presidiário. André du Rap.

Esse acréscimo reforça um ponto central do seu argumento final: o livro, aqui, é simultaneamente testemunho e instrumento de sobrevivência, mas também insígnia pública. A capa – frequentemente tratada como detalhe paratextual – aparece como dispositivo decisivo de inscrição: é nela que se joga a disputa sobre o que pode ou não ser “publicamente lembrado”.

Quando André exige “eu e o pavilhão na capa”, ele demanda que a transmissão não seja apenas textual, mas também imagética e territorial; a memória não pode ser descolada do cenário de morte e da obrigação perante “os companheiros que morreram do meu lado”. A recusa editorial, por sua vez, indica que o mercado tolera a prisão como narrativa desde que ela seja modulada para não comprometer reputações, circuitos de consumo e regimes de sensibilidade. Esse conflito explicita que o pós-cárcere não é apenas reinserção social; é também disputa permanente pelos termos de visibilidade.

A falência da Labortexto representa um ponto de inflexão decisivo nessas trajetórias. Com o encerramento das atividades da editora, os projetos de sobrevivência ancorados na venda dos livros desandaram abruptamente. A estrutura que garantia impressão, distribuição e circulação desapareceu, interrompendo o fluxo comercial que sustentava economicamente os autores. O fechamento da editora não foi apenas um evento empresarial; significou o colapso de uma rede de mediações que viabilizava a transformação do testemunho em meio de vida.

A memória de Jocenir confirma essa dimensão material da escrita:

Putá! As coisas poderiam ter sido muito diferentes se a editora não tivesse fechado... O que estava me trazendo dinheiro era o livro. A mídia fazia uma divulgação fodida. Todo dia era programa de televisão ou edital de impresso falando sobre o ex detento que se tornou escritor. Essas reportagens acabaram virando uma publicidade gratuita do livro. Depois que eu fiz a entrevista no programa do Jô Soares, o livro estourou de venda. Era o auge do livro. E os caras brigaram e fecharam a editora, meu! Eu poderia ter enchido o rabo de dinheiro. Poderiam ter resolvido a minha vida... Jocenir.

A lembrança do “auge” e da “vida que poderia ter sido” ganha ainda mais consistência quando se observa como Jocenir descreve a materialidade dessa circulação: o autor não apenas “tem um livro”, mas torna-se vendedor direto do próprio testemunho, montando banca, fazendo pilhas, autografando repetidamente, enfrentando polícia e administrando a recepção pública da violência como espetáculo. Esse circuito evidencia que o livro, para além de “suporte”, é objeto de rua, instrumento de subsistência e performance social:

Eu vendia os livros na Av. 24 de Maio, na República. A mídia fazia a divulgação do livro, e eu cheguei a viver disso. Eu comprei aquelas mesas de montar e desmontar, fazia uma pilha de livros e colocava atrás um banner com um monte de fotografia cabulosa do massacre, rebelião, cabeça cortada e o caralho. Nossa, mas vendia... Puta que o pariu. Eu só recebendo dinheiro e dando autógrafo. O dedo chegava a calejar. A polícia passava, e é claro que mandava tirar aquelas fotos. Eles viravam as costas, eu colocava de volta. As pessoas gostam de desgraça. Jocenir.

Esse trecho amplia, com força empírica, a tensão que você já formula entre espetáculo, mercadoria e testemunho. A “desgraça” é nomeada como motor de consumo; o banner com

fotografias do massacre, que a polícia tenta retirar, revela a disputa sobre o regime de visibilidade do trauma. Há, aqui, uma engrenagem complexa: a memória precisa circular para sustentar o autor; para circular, precisa ser apresentada (e por vezes intensificada) como imagem chocante; ao ser apresentada assim, entra no circuito do consumo do horror. O “dedo calejado” torna-se uma espécie de índice corporal da sobrevivência: o corpo do autor também registra a violência do mercado, de um modo diferente, mas articulado à violência anterior.

Se, para André, a ênfase recai sobre a expropriação, para Jocenir ela incide sobre a interrupção de uma possibilidade concreta de mobilidade social. Sua lembrança estrutura-se em torno da ideia de “auge” e de “vida que poderia ter sido”, categorias que remetem à dimensão projetiva da memória. A experiência passada é narrada como promessa de estabilização social mediada pelo livro enquanto suporte econômico e simbólico. O livro não é apenas meio de inscrição cultural; é vetor de reorganização biográfica.

Aqui, a forma da lembrança, com seus aumentos, suas reduções e seus retornos a imagens-chaves (“auge”, “poderiam ter resolvido a minha vida”), pode ser tratada como procedimento constitutivo do testemunho, e não como falha. A escrita testemunhal comporta, justamente, “uma considerável margem de liberdade”: “Posso andar para a direita e para a esquerda como um vagabundo... Omitirei acontecimentos essenciais ou mencioná-los-ei de relance... ampliarei insignificâncias, repeti-las-ei até cansar, se isto me parecer conveniente” (A. Bosi, 1992, p. 12). Essa chave é útil para qualificar, no caso de Jocenir, como a memória reorganiza o passado a partir do que, no presente, se tornou decisivo: o momento em que a promessa de sobrevivência via livro foi interrompida.

Nesse sentido, a falência da editora adquire o estatuto de ruptura na cadeia de transmissão e consolidação da memória. O suporte que havia permitido a passagem da experiência carcerária para o espaço público torna-se frágil, evidenciando que a permanência cultural do testemunho depende de infraestruturas instáveis. A memória do sucesso midiático é lembrada como momento de intensa visibilidade, mas também como dependente de dispositivos externos. A sobrevivência cultural da narrativa revela-se, assim, vulnerável às condições materiais de sua reprodução.

A tensão entre espetáculo, mercadoria e testemunho aparece de forma nítida: para circular, a memória precisa ser convertida em produto inteligível e consumível; para sobreviver, precisa de continuidade editorial. O colapso da editora interrompe esse circuito, deslocando o testemunho do regime de presença pública para um estado de latência. A memória não desaparece, mas perde parte de seus suportes de difusão.

Além disso, tanto Jocenir quanto André du Rap escreveram um segundo livro que não chegou a ser publicado. Esse dado é fundamental para compreender suas trajetórias. A não publicação significa bloqueio de continuidade econômica e simbólica, para além da frustração autoral. A escrita, nesses casos, não se esgota no primeiro livro. Há uma tentativa de permanência no campo editorial que é frustrada pelas mediações do mercado.

Aqui, a experiência de André torna-se novamente elucidativa porque a não-publicação tem materialidade narrativa: ela aparece como luta prolongada (“bater de porta em porta”), marcada por respostas de não comercialidade e por barreiras materiais de produção independente. Isso reintroduz, em outro patamar, a economia política do testemunho: a continuidade da memória depende de capital, de redes e de disposição institucional para reconhecer valor em textos que denunciam o cárcere e a periferia:

Vixe, mano... Nessa do editor cortar o texto, me sobraram histórias para fazer mais dois, ou até três livros. Inclusive, tenho mais dois livros que eu estou tentando lançar: “A realidade das ruas”, e o outro é “Poesia periférica”. Estou há quase cinco anos escrevendo esses livros, e batendo de porta em porta para tentar publicar. A resposta que eu sempre recebo é que os meus livros não são comerciais, sendo que eu próprio sou um dos fundadores da literatura marginal! Mas cadê as editoras? André du Rap.

Esse depoimento dá uma espessura temporal ao problema do “declínio” do boom editorial: o que declina não é apenas um nicho; é uma infraestrutura que, ao se retrair, recoloca o autor em um limbo de circulação – ele tem texto, tem experiência, tem “histórias”, mas não encontra suporte institucional de transmissão. O regime de latência, portanto, associa-se tanto à falência da editora quanto às barreiras recorrentes impostas à memória quando ela insiste em denunciar o sistema.

Cláudia Prado introduz uma dimensão ainda mais complexa a esse quadro, ao assumir a posição de guardiã da memória:

Se Deus quiser a gente vai estar rodando esse livro, *Diário de um detento II: Refém das lembranças*, onde ele relata coisas muito mais fortes do que no *Diário de um detento*. Ele estava entre *Sobrevivente no Inferno* e *Refém das lembranças*, e optou por esse segundo título. Acho que o *Diário* foi escrito muito rápido. O *Refém das lembranças* foi escrito com mais calma. Ele relata coisas muito fortes... muito mesmo. Cláudia Prado.

Essa guarda não é apenas editorial (aguardar publicação), mas se corresponde ao nível da memória: Cláudia situa a continuidade do testemunho como algo que depende de sua própria permanência, de sua decisão de não “se entregar”. A memória não é somente conteúdo; ela é sustentada por um sujeito que se reconhece como último elo de transmissão:

Eu sei que se eu me entregar a história do Jocenir vai morrer. Quem foi esse Tiozinho que gostava de rock e virou letrista de rap e depois escritor de livros? Eu sou a única pessoa viva que sabe de toda a história dele, tin tin por tin tin. Fizesse chuva ou sol, exausta, com a barriga vazia, eu estava sempre lá na porta da cadeia para ser visita. Eu quero que ele seja lembrado. Cláudia Prado.

Esse acréscimo reforça, com densidade ética, a sua formulação sobre mediação: a passagem do arquivo privado à esfera pública não depende apenas de editoras, mas de uma rede de sustentação afetiva e material. “Tin tin por tin tin” é uma expressão que aponta para a precisão do detalhe, para um regime de memória minucioso, e também para uma distribuição desigual de responsabilidades: a continuidade do testemunho repousa sobre o corpo exausto da visitante, sobre a repetição sacrificial da presença, sobre a decisão de permanecer para que a história não morra.

Aqui, a questão da credibilidade se recoloca em termos particularmente agudos: quando a publicação falha, perde-se um dos principais mecanismos de tornar a experiência “levada a sério” fora das grades, para além do mercado. Palmeira formula esse ponto ao observar o temor reiterado de que “o que ali se contava não fosse levado a sério” e a necessidade de cercar-se da pergunta “mas quem vai acreditar no meu depoimento?”, respondendo com depoimentos e fotografias que recuperem trajetórias narradas. Cláudia aparece como parte dessa resposta: a guardiã que tenta impedir que a história “morra” por falta de suporte legitimado.

Aqui, o manuscrito inédito converte-se em promessa suspensa. Em termos de memória cultural, trata-se de um documento ainda não estabilizado por um suporte legitimado de circulação. Ele existe como arquivo latente, dependente de um processo de ativação futura. A distinção que Cláudia estabelece entre o primeiro e o segundo livro (“escrito muito rápido” / “com mais calma”) aponta para camadas temporais de elaboração da experiência. A memória não é uniforme; ela atravessa fases de inscrição apressada e de sedimentação reflexiva.

A ideia de que o segundo manuscrito contém “coisas muito mais fortes” indica que a memória traumática não se esgota na primeira forma de registro. Há conteúdos que permanecem em estado de reserva, aguardando condições de expressão. A sobrevivência do testemunho depende, portanto, não apenas da lembrança individual, mas da existência de suportes adequados e de agentes dispostos a assegurar sua transmissão. Cláudia opera como mediadora entre o arquivo privado e a esfera pública, assumindo a função de garantir a continuidade da memória para além da biografia do autor. A literatura de cárcere revela-se, assim, inserida em uma rede de transmissão intergeracional e familiar.

Esse cenário editorial dos anos 1990 e 2000 não surge isoladamente. Ainda no final da década de 1990, no interior do Complexo do Carandiru, realizou-se o concurso literário Letras de Liberdade. Penna demonstra que a escrita já era concebida como prática de elaboração subjetiva e reorganização do tempo prisional. Essa dimensão reaparece de modo explícito na fala de Jocenir: “O meu tempo inteiro na cadeia foi escrever. Essa foi a minha terapia para não ficar louco, depressivo ou cair nas drogas”.

Antes mesmo de nomear a escrita como “terapia”, Jocenir apresenta um esforço explícito de estabilização da verdade do relato contra uma suspeita antecipada de ficcionalização. Isso é central para a literatura de cárcere como campo: ela circula num espaço em que o autor, já estigmatizado, precisa reiterar o estatuto de verdade do que narra para assegurar credibilidade e transmissibilidade. O testemunho, portanto, não é apenas “conteúdo”; ele inclui o trabalho retórico de sustentar sua própria condição de verdade:

Quem não viveu o que eu vivi, pode ter a impressão de que muita coisa ali é ficção. O livro não tem uma vírgula de ficção. E se eu quiser escrever mais um, dois, dez livros de não-ficção, eu posso escrever porque tenho assunto de sobra. Não é questão de talento, a questão é essa. Trata-se de ouvir a voz da alma. A cadeia causa amargura no coração. Não se pode deixar sucumbir pela amargura. Quando é a alma que fala, a amargura sai como poesia. Poesia triste, melancólica, mas poesia. Jocenir.

Esse trecho permite densificar, sem deslocar seu argumento, a compreensão da “terapia” como algo que não se reduz ao alívio psíquico: trata-se também de uma técnica de transmutação afetiva (“amargura” que vira “poesia”), um modo de impedir que o cárcere produza apenas destruição interna. Ao afirmar que “não é questão de talento”, Jocenir desloca a escrita para o registro de necessidade: não se escreve porque se é “escritor”; escreve-se porque é preciso sobreviver subjetivamente e porque há um excesso de experiência que demanda forma.

A escrita surge, portanto, como técnica de sobrevivência psíquica e como prática de autoconservação. Ela funciona como mecanismo de estabilização da identidade em um ambiente de desintegração. Ao escrever, o sujeito produz um registro que o ancora simbolicamente no tempo. A escrita opera como suporte interno de memória, organizando a experiência e produzindo continuidade narrativa onde o cotidiano prisional tende à fragmentação.

Comparativamente, enquanto André enfatiza o livro como instrumento de luta pública e reconhecimento externo, Jocenir sublinha a escrita como estratégia de preservação subjetiva. A literatura de cárcere revela, assim, uma oscilação entre memória interiorizada e memória

externalizada. Ambas dependem de suportes – papel, livro, mídia –, mas também de processos internos de elaboração.

Kric Cruz radicaliza essa dimensão ao deslocar o foco do suporte material para a memória incorporada:

Eu escrevi o Cria do governo durante um castigo da Casa de Detenção. A polícia do CHOQUE entrou na Detenção numa madrugada e levaram alguns encarregados e eu para a Casa de Custódia de Taubaté, o Piranhão. Puts... Eu estava sempre indo de bonde, sempre sofrendo os problemas... Mas naquele dia, os PM pegaram aquele montão de folha escrita à caneta e rasgaram tudo. Kric Cruz.

Vocês podem rasgar, podem fazer o que for. O papel é apenas papel, mas a história tá toda aqui, na minha mente. Agora, quem sabe se com uma martelada na cabeça vocês destroem o meu cérebro. Kric Cruz.

Kric formula de maneira explícita a tensão entre suporte material e memória incorporada. O papel pode ser destruído; a lembrança internalizada resiste. Aqui, a memória assume a forma de arquivo vivo, inscrito no corpo e na consciência. O sistema pode atingir o portador material, mas não elimina automaticamente o conteúdo memorial incorporado.

Ao mesmo tempo, essa cena torna visível um problema clássico do testemunho: quando o suporte é eliminado, resta a necessidade de reconstruir uma “parcela de verdade” a partir de lembranças necessariamente falíveis e de uma enunciação em primeira pessoa, sem que isso converta o relato em ficção. A escrita testemunhal, nesse regime, preserva “compromisso de base com a fidelidade à própria consciência”, mas admite “força e limites do sujeito” (Bosi, 1992, p. 13-14). A fala de Kric (“a história tá toda aqui, na minha mente”) dramatiza justamente esse ponto: o arquivo vivo sobrevive, mas sua transmissibilidade volta a depender das condições de reinscrição.

Entretanto, essa afirmação também revela a precariedade do testemunho quando privado de suporte externo. A memória “na mente” depende da possibilidade futura de reinscrição. Sem materialização, ela corre o risco de permanecer invisível. A sobrevivência cultural exige não apenas a persistência subjetiva da lembrança, mas sua transformação em forma transmissível. É precisamente nesse ponto que a experiência de Kric dialoga com Vanderley e Cláudia: todos reconhecem, por vias distintas, a importância dos suportes para garantir a continuidade pública da memória.

Já Vanderley Fischer introduz uma dimensão messiânica, de quem possui um projeto a longo prazo que liga os seus escritos de cárcere a dois projetos paralelos uma ONG voltada à ressocialização de egressos do sistema prisional e a publicação de um livro com o estatuto da ONG;

Eu sempre gostei de ler e escrever. Já escrevia os meus pensamentos, mas de forma livre. Eu ascendia um baseado e passava a noite escrevendo, viajando nas intempéries do pensamento. Exatamente três meses depois da Megarrebelião de 2001, eu comecei um diário relatando tudo o que eu via e ouvia. Foi uma ideia que surgiu naturalmente. O meu primeiro diário começa relatando o início da Megarrebelião de 2001, quando o Primeiro Comando da Capital (PCC) se apresentou para a sociedade. Vanderley Fischer.

Pedi a Deus que me ajudasse a ser mais realista e verdadeiro possível, e assinei no final “Tantos dias de Detenção”, sem saber que esse seria o meu canal no You Tube, 16 anos depois! Passei quatro anos escrevendo, começando no Carandiru, depois Lucélia e enfim Valparaíso. Todos os meus diários estão organizados no meu canal, com Playlists de acordo com a prisão que eu estava. Vanderley Fischer.

Esses dois trechos ampliam a compreensão da prática de Vanderley ao mostrar que o “arquivo” é conservação defensiva e também organização, classificação e posterior reativação pública. Ao converter os diários em playlists, Vanderley cria uma forma de ordenamento que reforça sua própria lógica de transmissão: a memória é disponibilizada por recortes institucionais (“de acordo com a prisão”), o que transforma a experiência em uma espécie de catálogo de lugares e tempos. Essa transposição não elimina o manuscrito; ela cria uma segunda camada de inscrição, um segundo regime de acesso. O testemunho, então, depende de sobreviver fisicamente às rebeliões e de ser reconfigurado em novos suportes para continuar operando no presente.

Depois que terminei de escrever o estatuto da ONG e os meus diários, deixei todo esse material guardado às sete chaves. Esses manuscritos estão guardados comigo há 20. Eles sobreviveram a rebeliões, a massacres, a todas as intempéries do tempo. Quando eu sabia que alguma rebelião iria acontecer, eu me antecipava e, no dia da visita, entregava os originais para a minha mãe. Vanderley Fischer.

Vanderley não apenas escreve; ele gerencia, protege e tutela o material com a certeza de seu valor no futuro. Sua prática revela consciência da fragilidade material da memória e da necessidade de estratégias de preservação. Ao antecipar rebeliões e entregar manuscritos à mãe, ele cria uma rede de salvaguarda que assegura a continuidade do testemunho para além das contingências do cárcere. O testemunho torna-se instrumento de ação prospectiva, vinculando memória e projeto institucional. A sobrevivência do texto é pensada como condição de uma futura reativação pública.

A comparação revela, portanto, convergências estruturais: todos associam a escrita à sobrevivência; todos articulam memória e verdade; todos enfrentam mediações institucionais e editoriais. Contudo, as diferenças são significativas. Jocenir privilegia a dimensão terapêutica e econômica; André du Rap, a dimensão militante e a crítica à expropriação; Kric, a resistência

da memória incorporada frente à destruição dos suportes; Vanderley, a preservação arquivística e a projeção futura; Cláudia, a transmissão e a continuidade intersubjetiva da memória.

A literatura contemporânea de cárcere que emerge da Detenção apresenta, assim, uma característica marcante: o livro é simultaneamente testemunho, suporte material de memória cultural e instrumento de sobrevivência. Ele circula como meio de sustento, como forma de inscrição pública e como mecanismo de resistência ao esquecimento. Sua permanência depende da estabilidade de seus portadores, das redes de transmissão e das condições de legitimação que o inserem no espaço cultural. Nessa articulação, a exteriorização do testemunho configura um gesto de vida. Cada trajetória demonstra que escrever se insere dentro de um programa mais abrangente da existência para além da autoafirmação do autor.

7.1.3. Mediação, autoria e inclusão pelo testemunho

Em lugar de compreender a chamada virada testemunhal do saber histórico como um fenômeno estritamente interno à disciplina, convém situá-la como sintoma de uma transformação mais ampla nas formas pelas quais sociedades contemporâneas produzem, validam e fazem circular experiências, sobretudo aquelas atravessadas pela violência. O que está em jogo é uma reconfiguração do estatuto social da experiência, no interior da qual a testemunha – em particular a testemunha como *superstes* – passa a ocupar posição central como figura investida de autoridade moral e cognitiva. Paralelamente, tornam-se mais visíveis figuras situadas na fronteira entre testemunho e mediação: sujeitos que observam, escutam, registram e se reconhecem implicados em dores que não lhes pertencem de modo imediato. Ao longo do século XX, processos de violência extrema e políticas de produção de vítimas tornaram perceptíveis continuidades estruturais de destruição que atravessam distintos contextos históricos e sociais, conferindo ao testemunho centralidade pública renovada.

No Brasil, a politização de experiências-limite encontra expressão em deslocamentos promovidos por movimentos de mulheres, populações negras, povos indígenas, sujeitos LGBTQIAPN+ e egressos do sistema prisional, cujas lutas tensionaram limites da memória social ao inscrever no espaço público narrativas historicamente marginalizadas. As lembranças das violações deixam, assim, de ocupar posição residual e passam a constituir elementos centrais de identidades politicamente reivindicadas. A formulação de Annette Wieviorka, ao identificar no final dos anos 1990 a emergência de uma *era das testemunhas* como desdobramento das catástrofes da primeira metade do século XX, permite situar esse processo no interior de uma mutação mais ampla do estatuto social da experiência. Já a expansão

contemporânea de plataformas digitais introduz, em certos circuitos, uma inflexão adicional, ao ampliar possibilidades de circulação direta do testemunho e ao redistribuir – e não suprimir – as formas de mediação e os critérios de legitimação.³ A era das testemunhas encontra, assim, meios próprios de expressão em plena *era dos usuários* (Hogervorst, 2020), dinâmica que, no campo memorial do cárcere, será retomada adiante por meio de trajetórias nas quais a circulação pública da palavra envolve disputas de autoria, edição, credibilidade e apropriação.

Sem abandonar a interrogação acerca da possibilidade de a subalterna falar (Spivak, 1989), parte do debate passa a incidir sobre as condições concretas sob as quais essa fala se torna audível, reconhecível e socialmente eficaz. Nessa chave de reflexão, o mediador – aquele que acolhe, organiza, edita e reinscreve a voz no espaço público – converte-se em foco de tensão. Em um ambiente no qual a comunicação direta entre testemunha e público pode apresentar-se como promessa de desintermediação, intensifica-se a suspeita em relação às instâncias letradas, acadêmicas ou jornalísticas, nas quais o historiador oral se vê inevitavelmente implicado.

No campo memorial prisional, tal suspeição assume contornos particularmente densos. A percepção recorrente de que terceiros se apropriam de narrativas de violência, extraíndo delas benefícios simbólicos ou materiais, fragiliza pressupostos de colaboração que sustentaram o *testimonio* latino-americano clássico. Desde seu modelo fundador, *Biografía de un cimarrón* (Barnet, 1966), esse gênero se estruturou a partir do encontro entre culturas subalternizadas e a figura do editor ou transcritor, isto é, da passagem da oralidade à escrita mediada por uma instância letrada.⁴ Como demonstra João Camilo Penna, trata-se de um arranjo que confere centralidade à escuta e à operação de tradução da voz em texto, instaurando uma diferença interna constitutiva do testemunho:

Teóricos do testemunho apontaram com insistência a dependência essencial do gênero testemunhal do gesto de escuta que se posiciona diante de uma fala ou da memória dela. No caso do testemunho hispano-americano, a alteridade interna se dá entre voz que enuncia e mão que escreve. (Penna, 2013, p. 150-151).

³ Sobre a perda de lugar social do intelectual, é notável a reflexão de Michel Foucault: “Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse poder” (2017, p. 131). Como organizador do Grupo de Informação Prisões (GIP), Foucault buscou criar condições para que “pessoas reclusas, pessoas que estão nas prisões, começassem a falar por si próprias” [...] (2017, p. 130).

⁴ A passagem da oralidade à escrita envolve, entretanto, um conjunto de operações que excedem amplamente a transposição formal de um suporte a outro. Autorizações, seleções, edições e expectativas normativas incidiam diretamente sobre o modo como a experiência poderia adquirir estatuto de verdade pública. Ao observar que entre a fala primeira e o testemunho que se torna público interpõe-se um aparato responsável por autorizar sua circulação, Achugar evidencia que o testemunho final não existe como tal sem essa mediação prévia, que condiciona não apenas sua difusão, mas sua própria inteligibilidade no espaço público (Achugar, 2002, p. 77).

O problema se agudiza quando a mediação deixa de ser percebida como condição de possibilidade da circulação do testemunho e passa a ser vivenciada como instância de controle externo da experiência. A recusa à extração, à edição ou ao arquivamento manifesta-se, então, no controle rigoroso do que pode ser veiculado por terceiros e do que deve permanecer sob domínio da própria testemunha. Penna identifica nesse movimento uma inflexão relevante, caracterizada pela passagem da centralidade da mediação para a afirmação da inclusão, entendida como acesso mais direto à esfera pública (Penna, 2013, p. 100-101), ainda que esse acesso permaneça atravessado por formas de autorização e por disputas persistentes em torno da credibilidade.

Mais do que ideal abstrato de reconhecimento simbólico, a inclusão se inscreve em transformações institucionais concretas. No contexto brasileiro do pós-ditadura, um marco decisivo dessa inflexão foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 5º, estabelece direitos e garantias fundamentais e afirma que “todos são iguais perante a lei” (Brasil, 1988). Esse horizonte normativo, porém, não se traduz automaticamente em igualdade substantiva no acesso à palavra legítima: a ampliação formal de direitos convive com desigualdades persistentes de reconhecimento e com regimes seletivos de credibilidade. É nesse intervalo que se torna inteligível o deslocamento em direção à autoria, compreendida como tentativa de controle sobre a própria narrativa e sobre os modos de sua circulação.

Ao qualificar a mudança no paradigma do testemunho a partir do contexto pós-ditadura, Penna identifica a emergência de um novo ponto de vista, cuja autoridade deriva da proximidade radical com a experiência vivida e não da mediação externa:

O “novo ponto de vista”, o “novo olhar” é trazido por alguém cuja autoridade sobre o material que mostra provém de viver “perto”, no “meio” da realidade que mostra, em contraste com o discurso dos cientistas sociais ou políticos que “não vivem essa realidade”. O “novo olhar” traz o ponto de vista não mediado, *imediato*, dos próprios jovens, sua *própria voz*, a vida de cada um narrada por eles mesmos, desvencilhando-se do discurso científico/político que tradicionalmente os filtrou e os objetificou. Aqui se inscreve a marca insistente, em toda essa nova *episteme*, do “próprio”, do “si mesmo”, da autodeclaração, da autoria autorizada. (Penna, 2013, p. 278-9, destaques no original).

A autoridade da experiência tende, assim, a deslocar-se da validação externa conferida pela mediação para a própria vivência, abrindo terreno para projetos individuais de autoria que articulam memória, reconhecimento e circulação pública da palavra. Ainda assim, esse deslocamento não ocorre em vazio institucional: ele se dá em um contexto histórico marcado

pela redemocratização brasileira, pela ampliação formal de direitos e pela persistência de desigualdades profundas no acesso à credibilidade e ao reconhecimento.⁵

É diante desse contexto histórico, em que se abre espaço de interlocução para histórias até então encobertas, que as histórias dos sobreviventes do Massacre permitem observar a autoria menos como princípio abstrato do que como resposta às insuficiências da inclusão democrática. No caso de André du Rap, por exemplo, a escrita configura-se como continuidade material da experiência carcerária, preservando gestos, temporalidades e modos de elaboração forjados no cárcere. Ao afirmar que continua escrevendo manualmente, com papel e caneta, tal como fazia na prisão, orientando sua produção pela experiência de ter vivido nas ruas e no sistema penitenciário, o narrador evidencia uma concepção de autoria fundada na proximidade entre vida e texto. A repetição cotidiana do gesto de escrever indica que a autoria, aqui, constitui forma de permanência da experiência no presente. Ao mesmo tempo, sua trajetória editorial explicita limites materiais dessa autoria como via de inclusão.

Por fim, a centralidade assumida pela autoria não implica a dissolução do silêncio. Conforme argumenta Jay Winter, a análise da memória exige ultrapassar o binômio lembrar e esquecer, reconhecendo camadas intermediárias nas quais o silêncio se apresenta como prática social dotada de sentido. Ao afirmar que estar em silêncio ainda é falar (Winter, 2010, p. 1), o autor desloca o silêncio do campo da ausência para o da significação. Nesse enquadramento, Winter define os chamados silêncios essencialistas como a reivindicação de que apenas aqueles que viveram diretamente a experiência possuem legitimidade para falar sobre ela, isto é, somente quem esteve lá pode reivindicar a autoridade da experiência direta (Winter, 2010, p. 17). Nas narrativas dos sobreviventes, essa modalidade de silêncio reaparece como salvaguarda da experiência -limite como fundamento de autoridade.

Entretanto, como mostra Zerubavel, o silêncio não possui necessariamente uma conotação negativa. Ao analisar situações nas quais sujeitos sabem, mas não reconhecem publicamente determinados acontecimentos, o autor evidencia a tensão entre consciência pessoal e discurso público, bem como a dimensão coletiva das chamadas conspirações de silêncio (Zerubavel, 2010, p. 2). Essa reflexão permite compreender por que, mesmo quando a

⁵ Essa ambivalência ocupa lugar central na reflexão desenvolvida por Penna acerca dos modelos fundadores do *testimonio*. Ao recusar qualquer concepção do testemunho como expressão imediata ou transparente da experiência, o autor recoloca no centro do problema a escuta como gesto constitutivo do ato de testemunhar, bem como a tensão interna que atravessa o gênero, situada entre a oralidade da voz que enuncia e a escrita da mão que registra. A insistência dos teóricos do testemunho na dependência essencial do gênero em relação ao gesto de escuta demonstra que essa alteridade interna constitui um traço estruturante do testemunho no espaço hispano-americano (Penna, 2013, p. 150).

autoria se afirma como resposta à mediação, a circulação da palavra permanece seletiva, modulada por riscos, expectativas e desigualdades de reconhecimento.

Em síntese, a leitura comparativa das trajetórias analisadas permite concluir que o deslocamento da mediação para a autoria não equivale à eliminação das instâncias de validação nem à transparência plena da experiência. Ao contrário, a autoria se afirma em condições históricas marcadas por assimetrias materiais e simbólicas persistentes, nas quais falar e calar constituem escolhas igualmente significativas no trabalho de memória. A CF/88 ampliou formalmente o direito à palavra, mas não assegurou, por si só, reconhecimento social efetivo nem condições materiais de ressocialização. Nesse intervalo, o testemunho do cárcere torna visíveis tanto as possibilidades abertas pelo marco democrático quanto seus limites estruturais, evidenciando que a inclusão depende, em grande medida, da capacidade dos próprios sujeitos de transformar a experiência vivida em produto.

7.2. Tecnologias testemunhais

A multiplicidade de tecnologias testemunhais manejadas para produzir materialidade às memórias demonstra que a reelaboração das memórias de cárcere está longe de ser uma operação coesa. Mais do que um “meio” de transmissão, cada suporte reorganiza o próprio regime do dizer: ele altera o que pode ser narrado, o que pode ser mostrado, a quem se dirige a fala e quais efeitos de verdade e legitimidade são acionados. Nesse sentido, as tecnologias testemunhais aqui observadas não apenas exteriorizam lembranças; elas também administram a passagem entre experiência-limite, sobrevivência e reconhecimento público, compondo um campo expandido do testemunho do cárcere em múltiplas linguagens testemunhais.

O ex-carcereiro Ronaldo Mazotto, com seis anos de trabalho no Casarão (como também era chamado o Carandiru), hoje se vende como artista: expõe banners chamativos onde se lê “Mazotto Carandiru: Memórias Sangrentas”. Esse cadeeiro, que diz saber reconhecer “vagabundo” pelo olhar, atualmente é palestrante, sempre disposto a sair em busca de oportunidades remuneradas para expor o seu acervo particular de objetos coletados no interior das celas. Faz forte apelo à potência imagética e tátil de seus artefatos para cativar os seus públicos. Ele próprio reivindica a centralidade da experiência vivida como fundamento de autoridade narrativa, ao afirmar que “eu acho que a história tem que ser contada. Eu não quero que apaguem o que aconteceu” e que “nada substitui a palavra de quem esteve lá dentro”. Essa formulação é decisiva porque explicita um critério de legitimidade recorrente em disputas públicas de memória: o primado do vivido como fonte de autoridade, capaz de se contrapor a versões mediadas por terceiros e a enquadramentos que diluem responsabilidades.

No caso de Mazotto, tal autoridade é convertida em linguagem material. A memória deixa de operar apenas como relato e passa a funcionar como reconstrução espacial: maquetes, objetos e documentos se tornam dispositivos de reinscrição da Detenção no presente, produzindo uma prova sensorial e tridimensional contra a demolição física e contra a volatilidade das narrativas digitais. A tecnologia testemunhal, aqui, é tátil e visual; ela pretende “fazer ver” a arquitetura do encarceramento para que o massacre não seja reduzido a abstração moral. A materialização dessa memória se dá por meio da reconstrução física do espaço prisional:

Eu tinha tudo isso guardado na memória. Eu fui tirando isso de dentro e fui construindo as maquetes. Eu fiz a maquete do pavilhão 9, eu fiz a maquete do pavilhão 8. Eu fiz a maquete do presídio inteiro, como era. Eu fiz isso porque eu queria mostrar para as pessoas como era o Carandiru. Ronaldo Mazotto.

Essa passagem mostra o que se pode chamar de “mnemotécnica espacial”: a lembrança se exterioriza em uma cartografia prisional. A maquete produz um tipo de testemunho que não depende exclusivamente da credibilidade da fala; ela desloca o ato testemunhal para um plano material que interpela o observador por meio da visualização do espaço disciplinar. Ao reconstruir pavilhões e o “presídio inteiro”, Mazotto reativa o que a política urbana tentou neutralizar com a implosão: a percepção concreta do cárcere como dispositivo, e não apenas como tema. Ao lado das maquetes, a constituição de um arquivo privado opera como tecnologia de preservação:

Eu tenho um acervo muito grande de coisas do Carandiru. Eu tenho cartas, eu tenho fotos, eu tenho bilhetes, eu tenho documentos. Eu guardo isso porque isso é história. Eu não posso jogar isso fora. Isso tem que ser preservado. Ronaldo Mazotto.

Aqui, a memória se articula à forma-arquivo: cartas, fotos, bilhetes e documentos instituem um repertório de vestígios que podem sustentar disputas futuras sobre “o que aconteceu de verdade”, sobretudo quando o Estado reduz a memória institucional a espaços limitados. A lógica do acervo privado – acumulado, guardado, exibido – funciona como contra arquivo frente à precariedade museal e frente à tendência de espetacularização sem lastro documental. A reivindicação por ampliação institucional dessa memória revela a tensão entre memória experiencial e memória museal:

Eu acho que deveria ter um museu muito maior, com mais coisas, com mais espaço para contar a história do Carandiru. O Espaço Memória Carandiru é importante, mas eu acho que poderia ser muito maior. O Carandiru foi muito grande para ser lembrado só por uma sala pequena. Ronaldo Mazotto.

A demanda por “mais espaço” não é meramente arquitetônica: ela também é política. Ao reivindicar um museu maior, Mazotto disputa as condições materiais de enunciação do passado. Em termos de tecnologias testemunhais, trata-se de afirmar que a memória do Carandiru exige escala e densidade, porque a violência ali produzida e vivida não cabe no formato minimalista da memorialização oficial. A maquete e o acervo, nesse contexto, cumprem um papel suplementar: ampliam a capacidade de dizer e mostrar, tornando a lembrança “expositiva” e potencialmente transmissível.

Um dos sobreviventes do Massacre do Pavilhão 9, Luis Carlos, o “Bizil”, homem de muita fé e bacharel em Direito, aprendeu técnicas de pintura ainda na Detenção, e hoje comercializa suas pinturas em suas redes sociais, entre as quais cenas do Massacre são predominantes. A exteriorização imagética da memória é por ele assumida como projeto deliberado. Aqui, a linguagem testemunhal se desloca da espacialidade (maquete) para a visualidade expressiva (tela), na qual o trauma é condensado em signos, cores e cenas. A pintura, além de produzir circulação, reorganiza o testemunho em termos de choque sensorial e interpelação moral: ela transforma o público em testemunha de segundo grau, convocada não apenas a “saber”, mas a “ver” e a sentir a violência representada.

A autoapresentação condensa um mecanismo relevante: a sobrevivência constitui plataforma de recomposição identitária e de autoridade pública (formação, religiosidade, Direito, defesa dos direitos humanos). Ao dizer que busca “através da pintura” contar a história, Bizil explicita a escolha do suporte como estratégia de testemunho. A tela opera, nesse sentido, como tradução do “indizível” em imagem: ela pode condensar simultaneamente excesso, fragmentação e repetição, características frequentemente associadas ao trabalho da memória traumática. A pintura converte-se, assim, em tecnologia testemunhal que representa aquilo que é possível apreender da experiência-limite.

Washington Paz, um dos primeiros detentos a formar banda de Rap na Detenção, o grupo Comunidade Carcerária, e ator do longa-metragem *O Prisioneiro da grade de ferro* (2003), dirigido por Paulo Sacramento, dedica-se ao Rap nas horas vagas de sua ocupação de almoxarife. Sua trajetória articula trauma juvenil, encarceramento e elaboração cultural. No caso do rap, a linguagem testemunhal é performativa e coletiva: a voz se torna ritmo, letra, palco, sociabilidade e projeto. Diferente da pintura, que fixa a cena em imagem, o rap faz o

testemunho circular como enunciação reiterável, memorizável e transmissível, frequentemente dirigida à juventude periférica e aos “manos” como público privilegiado. Trata-se de uma tecnologia que opera tanto no plano da elaboração quanto no da sobrevivência prática — isto é, como forma de sustentar a permanência fora do crime. A cultura aparece como alternativa à reincidência e como forma de autoconstrução fora do crime:

Comunidade Carcerária, mano, é mais um sobrevivente do cárcere. Se falar que foi o sistema que ressocializou a gente, é mentira. Nós mesmo fomos atrás da nossa ressocialização através da cultura, dentro da cadeia! Se não fosse o rap, acho que eu estaria numa corda bamba, me equilibrando entre o crime e a sociedade. Washington Paz.

Sua história demonstra como o rap mas produzir uma prática que “segura” o sujeito fora do cárcere por um código de honra, amalgamado na cultura carcerária que nomeia a banda. O testemunho se integra à sobrevivência porque passa a ser uma disciplina cotidiana de si — uma economia moral que regula escolhas, pertencimentos e limites. A fala sobre “ressocialização” também é uma disputa de narrativa: recusa o discurso estatal e afirma a agência dos presos como sujeitos de cultura. O rap se consolida como tecnologia ética de permanência na legalidade — “O que nos mantém no rap é o nosso código de honra” — e como instrumento de intervenção social:

Estamos promovendo o nosso projeto chamado 200 km/h na contramão. O foco é promover, neste espaço, a cultura periférica em suas diversas formas: rap, funk, dança, etc. Antes de ser um espaço cultural, aqui é um espaço periférico, destinado a acolher todas as formas de ser presentes na nossa quebrada. Todos os estilos são bem-vindos, desde que a música seja para valorizar a autoestima das pessoas, não diminuir. Washington Paz.

A imaginação coloca-se a serviço da memória traumática para lhe inserir no coração do campo narrativo. Em condições de condensação e repetição da máquina traumática, o florescimento de manifestações artísticas aponta para o esforço de superação da vitimização cíclica para formas de potência vital não reativas. No caso dos sobreviventes do Massacre, esse trabalho de simbolização criativa cumpre a função que seria atribuída a comissões de verdade e reconciliação, como foi o caso da África do Sul (1996-2003), qual seja: a de sepultar os seus mortos. Nesse registro, as linguagens testemunhais podem ser lidas como formas de “sepultamento simbólico” quando o sepultamento político-jurídico (reconhecimento, justiça, reparação) permanece precário. A criação media o excesso do acontecimento e a possibilidade de reinserção da vida no tempo.

A despeito do passado doloroso, e de seus efeitos continuamente destrutivos quando não elaborados e mediados por mecanismos da justiça, Achille Mbembe em *Sair da Grande Noite* (2019) é categórico ao identificar a atribuição central dos trabalhos de memória para a concretização da transição de uma política de terror para outro estado de coisas, em que convivam violadores e violados de seus direitos:

Uma grande parte do trabalho memorialista se traduz, por exemplo, no sepultamento apropriado das ossadas daqueles que pereceram em combate; no erguimento de estrelas funerárias nos próprios locais onde eles caíram, na consagração de ritos religiosos tradicionais e cristãos destinados a “curar” os sobreviventes da cólera e do desejo de vingança, na criação de museus e parques muito numerosos para celebrar a humanidade comum de todos, no florescimento das artes e, acima de tudo, no estabelecimento de políticas de reparação com o objetivo de compensar séculos de negligência (um teto, uma escola, uma estrada, um posto de saúde, água potável, eletricidade). O trabalho de memória é, aqui, inseparável da meditação sobre o modo de transformar em presença interior a destruição física daqueles que foram perdidos, que viraram pó. (Mbembe, 2019, p. 54).

Embora a perlaboração da catástrofe prisional seja um ato primário porque essencial em direção a possível e desejada memória feliz, em que os espectros do passado tenham as suas devidas sepulturas, a impunidade dos perpetradores encontra-se alinhada à contínua negação dos gestores de políticas de memória. Em tal estado de coisas, a memória da barbárie constitui um fenômeno a ser superado em nome do esquecimento forçado. De forma distinta aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em que o Estado brasileiro olhou para si na tentativa, ainda que limitada, de reconhecer os crimes cometidos por agentes da lei durante a ditadura militar, o Massacre de 1992 sequer foi reconhecido como tal: uma chacina perpetrada pela mão armada do Estado. Esta mnemônica do terror se expressa por gestos sub-reptícios. Os espectros continuam a murmurar a sua sepultura por aqueles que teimam em não esquecer. Nesse ponto, as tecnologias testemunhais ganham relevo: quando não há um aparato robusto de justiça e reparação, a memória tende a buscar suportes alternativos para se manter pública e transmissível, deslocando a luta por reconhecimento para o terreno cultural, midiático e comunitário.

Consequência do interesse de públicos digitais por temas ligados ao Carandiru, impulsionado pela lógica algorítmica, certos sobreviventes não titubearam em buscar inserções nas redes sociais. O imperativo ato testemunhal transbordou limites espaciais erigidos na era analógica e se pulverizou por telas portáteis. Chamam atenção duas figuras que se identificam como produtores de conteúdo na internet: Maurício Monteiro, o Nené, sobrevivente empírico do Massacre do Pavilhão 9, e Vanderley Fischer, sobrevivente do cotidiano deste cárcere. A

ambivalência dessas plataformas – potência de difusão e risco de falsificação – aparece explicitamente em depoimentos como o de Mazotto, para quem “as redes sociais ajudam a divulgar a história, mas também atrapalham, porque tem muita mentira”, sendo “importante é ter os sobreviventes falando, contando, para não virar mentira”. Essa ambivalência é estrutural: a mesma infraestrutura que amplia a audiência também intensifica disputas de legitimidade e favorece versões espetacularizadas, de modo que a autoridade do sobrevivente precisa ser continuamente performada, reiterada e reconhecida por públicos e pares.

Assim podemos analisar a trajetória de Maurício Monteiro, cujo projeto de memória se organiza em torno do controle narrativo e da atuação pública continuada, sustentados pelo reconhecimento consolidado entre outros sobreviventes. Ao acionar essa legitimidade prévia, ele procura deslocar a identidade social do ex-presidiário para uma posição de autoridade fundada na experiência vivida e validada pelos pares. Segundo seu relato, o canal no YouTube identificado pelo número de matrícula 84.901 constitui o eixo central dessa estratégia, permitindo fixar, reiterar e ampliar sua narrativa no espaço digital. A marca prisional, historicamente associada à desqualificação moral, é reapropriada como signo de autenticidade e legitimidade discursiva. O testemunho assume, assim, caráter performativo e pedagógico, orientado menos para a elaboração íntima do trauma e mais para a disputa pública dos sentidos do cárcere, da repressão estatal e da autoridade para falar a partir dessa posição. Essa autoinscrição do sobrevivente como sujeito público é enunciada de modo programático:

Devido à expertise que a gente acumula, também sou palestrante e youtuber sobre a situação prisional. Independente da situação, seja para quem for, a minha palavra é a mesma. Não fico pensando, elaborando as ideias, e não preciso estudar para falar do bagulho. O ponto de vista todo mundo conhece: do acadêmico, do jornalista, da mídia golpista, mas e a experiência do ex-presidiário? Eu não venho com um ponto de vista; chego logo com a vista do ponto. Maurício Monteiro.

A “vista do ponto” sintetiza uma operação de linguagem: ela rejeita a mediação interpretativa externa e reivindica um acesso direto ao acontecimento (“a vista”) a partir de uma posição social específica (“o ponto”). O canal e a palestra, nesse registro, não são apenas suportes, mas tecnologias de disputa do monopólio interpretativo sobre o cárcere, recolocando o ex-presidiário como produtor de saber público. A gestão performática do público aparece como parte constitutiva do ato testemunhal, enquanto estratégia que orienta a capacidade de se apresentar a diferentes públicos, dos “manos” aos filhos da elite:

Uma coisa que eu aprendi com a vida, até mesmo com a psicologia da cadeia que me ajudou a sobreviver aqui fora, é a conhecer o público. Quando eu faço palestras

direcionadas aos adolescentes da classe média ou da elite, se eu falar que eu sou formado em Gestão Ambiental, o moleque até dá risada. De repente o pai dele é formado em Harvard, tá ligado? Desses diplomas aqui da parede, o pai dele está cheio. Mas quando eu falo que eu sou um ex-presidiário, que eu fiquei preso durante 16 anos, que sou sobrevivente do Massacre da Casa de Detenção, opa, consigo chamar a atenção, até porque, geralmente, esse é um público que não conhece ninguém que ficou preso. É aí que eu entro com a vista do ponto. Maurício Monteiro.

Percebe-se como testemunho se integra diretamente à sobrevivência social pós-pena: a marca do cárcere, que estigmatiza, também pode operar como dispositivo de atenção e autoridade em circuitos específicos. O relato mostra como o sobrevivente regula seu enunciado conforme o público, convertendo biografia em técnica de comunicação – um saber pragmático, aprendido na “psicologia da cadeia” e reinscrito na vida pública. E é precisamente nesse deslocamento, do estigma para a autoridade, que a própria tecnologia do canal se organiza, em chave de exteriorização e circulação do testemunho:

O Prisioneiro 84.901 é o espaço onde eu relato a minha experiência no cárcere. Também procuro levar a fala de alguns manos que são egressos do sistema. O objetivo do canal é mostrar, para aqueles que romantizam o crime, que o crime não é romântico, não. O barato é pesado, tem consequências... Não adianta pensar que entrando para o crime organizado vai ter tudo aos seus pés. Junto com as facilidades, vem as responsabilidades, e responsabilidade não cumprida é vida perdida. Maurício Monteiro.

A linguagem aqui é abertamente pedagógica: o testemunho é organizado como advertência e como contra-narrativa à romantização do crime. Ao “levar a fala de alguns manos”, o canal também amplia a tecnologia testemunhal do “eu” para uma economia de vozes, compondo um arquivo digital coletivo de experiências. Em síncrono, o suporte digital é integrado à sobrevivência material e à recomposição da vida fora do cárcere, sem apagar a marca prisional:

E até pela minha facilidade de falar sobre o cárcere, comecei um canal no Youtube. Puta, eu nunca pensei na minha vida que seria youtuber. Ixi! Mas aí, porra mano, comecei do nada, agora o bagulho engrenou e tá à milhão. Consegui até monetizar os meus vídeos. Maurício Monteiro.

A monetização, aqui, não é um detalhe lateral: ela evidencia a dimensão material da sobrevivência e o modo como certas plataformas podem sustentar a continuidade do projeto de memória. A tecnologia testemunhal, nesse caso, circula na interseção entre reconhecimento simbólico e sustentação econômica, o que produz novas tensões (exposição, mercado, audiência), mas também novas possibilidades de autonomia.

A sobrevivência, aqui, não é apenas condição biográfica; ela é também fundamento de legitimidade coletiva e de reivindicação de direitos, deslocando o testemunho do “eu” que marca o sujeito para o “nós” que cadencia as lutas pelo direito à cidadania:

O barato é o seguinte: nós que saímos do crime estamos nos organizando para reivindicar os nossos direitos. Para tal propósito, constituímos a 1ª Frente de Sobreviventes do Cárcere. Somos um grupo de pessoas egressas do sistema penitenciário, ou ex-presidiários mesmo. Existem outros grupos sociais organizados, de mães e parentes de presos, que são super necessários. Mas a gente sentiu falta do grupo sendo nosso. Em certas situações, somente nós temos a expertise para falar dessa história que é nossa. Agora nós queremos contar a nossa história do nosso jeito. Maurício Monteiro.

A exteriorização do testemunho se dá tanto no suporte midiático (YouTube) quanto na forma coletiva (frente), reforçando que a tecnologia testemunhal pode ser simultaneamente narrativa e institucional. E a própria questão do “direito ao esquecimento” aparece como tecnologia jurídico-discursiva que articula testemunho e sobrevivência. Difícil equação, visto que é com a lembrança que se reivindica o direito ao esquecimento dos crimes pretéritos.

A gente tem um projeto chamado A vista do ponto. Inclusive, esse foi um nome que eu pensei e os outros integrantes concordaram. Esse projeto está em andamento, mas olha que ironia... É um bagulho que já está em lei! A Vista do ponto é a seguinte: nós, pela Lei de Execução Penal (LEP), artigo 202, temos o direito de ocultar os nossos antecedentes criminais quando cumprida a pena. Isso é lei, porém nos é negado. Se o ex-presidiário se informa e sabe que tem esse direito, fica mais fácil de pleitear alguma ação na esfera pública. Maurício Monteiro.

A experiência de Luís Carlos Paulino, o Bizil, remete a uma modalidade diversa de trabalho testemunhal, na qual memória, religiosidade e visualidade se entrelaçam como recursos centrais de legitimação. Ao se definir como “testemunha viva do Massacre e dos milagres de Deus”, Bizil aciona uma dupla matriz de validação, jurídica e religiosa, que lhe permite contornar a suspeição social frequentemente dirigida à palavra do ex-presidiário. Seu projeto desloca o Carandiru para uma economia simbólica marcada pela tradução imagética da violência extrema. As telas que produz, caracterizadas por cores intensas e figuras infernais, condensam o trauma em imagens de forte impacto sensorial e moral. Ao converter o observador em testemunha de segundo grau, Bizil elabora uma pedagogia visual do sofrimento que amplia o alcance do testemunho e o reposiciona socialmente como mediador autorizado da memória do Massacre.

A partir desse conjunto de projetos individuais de memória testemunhal, torna-se possível compreender a emergência de estruturas específicas de controle da palavra no interior

da comunidade dos sobreviventes e as suas táticas de circulação da recordação em suportes externos. Entre aqueles que estiveram no Pavilhão 9, consolidou-se a compreensão de que apenas quem passou diretamente pela experiência detém legitimidade para falar sobre ela, primazia da memória corporificada. Em formulações ainda mais restritivas, a autoridade do testemunho passa a depender não só da sobrevivência, mas da irreversibilidade dos danos sofridos. Tais posições remetem à centralidade atribuída à experiência corporal como critério de autoridade discursiva e, simultaneamente, como mecanismo de proteção frente a apropriações e traduções externas da experiência.

A própria disputa contra “a versão dos outros” é formulada por colaboradores como necessidade histórica de fala. Trata-se, aqui, de uma linguagem testemunhal de circulação midiática (entrevista, documentário, livro, filme como referências públicas), na qual o ato de falar é compreendido como anteparo contra a monopolização narrativa por terceiros. Celso inscreve esse gesto em termos diretos: falar diante o outro é assumir a posição contra a assimetria de enquadramentos que, historicamente, desloca o lugar do ex-presidiário para a condição de objeto narrado e não de sujeito enunciator: “eu já participei de entrevistas, eu já falei para algumas pessoas, porque eu acho importante. A gente tem que falar. A gente tem que contar. Senão fica só a versão dos outros”.

E, em registro convergente, Celso inscreve a ampliação de dispositivos de memória como força dentro das lutas políticas: “eu acho que o Carandiru não pode ser apagado. Eu acho que deveria ter um memorial muito maior, com mais coisas, com mais espaço para contar a história de verdade, para as pessoas entenderem o que foi aquilo”. O espaço é, portanto, um operador testemunhal: define escala, duração, densidade e também o tipo de público que pode ser alcançado.

O testemunho, enquanto trabalho de memória, configura-se, assim, como resposta aos estigmas duradouros associados à condição de ex-presidiário. Sem dissolver o estigma penal ou assegurar reintegração plena, ele instaura zonas de negociação simbólica por meio das quais os sobreviventes disputam os termos de sua existência social no presente. É por meio desses suportes e disputas de circulação – e não apesar deles – que o Massacre de 1992 se reinscreve como artefacto mnemônico que transcende os limites biológicos daqueles que sobreviveram para ocupar a cidade e os cidadãos.

Podemos observar a pluralidade de suportes mobilizados – maquetes, acervos privados, pintura, rap, livro, diário, canal digital, coletivo político. Importa sublinhar, ainda, que tais tecnologias testemunhais não operam como simples veículos neutros de conteúdo. Elas reconfiguram, na verdade, a própria estrutura do testemunho. Ao exteriorizar a memória em

objetos, imagens, performances ou arquivos digitais, os sobreviventes deslocam o acontecimento do plano estritamente biográfico para o consumo público, inscrevendo-o em temporalidades mais longas e em disputas de sentido que ultrapassam a geração que viveu o Massacre. O ponto decisivo, aqui, é que cada linguagem altera o que é lembrado e o que fica de fora – razão pela qual, a história consiste também numa espécie de memória de reserva.

A maquete de Ronaldo Mazotto reorganiza o testemunho como espacialidade reconstituída; a pintura de Bizil o reorganiza como condensação imagética do excesso; o rap cantado por W.O. imprime ritmo à oralidade preocupando-se com a transmissão; o canal como arquivo seriado de Maurício Monteiro e Vanderley Fischer; palestras e o coletivo 1º Frente de Sobreviventes como institucionalização política da experiência, à entrevista de história oral, que viabiliza o exame pelo entrevistado.

Na experiência de Fischer, seus diários escritos na solitude das celas ganhou as plataformas digitais e organiza, por comentários e feedbacks instantâneos, a comunidade carcerária. A gênese dessa exteriorização está associada à necessidade psíquica de não sucumbir ao excesso traumático. Diferentemente de Maurício, cuja fala se estrutura pela estratégia pública e pela disputa de autoridade em tempo real com a esfera digital, Vanderley descreve um percurso em que a escrita opera como contenção e como arquivo, e só depois se transforma em narrativa pública seriada no YouTube.

O que me ajudou muito a lidar com as lembranças foi o meu canal no You Tube, Tantos Dias de Detenção. Eu comecei o canal em 2017, e gravei mais de 750 vídeos. O canal foi uma necessidade de falar, porque estava insuportável... O que eu vi, ninguém deveria ter visto. Acho que Deus também me abençoou de eu escrever tudo dentro da cadeia, porque também se eu fosse ficar com tudo aquilo dentro de mim, talvez eu explodia. Depois dos diários e do meu canal, eu consigo falar sobre o meu passado com menos dor. Vanderley Fischer.

A escrita de si aparece, aqui, como estratégia de sobrevivência. Mas ela também assume dimensão arquivística e política, uma vez que os manuscritos foram preservados materialmente contra o risco de destruição. A sobrevivência do testemunho, nesse caso, é também sobrevivência do suporte: o manuscrito atravessa rebeliões, transferências e o tempo, configurando um arquivo resistente que, depois, poderá ser mobilizado como repertório de memória pública.

Depois que terminei de escrever o estatuto da ONG e os meus diários, deixei todo esse material guardado às sete chaves. Esses manuscritos estão guardados comigo há 20. Eles sobreviveram a rebeliões, a massacres, a todas as intempéries do tempo. Quando eu sabia que alguma rebelião iria acontecer, eu me antecipava e, no dia da visita, entregava os originais para a minha mãe. Vanderley Fischer.

A própria ideia de projeto, concebida como “download”, articula transcendência religiosa e programa de transformação social, ampliando o testemunho para além da rememoração. Nesse registro, o testemunho não se limita a narrar o que ocorreu; ele projeta um horizonte normativo, convertendo memória em plano de ação e futuridade. O canal aparece, assim, como base de um dispositivo mais amplo, que pretende deslocar a própria forma social de compreender o encarceramento.

O canal *Tantos dias de Detenção* é a base de todo o projeto. Posso considerar que é uma etapa completa. Canal tá bonitinho, com todos os diários organizados. Atualmente, estamos na segunda etapa do projeto, que é conseguir 500 mil assinaturas para um abaixo-assinado em prol da ressocialização dos presos. Esta etapa é a mais complicada, porque é trabalho de formiguinha, de dialogar com a base do pensamento na periferia. Em cada show de rap eu levo um caderno e peço para o público assinar. Eu tenho esperança de que o projeto está acontecendo, mesmo silenciosamente. Vanderley Fischer.

Nesse deslocamento, o testemunho deixa de ser apenas recordação do passado para converter-se em projeto de futuro. A memória não é somente evocação; ela é antecipação normativa de um mundo outro. O que se observa é uma passagem do testemunho como “prova” para o testemunho como “programa”: uma tecnologia de linguagem que tenta produzir efeitos no real, reordenando sensibilidades e agendas públicas.

Também no campo musical, a tecnologia testemunhal articula passado e futuro. Washington Paz vincula explicitamente a permanência no rap à recusa do retorno ao crime, configurando a produção cultural como garantia ética de sobrevivência. Aqui, o testemunho funciona como disciplina prática: a arte sustenta escolhas e pertencimentos, operando como barreira simbólica contra a reincidência.

A gente quer sobreviver da música. Não vamos voltar para o crime. Esse é o nosso código de honra. A gente não vai recuar por nada, por mais necessidade que a gente passar. Muitas vezes falta até comida dentro de casa, mas a luta persiste, mano... Washington Paz.

A exteriorização artística assume, assim, dupla função: elaboração da experiência e barreira simbólica contra a reincidência. O testemunho se integra à sobrevivência enquanto dispositivo que sustenta a permanência fora da engrenagem punitiva. Ao mesmo tempo, no caso do rap, a memória se torna transmissível por repetição: refrões, letras e performances criam um modo de circulação que pode alcançar públicos periféricos de forma mais ampla do que a forma escrita, além de permitir a atualização do testemunho em eventos, shows e projetos sociais.

As tecnologias testemunhais aqui analisadas não são homogêneas. Elas variam conforme trajetórias, capitais culturais, redes de sociabilidade e horizontes religiosos ou políticos. Entretanto, todas compartilham um elemento estrutural: a recusa do silêncio. Seja por meio da maquete que reconstrói o pavilhão, da tela que reencena o massacre, da letra de rap que narra o cárcere, do livro que busca fixar a prova histórica, do diário que organiza a dor, do canal digital que amplia a audiência, do coletivo que reivindica direitos ou da palestra que interpela jovens, o testemunho se materializa em suportes que excedem a oralidade imediata. A expansão para múltiplas linguagens, por sua vez, amplia o próprio cenário do testemunho carcerário: ele deixa de ser apenas “fala” e se converte em ecologia comunicativa, onde diferentes suportes se combinam, se reforçam e também entram em disputa.

Nesse processo, o Massacre do Pavilhão 9 deixa de ser apenas um evento circunscrito a 2 de outubro de 1992 e converte-se em matriz de produção contínua de memória, mesmo por aqueles que não vivenciaram a catástrofe. A sobrevivência biológica dos que atravessaram o Pavilhão 9 é condição necessária, mas não suficiente, para essa permanência. É a transformação da experiência em tecnologia testemunhal, exteriorizada, difundida e consumida que assegura a reinscrição do acontecimento no presente.

Ao exteriorizar suas lembranças, os sobreviventes do cárcere produzem para si mesmos e para a sociedade um espaço de reconhecimento, ainda que precário e disputado. Testemunhar equivale a operar certas mediações entre memória e vida, trauma e mercado, entre sobrevivência individual e inscrição coletiva do acontecimento. Elas administram, em diferentes registros sensoriais e políticos, a passagem entre a experiência-limite e sua transmissibilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES DE UM LONGO ITINERÁRIO

*Amigo! Como sempre estou confuso e não sei por onde começar
O fim pode ser o começo de tudo
Talvez minha morte e dos outros possa vir a dar um verdadeiro sentido às suas buscas
Mas sua deverá ser a decisão final
Sua responsabilidade será única e total intransferível.*

Franco Terranova – 1001 noites no Carandiru.¹

Difícil falar em conclusões. Elas pressupõem o fechamento de arestas; reticências se reduzem a ponto final. Em história oral, as dificuldades se avolumam, por tratar-se de vidas em movimento. Salvo nos casos em que entrevistados falecem no decorrer da pesquisa, as lembranças captadas no trabalho de fala/escuta seguem rumos distintos na consciência dos contadores de histórias. E, mesmo no caso de morte, haverá outros a se lembrarem do ente, sempre de modos distintos, iluminando partes convenientes e movendo outras para a periferia da memória. Há outra razão, ao meu ver mais decisiva, que impossibilita o derradeiro ponto final, impondo continuidades: o destino público dos resultados. O leitor, como sujeito ativo do processo hermenêutico, passa a ser o elo que completa a relação de colaboração.

Por esse conjunto de breves apontamentos, permito-me destacar algumas lições relevantes deste longo itinerário. Começo por delinear a experiência proporcionada pelo trabalho de campo. Um dos fascínios da história oral consiste nas marcas da narrativa que ficam após o trabalho de escuta. Frases marcantes tornam-se motes, arrependimentos viram conselhos, e muito do que não é dito – olhares, gestos, vacilos – permanece. Nunca conseguirei descrever com precisão os olhares que mais pareciam ler a alma, as refeições compartilhadas, o respeito remoçado pela tarefa da escuta.

Embora se reconheçam como benéficas as novidades tecnológicas, particularmente em um campo como a história oral, que depende da mediação eletrônica e digital, o ser-afetado-pelas-histórias prescinde de experiências intensas que não são substituíveis.² Um projeto de história oral que envolva a integração de modelos generativos de inteligência artificial certamente pode ganhar em volume e densidade analítica, bem como em maior capacidade de armazenamento e gestão de bancos de histórias. Tudo isso é louvável e, abraçando a polissemia inerente à história oral, iniciativas devem surgir para propor avanços metodológicos –

¹ Terranova, 2001, p. 23.

² No terceiro volume de *Tempo e narrativa*, dedicado ao “tempo narrado”, Paul Ricoeur fala em ser-afetado-pelo-passado (2010, p. 368).

lembramos de Lynn Abrams e da dissolução entre teoria e prática. Mas também será preciso considerar, nesta difícil equação, o que se perderá com a automação de processos – longos e desafiadores – de materialização de entrevistas para o seu estado escrito ou mesmo com a mediação de chatbots que possam vir a ocupar o lugar de outro humano que se propõe a escutar. Com o aprimoramento dos modelos de IA, atrelado ao surgimento de uma nova geração de gravadores digitais com transcritores automáticos e em diferentes línguas, o ser-afetado-pelas-histórias pode vir a ser, no futuro próximo, um desses atavismos de alguns oralistas teimosos.

Esse projeto começou motivado por indagações durante uma aula de História, em uma escola estadual na periferia da Zona Leste de São Paulo. A proposta, bem recebida pelos alunos, de utilizar o rap *Diário de um detento* como fonte histórica levou-me a entrevistar Jocenir, o autor dos versos cortantes musicados pelos Racionais MCs. A relação de colaborador cultivada com Jocenir foi determinante nas minhas escolhas acadêmicas, a ponto de fazer da história oral uma escolha que se impôs sobre outras veredas possíveis.

Em quatro anos de pesquisa formal, somaram-se 18 entrevistados e 16 histórias que foram incluídas inteiramente no escopo da tese. O primeiro dado que se impôs desse *corpus* documental foi a permanência de uma comunidade de memória, aqui denominada comunidade de destino, a partir de experiências situadas na Casa de Detenção de São Paulo. Tal comunidade se insere nas complexidades dilatadas entre o apagamento do referencial físico da recordação, isto é, a implosão da Detenção, e a transformação dos remanescentes no Parque da Juventude.

A estrutura processual do texto buscou situar a memória de expressão oral, a história prisional e a gestão dos dispositivos mnemônicos por instituições ligadas ao poder público como componentes de um mesmo sistema social. É contra a passeidade do passado (já-foi) e o apaziguamento das lembranças difíceis que os trabalhos de memória insistem na pertinência continuada das recordações. A gramática mobilizada nas histórias demonstra a intencionalidade de abrir o tempo histórico aos tempos latentes da memória. Embora o patrimônio prisional tenha sido destruído e seus espólios tenham sido soterrados, o Carandiru permanece uma realidade concreta que não deixou de produzir efeitos naqueles que foram afetados por suas práticas prisionais e por suas catástrofes.

Ao contrário do prognóstico de Pierre Nora, segundo o qual só se fala tanto em memória porque ela deixou de se vincular à vida cotidiana (1993), a comunidade carcerária da Casa de Detenção demonstra um fenômeno vivo em que o enlace das lembranças constitui a matéria constituidora da identidade grupal. Na perspectiva daqueles que sofrem o passado prisional, a dissolução da pena, a liberdade do ente querido ou a autoanistia no caso do Massacre do Pavilhão 9 não enclausuram as experiências. Os múltiplos atos de memória em torno do

Carandiru emergiram à superfície no início dos anos 2000, por meio de livros que relataram experiências prisionais na primeira pessoa, surpreendendo a sociedade letrada com a estrutura de violação dos direitos humanos nas unidades prisionais em pleno regime democrático.

A tese demonstra que a publicação de livros por egressos do sistema prisional se insere na perspectiva da temporalidade da sobrevivência, razão pela qual a literatura carcerária gravita em torno de um universo mais amplo de expressões testemunhais. Assim, a predominância do suporte livro como veículo dos testemunhos prisionais deve ser entendida como o resultado de iniciativas de ressocialização que se iniciaram nas dependências da Casa de Detenção de São Paulo, particularmente concursos de escrita. Se é verdade que a literatura constitui sujeitos (Penna, 2016, p. 279), pode-se dizer que a virada testemunhal do saber histórico (Seligmann-Silva, 2022) criou as condições culturais para que pessoas vitimadas se caracterizem, a um só tempo, como sobreviventes e testemunhas; advoga-se a identidade de sobrevivente precisamente pela via do testemunho.

No contexto em que floresceu uma literatura de cárcere no Brasil, fazia sentido defender a tese de que a escrita materializa um movimento do egresso/autor em busca de retorno à sociedade livre (Palmeira, 2009). Não há dúvidas de que a escrita no ambiente carcerário, ou a partir dele, continua a desempenhar efeitos concretos na vida do encarcerado ou egresso, que continua a enfrentar a prolongação da pena com o desemprego e o afastamento de amigos e familiares. Contudo, vinte anos após esse movimento de adensamento de publicações em um curto espaço de tempo, algumas coisas ficaram claras, e assim foi possível perceber o que era específico daquele período e o que permaneceu na vida. A pesquisa permitiu chegar aos seguintes resultados:

A literatura de cárcere de egressos da Detenção atingiu êxito editorial sincronicamente ao processo de desativação da Casa de Detenção de São Paulo e ao julgamento do Cel. Ubiratan Guimarães. Isso permite sugerir que as vendas dos exemplares que possibilitaram a pessoas como Jocenir e André du Rap “sobreviver” das vendas dos livros foram alavancadas pela cobertura midiática que fez do Carandiru – e das narrativas de violência urbana – um “assunto quente”. Com a implantação do Parque da Juventude entre 2002 e 2007 e a morte do Cel. Ubiratan em 2006, o tema deixou de ser pauta diária para se concentrar apenas a cada 2 de outubro;

A trajetória de pessoas como Jocenir e André du Rap, ambos autores e partícipes desse movimento literário, elucida os limites de reassumir o egresso do sistema prisional na sociedade livre, ainda que estes tenham passado pelo crivo da escrita. Com o fechamento da Labortexto Editorial, responsável pela publicação de ambos, o estigma do “ex-presidiário” se impôs e,

consequentemente, surgiram dificuldades para ingressar no mercado formal de trabalho. Embora Jocenir e André du Rap tenham continuado a escrever, não tiveram seus novos textos aceitos pelo mercado editorial. A ruptura dos projetos literários e, portanto, da identidade que possibilitou um breve momento de cidadania faz dos escritores do Carandiru desajustados ao tempo social;

Os 30 anos do Massacre do Pavilhão 9, em outubro de 2022, fizeram emergir um movimento mais amplo de sujeitos carcerários, responsáveis por ampliar o número de linguagens mobilizadas em seus testemunhos. O que antes estava restrito às letras – embora a escrita nunca tenha deixado de ser referenciada – agora passa a combinar rap, pintura, teatro, filme, circo, exposições, canais no YouTube, podcasts, perfis em redes sociais, iniciativas educacionais, projetos de lei, sonhos messiânicos. Embora seja equivocado atribuir como causa única dessa pluralidade de expressões testemunhais os atos comemorativos dos 30 anos do Massacre, essa data cheia foi o pretexto para fundamentar a continuidade dessa comunidade de memória;

As testemunhas oculares e auriculares, embora não disponham da mesma urgência de escuta dos sobreviventes, constituem uma rede que integra a unidade mais abrangente da memória coletiva – a comunidade de destino. A pluralidade de ângulos que o campo testemunhal permite mobilizar pelos sentidos externos do corpo contribui para que a memória das vítimas não se encerre em si mesma, sob o risco da criação de dogmas e de fechamento diante da crítica oportuna. Essas histórias não devem ser vistas como de segunda ordem ou meros satélites em órbita de um enredo que não lhes pertence: suas experiências advindas do ver e do escutar, atreladas aos modos de ser e estar-junto, produzem efeitos concretos na vida e demonstram como os efeitos do encarceramento e da catástrofe transcendem os diretamente afetados;

Pode-se ver, ao longo das histórias orais, que a experiência anteriormente referida como desajuste dos egressos à vida da sociedade livre não se aplica somente aos escritores; na verdade, esse profundo deslocamento do sujeito em relação ao seu entorno se expande a um grupo mais amplo de pessoas submetidas à pena de liberdade e sujeitas à carência de políticas públicas efetivas de ressocialização. É precisamente a carência de políticas efetivas de ressocialização e a destruição do referencial físico da memória que empurram os sujeitos carcerários para projetos individuais;

Os trânsitos entre sujeitos carcerários e tipos acadêmicos fizeram com que a linguagem ligada aos direitos humanos e ao trauma fosse adotada intencionalmente por eles, como em um movimento antropofágico que devora quem antes devorava os “marginalizados” na condição

de objeto de estudo. Esse movimento demonstra a diferença entre a vítima inerte e o sobrevivente. Trata-se, mais significativamente, de trabalhos de memória contínuos, espertos porque operam por táticas de incursão no campo semântico do outro.

Com o acesso público ao *corpus* documental por meio da tese, espera-se que outros pesquisadores dos estudos das prisões, do testemunho e da memória, docentes, discentes e demais leitores interessados na temática possam ser motivados a se apropriar das histórias e, assim, chegar a resultados ligeiramente distintos dos meus. Ainda assim, espero ter sido convincente e claro o bastante para que o leitor acompanhe o percurso metodológico que me levou à tese que defende (I) a constituição de uma comunidade de memória amalgamada por lembranças situadas na antiga Casa de Detenção de São Paulo; (II) a busca pela sobrevivência como elemento motivador dos projetos mnemônicos, individuais e coletivos, exteriorizados em suportes midiáticos variados, de acordo com as possibilidades de ação em determinado contexto; (III) a relação intrínseca entre o ato de testemunhar e a condição de sobrevivência motiva a continuidade dos atos de memória prisional, ainda que o referencial físico não exista mais; (IV) a expressão trabalho de memória passa a assumir outra conotação, distinta da busca ativa pela recordação – anamnese – ou da perlaboração de um passado vivido: trata-se também de uma operação prática que inclui a transformação das recordações em produtos comercializados, entregues e consumidos em mercados de memória. Se essa última tese não se aplica somente à comunidade carcerária do Carandiru, neste caso ela se radicaliza em um sentido primário: fazer das lembranças o substrato de sua existência material. Lembrar demanda tempo e ócio, duas propriedades da existência de que sujeitos estigmatizados e mal incluídos na sociedade não dispõem na mesma proporção que aqueles que não passaram pela experiência do encarceramento. Nesse caso, as lembranças prisionais são afetadas pelas intempéries da vida cotidiana, resultando em expressões testemunhais exteriorizadas.

Esse trabalho enfrentou alguns limites que podem eventualmente provocar a continuação do diálogo por outras pesquisas. O primeiro limite foi a carência de narrativas dos policiais militares envolvidos no Massacre de 1992. Como disse em diferentes momentos ao longo do texto, estive sempre interessado em escutá-los e não medi esforços para propor negociações que viabilizassem a realização de entrevistas, incluindo o anonimato. Com a autoanistia decretada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e a – vergonhosa – extinção da pena pelo TJ-SP, talvez o contexto atual seja mais favorável a pesquisas com esse grupo. Os demais limites do trabalho consistem na dependência dos eventos comemorativos dos 30 anos do Massacre. Se o evento possibilitou o acesso a pessoas que, de outra forma, não aceitariam ser entrevistadas – ou não teriam o mesmo entusiasmo em participar de uma pesquisa acadêmica

–, também direcionou a escuta para enredos que repetiam a fórmula da ressocialização concretizada. Há muitos egressos do Carandiru, familiares e funcionários que preferem não se vincular publicamente à memória carcerária e que, por isso mesmo, poderiam contar histórias distintas daquelas já consagradas.

Finalmente, a história do Complexo Penitenciário Carandiru se desdobra em mais três grupos marginalizados que coabitam o mesmo território, a começar pelas pessoas em situação de rua que ocupam o Parque da Juventude, muitos para utilizar a Biblioteca de São Paulo (BSP), que lhes permite o livre acesso a livros e computadores. Estão ali incluídos usuários de drogas e egressos do sistema prisional; a presença de seguranças privados e de forças de segurança pública dimensiona as continuidades das práticas punitivas naquele espaço. Vale citar também a invisibilidade dos moradores da favela Zaki Narchi, localizada ao lado do Parque e expostos à poluição do córrego Carajás. Estranhamente, a favela não foi objeto de revitalização urbana quando o parque foi implantado. Por fim, a Penitenciária Feminina de Santana, antiga Penitenciária do Estado, justifica iniciativas de escuta qualitativa, buscando compreender, inclusive, como os acontecimentos situados na Detenção reverberam no encarceramento feminino. Esses três grupos sofrem, cada um a seu modo, a continuidade das práticas punitivas que marcaram o território Carandiru no passado.

Minhas últimas palavras são em tom de síntese. Há um saber popular que anuncia um prognóstico assombroso: estamos perdendo a capacidade de articular narrativas. Embora isso não seja novidade – Walter Benjamin já o sabia –, com a imposição de um ritmo cada vez mais acelerado do capital e nas relações interpessoais, parece não haver tempo nem lugar para a contação de histórias, bem como para sua contrapartida, a escuta atenta e silenciosa. Este trabalho resulta do esforço entre as partes para superar, ainda que momentaneamente, tais determinações. O título atribuído ao projeto foi “Pavilhão Memória”, de modo a condensar a presença do passado prisional, a despeito da destruição do lugar de memória. Esse pavilhão, alheio a implosões e resistente aos projetos de apaziguamento, na perspectiva de suas testemunhas, continua mais ativo do que nunca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMS, Lynn. *Oral history theory* - second edition. New York, NY: Routledge, 2016.

ABU-LUGHOD, Lila. Writing against Culture. In: FOX, Richard G. (Org). *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press; Oxford: James Currey, 1991. p. 47-60.

ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e o mundo externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. *Anais 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013, p. 1-22.

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo Batista. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 169-194, jan/abr 2019.

AGAMBEN, Giorgio. O testemunho. In: NOVAES, Adauto (org.). *Fronteiras do milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-32.

ALBERT, Bruce. Situação etnográfica e movimentos étnicos: notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Campos – Revista de Antropologia*, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 129-144, 2014.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. Tradução de Sonia Branco. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALVAREZ; Marcos César; SALLA; Fernando Afonso; SOUZA; Luis Antonio Francisco de. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Justiça e História*, Porto Alegre, vol. 3, n. 6, 2003.

ANDRÉ DU RAP. *Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru*. Coordenação editorial: Bruno Zeni. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

ASSMANN, Jan. *Moses the Egyptian: the memory of Egypt in Western Monotheism*. Harvard University Press, Cambridge, MA/London, 1997.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução: Paulo Soethe. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2023.

BARROS, José D'assunção (Org). *História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Petrópoles, RJ: Vozes, 2022.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-européias vol. II – Poder, Direito, Religião*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

BEN-ZE'EV, Efrat; GINIO, Ruth; WINTER, Jay (Orgs.). *Shadows of war: a social history of silence in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Serra: Editora Milfontes, 2018.

BIANCHINI, Douglas Alves. *Do Carandiru ao Parque da Juventude*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

BÍBLIA. *Nova Versão Internacional – Português (NVI-PT)*. Atos: 8:26-40. Disponível em: <https://www.biblegateway.com/passage/?search=Atos%208%3A26-40&version=NVI-PT>.

BISILLIAT, Maureen (Org). *Aqui dentro, páginas de uma memória: Carandiru*. Documentação Sophia Bisilliat, André Caramante, João Wainer. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2003.

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um Massacre. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 04-33, set/dez. 2016.

BORGES, Viviane Trindade; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O patrimônio prisional: estética do sofrimento, fetiche e reflexão. *Todas as Artes: Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, Porto, v. 2, n. 1, p. 82-97, 2019. DOI: 10.21747/21843805/t2an15.

BORGES, Viviane Trindade. A muralha cinzenta e o pórtico majestoso: o processo de patrimonialização do Complexo Penitenciário do Carandiru. *Tempo*, Niterói, vol. 28, n. 3, set/dez. 2022.

BOSCO, Francisco. *A vítima tem sempre razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. São Paulo: Todavia, 2017.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias de Cárcere. *Estudos Avançados*, 9 (23), 1995.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Criação - Estudos Avançados*, 17 (47) – abr. 2003.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 13ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOUTON, Christophe. Experience. In: VAN DEN AKKER, C. (ed.). *The Routledge companion to historical theory*. London: Routledge, 2022. p. 529-543.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.

BURGOS, Elisabeth. *Meu nome é Rigoberta Menchú, e assim nasceu minha consciência*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CÁCERES, Natanael Vilharva. Memória indígena: artesanato narrativo e tradição oral em Porto Lindo. Dissertação (mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2021.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxoto rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Estudos Pop.*, Brasília, 15(2), 1998, p. 45-65.

CAMPOS, Haroldo de. Tradução, Ideologia e História. *Cadernos do MAM*, n. 1, Rio de Janeiro. – Dez/1983, p. 239-247.

CANCELLI, Elizabeth. *Carandiru: a prisão, o psiquiatra e o preso*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

CANDAU, Joël. Memória ou metamemória das origens? *Caderno de Letras*, Pelotas, n. 37, p. 11-30, maio-agosto 2020.

CARDINA, Miguel; RODRIGUES, Inês Nascimento. *O dispositivo mnemônico: uma história da memória da luta de libertação em Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2454-9>

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano - as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução de Lucia Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHRISTOVÃO, Nanci Tortoreto. Os 111 laudos necroscópicos do Carandiru: Evidências de uma execução. Dissertação (mestrado em Direito) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

CRUZ, Cláudio “Kric”. *Cria do governo*. São Paulo: Entrementes, 2022.

DAS, Veena. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Trad: Bruno Gambarotto. São Paulo, Editora Unifesp, 2020.

DOMANSKA, Ewa. Necroheritage. *Jornal of Contemporary Archaeology*, vol. 11, n. 2, 2024, p.145-157.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. *Memórias da casa dos mortos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, jan/jun 2012.

FICO, Carlos. História do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-70. jan. abr. 2017.

FÓRUM DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, SOCIAIS APLICADAS, LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES (FCHSSALLA); FERNANDES, Frederico Garcia (coord). *Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GATTAZ, André; Meihy, José Carlos Sebe Bom; Seawright, Leandro Alonso (Orgs). *História oral: a democracia das vozes*. São Paulo: Pontocom, 2019.

GIGLIOLI, Danielle. *A crítica da vítima*. 2º ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

GINZBURG, Carlo. *Le juge et l'historien. Considérations en marge du procès Sofri*. Paris: Éditions Verdier, 1997.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Tradução Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

GÓES, Eda Maria. *A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

GOMES, Regina. A Crítica do cinema como objeto histórico e retórico: o caso do filme Carandiru de Hector Babenco. In: *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Salvador, 2007. p. 1-14. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0102-1.pdf>.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere - volume 1*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRSCH, Marianne. *The Generation of Postmemory: Writing and Visual Culture After the Holocaust*. New York: Columbia University Press, 2012.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HUYSEN, Andreas. *Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

KILTY, Jennifer M.; FAYTER, Rachel; PICHÉ, Justin. Feeling the carceral: emotions and the affective politics of incarceration. *Journal of Prisoners on Prisons*, v. 34, n. 1, p. 1-10, 2025.

KOSELLECK, Reinhart. Pós-fácio. In: BERADT, Charlotte. *Sonhos no Terceiro Reich*. Tradução: Silvia Bittencourt. São Paulo: Três Estrelas, 2017, p. 162-182.

LACAPRA, Dominick. *Writing History, Writing Trauma*. United States: John Hopkins University Press, 2014.

LACAPRA, Dominick. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Tradução: Luis Reyes Gil. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

LAPLATINE, François. *A descrição etnográfica*. Tradução de João Manuel Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988 [1947].

LODI, Letícia Takeda. *O Concurso Público no Projeto Urbanístico: São Paulo, 1998-2004*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACDONALD, Sharon. *Difficult Heritage: Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. Londres: Routledge, 2009.

MACENO, Lucas. Convite à história oral aplicada. *Revista Tempo e Argumento*, v. 15, n. 38, p. e302, 2023.

MACENO, Lucas. 30 anos do Massacre do Carandiru: história oral testemunhal – memória, trauma e direitos humanos. In: *Anais do XIV Encontro Regional Nordeste de História Oral*, 2024, 12p. Disponível em: https://www.academia.edu/116719698/30_anos_do_Massacre_do_Carandiru_hist%C3%B3ria_oral_testemunhal_mem%C3%B3ria_trauma_e_direitos_humanos.

MACENO, Lucas. *Corram livres as lágrimas que choro: o suicídio guarani e kaiowa – história oral aplicada*. Serra: Editora Milfontes, 2025.

MACHADO, Maíra Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (Orgs). *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*. – São Paulo: FGV Direito SP, 2015. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/carandiru-nao-e-coisa-do-passado_1.pdf. Acesso em: 18/01/2022.

MACHADO, Maíra Rocha; FONSECA, Anderson Lobo da. Estado contra familiares de vítimas? O Massacre do Carandiru e os limites das ações judiciais de indenização em casos de graves violações de direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, Curitiba, v. 66, n. 1, p. 31-66, jan/abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/70152>. Acesso em: 02/01/2021.

MACHADO, Marcelo Lavenère; MARQUES, João Benedicto de Azevedo. *História de um Massacre: Casa de Detenção de São Paulo*. – 2º ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

MAIA, Clarissa Nunes [et al] (Orgs). *História das prisões no Brasil volume I.* – Rio de Janeiro: Rocco Edital, 2012.

MAIA, Clarissa Nunes [et al] (Orgs). *História das prisões no Brasil volume II.* – Rio de Janeiro: Rocco Edital, 2013.

MAFFESOLI, Michel. Comunidade de destino. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 273-283, jan/jun. 2006.

MARKUN, Paulo (Entrevistador). KLIASS, Rosa Grena (Entrevistada). Entrevista Rosa Kliass - Parte 2. *Portal Arquitetura e Urbanismo Para Todos* – CAU/BR, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=67pnc4h7Wp0>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada*. Trad. Fábio Ribeiro. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 85–97. ISBN 85-85676-84-1.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*, 155, v. 2, p. 191-203, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro Alonso. *Memórias e narrativas: história oral aplicada*. – São Paulo: Contexto, 2020.

MENEZES, Aluisio Pereira de. Para pensar o afeto. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 231-254, 2007. DOI: 10.1590/1415-47142007002004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/hFG74msPJWjCVTNqffWYQFF/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

MENESES, Ulpiano. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: 9.SR/IPHAN, 2006, p. 33-76.

MONTEIRO, John. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 53, n. 2, p. 229-257, 2010. DOI: 10.5380/his.v0i53.15808.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Revista Projeto História*, São Paulo (10), p. 7-28, dez. 1993.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (NEV). *Violência em períodos de transição: aspectos comparativos das políticas de segurança em São Paulo em períodos de transição*. Relatório 2003 (Anexo 1) do Projeto CEPID 2 – *Construção das Políticas de Segurança e o Sentido da Punição, 1822-2000*. Responsáveis: SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; SOUSA, Luis Antônio F. de. São Paulo: Universidade de São Paulo, set. 2003.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (NEV). *Os cem anos do Carandiru*. São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/noticias/os-cem-anos-do-carandiru/>. Acesso em: 14. Dez. 2023.

ONODERA, Iwi Mina. *Estado e violência: um estudo sobre o Massacre do Carandiru*. Dissertação (mestrado em História Social) - FFLCH USP, 2007.

PALMEIRA, Maria Rita Sigaud Soares. *Cada história, uma sentença: narrativas contemporâneas do cárcere brasileiro*. Tese (doutorado em Letras) – FFLCH USP, 2009.

PANDZA, Christopher M. *Using Natural Language Processing to Organize and Analyse Oral History Projects*. Tese (master of Arts in Oral History) - Columbia University, New York, United States, 2023.

PASSERINI, Luisa. Work, Ideology And Consensus Under Italian Fascism. *History Workshop Journal*, vol. 8, 1979, p. 82-108.

PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

PENNA, João Camillo. Entrevista concedida a Jaime Ginzburg em 2 de maio de 2016. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 17, p. 275-294, 2016.

PINTO, Júlio Pimentel. *Sobre literatura e história: como a ficção constrói a experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, vol. 2, n. 3. – Rio de Janeiro, 1989, p. 3-12.

PORTELLI, Alessandro. *A Morte de Luigi Trastulli e Outros Ensaio: Forma e Significado na História Oral*. Tradução de Carlos Fico. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. – São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO, Josemir José Fernandes; PEREIRA, Pedro Paulo Soares. *Diário de um detento*. (07:31 min). In: Racionais MCs. *Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 1997. 1 CD, Faixa 7.

PRADO, Josemir José Fernandes. *Diário de um detento: o livro*. 3ª edição. São Paulo: Edição Por Demanda, 2016.

PRETI, Dino Fioravante (Org). *Fala e Escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

RACIONAIS MC 'S. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RAP, André du. *Sobrevivente André du Rap, do Massacre do Carandiru*. Coordenação editorial Bruno Zeni. – São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

RAMALHO, JR. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. - 8º ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere* – 54º ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

RAMOS, Hosmany. *Pavilhão 9. Paixão e morte no Carandiru*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

REARDON, Francisco Roberto. *Testemunho de um oblato no extinto Carandiru: uma contribuição à Pastoral Carcerária*. [S.l.: s.n.], [s.d.].

RICHARDSON, Michael. *Nonhuman Witnessing: War, Data, and Ecology after the End of the World*. Durham; Londres: Duke University Press, 2024.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* vol. 3: o tempo narrado. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. A marca do passado. *História da Historiografia*, n. 10, Ouro Preto, dez. 2012, p. 329-349.

RODRIGUES, Adriana Mariana de Araujo. *Carandiru: formas de lembrar, maneiras de esquecer. Informação, Memória e Esquecimento*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RODRIGUES, Humberto. *Vidas no Carandiru: histórias reais*. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROTHBERG, Michael. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

ROUSSO, Henry; CONAN, Éric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História oral*, vol. 16, n. 2. – jul/dez. 2013, p. 129-148.

RUNIA, Eelco. Burying the dead, creating the past. *History and Theory*, 46, 2007, p. 313-225.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punishment and social structure*. New York: Columbia University, 1939.

SALLA, Fernando Afonso. *O encarceramento em São Paulo: das enxovias à Penitenciária do Estado*. Tese (doutorado em Sociologia) - FFLCH USP, 1997.

SALLA, Fernando Afonso. Casa de Detenção de São Paulo: passado e presente. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 32, 2000, p. 213-220.

SALLA, Fernando Afonso. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 274-307.

SALLA, Fernando Afonso. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, ed. 1, 2007, p. 72-90.

SALLA, Fernando Afonso. Práticas punitivas no cotidiano prisional. *O público e o privado*, n. 26, p. 15-33, julho/dezembro de 2015.

SANCHES, Aline Coelho; RUGGIERO, Amanda Saba; SCHENK, Luciana Bongiovanni Martins. Rosa Kliass. *Revista Docomomo Brasil*, v. 5, n. 8, p. 93-102, dez. 2022.

SANTHIAGO, Ricardo. *Método, metodologia, campo: a trajetória intelectual e institucional da história oral no Brasil*. Tese (doutorado em História Social) - FFLCH USP, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, maio/ago. 2021. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.177990.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Coordenadoria de Parques e Parcerias. *Plano Diretor: Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns*. 1. ed. São Paulo: SEMIL, 2025.

SEAWRIGHT, Leandro. *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no regime militar brasileiro*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016a.

SEAWRIGHT, Leandro. O corpus documental em história oral: teoria, experiência e transcrição. *Revista Observatório*, vol.2, n. 1. – mai. 2016b, p. 54-75.

SEAWRIGHT, Leandro. A história oral como disciplina, a memória coletiva e a “costura artesanal” – religião, política. *Revista Nupem*, Campo Mourão, vol 9, n. 17. – mai/ago. 2017, p. 29-43.

SEAWRIGHT, Leandro. Ensino de História e História Oral Aplicada. *Revista História em Reflexão*, vol. 17, n. 34. Out/dez. 2023.

SEAWRIGHT, Leandro. *Vidas machucadas: história oral aplicada*. São Paulo: Contexto, 2023.

- SEAWRIGHT, Leandro. Uma virada na história oral: do gravador digital aos tempos da Inteligência Artificial pela via da hermenêutica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 45, n. 99, p. e-292564, 2025.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Dossiê Testemunhos*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 71-84.
- SOUZA, Percival de. *A prisão*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1977.
- STARR, Louis. Oral history. In: KENT, Allen; LANCOUR, Harold; NASE, Jay E. (eds.). *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. New York: Marcel Dekker, 1977. v. 17, p. 453-461.
- TAETS, Adriana. *Por escrito: o Carandiru para além do Carandiru*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, 2018.
- TAMM, Marek. Mnemohistory. In: BIETTI, Lucas M.; POGACAR, Martin (Orgs.). *The Palgrave Encyclopedia of Memory Studies*. Palgrave Macmillan, Cham, p. 1-6.
- TAVOLARI, Bianca; MACHADO, Maíra Rocha; NISIDA, Vitor. Disputar a cidade e a prisão: as propostas de desativação da Casa de Detenção antes do Massacre do Carandiru. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 44, n. 1, 2025, p. 1-27.
- TEIXEIRA, Alessandra. *Do sujeito de direito ao Estado de exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro*. Dissertação (mestrado em Sociologia). – Departamento de Sociologia da USP, 2006.
- TERRANOVA, Franco. *1001 noites no Carandiru*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O bairro de Santana*. São Paulo: DPH, 1971.
- TORRES, Margarino. “Penitenciária de modelo?”. *Revista de Direito Penal*, 20 (2), 1938, p. 181-187.
- VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VERON, Valdelice. *Tekombo’e Kunhakoty: modo de viver da mulher Kaiowa*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Tradicionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

VIEIRA, Padre Antônio. *Sermões*. Erechim: Edelbra, 1998.

YAMASHITA, Laura Basilio. *Carandiru: patrimônio e memórias*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/c583ec44-2085-480c-8dd5-180c20b5cefd/TFG_Laura%20Yamashita_Carandiru-patrimonio%20e%20mem%C3%B3rias.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

YOUNG, James E. The counter-monument: memory against itself in Germany today. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 18, n. 2, p. 267-296, 1992.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WILDE, Oscar. *A balada do cárcere de Reading*. Trad. Paulo Vizioli. São Paulo: Nova Alexandria, 1997.

WINTER, Jay. Thinking about silence. In: BEN-ZE'EV, Efrat; GINIO, Ruth; WINTER, Jay (Orgs.). *Shadows of war: a social history of silence in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 3-31.

WOLFMANN, Luiz Camargo. *Portal do inferno... Mas há esperança*. São Paulo: WVC Editora, 2000.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sergio. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999. p. 13-107.

ZERUBAVEL, Eviatar. The social sound of silence: Toward a sociology of denial. In: BEN-ZE'EV, Efrat; GINIO, Ruth; WINTER, Jay (Orgs.). *Shadows of war: a social history of silence in the twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 32-46.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Tradução de Jeruza Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz e Maria Inês de Almeida. São Paulo: Hucitec, 1997.

RELAÇÃO DE FONTES

Fontes orais

ALBUQUERQUE, Celso Pereira [jan. 2023]. *A luta é para que a luz da memória do Carandiru não se apague*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 17/01/2023. 2 arquivos MP3 (1:42:18).

ARAÚJO, José André de [jun. 2022; jun. 2025]. *Eu sou a prova viva de que houve um holocausto*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales, São Paulo, SP; entrevista online, 11/06/2022; 26/06/2025. 2 arquivos MP3 (2:48:47).

BENEDITO, Deise [dez. 2022]. *A minha passagem pelo Carandiru foi um batismo de sangue*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. Entrevista online, 02/12/2022. 1 arquivo MP3 (1:00:45).

CRUZ, Claudio Antonio da [ago. 2022]. *Eu sobrevivi para testemunhar por aqueles mortos pelo Estado*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 11/08/2022. 1 arquivo MP3 (1:41:03).

FISCHER, Vanderley [jun. 2022]. *Será um movimento grandioso pela liberdade*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 14/06/2022. 1 arquivo MP3 (1:48:49).

LIMA, Ronaldo Mazotto de [jan. 2023]. *Será que um funcionário pode contar a história do Carandiru?* Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 18/01/2023. 1 arquivo MP3 (2:32:18).

MARQUES, João Benedicto Azevedo [jan. 2023]. *O Massacre do Carandiru me marcou para o resto da vida*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 13/01/2023. 3 arquivos MP3 (2:17:53).

MONTEIRO, Maurício [jan. 2022; fev. 2024]. *Minha palavra é a vista do ponto*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 26/01/2022; 02/02/2024. 2 arquivos MP3 (4:06:26).

OLIVEIRA, Maura Augusta Velata Soares de [out. 2022]. *Eu queria entender o Carandiru para mudá-lo*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 13/10/2022. 1 arquivo MP3 (1:25:24).

PAULINO, Luís Carlos [jan. 2023]. *Sou testemunha viva do Massacre e dos milagres de Deus*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 06/01/2023. 1 arquivo MP3 (1:00:57).

PAZ, Washington Pereira [jan. 2022]. *O que nos mantém no rap é o nosso código de honra*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 28/01/2022. 1 arquivo MP3 (1:38:39).

PRADO, Josemir José Fernandes [fev. 2018; abr. 2018]. *Testemunhei que o Carandiru não era o inferno*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 13/02/2018; 17/03/2018. 2 arquivos MP3 (7:18:41).

PRADO, Cláudia Emília Chaló [jan. 2022; jan. 2022]. *Ele viveu um cárcere, eu vivi outro*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP, 03/01/2022; 17/01/2022. 2 arquivos MP3 (5:33:10).

ROBERTO, José [jan. 2024]. As imagens que eu vi estão gravadas na minha mente. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. Entrevista online, 24/01/2024. 1 arquivo MP3 (3:05:41).

STRAUS, Flavio Augusto Saraiva [out. 2022]. *Creio ter assumido a postura correta defronte os desafios históricos*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. São Paulo, SP; Dourados, MS, 04/11/2022; 25/10/2022; 26/10/2022. 7 arquivos MP3 (4:33:52).

ZGUBIC, Günther. [fev. 2023]. *A Casa de Detenção é somente um símbolo de um problema geral*. Entrevistador: Lucas Maceno Sales. Entrevista online, 20/02/2023. 2 arquivos MP3 (2:36:15).

Fontes jornalísticas

ALVES, Crispim. *Organização é uma ficção, diz secretário*. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 maio 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff270507.htm>. Acesso em: 6 nov. 2025.

BERTOLACCINI, Ana Júlia. Ação mais letal da história do RJ supera em mortes o Massacre do Carandiru. *CNN Brasil*, São Paulo, 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/acao-mais-letal-da-historia-do-rj-supera-em-mortes-o-Massacre-do-carandiru/>. Acesso em: 13/11/2025.

CARAMANTE, André. ‘Carandiru é coisa do passado’, afirma secretário de segurança. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23/11/2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/10637-carandiru-e-coisa-do-passado-afirma-secretario-de-seguranca.shtml>. Acesso em: 05/01/2022.

FOLHA DE S.PAULO. *PCC lidera 27 mil presos em 19 cidades de SP na maior rebelião da história do país*. São Paulo, 19 fev. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1902200101.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. *TJ-SP decide que indulto de Bolsonaro aos PMs condenados pelo Massacre do Carandiru é constitucional*. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 08 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/08/08/tj-sp-julga-como-constitucional-indulto-de-bolsonaro-que-concede-perdao-a-pms-do-carandiru.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2024.

G1. *Ministro do STF mantém condenação dos policiais militares que participaram do ‘Massacre do Carandiru’, em 1992*. *Jornal O Globo* – 04/08/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/04/stf-mantem-condenacao-de-policiais-militares-por-Massacre-do-carandiru-em-1992.ghtml>. Acesso em 10/10/2022.

GANDRA, Alana. Operação supera Massacre do Carandiru em violações, diz deputada. *Agência Brasil*, Rio de Janeiro, 29 out. 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2025-10/operacao-supera-Massacre-do-carandiru-em-violacoes-diz-deputada>. Acesso em: 13/11/2025.

LOPES, Léo; FIGUEIREDO, Carolina; Inoue, Giovanna. Barroso nega recurso e mantém condenações de policiais por Massacre do Carandiru. *Jornal CNN Brasil*. – 04/08/2022. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/barroso-nega-recurso-e-mantem-condenacao-de-policiais-por-Massacre-do-carandiru/>. Acesso em 20/08/2022.

REZENDE, Marcelo. *História a céu aberto*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 22 set. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac2209200201.htm>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. Com Fleury, morre outra chance de fazer justiça pelo Massacre do Carandiru. *Plataforma UOL*. São Paulo, 15/11/2022. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/leonardo-sakamoto/2022/11/15/com-fleury-morre-outra-chance-de-fazer-justica-pelo-Massacre-do-carandiru.htm>. Acesso em 15/11/2022.

TOMAZ, Kleber. Ações mais letais do país. *G1*, Rio de Janeiro, 29 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/29/acoes-mais-letais-do-pais.ghtml>. Acesso em: 13/11/2025.

SOUZA, Percival de. O coronel da Casa dos Mortos. *R7.COM*, 16/07/2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/o-coronel-da-casa-dos-mortos-16072020/>. Acesso em: 03/04/2025.

Legislação

BRASIL. Código de Processo Penal. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529749/codigo_de_processo_penal_1ed.pdf. Acesso em 17/04/2025.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1895572 - SP*. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2020.

CNS – Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Disponível em <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 22/10/2022.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. Decreto nº 9.789, de 5 de dezembro de 1938. Cria a "Casa de Detenção de São Paulo", extinguindo a Cadeia Pública e o Presídio Político da Capital. *Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo*, São Paulo, 6 dez. 1938. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9789-05.12.1938.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 1075 de 1993*. Dispõe sobre a alienação de imóvel situado na capital, com o objetivo de promover a descentralização do Complexo Prisional do Carandiru. *São Paulo*, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 395 de 1997*. Revoga a Lei nº 8524, de 29 de dezembro de 1993, que autorizou o Poder Executivo a alienar área de terras situadas no município da Capital, para a construção de vagas prisionais. *São Paulo*, 1997.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 267 de 1997*. Dispõe sobre a destinação do Complexo Penitenciário do Carandiru, na Capital, à implantação de parque ecológico, assim que suspensas as suas atividades prisionais. *São Paulo*, 1997.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 73 de 1999*. Revoga a Lei nº 8524, de 1993, que autorizou o Poder Executivo a alienar área de terras situada na Capital. *São Paulo*, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 230 de 1999*. Altera a Lei nº 8524, de 1993, que autorizou a alienação do imóvel em que funciona o complexo prisional do Carandiru. *São Paulo*, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 716 de 1999*. Altera dispositivos da Lei nº 8524, de 1993, que autorizou o Poder Executivo a alienar área de terra situada na Capital. *São Paulo*, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 0587 de 2001*. Cria o “Parque Estadual do Carandiru” a ser constituído na região ocupada pelo complexo prisional do Carandiru, na Capital. *São Paulo*, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. Decreto nº 45.702, de 12 de março de 2001. Extingue a Casa de Detenção “Professor Flaminio Fávero” de São Paulo, cria e organiza os estabelecimentos penais que especifica, da Secretaria da Administração Penitenciária. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo, São Paulo, 13 mar. 2001. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-45702-12.03.2001.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. Decreto nº 45.703, de 12 de março de 2001. Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo ao Voluntariado. Diário Oficial do Estado de São Paulo: Poder Executivo, São Paulo, 13 mar. 2001. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2001/decreto-45703-12.03.2001.html>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 0438 de 2002*. Integra ao campus da Universidade de São Paulo a área atualmente ocupada pelo Complexo Penitenciário do Carandiru. *São Paulo*, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei nº 0002 de 2004*. Dá a denominação de Parque da Juventude “Leônidas da Silva” ao próprio estadual do Carandiru, onde ficava a antiga Casa de Detenção de São Paulo, na Capital. *São Paulo*, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Plano Diretor do Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: SEMIL, 2025. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/publicacoes-semil/plano-diretor-do-parque-da-juventude-dom-paulo-evaristo-arns/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

Relatórios e laudos

NEGRINI, Osvaldo; BARTH, José. *Laudo Pericial da Polícia Civil de São Paulo*. Autos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Requerimento 6412/92 (Carandiru). Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, novembro de 1992.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Relatório nº 34/00. Caso 11.291*. Washington D.C, Estados Unidos: 13/04/2000. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/99port/brasil11291.htm>. Acesso em: 19/04/2024.

GLOSÁRIO

Sabe-se que as unidades prisionais constituem configurações sociais relativamente autônomas em relação à sociedade que a cerca. Tal autonomia se expressa culturalmente tanto nos códigos de conduta quanto nas formas específicas da linguagem oral. A circulação de presos entre unidades prisionais – e, neste caso particular, entre pavilhões – evidencia a vitalidade e a plasticidade da oralidade nos cárceres. Observa-se, nesse contexto, significativa variação vocabular entre diferentes unidades, o que impõe aos presos a necessidade de rápida assimilação dos usos linguísticos locais, sob o risco de equívocos interpretativos potencialmente graves. No universo prisional, a palavra é tudo. De modo geral, quanto menor a circulação e o fluxo de entrada e saída de presos, maior tende a ser a estabilidade do vocabulário interno. Quando a população carcerária se rejuvenesce, mudam-se as regras e a linguagem, e aqueles que saem levam para as ruas o vernáculo da prisão.

O glossário a seguir reúne os termos mobilizados ao longo desta tese.

À milhão – Acelerado; realizar numerosos delitos em um curto espaço de tempo

Amarelo – Setor do Seguro de vida da Casa de Detenção de São Paulo

Arrego – Perdão

Assinar um 121 – Cometer um homicídio

Atracar – Chegar a uma unidade prisional

Bicha – Homossexual; travesti

Blitz – Revista na cela

Boca – Local onde se comercializa e/ou se consome drogas

Boi – Vaso sanitário; latrina

Bochicho – Comentários que circulam entre os presos

Bóia – Comida

Boieiro – Preso responsável por distribuir a comida em cada cela; preso responsável por cozinhar em determinada cela

Bonde, Bondão – Veículo de transporte de presos

Brasa, Brasinha – Fogareiro artesanal

Bronca – Delito cometido

Bunda mole, Bundão – Homem sem respeito; falta de coragem

Cabrito – Arma plantada

Cabeça de bagre – Preso jovem; inexperiente

Cagueta – Alcagueta; preso que delata à autoridade prisional

Campana – Espelho artesanal utilizado para vigiar corredores e janelas; preso responsável por vigiar

Capetinha – Mistura do crack no cigarro

Cantar liberdade, Cantar lili – Anunciar a liberdade de um preso

Carandiru, Casa do Guedes, Caldeira do Diabo, Portal do Inferno, Barril de pólvora, País das calças bege – Casa de Detenção de São Paulo

Casa da Banha, Hotel Jaraguá – Pavilhão 2 da Casa de Detenção de São Paulo

Comando – PCC

Conceito – Respeito perante os demais presos

Contagem – Procedimento de contagem dos presos de um determinado pavilhão

Corona ducha – Chuveiro artesanal

Correria – Preso que faz comércio

Desenrolar uma ideia, Trocar uma ideia – Conversar; procurar resolver um conflito no diálogo

DM – Ala ou cela dos “doentes mentais”

Esculacho – Extorsão, normalmente acompanhada de espancamento, ameaça e humilhação

Faxina – Setor responsável pela limpeza e distribuição da comida; preso que trabalha no setor da faxina

Ferro, Cano – Arma de fogo

Fita – Praticar ou elaborar um crime; acontecimento; fato

Fitinha – Crime de menor proporção; pequeno furto

Funça – Funcionário

Gaiada – Cama alta, em beliche ou treliche

Gaiola – Cela com grades

Geladinho, Presunto – Cadáver

Gente fina, Sangue bom – Pessoa respeitada

Gorgota – Pederasta ativo

Goró – Bebida alcoólica

Ideia – Pensamento; conversa

Intrujar – Vender mercadorias roubadas; enganar

Jega – Cama

Jogar a manta – Lançar um cobertor em um preso ou em um funcionário, seja para matar ou para roubar

Jumbo, Sacola – Comida e objetos trazidos pelas visitas

Keto, Quietto – Cortina, seja do banheiro ou do beliche

KGB – Preso que espiona; preso com acesso aos prontuários

Lagarto – Preso que perdeu o respeito e que assume responsabilidades e crimes de outros presos

Lado E – Lado externo do corredor de celas

Lado I – Lado interno do corredor de celas

Laranja – Preso que assume dívida ou responde por crimes cometidos por outros presos

Lei do cão – Código de conduta dos presos

Ligar – Chamar um preso de uma cela distante

Lordo – Lordose; bunda

Malandro – Preso respeitado, geralmente por ter cometido crime de assalto

Manual – Objeto cortante artesanal

Maria-louca – Destilado artesanal produzido com cascas de frutas

Matadeira – Faca pequena artesanal

Meio pá – Em dúvida, inseguro

Meter bronca – Cometer delitos sequenciais

Nóia – Usuário de crack

Pagar pau – Propina paga a um funcionário

Paranga, Paranguinha, Trouxinha, Balinha – Maconha embalada em pequenos pacotes

Passagem – Refere-se a pessoa que já foi presa

Passarinho – Alcaguete

Patronato – Cela coletiva destinada a atividades laborais

Pé-de-pato, Justiceiro – Matador de bandido

Pedra – Cama de concreto; crack

Pelicano – Helicóptero

Perereca – Resistência de chuveiro

Pico – Cocaína dissolvida e aplicada na rede sanguínea

Picadão – Carne cozida servida nas unidades prisionais

Picuá – Pedra de crack comercializada em pequenas quantidades

Piolho – Presos experientes, com longas penas; preso reincidente

Pirolito – Grades das celas

Pó – Cocaína

Pote, Cela forte – Castigo em cela solitária

Primário – Preso pela primeira vez

Proceder – Respeito às regras estabelecidas entre os presos; reputação de um preso

Quente – Cachaça

Radial – Longo caminho pavimentado que conectava um pavilhão a outro

Raio – Na Penitenciária do Estado, equivalente a pavilhão

Ramelar – Hesitar; não cumprir com um acordo; não manter a palavra

Recorte – Processo de lavagem, tempero e preparo de alimentos distribuídos aos presos

Ritmo do barraco – Regras de uma determinada cela

Rua 10 – Corredor de cada andar de um pavilhão do lado oposto à escada de acesso

Sair nas ideias – Resolver uma pendência com outro preso

Segurar o B.O. – Assumir a responsabilidade de um crime

Segurar o geladinho – Assumir a autoria de uma morte

Setor – Sala ou cela destinada a atividades laborais

Sujeito homem – Preso com respeito perante os iguais

Sumariar – Ir ao fórum criminal assinar uma pena

Talarico – Preso que se envolve com mulher compromissada

Tatu – Túnel escavado em uma unidade prisional

Teresa – Corda artesanal

Tirar cadeia, Puxar cadeia – Cumprir pena em uma unidade prisional

Torre de Babel – Pavilhão 6 da Casa de Detenção de São Paulo

Tranca – Procedimento de fechamento das celas realizado pelos funcionários; castigo

Treta – Briga; confusão

Triagem – Preso recém-chegado; setor onde se realiza a triagem dos presos

Trocar ideia – Conversar

Trocar faca – Duelo com faca

Tirão, Tiro – Cheirar cocaína

Truta – Amigo

Vacilão – Preso sem respeito

Ventana – Janela

Virar a cadeia, Virar o pavilhão – Rebelião

Vulgo – Apelido

X-9 – Delator; aquele que entrega informações

Xis, Xadrez, Barraco – Cela

A disponibilização ao público, bem como a reprodução desta tese, atende ao disposto no artigo 99 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD e no Termo de autorização e declaração de distribuição não exclusiva para publicação no Repositório institucional da UFGD, por mim assinado e enviado à Biblioteca Central da UFGD e à Secretaria do PPGH.

 Documento assinado digitalmente
LUCAS MACENO SALES
Data: 24/04/2026 14:01:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura digital, preferencialmente *gov.br*, do pós-graduando